



BANCO DO BRASIL

Boletim - Ano VII - 1972 - N. 1





BANCO DO BRASIL

PRESIDENTE

Nestor Jost

DIRETORES

Administração

Oswaldo Roberto Colin

Pessoal

Admon Ganem

Câmbio

Cesar Dantas Bacellar Sobrinho

Comércio Exterior

Benedicto Fonseca Moreira

Crédito Geral e Rural

Oziel Rodrigues Carneiro

1ª Região - *Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.*

Camillo Calazans de Magalhães

2ª Região - *Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha.*

Paulo Konder Bornhausen

3ª Região - *Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e Agências do Exterior.*

Mario Pacini

4ª Região - *Estados de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.*

Boaventura Farina

Angelo Amaury Stabile — a partir de 2-5-72

5ª Região - *Estado de São Paulo.*

Walter Peracchi Barcellos

6ª Região - *Estados do Paraná e Santa Catarina.*

Dinar Goyheneix Gigante

7ª Região - *Estado do Rio Grande do Sul.*



BANCO DO BRASIL

BOLETIM

ANO VII

1972

Nº 1

ÍNDICE

UMA BUROCRACIA EFICIENTE	3
LEGISLAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA	13
INDICADORES ECONÔMICOS	17
ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL	23
BALANCETES	24
DEPÓSITOS	26
EMPRÉSTIMOS	28
CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL	31
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	42
CARTEIRA DE CÂMBIO	60
CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR	63
COMPENSAÇÃO DE CHEQUES	65
NUMERO DE DEPENDÊNCIAS	69
EXPORTAÇÃO	70

CAPA:

Pinheirais do Paraná

A madeira de pinho serrada é importante item de nossa pauta de exportações. Em 1971 foram exportadas 433 mil toneladas, no montante de US\$ 53 milhões.

STATE OF CALIFORNIA

January 1973

Page 2

Page 2

10/9 10 8 73

UMA BUROCRACIA EFICIENTE



Admon Ganem, Contador e Bacharel em Direito, freqüentou em 1961/1962 a Michigan State University onde obteve o grau de "Master of Business Administration". É professor de Administração de Empresas, tendo lecionado na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e no Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de proferir conferências em diversas instituições universitárias na área de Marketing, Administração Contábil e Financeira, e Economia da Empresa.

No Banco do Brasil foi Assessor para projetos industriais, Assessor da Consultoria Técnica da Presidência e Chefe do Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal. Atualmente é o Diretor da Carteira de Administração do Pessoal do Banco.

De todos os problemas nacionais, talvez o mais sério seja, hoje, o de construir uma burocracia eficaz, isto é, uma burocracia no sentido weberiano, funcionários eficazes, conscientes do seu papel, onde o sistema de mérito seja perseguido quase com sadismo, onde não haja possibilidade de truques no processo de emersão vertical, um processo de treinamento eficaz. De todos os organismos, e eu posso dizer hoje que conheço todos os do governo federal, talvez alguns se aproximem do Banco do Brasil. Mas, de todos os organismos do governo federal, apenas um persegue este objetivo de criar uma burocracia eficaz, firmemente, continuamente, independente da ação do governo: o Banco do Brasil. É por isso que o Banco do Brasil se transformou numa espécie de depósito no qual o governo federal vai buscar os elementos para compor a sua estrutura.

Palavras do Ministro Antônio Delfim Netto
ao proferir a Aula Inaugural dos 28º e 29º Cursos Intensivos para Administradores do Banco do Brasil.

UMA BUROCRACIA EFICIENTE Ouvem-se repetidamente referências elogiosas à eficiência e ao extraordinário sucesso alcançado pelo Banco do Brasil nos últimos anos.

O que nem todos vêem e, portanto, não se dão conta, é que o grande segredo do êxito reside em algumas peculiaridades da vida do funcionalismo, cujo comportamento é conduzido por uma política de pessoal em que todos atuam sob a inspiração daquilo que se pode chamar de mística do Banco do Brasil.

Mística do Trabalho O respeito à disciplina e à autoridade, em tom quase sagrado, é uma das grandes místicas do Banco do Brasil, que todos os funcionários aprendem a cultivar desde seu ingresso no Banco. Daí porque é comum se ouvir dos servidores, principalmente dos mais velhos, a afirmação de que no Banco do Brasil "não há patrão e sim chefe; mas chefe é chefe".

Nos clubes de funcionários ou em qualquer lugar em que eles se encontram, quase sempre o tema de conversa é o Banco e dificilmente produzem algum efeito os compromissos de que "hoje é proibido falar em Banco". O poder de interação que o Banco exerce sobre seu pessoal leva, inclusive, muitas mulheres e familiares de funcionários a serem "versados" nas normas operacionais e funcionais do Banco do Brasil.

Os exemplos de dedicação incomum — sobretudo em regiões inóspitas — e o orgulho pelos colegas que ascendem a elevadas posições na vida pública revelam que o êxito do Banco e de cada um é o êxito de todos.

A descoberta das amplas oportunidades que a carreira oferece, num sistema de competição à base do mérito, e a garantia de satisfação das principais necessidades materiais e psicológicas são fatores que induzem os funcionários a *adotarem como seus os objetivos do Banco*, e conseqüentemente, a se vincularem com todas as energias ao grupo a que pertencem.

Seria tudo isso obra do acaso, ou fruto de uma política administrativa estrategicamente elaborada? Se uma política de pessoal deve contemplar todos os aspectos da vida funcional do empregado (seleção, avaliação, promoção, treinamento, assistência e controle), seria possível formular essa política de sorte que o comportamento de cada um seja condicionado a

ajustar-se a determinados padrões pré-determinados? A análise de alguns aspectos da filosofia de pessoal do Banco demonstra claramente que a eficiência da máquina burocrática, longe de ser um fenômeno aleatório, é o resultado de uma política de pessoal cuidadosamente preparada.

Probabilidade x Certeza O Banco do Brasil congrega hoje mais de 45 mil funcionários, atuando em mais de 800 dependências, 14 das quais no exterior. As despesas de pessoal absorvem grande parcela dos custos totais e, portanto, os erros nessa área são extremamente onerosos.

Qualquer tentativa de eliminar toda a margem de erros, poderia ocasionar, contudo, prejuízos maiores do que aqueles que se quer evitar. Lidando com assunto tão complexo, o Banco optou por uma *filosofia administrativa em que a certeza é substituída pela probabilidade*.

Com essa filosofia, difundida por todo o Banco, procura-se evitar que observações isoladas — nem sempre válidas para o conjunto — tomem o lugar da generalização significativa. A vulnerabilidade das organizações está na razão direta de seu tamanho, mas o Banco pôde, não obstante seu crescimento, proteger-se das reivindicações de exceção que ameaçariam, sem dúvida, o equilíbrio e a segurança de sua estrutura organizacional.

Tome-se como exemplo o sistema de seleção de pessoal, por concurso público, tradicionalmente conhecido no País como modelo de eficiência. Pesquisas sucessivas indicaram recentemente a necessidade de:

- reduzir o limite de idade de 29 para 25 anos;
- instituir a seleção psicotécnica, para medir o nível mental em substituição ao nível de conhecimento.

Essas diretrizes se basearam na probabilidade de:

- o funcionário admitido permanecer no mínimo de 30 anos de serviço;
- aproveitar melhor a capacidade produtiva do funcionário em faixa mais jovem;
- desenvolver pelo treinamento dirigido as aptidões intelectuais do funcionário, preparando-o especificamente para as necessidades do serviço.

São absolutamente inócuas as tentativas de se conseguir tratamento de exceção. A estrutura está protegida por uma diretriz rigorosa que impede qualquer desvio.

Por outro lado, os casos dos aprovados que, na prática, não confirmaram o índice mental esperado, foram considerados exceções também esperadas e que em nenhum momento serviram de argumento para alterar o sistema, pois todos sabiam que se trabalhava com probabilidades, e, portanto, com riscos calculados.

A capacidade produtiva dos indivíduos selecionados *é muito importante a longo prazo*, porque o Banco constrói e dirige uma burocracia eficiente também para o futuro.

Prova disso é que, mais recentemente, resolveu formar um núcleo de pessoal novo, moral e funcionalmente testado e preparado em seu próprio meio,

onde poderá futuramente recrutar os elementos que ascenderão aos escalões superiores com ainda maior margem de acerto. Para tanto, criou o cargo isolado de "estagiário em serviços gerais", somente acessível a menores estudantes que satisfaçam rigorosos requisitos de seleção, dentre os quais o de apresentar elevado aproveitamento escolar.

Acolhendo em seu seio esses jovens, a quem proporciona estímulo moral e financeiro para complementação satisfatória dos estudos, está o Banco, ao mesmo tempo, profissionalizando-os e enfatizando a importância de uma eventual decisão de pleitear, naturalmente que pela via do concurso público, o ingresso definitivo em seus quadros.

Inovação x Repetição Quando a palavra de ordem é eficiência, torna-se necessário induzir o pessoal a "descobrir novas maneiras de fazer velhas coisas". Muitas empresas adotam o sistema de mandar periodicamente um perito de fora examinar seus diversos setores e apresentar relatórios sobre alterações administrativas que devem ser introduzidas.

Isso, porém, funciona apenas em circunstâncias muito particulares. A maioria dos exemplos demonstra que se trata de incompetência do chefe — se não fosse, o perito nada ou pouco encontraria para modificar — e claro está que ele não saberá sequer implantar as alterações sugeridas ou não estará interessado nelas.

Se adicionarmos ao salário do chefe incompetente apenas o custo da ineficiência do pessoal abaixo dele, o custo das oportunidades perdidas e mais o custo do perito, conclui-se que, muito mais barato e mais eficiente, teria sido substituí-lo por outro mais capaz.

Não há inovação sem renovação de pessoal. Cômico desse princípio, o Banco atribui a maior importância não só ao processo de seleção externa — ingresso de novos funcionários — como também ao processo de escolha de seus administradores. No primeiro caso, a palavra chave é concurso e, no segundo, concorrência. Assim como ninguém entra no Banco sem ter sido aprovado nos testes, nenhum funcionário obtém comissão sem passar pela concorrência.

É a concorrência, e apenas ela, que indica os comissionados, nos diversos níveis. O sistema é *democrático*, porque todos podem concorrer, e *justo*, porque elege os mais capazes, de acordo com as necessidades do posto. Prova disso é que anualmente mais de 17.000 funcionários se candidatam aos inúmeros cargos existentes.

De uma maneira geral, a ordem de classificação dos concorrentes é dada por diversos fatores, tais como a experiência anterior no exercício de funções comissionadas, como titular ou substituto, e suas habilitações técnico-funcionais, incluindo a cultura geral e a especializada, adquirida através de treinamento do Banco, cursos avulsos, bolsas de estudo, cursos técnicos e superiores. E, ainda, sua operosidade, dedicação ao trabalho, espírito de liderança e conduta, além de informações de várias fontes sobre a atuação geral do funcionário.

Todos esses dados e mais alguns (idade do funcionário, tempo de serviço, categoria funcional, etc.) vão para um painel que facilita a comparação da vida profissional dos concorrentes e, conseqüentemente, a decisão. Outros fatores de igual relevância merecem consideração: personalidade, tempo no

cargo atual, encargos e constituição familiar e saúde, especialmente quando o desempate se torna difícil.

Assim, se o cargo tiver alguma particularidade, o escolhido poderá ser aquele que somar conhecimentos e experiências mais adequadas às necessidades da comissão.

Mas a política do Banco com relação a comissionados leva ainda em conta duas regras básicas:

- o rodízio de posições;
- a carreira escalonada.

A primeira determina que o administrador não deve permanecer mais de cinco nem menos de dois anos ao mesmo lugar. Ele tem, portanto, três anos para, na inscrição voluntária, conciliar seus interesses com os do Banco. Com a segunda regra se procura guiar o administrador para uma carreira de acesso gradativo às posições de maior responsabilidade.

Evita-se, assim, a perpetuação de administradores numa mesma agência, a repetição de vícios e oferece-se aos funcionários experiência diversificada em ambientes diferentes, reduzindo os riscos para o Banco e para eles, porque os estamos preparando técnica e psicologicamente para a posição seguinte, de maior responsabilidade, caso sejam reveladas aptidões que justifiquem a promoção.

Há razões de sobra para se acreditar que esse processo tem contribuído muito para elevar os índices de inovação e, por consequência, para a eficiência da máquina administrativa do Banco.

Profissionalismo x Amadorismo Os jornais exibem, diariamente, anúncios de empregos em que se exige uma experiência mínima dos candidatos. A exigência se explica porque, dependendo da natureza do trabalho e das características da empresa, é mais econômico contratar mão-de-obra já treinada.

Quando, porém, se trata de posições administrativas numa empresa de grande porte, o ideal será instituir um sistema de treinamento formal, capaz de desenvolver aptidões e que, ao lado de uma política de seleção interna que promova um permanente treinamento no serviço — pelo rodízio e o escalonamento —, ofereça o suprimento constante de homens aptos e ocuparem posições-chaves.

O Banco do Brasil tem uma boa história para contar sobre treinamento. Até poucos anos atrás, a carreira funcional era feita exclusivamente pela experiência que se acumulava ao longo do exercício de sucessivas posições. Hoje, através do treinamento formal, é possível adquirir em poucos dias conhecimentos técnicos que, pela simples experiência, levariam anos de trabalho para ser conseguidos.

Caixas-Executivos, Chefes-de-Serviço, Subgerentes e Gerentes são submetidos a cursos especialmente planejados para as respectivas funções. O Banco acredita que o tempo dedicado ao estudo, para aprender a servi-lo melhor, é também trabalho; de modo que, quando o funcionário é convocado para um curso, deve-se afastar do serviço.

As tentativas de realização de cursos em tempo parcial, na maioria dos casos

evidenciaram que tanto o estudo como o serviço ficaram prejudicados. Treinamento é investimento e deve produzir o máximo retorno. Afinal de contas, quando se empresta a um cliente não se exigem garantias seguras de retorno do capital?

Embora as inscrições sejam em princípio voluntárias, a convocação para um curso é feita de acordo com normas que levam em conta o interesse do serviço. O treinamento, todavia, por si só não gera direitos especiais: o funcionário treinado deve também disputar as posições pelo processo de concorrência pelo mérito, revelado no exercício de suas funções.

Os cursos de administração são promovidos "de cima para baixo", isto é, na ordem decrescente da hierarquia dos cargos, porque de pouco adiantaria ter um executivo treinado em administração se o seu chefe ainda não tivesse tido a oportunidade de fazer o mesmo curso.

Mais de quinze mil funcionários — cerca de um terço do pessoal — tomaram parte de cursos de treinamento e já se constata melhores índices de produtividade, maior taxa de inovação, eliminação de ociosidades e profunda melhoria da capacidade gerencial.

Razão x Emoção As administrações extremamente tolerantes do tipo *laissez-faire* geralmente conduzem a fracassos. A bondade que aparentam ter é, na realidade, forma desumana de administração, porque, atrás de cada favor, de cada concessão, está sempre a injustiça para com a maioria. A amizade toma o lugar do mérito e as emoções substituem a razão.

Num ambiente desse tipo, a confiança recíproca não pode florescer, a administração não inspira respeito, o princípio da autoridade se deteriora e a competição sadia e construtiva dá lugar à competição retaliativa.

Todos sabem que o mercado negro ocorre quando a oferta está abaixo da demanda. A versão administrativa do mercado negro — o tráfico de influência — se acentua quando as pretensões legítimas não são atendidas de maneira regular.

É dever da administração, pois, instituir critérios que atendam os interesses da maioria, conciliando-os com os da instituição; implantar rotinas que ofereçam acesso fácil aos canais competentes e exercer permanente fiscalização para que as normas sejam observadas e os canais mantidos abertos.

Com o número de funcionários que possui e que, se somados aos seus dependentes, chegam a 180 mil pessoas, é fácil imaginar a variedade de interesses individuais que o Banco tem de conciliar, sem perder de vista o interesse geral. Pode-se imaginar também o quanto de apelos sentimentais tentam influir nas decisões.

Há cerca de um ano, havia mais de cinco mil pedidos de remoções, praticamente todos para grandes cidades. Examinada a situação, se concluiu que seriam necessários, no mínimo, cinco anos para atender a todos e que, ao final desse prazo, ainda se teria igual número de solicitações de transferências.

Foi, então, elaborado um plano nacional de remoções, que incluiu a

realização de um concurso em todo o País — com exceção das grandes cidades — a fim de preencher as vagas a serem criadas pelas transferências. Assim, mais de 5.500 funcionários foram atendidos mediante critérios rigorosamente estabelecidos.

Uma decisão racional pôde resolver melhor, com vantagens para o Banco e os funcionários, um problema que talvez jamais fosse solucionado se equacionado em bases emocionais.

Como se vê, um simples problema de remoções numa empresa do tamanho do Banco pode alcançar dimensões assustadoras. O mesmo ocorre com a disciplina, a remuneração, a assistência, o controle de frequência, etc. Imagine-se a confusão e os prejuízos que trariam à empresa, se todas essas questões fossem resolvidas ao sabor das emoções momentâneas. Como fazer, por exemplo, as promoções anuais de aproximadamente quatro mil funcionários, sem provocar insatisfação? O único caminho é o da rigorosa objetividade, da impessoalidade.

O comportamento racional não significa alienação dos problemas pessoais. Se assim fosse, a eficiência seria utopia, porque ninguém demonstra alto nível de eficiência quando enfrenta problemas aparentemente insolúveis. Foi à luz do raciocínio lógico, com a colaboração empresa-empregado, sem paternalismos, que o Banco encontrou fórmulas para amparar os que, por fatos alheios a sua vontade, dele dependem.

Velha estória diz que um mendigo pediu um peixe a um pescador. Este recusou-se a atender o pedido, mas se prontificou a ensinar-lhe a pescar, a fim de que pudesse ter peixes todos os dias.

“Não damos peixe, ensinamos a pescar” poderia ser o lema do Banco quanto à assistência que oferece ao funcionário. Talvez seja por isso que o funcionalismo do Banco do Brasil tenha um dos mais amplos planos de assistência e previdência do País. O Banco colabora, suplementa e controla, mas a responsabilidade pelo perfeito funcionamento das organizações cabe aos dirigentes dessas sociedades, todos eles funcionários que o Banco cede.

As 315 AABBs e Satélites Clubes, entidades recreativas do pessoal — e as 65 cooperativas de consumo — 28 mil associados e mais de Cr\$ 5 milhões em vendas mensais — são mantidos com contribuições dos funcionários e do Banco.

A assistência médico-social oferecida pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil é resultado de contribuições, em partes iguais, do Banco e do associado.

Graças a essa conjugação de esforços, o funcionalismo conta hoje com modelar sistema de credenciamento cujo avanço a passos largos pode-se visualizar em alguns números: 6.360 médicos cadastrados, juntamente com 870 laboratórios e 571 hospitais e clínicas em 463 cidades do Brasil, cuja remuneração por serviços prestados exigiu da entidade a realização de despesas da ordem de Cr\$ 24,2 milhões em 1971.

O complemento de aposentadoria (2.770 funcionários beneficiados); os empréstimos da casa própria (11.532 créditos abertos no período 1968/1971), pecúlio por morte (hoje no valor de Cr\$ 139 mil); os empréstimos de

emergência (17 mil funcionários atendidos em 1971); o financiamento para aquisição de ações do Banco (43.742 servidores aderiram ao plano em 1971) são algumas das realizações da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, cujos recursos também resultam da contribuição dos associados e do Banco.

O Fundo de Assistência Social — mantido exclusivamente pelo Banco — concede auxílios e empréstimos para tratamento médico e outras finalidades específicas. O Fundo concedeu, em 1971, um total de 20.398 auxílios e 18.718 empréstimos, movimentando recursos em montante superior a Cr\$ 14 milhões.

No Banco do Brasil, como em qualquer outra empresa de seu porte e complexidade, a administração só é viável se estiver alicerçada em regras gerais de conduta que esgotem possibilidades de atender os interesses da maioria, em moldes racionais, sem o que jamais será possível formar uma burocracia altamente eficiente.

Democracia x Autocracia Perguntaram certa vez ao Presidente de uma grande empresa, das maiores do mundo, o que faria se uma catástrofe destruísse as indústrias que dirigia. Ele respondeu que, se pudesse contar com sua equipe de trabalho, iria refazer tudo em poucos anos.

De fato, praticamente não há limites em termos de capacidade de realização para o grupo tecnicamente preparado e motivado psicologicamente. Dentre os recursos que constituem o ativo de uma empresa, sem dúvida os mais valiosos são os recursos humanos. Se a disponibilidade de recursos materiais fosse essencial ao progresso, muitos países da Europa seriam atrasados e o Japão não teria atingido o desenvolvimento econômico que hoje ostenta.

O problema pode ser colocado tanto no âmbito da empresa como no das nações. Aliás, um livro recentemente publicado, ao tratar das diferenças entre os Estados Unidos e outros países menos desenvolvidos, apontou a capacidade gerencial — no que intitulou de *managerial gap* — como uma das principais razões para o desnível.

Deve-se destacar também que em qualquer organização eficiente o poder da decisão está harmoniosamente distribuído ao longo de sua estrutura. Como a descentralização se processa através da delegação de autoridade, a esta só é possível se houver uma definição mínima de objetivos e de diretrizes, a simples disposição de descentralizar deflagra um processo que leva inapelavelmente à organização, e, portanto, à eficiência.

Por outro lado, a centralização também vive um círculo vicioso, porém de ineficiência. No regime de administração autocrática, os níveis inferiores não podem delegar a autoridade que não têm e, assim, ninguém aprende a decidir.

Como ninguém sabe tudo, nem tem tempo para atender a todos, quando apenas alguns detêm autoridade, as decisões são pobres, superficiais ou demoradas, generalizando-se daí a ineficiência.

O Banco do Brasil, no particular, é uma autêntica democracia. Todos os escalões administrativos têm competência e alçadas bem definidas. As instruções codificadas, consolidadas em volumes separados por matéria, as

CICs constituem um conjunto de diretrizes e procedimentos que virtualmente orientam qualquer decisão. Com folhas substituíveis, esse código de trabalho é mantido em permanente atualização para acompanhar a dinâmica da vida do Banco.

Pode-se dizer que no Banco do Brasil a administração é *por exceção*. As decisões previstas por normas não sobem ao escalão superior. E como ninguém é obrigado a decidir sobre assuntos que estão na alçada de um subordinado — e muitos levam isso a sério — não há demoras desnecessárias e, em consequência, os custos das decisões são baixos.

Subsidiariamente, ninguém pode escapar às suas responsabilidades. As decisões são levadas o mais próximo possível do local de execução e, pelo exercício permanente de funções cada vez mais complexas, todos aprendem a decidir com o mínimo de risco para o Banco.

Além disso, há um rígido sistema de controle de serviços, cuja expressão maior é a Inspeção Geral, que coordena os trabalhos de 200 inspetores encarregados de visitar cada agência do Banco a intervalos máximos de quatro meses, fiscalizando, colaborando e instruindo as administrações de dependências dos mais variados pontos do País, e assegurando a indispensável uniformidade de orientação.

A filosofia de *poder distribuído* vai mais longe. As promoções anuais, por exemplo, são disciplinadas por um Regulamento de Promoções. A Comissão de Promoções, integrada por funcionários no último posto da carreira, prepara a lista dos promovíveis e a entrega ao Diretor do Pessoal que, por sua vez, depois de referendá-la, a encaminha ao Presidente do Banco.

Um regulamento meticuloso, uma comissão acima de qualquer suspeita, um Diretor e o Presidente distribuem entre si a responsabilidade e são uma segura garantia de margem mínima de erros. Mas o escrúpulo do Banco vai além. Existe ainda uma Comissão de Recursos, de caráter permanente, que aprecia os pedidos de revisão de promoções ou de penalidades, mesmo que estas tenham sido aplicadas pelas mais altas autoridades do Banco, pois sem justiça e sem democracia, seria impossível alcançar o objetivo maior que é manter um sistema administrativo eficaz.

Em síntese, *amadorismo, certeza, emoção, autocracia e repetição* representam tudo aquilo que deve ser evitado porque conduzem a baixo índice de produtividade e, portanto a frustração para a empresa e para os funcionários. Por outro lado, uma administração assentada num profissionalismo sadio; em que as decisões, inspiradas em motivos racionais, são tomadas com vistas a resultados globais e a longo-prazo; onde a autoridade está harmoniosamente distribuída ao longo de toda a estrutura e a inovação é objetivo continuamente perseguido é garantia de alto nível de desempenho e, portanto, de uma burocracia altamente eficiente.

LEGISLAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

LEIS

- 5.754** 3-12-71 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1972 — D.O. de 14-12-71 e de 8-2-72 (Suplemento).

DECRETOS-LEIS

- 1.202** 17-1-72 — Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências. D.O. de 18-1-72.
- 1.203** 18-1-72 — Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios no produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias — D.O. de 19-1-72..
- 1.204** 18-1-72 — Altera, para o exercício de 1972, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos. D.O. de 19-1-72.
- 1.205** 31-1-72 — Institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências. D.O. de 1.2.72.
- 1.207** 7-2-72 — Cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências — D.O. de 7-2-72.
- 1.211** 1-3-72 — Concede isenção dos impostos de importação sobre produtos industrializados para equipamentos de produção cinematográfica — D.O. de 2-3-72.

DECRETOS

- 69.905** 6-1-72 — *Aprova o Regimento Interno do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE)* — D.O. de 10-1-72. Retificado no D.O. de 12-1-72.
- 69.919** 11-1-72 — *Aprova o Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural* — D.O. de 12-1-72. Retificado no D.O. de 17-1-72.
- 69.927** 13-1-72 — *Institui, em caráter nacional, o programa "Bolsa de Trabalho"* — D.O. de 14-1-72. Retificado no D.O. de 18-1-72.
- 69.948** 17-1-72 — *Estabelece normas de execução orçamentária, disciplina a programação financeira do Tesouro Nacional no exercício financeiro de 1972 e dá outras providências.* D.O. de 19-1-72.

70.042	24-1-72 — Promulga o convênio sobre transporte internacional terrestre entre o Brasil, Argentina e Uruguai — D.O. de 26-1-72.
70.147	17-2-72 — Revoga o parágrafo único do artigo 8º do Decreto nº 69.721, de 9 de dezembro de 1971, que "dispõe sobre a quota de reversão a ser computada no custo dos serviços de energia elétrica e regula a aplicação dos recursos da Reserva Global de Reversão a que se refere o artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971" — D.O. de 21-2-72.
70.160	18-2-72 — Promulga os artigos do Acordo sobre o Instituto Internacional do Algodão — D.O. de 21-2-72.
70.162	18-2-72 — Aprova o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados — D.O. de 21-2-72 — (Suplemento). Retificado no D.O. de 3-3-72 e no de 23-3-72.
70.185	23-2-72 — Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e dá outras providências — D.O. de 24-2-72.
70.218	29-2-72 — Promulga o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Uruguai — D.O. de 2-3-72.
70.222	1-3-72 — Promulga a Convenção sobre o Comércio do Trigo. D.O. de 6-3-72.
70.235	6-3-72 — Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências — D.O. de 7-3-72. Retificado no D.O. de 9-3-72.
70.295	17-3-72 — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS. D.O. de 20-3-72. Retificado no D.O. de 22-3-72.
70.301	20-3-72 — Altera a redação do artigo 4º do Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1966 (Fundo de Assistência ao Desempregado). D.O. de 21-3-72.
70.335	28-3-72 — Promulga o Acordo Sanitário entre o Brasil e o Paraguai — D.O. de 29-3-72.

RESOLUÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

206	20-12-71 — Indústria de comércio varejista. Recolhimento de contribuições.
207	2-2-72 — Bancos. Operações ativas. Taxas máximas.
208	2-2-72 — Bancos. Financiamento especial a empresas de pequeno e médio porte. Alteração.
209	2-2-72 — Bancos. Financiamento à agricultura e à pecuária. Crédito rural. Encargos bancários.

- 210** 2-2-72 — Bancos. Depósitos com correção monetária. Financiamento de capital de giro. Remuneração e custo real.
- 211** 2-2-72 — Bancos de investimento. Redução das operações com letras de câmbio. Limite operacional. Alteração.
- 212** 2-2-72 — Bancos de investimento e Sociedades de Crédito. Captação de recursos através de letras de câmbio. Remuneração.
- 213** 2-2-72 — Fundo de Desenvolvimento. Mercado de Capitais. Regulamento.
- 214** 2-2-72 — Bancos. Emissão de títulos e valores mobiliários. Normas complementares.
- 215** 2-2-72 — Exportação. Produtos manufaturados. Refinanciamento. Adicional. Alteração.
- 216** 23-3-72 — Fundo de Participação no PIS. Contas individuais dos participantes. Saque.
- 217** 23-3-72 — Cédulas antigas de 200, 500 e 1.000 cruzeiros. Perda do poder liberatório.
-

ÍNDICE DE PREÇOS

EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES

Variações Percentuais

ESPECIFICAÇÃO	Março/Dezembro				
	68/67	69/68	70/69	71/70	72/71
DISPONIBILIDADE INTERNA	8,0	4,0	4,8	5,6	5,1
Preços por Atacado (Peso 6)	8,8	1,8	4,9	5,8	5,5
Matérias-Primas	6,6	1,8	5,2	3,0	4,6
Gêneros Alimentícios	6,7	3,1	0,9	10,0	6,2
Materiais de Construção	9,9	0,0	6,3	3,1	4,9
Custo de Construção da Guanabara (Peso 1)	5,8	5,8	4,2	4,6	4,9
Alimentação	4,7	7,9	4,0	7,1	5,9
Vestuário	9,9	4,6	2,9	3,8	4,4
Habitação	3,5	2,6	2,2	1,2	-2,6
Artigos de Residência	8,1	5,8	3,6	3,9	2,3
Assistência à Saúde e Higiene	9,2	3,8	7,4	3,7	4,3
Serviços Pessoais	9,7	6,3	8,3	7,1	9,9
Serviços Públicos	0,0	2,9	2,7	0,7	9,2
Custo de Construção na Guanabara (Peso 1)	9,5	3,6	5,0	4,2	5,1
OFERTA GLOBAL	8,0	4,0	4,7	5,2	5,7
Preços por Atacado (Peso 6)	8,8	2,9	5,3	5,7	5,7
Produtos Agrícolas	4,3	0,6	5,7	9,0	7,9
Produtos Industriais	14,3	4,5	5,3	3,3	4,9
Indústria Química	3,6	4,4	5,0	2,8	7,5
Metais e Produtos Metalúrgicos	18,6	2,2	7,7	3,4	4,8
Couros e Peles	7,7	5,5	11,5	3,5	3,0
Tecidos, Vestuário e Calçados	9,4	-4,5	8,7	4,4	3,5
Custo de Vida na Guanabara (Peso 3)	5,8	5,8	4,2	4,6	4,9
Custo de Construção da Guanabara (Peso 1)	9,5	3,6	5,0	4,2	5,1

Fonte dos dados brutos: Fundação Getúlio Vargas.

MEIOS DE PAGAMENTO

VARIAÇÕES PERCENTUAIS REAIS (*)

Fevereiro/Dezembro do ano anterior

ESPECIFICAÇÃO	1970	1971	1972
PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	- 7,7	- 5,5	-10,1
MOEDA ESCRITURAL	- 4,7	- 4,7	- 4,1
Banco do Brasil	- 2,7	- 0,3	- 2,7
Depósitos do Setor Público	3,4	2,4	- 1,4
Depósitos do Setor Privado	- 7,6	-2,6	- 3,5
Bancos Comerciais	- 5,4	- 6,0	- 4,6
MEIOS DE PAGAMENTO	- 5,3	- 4,8	- 5,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

(*) Deflator: Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna.
Conjuntura Econômica — F.G.V.

TESOURO NACIONAL
EXECUÇÃO FINANCEIRA

Janeiro—Fevereiro

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ Milhões		Variação		
	1971	1972	Absoluta	Percentual	
				Nominal	Real
RECEITA	4 055,6	4 374,4	318,8	7,9	—10,2
1) RECEITA TRIBUTÁRIA	3 301,7	3 702,4	400,7	12,1	— 6,6
Impostos	3 275,8	3 609,2	333,4	10,2	— 8,3
Produtos Industrializados	1 486,8	1 546,0	59,2	4,0	—13,8
Renda	1 022,9	1 241,3	218,4	21,4	1,2
Importação	223,0	271,2	48,2	21,6	1,3
Energia Elétrica	79,3	68,0	—11,3	—14,2	—29,1
Minerais	12,1	11,8	— 0,3	— 2,5	— 9,9
Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	442,3	462,1	19,8	4,5	—12,6
Transporte Rodoviário de Passageiros	9,2	8,4	— 0,8	— 8,7	—10,0
Atribuído à União nos Territórios	0,2	0,4	0,2	100,0	...
Taxas	25,9	93,2	67,3	259,8	213,8
2) OUTRAS RECEITAS	753,9	672,0	—81,9	—10,9	—25,6
DESPESA	2 945,8	3 149,1	203,3	6,9	—10,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS EM PODER DO PÚBLICO

Cr\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Dez/1969	Dez/1970	Dez/1971
PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	5 389	6 719	8 558
MOEDA ESCRITURAL NO SISTEMA BANCÁRIO	22 959	29 200	38 511
Banco do Brasil	5 347	6 772	8 903
Bancos Comerciais	17 612	22 428	29 608
MEIOS DE PAGAMENTO	28 348	35 919	46 069
DEPÓSITOS A PRAZO NO SISTEMA BANCÁRIO	927	1 556	3 687
Banco do Brasil	88	124	406
Bancos Comerciais	839	1 432	3 281
OUTROS DEPÓSITOS	2 603	3 446	4 185
Banco do Brasil	451	716	857
Bancos Comerciais	2 152	2 730	3 308
SUBTOTAL I	31 878	40 921	54 921
DEPÓSITOS A PRAZO NOS BANCOS DE INVESTIMENTO	1 099	2 803	5 755
DEPÓSITOS DE POUPANÇA	887	2 106	3 784
LETRAS IMOBILIÁRIAS	922	1 724	2 782
ACEITES CAMBIAIS	8 145	8 270	15 509
SUBTOTAL II	9 053	14 903	27 810
TOTAL	40 931	55 824	82 731

Fontes: Banco Central do Brasil e Banco Nacional da Habitação.

BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO

TÍTULOS NEGOCIADOS

Quantidade — Janeiro a Março

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ Milhões		Participação Percentual		Variação	
	1971	1972	1971	1972	Absoluta	Percentual
VENDAS À VISTA	574,3	494,9	86,8	92,2	— 79,6	— 13,9
Bancos e Instituições Financeiras	26,9	50,4	4,1	9,4	23,5	87,4
Banco do Brasil (*)	8,5	6,9	31,6	13,7	— 1,6	— 18,8
Acesita	73,1	22,2	11,0	4,1	— 50,9	— 69,6
Demais Títulos	474,5	422,3	71,7	78,7	— 52,2	— 11,0
VENDAS A TERMO	87,1	41,6	13,2	7,8	— 45,5	— 52,2
Bancos e Instituições Financeiras	2,9	0,9	0,4	0,2	— 2,0	— 69,0
Banco do Brasil (*)	1,6	0,4	55,2	44,4	— 1,2	— 75,0
Acesita	13,1	2,6	2,0	0,5	— 10,5	— 80,2
Demais Títulos	71,1	38,1	10,8	7,1	— 33,0	— 46,4
TOTAL	661,6	536,5	100,0	100,0	—125,1	— 18,9
Bancos e Instituições Financeiras	29,8	51,3	4,5	9,6	21,5	72,1
Banco do Brasil (*)	10,1	7,3	33,9	14,2	— 2,8	— 27,7
Acesita	86,2	24,8	13,0	4,6	— 61,4	— 71,2
Demais Títulos	545,6	460,4	82,5	85,8	— 85,2	— 15,6

(*) Participação no total de "Bancos e Instituições Financeiras".

Fonte dos dados brutos: BVRJ.

BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO

TÍTULOS NEGOCIADOS

Valor — Janeiro a Março

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ Milhões		Participação Percentual		Variação		
	1971	1972	1971	1972	Absoluta	Percentual	
						Nominal	Real
VENDAS À VISTA	2 269,3	2 280,9	85,1	91,6	11,6	0,5	— 16,1
Bancos e Instituições Financeiras	384,5	323,8	14,4	13,0	—151,7	— 39,5	— 49,4
Banco do Brasil (*)	265,9	185,0	69,2	57,1	— 80,9	— 30,4	— 41,9
Acesita	142,6	56,4	5,4	2,3	— 86,2	— 60,4	— 67,0
Demais Títulos	1 742,2	1 900,7	65,3	76,3	158,5	9,1	— 8,9
VENDAS A TERMO	397,0	209,6	14,9	8,4	—187,4	— 47,2	— 55,9
Bancos e Instituições Financeiras	89,9	13,9	3,4	0,6	— 76,0	— 84,5	— 87,1
Banco do Brasil (*)	56,3	11,9	62,6	85,6	— 44,4	— 78,9	— 82,3
Acesita	28,0	6,9	1,0	0,3	— 21,1	— 75,4	— 79,4
Demais Títulos	279,1	188,8	10,5	7,5	— 90,3	— 32,4	— 43,5
TOTAL	2 666,3	2 490,5	100,0	100,0	—175,8	— 6,6	— 22,0
Bancos e Instituições Financeiras	474,4	337,7	17,8	13,6	—136,7	— 28,8	— 40,6
Banco do Brasil (*)	322,2	196,9	67,9	58,3	—125,1	— 38,9	— 49,0
Acesita	170,6	63,3	6,4	2,5	—107,3	— 62,9	— 69,0
Demais Títulos	2 021,3	2 089,5	75,8	83,9	68,2	3,4	— 13,7

(*) Participação no total de "Bancos e Instituições Financeiras".

Fonte dos dados brutos: BVRJ.

EXPORTAÇÃO

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR – EXPORTAÇÕES FINANCIADAS

US\$ 1,000 (FOB)

PAÍSES	Janeiro—Março-1971		Janeiro—Março-1972	
	Valor Faturado	Financiado pela CACEX	Valor Faturado	Financiado pela CACEX
Angola	28	19	64	51
Argentina	2 325	2 238	1 631	1 627
Bolívia	228	199	841	736
Canadá	21	16	—	—
Chile	—	—	996	1 015
Colômbia	244	204	305	314
Equador	125	114	570	569
Itália	—	—	131	131
México	239	189	380	305
Paraguai	108	97	180	173
Peru	171	155	334	315
Portugal	—	—	9	8
União Sul-Africana	8	9	—	—
Uruguai	731	677	329	305
Venezuela	181	173	1 315	1 117
TOTAL	4 409	1 090	7 085	6 666

Fonte: CACEX/NUCEX.

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

101

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL
1950

BANCO DO BRASIL**BALANCETES**

Saldos em Cr\$ 1.000

ATIVO	31.1.72	29.2.72	29.3.72
DISPONÍVEL — Caixa	237 535	263 031	102 156
REALIZÁVEL	51 445 614	52 401 512	55 018 457
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	14 234 424	14 088 780	14 149 449
A Produção	6 609 985	6 544 716	6 592 094
Agrícola	641 022	586 487	552 801
Animal	429 514	452 755	469 113
Industrial	5 202 195	5 189 112	5 270 532
A cooperativas de produção	337 254	316 362	299 648
Ao Comércio	2 583 372	2 459 723	2 430 942
De produtos agrícolas	798 689	733 610	727 498
De produtos de origem animal	31 827	33 842	36 147
De produtos industriais	1 597 797	1 598 462	1 654 296
Não especificados	155 059	93 809	13 001
A Atividades não Especificadas	1 520 838	1 571 840	1 614 097
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/65)	3 403 323	3 403 319	3 403 316
A Governos Estaduais e Municipais	51 294	52 237	51 955
A Autarquias	40 936	32 000	32 000
A Instituições Financeiras	24 676	24 945	25 045
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	8 905 906	9 052 718	9 284 445
A Produção	7 082 775	7 224 341	7 524 957
Agrícola	4 702 181	4 806 384	5 034 304
Animal	2 091 564	2 135 808	2 204 915
A cooperativas de produção	289 030	282 149	285 738
Ao Comércio			
De produtos agrícolas	1 785 802	1 790 288	1 721 453
A Governos Estaduais	2 491	3 251	3 197
A Autarquias	34 838	34 838	34 838
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	827 560	749 668	912 644
A Produção			
Industrial	185 036	187 204	203 964
Ao Comércio			
De produtos industriais	443 934	356 231	487 709
Operações vinculadas ao FINEX	198 590	206 233	220 971
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	752 625	760 080	796 234
A Produção	205 978	217 427	246 054
Animal	152	152	189
Industrial	205 826	217 275	245 865
Ao Comércio	381 281	379 394	390 224
De produtos agrícolas	557	1 133	1 027
De produtos de origem animal	748	793	766
De produtos industriais	379 976	377 468	388 431
A Atividades não Especificadas	165 366	163 259	159 956
OUTROS CRÉDITOS	25 945 999	26 965 083	29 062 214
Banco Central, recolhimento compulsório	612 109	525 938	576 171
Tesouro Nacional — responsabilidades da União	4 114 839	4 035 491	4 601 426
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	147 041	128 014	249 118
Aplicações do programa de formação do PASEP	344 924	417 325	491 346
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	711 935	792 217	935 042
Créditos em liquidação	183 114	187 013	193 898
Correspondentes no País	12 289	11 459	12 900
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	9 841 740	10 121 421	10 026 230
Departamentos no País	3 174 989	4 169 192	3 969 488
Devedores por repasses de recursos externos	828 083	897 366	977 272
Outras contas	5 974 836	5 679 647	7 029 323
VALORES E BENS	779 100	785 183	813 471
IMOBILIZADO	736 366	753 267	776 330
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	231 427	430 171	621 466
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	8 536 725	8 702 037	9 595 948
TOTAL	61 187 667	62 550 018	66 114 357

BANCO DO BRASIL**BALANCETES**

Saldos em Cr\$ 1.000

PASSIVO	31.1.72	29.2.72	29.3.72
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	3 232 403	3 232 362	3 232 736
EXIGÍVEL	46 176 572	47 160 704	49 517 035
DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO	21 420 230	21 992 460	23 734 315
Do público (diversos)	4 541 379	4 462 363	4 690 098
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	308 799	299 775	264 637
Saldos credores de empréstimos	538	278	1 094
De bancos	3 267 308	3 276 677	3 509 798
De outras instituições financeiras	498 554	517 895	711 861
Do Tesouro Nacional	8 159 756	8 344 180	9 217 258
De governos estaduais	282 957	263 119	304 032
De governos municipais	185 781	163 496	190 709
De autarquias — Banco Central	1 405 772	1 405 772	1 405 579
De outras autarquias	2 170 150	2 622 497	2 911 891
De sociedades de economia mista	599 238	636 406	527 958
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	413 019	419 258	477 609
Do público (diversos)	412 757	418 994	477 428
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	262	264	181
De autarquias	—	—	—
OUTRAS EXIGIBILIDADES	20 018 191	20 218 071	20 603 515
Cheques e documentos a liquidar	389 738	333 798	320 279
Cobrança efetuada, em trânsito	700 820	731 767	611 245
Ordens de pagamento	268 832	275 377	222 376
Correspondentes no País	2 216	1 849	1 764
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	4 406 634	4 393 556	4 558 967
Banco Central — conta de movimento	10 162 346	10 632 336	9 988 489
Outras contas	4 087 605	3 849 388	5 100 395
OBRIGAÇÕES (Especiais)	4 325 132	4 530 915	4 501 596
Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	155	155	152
Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Dec.-lei 263/67)	301	301	301
Banco Central, refinanciamento de operações	71 544	74 536	75 612
Banco Central, aprovisionamento de recursos destinados a operações do Fundo para Investimentos Sociais	60 733	60 433	61 753
Banco Central, suprimento p/ operações sobre exportações (Lei 5.025/66)	175 037	196 982	227 503
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à indústria salineira, à agroindústria canavieira do Nordeste, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com o IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais	942 194	963 692	981 875
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e de pesca	76 655	76 716	78 870
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	841 727	804 554	561 978
Programa de formação do PASEP	293 164	367 156	440 985
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP	50 000	50 000	50 000
Depósitos obrigatórios — FGTS	135 341	151 589	119 051
Caixa Econômica Federal — PIS	2 073	6 459	3 187
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	64 553	64 553	65 459
Outras contas	1 611 655	1 713 789	1 834 870
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	3 241 967	3 454 915	3 768 638
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	8 536 725	8 702 037	9 595 948
TOTAL	61 187 667	62 550 018	66 114 357

BANCO DO BRASIL**DEPÓSITOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	457 320	447 472	489 552	660 249	700 751	709 117
Acre	16 799	13 735	16 115	16 569	19 335	17 554
Amazonas	79 812	77 254	80 492	109 543	119 521	122 710
Pará	124 517	118 447	126 694	161 899	179 842	174 901
Maranhão	41 224	44 296	55 793	75 703	70 162	77 747
Piauí	35 372	33 043	38 775	61 371	68 719	71 052
Mato Grosso	93 277	96 767	100 301	161 805	171 546	170 465
Rondônia	22 157	18 787	25 835	23 757	24 978	25 813
Roraima	23 430	23 750	25 640	24 705	23 666	26 225
Amapá	20 732	21 393	19 907	24 897	22 982	22 650
2.ª REGIÃO	1 049 134	1 090 007	1 066 010	1 343 419	1 355 889	1 480 860
Ceará	190 995	156 496	166 954	220 231	214 425	245 867
Rio Grande do Norte	54 924	52 453	53 863	67 013	61 783	63 712
Paraíba	66 318	61 280	67 562	93 924	94 844	103 642
Pernambuco	315 286	332 169	332 032	404 376	404 215	447 490
Alagoas	76 874	86 594	67 212	80 746	89 278	92 356
Sergipe	45 353	48 991	43 643	59 399	68 620	60 663
Bahia	299 384	352 024	334 744	417 730	422 724	467 130
3.ª REGIÃO	5 663 259	5 682 194	5 446 882	6 605 452	7 119 110	7 784 769
Espírito Santo	103 314	102 494	105 711	155 641	151 428	141 485
Rio de Janeiro	278 608	324 173	309 857	358 886	357 145	372 187
Guanabara	5 281 337	5 255 527	5 031 314	6 090 925	6 610 537	7 271 097
4.ª REGIÃO	7 015 677	6 899 551	6 553 427	7 481 021	7 533 323	7 699 634
Goiás	101 149	120 162	134 970	150 489	159 141	170 364
Distrito Federal	6 316 881	6 135 372	5 754 347	6 490 138	6 615 080	6 683 874
Minas Gerais	597 647	644 017	664 110	840 394	759 102	845 396
5.ª REGIÃO	2 779 402	3 173 163	3 014 470	3 831 489	3 867 447	4 574 608
São Paulo	2 779 402	3 173 163	3 014 470	3 831 489	3 867 447	4 574 608
6.ª REGIÃO	516 187	538 624	568 489	878 624	910 143	912 947
Paraná	342 862	349 784	374 088	618 672	661 050	644 517
Santa Catarina	173 325	188 840	194 401	259 952	249 093	268 430
7.ª REGIÃO	768 608	711 326	777 338	1 032 995	925 055	1 049 989
Rio Grande do Sul	768 608	711 326	777 338	1 032 995	925 055	1 049 989
BRASIL	18 249 587	18 542 337	17 916 168	21 833 249	22 411 718	24 211 924
GRANDES REGIÕES						
NORTE	287 447	273 366	294 683	361 370	390 324	389 853
NORDESTE	1 125 730	1 167 346	1 160 578	1 480 493	1 494 770	1 629 659
SUDESTE	9 040 308	9 499 374	9 125 462	11 277 335	11 745 659	13 204 773
SUL	1 284 795	1 249 950	1 345 827	1 911 619	1 835 198	1 962 936
CENTRO-OESTE	6 511 307	6 352 301	5 989 618	6 802 432	6 945 767	7 024 703

BANCO DO BRASIL**DEPÓSITOS**

Saldo em Cr\$ 1.000 - 29 de março de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	TOTAL	PÚBLICO	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	ENTIDADES PÚBLICAS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS				
1.ª REGIÃO	709 117	218 139	133 441	357 537
Acre	17 554	6 905	3 838	7 013
Amazonas	122 710	18 307	26 358	78 047
Pará	174 901	37 704	30 690	106 507
Maranhão	77 747	33 509	18 414	25 824
Plauf	71 052	21 969	19 630	29 453
Mato Grosso	170 465	84 013	25 915	60 537
Rondônia	25 813	7 557	5 244	13 012
Roraima	26 225	4 869	2 468	18 890
Amapá	22 650	3 306	1 090	18 254
2.ª REGIÃO	1 480 860	484 090	502 842	493 928
Ceará	245 867	70 378	92 614	82 875
Rio Grande do Norte	63 712	26 882	15 757	21 073
Paraíba	103 642	38 893	32 757	31 992
Pernambuco	447 490	126 777	170 012	150 701
Alagoas	92 356	25 561	36 892	29 903
Sergipe	60 663	21 119	14 692	24 852
Bahia	467 130	174 480	140 118	152 532
3.ª REGIÃO	7 784 769	1 443 259	1 335 148	5 006 362
Espírito Santo	141 485	56 696	20 600	64 189
Rio de Janeiro	372 187	147 547	60 060	164 580
Guanabara	7 271 097	1 239 016	1 254 488	4 777 593
4.ª REGIÃO	7 699 634	594 115	302 680	6 802 839
Golás	170 364	105 752	26 061	38 551
Distrito Federal	6 683 874	103 663	97 758	5 482 453
Minas Gerais	845 396	384 700	178 861	281 835
5.ª REGIÃO	4 574 608	1 732 019	1 512 013	1 330 578
São Paulo	4 574 608	1 732 019	1 512 013	1 330 578
6.ª REGIÃO	912 947	408 515	240 060	264 372
Paraná	644 517	265 950	198 628	179 939
Santa Catarina	268 430	142 565	41 432	84 433
7.ª REGIÃO	1 049 989	553 301	194 875	301 813
Rio Grande do Sul	1 049 989	553 301	194 875	301 813
BRASIL	24 211 924	5 433 438	4 221 059	14 557 427
GRANDES REGIÕES				
NORTE	389 853	78 648	69 482	241 723
NORDESTE	1 629 659	539 568	540 886	549 205
SUDESTE	13 204 773	3 559 978	3 026 022	6 616 773
SUL	1 962 936	961 816	434 935	566 185
CENTRO-OESTE	7 024 703	293 428	149 734	6 581 541

BANCO DO BRASIL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	614 563	628 491	641 339	932 600	951 473	972 718
Acre	8 872	9 774	10 703	21 806	23 591	27 767
Amazonas	49 500	49 856	54 166	86 987	90 580	86 693
Pará	101 929	106 231	109 707	126 051	132 284	139 907
Maranhão	85 341	84 462	82 894	138 029	132 886	131 453
Piauí	88 937	90 981	92 119	138 118	137 369	139 101
Mato Grosso	246 957	253 784	258 126	384 640	398 719	411 892
Rondônia	18 083	17 795	18 256	21 429	21 159	19 886
Roraima	6 444	6 649	6 572	7 652	7 608	7 991
Amapá	8 500	8 959	8 796	7 888	7 277	8 028
2.ª REGIÃO	1 613 898	1 629 786	1 668 316	2 549 460	2 566 396	2 619 930
Ceará	250 574	255 739	258 086	392 852	384 990	396 256
Rio Grande do Norte	109 284	111 012	112 669	179 550	185 231	193 097
Paraíba	164 927	168 731	176 766	285 910	290 727	299 068
Pernambuco	430 716	435 215	439 914	625 841	655 362	673 275
Alagoas	129 831	121 249	123 805	208 348	197 205	181 658
Sergipe	68 776	69 832	71 043	115 340	117 655	122 971
Bahia	459 790	468 008	486 033	741 619	735 226	753 605
3.ª REGIÃO	2 145 822	2 161 842	2 223 280	2 982 649	3 000 441	3 084 015
Espírito Santo	161 211	163 095	167 867	214 334	217 176	221 899
Rio de Janeiro	311 047	336 557	349 149	443 071	455 839	481 932
Guanabara	1 673 564	1 662 190	1 706 264	2 325 244	2 327 426	2 380 184
4.ª REGIÃO	5 967 249	6 260 300	5 915 061	6 408 674	6 350 425	6 513 513
Goiás	470 041	476 993	484 192	657 180	675 663	702 717
Distrito Federal	4 165 314	4 443 463	4 057 424	4 037 332	3 953 921	4 080 649
Minas Gerais	1 331 894	1 339 844	1 373 445	1 714 162	1 720 841	1 730 147
5.ª REGIÃO	3 613 017	3 679 227	3 779 170	5 213 172	5 201 343	5 248 087
São Paulo	3 613 017	3 679 227	3 779 170	5 213 172	5 201 343	5 248 087
6.ª REGIÃO	1 506 948	1 537 665	1 574 283	2 314 273	2 259 457	2 281 658
Paraná	1 019 757	1 045 981	1 072 058	1 651 842	1 607 255	1 618 496
Santa Catarina	487 191	491 684	502 225	662 431	652 202	663 162
7.ª REGIÃO	2 684 893	2 740 230	2 799 027	4 319 687	4 321 711	4 422 851
Rio Grande do Sul	2 684 893	2 740 230	2 799 027	4 319 687	4 321 711	4 422 851
BRASIL	18 146 390	18 637 541	18 600 476	24 720 515	24 651 246	25 142 772
GRANDES REGIÕES						
NORTE	193 328	199 264	208 200	271 813	282 499	290 272
NORDESTE	1 788 176	1 805 229	1 843 329	2 825 607	2 836 651	2 890 484
SUDESTE	7 090 733	7 180 913	7 375 895	9 909 983	9 922 625	10 062 249
SUL	4 191 841	4 277 895	4 373 310	6 633 960	6 581 168	6 704 509
CENTRO-OESTE	4 882 312	5 174 240	4 799 742	5 079,152	5 028 303	5 195 258

BANCO DO BRASIL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000 - 29 de março de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	TOTAL	PRODUÇÃO	COMÉRCIO	ATIVIDADES NÃO ESPECIFICADAS	OUTROS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS					
1.ª REGIÃO	972 718	746 003	147 516	78 026	1 173
Acre	27 767	21 264	4 215	2 288	—
Amazonas	86 693	50 026	33 709	2 958	—
Pará	139 907	100 623	23 372	15 729	183
Maranhão	131 453	85 191	34 048	11 614	600
Piauí	139 101	109 759	17 545	11 407	390
Mato Grosso	411 892	357 158	26 917	27 817	—
Rondônia	19 886	11 799	6 012	2 075	—
Roraima	7 991	4 580	628	2 783	—
Amapá	8 028	5 603	1 070	1 355	—
2.ª REGIÃO	2 619 930	2 059 143	411 085	148 545	1 157
Ceará	396 256	300 542	64 503	30 987	224
Rio Grande do Norte	193 097	155 055	26 978	10 919	145
Paraíba	299 068	255 931	31 191	11 680	268
Pernambuco	673 275	471 411	177 903	23 961	—
Alagoas	181 658	163 648	10 347	7 663	—
Sergipe	122 971	107 035	9 223	6 681	32
Bahia	753 605	605 521	90 940	56 654	490
3.ª REGIÃO	3 084 015	1 311 779	744 935	943 430	83 871
Espírito Santo	221 899	144 825	60 119	16 322	633
Rio de Janeiro	481 932	393 082	37 468	51 382	—
Guanabara	2 380 184	773 872	647 348	875 726	83 238
4.ª REGIÃO	6 513 513	2 055 454	875 514	178 430	3 406 115
Goiás	702 717	635 546	35 856	31 315	—
Distrito Federal	4 080 649	14 664	647 388	15 282	3 403 315
Minas Gerais	1 730 147	1 405 244	192 270	129 833	2 800
5.ª REGIÃO	5 248 087	4 104 792	937 592	197 058	8 645
São Paulo	5 248 087	4 104 792	937 592	197 058	8 645
6.ª REGIÃO	2 281 658	1 805 546	345 677	127 425	3 010
Paraná	1 618 496	1 270 201	274 844	70 441	3 010
Santa Catarina	663 162	535 345	70 833	56 984	—
7.ª REGIÃO	4 422 851	2 494 752	1 778 581	103 138	46 380
Rio Grande do Sul	4 422 851	2 494 752	1 778 581	103 138	46 380
BRASIL	25 142 772	14 577 469	5 240 900	1 774 052	3 550 351
GRANDES REGIÕES					
NORTE	290 272	193 895	69 006	27 188	183
NORDESTE	2 890 484	2 254 093	462 678	171 566	2 147
SUDESTE	10 062 249	6 821 815	1 874 797	1 270 321	95 316
SUL	6 704 509	4 300 298	2 124 258	230 583	49 390
CENTRO-OESTE	5 195 258	1 007 368	710 161	74 414	3 403 315

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO
 Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	614 356	628 284	641 132	931 408	950 298	971 545
Acre	8 872	9 774	10 703	21 806	23 591	27 767
Amazonas	49 500	49 856	54 166	86 987	90 580	86 693
Pará	101 756	106 058	109 534	125 866	132 099	139 724
Maranhão	85 341	84 462	82 894	137 423	132 286	130 853
Piauí	88 903	90 947	92 085	137 717	136 979	138 711
Mato Grosso	246 957	253 784	258 126	384 640	398 719	411 892
Rondônia	18 083	17 795	18 256	21 429	21 159	19 886
Roraima	6 444	6 649	6 572	7 652	7 608	7 991
Amapá	8 500	8 959	8 796	7 888	7 277	8 028
2.ª REGIÃO	1 613 314	1 629 202	1 667 740	2 548 256	2 565 202	2 618 773
Ceará	250 574	255 739	258 086	392 599	384 747	396 032
Rio Grande do Norte	109 284	111 012	112 669	179 405	185 086	192 952
Paraíba	164 927	168 731	176 766	285 627	290 444	298 802
Pernambuco	430 716	435 215	439 914	625 841	655 362	673 275
Alagoas	129 815	121 232	123 797	208 348	197 205	181 658
Sergipe	68 776	69 832	71 043	115 307	117 622	122 939
Bahia	459 222	467 441	485 465	741 129	734 736	753 115
3.ª REGIÃO	2 100 773	2 116 213	2 176 381	2 890 209	2 916 670	3 000 144
Espírito Santo	160 560	162 444	167 220	213 699	216 542	221 266
Rio de Janeiro	311 047	336 557	349 149	443 071	455 839	481 932
Guanabara	1 629 166	1 617 212	1 660 012	2 233 439	2 244 289	2 296 946
4.ª REGIÃO	2 561 546	2 854 597	2 509 364	3 003 333	2 944 291	3 107 398
Golás	470 041	476 993	484 192	657 180	675 663	702 717
Distrito Federal	761 941	1 040 090	654 051	634 009	550 602	677 334
Minas Gerais	1 329 564	1 337 514	1 371 121	1 712 144	1 718 026	1 727 347
5.ª REGIÃO	3 606 217	3 672 427	3 772 370	5 204 526	5 192 698	5 239 442
São Paulo	3 606 217	3 672 427	3 772 370	5 204 526	5 192 698	5 239 442
6.ª REGIÃO	1 505 895	1 536 612	1 573 244	2 313 212	2 256 401	2 278 648
Paraná	1 018 704	1 044 928	1 071 019	1 650 781	1 604 199	1 615 486
Santa Catarina	487 191	491 684	502 225	662 431	652 202	663 162
7.ª REGIÃO	2 669 304	2 725 531	2 785 460	4 272 012	4 275 096	4 376 471
Rio Grande do Sul	2 669 304	2 725 531	2 785 460	4 272 012	4 275 096	4 376 471
BRASIL	14 671 405	15 162 866	15 125 691	21 162 956	21 100 656	21 592 421
GRANDES REGIÕES						
NORTE	193 155	199 091	208 027	271 628	282 314	290 089
NORDESTE	1 787 558	1 804 611	1 842 719	2 823 396	2 834 467	2 888 337
SUDESTE	7 036 554	7 126 154	7 319 872	9 806 879	9 827 394	9 966 933
SUL	4 175 199	4 262 143	4 358 704	6 585 224	6 531 497	6 655 119
CENTRO-OESTE	1 478 939	1 770 867	1 396 369	1 675 829	1 624 984	1 791 943

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	289 740	297 419	304 651	419 827	417 350	416 934
Acre	6 254	6 704	7 563	11 756	11 672	12 529
Amazonas	32 124	33 493	36 326	53 403	56 989	54 736
Pará	70 375	72 326	75 194	79 919	80 066	82 859
Maranhão	50 389	50 538	48 918	82 039	76 609	73 024
Piauí	41 427	41 312	41 283	54 878	51 669	52 224
Mato Grosso	70 730	74 212	76 270	116 824	119 824	120 691
Rondônia	9 840	9 631	10 143	11 643	11 508	10 665
Roraima	3 456	3 593	3 470	4 464	4 537	4 958
Amapá	5 145	5 610	5 484	4 901	4 496	5 248
2.ª REGIÃO	912 074	921 324	931 043	1 248 451	1 245 120	1 284 181
Ceará	145 323	144 168	140 310	211 807	192 695	190 474
Rio Grande do Norte	61 055	60 868	59 362	93 338	92 450	94 291
Paraíba	81 338	81 405	83 160	115 398	113 604	112 956
Pernambuco	302 844	309 591	309 025	373 981	402 385	421 432
Alagoas	58 412	55 123	60 617	81 982	81 386	77 255
Sergipe	31 272	32 761	34 105	45 194	46 838	49 292
Bahia	231 830	237 408	244 464	326 751	315 762	318 481
3.ª REGIÃO	1 682 188	1 692 244	1 739 348	2 318 863	2 338 439	2 402 605
Espírito Santo	108 205	109 225	109 924	112 723	116 217	118 653
Rio de Janeiro	206 603	222 537	231 746	291 356	300 198	318 430
Guanabara	1 367 380	1 360 482	1 397 678	1 914 784	1 922 024	1 965 522
4.ª REGIÃO	4 370 018	4 433 633	4 364 477	4 503 114	4 481 592	4 469 246
Goiás	115 440	122 535	124 301	158 006	160 210	162 950
Distrito Federal	3 505 384	3 567 743	3 483 305	3 435 306	3 431 572	3 438 857
Minas Gerais	749 194	743 355	756 871	909 802	889 810	872 439
5.ª REGIÃO	2 392 466	2 403 930	2 523 931	3 528 216	3 480 604	3 465 070
São Paulo	2 392 466	2 403 930	2 523 931	3 528 216	3 480 604	3 465 070
6.ª REGIÃO	711 693	720 464	727 840	1 236 483	1 144 686	1 122 734
Paraná	434 629	438 412	437 430	857 071	772 974	742 230
Santa Catarina	277 064	282 052	290 410	379 412	371 712	380 504
7.ª REGIÃO	704 962	716 408	733 902	979 470	980 989	1 008 679
Rio Grande do Sul	704 962	716 408	733 902	979 470	980 989	1 008 679
BRASIL	11 063 141	11 185 422	11 325 192	14 234 424	14 088 780	14 149 449
GRANDES REGIÕES						
NORTE	127 194	131 357	138 180	166 086	169 248	170 995
NORDESTE	1 003 890	1 013 174	1 021 244	1 385 368	1 373 398	1 389 429
SUDESTE	4 823 848	4 839 529	5 020 150	6 756 881	6 708 853	6 740 114
SUL	1 416 655	1 436 872	1 461 742	2 215 953	2 125 675	2 131 413
CENTRO-OESTE	3 691 554	3 764 490	3 683 876	3 710 136	3 711 606	3 717 498

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
MERCADO INTERNO	568 340	581 012	587 575	899 080	819 298	741 047
Agave ou sisal	1 336	1 437	1 452	1 117	1 220	1 365
Algodão	34 438	36 072	47 564	71 462	61 373	59 519
Amendoim	15 327	27 602	27 777	5 087	10 527	20 409
Arroz	61 781	55 908	46 492	54 231	46 346	45 816
Babaçu	203	186	169	211	212	130
Cacau	9 929	11 294	11 548	11 812	11 753	10 324
Café	352 260	353 671	353 118	615 593	550 696	462 379
Cana-de-açúcar	4 768	5 419	5 681	6 419	6 176	6 649
Castanha-do-pará	437	488	636	1 726	1 571	1 913
Cêra de carnaúba	649	742	759	441	583	750
Erva-mate	439	572	426	670	626	694
Feijão	6 282	7 235	6 988	3 614	3 724	3 747
Fumo	2 331	2 563	2 919	3 284	3 900	3 764
Girassol	86	86	86	51	51	52
Juta e malva	474	713	1 457	1 681	2 725	4 972
Mandioca	3 902	3 999	4 069	5 366	5 510	5 708
Mamona	1 036	902	821	1 062	1 005	708
Milho	21 095	21 077	18 914	17 722	16 283	16 440
Soja	6 948	5 119	7 618	28 400	21 992	18 526
Sorgo granífero	—	—	—	—	—	28
Trigo	476	482	424	1 043	1 033	1 042
Outros	44 143	45 445	48 657	68 088	71 992	76 112
COMPOSIÇÕES	3 888	3 781	3 961	10 365	10 767	10 098
TOTAL	572 228	584 793	591 536	909 445	830 065	751 145

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
MERCADO INTERNO	285 377	298 487	314 418	448 446	473 562	491 870
Aves	5 279	5 082	5 253	7 440	7 664	8 602
Bovinos - engorda	90 221	95 572	103 744	144 092	154 569	159 909
Bovinos - produção de carne	80 738	82 567	88 750	128 626	137 205	141 757
Bovinos - produção de leite	26 092	27 019	26 875	38 702	40 397	43 340
Bovinos - recriação	20 754	21 226	22 091	32 040	33 410	35 643
Lã	3 681	4 804	4 482	5 666	6 261	7 071
Leite	6 631	6 744	6 678	12 281	12 660	13 481
Ovinos	44	72	19	319	327	116
Pescado	2 134	2 116	2 565	4 114	3 999	4 519
Suínos	8 339	8 722	8 596	12 394	11 756	10 554
Outros	41 464	44 563	45 365	62 772	65 314	66 878
COMPOSIÇÕES	662	815	818	1 422	1 321	1 228
TOTAL	286 039	299 302	315 236	449 868	474 883	493 098

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	51 823	50 047	51 954	72 329	70 346	74 079
Adübos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	3 677	3 838	3 796	4 042	3 909	4 041
Carvão mineral	5 002	4 165	5 274	8 065	7 732	7 684
Minério de ferro	476	437	367	519	650	713
Minério de manganês	28	6	8	233	123	187
Sal marinho	16 837	16 053	15 042	20 217	20 305	21 053
Outros minerais metálicos	4 021	3 658	4 765	4 638	3 779	4 448
Outros minerais não metálicos	11 456	11 313	11 531	17 927	17 843	18 640
Outros	10 326	10 577	11 171	16 688	16 005	17 313
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3 306 352	3 332 116	3 462 565	4 831 210	4 848 773	4 968 489
Açúcar	129 383	134 543	156 427	190 013	179 559	210 443
Adübos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	38 435	42 414	46 208	45 553	56 156	56 169
Agave ou sisal	56	52	36	—	—	—
Algodão	15 224	13 196	13 187	32 209	30 617	25 296
Amendoim	158	604	2 244	760	321	310
Aparelhos eletrodomésticos	52 355	51 898	50 853	62 025	62 486	62 455
Arroz	14 646	18 546	19 933	19 677	14 299	14 505
Borracha	12 526	12 853	12 392	18 335	18 329	20 174
Cacau	98	112	1 900	8 001	7 950	7 925
Café	—	—	—	8 936	13 360	16 117
Carne	71 069	71 602	75 304	84 872	82 880	85 784
Couros e peles	23 190	25 157	24 991	23 425	25 342	30 866
Feijão	—	—	—	132	112	103
Fumo	5 337	6 371	6 719	5 734	7 381	9 082
Juta e malva	2 805	3 327	2 602	5 115	4 881	2 832
Leite	13 220	13 288	13 068	15 486	15 763	16 060
Mandioca	1 161	1 043	677	1 455	1 669	1 608
Mamona	144	209	107	2 157	2 139	1 214
Máquinas e aparelhos para a agricultura	16 118	16 988	18 407	28 535	30 112	32 284
Metalúrgica	525 335	516 878	521 961	771 422	792 543	807 587
Milho	1 753	1 184	1 149	1 544	1 473	1 680
Papel e papelão	73 518	73 174	73 318	108 382	110 588	114 689
Pescado	8 784	7 735	8 721	12 840	15 577	14 949
Petróleo	1 268	1 130	1 110	2 083	2 033	1 918
Produtos farmacêuticos e medicinais	31 763	33 041	39 759	51 102	53 271	54 281
Sacaria	8 078	7 455	7 721	7 310	8 049	8 354
Soja	6 786	6 381	4 495	12 917	16 328	16 441
Têxtil	519 347	524 464	554 427	749 774	737 570	753 420
Tratores agrícolas e implementos	5 002	4 711	4 426	5 558	5 503	5 135
Trigo estrangeiro	56 083	38 319	25 308	65 486	50 728	49 460
Veículos automotores, autopeças e acessórios	112 119	109 823	113 477	155 069	156 441	160 095
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	195 865	193 026	202 684	283 390	273 539	285 652
Embarcações, motores, peças e acessórios	3 058	2 889	2 720	1 044	867	709
Outros materiais elétricos e de comunicações	80 786	79 253	83 420	108 036	114 090	116 936
Outros veículos e materiais de transporte	15 141	14 922	16 195	19 707	21 421	17 908
Outros produtos alimentares	204 114	208 479	214 582	293 752	290 091	299 473
Outros produtos da indústria mecânica	91 754	93 339	101 037	135 260	137 479	142 733
Outros produtos químicos	92 099	92 974	95 804	133 801	143 510	143 327
Outros	879 774	910 736	945 196	1 360 313	1 364 316	1 380 557
CONSTRUÇÃO CIVIL	597	589	9 275	20 786	21 525	17 296
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	28 659	28 553	31 643	40 299	39 725	38 992
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	33	291	526	4 799	4 890	2 928
COMPOSIÇÕES	26 368	26 354	25 572	28 199	29 055	30 523
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	6 628	6 611	6 773	8 229	7 991	8 006
ARMAZENAMENTO	994	871	758	437	375	313
OUTROS FINS (*)	49 982	49 575	47 454	244 384	217 087	207 245
CONVÊNIO COM O IBC-GERCA	67	35	17	—	—	—
TOTAL	3 471 503	3 495 042	3 636 537	5 250 672	5 239 767	5 347 851

(*) Inclusive as operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
MERCADO INTERNO	615 979	601 457	585 995	771 121	707 565	700 468
Agave ou sisal	1 958	1 949	2 161	1 568	1 482	1 742
Algodão	55 067	50 315	46 541	83 774	75 064	71 182
Amendolm	2 882	4 503	5 520	1 029	2 373	2 924
Arroz	91 836	83 380	74 517	31 463	27 334	24 782
Babaçu	5 366	5 038	4 883	4 037	4 199	3 917
Cacau	889	1 299	1 368	940	957	747
Café	401 789	401 046	396 645	597 800	546 281	546 985
Castanha-do-pará	892	1 022	1 761	935	882	556
Cêra de carnaúba	1 377	949	973	504	715	898
Feijão	5 105	4 966	4 411	4 150	4 019	3 758
Fumo	3 033	2 971	3 058	3 143	3 172	3 310
Girassol	35	35	35	—	—	—
Juta e malva	14 679	14 138	13 461	5 224	4 818	3 682
Mandioca	1 455	1 349	1 294	191	207	209
Mamona	372	306	134	373	341	230
Milho	4 966	3 960	3 989	4 998	4 225	4 224
Soja	864	950	1 276	2 089	1 513	1 160
Trigo	32	30	67	77	54	64
Outros	23 382	23 251	23 901	28 826	29 929	30 098
PARA EXPORTAÇÃO	11 161	10 994	10 518	4 701	3 485	3 175
Algodão	30	30	29	—	—	—
Cacau	258	258	276	404	126	—
Café	10 492	10 433	10 186	4 297	3 359	3 175
Outros	381	273	27	—	—	—
COMPOSIÇÕES	22 115	22 616	20 714	22 306	22 016	23 312
PARA INVESTIMENTOS - FIRAE	—	—	—	560	544	543
TOTAL	649 255	635 067	617 227	798 688	733 610	727 498

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Saldos em Cr\$ 1,000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
MERCADO INTERNO	38 227	39 362	40 019	30 134	32 224	34 344
Bovinos - engorda	9 374	9 261	9 660	4 743	5 688	5 937
Bovinos - produção de carne	3 797	3 552	3 742	2 688	2 929	3 221
Bovinos - produção de leite	228	262	260	180	172	204
Bovinos - recriação	165	163	123	97	131	9
Carne	3 869	3 869	3 780	4 649	4 703	4 454
Couros e peles	9 796	10 304	10 414	8 134	8 142	8 485
Lã	3 305	4 167	4 124	3 136	3 365	3 834
Leite	4 484	4 453	4 851	2 302	2 491	3 502
Pescado	449	515	188	711	865	1 056
Outros	2 760	2 816	2 877	3 494	3 738	3 642
COMPOSIÇÕES	1 455	1 414	1 437	1 625	1 552	1 737
PARA INVESTIMENTOS - FIRAE	—	—	—	68	66	66
TOTAL	39 682	40 776	41 456	31 827	33 842	36 147

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
MERCADO INTERNO	1 465 520	1 476 844	1 483 262	1 559 915	1 560 127	1 613 539
Açúcar	437 444	441 901	423 954	461 274	483 961	465 356
Atribos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	2 534	2 492	2 592	3 429	3 466	3 820
Agave ou sisal	7	—	5	—	—	—
Algodão	14 279	13 417	13 159	8 140	9 512	8 501
Amendoim	—	180	337	136	57	—
Aparelhos eletrodomésticos	39 823	39 978	40 920	43 309	43 833	45 392
Arroz	3 965	4 872	4 535	4 685	3 890	4 628
Borracha	5 046	4 740	5 025	5 293	5 830	6 221
Carne	2 813	2 826	2 689	717	547	606
Carvão mineral	411	367	456	231	218	237
Feijão	160	160	174	94	97	35
Fumo	—	—	—	—	—	88
Juta e malva	1 263	1 038	1 133	1 833	1 736	1 642
Mandioca	71	95	87	22	10	6
Mamona	109	108	116	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	12 174	12 313	13 024	15 496	16 106	17 493
Metalúrgica	72 730	73 505	71 333	72 615	68 915	71 417
Milho	76	100	139	34	23	19
Papel e papelão	13 616	13 563	13 008	9 977	9 948	10 494
Pescado	854	778	866	700	661	627
Produtos farmacêuticos e medicinais	17 807	17 887	19 296	18 755	18 827	19 738
Sacaria	1 333	1 713	2 631	1 383	2 010	2 508
Sal marinho	583	787	921	690	731	758
Soja	820	823	632	655	124	153
Têxtil	75 221	73 464	71 064	48 579	42 939	42 307
Tratores agrícolas e implementos	2 927	2 842	2 756	1 851	1 777	1 719
Veículos automotores, autopeças e acessórios	228 529	228 425	236 042	274 841	276 281	291 450
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	43 423	44 177	43 998	40 555	39 914	42 685
Outros materiais elétricos e de comunicações	20 936	20 760	21 033	16 296	15 132	16 446
Outros veículos e materiais de transporte	6 514	5 200	5 255	3 039	2 483	2 445
Outros produtos alimentares	34 580	35 935	38 952	32 469	32 208	31 370
Outros produtos da indústria mecânica	43 362	44 928	45 395	54 147	48 516	51 819
Outros produtos químicos	31 413	32 961	34 611	36 076	31 009	28 902
Outros	350 697	354 509	367 124	402 594	399 366	444 657
PARA EXPORTAÇÃO	1 432	2 348	2 967	2 335	2 286	2 526
Borracha	—	—	69	—	—	—
Cacau	1 222	2 141	2 748	2 277	2 228	2 228
Outros	210	207	150	58	58	298
DE IMPORTAÇÃO	13 999	15 443	16 571	23 116	22 628	24 632
Atribos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	97	77	140	17	4	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	204	163	113	77	52	26
Papel e papelão	—	—	—	28	12	—
Produtos farmacêuticos e medicinais	175	252	307	704	499	652
Veículos automotores, autopeças e acessórios	246	250	254	282	282	282
Outros materiais elétricos e de comunicações	143	213	306	561	687	660
Outros produtos alimentares	301	192	225	171	170	204
Outros produtos da indústria mecânica	6 638	6 653	7 079	9 799	9 241	10 450
Outros produtos químicos	1 012	1 001	1 085	1 736	1 458	1 304
Outros	5 183	6 642	7 062	9 741	10 223	11 054
COMPOSIÇÕES	5 498	5 615	5 741	6 886	7 800	7 706
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	—	—	—	5 565	5 621	5 893
TOTAL	1 486 449	1 500 250	1 508 541	1 597 797	1 598 482	1 654 296

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
 Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	20	39	44	58	77	62
Acre	—	—	—	15	5	9
Amazonas	2	5	4	5	2	4
Pará	3	2	9	5	14	8
Maranhão	10	15	14	11	31	19
Piauí	2	7	12	14	17	8
Mato Grosso	2	5	4	4	6	13
Rondônia	1	1	—	4	—	—
Roraima	—	1	1	—	1	—
Amapá	—	3	—	—	1	1
2.ª REGIÃO	110	109	147	133	130	105
Ceará	48	46	65	71	61	40
Rio Grande do Norte	9	6	1	3	8	8
Paraíba	9	5	12	11	14	7
Pernambuco	10	18	17	11	18	9
Alagoas	5	6	2	7	3	3
Sergipe	7	8	13	8	13	14
Bahia	22	20	37	22	13	24
3.ª REGIÃO	56	70	79	47	104	43
Espírito Santo	6	5	12	4	7	9
Rio de Janeiro	18	36	30	25	57	17
Guanabara	32	29	37	18	40	17
4.ª REGIÃO	84	61	89	74	61	102
Goiás	7	12	13	17	11	18
Distrito Federal	1	—	—	—	—	—
Minas Gerais	76	49	76	57	50	84
5.ª REGIÃO	185	225	389	171	180	250
São Paulo	185	225	389	171	180	250
6.ª REGIÃO	77	103	105	78	75	119
Paraná	22	26	25	36	29	47
Santa Catarina	55	77	80	42	46	72
7.ª REGIÃO	140	94	123	91	107	110
Rio Grande do Sul	140	94	123	91	107	110
BRASIL	672	701	976	652	734	791
GRANDES REGIÕES						
NORTE	6	12	14	29	23	22
NORDESTE	122	131	173	158	178	132
SUDESTE	317	344	544	275	334	377
SUL	217	197	228	169	182	229
CENTRO-OESTE	10	17	17	21	17	31

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	659	1 007	3 586	3 431	3 103	3 048
Acre	—	—	—	754	152	429
Amazonas	330	508	588	1 767	390	350
Pará	88	104	670	66	247	173
Maranhão	60	65	2 006	134	1 043	1 622
Piauí	24	18	260	258	82	58
Mato Grosso	57	179	54	220	1 099	408
Rondônia	100	36	—	232	—	—
Roraima	—	4	8	—	40	—
Amapá	—	95	—	—	50	8
2.ª REGIÃO	9 181	9 829	8 245	5 449	5 299	55 587
Ceará	3 992	1 136	1 585	2 115	1 526	915
Rio Grande do Norte	916	33	3	13	108	635
Paraíba	133	1 525	131	167	304	306
Pernambuco	2 472	2 821	4 408	1 368	1 816	28 113
Alagoas	418	871	85	761	1 209	24 110
Sergipe	33	2 027	131	289	161	421
Bahia	1 217	1 416	1 902	736	177	1 067
3.ª REGIÃO	7 373	30 026	16 173	10 957	33 404	4 700
Espírito Santo	539	357	1 509	80	1 690	470
Rio de Janeiro	1 018	18 236	4 754	4 330	22 522	1 370
Guanabara	5 816	11 433	9 910	6 547	9 192	2 860
4.ª REGIÃO	8 220	9 155	7 468	5 944	8 264	14 130
Goiás	510	2 595	528	1 042	2 191	1 848
Distrito Federal	50	—	—	—	—	—
Minas Gerais	7 660	6 560	6 940	4 902	6 073	12 282
5.ª REGIÃO	41 588	35 941	117 106	34 619	30 454	105 549
São Paulo	41 588	35 941	117 106	34 619	30 454	105 549
6.ª REGIÃO	5 954	10 930	6 586	7 131	5 949	10 990
Paraná	1 810	1 856	781	2 698	3 855	2 614
Santa Catarina	4 144	9 074	5 805	4 433	2 094	8 376
7.ª REGIÃO	16 492	13 317	12 137	10 737	18 998	19 278
Rio Grande do Sul	16 492	13 317	12 137	10 737	18 998	19 278
BRASIL	89 467	110 205	171 301	78 268	103 471	213 262
GRANDES REGIÕES						
NORTE	518	747	1 266	2 819	879	980
NORDESTE	9 265	9 910	10 511	5 841	6 424	57 247
SUDESTE	56 621	72 527	140 219	50 478	69 931	122 531
SUL	22 446	24 247	18 723	17 868	24 947	30 268
CENTRO-OESTE	617	2 774	582	1 262	3 290	2 256

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar
CUSTEIO	518	571	799	1 888	457	504	561	1 522
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	4	3	5	12	2	—	4	6
Extração de produtos minerais	4	3	5	12	2	—	4	6
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	514	568	794	1 876	455	504	557	1 516
Minerais não metálicos	15	13	30	58	12	6	11	29
Metalúrgica	47	47	76	170	30	35	39	104
Mecânica	21	19	29	69	20	20	12	52
Material elétrico e de comunicações	23	16	24	63	6	9	9	24
Material de transporte	21	18	15	54	13	12	10	35
Madeira	35	30	43	108	24	25	43	92
Mobiliário	26	30	45	101	37	31	34	102
Papel e papelão	11	10	22	43	8	6	11	25
Borracha	6	6	13	25	5	7	5	17
Couros, peles e produtos similares	18	14	26	58	20	20	28	68
Química	14	17	19	50	10	12	11	33
Produtos farmacêuticos e medicinais	7	3	6	16	3	4	4	11
Produtos de perfumaria, sabões e velas	6	5	7	18	4	4	6	14
Produtos de matérias plásticas	4	14	17	35	7	7	8	22
Têxtil	99	108	130	337	91	55	63	209
Vestidos, calçados e artefatos de tecidos	65	64	120	249	45	91	94	230
Produtos alimentares	78	99	116	293	87	119	124	330
Bebidas	2	20	17	39	12	7	17	36
Fumo	—	6	1	7	3	4	2	9
Editorial e gráfica	9	13	22	44	7	10	9	26
Diversas	7	16	16	39	11	20	17	48
INVESTIMENTOS	154	130	177	461	195	230	230	655
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	2	—	—	2	4	4	6	14
Extração de produtos minerais	2	—	—	2	4	4	6	14
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	152	130	177	459	191	226	224	641
Minerais não metálicos	17	15	9	41	11	26	22	59
Metalúrgica	9	7	15	31	11	13	14	38
Mecânica	13	12	11	36	16	12	14	42
Material elétrico e de comunicações	2	—	1	3	2	3	3	8
Material de transporte	9	6	7	22	6	3	7	16
Madeira	18	15	11	44	19	32	25	76
Mobiliário	4	6	10	20	12	14	14	40
Papel e papelão	4	2	1	7	2	3	4	9
Borracha	3	2	2	7	3	2	—	5
Couros, peles e produtos similares	4	2	4	10	3	4	3	10
Química	—	3	3	6	4	3	3	10
Produtos farmacêuticos e medicinais	—	—	—	—	1	1	—	2
Produtos de perfumaria, sabões e velas	—	—	—	—	1	1	1	3
Produtos de matérias plásticas	—	—	5	5	4	2	—	6
Têxtil	6	3	6	15	6	9	4	19
Vestidos, calçados e artefatos de tecidos	5	4	11	20	11	18	17	46
Produtos alimentares	40	36	66	142	53	61	67	181
Bebidas	5	1	4	10	6	2	4	12
Fumo	—	—	—	—	1	—	1	2
Editorial e gráfica	6	5	3	14	7	4	10	21
Diversas	7	11	8	26	12	13	11	36
TOTAL	672	701	976	2 349	652	734	791	2 177

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar
CUSTEIO	78 608	96 821	156 412	331 841	64 071	89 449	143 892	298 012
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	336	112	898	1 346	72	—	159	231
Extração de produtos minerais	336	112	898	1 346	72	—	159	231
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	78 272	96 709	155 514	330 495	64 599	89 449	143 733	297 781
Minerais não metálicos	939	808	2 495	4 242	911	841	257	2 009
Metalúrgica	6 854	7 404	16 322	30 580	5 074	7 566	5 780	18 420
Mecânica	3 530	2 076	7 845	13 451	2 599	2 217	1 592	6 408
Material elétrico e de comunicações	16 478	2 216	4 704	23 398	1 609	1 085	1 067	3 761
Material de transporte	5 499	3 172	2 532	11 203	1 935	3 754	3 075	8 764
Madeira	1 939	2 120	2 528	6 587	1 610	760	2 334	4 704
Mobiliário	1 330	1 705	3 419	6 454	2 609	1 540	2 786	6 935
Papel e papelão	2 191	3 880	5 856	11 927	879	1 487	1 844	4 210
Borracha	1 237	349	2 842	4 428	700	666	819	2 185
Couros, peles e produtos similares	1 188	2 797	5 811	9 796	3 553	5 851	7 443	16 847
Química	2 651	2 190	4 711	9 552	2 817	2 077	2 111	7 005
Produtos farmacêuticos e medicinais	437	423	315	1 175	118	331	445	894
Produtos de perfumaria, sabões e velas	340	499	65	904	185	98	302	285
Produtos de matérias plásticas	695	5 191	2 711	8 597	658	880	1 775	3 313
Têxtil	15 872	19 260	22 916	58 048	13 703	14 413	17 162	45 278
Vestidos, calçados e artefatos de tecidos	4 951	5 565	9 018	19 534	1 668	3 327	9 219	14 214
Produtos alimentares	10 693	30 808	56 532	98 033	19 832	37 396	79 658	136 886
Bebidas	496	423	716	1 635	974	135	609	1 718
Fumo	—	3 106	25	3 131	1 810	2 884	1 500	6 194
Editorial e gráfica	501	2 431	3 235	6 167	448	1 280	2 238	3 966
Diversas	451	286	916	1 653	907	861	1 717	3 485
INVESTIMENTOS	7 859	16 384	14 889	39 132	13 597	16 022	69 370	98 989
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	156	—	—	156	287	143	525	955
Extração de produtos minerais	156	—	—	156	287	143	525	955
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	7 703	16 384	14 889	38 976	13 310	15 879	68 845	98 034
Minerais não metálicos	393	758	385	1 536	308	1 033	727	2 068
Metalúrgica	604	491	954	2 049	981	2 322	1 042	4 345
Mecânica	398	280	443	1 121	860	340	303	1 503
Material elétrico e de comunicações	34	2	33	69	313	138	527	978
Material de transporte	795	131	137	1 063	708	252	352	1 312
Madeira	521	1 387	578	2 486	619	1 203	1 047	2 869
Mobiliário	122	206	208	534	435	509	494	1 438
Papel e papelão	344	21	3	368	17	470	1 630	2 117
Borracha	97	152	69	318	220	190	—	410
Couros, peles e produtos similares	265	96	115	476	259	150	185	594
Química	—	522	165	687	220	273	49	542
Produtos farmacêuticos e medicinais	—	—	—	—	322	27	—	349
Produtos de perfumaria, sabões e velas	—	—	—	—	11	7	12	30
Produtos de matérias plásticas	—	—	318	318	483	194	—	677
Têxtil	665	375	156	1 196	879	2 083	1 450	4 412
Vestidos, calçados e artefatos de tecidos	76	357	428	861	871	1 455	1 346	3 672
Produtos alimentares	1 960	4 634	9 479	16 073	4 250	3 974	58 047	66 271
Bebidas	892	9	824	1 725	659	53	86	796
Fumo	—	—	—	—	54	—	1	55
Editorial e gráfica	169	496	67	732	380	274	1 143	1 797
Diversas	368	6 467	529	7 364	481	932	404	1 797
TOTAL	96 467	113 205	171 301	370 973	78 268	105 471	213 262	397 001

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Mar - 71			Jan/Mar - 72		
	Total	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	103	76	27	197	121	76
Acre	—	—	—	29	10	19
Amazonas	11	6	5	11	8	3
Pará	14	8	6	27	12	15
Maranhão	39	35	4	61	48	13
Piauí	21	17	4	39	32	7
Mato Grosso	11	5	6	23	6	17
Rondônia	2	—	2	4	3	1
Roraima	2	2	—	1	—	1
Amapá	3	3	—	2	2	—
2.ª REGIÃO	366	319	47	368	315	53
Ceará	159	148	11	172	156	16
Rio Grande do Norte	16	12	4	19	13	6
Paraíba	26	22	4	32	27	5
Pernambuco	45	36	9	38	32	6
Alagoas	13	11	2	13	9	4
Sergipe	28	27	1	35	30	5
Bahia	79	63	16	59	48	11
3.ª REGIÃO	205	173	32	194	135	59
Espírito Santo	23	14	9	20	13	7
Rio de Janeiro	84	71	13	99	71	28
Guanabara	98	88	10	75	51	24
4.ª REGIÃO	234	163	71	237	154	83
Goiás	32	14	18	46	19	27
Distrito Federal	1	1	—	—	—	—
Minas Gerais	201	148	53	191	135	56
5.ª REGIÃO	799	720	79	601	469	132
São Paulo	799	720	79	601	469	132
6.ª REGIÃO	285	192	93	272	147	125
Paraná	73	53	20	112	64	48
Santa Catarina	212	139	73	160	83	77
7.ª REGIÃO	357	245	112	308	181	127
Rio Grande do Sul	357	245	112	308	181	127
BRASIL	2 349	1 888	461	2 177	1 522	655
GRANDES REGIÕES						
NORTE	32	19	13	74	35	39
NORDESTE	426	371	55	468	395	73
SUDESTE	1 205	1 041	164	986	739	247
SUL	642	437	205	580	328	252
CENTRO-OESTE	44	20	24	69	25	44

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Mar - 71			Jan/Mar - 72		
	Total	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	5 252	3 682	1 570	9 582	4 818	4 767
Acre	—	—	—	1 335	270	1 065
Amazonas	1 426	1 060	366	2 507	2 302	205
Pará	862	192	670	486	141	345
Maranhão	2 131	2 107	24	2 799	1 117	1 682
Piauí	300	71	229	398	346	52
Mato Grosso	290	145	145	1 727	367	1 360
Rondônia	136	—	136	232	214	18
Roraima	12	12	—	40	—	40
Amapá	95	95	—	58	58	—
2.ª REGIÃO	27 255	16 558	10 697	66 315	12 126	54 189
Ceará	6 713	3 288	3 425	4 556	3 783	773
Rio Grande do Norte	952	902	50	754	697	57
Paraíba	1 789	1 687	102	777	753	24
Pernambuco	9 701	5 940	3 761	31 297	1 727	29 570
Alagoas	1 374	1 030	344	26 080	2 663	23 417
Sergipe	2 191	191	2 000	871	849	22
Bahia	4 535	3 520	1 015	1 980	1 654	326
3.ª REGIÃO	53 572	52 171	1 401	49 061	44 508	4 553
Espírito Santo	2 405	2 207	198	2 240	2 150	90
Rio de Janeiro	24 008	23 506	502	28 222	27 286	936
Guanabara	27 159	26 458	701	18 599	15 072	3 527
4.ª REGIÃO	24 843	20 537	4 306	28 338	21 863	6 475
Goiás	3 633	2 954	679	5 081	3 238	1 843
Distrito Federal	50	50	—	—	—	—
Minas Gerais	21 160	17 533	3 627	23 257	18 425	4 832
5.ª REGIÃO	194 635	187 894	6 741	170 622	159 230	11 392
São Paulo	194 635	187 894	6 741	170 622	159 230	11 392
6.ª REGIÃO	23 470	17 081	6 389	24 070	18 231	5 839
Paraná	4 447	3 030	1 417	9 167	6 826	2 341
Santa Catarina	19 023	14 051	4 972	14 903	11 405	3 498
7.ª REGIÃO	41 946	33 918	8 028	49 013	37 439	11 574
Rio Grande do Sul	41 946	33 918	8 028	49 013	37 439	11 574
BRASIL	370 973	331 841	39 132	397 001	298 012	98 989
GRANDES REGIÕES						
NORTE	2 531	1 359	1 172	4 658	2 985	1 673
NORDESTE	29 686	18 736	10 950	69 512	13 589	55 923
SUDESTE	269 367	257 596	11 769	242 940	222 163	20 777
SUL	65 416	50 999	14 417	73 083	55 670	17 413
CENTRO-OESTE	3 973	3 149	824	6 808	3 605	3 203

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	3 631	1 636	2 019	2 688	2 746	2 439
Acre	1	—	23	73	88	77
Amazonas	21	22	23	39	25	24
Pará	121	80	86	261	241	795
Maranhão	677	122	288	394	285	256
Piauí	2 250	681	583	1 236	1 266	277
Mato Grosso	549	615	991	652	779	990
Rondônia	7	68	10	4	49	18
Roraima	—	47	15	29	12	—
Amapá	5	1	—	—	1	2
2.ª REGIÃO	8 989	12 050	20 015	12 245	15 967	16 223
Ceará	2 930	3 096	6 679	4 802	4 209	3 220
Rio Grande do Norte	786	1 340	1 956	618	1 766	1 479
Paraíba	1 593	2 696	3 834	2 349	3 119	3 167
Pernambuco	1 281	2 025	3 705	1 829	3 018	2 197
Alagoas	220	357	466	324	642	1 859
Sergipe	667	813	1 320	911	1 300	1 866
Bahia	1 512	1 723	2 055	1 412	1 913	2 435
3.ª REGIÃO	1 384	1 362	2 029	1 961	1 948	2 203
Espírito Santo	718	640	956	1 023	1 022	1 079
Rio de Janeiro	647	708	1 052	933	919	1 115
Guanabara	19	14	21	5	7	9
4.ª REGIÃO	5 199	4 745	7 076	6 335	7 039	7 707
Goiás	759	798	1 629	1 175	1 424	2 096
Distrito Federal	20	12	33	20	14	22
Minas Gerais	4 420	3 935	5 414	5 140	5 601	5 589
5.ª REGIÃO	3 723	3 538	4 301	4 126	3 677	4 048
São Paulo	3 723	3 538	4 301	4 126	3 677	4 048
6.ª REGIÃO	4 556	4 261	4 726	8 783	6 296	7 153
Paraná	3 669	3 129	3 258	7 401	4 684	4 247
Santa Catarina	887	1 132	1 468	1 382	1 612	2 906
7.ª REGIÃO	3 371	4 025	9 729	4 486	4 714	9 255
Rio Grande do Sul	3 371	4 025	9 729	4 486	4 714	9 255
BRASIL	30 853	31 617	49 895	40 624	42 387	49 028
GRANDES REGIÕES						
NORTE	155	218	157	406	416	916
NORDESTE	11 916	12 853	20 886	13 875	17 518	16 756
SUDESTE	9 527	8 835	11 744	11 227	11 226	11 840
SUL	7 927	8 286	14 455	13 269	11 010	16 408
CENTRO-OESTE	1 328	1 425	2 653	1 847	2 217	3 108

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS**

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	10 467	8 316	18 024	24 760	33 835	37 147
Acre	1	—	385	1 653	3 249	4 103
Amazonas	344	100	420	500	588	581
Pará	1 515	977	4 652	3 421	8 378	8 710
Maranhão	1 610	465	953	1 730	2 553	2 328
Piauí	2 695	1 215	1 168	3 042	3 015	1 805
Mato Grosso	4 089	5 037	10 178	14 254	15 377	19 297
Rondônia	169	281	123	64	381	311
Roraima	—	233	145	96	81	—
Amapá	44	8	—	—	15	12
2.ª REGIÃO	31 750	46 990	66 893	94 519	79 004	96 383
Ceará	5 218	7 953	13 044	19 469	13 510	12 101
Rio Grande do Norte	2 127	3 347	4 640	5 739	7 779	14 124
Paraíba	4 167	6 708	9 679	10 769	13 699	10 555
Pernambuco	3 034	6 416	10 881	32 162	13 135	9 328
Alagoas	939	1 251	2 224	3 376	4 095	8 851
Sergipe	1 538	1 634	2 393	4 324	5 099	5 100
Bahia	14 727	19 681	24 032	18 680	21 687	36 324
3.ª REGIÃO	7 065	25 429	12 055	14 924	21 817	16 512
Espírito Santo	2 862	2 955	5 498	5 497	7 173	7 135
Rio de Janeiro	4 041	22 359	6 401	9 291	14 552	9 213
Guanabara	162	115	156	136	92	164
4.ª REGIÃO	36 771	27 989	44 530	51 427	53 182	62 267
Goiás	5 660	5 468	11 299	12 729	13 997	18 475
Distrito Federal	230	135	219	225	53	231
Minas Gerais	30 881	22 386	33 012	38 473	39 132	43 561
5.ª REGIÃO	53 663	40 634	50 608	60 418	49 456	71 923
São Paulo	53 663	40 634	50 608	60 418	49 456	71 923
6.ª REGIÃO	36 862	33 383	39 307	93 190	68 259	75 902
Paraná	33 667	28 847	32 538	66 828	58 996	60 782
Santa Catarina	3 195	4 536	6 769	6 362	9 263	15 120
7.ª REGIÃO	42 366	32 570	112 249	54 585	56 345	226 562
Rio Grande do Sul	42 366	32 570	112 249	54 585	56 345	226 562
BRASIL	218 944	215 311	343 666	393 823	361 698	586 696
GRANDES REGIÕES						
NORTE	2 073	1 599	5 725	5 734	12 690	13 717
NORDESTE	36 055	48 670	69 014	99 291	84 572	100 516
SUDESTE	91 609	88 449	95 675	113 815	110 405	131 996
SUL	79 228	65 953	151 556	147 775	124 604	302 464
CENTRO-OESTE	9 979	10 640	21 696	27 206	29 427	38 003

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	3 089	1 145	1 205	2 044	1 953	1 514
Acre	1	—	2	39	54	29
Amazonas	13	10	12	37	17	21
Pará	105	72	60	245	197	611
Maranhão	603	75	177	305	97	141
Plauí	2 115	609	488	1 160	1 173	191
Mato Grosso	244	297	457	233	363	507
Rondônia	7	51	7	3	47	13
Roraima	—	31	2	22	5	—
Amapá	1	—	—	—	—	1
2.ª REGIÃO	7 523	10 892	18 625	10 202	14 183	14 322
Ceará	2 591	2 975	6 581	4 596	4 095	3 037
Rio Grande do Norte	624	1 226	1 872	579	1 703	1 457
Paraíba	1 503	2 622	3 640	2 131	2 913	3 019
Pernambuco	1 004	1 746	3 468	1 440	2 709	1 986
Alagoas	184	296	380	186	528	1 771
Sergipe	569	727	1 193	541	1 019	1 673
Bahia	1 048	1 300	1 491	729	1 216	1 379
3.ª REGIÃO	1 005	1 015	1 401	1 446	1 305	1 425
Espírito Santo	504	484	647	769	684	728
Rio de Janeiro	487	521	740	676	616	695
Guanabara	14	10	14	1	5	4
4.ª REGIÃO	2 739	1 896	2 529	3 150	2 835	2 549
Goiás	246	193	547	362	334	836
Distrito Federal	6	3	7	2	—	6
Minas Gerais	2 487	1 700	1 975	2 786	2 501	1 707
5.ª REGIÃO	3 155	2 998	3 464	3 418	3 001	3 166
São Paulo	3 155	2 998	3 464	3 418	3 001	3 166
6.ª REGIÃO	3 687	3 219	3 380	7 389	4 837	4 763
Paraná	3 328	2 691	2 698	6 877	4 125	3 522
Santa Catarina	359	528	682	512	712	1 241
7.ª REGIÃO	2 177	2 457	7 217	2 810	2 926	6 488
Rio Grande do Sul	2 177	2 457	7 217	2 810	2 926	6 486
BRASIL	23 375	23 622	37 821	30 459	31 040	34 225
GRANDES REGIÕES						
NORTE	127	164	83	346	320	675
NORDESTE	10 241	11 576	19 290	11 667	15 453	14 654
SUDESTE	6 647	5 713	6 840	7 650	6 807	6 298
SUL	5 864	5 676	10 597	10 199	7 763	11 249
CENTRO-OESTE	496	493	1 011	597	697	1 349

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	6 143	3 560	9 037	12 080	19 209	18 156
Acre	1	—	5	677	1 828	679
Amazonas	133	47	166	402	173	548
Pará	1 441	945	4 431	2 963	7 991	4 734
Maranhão	1 229	156	359	901	267	788
Plauí	2 127	677	608	2 390	2 114	1 121
Mato Grosso	1 040	1 583	3 415	4 658	6 579	10 218
Rondônia	169	107	48	55	248	63
Roraima	—	45	5	34	9	—
Amapá	3	—	—	—	—	5
2.ª REGIÃO	23 943	39 966	57 024	67 626	56 929	71 637
Ceará	4 332	7 445	12 501	17 058	11 913	10 167
Rio Grande do Norte	1 677	2 995	4 347	5 439	7 359	13 935
Paraíba	3 576	6 475	8 087	7 466	11 733	9 111
Pernambuco	2 149	5 207	9 915	28 244	9 477	6 872
Alagoas	700	763	1 478	2 148	2 919	7 893
Sergipe	920	1 239	1 918	1 958	2 949	3 354
Bahia	10 589	15 842	18 778	5 313	10 579	20 305
3.ª REGIÃO	3 985	22 943	7 739	9 047	15 134	8 938
Espírito Santo	1 372	1 845	3 250	3 315	4 165	3 577
Rio de Janeiro	2 538	21 054	4 439	5 727	10 931	5 349
Guanabara	75	44	50	5	38	12
4.ª REGIÃO	21 839	11 900	15 293	25 668	21 398	19 020
Goiás	2 284	1 227	2 564	4 063	3 795	5 538
Distrito Federal	101	15	40	12	—	29
Minas Gerais	19 454	10 658	12 689	21 593	17 603	13 453
5.ª REGIÃO	47 861	35 326	40 298	50 013	38 154	57 932
São Paulo	47 861	35 326	40 298	50 013	38 154	57 932
6.ª REGIÃO	32 754	27 539	31 950	82 343	56 588	58 596
Paraná	31 150	25 006	27 753	79 469	51 964	49 589
Santa Catarina	1 604	2 533	4 197	2 874	4 624	9 007
7.ª REGIÃO	22 990	26 202	98 768	38 246	43 104	206 114
Rio Grande do Sul	22 990	26 202	98 768	38 246	43 104	206 114
BRASIL	159 515	167 436	260 109	203 023	250 516	440 393
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 747	1 144	4 655	4 131	10 249	6 029
NORDESTE	27 299	40 799	57 991	70 917	59 310	73 546
SUDESTE	71 300	68 927	60 726	80 653	70 891	80 323
SUL	55 744	53 741	130 718	118 589	99 692	284 710
CENTRO-OESTE	3 425	2 825	6 019	8 733	10 374	15 785

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	JAN/MAR - 71				JAN/MAR - 72			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	5 439	3 797	181	1 481	5 511	4 260	107	1 144
Acre	3	3	—	—	122	78	—	44
Amazonas	35	29	1	5	75	69	3	3
Pará	237	193	1	43	1 053	854	—	199
Maranhão	855	773	6	76	543	457	4	82
Piauí	3 212	2 208	4	1 000	2 524	2 219	17	288
Mato Grosso	998	495	149	354	1 103	499	80	524
Rondônia	65	65	—	—	63	56	3	4
Roraima	33	30	—	3	27	27	—	—
Amapá	1	1	—	—	1	1	—	—
2.ª REGIÃO	37 040	28 271	71	8 698	38 707	34 126	538	4 043
Ceará	12 147	9 349	41	2 757	11 728	10 582	136	1 010
Rio Grande do Norte	3 722	2 113	3	1 606	3 739	3 105	19	615
Paraíba	7 765	5 985	10	1 770	8 063	7 428	134	501
Pernambuco	6 218	4 918	4	1 296	6 135	5 408	126	601
Alagoas	860	564	4	292	2 485	2 132	44	309
Sergipe	2 489	2 022	1	466	3 233	2 733	75	425
Bahia	3 839	3 320	8	511	3 324	2 738	4	582
3.ª REGIÃO	3 421	2 582	11	828	4 176	3 140	8	1 028
Espírito Santo	1 635	1 216	6	413	2 179	1 618	3	558
Rio de Janeiro	1 748	1 345	5	398	1 987	1 513	5	469
Guanabara	38	21	—	17	10	9	—	1
4.ª REGIÃO	7 164	3 756	373	3 035	8 534	4 955	522	3 057
Goiás	986	310	258	418	1 532	392	406	734
Distrito Federal	16	4	3	9	8	1	4	3
Minas Gerais	6 162	3 442	112	2 608	6 994	4 562	112	2 320
5.ª REGIÃO	9 617	6 619	157	2 841	9 585	6 642	135	2 808
São Paulo	9 617	6 619	157	2 841	9 585	6 642	135	2 808
6.ª REGIÃO	10 286	6 392	270	3 624	16 989	11 275	421	5 293
Paraná	8 717	6 064	251	2 402	14 524	10 505	385	3 634
Santa Catarina	1 569	328	19	1 222	2 465	770	36	1 659
7.ª REGIÃO	11 851	5 386	36	6 429	12 222	4 959	77	7 186
Rio Grande do Sul	11 851	5 386	36	6 429	12 222	4 959	77	7 186
BRASIL	84 818	56 803	1 079	26 936	95 724	69 357	1 808	24 559
GRANDES REGIÕES								
NORTE	374	321	2	51	1 341	1 085	6	250
NORDESTE	41 107	31 252	81	9 774	41 774	36 802	559	4 413
SUDESTE	19 200	12 643	280	6 277	20 755	14 344	255	6 156
SUL	22 137	11 778	306	10 053	29 211	16 234	498	12 479
CENTRO-OESTE	2 000	809	410	781	2 643	892	490	1 261

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	JAN/MAR - 71				JAN/MAR - 72			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	18 740	13 688	987	4 065	49 445	26 319	2 341	20 783
Acre	6	6	—	—	3 184	366	—	2 818
Amazonas	346	201	79	86	1 123	682	357	84
Pará	6 817	6 006	4	807	15 688	13 037	—	2 651
Maranhão	1 744	1 428	170	146	1 956	1 233	363	380
Piauí	3 412	2 378	160	874	5 625	3 170	826	1 629
Mato Grosso	6 038	3 305	574	2 159	21 455	7 510	757	13 188
Rondônia	324	324	—	—	366	273	38	55
Roraima	50	37	—	13	43	43	—	—
Amapá	3	3	—	—	5	5	—	—
2.ª REGIÃO	120 933	99 501	6 387	15 045	196 192	119 301	9 213	67 678
Ceará	24 278	17 087	3 861	3 330	39 138	25 760	2 256	11 122
Rio Grande do Norte	9 019	5 357	497	3 165	26 733	11 248	799	14 686
Paraíba	18 138	14 137	869	3 132	28 310	21 058	402	6 850
Pernambuco	17 271	13 842	889	2 540	44 593	15 811	4 828	23 954
Alagoas	2 941	2 272	205	464	12 960	9 395	595	2 970
Sergipe	4 077	3 581	22	474	8 261	5 624	282	2 355
Bahia	45 209	43 225	44	1 940	36 197	30 405	51	5 741
3.ª REGIÃO	34 667	17 535	13 364	3 768	33 119	23 782	23	9 314
Espírito Santo	6 467	4 711	312	1 444	11 057	7 525	7	3 525
Rio de Janeiro	28 031	12 749	13 052	2 230	22 007	16 208	16	5 783
Guanabara	169	75	—	94	55	49	—	6
4.ª REGIÃO	49 032	18 709	1 492	28 831	66 086	32 142	3 251	30 693
Goiás	6 075	2 508	848	2 719	13 396	4 368	1 758	7 270
Distrito Federal	156	91	9	56	41	4	10	27
Minas Gerais	42 801	16 110	635	26 056	52 649	27 770	1 483	23 396
5.ª REGIÃO	123 485	68 317	23 885	31 283	146 099	90 985	17 005	38 109
São Paulo	123 485	68 317	23 885	31 283	146 099	90 985	17 005	38 109
6.ª REGIÃO	92 243	47 734	8 914	35 595	197 527	108 163	19 004	70 360
Paraná	83 909	45 241	7 591	31 077	181 022	102 116	15 824	63 082
Santa Catarina	8 334	2 493	1 323	4 518	16 505	6 047	3 180	7 278
7.ª REGIÃO	147 960	86 712	4 822	56 426	285 464	198 794	5 272	81 398
Rio Grande do Sul	147 960	86 712	4 822	56 426	285 464	198 794	5 272	81 398
BRASIL	587 060	352 196	59 851	175 013	973 932	599 486	56 109	318 337
GRANDES REGIÕES								
NORTE	7 547	6 578	83	886	20 409	14 406	395	5 608
NORDESTE	126 089	103 307	6 717	16 065	203 773	123 704	10 402	69 667
SUDESTE	200 953	101 962	37 884	61 107	231 867	142 537	18 511	70 819
SUL	240 203	134 446	13 736	92 021	482 991	306 957	24 276	151 758
CENTRO-OESTE	12 268	5 903	1 431	4 934	34 892	11 882	2 525	20 485

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar
CUSTEIO	14 451	16 242	26 110	56 803	22 608	23 218	23 531	69 357
CUSTEIO DE ENTRESSAFRA	13 722	15 629	25 227	54 578	22 120	22 483	22 912	67 515
Algodão	1 834	4 513	9 798	16 145	5 523	8 176	6 441	20 140
Amendoim	101	837	540	1 478	77	554	861	1 492
Arroz	1 219	479	561	2 259	1 322	1 012	629	2 963
Batata-inglês	558	590	426	1 574	633	533	592	1 758
Cacau	560	833	710	2 103	229	624	631	1 484
Café	3 135	1 796	1 702	6 633	6 629	2 649	2 032	11 310
Cana-de-açúcar	622	622	760	2 004	1 101	789	792	2 682
Feijão	1 703	1 783	1 992	5 478	1 818	2 701	2 337	6 856
Frutas diversas	423	465	482	1 370	409	407	501	1 317
Fumo	153	173	189	515	144	341	925	1 410
Hortaliças diversas	723	800	995	2 518	494	790	768	2 052
Mandioca	1 020	1 162	1 957	4 139	1 036	1 511	1 787	4 334
Milho	1 122	916	1 502	3 540	1 210	1 346	1 471	4 027
Soja	315	175	129	619	577	131	160	868
Trigo	66	365	3 093	3 524	83	375	2 565	3 023
Outras culturas	168	120	391	679	835	544	420	1 799
OUTRAS APLICAÇÕES	729	613	883	2 225	488	735	619	1 842
COMERCIALIZAÇÃO	243	264	572	1 079	479	525	804	1 808
Algodão	6	10	30	46	15	4	1	20
Amendoim	84	65	9	158	27	71	48	146
Arroz	5	6	11	22	3	3	19	25
Feijão	72	44	28	144	81	195	132	408
Milho	7	7	7	21	317	110	48	475
Soja	—	—	2	2	4	—	1	5
Outros produtos	5	18	26	49	10	22	20	52
Sacaria e/ou material de embalagem	9	57	363	429	16	89	519	624
Armazéns e similares	55	57	96	208	6	31	16	53
INVESTIMENTOS	8 681	7 116	11 139	26 936	7 372	7 297	9 890	24 559
FUNDAÇÃO DE CULTURAS PERENES	1 132	815	910	2 857	1 366	999	776	3 141
MELHORAMENTO DAS EXPLORAÇÕES	1 631	1 840	3 656	7 127	2 924	3 096	4 314	10 334
Armazéns e similares	87	117	172	376	155	250	417	822
Desbravamento de glebas rurais	138	112	256	506	278	239	463	980
Irrigação	223	178	306	707	237	177	228	642
Residências rurais	456	655	991	2 102	662	772	1 091	2 525
Outros	727	778	1 931	3 436	1 592	1 658	2 115	5 365
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	2 312	2 236	3 899	8 447	2 878	2 992	4 563	10 433
Implementos para preparação e cultivo do solo	416	299	415	1 130	648	453	632	1 733
Implementos para disposição da colheita	543	504	995	2 042	396	518	998	1 912
Tratores e implementos	552	554	931	2 037	747	735	1 082	2 564
Animais de serviço	488	607	1 081	2 176	686	880	1 303	2 869
Veículos e implementos	313	272	477	1 062	401	406	548	1 355
OUTRAS APLICAÇÕES	3 606	2 225	2 674	8 505	204	210	237	651
TOTAL	23 375	23 622	37 821	84 818	30 459	31 040	34 225	95 724

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar
CUSTEIO	90 074	88 617	173 505	352 196	154 085	144 991	300 410	599 486
CUSTEIO DE ENTRESSAFRA	86 648	86 565	170 437	343 650	151 094	142 759	298 538	592 391
Algodão	4 607	9 091	16 151	29 849	15 134	20 878	16 333	52 345
Amendoim	260	2 473	2 038	4 771	322	2 300	3 762	6 384
Arroz	5 687	2 423	2 606	10 716	7 283	3 200	2 764	13 247
Batata-inglês	1 857	1 837	2 232	5 926	3 989	2 496	2 670	9 135
Cacau	8 814	14 299	16 656	39 769	2 108	8 206	16 100	26 414
Café	38 852	17 725	15 690	72 267	69 188	34 903	29 187	133 258
Cana-de-açúcar	4 436	10 010	19 400	33 846	11 725	13 989	26 231	51 945
Feijão	3 377	4 697	7 013	15 087	5 226	7 465	7 100	19 791
Frutas diversas	2 679	2 799	3 067	8 545	5 736	3 654	3 456	12 846
Fumo	280	425	498	1 203	413	870	2 223	3 506
Hortaliças diversas	3 720	4 099	5 996	13 725	2 533	3 752	4 350	10 635
Mandioca	1 412	1 946	3 210	6 576	2 161	2 813	3 676	8 650
Milho	4 997	3 288	5 156	13 441	7 244	5 389	7 325	19 958
Soja	4 353	2 001	1 081	7 435	11 716	2 530	1 130	15 376
Trigo	659	8 852	66 469	75 980	1 418	20 726	168 010	190 154
Outras culturas	658	690	3 166	4 514	4 918	9 588	4 241	18 747
OUTRAS APLICAÇÕES	3 426	2 052	3 068	8 546	2 991	2 232	1 872	7 095
COMERCIALIZAÇÃO	14 735	31 038	14 078	59 851	18 008	20 330	17 771	56 109
Algodão	1 312	1 436	3 683	6 431	5 122	448	16	5 586
Amendoim	11 235	11 638	1 838	24 711	3 709	9 696	8 959	22 364
Arroz	366	985	256	1 607	157	107	822	1 086
Feijão	349	690	1 104	2 143	3 882	7 283	3 501	14 666
Milho	23	32	44	99	1 235	661	141	2 037
Soja	—	—	100	100	705	17	37	759
Outros produtos	598	15 217	3 635	19 450	385	1 065	876	2 326
Sacaria e/ou material de embalagem	640	336	2 151	3 127	2 202	869	3 378	6 449
Armazéns e similares	212	704	1 267	2 183	611	184	41	836
INVESTIMENTOS	54 705	47 781	72 527	175 013	110 930	85 195	122 212	318 337
FUNDAÇÃO DE CULTURAS PERENES	19 708	15 299	15 679	50 686	42 816	21 116	18 546	82 478
MELHORAMENTO DAS EXPLORAÇÕES	8 525	7 520	13 119	29 164	25 603	22 233	30 968	78 804
Armazéns e similares	649	515	321	1 485	3 243	4 422	5 925	13 590
Desbravamento de glebas rurais	972	841	1 519	3 332	2 218	1 884	3 907	8 009
Irrigação	1 506	1 154	2 227	4 887	2 610	1 855	2 727	7 192
Residências rurais	1 488	2 025	2 987	6 500	2 940	2 909	4 562	10 411
Outros	3 910	2 985	6 065	12 960	14 592	11 163	13 847	39 602
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	23 116	21 736	38 678	83 530	41 146	39 379	69 594	150 119
Implementos para preparação e cultivo do solo	3 462	3 311	6 432	13 205	7 574	6 462	11 588	25 624
Implementos para disposição da colheita	6 687	5 753	11 425	23 865	8 139	7 166	18 258	33 563
Tratores e implementos	9 880	9 696	15 972	35 548	19 431	19 246	30 498	69 173
Animais de serviço	868	1 025	1 770	3 663	1 723	2 017	2 985	6 725
Veículos e implementos	2 219	1 951	3 079	7 249	4 279	4 488	6 267	15 034
OUTRAS APLICAÇÕES	3 356	3 226	5 051	11 633	1 365	2 467	3 104	6 936
TOTAL	159 514	167 436	260 110	587 060	283 023	250 516	440 393	973 932

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	11	25	122	16	30	52
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	1	—	—	3
Pará	1	—	—	—	—	—
Maranhão	3	1	—	1	—	2
Piauí	—	—	3	8	5	2
Mato Grosso	7	24	118	7	25	45
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	13	26	27	341	127	65
Ceará	3	17	21	89	26	20
Rio Grande do Norte	1	1	1	15	4	—
Paraíba	1	3	1	95	15	24
Pernambuco	1	3	—	92	30	4
Alagoas	—	1	3	13	24	5
Sergipe	—	1	—	36	27	12
Bahia	7	0	1	1	1	—
3.ª REGIÃO	1	—	8	2	3	3
Espírito Santo	1	—	4	—	—	3
Rio de Janeiro	—	—	4	2	3	—
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	21	49	269	8	75	405
Goiás	3	34	220	4	47	332
Distrito Federal	—	—	3	—	—	4
Minas Gerais	18	15	46	4	28	69
5.ª REGIÃO	71	52	32	20	56	59
São Paulo	71	52	32	20	56	59
6.ª REGIÃO	108	81	78	68	207	143
Paraná	105	76	67	66	189	127
Santa Catarina	3	5	11	2	18	16
7.ª REGIÃO	5	7	19	19	11	44
Rio Grande do Sul	5	7	19	19	11	44
BRASIL	230	240	555	474	509	771
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1	—	1	—	—	3
NORDESTE	16	27	30	350	132	69
SUDESTE	90	67	86	26	87	131
SUL	113	88	97	87	218	187
CENTRO-OESTE	10	58	341	11	72	381

(*) Financiamentos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (•)

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	173	151	620	574	542	1 177
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	79	—	—	357
Pará	4	—	—	—	—	—
Maranhão	122	15	—	48	—	311
Plauí	—	—	150	412	271	140
Mato Grosso	47	136	391	114	271	369
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	1 258	2 883	1 743	6 444	1 825	815
Ceará	636	1 693	1 532	863	702	683
Rio Grande do Norte	400	49	49	794	5	—
Paraíba	180	159	26	204	146	52
Pernambuco	—	889	—	4 270	518	40
Alagoas	—	71	134	159	312	20
Sergipe	—	22	—	121	141	20
Bahia	42	—	2	33	1	—
3.ª REGIÃO	2	—	62	12	4	7
Espírito Santo	2	—	10	—	—	7
Rio de Janeiro	—	—	52	12	4	—
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	207	148	889	181	350	1 490
Goiás	104	112	596	172	266	1 246
Distrito Federal	—	—	9	—	—	10
Minas Gerais	103	36	284	9	84	234
5.ª REGIÃO	10 390	10 609	2 821	2 331	6 120	8 554
São Paulo	10 390	10 609	2 821	2 331	6 120	8 554
6.ª REGIÃO	2 390	2 401	4 001	4 475	10 361	4 092
Paraná	2 342	2 165	3 039	4 276	8 517	2 955
Santa Catarina	125	236	962	199	1 844	1 137
7.ª REGIÃO	175	531	1 275	2 833	924	1 491
Rio Grande do Sul	175	531	1 275	2 833	924	1 491
BRASIL	14 672	16 723	11 411	16 850	20 126	17 626
GRANDES REGIÕES						
NORTE	4	—	79	—	—	357
NORDESTE	1 380	2 898	1 893	6 904	2 096	1 266
SUDESTE	10 495	10 645	3 167	2 352	6 208	8 795
SUL	2 642	2 932	5 276	7 308	11 285	5 583
CENTRO-OESTE	151	248	996	286	537	1 625

(*) Financiamentos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)**

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
PRODUTOS	179	147	110	454	390	264
Agave/sisal	3	—	—	—	—	—
Algodão	6	10	30	15	4	1
Amendoim	84	65	9	27	71	48
Arroz	5	6	11	3	2	19
Cêra de carnaúba	1	15	22	7	12	17
Feijão	72	44	28	81	192	130
Girassol	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	—	—	1	—	—	—
Mamona	1	—	—	—	—	—
Mandioca	—	—	—	—	—	—
Milho	7	7	7	317	109	48
Soja	—	—	2	4	—	1
OUTRAS APLICAÇÕES	51	93	445	20	119	507
Sacaria	9	57	363	14	88	491
Armazéns e similares	42	36	82	6	31	16
TOTAL	230	240	555	474	509	771

(*) Exclusive aquisições (AGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)**

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
PRODUTOS	13 883	16 203	8 614	15 180	19 089	14 285
Agave/sisal	21	—	—	—	—	—
Algodão	1 312	1 436	3 683	5 124	448	16
Amendoim	11 236	11 637	1 838	3 709	9 696	8 958
Arroz	366	985	256	157	73	822
Cêra de carnaúba	100	1 423	1 510	370	913	811
Feijão	349	690	1 104	3 882	7 281	3 500
Girassol	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	—	—	79	—	—	—
Mamona	476	—	—	—	—	—
Mandioca	—	—	—	—	—	—
Milho	23	32	44	1 235	661	141
Soja	—	—	100	705	17	37
OUTRAS APLICAÇÕES	789	520	2 797	1 668	1 037	3 341
Sacaria	640	336	2 151	1 057	853	3 300
Armazéns e similares	149	184	646	611	184	41
TOTAL	14 672	16 723	11 411	16 850	20 126	17 626

(*) Exclusive aquisições (AGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	542	491	814	644	793	925
Acre	—	—	21	34	34	48
Amazonas	8	12	11	2	8	3
Pará	16	8	26	16	44	184
Maranhão	74	47	111	89	188	115
Piauí	135	71	95	76	93	86
Mato Grosso	305	318	534	419	416	483
Rondônia	—	17	3	1	2	5
Roraima	—	16	13	7	7	—
Amapá	4	1	—	—	1	1
2.ª REGIÃO	1 466	1 158	1 390	2 043	1 784	1 901
Ceará	339	121	98	206	114	183
Rio Grande do Norte	162	114	84	39	63	22
Paraíba	90	74	194	218	206	148
Pernambuco	277	279	237	389	309	211
Alagoas	36	61	86	138	114	88
Sergipe	98	86	127	370	281	193
Bahia	464	423	564	683	697	1 058
3.ª REGIÃO	379	347	628	515	643	778
Espírito Santo	214	156	309	254	338	353
Rio de Janeiro	160	187	312	257	303	420
Guanabara	5	4	7	4	2	5
4.ª REGIÃO	2 460	2 849	4 547	3 185	4 204	5 158
Goiás	513	605	1 082	813	1 090	1 260
Distrito Federal	14	9	26	18	14	16
Minas Gerais	1 933	2 235	3 439	2 354	3 100	3 882
5.ª REGIÃO	568	540	837	708	676	882
São Paulo	568	540	837	708	676	882
6.ª REGIÃO	869	1 042	1 346	1 394	1 459	2 390
Paraná	341	438	560	524	559	725
Santa Catarina	528	604	786	870	900	1 665
7.ª REGIÃO	1 194	1 568	2 512	1 676	1 788	2 789
Rio Grande do Sul	1 194	1 568	2 512	1 676	1 788	2 769
BRASIL	7 478	7 995	12 074	10 185	11 347	14 803
GRANDES REGIÕES						
NORTE	28	54	74	60	96	241
NORDESTE	1 675	1 277	1 596	2 208	2 065	2 102
SUDESTE	2 880	3 122	4 904	3 577	4 419	5 542
SUL	2 063	2 610	3 858	3 070	3 247	5 158
CENTRO-OESTE	832	932	1 642	1 250	1 520	1 759

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	4 324	4 756	8 987	12 680	14 426	18 991
Acre	—	—	380	976	1 421	3 424
Amazonas	211	53	254	98	415	33
Pará	74	32	221	458	385	3 976
Maranhão	381	309	594	829	2 286	1 540
Piauí	568	538	560	652	901	684
Mato Grosso	3 049	3 454	6 763	9 596	8 798	9 079
Rondônia	—	174	75	9	133	248
Roraima	—	188	140	62	72	—
Amapá	41	8	—	—	15	7
2.ª REGIÃO	7 807	7 024	9 869	26 893	22 075	24 746
Ceará	886	508	543	2 411	1 597	1 934
Rio Grandé do Norte	450	352	293	300	420	189
Paraíba	591	233	1 592	3 303	1 966	1 444
Pernambuco	885	1 209	966	3 918	3 658	2 456
Alagoas	239	488	746	1 228	1 176	958
Sergipe	618	395	475	2 366	2 150	1 746
Bahia	4 138	3 839	5 254	13 367	11 108	16 019
3.ª REGIÃO	3 080	2 486	4 316	5 877	6 683	7 574
Espírito Santo	1 490	1 110	2 248	2 182	3 008	3 558
Rio de Janeiro	1 503	1 305	1 962	3 564	3 621	3 864
Guanabara	87	71	106	131	54	152
4.ª REGIÃO	14 932	16 089	29 237	25 759	31 784	43 247
Goiás	3 376	4 241	8 735	8 666	10 202	12 937
Distrito Federal	129	120	179	213	53	202
Minas Gerais	11 427	11 728	20 323	16 880	21 529	30 108
5.ª REGIÃO	5 802	5 308	10 310	10 405	11 302	13 991
São Paulo	5 802	5 308	10 310	10 405	11 302	13 991
6.ª REGIÃO	4 108	5 844	7 357	10 847	11 671	17 306
Paraná	2 517	3 841	4 785	7 359	7 032	11 193
Santa Catarina	1 591	2 003	2 572	3 488	4 639	6 113
7.ª REGIÃO	19 376	6 368	12 481	18 339	13 241	20 448
Rio Grande do Sul	19 376	6 368	12 481	18 339	13 241	20 448
BRASIL	59 429	47 875	83 557	110 800	111 182	146 303
GRANDES REGIÕES						
NORTE	326	455	1 070	1 603	2 441	7 688
NORDESTE	8 756	7 871	11 023	28 374	25 262	26 970
SUDESTE	20 309	19 522	34 949	33 161	39 514	51 673
SUL	23 484	12 212	20 838	29 186	24 912	37 754
CENTRO-OESTE	6 554	7 815	15 677	18 475	19 053	22 218

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Janeiro/Março - 71				Janeiro/Março - 72			
	Total	Custelo	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custelo	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	1 847	449	—	1 398	2 362	603	—	1 759
Acre	21	—	—	21	116	—	—	116
Amazonas	31	5	—	26	13	2	—	11
Pará	50	16	—	34	244	95	—	149
Maranhão	232	43	—	189	392	63	—	329
Piauí	302	13	—	289	255	47	—	208
Mato Grosso	1 157	364	—	793	1 318	391	—	927
Rondônia	20	—	—	20	8	—	—	8
Roraima	29	7	—	22	14	3	—	11
Amapá	5	1	—	4	2	2	—	—
2.ª REGIÃO	4 014	547	—	3 467	5 728	1 048	—	4 680
Ceará	558	41	—	517	503	199	—	304
Rio Grande do Norte	360	36	—	324	124	53	—	71
Paraíba	358	41	—	317	572	190	—	382
Pernambuco	793	86	—	707	909	230	—	679
Alagoas	183	36	—	147	340	18	—	322
Sergipe	311	56	—	255	844	35	—	809
Bahia	1 451	251	—	1 200	2 436	323	—	2 113
3.ª REGIÃO	1 354	436	—	918	1 936	490	—	1 446
Espírito Santo	679	150	—	529	945	189	—	756
Rio de Janeiro	659	274	—	385	980	295	—	685
Guanabara	16	12	—	4	11	6	—	5
4.ª REGIÃO	9 856	3 863	2	5 991	12 547	5 095	26	7 428
Goiás	2 200	939	—	1 261	3 163	1 462	25	1 676
Distrito Federal	49	10	—	39	48	8	—	40
Minas Gerais	7 607	2 914	2	4 691	9 336	3 625	1	1 710
5.ª REGIÃO	1 945	422	—	1 503	2 266	511	1	1 754
São Paulo	1 945	442	—	1 503	2 266	511	1	1 754
6.ª REGIÃO	3 257	489	—	2 768	5 243	877	1	4 365
Paraná	1 339	259	—	1 080	1 808	319	1	1 488
Santa Catarina	1 918	230	—	1 688	3 435	558	—	2 877
7.ª REGIÃO	5 274	1 270	6	3 998	6 233	1 612	1	4 618
Rio Grande do Sul	5 274	1 270	6	3 998	6 233	1 612	1	4 618
BRASIL	27 547	7 496	8	20 043	36 315	10 236	31	26 048
GRANDES REGIÕES								
NORTE	156	29	—	127	397	102	—	295
NORDESTE	4 548	603	—	3 945	6 375	1 168	—	5 217
SUDESTE	10 906	3 792	2	7 112	13 538	4 626	2	8 910
SUL	8 531	1 759	6	6 766	11 476	2 489	4	8 983
CENTRO-OESTE	3 406	1 313	—	2 093	4 529	1 861	25	2 643

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Janeiro/Março - 71				Janeiro/Março - 72			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	18 067	3 557	—	14 510	46 097	5 939	—	40 158
Acre	380	—	—	380	5 821	—	—	5 821
Amazonas	518	109	—	409	546	25	—	521
Pará	327	113	—	214	4 819	484	—	4 335
Maranhão	1 284	236	—	1 048	4 655	294	—	4 361
Piauí	1 666	82	—	1 584	2 237	319	—	1 918
Mato Grosso	13 266	2 915	—	10 351	27 473	4 782	—	22 691
Rondônia	249	—	—	249	390	7	—	383
Roraima	328	97	—	231	134	6	—	128
Amapá	49	5	—	44	22	22	—	—
2.ª REGIÃO	24 700	4 757	—	19 943	73 714	9 526	—	64 188
Ceará	1 937	169	—	1 769	5 942	1 661	—	4 281
Rio Grande do Norte	1 095	256	—	839	909	328	—	581
Paraíba	2 416	438	—	1 978	6 713	1 537	—	5 176
Pernambuco	3 060	533	—	2 527	10 032	2 193	—	7 839
Alagoas	1 473	341	—	1 132	3 362	222	—	3 140
Sergipe	1 488	337	—	1 151	6 262	332	—	5 930
Bahia	13 231	2 684	—	10 547	40 494	3 253	—	37 241
3.ª REGIÃO	9 882	3 326	—	6 556	20 134	3 873	—	16 261
Espírito Santo	4 848	1 633	—	3 215	8 748	1 673	—	7 075
Rio de Janeiro	4 770	1 521	—	3 249	11 049	2 064	—	8 985
Guanabara	264	172	—	92	337	136	—	201
4.ª REGIÃO	60 258	18 263	107	41 888	100 790	26 553	296	73 941
Goiás	16 352	5 552	—	10 800	31 805	9 689	146	21 970
Distrito Federal	428	97	—	331	468	65	—	403
Minas Gerais	43 478	12 614	107	30 757	68 517	16 799	150	51 568
5.ª REGIÃO	21 420	4 876	—	16 544	35 698	6 140	75	29 483
São Paulo	21 420	4 876	—	16 544	35 698	6 140	75	29 483
6.ª REGIÃO	17 309	2 330	—	14 979	39 824	3 826	107	35 891
Paraná	11 143	1 928	—	9 217	25 584	2 247	107	23 230
Santa Catarina	6 166	404	—	5 762	14 240	1 579	—	12 661
7.ª REGIÃO	39 225	4 981	8 515	25 729	52 028	9 249	1 190	41 589
Rio Grande do Sul	39 225	4 981	8 515	25 729	52 028	9 249	1 190	41 589
BRASIL	190 861	42 090	8 622	140 149	368 285	65 106	1 668	301 511
GRANDES REGIÕES								
NORTE	1 850	323	—	1 527	11 732	544	—	11 188
NORDESTE	27 652	5 077	—	22 575	80 606	10 139	—	70 467
SUDESTE	74 780	20 816	107	53 857	124 349	26 812	225	97 312
SUL	56 534	7 311	8 515	40 708	91 852	13 075	1 297	77 480
CENTRO-OESTE	30 045	8 563	—	21 482	59 746	14 536	146	45 064

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar
CUSTEIO	1 796	2 275	3 425	7 496	2 372	3 446	4 416	10 236
CUSTEIO DAS EXPLORAÇÕES	1 440	1 809	2 751	6 000	2 244	3 123	4 073	9 440
Avicultura	147	137	230	514	194	166	222	582
Bovinos — produção de leite	256	492	717	1 465	568	1 057	1 150	2 773
Bovinos — produção de carne	644	748	1 188	2 580	1 098	1 414	1 792	4 304
Bovinos — produção de carne — recriação (*)	120	110	137	367	—	—	—	—
Bovinos — produção de carne — engorda (*)	1	3	—	4	—	—	—	—
Ovinos	1	5	11	17	2	3	6	11
Suínos	256	312	451	1 019	381	476	894	1 751
Outros animais	15	2	17	34	3	7	9	19
OUTRAS APLICAÇÕES	356	466	674	1 496	128	323	345	796
COMERCIALIZAÇÃO	1	1	6	8	4	1	28	31
Bovinos para abate e/ou estoque de boi em pé	1	—	2	3	1	—	—	1
Lã	—	1	2	3	1	—	—	1
Laticínios	—	—	1	1	—	1	2	3
Suínos para abate	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	1	1	2	—	24	26
INVESTIMENTOS	5 681	5 719	8 643	20 043	7 789	7 900	10 359	26 048
AQUISIÇÃO DE ANIMAIS	2 408	2 449	4 035	8 892	3 554	3 566	4 691	11 811
Bovinos — produção de leite	679	747	1 319	2 745	1 098	1 196	1 499	3 793
Bovinos — produção de carne	1 593	1 529	2 423	5 545	2 221	2 121	2 803	7 145
Ovinos	60	46	77	183	47	66	76	189
Suínos	65	118	208	391	133	136	232	501
Outros animais	11	9	8	28	55	47	81	183
MELHORAMENTOS DAS EXPLORA- ÇÕES	1 569	1 862	2 709	6 140	3 373	3 403	4 406	11 182
Armazéns e similares	21	20	41	82	76	72	135	283
Desbravamento de glebas rurais	24	18	26	68	40	16	45	101
Granjas avícolas	75	97	111	283	72	68	81	221
Irrigação	85	71	127	283	100	109	91	300
Pastagens	290	313	438	1 041	733	617	664	2 014
Residências rurais	123	169	234	526	209	236	359	804
Outros melhoramentos	951	1 174	1 732	3 857	2 143	2 285	3 031	7 459
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍ- CULOS	925	969	1 484	3 378	762	853	1 195	2 810
Implementos para preparação e cultivação do solo	42	40	52	134	266	291	447	1 004
Implementos para disposição da colheita	614	658	987	2 259	62	78	168	308
Tratores e implementos	57	42	88	187	88	118	121	327
Animais de serviço	46	62	99	207	107	127	170	404
Veículos e implementos	166	167	258	591	239	239	289	767
OUTRAS APLICAÇÕES	779	439	415	1 633	100	78	87	245
TOTAL	7 478	7 995	12 074	27 547	10 165	11 347	14 803	16 315

(*) A partir de janeiro/72 as operações da espécie foram consideradas como de investimento.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar	Jan	Fev	Mar	Jan/Mar
CUSTEIO	9 848	12 029	20 213	42 090	16 841	20 826	27 439	65 106
CUSTEIO DAS EXPLORAÇÕES	8 324	10 100	16 696	35 120	15 922	18 980	25 194	60 096
Avicultura	1 463	1 742	2 966	6 171	2 664	2 518	3 454	8 636
Bovinos — produção de leite	907	1 469	2 390	4 766	2 704	3 948	4 714	11 366
Bovinos — produção de carne	3 458	4 548	7 527	15 553	9 535	10 973	14 065	34 573
Bovinos — produção de carne — recriação (*)	1 955	1 448	2 413	5 816	—	—	—	—
Bovinos — produção de carne — engorda (*)	11	127	—	138	—	—	—	—
Ovinos	9	39	232	280	122	57	70	249
Suínos	420	712	1 088	2 200	871	1 453	2 828	5 152
Outros animais	101	15	80	196	26	31	63	120
OUTRAS APLICAÇÕES	1 524	1 929	3 517	6 970	919	1 846	2 245	5 010
COMERCIALIZAÇÃO	6 300	300	2 022	8 622	1 290	150	228	1 668
Bovinos para abate e/ou estoque de boi em pé	6 300	—	1 066	7 366	900	—	—	900
Lã	—	300	842	1 142	200	—	—	200
Laticínios	—	—	7	7	—	150	182	332
Suínos para abate	—	—	7	7	—	—	—	—
Outros	—	—	100	100	190	—	46	236
INVESTIMENTOS	43 281	35 546	61 322	140 149	92 669	90 206	118 636	301 511
AQUISIÇÃO DE ANIMAIS	17 396	17 040	32 144	66 580	42 835	40 273	55 322	138 430
Bovinos — produção de leite	4 088	4 540	8 272	16 900	9 943	10 351	14 616	34 910
Bovinos — produção de carne	12 817	12 103	22 968	47 888	31 450	28 355	38 243	98 048
Ovinos	285	183	460	928	273	304	334	911
Suínos	143	186	380	709	564	717	855	2 136
Outros animais	63	28	64	155	605	546	1 274	2 425
MELHORAMENTOS DAS EXPLORA- ÇÕES	19 425	12 519	19 598	51 542	41 112	38 683	50 105	129 900
Armazéns e similares	174	121	270	565	952	891	922	2 765
Desbravamento de glebas rurais	257	285	458	1 000	1 241	595	1 427	3 263
Granjas avícolas	1 287	901	1 256	3 444	1 630	1 636	2 067	5 333
Irrigação	727	739	1 266	2 732	3 156	2 244	2 653	8 053
Pastagens	2 166	2 295	4 177	8 638	11 898	10 960	13 087	35 945
Residências rurais	744	928	1 283	2 955	1 546	2 135	3 038	6 719
Outros melhoramentos	14 070	7 250	10 888	32 208	20 689	20 222	26 911	67 822
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEI- CULOS	5 104	5 088	8 490	18 682	8 276	10 401	12 109	30 786
Implementos para preparação e cultivação do solo	379	375	570	1 324	1 790	2 042	1 614	5 446
Implementos para disposição da colheita	2 004	2 052	3 387	7 443	384	387	2 400	3 171
Tratores e implementos	1 019	893	1 927	3 839	2 879	4 519	3 721	11 119
Animais de serviço	141	204	302	647	412	535	609	1 556
Veículos e implementos	1 561	1 564	2 304	5 429	2 811	2 918	3 765	9 494
OUTRAS APLICAÇÕES	1 356	899	1 090	3 345	446	849	1 100	2 395
TOTAL	59 429	47 875	83 557	190 861	110 800	111 182	146 303	368 285

(*) A partir de janeiro/72 as operações da espécie foram consideradas como de investimento.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	315 507	321 299	325 676	490 901	511 326	534 226
Acre	2 618	3 070	3 140	10 050	11 919	15 236
Amazonas	12 619	11 610	11 844	17 164	18 007	17 815
Pará	28 643	30 849	31 521	43 723	47 850	52 327
Maranhão	34 638	33 793	33 845	55 569	55 856	58 164
Piauí	46 176	47 836	48 943	80 868	83 325	84 475
Mato Grosso	176 227	179 572	181 858	267 788	278 866	291 172
Rondônia	8 243	8 164	8 113	9 564	9 651	9 221
Roraima	2 988	3 056	3 102	3 188	3 071	3 033
Amapá	3 355	3 349	3 312	2 987	2 781	2 780
2.ª REGIÃO	668 821	676 022	700 176	1 241 311	1 263 846	1 294 157
Ceará	98 591	104 703	111 470	175 692	186 710	199 391
Rio Grande do Norte	46 363	48 221	51 521	84 245	90 815	96 851
Paraíba	82 592	86 405	92 266	167 530	174 769	183 724
Pernambuco	123 132	120 548	124 988	241 118	242 281	241 475
Alagoas	71 419	66 126	63 188	125 666	115 119	103 860
Sergipe	37 490	37 071	36 938	70 146	70 817	73 639
Bahia	209 234	212 948	219 805	376 914	383 355	395 217
3.ª REGIÃO	193 549	203 468	208 309	270 328	277 289	287 186
Espírito Santo	52 697	53 600	55 669	84 264	86 652	90 314
Rio de Janeiro	102 187	111 188	114 726	148 905	151 487	157 731
Guanabara	38 665	38 680	37 914	39 157	39 150	39 143
4.ª REGIÃO	1 136 605	1 341 777	1 120 716	1 441 985	1 482 970	1 523 505
Goiás	354 601	354 458	359 891	499 174	515 153	539 467
Distrito Federal	229 559	424 460	182 098	152 644	160 656	153 645
Minas Gerais	552 445	562 859	578 727	790 167	807 161	830 393
5.ª REGIÃO	926 468	945 369	960 838	1 203 244	1 229 781	1 264 965
São Paulo	926 468	945 369	960 838	1 203 244	1 229 781	1 264 965
6.ª REGIÃO	751 656	772 249	797 902	1 006 687	1 043 753	1 083 877
Paraná	566 096	587 454	613 811	758 864	797 535	837 681
Santa Catarina	185 560	184 795	184 091	247 823	246 218	246 196
7.ª REGIÃO	1 906 880	1 950 178	1 988 141	3 251 452	3 243 753	3 296 528
Rio Grande do Sul	1 906 880	1 950 178	1 988 141	3 251 452	3 243 753	3 296 528
BRASIL	5 899 486	6 210 362	6 101 758	8 905 906	9 052 718	9 264 445
GRANDES REGIÕES						
NORTE	58 466	60 098	61 032	86 676	93 279	100 414
NORDESTE	749 635	757 651	782 964	1 377 748	1 403 027	1 436 796
SUDESTE	1 672 462	1 711 696	1 747 874	2 263 737	2 314 231	2 382 546
SUL	2 658 536	2 722 427	2 786 043	4 258 139	4 287 506	4 380 405
CENTRO-OESTE	760 387	958 490	723 845	919 606	954 675	964 284

CARTEIRA DE CÂMBIO**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	4 771	5 077	6 545	16 499	15 719	14 234
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	3 955	4 285	5 856	16 019	15 204	13 742
Pará	521	681	578	123	158	291
Maranhão	295	111	111	357	357	201
Piauí	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	17 757	17 896	18 781	35 867	33 407	37 931
Ceará	2 550	2 723	2 055	1 586	1 319	2 115
Rio Grande do Norte	457	513	372	491	487	473
Paraíba	598	528	749	2 365	1 738	1 771
Pernambuco	3 426	3 762	4 587	10 727	10 706	10 358
Alagoas	—	—	—	700	700	543
Sergipe	14	—	—	—	—	40
Bahia	10 712	10 370	11 018	19 998	18 457	22 631
3.ª REGIÃO	255 433	250 710	259 109	297 316	285 259	292 184
Espírito Santo	95	56	2 060	17 147	13 010	11 632
Rio de Janeiro	1 514	2 089	1 951	3 887	3 254	4 871
Guanabara	253 824	248 565	255 098	276 282	268 995	275 681
4.ª REGIÃO	9 213	12 587	18 075	11 497	20 895	23 434
Goiás	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	9 213	12 587	18 075	11 497	20 895	23 434
5.ª REGIÃO	188 265	224 357	187 949	323 200	328 681	337 999
São Paulo	188 265	224 357	187 949	323 200	328 681	337 999
6.ª REGIÃO	15 911	16 543	19 318	17 370	16 381	18 637
Paraná	3 629	4 226	4 648	6 843	6 976	7 481
Santa Catarina	12 282	12 317	14 670	10 527	9 405	11 156
7.ª REGIÃO	42 933	43 145	47 327	50 876	59 738	71 815
Rio Grande do Sul	42 933	43 145	47 327	50 876	59 738	71 815
BRASIL	534 283	570 315	557 104	752 625	760 080	796 234
GRANDES REGIÕES						
NORTE	4 476	4 966	6 434	16 142	15 362	14 033
NORDESTE	18 052	18 007	18 892	36 224	33 764	38 132
SUDESTE	452 911	487 654	465 133	632 013	634 835	653 617
SUL	58 844	59 688	66 645	68 246	76 119	90 452
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—

CARTEIRA DE CÂMBIO

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
ANIMAL	86	182	227	152	152	189
MERCADO INTERNO	86	182	227	152	152	189
INDUSTRIAL	129 467	135 862	155 398	205 825	217 275	245 865
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	52	44	7	—	—	—
INDÚSTRIAS DE TRANS- FORMAÇÃO	129 009	135 294	154 904	205 223	216 585	245 178
Açúcar	—	—	—	300	300	300
Adubos, corretivos, fer- tilizantes e suplemen- tos minerais	2 784	4 662	6 337	7 342	7 410	8 504
Aparelhos eletrodomés- ticos	3 627	4 928	5 249	5 170	4 391	4 710
Borracha	333	470	677	791	807	713
Máquinas e aparelhos para a agricultura	299	192	305	1 373	1 331	1 127
Metalúrgica	13 907	14 466	12 740	33 161	35 858	43 978
Papel e papelão	1 547	1 355	1 368	6 849	7 184	6 999
Pescado	1 121	1 670	1 470	595	744	1 180
Produtos farmacêuticos e medicinais	5 687	8 206	7 302	10 854	13 101	9 845
Veículos automotores, autopeças e acessórios	902	2 187	4 957	6 739	6 854	6 439
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4 642	5 285	6 024	8 137	6 872	6 693
Outros materiais elétri- cos e de comunica- ções	14 197	11 885	13 830	11 490	9 934	19 293
Outros veículos e ma- teriais de transporte	76	111	258	228	236	174
Outros produtos alimen- tares	1 336	1 219	1 221	3 822	3 885	3 063
Outros produtos da in- dústria mecânica	4 669	4 150	4 318	10 878	12 340	14 601
Outros produtos quí- micos	19 245	20 033	25 566	21 297	25 020	28 632
Outros	54 637	54 475	63 282	76 197	80 318	88 925
CONSTRUÇÃO CIVIL	—	—	4	72	108	193
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	—	—	—	250	250	154
OUTROS FINS	406	524	483	280	332	342
TOTAL	129 553	136 044	155 625	205 977	217 427	246 054

CARTEIRA DE CÂMBIO
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	1 508	1 374	1 366	558	1 133	1 027
MERCADO INTERNO	1 416	1 347	740	286	270	120
Algodão	1 336	1 287	680	9	9	9
Café	—	—	—	187	187	87
Cera-de-carnaúba	80	60	60	90	74	24
Outros	—	—	—	—	—	—
DE IMPORTAÇÃO	92	27	626	272	863	841
COMPOSIÇÕES	—	—	—	—	—	68
DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	276	304	351	748	793	766
MERCADO INTERNO	276	304	238	342	266	239
Couros e peles	216	273	238	278	231	239
Lã	31	31	—	64	35	—
Outros	29	—	—	—	—	—
DE IMPORTAÇÃO	—	—	113	406	527	527
DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	223 574	254 472	223 585	379 975	377 468	388 431
MERCADO INTERNO	12 700	11 851	12 834	17 861	16 559	15 943
Açúcar	—	—	—	—	—	—
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	20	8	5	30	341	339
Aparelhos eletrodomésticos	76	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	41	36	51	16	16	11
Metalúrgica	507	405	272	276	150	681
Produtos farmacêuticos e medicinais	165	242	175	265	289	293
Veículos automotores, autopeças e acessórios	702	639	935	2 400	1 901	2 071
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	71	71	71	—	—	—
Outros materiais elétricos e de comunicações	286	288	258	362	297	394
Outros veículos e materiais de transporte	22	10	24	99	88	61
Outros produtos alimentares	465	220	212	1 578	1 320	432
Outros produtos da indústria mecânica	253	580	506	902	924	955
Outros produtos químicos	4 987	4 309	4 619	5 654	4 521	4 434
Outros	5 105	5 043	5 706	6 279	6 712	6 272
DE IMPORTAÇÃO	210 874	242 621	210 751	361 946	360 754	372 349
Adubos, corretivos fertilizantes e suplementos minerais	1 264	634	508	1 765	1 679	1 557
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	1 619	1 574	1 456	656	929	848
Produtos farmacêuticos e medicinais	503	586	443	1 209	1 297	1 753
Outros materiais elétricos e de comunicações	2 418	2 709	3 015	69	69	129
Outros veículos e materiais de transporte	—	—	—	68	55	55
Outros produtos alimentares	1 389	1 749	1 631	1 057	1 173	1 381
Outros produtos da indústria mecânica	9 183	9 330	8 283	8 889	6 928	7 593
Outros produtos químicos	1 577	1 400	2 051	2 764	2 768	3 627
Outros	192 921	224 639	193 364	345 469	345 856	355 406
COMPOSIÇÕES	—	—	—	168	155	139
TOTAL	225 358	256 150	225 302	381 281	379 394	390 224

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	4 545	4 896	4 487	5 373	7 078	7 325
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	802	468	140	401	400	400
Pará	2 390	2 375	2 414	2 286	4 210	4 430
Maranhão	19	20	20	64	64	64
Piauí	1 334	1 833	1 893	2 372	2 375	2 402
Mato Grosso	—	—	—	28	29	29
Roraima	—	—	—	222	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	15 246	14 544	18 316	23 831	24 023	23 661
Ceará	4 110	4 145	4 251	3 767	4 266	4 276
Rio Grande do Norte	1 409	1 410	1 414	1 476	1 479	1 482
Paraíba	399	393	591	617	616	617
Pernambuco	1 314	1 314	1 314	15	10	10
Alagoas	—	—	—	—	—	—
Sergipe	—	—	—	—	—	—
Bahia	8 014	7 282	10 746	17 956	17 652	17 276
3.ª REGIÃO	14 652	15 420	16 514	96 144	99 454	102 038
Espírito Santo	214	214	214	200	1 297	1 300
Rio de Janeiro	743	743	726	923	900	900
Guanabara	13 695	14 463	15 574	95 021	97 257	99 838
4.ª REGIÃO	451 413	472 303	411 793	452 078	364 968	497 328
Goiás	—	—	—	—	300	300
Distrito Federal	430 371	451 260	392 021	449 382	361 693	493 147
Minas Gerais	21 042	21 043	19 772	2 696	2 975	3 881
5.ª REGIÃO	105 818	105 571	106 452	158 512	162 277	180 053
São Paulo	105 818	105 571	106 452	158 512	162 277	180 053
6.ª REGIÃO	27 688	28 409	29 223	53 733	54 637	56 410
Paraná	15 403	15 889	16 169	29 064	29 770	31 104
Santa Catarina	12 285	12 520	13 054	24 669	24 867	25 306
7.ª REGIÃO	30 118	30 499	29 657	37 889	37 231	45 829
Rio Grande do Sul	30 118	30 499	29 657	37 889	37 231	45 829
BRASIL	649 480	671 442	616 422	827 560	749 668	912 644
GRANDES REGIÕES						
NORTE	3 192	2 843	2 554	2 909	4 610	4 830
NORDESTE	16 599	16 397	20 229	26 267	26 462	26 127
SUDESTE	141 512	142 034	142 738	257 352	264 706	285 972
SUL	57 806	58 908	58 880	91 622	91 868	102 239
CENTRO-OESTE	430 371	451 260	392 021	449 410	362 022	493 476

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
À PRODUÇÃO INDUSTRIAL	137 776	137 312	142 241	191 189	193 358	214 364
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	125 822	124 559	129 057	185 035	187 204	203 964
Aparelhos eletrodomésticos	2 120	1 720	1 720	2 800	2 800	2 800
Máquinas e aparelhos para a agricultura	289	289	289	180	180	180
Pescado	—	100	100	100	100	100
Veículos automotores, autopeças e acessórios	3 300	3 300	3 300	4 110	5 030	5 158
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3 134	3 534	3 541	14 320	14 470	15 855
Outros materiais elétricos e de comunicações	3 898	3 972	3 926	11 648	11 644	11 669
Outros veículos e materiais de transporte	1 500	1 500	1 500	1 500	—	—
Outros produtos alimentares	12 129	11 839	14 626	20 449	19 411	19 924
Outros produtos da indústria mecânica	15 600	15 600	15 698	15 752	16 348	17 251
Outros produtos químicos	1 046	1 352	1 351	2 657	3 678	3 708
Outros	82 806	81 353	83 006	111 519	113 543	127 319
OPERAÇÕES VINCULADAS AO FINEX	11 954	12 753	13 184	6 154	6 154	10 400
AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	6 652	6 661	6 689	6 316	6 332	6 350
PARA EXPORTAÇÃO	—	—	—	—	—	—
Arroz	—	—	—	—	—	—
OPERAÇÕES VINCULADAS AO FINEX	6 652	6 661	6 689	6 316	6 332	6 350
AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	505 052	527 469	467 492	630 054	549 978	691 930
PARA EXPORTAÇÃO	406 853	424 779	363 212	443 934	356 231	487 709
Açúcar	405 975	423 901	362 334	442 914	355 225	486 689
Mel rico	878	878	878	1 020	1 006	1 020
OPERAÇÕES VINCULADAS AO FINEX	98 199	102 690	104 280	186 120	193 747	204 221
TOTAL	649 480	671 442	616 422	827 559	749 668	912 644

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES**CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS**

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (*)	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
São Paulo (SP)	5 986 730	6 179 542	8 706 168	8 086 527	8 481 105	9 523 262
Rio de Janeiro (GB)	4 737 676	4 148 954	6 219 694	4 830 962	4 877 543	5 470 651
Belo Horizonte (MG)	915 979	876 610	815 065	1 066 184	1 053 987	1 161 109
Porto Alegre (RS)	702 219	586 955	853 295	863 405	841 472	987 818
Recife (PE)	576 095	594 928	727 276	710 945	706 694	768 190
Curitiba (PR)	478 084	455 601	582 452	559 317	551 678	638 905
Salvador (BA)	598 153	602 504	577 949	698 268	644 668	743 674
Santos (SP)	394 187	344 537	453 575	428 490	405 471	434 356
Brasília (DF)	344 537	355 474	496 794	490 003	506 732	568 466
Fortaleza (CE)	181 614	170 945	222 926	233 386	228 501	246 044
Campinas (SP)	306 140	302 141	373 466	383 280	411 454	439 250
Goiânia (GO)	256 866	241 916	318 231	295 112	327 263	355 866
Londrina (PR)	220 353	210 405	270 655	275 644	280 231	316 480
Belém (PA)	97 812	91 914	132 325	109 222	106 499	114 490
Vitória (ES)	158 831	144 892	186 446	176 515	172 205	185 213
Manaus (AM)	57 697	57 329	70 412	70 593	68 937	72 908
Maringá (PR)	158 674	157 862	202 338	198 352	210 512	213 187
Ribeirão Preto (SP)	334 241	324 106	419 875	386 627	404 951	443 703
Niterói (RJ)	166 365	150 740	158 523	172 494	175 528	177 698
Florianópolis (SC)	98 926	92 968	126 956	135 340	135 872	153 973
São José do Rio Preto (SP)	186 493	181 114	220 973	213 185	213 024	237 179
Maceió (AL)	66 410	63 643	84 790	72 387	79 165	86 016
Uberlândia (MG)	95 498	93 757	124 977	126 182	123 523	136 265
Presidente Prudente (SP)	166 140	161 202	210 734	196 737	197 300	215 617
Natal (RN)	84 042	80 898	104 530	100 386	101 152	107 694
Bauru (SP)	216 504	225 384	285 256	255 052	298 153	317 489
Campo Grande (MT)	85 001	81 833	105 357	100 246	103 169	111 057
Piracicaba (SP)	138 270	136 569	174 870	173 549	171 511	190 622
Juiz de Fora (MG)	80 318	78 565	103 230	87 970	89 590	98 027
João Pessoa (PB)	41 508	40 595	52 536	48 730	52 216	57 263
Outras	7 468 011	7 297 392	9 339 074	8 781 779	8 717 211	9 481 352
BRASIL	25 399 374	24 531 275	32 720 748	30 328 869	30 728 317	34 067 764

(*) Seleccionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS
Cr\$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (*)	1 9 7 1			1 9 7 2		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
São Paulo (SP)	17 188 296	19 263 821	25 329 572	33 018 434	36 509 431	38 747 844
Rio de Janeiro (GB)	17 528 279	13 666 746	20 153 789	27 545 152	28 466 933	34 197 998
Belo Horizonte (MG)	2 349 058	2 284 362	2 191 597	3 579 866	3 661 539	4 029 241
Porto Alegre (RS)	1 613 752	1 591 142	2 285 718	2 623 631	2 790 104	2 944 451
Recife (PE)	1 325 435	1 425 603	1 688 323	1 713 938	1 705 104	1 874 307
Curitiba (PR)	970 511	924 034	1 281 280	1 674 875	1 621 781	1 825 373
Salvador (BA)	1 105 432	1 213 526	1 129 232	1 641 070	1 443 675	1 791 930
Santos (SP)	763 123	648 449	997 292	1 220 362	1 126 835	1 427 768
Brasília (DF)	378 841	419 999	542 930	645 430	642 790	751 940
Fortaleza (CE)	443 832	401 293	463 395	558 696	521 781	598 825
Campinas (SP)	320 546	289 536	374 432	449 153	441 896	486 037
Goiânia (GO)	278 994	254 137	376 678	418 731	454 634	520 950
Londrina (PR)	196 185	184 033	260 423	382 439	389 102	436 656
Belém (PA)	263 985	229 638	371 169	329 696	331 689	364 022
Vitória (ES)	224 609	209 456	292 011	286 927	304 371	333 383
Manaus (AM)	176 342	166 445	208 557	265 525	281 982	311 531
Maringá (PR)	150 944	153 827	210 392	262 721	292 270	317 187
Ribeirão Preto (SP)	197 399	180 330	229 774	246 453	241 296	259 477
Niterói (RJ)	197 658	163 413	180 535	236 248	231 973	258 884
Florianópolis (SC)	123 130	107 155	149 568	203 336	163 813	196 336
São José do Rio Preto (SP)	108 824	103 436	140 295	175 347	179 155	224 529
Maceió (AL)	137 602	130 598	171 956	167 409	164 582	188 980
Uberlândia (MG)	98 626	88 362	130 996	160 114	159 165	179 522
Presidente Prudente (SP)	118 309	115 763	152 314	158 578	164 820	184 791
Natal (RN)	116 365	105 031	144 775	146 107	129 572	134 268
Bauru (SP)	102 253	107 647	140 161	135 307	145 819	164 485
Campo Grande (MT)	94 678	86 673	123 590	130 570	130 479	151 241
Piracicaba (SP)	93 904	81 196	113 235	126 456	116 005	131 364
Juiz de Fora (MG)	108 988	101 485	131 409	124 247	132 291	143 986
João Pessoa (PB)	112 914	90 490	113 495	122 548	110 180	123 216
Outras	5 103 142	4 746 535	6 341 286	6 977 831	6 839 085	7 584 281
BRASIL	51 991 956	49 528 161	66 420 179	85 727 197	89 894 152	100 884 803

(*) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES**CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS**

Número de Documentos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	515 378	492 875	643 197	631 054	625 262	672 077
Acre	3 945	2 986	3 804	4 253	4 040	4 239
Amazonas	57 697	57 329	70 412	70 593	68 937	72 908
Pará	97 812	91 914	132 325	109 222	106 499	114 490
Maranhão	36 510	34 226	47 652	49 543	44 691	48 342
Plaut	17 118	16 291	20 430	23 185	23 100	25 167
Mato Grosso	293 159	280 792	357 139	364 251	367 007	395 682
Rondônia	5 227	5 065	5 227	5 660	5 660	6 082
Roraima	2 111	2 305	2 989	1 894	2 543	2 391
Amapá	1 799	1 967	3 219	2 453	2 785	2 776
2.ª REGIÃO	1 862 650	1 851 781	2 158 187	2 160 971	2 092 944	2 314 743
Ceará	195 887	184 430	238 937	250 552	243 000	260 612
Rio Grande do Norte	91 574	87 696	113 466	108 171	109 110	116 115
Paraíba	64 960	63 782	82 292	75 516	80 119	87 016
Pernambuco	609 776	627 367	769 049	726 516	722 081	783 977
Alagoas	70 205	67 324	89 424	77 373	83 556	90 839
Sergipe	51 004	51 574	65 304	61 567	63 284	68 572
Bahia	779 244	769 608	799 715	861 276	791 794	907 612
3.ª REGIÃO	5 416 102	4 773 279	7 000 195	5 578 974	5 608 797	6 252 473
Espírito Santo	228 803	209 369	271 737	262 242	252 225	273 973
Rio de Janeiro	449 623	414 956	508 764	485 770	479 029	498 849
Guanabara	4 737 676	4 148 954	6 219 694	4 830 962	4 877 543	5 479 651
4.ª REGIÃO	2 824 701	2 754 727	3 266 325	3 352 757	3 350 230	3 672 781
Goiás	424 973	403 355	529 844	505 923	528 285	588 789
Distrito Federal	344 537	355 474	496 794	490 003	506 712	568 466
Minas Gerais	2 055 191	1 995 898	2 239 687	2 356 831	2 315 213	2 515 526
5.ª REGIÃO	11 245 864	11 340 598	15 042 017	14 168 449	14 611 566	16 169 910
São Paulo	11 245 864	11 340 598	15 042 017	14 168 449	14 611 566	16 169 910
6.ª REGIÃO	2 233 543	2 180 277	2 806 574	2 818 978	2 869 524	3 193 352
Paraná	1 753 768	1 710 581	2 182 050	2 195 594	2 221 084	2 473 061
Santa Catarina	479 775	469 696	624 524	623 384	648 440	720 291
7.ª REGIÃO	1 301 136	1 137 738	1 610 536	1 617 686	1 569 994	1 792 426
Rio Grande do Sul	1 301 136	1 137 738	1 610 536	1 617 686	1 569 994	1 792 426
BRASIL	25 399 374	24 531 275	32 527 031	30 328 869	30 728 317	34 067 764
GRANDES REGIÕES						
NORTE	168 591	161 566	217 976	194 075	190 464	202 686
NORDESTE	1 916 278	1 902 298	2 226 269	2 233 699	2 160 735	2 338 252
SUDESTE	18 717 157	18 109 775	24 281 899	22 104 254	22 535 576	24 937 909
SUL	3 534 679	3 318 015	4 417 110	4 436 664	4 439 518	4 985 760
CENTRO-OESTE	1 062 669	1 039 621	1 383 777	1 360 177	1 402 024	1 552 937

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES**CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS**

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	817 894	758 162	1 074 199	1 194 110	1 242 875	1 389 133
Acre	6 145	4 414	5 670	5 721	6 072	7 301
Amazonas	176 342	166 445	208 557	265 525	281 982	311 531
Pará	263 985	229 638	371 169	329 696	331 689	364 022
Maranhão	70 365	61 345	92 584	110 937	98 329	112 631
Piauí	28 255	26 626	32 912	54 982	55 896	81 085
Mato Grosso	258 142	249 988	337 134	408 647	441 586	486 109
Rondônia	9 926	11 342	16 097	12 060	14 691	17 051
Roraima	2 055	5 349	5 020	2 718	6 902	5 127
Amapá	2 679	3 015	5 056	3 824	5 728	4 276
2.ª REGIÃO	3 646 759	3 737 115	4 214 731	4 777 603	4 465 988	5 137 705
Ceará	465 634	419 485	486 461	594 732	548 306	626 843
Rio Grande do Norte	124 190	112 123	154 681	158 502	141 826	146 760
Paraíba	156 408	128 708	162 649	180 772	166 272	179 500
Pernambuco	1 366 578	1 462 841	1 737 146	1 732 940	1 724 348	1 893 614
Alagoas	145 469	137 227	180 820	176 804	173 009	198 064
Sergipe	88 877	82 098	112 999	98 726	101 243	113 681
Bahia	1 299 603	1 394 633	1 379 975	1 835 127	1 610 984	1 979 243
3.ª REGIÃO	18 293 350	14 352 082	21 029 134	28 495 170	29 410 725	35 222 352
Espírito Santo	277 032	259 020	357 194	352 468	368 267	299 041
Rio de Janeiro	488 039	426 316	518 151	597 550	575 525	625 313
Guanabara	17 528 279	13 666 746	20 153 789	27 545 152	28 466 933	34 197 998
4.ª REGIÃO	4 000 334	3 869 378	4 352 978	5 913 541	6 009 768	6 692 107
Goiás	383 002	353 092	513 095	584 989	618 567	715 058
Distrito Federal	378 841	413 999	542 930	645 430	642 790	751 940
Minas Gerais	3 238 491	3 102 287	3 296 953	4 683 122	4 748 411	5 225 109
5.ª REGIÃO	20 645 567	22 454 642	29 505 060	37 853 219	41 192 497	44 100 778
São Paulo	20 645 567	22 454 642	29 505 060	37 853 219	41 192 497	44 100 778
6.ª REGIÃO	2 339 625	2 202 011	3 062 220	3 968 220	3 938 023	4 436 722
Paraná	1 912 071	1 800 147	2 499 749	3 307 529	3 288 120	3 702 886
Santa Catarina	427 554	401 864	562 471	660 691	649 903	733 836
7.ª REGIÃO	2 248 427	2 156 221	3 074 878	3 525 334	3 634 276	3 906 006
Rio Grande do Sul	2 248 427	2 156 221	3 074 878	3 525 334	3 634 276	3 906 006
BRASIL	51 991 956	49 529 611	66 313 200	85 727 197	89 894 152	100 884 803
GRANDES REGIÕES						
NORTE	461 132	420 203	611 569	619 544	647 064	709 308
NORDESTE	3 745 379	3 825 086	4 340 227	4 943 522	4 620 213	5 331 421
SUDESTE	42 177 408	39 909 011	53 831 147	71 031 511	75 351 633	84 548 239
SUL	4 588 052	4 358 232	6 137 098	7 493 554	7 572 299	8 342 728
CENTRO-OESTE	1 019 985	1 017 079	1 393 159	1 639 066	1 702 943	1 953 107

BANCO DO BRASIL
NÚMERO DE DEPENDÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	Dez - 70	Dez - 71	Mar - 71	Mar - 72
NO PAÍS	753	797	761	801
1.ª Região	68	74	69	74
Acre	2	2	2	2
Amazonas	4	4	4	4
Pará	9	10	9	10
Maranhão	14	14	14	14
Plauí	13	13	13	13
Mato Grosso	22	27	23	27
Rondônia	2	2	2	2
Roraima	1	1	1	1
Amapá	1	1	1	1
2.ª Região	131	136	132	138
Ceará	21	22	21	23
Rio Grande do Norte	9	10	10	10
Paraíba	15	15	15	16
Pernambuco	25	26	25	26
Alagoas	8	8	8	8
Sergipe	7	7	7	7
Bahia	46	48	46	48
3.ª Região	71	75	72	75
Espírito Santo	12	12	12	12
Rio de Janeiro	25	29	26	29
Guanabara	34	34	34	34
4.ª Região	156	161	157	162
Goiás	37	39	37	40
Distrito Federal	11	12	12	12
Minas Gerais	108	110	108	110
5.ª Região	157	165	157	166
São Paulo	157	165	157	166
6.ª Região	82	89	82	89
Paraná	53	57	53	57
Santa Catarina	29	32	29	32
7.ª Região	88	97	92	97
Rio Grande do Sul	88	97	92	97
NO EXTERIOR	11	14	11	14
TOTAL	764	811	772	815

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
Toneladas

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Jan	Fev	Jan	Fev
A) PRODUTOS BÁSICOS	2 796 717	2 975 808	2 407 180	3 329 423
1 — Açúcar demerara	84 106	45 818	154 240	198 577
2 — Algodão em rama	2 408	1 464	20 860	14 652
3 — Algodão "linters"	4 981	679	350	472
4 — Amendoim em grão	1 910	1 126	542	2 522
5 — Arroz	26 488	40 085	—	—
6 — Banana	17 510	14 817	7 683	9 247
7 — Cacau em amêndoas	12 523	3 370	15 103	9 396
8 — Café cru em grão	32 603	34 604	84 985	82 348
9 — Camarão	81	107	164	600
10 — Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	2 352	3 161	6 153	10 745
11 — Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	1 553	1 136	2 178	3 079
12 — Castanha de caju	446	288	441	317
13 — Castanha-do-Pará	305	491	134	187
14 — Couro, exceto de gado em bruto	142	96	—	—
15 — Couro de gado bovino, em bruto	1 150	1 973	571	2 099
16 — Couro de gado, exceto bovino, em bruto	527	606	152	341
17 — Erva-mate	1 047	2 630	202	1 056
18 — Farelo e torta de amendoim	6 492	21 810	7 863	22 216
19 — Farelo e torta de caroço de algodão	1 500	1 570	6 192	4 335
20 — Farelo e torta de soja	25 629	42 430	55 571	57 472
21 — Frutas em estado natural (exceto os itens 6, 12 e 13)	260	128	116	10
22 — Fumo em folhas	5 329	4 121	4 329	2 905
23 — Lagosta	130	209	84	128
24 — Milho em grão	136 747	100 772	482	—
25 — Minério de ferro	2 191 432	2 393 915	1 854 370	2 699 684
26 — Minério de manganês	62 893	198 536	62 419	66 539
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	613	100	509	4 604
28 — Óleo bruto de petróleo	101 583	—	56 392	82 628
29 — Pimenta em grão	1 250	1 363	1 232	569
30 — Sisal	6 425	13 081	18 791	14 467
31 — Soja em grão	45	—	4 198	2 999
32 — Outros produtos básicos	66 257	45 322	40 874	35 229
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	194 372	177 269	217 690	286 005
a) SEMIMANUFATURADOS	99 726	86 449	77 171	92 328
33 — Cera de carnaúba	1 024	899	860	923
34 — Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	13 525	2 184	6 433	9 527
35 — Ferro fundido, em bruto	7 377	182	16 060	4 127
36 — Ferro-ligas, em bruto	474	4 784	1 297	4 491
37 — Madeira de pinho, serrada	45 525	41 032	24 115	25 644
38 — Madeira serrada, exceto pinho	4 466	9 466	3 696	9 041
39 — Manteiga de cacau	1 905	1 181	1 815	2 360
40 — Óleo de amendoim, em bruto	10 836	11 887	7 559	17 342
41 — Óleo de mamona, em bruto	5 598	7 567	8 636	11 879

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Toneladas

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Jan	Fev	Jan	Fev
42 — Óleos vegetais em bruto (exceto os itens 40 e 41)	759	602	309	547
43 — Pasta para fabricação de papel	1 747	2 281	1 800	819
44 — Peles e couros, preparados ou curtidos	451	258	398	473
45 — Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 34, 35 e 36)	10	—	—	—
46 — Outros produtos semimanufaturados	6 029	4 126	4 193	5 155
b) MANUFATURADOS	94 646	90 820	140 519	193 677
47 — Borracha manufaturada	296	311	113	148
48 — Café Industrializado (*)	1 226	1 707	1 762	2 581
49 — Calçados	484	398	457	688
50 — Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	1 521	1 104	790	1 433
51 — Carne de boi industrializada	469	1 742	759	1 101
52 — Chapas laminadas a quente ou a frio, de ferro, aço ou aço-liga	1 889	1 833	1 950	11 995
53 — Fios de algodão	253	262	675	981
54 — Madeiras laminadas	462	1 096	555	1 101
55 — Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	230	269	115	305
56 — Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	186	145	33	116
57 — Máquinas e aparelhos para extração, movimentação de terra, escavação ou perfuração do solo	278	180	179	185
58 — Máquinas-ferramentas, seus pertences e acessórios	53	149	118	175
59 — Material de transporte	535	851	725	2 745
60 — Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 52)	2 777	2 676	12 752	12 474
61 — Melão comestível e não comestível	62 377	51 651	51 039	84 612
62 — Mentol	74	111	71	186
63 — Óleos essenciais	270	521	310	583
64 — Sucos de frutas e hortaliças	3 642	3 057	2 829	4 603
65 — Tecidos de algodão	361	478	777	872
66 — Vidros e manufaturas de vidro	1 747	1 011	354	1 481
67 — Outros produtos manufaturados	15 516	21 268	64 156	65 332
C) CONSUMO DE BORDO	12 143	8 204	6 620	4 440
D) REEXPORTAÇÃO	80	72	—	16
E) TRANSAÇÕES	301	1 159	141	561
TOTAL	3 003 613	3 162 512	2 831 631	3 620 445

(*) Inclui operações do comércio de fronteira não apuradas pelo I.B.C.

Fonte: CACEX/NUCEx.

EXPORTAÇÃO**PRINCIPAIS PRODUTOS**

US\$ 1,000 (FOB)

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Jan	Fev	Jan	Fev
A) PRODUTOS BÁSICOS	97 794	92 285	159 221	169 465
1 — Açúcar demerara	8 516	4 642	20 463	28 000
2 — Algodão em rama	1 189	794	14 179	10 426
3 — Algodão "linters"	422	74	38	40
4 — Amendoim em grão	436	262	136	627
5 — Arroz	1 800	3 088	—	—
6 — Banana	939	748	598	722
7 — Cacau em amêndoas	8 222	2 102	6 551	4 410
8 — Café cru em grão	24 697	25 745	70 753	68 487
9 — Camarão	175	227	423	1 266
10 — Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	2 964	3 198	5 753	10 702
11 — Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	690	520	1 231	1 806
12 — Castanha de caju	509	342	572	390
13 — Castanha-do-Pará	258	408	76	44
14 — Couro, exceto de gado em bruto	642	617	—	—
15 — Couro de gado bovino, em bruto	329	502	180	700
16 — Couro de gado, exceto bovino, em bruto	631	796	398	724
17 — Erva-mate	199	483	36	190
18 — Farelo e torta de amendoim	534	1 869	623	1 780
19 — Farelo e torta de caroço de algodão	106	108	352	245
20 — Farelo e torta de soja	2 171	3 749	5 188	5 430
21 — Frutas em estado natural (exceto os itens 6, 12 e 13)	41	29	21	5
22 — Fumo em folhas	3 186	1 995	2 524	1 828
23 — Lagosta	566	928	484	742
24 — Milho em grão	8 420	6 318	29	—
25 — Minério de ferro	17 249	18 460	14 145	19 401
26 — Minério de manganês	1 252	4 060	1 576	1 373
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	25	3	831	476
28 — Óleo bruto de petróleo	932	—	838	1 223
29 — Pimenta em grão	1 133	1 154	1 073	557
30 — Sisal	628	1 253	1 986	1 581
31 — Soja em grão	7	—	483	345
32 — Outros produtos básicos	8 926	7 811	7 681	5 945
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	45 501	49 394	47 534	81 457
a) SEMIMANUFATURADOS	18 779	18 653	16 244	22 592
33 — Cera de carnaúba	797	748	764	836
34 — Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	1 346	207	710	905
35 — Ferro fundido, em bruto	409	8	768	225
36 — Ferro-ligas, em bruto	330	1 482	295	1 336
37 — Madeira de pinho, serrada	5 483	5 157	3 046	3 379
38 — Madeira serrada, exceto pinho	456	893	324	802
39 — Manteiga de cacau	2 441	1 586	1 881	2 480
40 — Óleo de amendoim, em bruto	3 591	4 281	2 753	6 045
41 — Óleo de mamona, em bruto	1 674	2 250	2 896	4 156

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

US\$ 1,000 (FOB)

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Jan	Fev	Jan	Fev
42 — Óleos vegetais em bruto (exceto os itens 40 e 41)	182	118	31	107
43 — Pasta para fabricação de papel	270	360	275	119
44 — Peles e couros, preparados ou curtidos	1 085	699	1 381	1 437
45 — Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 34, 35 e 36)	1	—	—	—
46 — Outros produtos semimanufaturados	714	864	1 120	765
b) MANUFATURADOS	26 722	30 741	31 290	58 865
47 — Borracha manufaturada	239	277	157	196
48 — Café industrializado (*)	2 908	3 739	3 384	4 856
49 — Calçados	1 774	1 637	1 726	3 081
50 — Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	2 503	2 131	1 822	3 444
51 — Carne de boi industrializada	488	3 260	1 098	1 487
52 — Chapas laminadas a quente ou a frio, de ferro, aço ou aço-liga	334	320	364	1 436
53 — Fios de algodão	244	275	737	1 130
54 — Madeiras laminadas	429	1 348	753	1 007
55 — Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	1 058	1 121	857	1 818
56 — Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	2 275	1 601	767	1 584
57 — Máquinas e aparelhos para extração, movimentação de terra, excavação ou perfuração do solo	560	368	330	312
58 — Máquinas-ferramentas, seus pertences e acessórios	113	208	185	789
59 — Material de transporte	444	1 012	985	11 137
60 — Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 52)	792	771	1 748	2 255
61 — Melão comestível e não comestível	1 041	862	1 093	1 781
62 — Mentol	690	1 067	803	2 001
63 — Óleos essenciais	480	1 005	926	1 261
64 — Sucos de frutas e hortaliças	1 441	1 229	1 352	2 130
65 — Tecidos de algodão	457	578	975	1 143
66 — Vidros e manufaturas de vidro	1 090	491	280	824
67 — Outros produtos manufaturados	7 362	7 441	10 948	15 233
C) CONSUMO DE BORDO	463	419	393	394
D) REEXPORTAÇÃO	106	1 089	—	32
E) TRANSAÇÕES	5 034	1 557	596	1 394
TOTAL	148 898	144 744	207 744	252 742

(*) Inclui operações do comércio de fronteira não apuradas pelo I.B.C.

Fonte: CACEX/NUCEX.


BOLETIM DO **BANCO DO BRASIL**

EDITADO PELA CONSULTORIA TÉCNICA

A matéria contida neste Boletim pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Pede-se permuta — On demande l'échange — **We ask for exchange**
Si richiede lo scambio — **Man bittet um Austausch** — Pidese permuta

Endereço — **Adresse** — Address — **Indirizzo** — Adresse — **Dirección**

 **BANCO DO BRASIL — CONSULTORIA TÉCNICA**
Rua 1º de Março, 66 — 5º andar — ZC-00
Rio de Janeiro, Guanabara — Brasil.

COMPOSTO E IMPRESSO NA CIA. EDITORA GRÁFICA BARBERO



BANCO DO BRASIL

CONTADOR GERAL

Hélio Moura Lima

GERENTE GERAL DE AGÊNCIAS NO EXTERIOR

José Fernandes de Luna

INSPETOR GERAL

Humberto M. Riella da Fonseca

GERENTES DE CARTEIRA

CÂMBIO

Operações — Edgardo Amorim Rêgo

Fiscalização e Controle — Jayme Maia

CRÉDITO GERAL E RURAL

1ª Região — Wilson Ribeiro Lopes

2ª Região — Fernando Baptista Martins

3ª Região — Pedro Guerizoli Filho

4ª Região — Antonio Barcelos

5ª Região — Arnaldo Jorge Fabregas da Costa Júnior

6ª Região — Nelson Meira de Lucena

7ª Região — Cesar Socias Shenkel

CHEFES DE DEPARTAMENTO

Assuntos Especiais (Cacex) — Euclides Parentes de Miranda

Assuntos do Pasep — André de Moraes Perillier

Bens Patrimoniais — Rubem de Almeida Serra

Cadastro — Rosemberg de Araújo Gouveia

Comercialização do Trigo Nacional — Antônio Carlos Silveira Abbott

Exportação — Fernando de Souza Oliveira

Funcionalismo — Celso Albano Costa

Importação — Francisco de Assis Martins Costa

Normas Operacionais — Roberto Hatab

Organização de Serviços e Comunicações — Décio de Oliveira Araújo

Seleção e Desenvolvimento do Pessoal — Joaquim Ferreira Amaro

Tesouraria — José Carlos Lebeis Soares







BANCO DO BRASIL

PRESIDENTE

Nestor Jost

DIRETORES

Administração

Oswaldo Roberto Colin

Pessoal

Admon Ganem

Câmbio

Cesar Dantas Bacellar Sobrinho

Comércio Exterior

Benedicto Fonseca Moreira

Crédito Geral e Rural

Oziel Rodrigues Carneiro

1ª Região - Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

Camillo Calazans de Magalhães

2ª Região - Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha.

Paulo Konder Bornhausen

3ª Região - Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e Agências do Exterior.

Mario Pacini

4ª Região - Estados de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.

Angelo Amaury Stabile

5ª Região - Estado de São Paulo.

Walter Peracchi Barcellos

6ª Região - Estados do Paraná e Santa Catarina.

Dinar Goyheneix Gigante

7ª Região - Estado do Rio Grande do Sul.

Chefe do Gabinete da Presidência

José Rubens de Faria Cidade

Consultor Jurídico

Benedicto Martins Napoleão do Rêgo

Consultor Técnico

Othon Pinto Cardoso



BANCO DO BRASIL

BOLETIM

ANO VII

1972

Nº 2

BIBLIOTECA
— DO —
MINISTÉRIO DA FAZENDA

ÍNDICE

O NORDESTE E O BANCO DO BRASIL NOS ANOS DE 1970 e 1971	3
LEGISLAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA	25
INDICADORES ECONÔMICOS	31
ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL	45
BALANCETES	46
DEPÓSITOS	50
EMPRÉSTIMOS	52
CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL	55
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	66
CARTEIRA DE CÂMBIO	84
CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR	87
COMPENSAÇÃO DE CHEQUES	90

CAPA:

LAGOSTA - No Ceará encontram-se os maiores empreendimentos destinados à captura e industrialização deste crustáceo, abundante na costa nordestina. A *Brazilian Lobster Tail* já é marca conhecida e apreciada nos grandes centros mundiais.



CAMILLO CALAZANS DE MAGALHÃES é Diretor do Banco do Brasil S.A. - Carteira de Crédito Geral e da Carteira de Crédito Rural da 2ª Região, compreendendo os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. É, ainda, Membro do Conselho Deliberativo da SUDENE, Membro da Junta Governativa e do Comitê-Executivo da ABCAR e Suplente do Presidente do Banco do Brasil no Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

Entre os cargos exercidos, destacam-se os de Membro do Conselho Deliberativo da SUDEPE; Assessor do Ministro da Agricultura; Coordenador do Escritório Técnico de Agricultura (ETA); Coordenador Geral do Escritório de Estudos Econômicos do Ministério da Agricultura; Assessor do Ministro da Fazenda e Membro do Conselho de Administração da COBAL, da CIBRAZEM, da Comissão de Financiamento da Produção e da CEPLAC.

Foi Delegado do Brasil na IX Conferência da FAO (Food and Agricultural Organization) para a América Latina e na XXIII Reunião das Juntas de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Entidades filiadas ao Fundo Monetário Internacional. Representou o Banco do Brasil nos VI e VII Congressos Nacionais de Bancos; na XI Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ingressando no Banco do Brasil em 1949 atingiu o último posto na carreira — Chefe-de-Seção — quando exerceu o cargo de Consultor Técnico da Presidência e Diretoria do Banco.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro seguiu curso de pós-graduação na Ohio State University, Columbus USA, Agricultural Economics and Cooperatives - Agricultural Credit Study e no Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), Curso Internacional de Crédito Agrícola - "Capacitación Avanzada".

Tem publicado os seguintes trabalhos: — A Pecuária Nacional e a Política Creditícia do Banco do Brasil (Boletim Trimestral nº. 1/66 do Banco do Brasil); Apreciações sobre a Economia Rural do México (Boletim Trimestral nº. 3/67 do Banco do Brasil); Objetivos do Crédito Rural (Boletim Trimestral nº. 2/69 do Banco do Brasil); A Evolução da Economia Gaúcha (Boletim nº. 3/70 do Banco do Brasil); e Presença do Banco do Brasil no Nordeste - Conferência pronunciada para Senadores e Deputados da ARENA, membros da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE).

"Entre as questões que com maior instância batem às portas da autoridade federal está a proveniente das disparidades regionais, que se refletem fundamentalmente sobre as condições de vida nas zonas menos afortunadas pela natureza e pelo progresso econômico. Solicitude especial tem sido e continuará a ser conferida, em consonância com a filosofia social do regime, à solução dos problemas que afligem essas regiões, a fim de que possam fruir os seus habitantes, como têm jus, os benefícios do desenvolvimento econômico e social da Nação".

Da Mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médici ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos legislativos de 1972

O NORDESTE E O BANCO DO BRASIL NOS ANOS DE 1970 E 1971

FATOS PRINCIPAIS

Caracterizou-se o último biênio, na área nordestina, por situações climáticas bem distintas. 1970 foi ano de intensa crise, de grandes perdas para a lavoura e a pecuária, duramente castigadas por avassaladora estiagem; 1971, porém, teve quadra chuvosa particularmente favorável, ensejando vigoroso trabalho de revitalização das atividades agropastoris.

Foi pois, em circunstâncias assim diferentes que o Banco do Brasil procurou orientar sua linha de ação em termos adequados à conjuntura, com ativa e substancial contribuição no quadro de providências dinamizadas pelo Governo Federal, tomando a si a iniciativa da formulação de diretrizes e a tarefa de ordenar a mais ampla e efetiva execução de programas destinados a prover as necessidades financeiras das atividades produtivas dos Estados litorâneos da Bahia ao Ceará, que formam a 2ª Região

Os objetivos do Banco do Brasil concentraram-se sobretudo no planejamento e implementação de medidas especiais exigidas quando, com maior nitidez, puderam ser observadas as imensas e crônicas dificuldades do setor rural nordestino, outra vez submetido ao fenômeno cíclico da seca.

Nessa época, a presença do Chefe do Governo no Nordeste, quando mais agudo se fazia sentir o problema, deu alento às populações flageladas e sua palavra de ordem fez desdobrar-se decisões firmes e urgentes para acudir a economia regional.

Merece que se recorde essa fase um tanto distanciada na lembrança de muitos, embora recente, mas cuja gravidade precisou ser enfrentada com a mobilização de vultosos recursos, cabendo ao Banco do Brasil papel dos mais relevantes ao cumprir-se o plano de assistência emergencial adotado e, em etapa subsequente, o de recuperação dos níveis de desempenho de toda economia agropecuária nordestina

Os dias vividos pelo Nordeste em 1970 vieram positivar a grande vulnerabilidade de sua economia ao problema climático e o quanto é dependente do setor agropecuário. Bem o demonstram, aliás, nesse particular, os dados estatísticos, indicando que 35% do produto interno regional provém do setor primário, onde encontram emprego cerca de 66% da população economicamente ativa. E é ainda a agropecuária que alimenta em alto grau os segmentos secundário e terciário, porquanto o produto industrial em quase dois terços resulta do beneficiamento e transformação de matérias-primas agrícolas

De outra parte, é bem de ver-se que o surto fabril regional, estimulado por incentivos fiscais, precisará ser sustentado, para situar-se na presente década, ao nível da desejada linha de crescimento a uma taxa anual aproximada de 15%. Será por isso muito importante, até mesmo para indústrias dinâmicas, ativar o desenvolvimento da agropecuária para que produza mais e a menores custos alimentos e matérias-primas e favoreça as condições competitivas dos produtos regionais. Esse caminho, de igual passo, conduzirá certamente à ampliação do mercado interno consumidor de artigos industriais, seja pelo aumento do seu poder aquisitivo seja por condições que tornem mais difundido o uso de bens de produção nas atividades agropastoris.

Torna-se fundamental, portanto, à consecução desses propósitos, que sejam levados para o campo os conceitos, métodos e mentalidade de produção já observados em outras áreas, tendo-se presente, também, a já significativa contribuição que a agricultura nordestina vem dando ao carregamento de divisas externas para o País, por volta de 400 milhões de dólares anuais.

Outro não é o pensamento do Ministro da Fazenda, Professor Antônio Delfim Netto, que ao falar na Câmara dos Deputados, perante comissão especial designada para estudar os problemas do Nordeste, disse ser necessário romper-se a barreira representada pela baixa produtividade da agricultura nordestina, como forma inclusive de ativar o setor industrial da região, fazendo-se mister para tanto elevar-se o capital disponível por agricultor.

Pretendemos, uma vez expendidas essas considerações introdutórias, repassar aspectos particulares que nos mostram a elevada significação do trabalho do Banco do Brasil em defesa da economia do Nordeste nos dois últimos anos.

Temos, assim, que em 1970, durante os meses mais críticos da seca, foram realizados financiamentos especiais com aplicação integral dos recursos da ordem de Cr\$ 40 milhões, autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, para favorecer a introdução de melhoramentos e custear gastos gerais impostos em tal emergência para sustentação das atividades nas propriedades rurais, tendo-se em mira, também, reduzir o êxodo do interior para os centros urbanos ou o maior congestionamento das "frentes de trabalho" organizadas para dar emprego de sustentação a grande massa de agricultores que ficaram privados de condições para continuar em sua ocupação habitual.

A seca de 1970

Nos empréstimos de tal natureza tudo era facilitado aos tomadores, pois contratados a prazo longo de 8 anos e a custo financeiro favorecido, visto serem os juros de apenas 5% ao ano. Seus beneficiários foram em número de cerca de 6.000 produtores, os quais assim puderam manter mais de 55 mil trabalhadores em atividade nos imóveis rurais, nestes permanecendo, graças a isso e contados os dependentes, população acima de 200.000 pessoas.

E não menos importante e necessário que a mencionada injeção de novos recursos foi o reescalonamento dos débitos dos agropecuaristas prejudicados pela estiagem, no que o Banco chegou a recompor, sob o mesmo regime de dilatório prazo e juros subsidiados, obrigações no montante de Cr\$ 160 milhões, para reabilitar financeiramente perto de 40.000 agricultores, aos quais, por esse meio, foi dada oportunidade de prosseguirem em suas lides, inclusive fazendo jus a novos financiamentos.

Já em 1971, felizmente, vieram as chuvas na estação própria, reanimando a agricultura e a pecuária nordestinas. Foi aí que dedicamos nossa maior atenção ao processo de recuperação dos níveis das atividades rurais, com especial ênfase no que tange ao fomento da lavoura algodoeira que, mais difundida nas extensas zonas de clima semi-árido e ocupando posição de destaque na formação do produto regional e na absorção de mão-de-obra, havia sido intensamente prejudicada.

As chuvas

Ocupamo-nos, a essa altura, com a elaboração de plano consubstanciado em projeto de Resolução do Conselho Monetário Nacional, que referendou sua aprovação pelo Sr. Ministro da Fazenda. Criou-se, desse modo, o Programa de Crédito para Recuperação da Agropecuária Nordestina, facultando-se aos agricultores a obtenção de financiamentos a juros de 7% ao ano, com largo prazo de reposição, para a realização de investimentos necessários à melhoria da exploração das propriedades rurais, como para a fundação de lavouras, especialmente de algodão arbóreo, e assim de outras culturas permanentes, em particular a fruticultura.

Programa de Recuperação

Tornou-se a Resolução em causa, como era de esperar, valioso instrumento de que o Banco do Brasil pôde servir-se para maior abertura na disseminação de financiamentos especiais, com isso, de par com as modalidades tradicionais de assistência, contribuindo para vertical retomada das atividades ruralistas, de sorte que a produção agropastoril na área do Nordeste, em 1971, alcançou índices considerados superiores aos observados nos melhores anos de um passado mais recente.

E pouco depois de iniciado o programa de recuperação, o próprio Presidente da República, General Emílio Médici, mostrando à Nação seu empenho em ver mudado o quadro de atraso e pobreza da região nordestina, autorizava o Conselho Monetário Nacional a baixar instruções sobre amplo esquema financeiro para as regiões Norte e Nordeste, a vigorar por prazo de quatro anos regulando a concessão de crédito orientado mantidos aqueles estímulos de juros e condições de reposição. Assegurada, dessarte, continuidade ao plano antes sugeridos pelo Banco do Brasil, vigente apenas até o fim do exercício, esse novo "Programa Especial de Crédito Orientado" disciplinou também os financiamentos fundiários, para permitir a propriedade da terra ao pequeno rurícola, bem assim o aumento das áreas dos minifundiários e a formação de núcleos de colonização.

Ainda em 1971, sendo fruto de sugestões do Banco do Brasil ao propósito, entre outros, de aproveitar-se o período de preparativos para o plantio neste ano, as autoridades monetárias aprovaram, para as áreas do Norte e Nordeste, bases especiais para o financiamento da introdução de fatores técnicos de produtividade, destacando-se o crédito sem juros para compra de insumos modernos, como adubos, sementes selecionadas, corretivos, etc., e com juros de apenas 7% ao ano para aquisição de tratores, outras máquinas agrícolas e reprodutores bovinos de alta linhagem, a prazo de 2 a 8 anos, conforme a natureza das aplicações.

Por fim, dentro da linha de ação global para o desenvolvimento e integração das regiões Norte e Nordeste do País, tivemos baixado pelo Chefe do Governo, em 6 de julho de 1971, Decreto-lei instituidor do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA comparável em seu alcance e dimensões ao Programa de Integração Nacional já em execução nas mesmas áreas. Prevendo a aplicação da significativa soma de recursos de Cr\$ 4 bilhões no período de cinco anos, o PROTERRA surgiu da necessidade de tornar mais efetivo o acesso do homem à terra, a criação de melhores condições de emprego da mão-de-obra e o desenvolvimento da agroindústria naquelas duas importantes regiões.

PROTERRA

Para consecução desses objetivos, na área financeira prevê o programa empréstimos para aquisição de terras, organização e modernização de propriedades rurais, organização ou ampliação de serviços de pesquisa e experimentação agrícola, construção de silos e armazéns, eletrificação rural. No setor industrial propõe-se a financiar projetos destinados à expansão ou reorganização da agroindústria, inclusive a açucareira, contemplando ainda atividades produtoras de insumos para a agricultura.

O PROTERRA deverá, pois, representar verdadeiro marco na obra de soerguimento das áreas Norte/Nordeste, que irão beneficiar-se de soma verdadeiramente avultada de recursos, além de terem equacionadas questões críticas como a da estrutura fundiária, a da baixa tecnologia agropastoril, a da escassa infra-estrutura e a dos excedentes de mão-de-obra na Região Nordeste, que poderão ser absorvidos na conquista dos espaços vazios da Amazônia.

No âmbito do crédito rural e industrial, o Programa virá consagrar a prioridade que o Banco do Brasil já vinha concedendo, de ênfase à atividade agropecuária e às atividades industriais que utilizem matéria-prima regional e mais intensamente o fator trabalho, sabidamente abundante no Nordeste do País.

Ao lado de outras instituições de crédito, também agentes financeiros do Programa, disporá o Banco do Brasil de excelentes condições para ministrar assistência creditícia nas variadas linhas em que opera, através de uma extensa rede de agências, que nos sete Estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) abrangidos pela 2ª Região, compreende presentemente 134 unidades.

ASPECTOS A ECONOMIA NORDESTINA

A política de desenvolvimento econômico posta em execução no Nordeste, na década sessenta, caracteriza-se por atenção maior ao setor industrial, baseada em que, através de um forte impulso que tomasse esse segmento da economia, pelo seu maior dinamismo, fosse induzido o desenvolvimento do setor primário, tradicionalmente o de maior participação na economia da área e, por uma série de fatores, mais difícil de ser trabalhado diretamente.

Os dados oficiais divulgados sobre a evolução da economia nordestina mostram que a contribuição da agricultura para a formação do produto interno regional situa-se presentemente ao redor de 35%, representando mais de duas vezes o percentual referente ao produto industrial, que evoluiu de 12 a 15% ao longo do último decênio (60/70). Observa-se, outrossim, que só a partir de 1966, quando já adensavam os investimentos oriundos da política de incentivos fiscais, constatou-se sensível melhoria na contribuição do setor secundário, com crescimento anual médio da ordem de 10%, enquanto que o da agricultura alcançou cerca de 6% ao ano, nessa segunda metade da década.

O setor serviços, detendo o peso de 50% na formação da renda regional, experimentou boa evolução no período, passando da média anual de 5,4% na primeira metade da década, para 6,6% na segunda.

Crescimento Setorial

A distribuição setorial de crescimento, segundo fontes acreditadas, sofreu as variações seguintes, nos dois quinquênios dos anos sessenta:

	1960-1965	1965-1970
Agricultura	5,3%	6,3%
Indústria	2,7%	10,0%
Serviços	5,4%	6,6%
Total	5,0%	7,0%

O quadro a seguir elucida a forma de expansão da renda interna da região em confronto com a do País, mostrando que no intervalo 1960/1970 a taxa média regional foi superior à do Brasil, embora nos últimos cinco anos do decênio considerado tenha havido modificação da tendência favorável ao Nordeste, no sentido da redução das disparidades com as regiões mais desenvolvidas.

GRANDE REGIÃO NORDESTE RENDA INTERNA Em cruzeiros de 1970

ANOS	BRASIL		NORDESTE	
	Cr\$ milhões	Taxa anual média de crescimento	Cr\$ milhões	Taxa anual média de crescimento
1960	77.791	5,64 %	11 708	5,05%
1965	95.904		14 979	7,00%
1970	134 579		21 009	

O comportamento observado na economia da área veio mostrar que os esperados influxos dos investimentos na indústria canalizados através da política de incentivos fiscais e financeiros, em que pese a valiosa contribuição deles para os bons índices de crescimento do produto regional como um todo, não conseguiram, todavia, gerar efeitos de impacto no setor agropecuário, cuja baixa produtividade tem-se mantido nos mesmos níveis, constituindo-se em sérios obstáculos à afirmação do próprio desenvolvimento industrial.

As dificuldades que se faziam sentir vieram patentear-se com maior evidência ao sobrevir outro demorado período de seca no final da década, quando a economia regional, sem as desejáveis condições de resistência, revelou-se bastante dependente da ajuda do Governo Federal, para ultrapassar a prolongada estiaagem sem prejuízos de consequências irrecuperáveis ou mesmo de calamidade pública.

Diante desse quadro e em conta a elevada importância do setor rural na formação da renda e na oferta de emprego e bem assim a sua condição de supridor de matérias primas para mais de 60% do produto industrial, houve o Governo Federal de desfazer aquela operação de soerguimento da agricultura, a que nos reportamos na parte inicial deste trabalho.

Com efeito, não obstante o recente processo de industrialização haver conduzido a mudanças na composição do setor industrial, elevando, segundo estimativas oficiais, a participação das indústrias dinâmicas de 26% para cerca de 37%, entre 1958 e 1968, ainda assim os ramos tradicionais respondem por quase duas vezes o peso da contribuição daquelas, sendo representados quase exclusivamente por atividades dependentes do suprimento de matérias-primas de origem agrícola, como é o caso da produção de açúcar, da indústria têxtil, das de beneficiamento de algodão e oleaginosas e de produtos alimentares.

Releva notar que o crescimento do mercado intra-regional para os bens manufaturados cuja produção se desenvolve na própria área, seria grandemente favorecido com a melhoria do poder de compra das populações rurais, que ainda formam maioria absoluta no contingente demográfico nordestino, já observado que o emprego na agricultura, da ordem de 66% da mão de obra economicamente ativa da região, corresponde a quase 6 milhões de trabalhadores.

Medidas de emergência

Assente, portanto, a maior prioridade que está a merecer o setor primário no quadro da economia nordestina, e presente a assistência do Banco em todas as áreas geográficas e econômicas, destacamos a seguir aspectos das principais atividades dignos de registro.

Principais atividades

De especial relevo a posição da cana-de-açúcar na agricultura nordestina, pois mantém o 1º lugar em volume físico e valor da produção, situando-se a área cultivada acima de 600 mil hectares.

Cana-de-açúcar

A agroindústria canavieira constitui o principal suporte da economia de Pernambuco e de Alagoas, contribuindo com mais de 40% para a formação da receita bruta desses Estados. Em Pernambuco, proporciona cerca de 150.000 empregos diretos, estimando-se, grosso modo, que da atividade dependem aproximadamente 1 milhão de pessoas.

O açúcar figura entre os 4 principais produtos de exportação do País, ocupando o 1º lugar no Nordeste, a que estão reservados perto de 75% da produção destinada ao exterior. As exportações nacionais elevaram-se, em 1971, a US\$ 155 milhões, com acréscimo, em valor, de 20,5% sobre o total exportado em 1970.

O Plano da Safra 71/72 do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) autorizou para o Nordeste o total de 28 milhões de sacos de açúcar tipos cristal e demerara, cabendo a Pernambuco e Alagoas 87% dessa produção, com 15.400 e 8.910 mil sacos, respectivamente. Entre a safra 68/69 e a de 70/71, evoluiu a produção nordestina de 23,3 para 28,9 milhões de sacos, em percentual equivalente ao observado na Região Centro-Sul, de 11,5% anuais, mantendo-se a taxa de contribuição do Nordeste, na produção nacional de açúcar, ao redor de 37%. Em nossa área a maior expansão registrou-se em Alagoas, fruto, entre outros fatores, da melhor produtividade obtida com o cultivo de terras de tabuleiro racionalmente adubadas.

A safra findante (71/72) foi sensivelmente prejudicada por estiagens ocorridas em áreas canavieiras do Nordeste, afetando o desenvolvimento das plantações e retardando a moagem, sendo de registrar-se porém que não obstante isso as estimativas oficiais indicam volume de produção superior a 27 milhões de sacos, ou seja, quase 97% do total autorizado pelo IAA, e é de ressaltar-se, a propósito, a permanente atenção dispensada pelo Banco aos problemas surgidos, de par com expressiva assistência financeira prestada ao setor.

A usineiros e fornecedores de cana na área da 2ª Região foram concedidos, em 1971, 3.342 empréstimos de custeio da produção, no valor global de Cr\$ 188 milhões, representando acréscimo de 55% em número de operações e de 26% na soma dos créditos, em confronto com o ano precedente. O custeio total foi assim distribuído (em milhões de cruzeiros):

— gastos gerais de custeio da lavoura	100	
— aquisição de fertilizantes	31	
— apontamento das usinas	57	188

Por Unidade Federativa, os financiamentos tiveram a seguinte distribuição (em milhões de cruzeiros)

Pernambuco		
— custeio	54.1	
— adubos	15.0	
— apontamento	32.1	101.2
Alagoas		
— custeio	32.4	
— adubos	13.8	
— apontamento	21.6	67.8
Paraíba		
— custeio	3.5	
— adubos	0.5	4.0
Bahia		
— custeio	2.6	
— adubos	0.2	2.8
Sergipe		
— custeio	6.2	
— adubos	1.1	
— apontamento	2.6	9.9
Outros		
— custeio	1.7	
— adubos	0.5	
— apontamento	0.7	2.9

As cooperativas de fornecedores de cana de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, foram deferidos créditos de Cr\$ 6 milhões, Cr\$ 6,5 milhões e Cr\$ 1,2 milhões, respectivamente, destinados a repasse a seus associados, para custeio da entressafra 71/72.

Constituiu importante inovação o estabelecimento do prazo de 2 anos para reposição da parcela dos financiamentos destinada à fundação de lavouras, em sincronia com o ciclo produtivo da cana. Outro relevante benefício para o setor foi admitir o Banco Central — dando conformidade a entendimento manifestado pelo Banco do Brasil — a concessão de empréstimos a usineiros e fornecedores, para melhoramentos da exploração agrícola, ao amparo do Programa Especial de Crédito Rural Orientado, instituído pelo Conselho Monetário através da Resolução nº 181, podendo abranger verba destinada à renovação de canaviais em área estritamente necessária a restabelecer o nível anterior de produção, dentro dos limites estabelecidos pelo IAA.

Além da assistência tradicionalmente prestada à agroindústria — que se faz de forma integrada, compreendendo o custeio agrícola, "apontamento", "warrantagem" e desconto de duplicatas — adotou o Banco, em 1971, medidas especiais de amparo ao setor, em face dos problemas originados pela seca. Assim foi que resolveu a Diretoria autorizar crédito suplementar de 20% sobre os financiamentos de custeio, às usinas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe que sofreram retardamento no início da moagem pelo período aproximado de 30 dias, estendendo-se a concessão a seus fornecedores. Essa suplementação representou para as Usinas de Pernambuco e de Alagoas injeção de recursos da ordem de Cr\$ 6.360 mil e Cr\$ 4.422 mil, respectivamente. Admitiu a Diretoria o resgate desse crédito adicional ao longo da safra seguinte.

Ainda com o objetivo de minimizar as dificuldades financeiras das usinas dos três referidos Estados, fortemente prejudicadas pela estiagem, foi depois autorizada a suspensão de retenções previstas nos empréstimos de custeio e aquisição de adubos, até o valor dos subsídios outorgados para as canas próprias, na forma da Resolução nº 2.059, do IAA, que, diga-se de passagem, por esse mesmo instrumento dispôs sobre o cumprimento de decisão do Conselho Monetário Nacional, estabelecendo maior subsídio para a parte agrícola — Cr\$ 7,65 por tonelada de cana, posta na esteira da usina — onde reside o principal fator de desnível nos custos de produção das regiões Centro/Sul e Norte/Nordeste.

Por último, diante de exposição do Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, foi autorizada, nos últimos dias de 1971, a concessão de empréstimos, em moeda estrangeira e com recursos de nossas Agências no Exterior, a usinas associadas da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool de Pernambuco e da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas, de até US\$ 10 milhões e US\$ 5 milhões, respectivamente, mediante aval ou fiança do IAA. Essas operações têm por finalidade atenuar dificuldades financeiras das empresas, possibilitando, em Alagoas, a recuperação de capital de giro empregado em investimentos fixos nos últimos 3 anos, e, em Pernambuco, a liquidação de dívidas vencíveis a curto prazo, acima da capacidade de pagamento das usinas.

A legislação do setor açucareiro sofreu em 1971 profundas modificações. A Lei 5.654 fixou em 100 milhões de sacos o total das cotas oficiais de produção de açúcar das usinas do País e estabeleceu, de outro

lado, dois limites globais, que não podem ser ultrapassados, para as regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul, alterando a sistemática anterior de limites estaduais rígidos. O Decreto-lei nº 1.186 regulou a concessão de incentivos fiscais e financeiros à fusão, incorporação e realocização de usinas de açúcar, com alocação de recursos oriundos de taxa de arrecadação do IAA, anteriormente destinados ao Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN), desde aí posto em regime de extinção. E duas outras inovações importantes foram introduzidas pelo mesmo Decreto-lei: a transferência de cotas de fornecimento de canas e a unificação dos preços da cana e do açúcar em todo o País.

A equalização de preços foi em seguida objeto de Resolução do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu, em resumo:

- redução dos preços do açúcar aos níveis do Centro/Sul;
- cobertura de diferenças de custos por subsídios à região Norte/Nordeste, integrais nos dois primeiros anos, e reduzidos gradativamente depois, até se extinguirem por completo após a safra 77/78;
- pagamento dos subsídios à conta do Fundo Especial de Exportação, podendo o Banco do Brasil financiar eventuais e momentâneas faltas de recursos no Fundo.

Tal como ocorria com relação ao extinto GERAN, figurará o Banco como agente financeiro do IAA na execução do programa instituído pelo Decreto-lei 1.186. Caberá, pois, à autarquia, como órgão de decisão, zelar para que sejam atingidos os objetivos traçados, que segundo entendemos visam, através da economia de escala, à melhoria da produtividade das usinas em funcionamento, com a conseqüente redução de custos e liberação de terras ora ocupadas com canaviais.

Espera-se com o programa de fusões e demais medidas prescritas pelo Governo transformar a fisionomia da agroindústria canavieira no Nordeste, cuja eficiência se procura aumentar para que tenha condições de acompanhar o progresso observado de forma generalizada, em amplos setores da economia nacional.

A cotonicultura representa item dos mais importantes no setor primário da economia do Nordeste, seja como gerador de renda, seja como fonte de trabalho, estimando-se que ocupa, somente na parte agrícola, cerca de um quarto da população rural economicamente ativa e quase 30% da área total cultivada com lavouras.

Algodão

O maior volume de produção ocorre nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, embora se trate de cultura disseminada por toda a região. O aumento nas colheitas dos últimos anos, entretanto, deu-se mais de forma extensiva, pela expansão das áreas de cultivo, do que através de melhoria relativa nos índices de produtividade, posto que o rendimento físico por hectare experimentou decréscimo de aproximadamente 30%, nos anos sessenta.

Aponta-se como uma das principais causas dessa queda de produtividade o sistema de produção/comercialização. O cultivo é feito quase que totalmente por intermédio de parceiros rurais, sob a forma de meação, prática que não oferece estímulos à realização de investimentos e, em conseqüência, à mudança de métodos, nem mesmo, em muitos casos, à introdução de sementes melhoradas e outros insumos necessários. A comercialização, por seu turno, apóia-se em estrutura que pouco favorece o produtor, notadamente porque grande parcela da colheita é previamente negociada com corretores e "maquinistas", com prejuízos no preço e, por conseguinte, na renda do cotonicultor.

Tudo leva a crer, porém, que as recentes medidas adotadas pelo Governo Federal conduzirão a uma elevação geral nos níveis de produção e produtividade da lavoura algodoeira.

Os incentivos das Resoluções ns. 175 e 181 do Conselho Monetário Nacional, resultantes de iniciativa do Banco do Brasil, têm contribuído para alargar as fronteiras das áreas cultivadas, enquanto que, na parte relativa a pesquisa, experimentação e demonstração, se espera que os programas ora desenvolvidos pela Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA) e pelo Instituto Nordestino para o Fomento de Algodão e Oleaginosas (INFAOL), com recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG), tenham decisiva influência na produtividade do algodão.

O primeiro deles, o da ANDA, tem como agente financeiro o Banco do Nordeste do Brasil e envolve recursos da ordem de Cr\$ 6.100 mil. Prevê, ao longo de três anos, a implantação de 750 campos de pesquisa sobre adubação em lavouras de algodão, arroz, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar, e a instalação, no mesmo período, de 4.500 campos de demonstração sobre o uso de fertilizantes.

Exclusivamente voltado para o algodão, o programa do INFAOL conta com a intermediação do Banco do Brasil, conforme contrato de financiamento celebrado em Recife, no dia 29 de novembro de 1971. Será executado no prazo de 5 anos, com investimentos no valor de Cr\$ 17,2 milhões, e divide-se em três sub-programas:

- a) fundação de 37 campos de demonstração nos 9 Estados da região, dos quais 17 de algodão arbóreo e 20 de algodão herbáceo, num total de 3.700 hectares;
- b) seleção de sementes melhoradas de algodão, em volume correspondente a 40% do consumo do Nordeste, que se estima, para a próxima safra, em 3.500 toneladas;
- c) campanha de promoção e propaganda, visando à orientação dos agricultores e divulgação de preços mínimos e dos estímulos do PROTERRA, Resoluções ns. 175 e 181.

Estima o INFAOL que os resultados de sua atuação se farão sentir já no período agrícola de 1972, quando a produção regional deve ultrapassar a casa dos 200 mil toneladas de pluma, superior à última safra estimada em 185 mil toneladas, no valor da ordem de Cr\$ 800 milhões.

Por outro lado, estudos levados a efeito pela Comissão de Financiamento da Produção positavam boas perspectivas para a fibra nordestina, tendo em vista a escassez relativa da oferta no mercado mundial de algodão.

Essa situação parece indicar a permanência de preços firmes nas próximas safras, principalmente levando em conta o déficit aparente de 3 milhões de fardos, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura ocorrido na safra 70/71, bem como o controle da expansão estabelecido pelos Estados Unidos e Rússia, principais produtores mundiais.

Dir-se-ia, em face dessas circunstâncias, que o ano de 1971 pode ser considerado como marco inicial de um processo de recuperação da cotonicultura nordestina.

No tocante aos financiamentos de custeio agrícola, o Banco do Brasil destinou ao setor algodoeiro nordestino, em 1971, recursos da ordem de 57,6 milhões de cruzeiros, superando a casa dos 40 000 o número de cotonicultores assistidos, crescendo de 72,5% o valor e de 49,3% o número de beneficiários, em relação aos dados de 1969, para não tomarmos em confronto o ano de 1970, em que se fez sentir o efeito da seca. Na parte do crédito para fundação de novas lavouras, ao amparo da Resolução 175, foi de 6 080 o número de contratos e de Cr\$ 33,6 milhões o montante dos empréstimos realizados de abril a dezembro de 1971.

O escoamento da produção "in natura" contou com decisiva colaboração do Banco do Brasil, não só nos financiamentos industriais para aquisição de matéria-prima, que tiveram permitida expansão de até 100% sobre os concedidos na safra anterior, como pelas operações realizadas ao amparo da política de preços mínimos. Os saldos devedores dos empréstimos à indústria têxtil, para custeio, em que se inclui com maior parcela o ramo de beneficiamento de algodão, passaram de Cr\$ 32,7 milhões, em dezembro de 1970, para Cr\$ 64,5 milhões em igual mês de 1971, registrando elevação de 97,2% no período.

Relativamente aos créditos para comercialização, com base na política de preços mínimos, nota-se igualmente uma boa expansão, tendo os saldos na modalidade atingido a Cr\$ 45,6 milhões em 1971, contra Cr\$ 31,7 milhões em 1970. A utilização do sistema de preços mínimos poderia ter-se mostrado bem mais expressiva, não fora o mínimo oficial, em torno de Cr\$ 33,00, haver ficado muito abaixo da cotação de mercado, que oscilou entre Cr\$ 60,00 e Cr\$ 70,00, por arroba de 15 quilos de pluma do tipo e fibra predominantes na região (tipo 3, fibra 32/34), tendo o algodão "seridó", como outros de fibra 34/36 e superiores, alcançado preços ainda mais elevados.

Quanto à comercialização da safra, não obstante as limitações de recursos para os empréstimos de natureza comercial, em face dos tetos do Orçamento Monetário, foram conseguidas suplementações específicas para agilizar as vendas de algodão, através de nossas operações de desconto de duplicatas, vendo-se, assim, bem compreendida a preocupação desta Diretoria com maior demora que pudesse acarretar baixa de preços, pela concorrência da safra meridional, em prejuízo da economia nordestina.

Cacau Cultivado em área pouco superior a 400 000 hectares e atingindo as safras cerca de 200 000 toneladas anuais, o cacau é o principal produto da Bahia, Estado responsável por 95% da colheita global e também pela quase totalidade da exportação, que em amêndoa, manteiga e torta de cacau atingiu as seguintes cifras, nos últimos anos (em milhões de dólares): 1968 - 72,2; 1969 - 136,4; 1970 - 106,2 e 1971 - 86,7.

Na última década o cacau aparece, com o açúcar, ocupando ora o primeiro, ora o segundo lugar como gerador de divisas no Nordeste, participando, em média, com 25% no valor global das exportações regionais.

Nada obstante isso e a excelente safra de 1971 — que se calcula tenha atingido o volume, sem precedente, de 3.500 mil sacos ou 210.000 toneladas — os produtores têm enfrentado dificuldades financeiras com reflexos negativos na economia da região cacaueira e na receita estadual.

Originadas essas dificuldades, sobretudo, da instabilidade na comercialização interna do produto, destacando-se a anormalidade ocorrida em 1968 com a inadimplência dos contratos de venda a termo coincidente com frustração da ordem de 35% nas colheitas, os prejuízos se agravaram no ano seguinte em face de grandes altas nos preços no final do período, quando deviam os produtores fazer a entrega da produção negociada.

Nos períodos que se seguiram, sucessivas baixas nas cotações internacionais do cacau parece haverem dificultado mais rápida recuperação daquela crise, sendo de notar-se as bruscas variações de preços nos últimos cinco anos, a julgar pelas médias anuais de US\$ 517 por tonelada de amêndoa FOB em 1967, de US\$ 613 em 1968, de US\$ 882 em 1969, de US\$ 648 em 1970 e de US\$ 525 em 1971.

Apesar das medidas de amparo desde então adotadas pelo Conselho Monetário Nacional que instituiu linha de redesconto especial para a rede bancária particular da Bahia, visando a regularização de compromissos

oriundos de contratos descumpridos, não se restabeleceu o equilíbrio da economia cacauêira, permanecendo, já em 1968, Cr\$ 32 milhões como dívida da lavoura.

Esse débito repercutiu na liquidez das empresas comercializadoras, mantendo-se o endividamento dos produtores, a despeito de ter sido o ano de 1969 mais favorável à comercialização do cacau. Resolveu, por isso, o Conselho Monetário, em maio de 1970, instituir novo "esquema de amparo" para regularização da dívida, através do Banco do Brasil, a juros de 11% ao ano e pagamento em três prestações anuais, contribuindo para aliviar a situação de dificuldades enfrentada pelas empresas exportadoras e industriais e fazendo retornar os capitais congelados da rede bancária privada.

Conquanto positivos tenham sido os resultados colhidos, sentiu o Banco do Brasil que as medidas emergenciais apenas abrandaram a crise, permanecendo ainda em apertura a economia regional.

Enquanto as autoridades monetárias emprenhavam-se por encontrar uma solução para diminuir os percalços conjunturais, o Banco do Brasil firmava convênio com a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauêira CEPLAC, visando a aumentar os recursos destinados a melhoria da produtividade da lavoura, financiando a aquisição e aplicação de insumos modernos e o aperfeiçoamento das mais variadas práticas agrícolas, em harmoniosa conjugação da assistência técnica e creditícia.

Sob esse convênio, os financiamentos à aquisição de insumos modernos beneficiaram 2.073 cacauicultores, com recursos de Cr\$ 17 milhões, em 1971. Os financiamentos totais à lavoura de cacau cresceram de Cr\$ 49 milhões, em 1970, para Cr\$ 80 milhões em 1971, beneficiados quase 5.000 produtores.

Por outro lado, preocupado com as dificuldades financeiras enfrentadas pelos demais setores da área, envolvidos pela crise da lavoura, o Banco do Brasil, atendendo apelo das Associações Comerciais de Ilhéus e Itabuna, instituiu, em julho de 1971, "linha de crédito especial de emergência", extra-limite das agências e extrateto operacional dos clientes, para desconto de duplicatas e/ou notas promissórias à ordem do Banco, objetivando melhorar o grau de liquidez do comércio e da indústria da região cacauêira.

As grandes oscilações que se têm verificado nos volumes anuais de produção e nos preços (quadro abaixo), podem ser apontadas como responsáveis principais pelos menores resultados até agora obtidos no tocante a recuperação financeira dos cacauicultores, nada obstante os favores e medidas especiais das autoridades monetárias, do Banco do Brasil e da CEPLAC no sentido dessa recuperação.

CACAU

PREÇOS E PRODUÇÃO

Todos os Estados

Anos	Preço médio das exportações (*) US\$/t — FOB	Quantidade		Valor	
		1.000 t	Variações %	Cr\$ milhões (**)	Variações %
1966	451	170,4		229,8	
1967	517	194,7	+ 14,3	257,3	+ 12,0
1968	613	149,3	- 23,2	318,1	+ 23,6
1969	882	211,2	+ 41,5	524,2	+ 64,8
1970	648	197,1	- 6,7	376,0	- 28,3
1971	525				

(*) Preço somente do cacau em amêndoa

(**) A preços de 1970, pelo Índice Geral de Preços — Coluna 2 Conjuntura Econômica.

FONTES: Do preço de exportação — CACEX/NUCEX.

Do volume e valor da produção agrícola — IBGE, Anuário Estatístico de 1971.

Dando seqüência às suas medidas saneadoras e porque ainda se observava a ocorrência de vários casos de dívidas pendentes após o ano agrícola de 1970, resolveram as Autoridades Monetárias, através da Resolução 191, de 27.5.71, dar continuidade ao refinanciamento dos débitos decorrentes da exploração da lavoura, ao prazo de até 8 anos, juros de 7% ao ano e 1% de comissão.

Essa medida representou, sem dúvida, alívio substancial na pressão financeira sofrida pelos cacauicultores, contribuindo ainda para que se reanimassem as demais atividades econômicas da área cacauêira.

A ação governamental tem sido das mais efetivas e proveitosas no aumento da produtividade das lavouras, com uma atividade de fomento integrada que vai desde a pesquisa e experimentação ao financiamento de fatores técnicos e adoção de práticas agrícolas de eficiência comprovada experimentalmente, estabelecido para tanto mais estreito entrosamento do Banco do Brasil com a CEPLAC, sendo assim de esperar-se situação das mais lisonjeiras na melhoria do rendimento agrícola e na redução dos custos.

Sobre a instabilidade das cotações, trata-se de problema de alta complexidade, eis que o Brasil participa com volume inferior ao dos demais concorrentes, sem condições de estabelecer por si o desejável disciplinamento do mercado, por sua vez também bastante dependente da ação das indústrias do exterior e de interesses os mais diversos dos países consumidores. Não obstante, articulações têm sido estabelecidas em termos de relações multilaterais, sem prejuízo dos esforços envidados pelo nosso Governo para ampliar as áreas de mercado, com agressiva política de vendas e acordos com os principais consumidores internacionais.

Caju Desponta o caju como item ponderável na formação da renda da agricultura nordestina, notadamente pelas favoráveis perspectivas que se vêm abrindo em relação ao mercado externo, nos últimos anos. É o Brasil atualmente o terceiro exportador mundial de amêndoas, em seguida à Índia e a Moçambique, respondendo o Nordeste por 90% da produção nacional.

As exportações, que vinham em ritmo ascendente, não tiveram o mesmo comportamento em 1971. Enquanto em 1970 havíamos exportado US\$ 6 251 mil, com incremento de 90,1% em relação a 1969, nossas vendas externas até setembro de 1971 corresponderam a apenas US\$ 4 418 mil, inferiores em 16,1% às exportações do mesmo período de 1971. Não obstante, é significativo o fato de que essa redução se deveu mais à quebra da colheita regional do que ao decréscimo da demanda, já que o preço médio por tonelada exportada se elevou de US\$ 1.078,26 para US\$ 1.138,37.

É ainda incipiente a exploração das culturas de cajueiro em bases racionais e seu cultivo se tem concentrado principalmente no Estado do Ceará, sendo por isso mesmo pequena, por ora, a experiência quanto a métodos de plantio. O principal centro de pesquisa encontra-se na Estação de Pacajus, Ceará, do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Nordeste (IPEANE), órgão do Ministério da Agricultura e os trabalhos têm-se voltado, em especial, para a reprodução assexuada (enxerto) e combate a pragas.

A assistência financeira do Banco para a implantação de campos de cajueiro assumiu maior importância a partir de 1971, quando aprovado estudo que realizamos sobre a matéria, com base no qual foi criada linha de crédito específica, antes do advento das Resoluções ns. 175 e 181 do Banco Central do Brasil, que também contribuíram grandemente para estimular a formação de novas culturas.

Assim é que, ao abrigo da Resolução 175, foram concedidos créditos para investimentos diretos em fruticultura, destacando-se os de formação e ampliação de culturas de cajú, abrangendo 2 273 operações, no valor de Cr\$ 10.654 mil.

Pecuária Visando a congregar especialistas nacionais e estrangeiros, empresários, bem como representantes de órgãos oficiais interessados, foi realizada em Fortaleza, de 25 a 31 de outubro de 1971, a Primeira Semana do Caju, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, Governo do Estado do Ceará e Confederação Nacional da Agricultura, encontro em que o Banco do Brasil esteve representado.

A pecuária é atividade dominante em grande parte do Nordeste. Sua exploração é conduzida ora em combinação com a agricultura, ora independentemente desta, sendo a combinação pecuária/lavoura mais difundida nas zonas produtoras de algodão arbóreo, notadamente nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, em forma pela qual o gado obtém suplementação alimentar dos restos dos algodões e das culturas intercalares de milho e feijão-de-corda.

Dados divulgados pela Equipe Técnica de Estatística Agropecuária, no Anuário Estatístico da Fundação IBGE, referentes a 1970, mostram a existência, no Nordeste, de um total de 66 milhões de animais, das espécies bovina, equina, asinina, muar, ovina e caprina, correspondendo a cerca de 30% dos rebanhos do País. Os bovinos montam a 20,4 milhões de reses nos nove Estados nordestinos, equivalendo a 20,8% da bovinocultura brasileira, sendo de 2,7 milhões a quantidade de equinos (29,7%); 2,7 milhões também a de asininos (91,7%); 2,1 milhões a de muars (44,2%); 17,4 milhões a de suínos (26,2%); 9,2 milhões a de ovinos (37,2%); e de 11,3 milhões a de caprinos, estes indo a 77% do efetivo total. Os galináceos são em número de 58 milhões, ou 20% dos dados totais do País.

Por Estado, sabemos que os rebanhos são mais numerosos na Bahia e Ceará, valendo destacar que o primeiro possui cerca de metade dos bovinos da área, ocupando o 6º lugar no Brasil. Conta a Bahia ainda com o maior rebanho de caprinos e o 2º de ovinos e, especialmente quanto à bovinocultura, é de notar-se que nesse Estado se encontra uma das melhores zonas para o desenvolvimento do criatório, qual seja a do sudoeste vizinho à zona cacauzeira, onde existe abundância de pastagens formadas de colônias, que poderiam ter ainda maior aproveitamento.

A criação de bovinos para produção de carne vem tendo razoável desenvolvimento, destacando-se a introdução de técnicas aprimoradas, entre as quais a do pastoreio rotativo, e a melhoria qualitativa dos rebanhos.

A produção de leite, por seu turno, tem sido estimulada nos últimos anos pela instalação de postos de resfriamento e usinas de pasteurização e pela industrialização em escala cada vez maior de derivados em substituição ao fabrico rústico de queijo e manteiga. Nota-se, no entanto, sintomas de crise nas bacias leiteiras.

notadamente nas de Pernambuco e Alagoas, onde as dificuldades envolvem não só os pecuaristas mas também as indústrias. Deficiências nos sistemas de transporte e elevados custos de manejo e alimentação têm sido apontados como principais causas do fenômeno.

A suinocultura, igualmente, vem atravessando fase de melhoria, transformando-se de criação doméstica e complementar para a de nível empresarial, da mais alta produtividade. Tem havido progresso, também, no que tange à elevação dos padrões raciais, através da introdução de raças melhoradas, tais como Duroc-Jersey e Wessax Sadleback.

A avicultura vem tendo regular crescimento, principalmente com a instalação de granjas avícolas exploradas através de métodos mais modernos, nos arredores das capitais e das grandes cidades da região.

Na assistência financeira global do Banco às atividades pecuárias, a comparação dos volumes de crédito à disposição do setor em dezembro de 1970 e em dezembro de 1971 mostra a significativa expansão de 83,8%, passando de Cr\$ 259,9 milhões para Cr\$ 477,6 milhões no citado período.

No conjunto das aplicações rurais elevou-se a participação da pecuária entre 1970 e 1971, de 37,8 para 38,3% do valor das operações globais da Carteira de Crédito Rural, detendo os investimentos à produção animal a maior parcela (32%). O item custeio das explorações pastoris corresponde a apenas 2% dos saldos totais da CREAL, mantendo a situação até aqui verificada, de pequena participação nas operações de natureza agropecuária. Os outros 4% correspondem a composições de crédito.

As operações realizadas com base na Resolução 175 contribuíram grandemente para a elevação dos empréstimos pecuários, valendo registrar que os créditos concedidos para formação e renovação de pastagens, somando a maior cifra, expressaram-se pelo valor de Cr\$ 83 milhões, que corresponde aos financiamentos contratados de março (início do programa) até dezembro de 1971. O volume das aplicações na finalidade traduz o esforço do Banco no sentido de amparar a recuperação dos campos devastados pela seca de 1970, incluindo a restauração de pastos em toda a área atingida pelo flagelo.

Outra linha de crédito que terá grande significado para o desenvolvimento da pecuária nordestina é a aprovada pelo Conselho Monetário Nacional visando a estimular o uso de fatores técnicos de produtividade, abrangendo a aquisição de insumos pecuários e de reprodutores bovinos, até então não contemplada nos programas especiais criados no decorrer de 1971. Divulgado esse plano no final do ano, sua importância far-se-á sentir de forma acentuada a partir de 1972, principalmente porque prevê o custeio de insumos pecuários sem juros para o beneficiário final.

Importa registrar ainda que, no decorrer de 1971, a nossa assistência à pecuária foi grandemente facilitada com as medidas propostas ao Conselho Monetário Nacional e por este aprovadas, no início do exercício, no sentido de admitir-se para finalidades prioritárias da bovinocultura de corte, expansão dos empréstimos em percentual superior ao estabelecido para as aplicações globais do Banco.

Passamos em consequência a dispor de substanciais margens sobre os saldos apurados em 31.12.70 para os financiamentos de compra de reprodutores e matrizes e para os de custeio das explorações pastoris, que, proporcionando ao pecuarista o capital de giro necessário, evitam desfalques no rebanho ou a venda precoce de bezerros. Também a atividade de recria foi contemplada com condições mais favorecidas, permitida maior ampliação dos empréstimos e elevado o percentual de atendimento de 50 para 60% das reses a adquirir. Foi ainda instituída linha de crédito para financiamentos da compra de bovinos destinados a engorda racionalmente conduzida, dando-se assim uma abertura nessa modalidade de crédito, até então restrita aos casos de confinamento, com vistas sobretudo a que os pequenos e médios criadores do Nordeste melhor aproveitem as possibilidades dos pastos nas épocas e locais propícios à preparação final de bovinos para o abate.

De janeiro a dezembro de 1971 foram realizados mais de 10 mil créditos para aquisição de reprodutores e matrizes bovinas, no valor de Cr\$ 59,5 milhões, notando-se também razoável atendimento na parte de custeio das explorações, crescendo os empréstimos em mais de 60%, passando de Cr\$ 15 milhões em 1970, para Cr\$ 24 milhões, em 1971.

A utilização das cooperativas ligadas ao setor agropecuário, como instrumento para o repasse do crédito rural, tem sido alvo do empenho do Banco do Brasil na área nordestina, onde a validade do cooperativismo rural assume maior importância que nas regiões mais desenvolvidas, diante do pequeno adensamento e da reduzida capacidade econômica dos estabelecimentos agropastoris. Os esforços em tal sentido realizados têm surtido resultados positivos, como veremos a seguir, não obstante permaneçam ainda muitas das dificuldades que freiam o desenvolvimento e a expansão dessas entidades, consistentes em falhas organizacionais, reduzida poupança e carência de administradores. Na base desses problemas avulta o baixo nível educacional do pequeno e médio produtor no Nordeste, limitando sobretudo as suas condições para atuarem em regime associativo, com o devido conhecimento e desempenho dos direitos e obrigações sociais.

Dadas, pois, as funções sócio-econômicas que podem ser exercidas pelas cooperativas, tudo tem feito o Banco, no âmbito de sua competência, no sentido de prestigiar as que se mostram capazes de exercer influ-

Cooperativas

ência benéfica às atividades agropecuárias, seja pelo papel dessas entidades na capilarização do crédito na esfera do pequeno produtor, com redução dos custos administrativos da assistência financeira, seja mesmo pelas possibilidades que têm de tornar mais acessíveis às explorações de menor porte o uso de insumos modernos e os serviços de máquinas e assistência técnica de difícil acesso para o produtor isolado.

A nossa contribuição, além do crédito em condições altamente facilitadas, tem sido propiciada pela cessão de servidores para assessoramento técnico às cooperativas que se tornam nossas clientes, sem a incidência de qualquer ônus pelos serviços prestados. A propósito, merece destaque a atuação dos funcionários cedidos à Cooperativa Agrícola dos Produtores do Médio Jaguaribe, no Ceará, e à Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze, em Sergipe, que deram decisiva colaboração na consolidação e desenvolvimento dessas entidades, de que tem sido prova o grande progresso por elas alcançado, reconhecido inclusive por órgãos públicos e privados. Técnicos da United States Agency for International Development — USAID, em recente estudo consideraram a Cooperativa do Treze a mais bem sucedida experiência cooperativista do Nordeste.

O trabalho de tais funcionários, levou-nos a proporcionar-lhes estágio junto a cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul, inclusive em sua Federação, com vistas à possibilidade de ser o Banco levado a colaborar em programa mais amplo de organização de cooperativas de produtores e de centrais cooperativas.

Fruto dessas providências, constituíram-se a Cooperativa Central dos Produtores de Algodão, no Ceará, e a Central das Cooperativas de Sergipe, reunindo várias entidades do interior de cada um desses Estados. A primeira, por sinal, já conta com funcionário nosso, especialmente cedido para auxiliar nos trabalhos de implantação.

Relativamente à assistência financeira do Banco, na área da 2ª Região, em 1971 foram beneficiadas 85 cooperativas de produtores rurais, com empréstimos no montante de Cr\$ 33,8 milhões, expandindo-se em quase 100% os nossos créditos em confronto com exercício precedente, posição que bem retrata a prioridade que temos emprestado aos financiamentos da modalidade. Amostragem feita nessas operações, indica que vai ao redor de 30.000 o número de associados diretamente assistidos com os citados recursos.

No plano institucional do cooperativismo, cumpre destacar a promulgação da Lei nº 5.764, de 18.12.71, considerada pelo Ministério da Agricultura como fato dos mais auspiciosos para a atividade rural brasileira, dentre os ocorridos em 1971. O novo diploma legal consolida e aperfeiçoa a legislação vigente, permitindo às cooperativas agrícolas mistas criarem seção de crédito, o que virá por certo eliminar dificuldades que ora se observam na concessão de financiamentos em nossa região, posto que a esse tipo de cooperativa era vedada a realização de empréstimos aos associados, cabendo-lhe apenas, no campo das operações bancárias, adiantar recursos por conta de produção a ser entregue pelos cooperados.

Tomadas em conjunto as aplicações das Carteiras de Crédito Geral e Rural, registrou-se expansão dos saldos no biênio Dez 69/Dez 71 da ordem de 131%, notando-se que entre dezembro de 1970 e dezembro de 1971 o aumento foi de 64,4%, superior ao observado nas mesmas Carteiras, em todo o Banco, onde o aumento foi de 46,5%. Em valores absolutos, os créditos na área abrangida pela 2ª Região Operacional evoluíram de um montante de Cr\$ 1.101,3 milhões, em dezembro de 1969, para Cr\$ 1.548,8 milhões em dezembro de 1970 e Cr\$ 2.545,6 milhões em dezembro de 1971, excluídas as operações das Carteiras de Câmbio e de Comércio Exterior.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS (CREGE E CREAL)

1969 — 1971

Cr\$ milhões

Estados	Dez. 69 (A)	Dez 71 (*) (B)	% Variação (B/A)
Ceará	191,6	407,8	112,8
Rio Grande do Norte	88,8	177,0	99,3
Paraíba	136,3	287,5	110,9
Pernambuco	222,7	615,6	176,4
Alagoas	102,9	219,0	112,8
Sergipe	52,6	117,2	122,8
Bahia	306,4	721,5	135,5
2ª Região	1.101,3	2.545,6	131,1
BRASIL	9.639,8	20.308,2	110,7

(*) Inclusive operações do PASEP.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS

A participação da área nos empréstimos globais, que fora da ordem de 15% em 1966 e baixara nos anos subsequentes, situando-se em 11,4% e 11,2% em dezembro de 1969 e dezembro de 1970, veio de ter notável recuperação no curso de 1971, subindo gradativamente para alcançar a marca dos 12,5% em dezembro.

Esse maior desempenho na 2ª Região foi impulsionado sobretudo pelo crescimento da assistência prestada pelo Banco do Brasil através da Carteira de Crédito Rural (CREAI), de 81,3%, em valor, no último ano. As aplicações da CREGE, embora com expansão superior à média observada no conjunto das agências do Banco, de 46,5%, poderiam ter tido incremento bem acima dos 50,9% alcançados, não fossem os limites do Orçamento Monetário aos empréstimos do Banco em geral, em sintonia com a política de redução do ritmo inflacionário.

Em valores reais, também foi expressiva a expansão ao longo dos dois exercícios, eis que a soma dos empréstimos da CREGE e CREAI evoluiu do índice 100, em 31.12.69, para 161,9 em 31.12.71.

Por Carteira, na última data observaram-se os índices 152,9 na de Crédito Geral e 172,4 na de Crédito Rural. Em todo o Banco, os índices registrados a 31.12.71 foram de 147,5 para o total das duas Carteiras e de 140,9 e 157,1 para as aplicações da CREGE e CREAI.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS (CREGE E CREAI) *

1970 e 1971

Períodos	Cr\$ Milhões		Índices Valores Reais	
	2ª Região	Brasil	2ª Região	Brasil
1969 Dezembro	1.101,3	9.639,8	100,0	100,0
1970 Junho	1.236,5	11.020,1	102,9	104,8
Dezembro	1.548,8	13.862,4	117,9	120,6
1971 Junho	1.895,0	15.984,1	129,2	124,5
Setembro	2.168,6	17.352,4	142,2	130,0
Dezembro	2.545,6	20.308,2	161,9	147,5

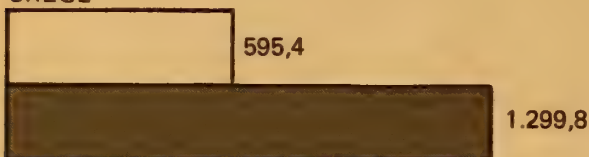
(*) Exclusive operações com o Tesouro Nacional.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS NA 2ª. REGIÃO

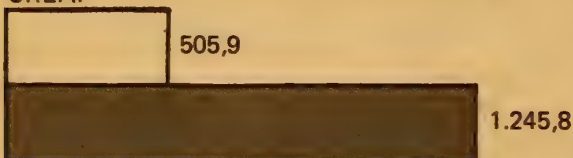
SALDOS EM FIM DE PERÍODO

Cr\$ Milhões.

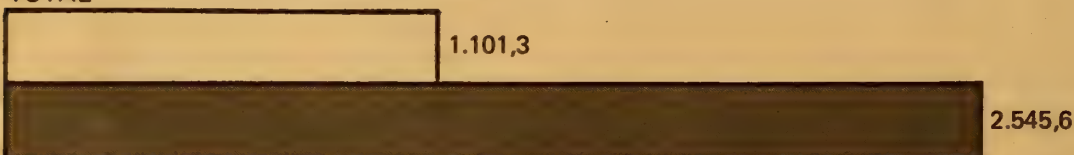
CREGE



CREAI



TOTAL



0 1.000 2.000 3.000

Nos demonstrativos incluídos, vê-se ainda como evoluiu a proporção dos empréstimos desta Diretoria nos totais do Banco, verificando-se que, se em dezembro de 1969 estavam eles representados com os pesos de 10,5%, 12,8% e 11,4%, referentes, pela ordem, às operações da CREGE, às da CREAL e à soma das duas Carteiras, passaram a atingir em dezembro de 1971 posição bem mais significativa traduzida nas cifras de 11,4%, 14,0% e 12,5%, respectivamente.

CRÉDITO GERAL

Os dados a seguir mostram que as aplicações da CREGE na 2ª Região — empréstimos ao comércio, indústria e outras atividades — incrementaram-se de forma assaz expressiva, alcançando o aumento a 118,3% no biênio focalizado e a 50,9% entre dezembro de 1970 e dezembro de 1971. Nota-se equilibrada distribuição na expansão do crédito entre as sete Unidades Federativas, sendo de ressaltar-se que a percentual referente ao Estado de Pernambuco (194,1%), para os dois anos, se acha influenciado pela transferência contábil do contingente das operações de "Warrantagem" e comercialização do açúcar cristal realizadas com o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), passados que foram os respectivos saldos da Agência Centro da Guanabara para as Filiais da Região, a partir de 1970. Sem esse valor, de Cr\$ 63,8 milhões em 31.12.71 na Agência Centro do Recife, a expansão em Pernambuco situou-se ao redor de 143%, apresentando assim esse Estado e o da Bahia (com 114,6%) os maiores crescimentos no crédito geral na área da 2ª Região.

Esse comportamento se acha intimamente ligado à maior demanda por recursos circulantes originada no início e expansão do faturamento nas novas indústrias que avultam nos centros industriais implantados em torno das grandes metrópoles regionais, em especial Recife e Salvador.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS NA CREGE

SALDOS EM FIM DE PERÍODO

Cr\$ milhões

Distribuição	1969 (A)	1971* (B)	% Variação (B/A)
Ceará	117,1	239,0	104,1
Rio Grande do Norte	52,1	94,8	82,0
Paraíba	72,3	118,8	64,3
Pernambuco	125,8	370,0**	194,1***
Alagoas	41,4	82,2	98,6
Sergipe	24,6	47,1	91,5
Bahia	162,1	347,9	114,6
2ª Região	595,4	1.299,8	118,3
BRASIL	5.682,1	11.430,9	101,2

(*) Inclusive operações do PASEP.

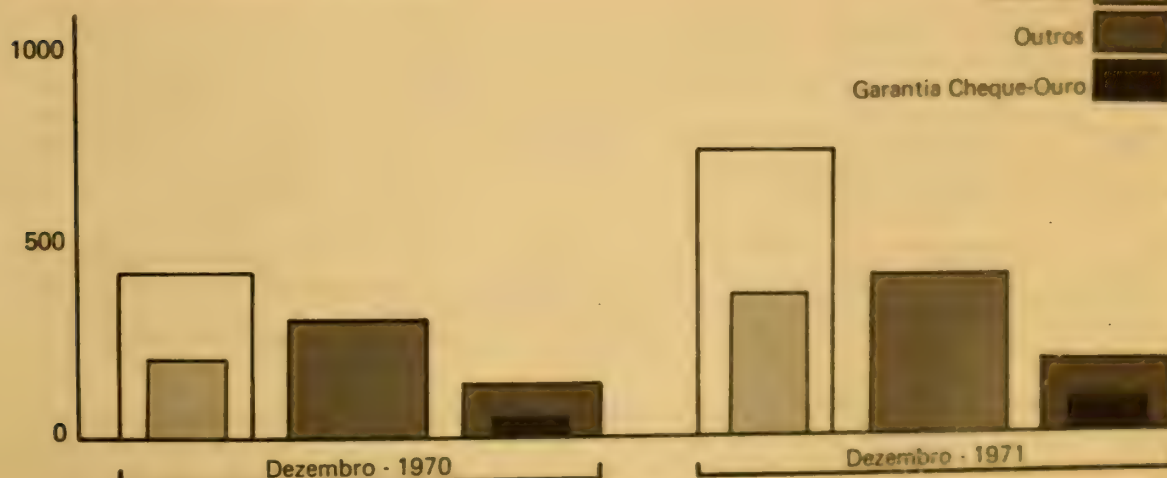
(**) Computado o saldo das operações de "warrantagem" e comercialização do açúcar cristal, com o IAA.

(***) Deduzindo-se o saldo a que se refere a observação anterior, o incremento situar-se-ia em 143,0%.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL - 2ª Região

EMPRÉSTIMOS POR ATIVIDADE

Saldos em fim de período - Cr\$ milhões



Segundo a distribuição dos empréstimos da CREGE por setores, nota-se no lapso Dez 70/Dez 71 variação de 69,1% nos saldos do agrupamento contábil "à produção", que passaram de Cr\$ 437,2 para Cr\$ 739,1 milhões. As operações com comerciantes cresceram de Cr\$ 312,3 para Cr\$ 401,2 milhões, com 28,5% de variação, enquanto que as inscritas como a "outras atividades" subiram de Cr\$ 94,2 para Cr\$ 136,4 milhões, crescendo 44,8%, onde os empréstimos a depositantes do sistema de "cheque-ouro" mostraram expressivo desempenho, eis que ainda em sua fase de implantação, indo de Cr\$ 10,7 para Cr\$ 27,1 milhões.

No grupo "à produção" as aplicações à indústria foram as que mais se expandiram, notando-se o elevado percentual de 74,0% no item referente a desconto de títulos genuinamente comerciais, com Cr\$ 213,2 milhões a 31.12.71. Ressalte-se ainda que os empréstimos típicos de crédito especializado da CREGE — operações específicas de investimento e capital semi-fixo (aquisição de matéria-prima, principalmente) — detendo a maior participação nos negócios desta Carteira, tiveram expansão de 67,7% e assim sua parcela aumentada de 24,9% para 27,7%, correspondentes aos valores de Cr\$ 215 milhões em dezembro de 1970 e de Cr\$ 360 milhões em dezembro de 1971.

No que respeita às composições de crédito na CREGE, o seu valor global elevou-se em apenas 29,0%, portanto em menos de metade da taxa média de crescimento no crédito geral, vindo a baixar a posição deste item de 2,1% para 1,8% sobre o saldo global da Carteira.

Visando a atender situações emergenciais configuradas no decorrer do período, a Diretoria autorizou no âmbito da Carteira de Crédito Geral linhas especiais de crédito, nos seguintes casos:

- a) quando das fortes inundações ocorridas em meados de 1970 no Recife e em vários outros trechos da zona da Mata de Pernambuco, com vultosos prejuízos tanto para o setor urbano como para as lavouras e usinas de açúcar, adotou o Banco, além das medidas especiais em favor da produção açucareira ameaçada de sensível retardamento e frustrações, outras providências creditícias de amparo aos comerciantes e industriais cujas empresas haviam sido atingidas pelas cheias, entre elas créditos extratetos para atender a reparação de danos, reposição de estoques prejudicados e pagamento de compromissos vencidos junto ao Banco que estavam sem condições de cobertura em tal emergência;
- b) no segundo semestre de 1971 as atividades econômicas das zonas ribeirinhas do Rio São Francisco foram sensivelmente prejudicadas com a superveniência de incomum baixa no nível das águas prejudicando seriamente o alentado transporte fluvial, com reflexos mais diretos para os "barqueiros", e os pequenos comerciantes e industriais cujos produtos dependem dessa via de escoamento; não faltou o Banco com sua pronta assistência financeira para suavizar as dificuldades existentes, autorizando créditos extrateto operacional, com o acolhimento de duplicatas até o limite cadastral e de promissórias à ordem do Banco até Cr\$ 50 mil, individualmente, permitindo-se, nos casos de insuficiência de limite cadastral, a coobrigação de terceiros, o que se fez aconselhável em especial para facilitar o atendimento dos barqueiros e outros produtores de menores recursos;
- c) medidas de igual ordem foram também concedidas para amparar setores da região cacauzeira envolvidos pela crise da lavoura de cacau mas que não seriam beneficiados com as operações de refinanciamento instituídas pelas autoridades monetárias; as proposições encaminhadas pela 2ª Região à Diretoria do Banco foram feitas em acatamento aos apelos das Associações Comerciais de Ilhéus e Itabuna, sendo aberto limite específico de Cr\$ 3 milhões com vistas a melhorar a liquidez do comércio e indústria locais.

A exemplo do que ocorreu em outras áreas do País, foi intensa a demanda no Nordeste do crédito proporcionado pelo Banco com recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3.12.70.

**Programa de
Formação do
Patrimônio do
Servidor Público
PASEP**

Em linhas gerais, os empréstimos podem destinar-se à suplementação de capital de giro, com retorno a médio prazo (6 meses, com renovação a critério do Banco), e bem assim a investimentos por empresas industriais, comerciais e de prestação de serviço. Também são beneficiários dos financiamentos do PASEP os Estados e Municípios para aquisição de máquinas agrícolas e rodoviárias e inversões outras relacionadas com a infra-estrutura de produção, mediante garantia representada por vinculação de receitas do Fundo de Participação. O prazo para os créditos de investimento vão de 5 a 10 anos, sendo o custo das operações o equivalente à correção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e 9% ao ano de juros.

Iniciado o Programa em 1º de julho de 1971, as aplicações em nossa área já se elevavam a Cr\$ 93,2 milhões, em dezembro, registrando-se maior procura desses capitais por parte dos setores que não vinham sendo normalmente assistidos através das linhas de crédito tradicionais do Banco do Brasil, tais como as empresas de prestação de serviço e outras comerciais ou industriais que normalmente não realizam faturamento a prazo.

Consoante levantamento realizado pela Gerência de Operações da Segunda Região (GENOR), das 132 Filiais sob nossa jurisdição, 116 haviam contratado, até 30.9.71, 728 empréstimos com base na Carta Circular PASEP GT-B nº 8, de 21.7.71, que se destina a suprir de capital de giro os estabelecimentos

que, pela natureza de suas atividades, não dispõem de duplicatas negociáveis. Somaram Cr\$ 31 milhões os 728 contratos, distribuídos entre comércio (Cr\$ 21 999 550.00), indústria (Cr\$ 6 634 500.00) e prestação de serviços (Cr\$ 2.449.000.00).

Tendo em conta que o fluxo das contribuições ao Programa — proporcionadas, como se sabe, pela União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, além das respectivas unidades da administração indireta (empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista etc.) e fundações — não acompanhou a intensidade das aplicações efetuadas pelo Banco, houve necessidade de sustar-se temporariamente a realização de empréstimos pelo PASEP, prevendo-se o restabelecimento das diversas linhas de crédito para os primeiros meses de 1972. Não obstante, prosseguiu sem solução de continuidade o acolhimento de propostas de empréstimo para investimentos fixos.

Fundos Externos

Do valor global aplicado no financiamento das atividades industriais, na área da 2ª Região, alcançando Cr\$ 600 milhões, em 31.12.71, a parcela de Cr\$ 120 milhões ou 20% corresponde aos empréstimos realizados com recursos oriundos de fundos obtidos no exterior, para introdução de investimentos e reforço de capital de giro.

Essas operações continuaram expandindo-se satisfatoriamente, apresentando variação positiva de 86,8% entre dezembro de 1969 e dezembro de 1971, não obstante a escassez de disponibilidade em alguns fundos, como o Fundo Alemão de Desenvolvimento (FAD) e o Fundo para Importação de Bens de Produção (FIBEP).

EMPRÉSTIMOS INDUSTRIAIS COM RECURSOS EXTERNOS

Saldos em fim de período — Cr\$ milhões

Fundos	31.12.69 (A)	% sobre total	31.12.71 (B)	% sobre total	Variação (%) (B/A)
Fundo p/Desenvolvimento Industrial — (FDI)	9,2	14,3	16,1	13,5	+ 75,0
Fundo Alemão de Desenvolvimento — (FAD)	26,4	41,1	38,2	31,8	+ 44,7
Fundo p/Importação de Bens de Produção — (FIBEP)	8,7	13,6	12,5	10,5	+ 43,8
Fundo p/Ind. de Prod. Agropec. e de Pesca — (FUNDIPRA)	-	-	8,7	7,3	-
Fundo c/Rec. de Agências no Exterior — (FIRAE)	-	-	13,4	11,2	-
Fundo p/Investimentos Sociais — (FUNINSO)	7,6	11,8	13,3	11,1	+ 75,0
Fundo Proveniente Conversão, em Moeda Nacional, de Empréstimos Externos — (FIREX)	5,7	8,9	10,8	9,0	+ 89,5
Fundo de Democratização do Capital de Empresas — (FUNDECE)	6,6	10,3	6,9	5,6	+ 4,5
Total	64,2	100,0	119,9	100,0	+ 86,8

Com as dotações resultantes de retornos obtidos nos empréstimos do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), cujos recursos iniciais provêm de acordo com a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), as aplicações em nossa área foram incrementadas em 75,0% entre 1969 e 1971, quando os saldos atingiram Cr\$ 16,1 milhões, o que nos permitiu financiar a introdução de investimentos industriais em valor acima de Cr\$ 4 milhões, beneficiando a pequena e média indústria. Também para capital fixo registrou-se notável aplicação do Fundo para Desenvolvimento da Industrialização de Produtos Agropecuários e de Pesca (FUNDIPRA), que resulta de contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID elevando-se a Cr\$ 8,7 milhões os saldos à disposição dos beneficiários.

Ainda no âmbito dos créditos para investimentos, foram realizados empréstimos no valor de Cr\$ 13,4 milhões pela linha dos Financiamentos com Recursos de Agências no Exterior (FIRAE) que resulta de disponibilidades captadas por nossas filiais no estrangeiro e transferidas para o País sob a égide de Resolução nº 63, de 21.8.67, do Banco Central.

No tocante aos créditos para reforço do capital de giro das empresas industriais observou-se razoável utilização da linha de crédito do FIREX, que também se constitui de meios obtidos com apoio na referida Resolução nº 63, os quais tiveram o expressivo incremento de 89,5% no último biênio, alcançando Cr\$ 10,8 milhões em 31.12.71.

Nos saldos devedores da CREAL registrou-se a expressiva elevação de 146,3% entre dezembro de 1969 e dezembro de 1971, mostrando os números que apresentamos variação de sentido uniforme nos diversos Estados que compõem nossa 2ª Região. Crescendo a uma taxa superior à observada nas aplicações totais do Banco (124,3% no biênio em questão), o volume regional de crédito rural teve sua participação nos totais do País ampliada de 12,8% para 14,0%, no mesmo período, notado que em valores absolutos evoluiu de Cr\$ 505,9 para Cr\$ 1.245,8 milhões.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DA CREAL
SALDOS EM FIM DE PERÍODO
Cr\$ milhões

Distribuição	Dez. 69 (A)	Dez. 71 (B)	% Variação (B/A)
Ceará	74,5	168,8	126,6
Rio Grande do Norte	36,7	82,2	124,0
Paraíba	64,0	168,7	163,6
Pernambuco	96,9	245,6	153,5
Alagoas	61,5	136,8	122,4
Sergipe	28,0	70,1	150,4
Bahia	144,3	373,6	158,9
2ª Região	505,9	1.245,8	146,3
BRASIL	3.957,7	8.877,3	124,3

Essas maiores taxas observadas na evolução dos saldos rurais refletem o dinamismo de nossa assistência financeira diante do alentado ritmo da retomada das atividades agropecuárias em 1971, traduzido nos dados apresentados em parte subsequente, relativos ao número dos créditos rurais concedidos.

É oportuno destacar os seguintes pontos no confronto dos saldos por atividade assistida em nossa área, em 31.12.70 e 31.12.71:

- a) a expansão foi um pouco mais acentuada nos empréstimos à pecuária, que tiveram sua participação aumentada de 37,8% para 38,3% do total rural, ficando assim as lavouras com quase 63% das aplicações;
- b) os empréstimos para os investimentos agropecuários detinham a 31.12.71 parcela de 50,1% do volume de crédito rural, sendo 18,1% na parte das lavouras e 32,0% na produção animal, excluídos para esse cômputo os valores dos empréstimos fundiários e das composições;
- c) as operações realizadas em cumprimento às normas da Resolução 147 "Crédito de Emergência aos Agropecuaristas Prejudicados pela Seca" totalizaram, na mesma data, Cr\$ 178,5 milhões (13,3% do total da Carteira), sendo a soma de Cr\$ 144,7 milhões correspondente às composições e a de Cr\$ 33,8 milhões aos melhoramentos das explorações agropastoris.

No último exercício os créditos rurais contemplaram a grande soma de 140 mil produtores, com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 934 milhões, significando aumentos de 81,8% no número de beneficiários e de 136,6% no valor global dos créditos, em confronto com as cifras alcançadas no ano de 1969, o que dá segura medida da notável expansão da nossa assistência financeira à agropecuária.

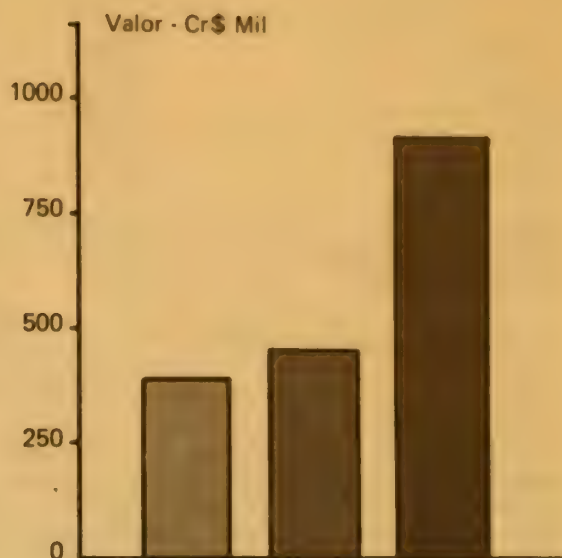
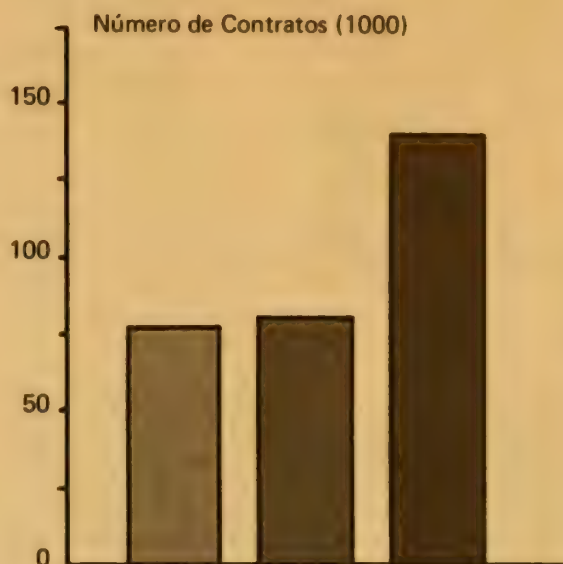
**Créditos
Concedidos ao
Setor Rural**

Note-se ainda que computado o número que se pode estimar em 30 mil pequenos produtores, atendidos pelas 85 cooperativas rurais que em 1971 repassaram créditos no valor global de Cr\$ 34 milhões, teremos que a quantidade de agricultores beneficiários de nossos financiamentos totalizou aproximadamente 170 mil, no último ano.

Os empréstimos com base nas Resoluções 175 e 181, contemplando em sua maioria investimentos prioritários para as explorações rurais, alcançaram cifras expressivas nos nove primeiros meses de vigência dessas novas linhas operacionais, somando os créditos concedidos de abril a dezembro de 1971 mais de Cr\$ 325 milhões, compreendendo o atendimento de 27.651 produtores. Os créditos para aquisição da pequena propriedade rural atingiam a 736 operações em 31.12.71, no valor de Cr\$ 23,4 milhões, contados apenas sete meses da expedição das instruções normativas às agências.

A retomada a maiores níveis no crédito rural foi mais destacada nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, justamente os que haviam sido mais prejudicados pela seca, neles constatando-se que o número das operações em 1971 foi cerca de duas vezes superior ao observado no ano precedente; enquanto em valor a evolução foi de 1 cruzeiro em 1970 para 2,6 cruzeiros aplicados em 1971, em média, nos três Estados.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL - 2ª Região
CRÉDITOS CONCEDIDOS
 Janeiro—Dezembro



Na distribuição dos créditos pelas diversas atividades rurais os destinados à produção agrícola e à produção animal cresceram, respectivamente, de 119% e 182% entre o movimento registrado em 1969 e 1971. Em número de beneficiários a evolução foi de 89% e 57% na agricultura e na pecuária. A maior expansão no valor dos empréstimos pecuários foi determinada pela elevada demanda de crédito para melhoramento das explorações pastoris em 1971, alcançando 12.940 operações, no importe de Cr\$ 197 milhões, que supera em mais de 300% o valor das aplicações para o mesmo fim realizadas em 1969.

Comparando-se os empreendimentos financiados segundo a natureza das operações, confronto entre o movimento de 1971 e o de 1969 — isto pela conveniência de ter-se visão mais realista da evolução dos negócios, pois em 1970 várias atividades foram intensamente prejudicadas pela seca — ressaltam os aspectos seguintes:

- para custeio da lavoura de algodão foram realizados, em 1971, 26 616 financiamentos compreendendo aplicação de recursos de Cr\$ 57,6 milhões, que superou em 72% o valor dos créditos do ano de 1969;
- os financiamentos para a lavoura de cacau expandiram-se em 74% no número de produtores, que se elevou a 4.764, e em 178% no valor dos empréstimos, sabendo-se que cerca de 2 mil mutuários receberam crédito para insumos modernos;
- no caso de cana-de-açúcar os aumentos dos mesmos percentuais foram de 63% e 46%, para produção de feijão, elevaram-se em 147% e 158%; para mandioca, em 108% e 213%, para milho, em 74% e 101%;
- as operações destinadas à formação de culturas perenes tiveram as expressivas variações de 574% e 1.558%, realizando-se, de janeiro a dezembro de 1971, 7 355 contratos, no valor de Cr\$ 47,3 milhões, para o que muito contribuiu o volume de crédito destinado à fundação das culturas do cajueiro e do algodão arbóreo;
- os empréstimos para melhoramentos das explorações cresceram de 235% em número e de 422% em valor, nas operações classificadas como à produção agrícola, e de 213% e 400% respectivamente nas da produção animal, evolução esta que traduz os estímulos criados com as Resoluções 175 e 181 do Conselho Monetário Nacional, também responsáveis pela expansão em matéria de lavouras permanentes, como assinalado na alínea anterior.

Confrontadas as posições de 1971, com as de 1970 e 1969, houve variação positiva nos depósitos totais na Região da ordem de Cr\$ 460 milhões no biênio, representando incremento de 57,7%. Esse percentual teria sido maior não fosse o pequeno aumento nos depósitos voluntários da rede bancária, de apenas 44%.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS (*)

SALDOS EM FIM DE PERÍODO

Cr\$ milhões

Especificação	1969 (A)	1970 (B)	1971 (C)	Variações (%)	
				C/A	C/B
2ª Região	802,1	1.073,3	1.264,9	57,7	17,9
Público	252,3	336,2	446,2	76,9	32,7
Instituições Financeiras	356,8	526,5	513,7	44,0	-2,4
Entidades Públicas	193,0	210,7	305,0	58,0	44,8
BRASIL	8.584,6	10.381,8	14.775,7	72,1	42,3
Público	2.584,6	3.927,0	5.350,1	87,6	36,2
Instituições Financeiras	2.165,7	2.660,8	4.531,8	109,3	70,3
Entidades Públicas	3.566,4	3.794,0	4.893,8	37,2	29,0

(*) Exclusive Tesouro Nacional.

Os do público apresentaram evolução sempre crescente no período focalizado, aumentando de 76,9% no biênio, sendo de notar-se, porém, que esse percentual está 11 pontos abaixo do índice de expansão global dos mesmos depósitos no Banco, que foi de 87,6%. Observou-se na área, na parte dos depósitos voluntários das instituições financeiras, tendência a relativa perda de posição, eis que se expandiram em apenas 44,0% nos dois anos, comportamento diferente do apresentado em outras áreas do País, onde as disponibilidades dos órgãos financeiros no Banco do Brasil cresceram a taxas bem maiores, totalizando variação de 109,3%, superior à observada nos demais grupos de depósitos.

Confrontada a captação de novos depósitos na região — de Cr\$ 460 milhões entre dezembro de 1969 e dezembro de 1971 — com o incremento registrado nos empréstimos, que foi da ordem de Cr\$ 1.440 milhões, vê-se que a canalização de recursos líquidos para a economia nordestina operada pelo Banco acorcou-se de Cr\$ 1 bilhão nos dois últimos exercícios.

O lucro líquido global das agências da 2ª Região ascendera a Cr\$ 58 milhões no primeiro semestre de 1971, notando-se que 91 filiais foram superavitárias (8 a mais que no semestre precedente e 13 a mais que no primeiro de 1970). O número das deficitárias reduziu-se a 40 dependências, com prejuízo global de Cr\$ 4,5 milhões, que se mostrou inferior em 40,6% à soma dos deficits do 2º semestre de 1970, resultando em sensível baixa na média dos resultados negativos, de Cr\$ 158 mil para Cr\$ 112 mil por agência, o que já demonstrava nitida tendência no sentido da recuperação financeira dessas filiais.

Os resultados dos primeiros semestres de 1970 e 1971, assim cotejados idênticos períodos anuais, que mostram elevação de 48,0% em valor nominal (e de 21,7% em termos reais), superior em 4,6 pontos à taxa de expansão nominal verificada nos resultados globais das demais regiões, são confrontados a seguir:

RESULTADOS FINANCEIROS

RESULTADOS FINANCEIROS

Especificação	1º sem. 70 (A)	1º sem. 71 (B)	Variação % B/A
2ª Região	39.098	57.863	48,0
Demais Regiões	620.068	889.368	43,4

Com o levantamento dos resultados financeiros do último semestre de 1971, verificou-se que das 40 agências em situação deficitária no balanço anterior, 25 passaram a resultado positivo. Comparados os elementos alusivos aos dois segundos semestres — de 1970 e 1971 — observa-se que de 85 agências superavitárias e 43 deficitárias passou a 2ª Região para 112 com resultados positivos e apenas 20 com prejuízo, três destas inaugurada em 1971.

O lucro líquido apresentado pelas filiais da área experimentou notável crescimento, alcançando no balanço mais recente a cifra de Cr\$ 96,7 milhões, superior em 67,3% ao valor registrado no anterior, notado que este percentual ficou bem acima do obtido no conjunto das dependências entre os mesmos períodos, da ordem de 25,3%. Na soma dos resultados por agência nos dois últimos exercícios — o que não se confunde com a rubrica correspondente do demonstrativo de "Lucros & Perdas" do Banco, sobretudo porque exclui considerável dispêndio contabilmente atribuídos à Direção Geral — temos, em milhões de cruzeiros

Especificação	1970 (A)	1971 (B)	Variação % (B/A)
2ª Região	103,9	154,5	48,5
Demais Regiões	1 406,5	1 979,5	40,7
Total	1 510,4	2 134,0	41,3

Por aí fica visto que, no ano de 1971, tomados os resultados dos dois semestres, as agências de nossa área apresentaram expansão bastante satisfatória, traduzida na elevada taxa de 48,5% de aumento sobre o montante correspondente do exercício anterior, chegando a superar em 7,2 pontos o indicador da variação global.

Esse comportamento espelha não apenas o maior desenvolvimento dos serviços e operações, como também o persistente esforço das agências do Banco do Brasil em todas as frentes de atividades, com suporte, evidentemente, na capacidade de trabalho de seu funcionalismo, em sintonia com as diretrizes dos órgãos da administração central.

Para tanto dedicou a Diretoria da Região especial interesse ao acompanhamento das atividades das filiais, observando de perto as possibilidades de dinamização dos negócios e os problemas a enfrentar. Nas frequentes viagens ao Nordeste foram visitados pontos os mais diversos e contactos com autoridades e classes produtoras foram promovidos nas várias ocasiões em que se realizaram reuniões coletivas com Inspetores e Gerentes. E de notar-se que, em cada exercício, todas as filiais da 2ª Região estiveram presentes, por grupos, aos encontros havidos no biênio, dezesseis ao todo, reunindo administradores das agências e dirigentes e técnicos da Direção Geral.

Será ainda necessário dizer, em remate, que quer a nível de Presidência quer dos demais órgãos coparticipantes da responsabilidade de direção, os problemas do Nordeste têm merecido a maior atenção, nunca faltando o mais efetivo apoio à execução dos programas especiais e ao desenvolvimento da assistência financeira do Banco do Brasil à economia da área sob todos os seus aspectos. Da parte da Diretoria do Pessoal é de salientar-se a louvável preocupação de seu titular no trabalho de seleção de administradores perfeitamente capazes; de referência à Diretoria Administrativa, muito foi realizado para a modernização das agências, dando-se-lhes instalações condignas e instrumentos adequados para conquistarem a preferência do público; no seio do Colegiado a Diretoria Regional sempre encontrou a mais franca e melhor compreensão das questões incluídas na pauta de suas decisões, pertinentes à obtenção e distribuição de recursos aplicacionais.



LEGISLAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

- 2** 1972 — Regula a eleição de Governadores e Vice-Governadores dos Estados, em 1974 — D.O. de 11-5-72. Republicada no D.O. de 12-5-72, por ter saído com incorreções.
- 3** 1972 — Altera a redação do artigo 29 (caput) e a do artigo 36 e seu § 1º, da Constituição — D.O. de 16-6-72.
-

DECRETOS-LEIS

- 1.214** 26-4-72 — Altera os Decretos-leis nºs 157, de 10 de fevereiro de 1967 e 1.161, de 19 de março de 1971 e dá outras providências (Imposto de renda) — D.O. de 26-4-72.
- 1.215** 4-5-72 — Dispõe sobre o imposto de renda nas remessas de juros decorrentes de empréstimos contraídos no exterior — D.O. de 4-5-72.
- 1.216** 9-5-72 — Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadoria — D.O. de 10-5-72.
- 1.217** 9-5-72 — Dispõe sobre incentivos à pesca e dá outras providências — D.O. de 10-5-72.
- 1.219** 15-5-72 — Dispõe sobre a concessão de estímulos à exportação de manufaturados e dá outras providências — D.O. de 16-5-72.
- 1.220** 15-5-72 — Altera a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966 (Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos) — D.O. de 16-5-72.
- 1.221** 15-5-72 — Altera a redação do art. 1º, item II, do Decreto-lei nº 343, de 28-12-67 e do art. 13, item II, alínea "i", da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964 (Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos) — D.O. de 16-5-72.
- 1.223** 6-6-72 — Dá nova redação ao artigo 71 Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 (Imposto de importação) — D.O. de 7-6-72.
-

DECRETOS

- 70.370** 5-4-72 — *Cria a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico e dá outras providências* — D.O. de 6-4-72.
- 70.378** 7-4-72 — *Dispõe sobre a execução do resultado da décima primeira série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio instituída pelo Tratado de Montevideu* — D.O. de 12-5-72.
- 70.390** 12-4-72 — *Promulga o Estatuto da Conferência de Haia, de Direito Internacional Privado* — D.O. de 14-4-72.
- 70.391** 12-4-72 — *Promulga a Convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses* — D.O. de 14-4-72.
- 70.465** 27-4-72 — *Altera a tabela do salário mínimo aprovada pelo Decreto nº 68.576, de 1º de maio de 1971* — D.O. de 28-4-72.

70.482	9-5-72 — <i>Classifica os órgãos de deliberação coletiva existentes na área do Ministério da Agricultura — D.O. de 10-5-72</i>
70.502	11-5-72 — <i>Regulamenta o sistema nacional de centrais de abastecimento a que se refere a Lei nº 5 727, de 4 de novembro de 1971 — D.O. de 12-5-72.</i>
70.506	12-5-72 — <i>Promulga a Convenção com a França para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento — D.O. de 16-5-72</i>
70.522	15-5-72 — <i>Reduz as alíquotas do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos — D.O. de 16-5-72</i>
70.547	16-5-72 — <i>Altera o Estatuto da Fundação Centro Regional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), aprovado pelo Decreto nº 65 322, de 10 de outubro de 1969 — D.O. de 19-5-72</i>
70.568	18-5-72 — <i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Telecomunicações, cria o Conselho Nacional de Comunicações e dá outras providências — D.O. de 19-5-72.</i>
70.653	30-5-72 — <i>Altera texto de "Diferença" constante das Normas e Recomendações da Sexta Edição do anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional relativas à facilitação do transporte aéreo — D.O. de 31-5-72.</i>
70.660	30-5-72 — <i>Reduz alíquotas do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências — D.O. de 31-5-72 Retificado no D.O. de 2-6-72.</i>
70.673	5-6-72 — <i>Altera o regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências — D.O. de 6-6-72.</i>
70.677	6-6-72 — <i>Dispõe sobre a execução do Decreto-lei nº 1.179, de 6-7-71, que instituiu o PROTERRA — D.O. de 7-6-72.</i>
70.711	13-6-72 — <i>Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS — D.O. de 14-6-72</i>
70.712	13-6-72 — <i>Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS — D.O. de 14-6-72.</i>
70.738	20-6-72 — <i>Dispõe sobre a execução do Reajuste de Complementação Industrial nº 17, sobre produtos do setor das indústrias de refrigeração e ar condicionado e aparelhos elétricos, mecânicos e térmicos de uso doméstico, concluído entre o Brasil e a Argentina — D.O. de 28-6-72.</i>
70.766	27-6-72 — <i>Altera a redação do § 2º do artigo 164 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967, acrescentando-lhe um § 3º — D.O. de 28-6-72.</i>

DECRETOS LEGISLATIVOS

- 12 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.196, de 23 de dezembro de 1971, que "prorroga o prazo de aplicação do incentivo fiscal para empreendimentos novos na área da SUDENE" — D.O. de 18-5-72.
- 13 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.198, de 27 de dezembro de 1971, que "altera a legislação do imposto sobre a renda e dá outras providências" — D.O. de 19-5-72.
- 14 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.203, de 18 de janeiro de 1972, que "dispõe sobre entrega das parcelas pertencentes aos Municípios no produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias" — D.O. de 19-5-72.
- 15 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.211, de 1º de março de 1972, que "concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de produção cinematográfica" — D.O. de 19-5-72.
- 16 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.205, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências" — D.O. de 19-5-72.
- 18 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.200, de 28 de dezembro de 1971, que "institui programa especial de assistência financeira ao setor de borracha vegetal da Amazônia" — D.O. de 23-5-72.
- 20 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, que "altera a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), a Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), a legislação do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências" — D.O. de 23-5-72.
- 21 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.204, de 18 de janeiro de 1972, que "altera para o exercício de 1972, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos" — D.O. de 25-5-72.
- 27 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.207, de 7 de fevereiro de 1972, que "cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências" — D.O. de 26-5-72.
- 30 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.214, de 26-4-72, que "altera os Decretos-leis nº 157, de 10 de fevereiro de 1967 e 1.161, de 19 de março de 1971 e dá outras providências" (Imposto de renda) — D.O. de 9-6-72.
- 31 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.215, de 4-5-72, que "dispõe sobre o imposto de renda nas remessas de juros decorrentes de empréstimos contraídos no exterior" — D.O. de 9-6-72.
- 34 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.219, de 15 de maio de 1972, que "dispõe sobre a concessão de estímulos à exportação de manufaturados e dá outras providências" — D.O. de 22-6-72.
- 36 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.217, de 9-5-72, que "dispõe sobre incentivos à pesca e dá outras providências" — D.O. de 22-6-72.
- 38 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.216, de 9 de maio de 1972, que "dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias" — D.O. de 26-6-72.

RESOLUÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

218	23-3-72 — Fundo de investimento. Aplicação. Suspensão temporária.
219	20-4-72 — Fundos mútuos de investimento. Regulamento. Composição e diversificação. Alteração de limites.
220	10-5-72 — Auditores independentes. Auditoria contábil de empresas. Regulamentação.
221	10-5-72 — Fundo de investimento. Decreto-lei nº 157. Parcela de aplicação.
222	29-5-72 — Imposto de renda. Empréstimos externos. Amortização. Prazo mínimo.
223	30-5-72 — Exportação. Cacau. Quota de contribuição.
224	8-6-72 — PROTERRA. Assistência financeira à indústria e a empresas agroindustriais. Condições.

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICES DE PREÇOS

EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES

Variações Percentuais

ESPECIFICAÇÃO	Junho/Dezembro				
	68/67	69/68	70/69	71/70	72/71
DISPONIBILIDADE INTERNA	15,2	8,7	9,1	11,7	8,4
Preços por Atacado (Peso 6)	13,9	7,0	8,4	12,9	7,9
Matérias-Primas	8,8	6,7	12,0	6,4	8,0
Gêneros Alimentícios	11,2	7,4	2,8	19,3	6,2
Materiais de Construção	23,9	3,4	10,3	9,3	11,8
Custo de Vida na Guanabara (Peso 3)	14,4	10,4	8,8	9,2	7,8
Alimentação	10,2	12,6	7,6	10,9	7,7
Vestuário	14,9	8,0	6,8	8,9	5,9
Habitação	17,9	9,3	7,6	5,2	2,1
Artigos de Residência	17,8	9,9	9,6	8,3	3,0
Assistência à Saúde e Higiene	15,5	6,5	14,0	8,9	8,0
Serviços Pessoais	17,4	10,4	13,5	12,5	15,8
Serviços Públicos	16,2	9,9	8,0	6,2	15,7
Custo de Construção na Guanabara (Peso 1)	23,8	7,7	12,8	9,2	14,3
OFERTA GLOBAL	15,2	8,7	9,5	11,1	9,0
Preços por Atacado (Peso 6)	13,9	7,0	9,2	12,6	8,5
Produtos Agrícolas	5,1	4,3	7,1	16,1	8,6
Produtos Industriais	23,3	10,1	10,7	9,8	8,4
Indústria Química	11,6	10,6	10,5	10,4	11,9
Metais e Produtos Metalúrgicos	20,9	11,2	18,8	6,1	8,2
Couros e Peles	14,6	12,2	26,5	9,2	10,8
Tecidos, Vestuário e Calçados	8,7	2,2	13,0	11,0	6,2
Custo de Vida na Guanabara (Peso 3)	14,4	10,4	8,8	9,2	14,3
Custo de Construção na Guanabara (Peso 1)	23,8	7,7	12,8	9,2	14,3

Fonte dos dados brutos: Fundação Getúlio Vargas.

MEIOS DE PAGAMENTO

VARIAÇÕES PERCENTUAIS REAIS (1)

Maio/Dezembro do ano anterior

ESPECIFICAÇÃO	1970	1971	1972
PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	— 5,5	—13,4	— 9,0
MOEDA ESCRITURAL	0,7	— 1,0	2,1
Banco do Brasil	3,7	— 0,5	6,6
Depósitos do Setor Público	6,8	1,3	9,5
Depósitos do Setor Privado	1,1	— 1,9	4,1
Bancos Comerciais	— 0,2	— 1,2	0,8
MEIOS DE PAGAMENTO	— 0,5	— 3,3	0,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Deflator: Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna.
Conjuntura Econômica — F.G.V.

TESOURO NACIONAL

EXECUÇÃO FINANCEIRA — Janeiro/Junho

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ Milhões		Variação		
	1971	1972	Absoluta	Percentual	
				Nominal	Real
RECEITA	11 172	17 252	6 080	54,4	30,2
TRIBUTÁRIA	10 522	15 282	4 760	45,2	22,4
Impostos	10 407	14 925	4 518	43,4	20,9
Renda	3 034	4 375	1 341	44,2	21,6
Produtos Industrializados	4 745	6 389	1 644	34,6	13,5
Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	1 527	1 961	434	28,4	8,3
Único sobre Minerais	44	83	39	88,6	59,0
Único sobre Energia Elétrica	256	428	172	67,2	40,9
Sobre Operações Financeiras (1)	—	516	516	—	—
Sobre Transporte Rodoviário de Passageiros	30	40	10	33,3	12,4
Sobre Importação	770	1 131	361	46,9	23,6
Atribuído à União nos Territórios (ICM)	1	2	1	100,0	68,6
Taxas	115	357	242	210,4	161,7
OUTRAS RECEITAS	650	1 970	1 320	203,1	155,5
DESPESAS	11 090	15 598	4 500	40,5	18,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Incluído no Orçamento a partir de 1972.

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS EM PODER DO PÚBLICO

Cr\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Dez/70	Mar/71	Dez/71	Mar/72 (1)
MEIOS DE PAGAMENTO	35 919	40 472	47 160	53 005
Papel-Moeda em Poder do Público	6 719	6 273	8 555	8 692
Moeda Escritural no Sistema Bancário	29 200	34 199	38 605	44 313
Banco do Brasil	6 772	7 572	8 903	10 325
Bancos Comerciais	22 428	26 627	29 702	33 988
DEPÓSITOS A PRAZO NO SISTEMA BANCÁRIO	1 556	2 147	3 659	4 998
Banco do Brasil	124	131	406	767
Bancos Comerciais	1 432	2 016	3 253	4 231
OUTROS DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO	3 446	3 416	4 189	3 638
Banco do Brasil	716	664	857	849
Bancos Comerciais	2 730	2 752	3 332	2 789
HAVERES NO SISTEMA FINANCEIRO NÃO BANCÁRIO	14 908	19 760	27 810	34 788
Depósitos a Prazo nos Bancos de Investimentos	2 808	3 643	5 755	7 008
Depósitos de Poupança	2 106	2 824	3 784	5 434
Letras Imobiliárias	1 724	1 926	2 762	3 557
Aceltes Cambiais	8 270	11 367	15 509	18 789
TOTAL	55 829	65 795	82 818	96 429

Fontes: Banco Central do Brasil e Banco Nacional da Habitação.

(1) Dados Provisórios.

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Toneladas

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Mar	Abr	Mar	Abr
A) PRODUTOS BÁSICOS	3 498 708	4 065 075	2 145 906	4 286 046
1 — Açúcar Demerara	237 078	132 638	132 304	189 277
2 — Algodão em Rama	1 506	19 149	6 192	38 247
3 — Algodão "Linters"	3 975	2 754	449	994
4 — Amendoim em Grão	2 707	6 648	3 969	5 673
5 — Arroz	3 000	4 368	—	1 898
6 — Banana	20 384	23 133	12 106	14 518
7 — Cacau em Amêndoas	5 508	1 084	7 534	2 056
8 — Café Cru em Grãos	73 481	76 028	81 901	83 438
9 — Camarão Fresco, Frigorificado ou Congelado	643	684	899	1 149
10 — Carne Bovina Fresca, Refrigerada ou Congelada	7 248	11 482	14 645	13 964
11 — Carne Equina Fresca, Refrigerada ou Congelada	1 993	2 078	3 290	3 265
12 — Castanha de Caju	849	557	257	864
13 — Castanha do Pará	31	1 352	933	1 667
14 — Couro, exceto de Gado, em Bruto	112	281	—	—
15 — Couro de Gado Bovino, em Bruto	1 366	3 439	2 573	2 607
16 — Couro de Gado, exceto Bovino, em Bruto	661	946	877	587
17 — Erva-Mate	2 082	3 076	2 145	2 505
18 — Farelo e Torta de Amendoim	59 711	24 944	55 536	21 725
19 — Farelo e Torta de Caroço de Algodão	2 690	18 477	5 853	9 722
20 — Farelo e Torta de Soja	37 217	21 829	73 791	95 428
21 — Frutas em Estado Natural (exceto itens 6, 12 e 13)	263	326	99	106
22 — Fumo em Folhas	2 974	3 768	3 059	7 655
23 — Lagosta	188	352	313	300
24 — Milho em Grão	96 602	96 634	2 165	16 547
25 — Minério de Ferro	2 605 636	3 210 373	1 484 965	3 478 268
26 — Minério de Manganês	215 091	212 414	91 403	26 822
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	160	1 406	1 261	5 709
28 — Óleo Bruto de Petróleo	67 714	67 650	49 308	120 938
29 — Pimenta em Grão	2 362	1 193	423	422
30 — Sisal	6 993	22 467	13 436	11 436
31 — Soja em Grão	—	—	5 749	28 120
32 — Outros Produtos Básicos	38 483	93 545	88 471	100 139
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	241 934	302 459	286 292	366 111
a) Semimanufaturados	107 166	106 051	119 069	113 799
33 — Cera de Carnaúba	1 350	1 203	825	789
34 — Ferro e Aço em Peças Simplesmente Desbastadas	64	148	2 724	1 293
35 — Ferro Fundido, em Bruto	8 602	—	4 000	2 850
36 — Ferro-Ligas, em Bruto	72	1 051	2 562	832
37 — Madeira de Pinho, Serrada	54 165	59 515	49 138	46 030
38 — Madeira Serrada, exceto Pinho	6 372	11 518	11 006	9 073
39 — Manteiga de Cacau	1 355	1 699	2 220	2 041
40 — Óleo de Amendoim, em Bruto	15 687	10 434	18 550	12 783

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Toneladas

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Mar	Abr	Mar	Abr
41 — Óleo de Mamona, em Bruto	8 096	11 780	10 116	7 861
42 — Óleos Vegetais, em Bruto (exceto itens 40 e 41)	1 151	1 207	1 707	2 143
43 — Pasta para Fabricação de Papel	5 038	2 268	8 942	20 760
44 — Peles e Couros, Preparados ou Curtidos	420	423	568	722
45 — Produtos Siderúrgicos Semimanufaturados (exceto itens 34, 35 e 36)	—	45	15	—
46 — Outros Produtos Semimanufaturados	4 794	4 760	6 696	6 617
b) Manufaturados	134 768	196 408	167 223	252 312
47 — Borracha Manufaturada	362	725	284	372
48 — Café Industrializado (1)	1 650	1 675	2 982	2 226
49 — Calçados	702	588	781	741
50 — Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	1 265	1 519	3 161	3 813
51 — Carne de Boi Industrializada	1 759	3 036	1 736	2 406
52 — Chapas Laminadas a Quente ou a Frio, de Ferro, Aço ou Aço-Liga	5 767	1 266	7 224	12 166
53 — Fios de Algodão	398	414	1 056	1 930
54 — Madeiras Laminadas	3 371	4 802	3 433	4 872
55 — Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Uso Eletrotécnico	445	351	934	751
56 — Máquinas e Aparelhos para Escritório, seus Pertences e Acessórios	230	222	183	122
57 — Máquinas e Aparelhos para Extração, Movimentação de Terra, Escavação ou Perfuração do Solo	288	183	294	452
58 — Máquinas Ferramentas, Pertences e Acessórios	266	235	188	377
59 — Material de Transporte	749	1 739	1 654	2 975
60 — Produtos Siderúrgicos Manufaturados (exceto item 52)	5 934	8 445	9 952	9 926
61 — Melaço Comestível e Não Comestível	47 708	35 861	47 608	71 965
62 — Mentol	208	178	251	205
63 — Óleos Essenciais	409	460	655	439
64 — Sucos de Frutas e Hortalças	4 821	4 180	4 475	4 269
65 — Tecidos de Algodão	727	689	862	1 756
66 — Vidros e Manufaturas de Vidro	2 430	1 904	1 216	1 049
67 — Outros Produtos Manufaturados	55 279	127 936	78 294	129 500
C) CONSUMO DE BORDO	22 290	21 885	14 290	11 855
D) REEXPORTAÇÃO	57	50	17	—
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	461	729	545	1 583
TOTAL	3 763 450	4 390 198	2 447 050	4 665 395

(1) Inclui Operações do Comércio de Fronteira não apuradas pelo I.B.C.

Fontes: CACEX/NUCEx.

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
 US\$ 1.000 (FOB)

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Mar	Abr	Mar	Abr
A) PRODUTOS BÁSICOS	155 343	161 698	173 676	233 318
1 — Açúcar Demerara	27 541	15 929	22 273	33 772
2 — Algodão em Rama	848	10 902	4 345	27 916
3 — Algodão "Linters"	334	280	53	86
4 — Amendoim em Grão	640	1 623	935	1 367
5 — Arroz	360	391	—	152
6 — Banana	1 023	1 177	971	1 117
7 — Cacau em Amêndoas	3 356	643	3 763	998
8 — Café Cru em Grãos	54 771	47 763	69 817	69 178
9 — Camarão Fresco, Frigorificado ou Congelado	1 196	1 266	1 989	2 269
10 — Carne Bovina Fresca, Refrigerada ou Congelada	7 619	15 240	14 554	15 624
11 — Carne Equina Fresca, Refrigerada ou Congelada	886	920	2 019	1 908
12 — Castanha de Caju	893	566	318	1 068
13 — Castanha do Pará	25	474	393	1 080
14 — Couro, exceto de Gado, em Bruto	683	1 193	—	—
15 — Couro de Gado Bovino, em Bruto	407	824	937	947
16 — Couro de Gado, exceto Bovino, em Bruto	654	1 166	972	1 002
17 — Erva-Mate	414	589	401	455
18 — Farelo e Torta de Amendoim	5 102	2 074	4 490	1 790
19 — Farelo e Torta de Carço de Algodão	198	1 231	366	626
20 — Farelo e Torta de Soja	3 266	1 843	7 092	9 220
21 — Frutas em Estado Natural (exceto itens 6, 12 e 13)	37	71	41	31
22 — Fumo em Folhas	1 965	2 973	2 421	5 797
23 — Lagosta	827	1 545	1 832	1 840
24 — Milho em Grão	5 953	5 644	158	955
25 — Minério de Ferro	20 502	23 998	12 380	26 252
26 — Minério de Manganês	4 788	3 543	2 098	462
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	5	1 661	1 196	462
28 — Óleo Bruto de Petróleo	626	627	861	1 791
29 — Pimenta em Grão	2 045	1 047	445	424
30 — Sisal	693	2 284	1 543	1 456
31 — Soja em Grão	—	—	661	3 313
32 — Outros Produtos Básicos	7 686	12 211	14 302	19 960
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	63 519	71 411	96 264	96 017
a) Semimanufaturados	22 880	22 942	26 130	24 888
33 — Cera de Carnaúba	1 100	1 006	768	723
34 — Ferro e Aço em Peças Simplesmente Desbastadas	11	16	243	123
35 — Ferro Fundido, em Bruto	500	—	208	139
36 — Ferro-Ligas, em Bruto	137	453	1 195	950
37 — Madeira de Pinho, Serrada	6 628	7 400	6 524	6 083
38 — Madeira Serrada, exceto Pinho	626	929	909	732
39 — Manteiga de Cacau	1 696	2 106	2 263	2 119
40 — Óleo de Amendoim, em Bruto	5 906	4 042	6 363	4 455

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
 US\$ 1,000 (FOB)

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972	
	Mar	Abr	Mar	Abr
41 — Óleo de Mamona, em Bruto	2 361	3 565	3 306	2 882
42 — Óleos Vegetais, em Bruto (exceto itens 40 e 41)	241	316	329	539
43 — Pasta para Fabricação de Papel	717	272	836	1 623
44 — Peles e Couros, Preparados ou Curtidos	1 071	1 398	1 415	2 522
45 — Produtos Siderúrgicos Semimanufaturados (exceto itens 34, 35 e 36)	—	6	2	—
46 — Outros Produtos Semimanufaturados	1 886	1 435	1 769	1 998
b) Manufaturados	40 639	48 469	70 134	71 129
47 — Borracha Manufaturada	329	670	337	450
48 — Café Industrializado (1)	3 579	3 685	5 651	4 175
49 — Calçados	2 598	2 308	3 291	3 348
50 — Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	2 430	2 739	6 654	6 016
51 — Carne de Boi Industrializada	2 906	5 878	2 358	3 704
52 — Chapas Laminadas a Quente ou a Frio, de Ferro, Aço ou Aço-Liga	786	206	972	1 753
53 — Fios de Algodão	426	426	1 154	2 190
54 — Madeiras Laminadas	1 670	1 814	1 961	2 052
55 — Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Uso Eletrotécnico	2 032	2 114	2 774	2 868
56 — Máquinas e Aparelhos para Escritório, seus Pertences e Acessórios	2 437	2 459	2 356	1 906
57 — Máquinas e Aparelhos para Extração, Movimentação de Terra, Escavação ou Perfuração do Solo	309	292	599	701
58 — Máquinas Ferramentas, Pertences e Acessórios	449	343	323	1 727
59 — Material de Transporte	1 061	2 265	9 288	4 570
60 — Produtos Siderúrgicos Manufaturados (exceto item 52)	1 118	1 511	1 625	1 833
61 — Melão Comestível e Não Comestível	806	600	971	1 693
62 — Mentol	2 033	1 795	2 716	2 159
63 — Óleos Essenciais	984	965	1 221	1 108
64 — Sucos de Frutas e Hortaliças	1 971	1 804	2 224	2 111
65 — Tecidos de Algodão	893	862	1 142	2 551
66 — Vidros e Manufaturas de Vidro	1 482	1 277	942	743
67 — Outros Produtos Manufaturados	10 340	14 456	21 575	23 471
C) CONSUMO DE BORDO	726	697	687	491
D) REEXPORTAÇÃO	1 260	47	53	—
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	1 619	1 410	1 381	2 664
TOTAL	222 467	235 263	272 041	332 490

(1) Inclui Operações do Comércio de Fronteira não apuradas pelo I.B.C.
 Fontes: CACEX/NUCEx.

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Volume — Janeiro-abril

ESPECIFICAÇÃO	1971	1972	1972	Variação	
	Toneladas		Participação %	Absoluta	%
A) PRODUTOS BÁSICOS	13 336 308	12 168 546	91,00	—1 167 762	— 8,76
1 — Açúcar Demerara	499 640	674 398	5,05	174 758	34,98
2 — Algodão em Rama	24 527	79 951	0,60	55 424	225,97
3 — Algodão "Linters"	12 389	2 265	0,02	— 10 124	—81,72
4 — Amendoim em Grão	12 391	12 706	0,10	315	2,54
5 — Arroz	73 941	1 898	0,01	— 72,043	—97,43
6 — Banana	75 844	43 554	0,33	— 32 290	—42,58
7 — Cacau em Amêndoas	22 485	34 089	0,26	11 604	51,61
8 — Café Cru em Grãos	216 716	332 672	2,49	115 956	53,51
9 — Camarão Fresco, Frigorificado ou Congelado	1 515	2 812	0,02	1 297	85,61
10 — Carne Bovina Fresca, Refrigerada ou Congelada	24 243	45 507	0,34	21 264	87,71
11 — Carne Equina Fresca, Refrigerada ou Congelada	6 760	11 812	0,09	5 052	74,73
12 — Castanha de Caju	2 140	1 879	0,01	— 261	—12,20
13 — Castanha do Pará	2 179	2 921	0,02	742	34,05
14 — Couro, exceto de Gado, em Bruto	631	—	—	631	—
15 — Couro de Gado Bovino, em Bruto	7 928	7 850	0,06	— 78	— 0,98
16 — Couro de Gado, exceto Bovino, em Bruto	2 740	1 957	0,01	— 783	—28,58
17 — Erva-Mate	8 835	5 908	0,04	— 2 927	—33,13
18 — Farelo e Torta de Amendoim	112 957	107 340	0,80	— 5 617	— 4,97
19 — Farelo e Torta de Caroço de Algodão	24 237	26 102	0,20	1 865	7,69
20 — Farelo e Torta de Soja	127 105	282 262	2,11	155 157	122,07
21 — Frutas em Estado Natural (exceto itens 6, 12 e 13)	977	331	0,00	— 646	—66,12
22 — Fumo em Folhas	16 192	17 948	0,13	1 756	10,84
23 — Lagosta	879	825	0,01	— 54	— 6,14
24 — Milho em Grão	430 755	19 194	0,14	—411 561	—95,55
25 — Minério de Ferro	10 401 366	9 517 287	71,21	—884 069	— 8,50
26 — Minério de Manganês	688 934	247 183	1,85	—441 751	—64,12
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	3 598	12 083	0,09	8 485	235,83
28 — Óleo Bruto de Petróleo	236 947	309 266	2,31	72 319	30,52
29 — Pimenta em Grão	6 168	2 646	0,02	— 3 522	—57,10
30 — Sisal	48 966	58 130	0,43	9 164	18,72
31 — Soja em Grão	45	41 066	0,31	41 021	91 157,78
32 — Outros Produtos Básicos	242 288	264 704	1,99	22 416	9,24
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	916 034	1 156 098	8,65	240 064	26,21
a) Semimanufaturados	399 392	402 367	3,01	2 975	0,74
33 — Cera de Carnaúba	4 476	3 397	0,03	— 1 079	—24,11
34 — Ferro e Aço em Peças Simplesmente Desbastadas	15 921	19 977	0,15	4 056	25,48
35 — Ferro Fundido, em Bruto	16 161	27 037	0,20	10 876	67,30
36 — Ferro-Ligas, em Bruto	6 381	9 182	0,07	2 801	43,90
37 — Madeira de Pinho, Serrada	200 237	144 927	1,08	— 55 310	—27,62
38 — Madeira Serrada, exceto Pinho	31 822	32 816	0,25	994	3,12
39 — Manteiga de Cacau	6 140	8 436	0,06	2 296	37,39
40 — Óleo de Amendoim, em Bruto	48 844	56 239	0,42	7 395	15,14

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Volume — Janeiro-abril

ESPECIFICAÇÃO	1971	1972	1972	Variação	
	Toneladas		Participação %	Absoluta	%
41 — Óleo de Mamona, em Bruto	33 041	38 492	0,29	5 451	16,50
42 — Óleos Vegetais, em Bruto (exceto itens 40 e 41)	3 719	4 706	0,04	987	26,54
43 — Pasta para Fabricação de Papel	11 334	32 321	0,24	20 987	185,17
44 — Peles e Couros, Preparados ou Curtidos	1 552	2 161	0,02	609	39,24
45 — Produtos Siderúrgicos Semimanufaturados (exceto itens 34, 35 e 36)	55	15	0,00	— 40	—72,73
46 — Outros Produtos Semimanufaturados	19 709	22 661	0,16	2 952	14,98
b) Manufaturados	516 642	753 731	5,64	237 089	45,89
47 — Borracha Manufaturada	1 694	917	0,01	— 777	—45,87
48 — Café Industrializado (1)	6 258	9 551	0,07	3 293	52,62
49 — Calçados	2 172	2 667	0,02	495	22,79
50 — Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	5 409	9 197	0,07	3 788	70,03
51 — Carne de Boi Industrializada	7 006	6 002	0,04	— 1 004	—14,33
52 — Chapas Laminadas a Quente ou a Frio, de Ferro, Aço ou Aço-Liga	10 755	33 335	0,25	22 580	209,95
53 — Fios de Algodão	1 327	4 642	0,03	3 315	249,81
54 — Madeiras Laminadas	9 731	9 961	0,07	230	2,36
55 — Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Uso Eletrotécnico	1 295	2 105	0,02	810	62,55
56 — Máquinas e Aparelhos para Escritório, seus Pertences e Acessórios	783	454	0,00	— 329	—42,02
57 — Máquinas e Aparelhos para Extração, Movimentação de Terra, Escavação ou Perfuração do Solo	929	1 110	0,01	181	19,48
58 — Máquinas Ferramentas, Pertences e Acessórios	703	858	0,00	155	22,05
59 — Material de Transporte	3 874	8 099	0,06	4 225	109,06
60 — Produtos Siderúrgicos Manufaturados (exceto item 52)	19 832	45 104	0,34	25 272	127,43
61 — Melão Comestível e Não Comestível	197 597	255 224	1,92	57 627	29,16
62 — Mentol	571	713	0,01	142	24,87
63 — Óleos Essenciais	1 660	1 967	0,01	307	18,49
64 — Sucos de Frutas e Hortaliças	15 700	16 176	0,12	476	3,03
65 — Tecidos de Algodão	2 255	4 267	0,03	2 012	89,22
66 — Vidros e Manufaturas de Vidro	7 092	4 100	0,03	— 2 992	—42,19
67 — Outros Produtos Manufaturados	219 979	337 282	2,53	117 283	53,31
C) CONSUMO DE BORDO	64 522	37 005	0,28	— 27 517	—42,65
D) REEXPORTAÇÃO	259	33	0,00	— 226	—87,28
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	2 650	2 830	0,02	180	6,83
TOTAL	14 319 773	13 364 512	100,00	—955 261	— 6,67

(1) Inclui Operações do Comércio de Fronteira não apuradas pelo I.B.C.
Fontes: CACEX/NUCEX.

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valor — Janeiro-abril

DISCRIMINAÇÃO	1971	1972	1972	Variação	
	US\$ 1000 fob		Participação %	Absoluta	%
A) PRODUTOS BÁSICOS	507 120	735 683	69,08	228 563	45,07
1 — Açúcar Demerara	56 628	104 508	9,81	47 880	84,55
2 — Algodão em Rama	13 733	56 866	5,34	43 133	314,08
3 — Algodão "Linters"	1 110	217	0,02	— 893	—80,45
4 — Amendoim em Grão	2 961	3 065	0,29	104	3,51
5 — Arroz	5 639	152	0,01	— 5 487	—97,31
6 — Banana	3 887	3 408	0,32	— 479	—12,32
7 — Cacau em Amêndoas	14 323	15 722	1,48	1 399	9,77
8 — Café Cru em Grãos	152 976	278 235	26,12	125 259	81,88
9 — Camarão Fresco, Frigorificado ou Congelado	2 864	5 947	0,56	3 083	107,65
10 — Carne Bovina Fresca, Refrigerada ou Congelada	29 021	46 633	4,38	17 612	60,69
11 — Carne Equina Fresca, Refrigerada ou Congelada	3 016	6 964	0,65	3 948	130,90
12 — Castanha de Caju	2 310	2 348	0,22	38	1,65
13 — Castanha do Pará	1 165	1 593	0,15	428	36,74
14 — Couro, exceto de Gado, em Bruto	3 135	—	—	— 3 135	—
15 — Couro de Gado Bovino, em Bruto	2 062	2 764	0,26	702	34,04
16 — Couro de Gado, exceto Bovino,	3 247	3 096	0,29	— 151	— 4,65
17 — Erva-Mate	1 685	1 082	0,10	— 603	—35,79
18 — Farelo e Torta de Amendoim	9 579	8 683	0,82	— 896	— 9,35
19 — Farelo e Torta de Carço de Algodão	1 643	1 589	0,15	— 54	— 3,29
20 — Farelo e Torta de Soja	11 029	26 930	2,53	15 901	144,17
21 — Frutas em Estado Natural (exceto itens 6, 12 e 13)	178	98	0,01	— 80	—44,94
22 — Fumo em Folhas	10 119	12 570	1,18	2 451	24,22
23 — Lagosta	3 866	4 898	0,46	1 032	26,69
24 — Milho em Grão	26 335	1 142	0,11	—25 193	—95,66
25 — Minério de Ferro	80 209	72 178	6,78	— 8 031	—10,01
26 — Minério de Manganês	13 643	5 509	0,52	— 8 134	—59,62
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	5 237	2 965	0,28	— 2 272	—43,38
28 — Óleo Bruto de Petróleo	2 185	4 713	0,44	2 528	115,70
29 — Pimenta em Grão	5 379	2 499	0,24	— 2 880	—53,54
30 — Sisal	4 858	6 566	0,62	1 708	35,16
31 — Soja em Grão	7	4 802	0,45	4 795	68 500,00
32 — Outros Produtos Básicos	33 091	47 941	4,49	14 850	44,88
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	229 825	321 272	30,17	91 447	39,79
a) Semimanufaturados	83 254	89 854	8,44	6 600	7,93
33 — Cera de Carnaúba	3 651	3 091	0,29	— 560	—15,34
34 — Ferro e Aço em Peças Simplesmente Desbastadas	1 580	1 981	0,19	401	25,38
35 — Ferro Fundido, em Bruto	917	1 340	0,13	423	46,13
36 — Ferro-Ligas, em Bruto	2 402	3 776	0,35	1 374	57,20
37 — Madeira de Pinho, Serrada	24 668	19 032	1,79	— 5 636	—22,85
38 — Madeira Serrada, exceto Pinho	2 904	2 767	0,26	— 137	— 4,72
39 — Manteiga de Cacau	7 829	8 743	0,82	914	11,67
40 — Óleo de Amendoim, em Bruto	17 820	19 616	1,84	1 796	10,08

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valor — Janeiro-abril

DISCRIMINAÇÃO	1971	1972	1972	Variação	
	US\$ 1000 fob		Participação %	Absolute	%
41 — Óleo de Mamona, em Bruto	9 850	13 240	1,24	3 390	34,42
42 — Óleos Vegetais, em Bruto (exceto itens 40 e 41)	857	1 006	0,09	149	17,39
43 — Pasta para Fabricação de Papel	1 619	2 853	0,27	1 234	76,22
44 — Peles e Couros, Preparados ou Curtidos	4 251	6 755	0,63	2 504	58,90
45 — Produtos Siderúrgicos Semimanufaturados (exceto itens 34, 35 e 36)	7	2	0,00	— 5	—71,43
46 — Outros Produtos Semimanufaturados	4 899	5 652	0,54	753	15,37
b) Manufaturados	146 571	231 418	21,73	84 847	57,89
47 — Borracha Manufaturada	1 515	1 140	0,11	— 375	—24,75
48 — Café Industrializado (1)	13 911	18 066	1,70	4 155	29,87
49 — Calçados	8 317	11 426	1,07	3 109	37,38
50 — Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	9 803	17 936	1,68	8 133	82,96
51 — Carne de Boi Industrializada	12 532	8 647	0,81	— 3 885	—31,00
52 — Chapas Laminadas a Quente ou a Frio, de Ferro, Aço ou Aço-Liga	1 646	4 525	0,42	2 879	174,91
53 — Fios de Algodão	1 371	5 211	0,49	3 840	280,09
54 — Madeiras Laminadas	5 261	5 773	0,54	512	9,73
55 — Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Uso Eletrotécnico	6 325	8 317	0,78	1 992	31,49
56 — Máquinas e Aparelhos para Escritório, seus Pertences e Acessórios	8 772	6 613	0,62	— 2 159	—24,61
57 — Máquinas e Aparelhos para Extração, Movimentação de Terra, Escavação ou Perfuração do Solo	1 529	1 942	0,18	413	27,01
58 — Máquinas Ferramentas, Pertences e Acessórios	1 113	3 024	0,28	1 911	171,70
59 — Material de Transporte	4 782	25 980	2,45	21 198	443,29
60 — Produtos Siderúrgicos Manufaturados (exceto item 52)	4 192	7 461	0,70	3 269	77,96
61 — Melaço Comestível e Não Comestível	3 309	5 518	0,52	2 209	66,76
62 — Mentol	5 585	7 679	0,72	2 094	37,49
63 — Óleos Essenciais	3 434	4 516	0,42	1 082	35,51
64 — Sucos de Frutas e Hortaliças	6 445	7 817	0,73	1 372	21,29
65 — Tecidos de Algodão	2 790	5 811	0,55	3 021	108,28
66 — Vidros e Manufaturas de Vidro	4 340	2 789	0,26	— 1 551	—30,74
67 — Outros Produtos Manufaturados	39 599	71 227	6,70	31 628	79,87
C) CONSUMO DE BORDO	2 305	1 965	0,18	— 340	—14,75
D) REEXPORTAÇÃO	2 502	85	0,01	— 2 417	—96,60
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	9 620	6 015	0,56	— 3 605	—37,40
TOTAL	751 372	1 065 020	100,00	313 648	41,74

(1) Inclui Operações do Comércio de Fronteira não apuradas pelo I.B.C.

Fontes: CACEX/NUCEX.

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valor Médio — Janeiro-abril

DISCRIMINAÇÃO	1971	1972	Variação	
	US\$/t		Absoluta	%
A) PRODUTOS BÁSICOS	38,0	60,5	22,5	59,2
1 — Açúcar Demerara	113,3	155,0	41,7	36,8
2 — Algodão em Rama	559,9	711,3	151,4	27,0
3 — Algodão "Linters"	89,6	95,8	6,2	6,9
4 — Amendoim em Grão	239,0	241,2	2,2	0,9
5 — Arroz	76,3	80,1	3,8	5,0
6 — Banana	51,3	78,3	27,0	52,6
7 — Cacau em Amêndoas	637,0	461,2	— 175,8	— 27,6
8 — Café Cru em Grãos	705,9	836,4	130,5	18,5
9 — Camarão Fresco, Frigorificado ou Congelado	1 890,4	2 114,9	224,5	11,9
10 — Carne Bovina Fresca, Refrigerada ou Congelada	1 197,1	1 024,7	— 172,4	— 14,4
11 — Carne Equina Fresca, Refrigerada ou Congelada	446,2	589,6	143,4	32,1
12 — Castanha de Caju	1 079,4	1 249,6	170,2	15,8
13 — Castanha do Pará	534,7	545,4	10,7	2,0
14 — Couro, exceto de Gado, em Bruto	4 968,3	—	—	—
15 — Couro de Gado Bovino, em Bruto	260,1	352,1	92,0	35,4
16 — Couro de Gado, exceto Bovino, em Bruto	1 185,0	1 582,0	397,0	33,5
17 — Erva-Mate	190,7	183,1	— 7,6	— 4,0
18 — Farelo e Torta de Amendoim	84,8	80,9	— 3,9	— 4,6
19 — Farelo e Torta de Caroço de Algodão	67,8	60,9	— 6,9	— 10,2
20 — Farelo e Torta de Soja	86,8	95,4	8,6	9,9
21 — Frutas em Estado Natural (exceto itens 6, 12 e 13)	182,2	296,1	113,9	62,5
22 — Fumo em Folhas	624,9	700,4	75,5	12,1
23 — Lagosta	4 398,2	5 937,0	1 538,8	35,0
24 — Milho em Grão	61,1	59,5	— 1,6	— 2,6
25 — Minério de Ferro	7,7	7,6	— 0,1	— 1,3
26 — Minério de Manganês	19,8	22,3	2,5	12,6
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	1 455,5	245,4	— 1 210,1	— 83,1
28 — Óleo Bruto de Petróleo	9,2	15,2	6,0	65,2
29 — Pimenta em Grão	872,1	944,4	72,3	8,3
30 — Sisal	99,2	113,0	13,8	13,9
31 — Soja em Grão	155,6	116,9	— 38,7	— 24,9
32 — Outros Produtos Básicos	136,6	181,1	44,5	32,6
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	250,9	277,9	27,0	10,8
a) Semimanufaturados	208,5	223,3	14,8	7,1
33 — Cera de Carnaúba	815,7	909,9	94,2	11,5
34 — Ferro e Aço em Peças Simplesmente Desbastadas	99,2	99,2	0,0	0,0
35 — Ferro Fundido, em Bruto	56,7	49,6	— 7,1	— 12,5
36 — Ferro-Ligas, em Bruto	376,4	411,2	34,8	9,2
37 — Madeira de Pinho, Serrada	123,2	131,3	8,1	6,6
38 — Madeira Serrada, exceto Pinho	91,3	84,3	— 7,0	— 7,7
39 — Manteiga de Cacau	1 275,1	1 036,4	— 238,7	— 18,7
40 — Óleo de Amendoim, em Bruto	364,8	348,8	— 16,0	— 4,4

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valor Médio — Janeiro-abril

DISCRIMINAÇÃO	1971	1972	Variação	
	US\$/t		Absolute	%
41 — Óleo de Mamona, em Bruto	298,1	344,0	45,9	15,4
42 — Óleos Vegetais, em Bruto (exceto itens 40 e 41)	230,4	213,8	— 16,6	— 7,2
43 — Pasta para Fabricação de Papel	142,8	88,3	— 54,5	— 38,2
44 — Peles e Couros, Preparados ou Curtidos	2 739,1	3 125,9	386,8	14,1
45 — Produtos Siderúrgicos Semimanufaturados (exceto itens 34, 35 e 36)	127,3	133,3	6,0	4,7
46 — Outros Produtos Semimanufaturados	248,6	249,4	0,8	0,3
b) Manufaturados	283,7	307,0	23,3	8,2
47 — Borracha Manufaturada	894,3	1 243,2	348,9	39,0
48 — Café Industrializado (1)	2 222,9	1 891,5	— 331,4	— 14,9
49 — Calçados	3 829,2	4 284,2	455,0	11,9
50 — Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	1 812,4	1 950,2	137,8	7,6
51 — Carne de Boi Industrializada	1 788,8	1 440,7	— 348,1	— 19,5
52 — Chapas Laminadas a Quente ou a Frio, de Ferro, Aço ou Aço-Liga	153,1	135,7	— 17,4	— 11,4
53 — Fios de Algodão	1 033,2	1 122,6	89,4	8,6
54 — Madeiras Laminadas	540,6	579,6	39,0	7,2
55 — Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Uso Eletrotécnico	4 884,2	3 951,1	— 933,1	— 19,1
56 — Máquinas e Aparelhos para Escritório, seus Pertences e Acessórios	11 203,1	14 566,1	3 363,0	30,0
57 — Máquinas e Aparelhos para Extração, Movimentação de Terra, Escavação ou Perfuração do Solo	1 645,9	1 749,6	103,7	6,3
58 — Máquinas Ferramentas, Pertences e Acessórios	1 583,2	3 524,5	1 941,3	122,6
59 — Material de Transporte	1 234,4	3 207,8	1 973,4	159,9
60 — Produtos Siderúrgicos Manufaturados (exceto item 52)	211,4	165,4	— 46,0	— 21,8
61 — Melão Comestível e Não Comestível	16,8	21,6	4,8	28,6
62 — Mentol	9 781,1	10 770,0	988,9	10,1
63 — Óleos Essenciais	2 068,7	2 295,9	227,2	11,0
64 — Sucos de Frutas e Hortaliças	410,5	483,3	72,8	17,7
65 — Tecidos de Algodão	1 237,3	1 361,9	124,6	10,1
66 — Vidros e Manufaturas de Vidro	612,0	680,2	68,2	11,1
67 — Outros Produtos Manufaturados	180,0	211,2	31,2	17,3
C) CONSUMO DE BORDO	35,7	53,1	17,4	48,7
D) REEXPORTAÇÃO	9 660,2	2 575,8	— 7 084,4	— 73,3
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	3 630,2	2 125,4	— 1 504,8	— 41,5
TOTAL	52,5	79,7	27,2	51,8

(1) Inclui Operações do Comércio de Fronteira não apuradas pelo I.B.C.

Fontes: CACEX/NUCEX.

BANCO DO BRASIL**BALANÇOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ATIVO	30-6-71	31-12-71	30-6-72
DISPONÍVEL — Caixa	226 547	218 359	212 231
REALIZÁVEL	42 308 306	46 871 919	58 843 048
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	12 383 089	14 541 079	14 695 525
À Produção	5 316 666	6 785 602	7 411 198
Agrícola	589 058	678 864	778 216
Animal	347 839	400 094	513 600
Industrial	4 144 018	5 343 682	5 823 888
A cooperativas de produção	235 751	362 962	295 494
Ao Comércio	2 301 369	2 713 389	2 051 308
De produtos agrícolas	571 797	880 379	557 702
De produtos de origem animal	43 556	33 282	62 504
De produtos industriais	1 400 871	1 658 730	1 416 600
Não especificados	285 145	140 998	14 502
A Atividades não Especificadas	1 277 789	1 550 662	1 755 638
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3 403 350	3 403 327	3 403 312
A Governos Estaduais e Municipais	28 620	24 317	7 935
A Autarquias	42 413	40 000	40 000
A Instituições Financeiras	12 882	23 782	26 134
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	7 004 397	8 877 252	10 431 749
À Produção	6 071 342	7 127 858	9 300 037
Agrícola	4 253 146	4 756 681	6 452 876
Animal	1 530 792	2 064 854	2 571 637
A cooperativas de produção	287 404	306 323	275 524
Ao Comércio			
De produtos agrícolas	899 449	1 711 928	1 091 527
A Governos Estaduais	1 087	2 629	3 055
A Autarquias	32 519	34 837	37 130
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	530 615	784 945	928 115
À Produção			
Industrial	149 080	186 243	268 655
Ao Comércio			
De produtos industriais	249 520	415 568	285 998
Operações vinculadas ao FINEX	132 015	183 134	373 462
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	622 518	766 226	828 127
À Produção	151 182	240 430	247 362
Agrícola	—	—	95
Animal	62	182	274
Industrial	151 120	240 248	246 993
Ao Comércio	296 851	358 342	424 521
De produtos agrícolas	881	795	70
De produtos de origem animal	299	747	894
De produtos industriais	295 671	356 800	423 557
A Atividades não Especificadas	174 485	167 454	156 244
OUTROS CRÉDITOS	21 118 581	21 144 844	31 023 212
Banco Central, recolhimento compulsório	405 076	618 477	717 059
Tesouro Nacional — responsabilidades da União	4 454 868	3 850 606	4 272 934
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	316 913	233 872	296 104
Aplicações do programa de formação do PASEP	—	293 195	716 714
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	610 656	767 503	1 069 332
Créditos em liquidação	150 400	177 783	217 307
Correspondentes no País	8 161	13 545	13 775
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	10 116 888	9 530 844	10 572 056
Departamentos no País	2 352 105	3 139 778	4 934 523
Devedores por repasses de recursos externos	645 068	828 302	983 845
Outras Contas	2 058 446	1 690 939	7 229 563
VALORES E BENS	649 106	757 573	936 320
IMOBILIZADO	573 988	723 846	830 018
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	7	199	149
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	6 513 031	8 996 430	9 469 280
TOTAL	49 621 879	56 810 753	69 354 726

BANCO DO BRASIL**BALANÇOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

PASSIVO	30-6-71	31-12-71	30-6-72
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	2 539 505	3 232 407	4 092 703
EXIGÍVEL	38 090 610	41 594 138	52 655 991
DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO	19 664 885	20 930 164	25 737 159
Do público (diversos)	3 890 806	4 634 798	5 073 227
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	265 648	308 563	283 513
Saldos credores de empréstimos	217	859	521
De bancos	2 892 065	4 040 211	4 379 636
De outras instituições financeiras	542 181	491 627	855 337
Do Tesouro Nacional	7 978 123	6 560 298	9 664 138
De governos estaduais	291 453	229 637	318 573
De governos municipais	167 797	139 911	183 131
De autarquias — Banco Central	1 405 722	1 405 772	1 405 579
De outras autarquias	1 802 603	2 601 117	2 921 754
De sociedades de economia mista	428 270	517 371	561 599
De empresas públicas	—	—	90 151
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	131 587	405 845	767 280
Do público (diversos)	131 424	405 603	767 092
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	163	242	188
OUTRAS EXIGIBILIDADES	15 480 639	16 426 753	20 355 716
Cheques e documentos a liquidar	205 438	—	185 578
Cobrança efetuada, em trânsito	534 413	792 959	635 390
Ordens de pagamento	247 206	248 374	204 570
Correspondentes no País	1 396	1 948	2 149
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	3 898 382	4 241 451	5 052 665
Banco Central — conta de movimento	9 683 706	10 526 994	9 188 972
Outras contas	910 098	617 027	5 086 392
OBRIGAÇÕES (Especiais)	2 813 499	3 829 376	5 795 836
Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	174	155	152
Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Dec-lei 263/67)	296	301	300
Banco Central, refinanciamento de operações	67 210	59 606	88 689
Banco Central, provisionamento de recursos destinados a operações do Fundo para Investimentos Sociais	55 571	56 576	62 427
Banco Central, suprimento p/ operações sobre exportações (Lei 5.025/66)	120 005	183 962	334 363
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à Indústria salineira, à agroindústria canavieira do Nordeste, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais	791 214	945 421	1 061 898
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e de pesca	47 332	71 844	87 251
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	562 558	396 411	689 436
Programa de formação do PASEP	—	241 775	666 472
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP	—	50 000	50 000
Depósitos obrigatórios — FGTS	83 480	110 582	116 560
Caixa Econômica Federal — PIS	—	9 147	11 276
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	57 185	64 553	84 151
Outras contas	1 028 474	1 639 043	2 560 851
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	2 478 733	2 987 778	3 138 752
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	6 513 031	8 996 430	9 469 280
TOTAL	49 621 879	56 810 753	69 354 721

BANCO DO BRASIL**BALANCETES**

Saldo em Cr\$ 1.000

ATIVO	28-4-72	31-5-72	30-6-72
DISPONÍVEL — Caixa	107 189	251 584	212 231
REALIZÁVEL	55 392 215	55 956 585	58 843 048
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	14 116 949	14 171 649	14 695 525
A Produção	6 703 494	6 889 533	7 411 198
Agrícola	589 898	634 143	778 216
Animal	488 954	501 676	513 600
Industrial	5 354 007	5 423 739	5 823 888
A cooperativas de produção	270 635	269 975	295 494
Ao Comércio	2 317 523	2 135 400	2 051 308
De produtos agrícolas	644 890	580 511	557 702
De produtos de origem animal	36 673	46 157	62 504
De produtos industriais	1 622 724	1 495 972	1 416 600
Não especificados	13 236	12 760	14 502
A Atividades não Especificadas	1 603 977	1 665 512	1 755 638
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3 403 312	3 403 311	3 403 312
A Governos Estaduais e Municipais	22 291	11 891	7 935
A Autarquias	40 000	40 000	40 000
A Instituições Financeiras	26 352	26 002	26 134
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	9 570 427	9 970 492	10 431 749
A Produção	7 898 166	8 421 303	9 300 037
Agrícola	5 307 536	5 822 022	6 452 876
Animal	2 274 384	2 353 941	2 571 637
A cooperativas de produção	316 246	245 340	275 524
Ao Comércio			
De produtos agrícolas	1 634 377	1 511 213	1 091 527
A Governos Estaduais	3 046	3 138	3 055
A Autarquias	34 838	34 838	37 130
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	1 012 381	999 313	928 115
A Produção			
Industrial	236 379	251 549	268 655
Ao Comércio			
De produtos industriais	442 014	396 812	285 998
Operações vinculadas ao FINEX	333 988	350 952	373 462
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	786 018	785 415	828 127
A Produção	232 315	234 224	247 362
Agrícola	—	—	95
Animal	189	382	274
Industrial	232 126	233 842	246 993
Ao Comércio	396 714	396 985	424 521
De produtos agrícolas	1 108	587	70
De produtos de origem animal	604	394	894
De produtos industriais	395 002	396 004	423 557
A Atividades não Especificadas	156 989	154 206	156 244
OUTROS CRÉDITOS	29 069 253	29 181 444	31 023 212
Banco Central, recolhimento compulsório	588 176	669 607	717 059
Tesouro Nacional — responsabilidades da União	4 505 610	4 028 598	4 272 934
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	194 535	168 688	296 104
Aplicações do programa de formação do PASEP	569 969	649 776	716 714
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1 041 652	1 102 762	1 069 332
Créditos em liquidação	200 001	209 368	217 307
Correspondentes no País	13 273	14 439	13 775
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	9 994 170	10 232 534	10 572 056
Departamentos no País	4 138 537	4 626 887	4 934 523
Devedores por repasses de recursos externos	976 633	979 768	983 845
Outras Contas	6 846 697	6 499 017	7 229 563
VALORES E BENS	837 187	848 272	936 320
IMOBILIZADO	789 837	806 376	830 018
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	871 200	1 078 977	149
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	11 153 685	12 456 175	9 469 280
TOTAL	68 314 126	70 549 697	69 354 726

BANCO DO BRASIL**BALANCETES**

Saldos em Cr\$ 1.000

PASSIVO**28-4-72 31-5-72 30-6-72****NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas****3 236 612 3 237 254 4 092 703****EXIGÍVEL****49 899 002 50 548 986 52 855 991****DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO****24 495 181 24 939 842 25 737 159**

Do público (diversos)	5 014 416	5 034 009	5 073 227
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	345 435	248 242	283 513
Saldos credores de empréstimos	742	826	521
De bancos	3 635 800	4 481 725	4 379 638
De outras instituições financeiras	772 353	900 743	855 337
Do Tesouro Nacional	9 603 481	9 027 348	9 664 138
De governos estaduais	351 877	321 463	318 573
De governos municipais	192 948	171 769	183 131
De autarquias — Banco Central	1 405 578	1 405 578	1 405 579
De outras autarquias	2 509 254	2 616 707	2 921 754
De sociedades de economia mista	588 464	580 543	561 599
De empresas públicas	74 833	150 889	90 151

DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO**669 090 761 482 767 280**

Do público (diversos)	668 904	761 298	767 092
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	186	184	188

OUTRAS EXIGIBILIDADES**20 312 586 19 934 005 20 355 716**

Cheques e documentos a liquidar	349 948	276 087	185 578
Cobrança efetuada, em trânsito	641 669	706 067	635 390
Ordens de pagamento	256 162	227 791	204 570
Correspondentes no País	2 049	1 878	2 149
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	4 642 156	4 632 439	5 052 665
Banco Central — conta de movimento	9 837 915	9 350 775	9 188 972
Outras contas	4 582 687	4 738 968	5 086 392

OBRIGAÇÕES (Especiais)**4 422 145 4 911 657 5 795 836**

Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	152	152	152
Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Dec-lei 263/67)	300	301	300
Banco Central, refinanciamento de operações	73 062	80 079	88 689
Banco Central, provisionamento de recursos destinados a operações do Fundo para Investimentos Sociais	61 691	61 698	62 427
Banco Central, suprimimento p/ operações sobre exportações (Lei 5.025/66)	261 655	345 819	334 363
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à indústria salineira, à agroindústria canavieira do Nordeste, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com o IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais	977 226	989 204	1 061 898
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e de pesca	80 091	85 718	87 251
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	557 424	888 482	689 438
Programa de formação do PASEP	518 795	599 486	666 472
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP	50 000	50 000	50 000
Depósitos obrigatórios — FGTS	95 494	113 036	118 568
Caixa Econômica Federal — PIS	8 297	14 645	11 276
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	65 459	65 459	64 151
Outras contas	1 672 499	1 617 578	2 560 851

CONTAS DE RESULTADO PENDENTE**4 024 827 4 309 282 3 136 752****CONTAS DE COMPENSAÇÃO****11 153 685 12 456 175 9 489 280****TOTAL****68 314 126 70 549 697 69 354 726**

BANCO DO BRASIL**DEPÓSITOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	499 830	552 506	609 715	816 497	798 120	798 778
Acre	20 617	21 660	17 742	24 801	26 040	24 728
Amazonas	91 138	93 208	100 544	141 986	128 395	116 337
Pará	107 032	129 082	146 279	199 573	208 771	217 556
Maranhão	53 913	57 094	80 658	98 873	82 476	92 979
Piauí	46 813	57 367	68 395	79 849	76 761	68 983
Mato Grosso	102 382	114 889	114 430	190 590	196 770	200 298
Rondônia	26 829	25 921	25 531	29 448	32 043	28 714
Roraima	26 755	25 942	30 444	26 572	24 348	26 702
Amapá	24 351	27 343	25 692	24 805	22 516	22 461
2.ª REGIÃO	1 059 338	1 064 265	1 234 285	1 533 916	1 411 123	1 479 756
Ceará	168 191	185 612	204 395	231 082	211 141	241 280
Rio Grande do Norte	53 081	53 633	58 045	60 136	66 067	66 878
Paraíba	77 791	72 482	86 785	108 342	104 184	108 087
Pernambuco	320 154	317 776	369 241	439 808	400 083	406 675
Alagoas	61 505	76 441	68 746	103 258	91 242	86 942
Sergipe	46 807	45 661	53 072	66 861	65 471	67 688
Bahia	331 809	312 660	394 001	524 429	472 935	502 206
3.ª REGIÃO	5 600 146	6 079 531	6 299 090	8 063 748	8 878 283	9 057 043
Espírito Santo	105 243	101 504	118 236	157 189	148 848	156 597
Rio de Janeiro	326 645	311 635	300 596	372 462	381 442	366 064
Guanabara	5 168 258	5 666 392	5 880 258	7 534 097	8 347 993	8 534 382
4.ª REGIÃO	6 981 383	6 819 250	6 618 406	8 297 753	7 815 119	8 481 999
Goiás	145 022	191 577	205 530	190 397	198 350	230 256
Distrito Federal	6 190 750	5 969 277	5 755 227	7 233 193	6 717 608	7 364 873
Minas Gerais	645 611	658 396	657 649	874 163	899 161	886 870
5.ª REGIÃO	3 192 842	3 308 775	3 479 574	4 431 927	4 726 977	4 509 340
São Paulo	3 192 842	3 308 775	3 479 574	4 431 927	4 726 977	4 509 340
6.ª REGIÃO	600 091	640 298	695 500	875 840	923 705	1 019 627
Paraná	407 890	437 055	492 970	598 110	642 988	739 633
Santa Catarina	192 201	203 243	202 530	277 730	280 717	279 994
7.ª REGIÃO	778 409	853 761	859 902	1 144 590	1 147 998	1 157 896
Rio Grande do Sul	778 409	853 761	859 902	1 144 590	1 147 998	1 157 896
BRASIL	18 712 039	19 318 386	19 796 472	25 164 271	25 701 325	26 504 437
GRANDES REGIÕES						
NORTE	296 722	323 156	346 232	447 185	442 113	436 518
NORDESTE	1 160 064	1 178 726	1 383 338	1 712 638	1 570 360	1 641 718
SUDESTE	9 438 599	10 046 702	10 436 313	13 369 838	14 504 421	14 453 253
SUL	1 378 500	1 494 059	1 555 402	2 020 430	2 071 703	2 177 523
CENTRO-OESTE	6 438 154	6 275 743	6 075 187	7 614 180	7 112 728	7 795 427

BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS

Saldos em Cr\$ 1.000 — Em 30 de junho de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Total	Público	Instituições Financeiras	Entidades Públicas
REGIÕES ADMINISTRATIVAS				
1.ª REGIÃO	798 778	229 340	182 215	387 223
Acre	24 728	6 867	5 615	12 246
Amazonas	116 357	18 547	20 136	77 674
Pará	217 556	41 654	57 040	118 862
Maranhão	92 979	31 572	32 233	29 174
Piauí	68 983	21 928	18 994	30 061
Mato Grosso	200 298	91 622	39 230	69 446
Rondônia	28 714	7 313	6 276	15 125
Roraima	26 702	6 326	2 690	17 686
Amapá	22 461	3 511	2 001	16 949
2.ª REGIÃO	1 479 756	486 235	492 909	500 612
Ceará	241 280	70 765	87 741	82 774
Rio Grande do Norte	66 878	27 963	15 738	23 177
Paraíba	108 087	38 690	34 684	34 713
Pernambuco	406 675	126 345	129 944	150 386
Alagoas	86 942	28 761	29 612	28 569
Sergipe	67 688	21 757	18 755	27 176
Bahia	502 206	171 954	176 435	153 817
3.ª REGIÃO	9 057 043	1 822 284	1 891 188	5 343 571
Espírito Santo	156 597	62 808	43 992	49 797
Rio de Janeiro	366 064	163 173	72 615	130 276
Guanabara	8 534 382	1 596 303	1 774 581	5 163 496
4.ª REGIÃO	8 481 999	711 379	282 200	7 488 420
Goiás	230 256	143 212	46 637	40 407
Distrito Federal	7 364 873	114 702	67 289	7 182 882
Minas Gerais	886 870	453 465	168 274	265 131
5.ª REGIÃO	4 509 340	1 761 816	1 775 655	971 869
São Paulo	4 509 340	1 761 816	1 775 655	971 869
6.ª REGIÃO	1 019 627	449 602	349 070	220 955
Paraná	739 633	295 843	297 513	146 275
Santa Catarina	279 994	153 759	51 555	74 680
7.ª REGIÃO	1 157 896	663 886	261 735	232 275
Rio Grande do Sul	1 157 896	663 886	261 735	232 275
BRASIL	26 504 439	8 124 542	5 234 972	15 144 925
GRANDES REGIÕES				
NORTE	436 518	84 218	93 758	258 542
NORDESTE	1 841 718	539 735	542 136	559 847
SUDESTE	14 453 253	4 037 565	3 835 117	6 580 571
SUL	2 177 523	1 113 488	610 805	453 230
CENTRO-OESTE	7 795 427	349 536	153 156	7 292 735

BANCO DO BRASIL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	656 933	678 540	727 202	1 009 009	1 039 491	1 123 162
Acre	11 089	13 059	15 499	28 608	29 804	32 140
Amazonas	57 769	61 356	66 107	90 521	94 785	103 973
Pará	113 591	117 348	122 856	146 868	152 704	170 781
Maranhão	82 969	88 029	96 615	139 405	141 029	146 635
Piauí	93 433	95 906	100 929	139 516	139 422	147 527
Mato Grosso	263 437	269 390	290 397	428 060	446 138	481 456
Rondônia	19 231	18 631	19 541	20 115	19 162	20 721
Roraima	6 628	6 389	6 690	7 979	8 482	9 741
Amapá	8 786	8 432	8 568	7 937	7 965	10 188
2.ª REGIÃO	1 717 905	1 789 296	1 940 036	2 700 964	2 763 591	2 971 270
Ceará	266 257	265 393	283 424	412 933	414 009	433 162
Rio Grande do Norte	117 131	120 171	129 019	197 358	202 106	211 337
Paraíba	181 925	189 887	203 795	306 308	309 256	330 808
Pernambuco	441 626	452 883	484 722	681 088	698 826	742 913
Alagoas	134 383	150 042	167 826	191 786	207 619	257 772
Sergipe	72 422	77 343	84 016	127 894	132 525	143 191
Bahia	504 161	533 577	587 234	783 597	799 250	852 087
3.ª REGIÃO	2 261 610	2 234 126	2 318 984	3 168 105	3 148 748	3 288 946
Espírito Santo	169 780	169 058	178 555	230 974	243 705	270 382
Rio de Janeiro	360 037	376 007	397 631	507 707	530 853	586 419
Guanabara	1 731 793	1 689 061	1 742 798	2 429 424	2 374 190	2 432 145
4.ª REGIÃO	6 090 726	6 041 049	6 158 480	6 500 795	6 514 618	6 597 368
Goias	491 178	502 860	537 566	721 045	745 257	803 341
Distrito Federal	4 217 220	4 153 845	4 149 866	4 020 924	3 987 984	3 906 711
Minas Gerais	1 382 328	1 384 344	1 471 048	1 758 824	1 781 377	1 887 316
5.ª REGIÃO	3 876 169	4 047 327	4 344 453	5 228 929	5 263 965	5 595 934
São Paulo	3 876 169	4 047 327	4 344 453	5 228 929	5 263 965	5 595 934
6.ª REGIÃO	1 612 022	1 684 602	1 811 371	2 287 721	2 407 942	2 621 524
Paraná	1 107 452	1 165 983	1 260 974	1 610 881	1 715 345	1 872 446
Santa Catarina	504 570	518 619	550 397	676 840	692 597	749 076
7.ª REGIÃO	2 847 401	3 022 885	3 240 093	4 590 254	4 788 514	4 685 312
Rio Grande do Sul	2 847 401	3 022 885	3 240 093	4 590 254	4 788 514	4 685 312
BRASIL	19 062 766	19 497 825	20 540 619	25 485 775	25 926 869	26 883 516
GRANDES REGIÕES						
NORTE	217 094	225 215	239 261	302 028	312 902	347 544
NORDESTE	1 894 307	1 973 231	2 137 580	2 979 885	3 044 042	3 285 432
SUDESTE	7 520 107	7 665 797	8 134 485	10 155 858	10 194 090	10 772 196
SUL	4 459 423	4 707 487	5 051 464	6 877 975	7 196 456	7 306 836
CENTRO-OESTE	4 971 835	4 926 095	4 977 829	5 170 029	5 179 379	5 191 508

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr\$ 1.000 — Em 30 de junho de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Total	Produção	Comércio	Atividades Não Especificadas	Outros
REGIÕES ADMINISTRATIVAS					
1.ª REGIÃO	1 123 162	876 107	159 015	67 036	1 004
Acre	32 140	25 552	4 314	2 274	—
Amazonas	103 973	58 865	42 298	2 812	—
Pará	170 781	120 411	33 773	16 407	190
Maranhão	146 635	103 882	28 008	14 298	447
Piauí	147 527	117 923	16 397	12 840	367
Mato Grosso	481 456	423 996	25 666	31 794	—
Rondônia	20 721	12 170	5 460	2 091	—
Roraima	9 741	6 106	559	3 076	—
Amapá	10 188	7 202	1 542	1 444	—
2.ª REGIÃO	2 971 270	2 436 151	362 816	171 154	1 149
Ceará	433 162	338 318	57 868	36 740	236
Rio Grande do Norte	211 337	174 626	23 510	13 047	154
Paraíba	330 808	283 016	32 870	14 646	276
Pernambuco	742 913	570 641	144 692	27 580	—
Alagoas	257 772	239 996	8 872	8 904	—
Sergipe	143 191	128 095	7 521	7 540	35
Bahia	852 087	701 459	87 483	62 697	446
3.ª REGIÃO	3 288 946	1 535 913	646 642	1 011 151	95 240
Espírito Santo	270 382	177 441	74 917	17 403	621
Rio de Janeiro	586 419	481 610	43 838	60 971	—
Guanabara	2 432 145	876 862	527 887	932 777	94 619
4.ª REGIÃO	6 597 368	2 321 103	679 437	190 685	3 405 963
Goiás	803 341	733 659	33 907	35 775	—
Distrito Federal	3 906 711	19 318	465 135	18 947	3 403 311
Minas Gerais	1 887 316	1 568 126	180 395	136 143	2 652
5.ª REGIÃO	5 595 934	4 441 596	930 847	214 846	8 645
São Paulo	5 595 934	4 441 596	930 847	214 846	8 645
6.ª REGIÃO	2 621 524	2 214 472	271 684	134 459	909
Paraná	1 872 446	1 595 473	200 702	75 362	909
Santa Catarina	749 078	618 999	70 982	59 097	—
7.ª REGIÃO	4 685 312	3 416 941	1 161 344	102 371	4 656
Rio Grande do Sul	4 685 312	3 416 941	1 161 344	102 371	4 656
BRASIL	26 883 516	17 242 283	4 211 765	1 911 882	3 517 566
GRANDES REGIÕES					
NORTE	347 544	230 306	88 944	28 104	190
NORDESTE	3 265 432	2 657 956	407 221	198 292	1 963
SUDESTE	10 772 196	7 545 635	1 757 884	1 362 140	106 537
SUL	7 306 836	5 631 413	1 433 028	236 630	5 565
CENTRO-OESTE	5 191 508	1 176 973	524 708	86 516	3 403 311

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO
 Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	656 726	678 332	726 737	1 007 899	1 038 467	1 122 158
Acre	11 089	13 059	15 499	28 608	29 804	32 140
Amazonas	57 769	61 356	66 107	90 521	94 785	103 973
Pará	113 418	117 174	122 671	146 685	152 521	170 591
Maranhão	82 969	88 029	96 365	138 853	140 559	146 188
Piauí	93 399	95 872	100 899	139 141	139 051	147 160
Mato Grosso	263 437	269 390	290 397	428 060	446 138	481 456
Rondônia	19 231	18 631	19 541	20 115	19 162	20 721
Roraima	6 628	6 389	6 690	7 979	8 482	9 741
Amapá	8 786	8 432	8 568	7 937	7 965	10 188
2.ª REGIÃO	1 717 329	1 788 728	1 939 342	2 699 809	2 762 441	2 970 121
Ceará	266 257	265 393	283 260	412 711	413 787	432 926
Rio Grande do Norte	117 131	120 171	129 019	197 213	201 961	211 183
Paraíba	181 925	189 887	203 795	306 042	308 996	330 532
Pernambuco	441 626	452 883	484 722	681 088	698 826	742 913
Alagoas	134 375	150 042	167 826	191 786	207 619	257 772
Sergipe	72 422	77 343	84 016	127 861	132 492	143 156
Bahia	503 593	533 009	586 704	783 108	798 760	851 639
3.ª REGIÃO	2 215 715	2 186 971	2 269 814	3 074 929	3 055 921	3 193 706
Espírito Santo	169 137	168 425	177 880	230 341	243 072	269 761
Rio de Janeiro	360 037	376 007	397 631	507 707	530 853	586 419
Guanabara	1 686 541	1 642 539	1 694 303	2 336 881	2 281 996	2 337 526
4.ª REGIÃO	2 685 045	2 635 275	2 752 838	3 094 748	3 108 585	3 191 405
Goiás	491 178	502 860	537 566	721 045	745 257	803 341
Distrito Federal	813 863	750 491	746 516	617 612	584 673	503 400
Minas Gerais	1 380 004	1 381 924	1 468 756	1 756 091	1 778 655	1 884 664
5.ª REGIÃO	3 869 369	4 040 527	4 337 653	5 220 283	5 255 320	5 587 289
São Paulo	3 869 369	4 040 527	4 337 653	5 220 283	5 255 320	5 587 289
6.ª REGIÃO	1 610 997	1 683 591	1 810 374	2 283 246	2 403 522	2 620 615
Paraná	1 106 427	1 164 972	1 259 977	1 606 406	1 710 925	1 871 537
Santa Catarina	504 570	518 619	550 397	676 840	692 597	749 078
7.ª REGIÃO	2 833 834	2 989 285	3 215 509	4 575 023	4 783 432	4 680 656
Rio Grande do Sul	2 833 834	2 989 285	3 215 509	4 575 023	4 783 432	4 680 656
BRASIL	15 589 015	16 002 709	17 052 267	21 955 937	22 407 688	23 365 950
GRANDES REGIÕES						
NORTE	216 921	225 041	239 076	301 845	312 719	347 354
NORDESTE	1 893 697	1 972 429	2 136 606	2 977 803	3 042 051	3 263 469
SUDESTE	7 465 088	7 609 422	8 076 223	10 051 303	10 089 896	10 665 659
SUL	4 444 831	4 672 876	5 025 883	6 858 269	7 186 954	7 301 271
CENTRO-OESTE	1 568 478	1 522 741	1 574 479	1 766 717	1 776 068	1 788 197

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	311 690	323 565	341 109	426 654	432 183	460 444
Acre	7 871	9 223	10 118	12 734	12 687	13 665
Amazonas	37 940	40 677	43 315	57 664	59 004	67 247
Pará	77 466	79 769	82 180	82 666	85 477	94 939
Maranhão	47 986	51 630	56 700	76 397	78 112	77 609
Piauí	41 736	41 901	42 624	51 713	48 994	51 278
Mato Grosso	78 850	82 043	87 434	124 258	129 167	133 340
Rondônia	10 854	9 924	10 265	11 097	10 360	11 486
Roraima	3 523	3 288	3 404	4 906	5 099	5 743
Amapá	5 464	5 110	5 069	5 219	5 283	5 157
2.ª REGIÃO	944 595	957 060	1 012 885	1 290 480	1 249 684	1 306 066
Ceará	145 126	141 318	152 129	199 417	185 797	189 809
Rio Grande do Norte	60 365	60 227	64 814	93 566	92 752	96 531
Paraíba	83 554	86 421	91 393	116 060	114 415	122 226
Pernambuco	304 052	299 729	308 180	422 228	415 088	426 799
Alagoas	62 499	65 404	67 455	80 512	76 898	85 054
Sergipe	34 938	35 528	37 107	51 076	49 502	51 679
Bahia	254 061	268 433	291 207	327 621	315 232	333 968
3.ª REGIÃO	1 770 881	1 731 673	1 776 139	2 368 557	2 338 653	2 409 643
Espírito Santo	109 392	105 969	108 966	126 834	132 391	149 781
Rio de Janeiro	240 258	252 681	262 971	340 108	356 251	375 209
Guanabara	1 421 331	1 373 023	1 404 202	1 901 615	1 850 011	1 884 673
4.ª REGIÃO	4 588 073	4 590 832	4 675 853	4 482 644	4 529 473	4 605 084
Goiás	130 576	146 777	161 818	173 173	200 568	234 280
Distrito Federal	3 695 769	3 684 700	3 722 726	3 434 924	3 451 360	3 467 600
Minas Gerais	761 728	759 355	791 309	874 547	877 545	903 204
5.ª REGIÃO	2 590 522	2 713 955	2 914 232	3 443 578	3 453 701	3 614 288
São Paulo	2 590 522	2 713 955	2 914 232	3 443 578	3 453 701	3 614 288
6.ª REGIÃO	733 832	760 037	795 195	1 075 347	1 094 089	1 141 573
Paraná	441 818	461 239	482 348	688 133	707 585	732 889
Santa Catarina	292 014	298 798	312 847	387 214	386 504	408 684
7.ª REGIÃO	759 162	815 615	867 676	1 029 689	1 073 865	1 158 409
Rio Grande do Sul	759 162	815 615	867 676	1 029 689	1 073 865	1 158 409
BRASIL	11 698 855	11 892 737	12 383 089	14 116 949	14 171 648	14 695 525
GRANDES REGIÕES						
NORTE	143 118	147 991	154 351	174 286	177 910	198 217
NORDESTE	1 034 317	1 050 591	1 112 209	1 418 590	1 374 790	1 434 953
SUDESTE	5 123 231	5 204 983	5 481 680	6 686 682	6 669 899	6 927 153
SUL	1 492 994	1 575 652	1 662 871	2 105 036	2 167 954	2 299 982
CENTRO-OESTE	3 905 195	3 913 520	3 971 978	3 732 355	3 781 095	3 835 220

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
MERCADO INTERNO	610 882	672 308	744 962	747 171	843 911	939 800
Agave ou sisal	1 487	1 480	1 584	1 308	1 620	2 012
Algodão	80 324	130 118	157 421	105 241	178 162	206 825
Amendoim	21 831	8 357	5 081	21 022	15 709	8 991
Arroz	45 968	61 892	84 470	52 713	75 322	100 706
Babaçu	110	186	186	124	143	127
Cacau	11 687	11 393	12 085	9 364	8 313	8 112
Café	337 129	320 443	322 406	394 076	343 767	340 740
Cana-de-açúcar	5 951	6 086	6 497	6 664	6 481	6 761
Castanha-do-pará	796	863	780	2 262	3 075	4 326
Cêra de carnaúba	742	669	545	745	678	760
Erva-mate	439	284	282	667	575	531
Feijão	6 093	5 285	5 220	3 240	3 034	3 806
Fumo	3 521	3 834	3 861	4 031	3 956	3 783
Girassol	88	107	189	26	26	156
Juta e malva	2 705	4 085	5 192	7 157	9 662	10 825
Mandioca	4 268	4 849	6 476	5 948	6 872	8 410
Mamona	800	812	706	739	794	1 154
Milho	17 703	17 263	19 513	17 840	22 981	29 087
Soja	17 080	40 747	58 419	32 304	80 465	120 867
Sorgo granífero	—	—	—	30	36	93
Trigo	403	398	707	932	764	956
Outros	51 757	53 157	53 335	80 738	81 476	80 772
COMPOSIÇÕES	3 997	4 569	5 949	10 323	10 232	11 084
TOTAL	614 879	676 877	750 911	757 494	854 143	950 884

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
MERCADO INTERNO	329 471	343 802	360 730	513 391	532 381	546 093
Aves	5 163	5 452	5 700	8 874	9 269	9 849
Bovinos — engorda	107 433	133 201	115 505	165 012	166 422	165 904
Bovinos — produção de carne	95 670	102 304	111 107	150 505	162 212	170 078
Bovinos — produção de leite	27 685	27 647	29 138	44 263	43 974	45 739
Bovinos — recriação	23 691	23 873	24 180	36 358	35 386	36 953
Lã	4 275	4 827	5 718	7 554	12 582	10 367
Leite	7 018	7 412	7 735	13 916	14 724	14 081
Ovinos	27	43	60	43	54	15
Pescado	2 779	2 619	2 643	4 636	4 644	4 455
Suínos	8 540	8 633	9 644	12 498	13 548	15 361
Outros	47 190	47 791	49 300	69 732	69 566	73 291
COMPOSIÇÕES	1 459	1 434	1 623	1 225	1 104	1 192
TOTAL	330 930	345 236	362 353	514 616	533 485	547 285

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	52 076	52 523	51 734	74 311	75 628	78 137
Aubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	4 543	4 816	5 024	4 459	4 941	5 074
Carvão mineral	5 194	5 457	3 845	7 161	7 985	4 741
Minério de ferro	361	477	407	663	1 117	1 088
Minério de manganês	81	69	105	218	208	240
Sal marinho	14 945	15 376	15 774	18 532	18 775	21 746
Outros minerais metálicos	3 991	3 292	2 589	3 405	3 832	4 298
Outros minerais não metálicos	11 768	11 630	12 396	20 264	19 586	20 429
Outros	11 193	11 406	11 594	19 609	19 224	20 541
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3 587 481	3 730 505	4 012 825	5 127 472	5 227 699	5 624 630
Açúcar	180 262	212 659	239 335	254 564	279 637	315 093
Aubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	46 848	41 769	43 135	56 104	53 468	51 059
Agave ou sisal	9	36	9	—	—	—
Algodão	13 109	15 289	18 826	20 456	22 122	24 705
Amendoim	3 324	6 416	6 241	736	2 615	5 198
Aparelhos eletrodomésticos	51 745	55 415	57 223	62 162	64 004	64 587
Arroz	18 220	17 038	18 381	16 186	26 699	29 620
Borracha	13 342	14 143	13 022	19 030	18 540	18 814
Cacau	4 295	9 601	10 238	6 366	6 115	5 941
Café	—	—	—	21 270	23 376	46 224
Carne	73 463	71 506	81 488	113 916	165 726	219 783
Couros e peles	26 516	28 413	33 761	42 213	45 234	55 114
Feijão	—	—	—	—	22	52
Fumo	8 333	8 857	9 019	12 365	12 735	13 112
Juta e malva	2 366	1 104	637	1 292	696	501
Leite	13 811	13 462	14 890	16 126	16 825	18 944
Mandioca	828	1 024	1 157	1 317	1 328	1 677
Mamona	79	43	24	362	26	383
Máquinas e aparelhos para a agricultura	19 046	19 151	21 107	33 871	33 335	33 684
Metalúrgica	555 221	569 702	590 835	822 005	819 418	849 309
Milho	1 198	1 062	946	1 517	1 319	733
Papel e papelão	76 059	74 882	83 180	116 127	113 582	120 546
Pescado	8 508	9 159	10 493	13 453	15 232	15 447
Petróleo	1 840	1 827	1 996	1 848	1 647	2 005
Produtos farmacêuticos e medicinais	41 751	41 044	42 529	55 333	55 616	54 878
Sacaria	8 939	10 717	10 328	9 120	7 517	8 200
Soja	2 855	2 446	3 831	10 176	6 324	6 203
Têxtil	562 721	574 520	617 351	764 140	749 103	785 071
Tratores agrícolas e implementos	4 177	3 809	4 426	4 836	4 486	4 643
Trigo estrangeiro	25 554	42 792	52 692	48 508	42 197	45 905
Veículos automotores, autopeças e acessórios	115 207	118 819	121 327	165 563	172 197	(1) 174 097
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	212 507	219 209	233 749	303 578	314 350	328 067
Embarcações, motores, peças e acessórios	2 544	2 368	2 421	519	344	201
Outros materiais elétricos e de comunicações	91 440	93 121	95 823	121 188	124 407	125 030
Outros veículos e materiais de transporte	16 497	16 462	17 503	19 609	18 948	21 017
Outros produtos alimentares	214 833	225 270	241 402	303 175	308 702	333 734
Outros produtos da indústria mecânica	106 616	105 885	110 344	143 783	142 654	158 145
Outros produtos químicos	97 249	103 159	109 808	148 546	149 753	158 821
Outros	966 169	998 326	1 093 288	1 396 013	1 407 400	1 528 205
CONSTRUÇÃO CIVIL	10 303	16 424	18 607	21 604	21 920	23 545
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	31 349	35 633	39 872	38 356	37 799	41 712
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	572	590	846	3 820	3 820	5 378
COMPOSIÇÕES	25 384	25 439	25 065	32 083	31 826	36 820
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	6 635	6 628	7 426	7 984	7 981	9 257
ARMAZENAMENTO	617	125	90	250	125	91
OUTROS FINS	45 871	41 600	46 936	(1) 125 524	(1) 95 107	(1) 93 455
CONVÊNIO COM O IBC-GERCA	11	6	—	—	—	—
TOTAL	3 760 299	3 909 473	4 203 401	5 431 384	5 501 905	5 913 029

(1) Inclusive as operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
MERCADO INTERNO	563 213	537 709	545 740	617 842	554 228	528 935
Agave ou sisal	2 299	2 458	2 578	1 729	1 428	1 706
Algodão	46 478	52 285	63 950	67 189	59 112	56 080
Amendoim	4 838	2 411	1 972	3 146	2 902	2 852
Arroz	72 137	72 460	76 124	27 070	26 910	26 534
Babaçu	4 847	4 418	3 812	3 553	3 396	3 251
Cacau	1 421	1 085	1 091	1 007	900	788
Café	377 811	344 950	333 632	464 533	408 724	381 607
Castanha-do-pará	1 912	1 852	1 232	1 221	1 088	1 097
Cêra de carnaúba	983	905	909	783	391	288
Feijão	3 915	4 866	6 420	3 576	3 204	3 165
Fumo	3 071	3 273	3 493	3 481	4 157	4 236
Girassol	35	35	35	—	—	—
Juta e malva	12 209	12 899	13 665	3 854	5 525	9 246
Mandioca	481	491	470	201	278	240
Mamona	242	179	119	39	—	15
Milho	4 056	4 502	5 642	3 911	3 808	4 593
Soja	1 706	3 133	3 969	879	1 508	2 880
Trigo	38	27	39	279	75	63
Outros	24 674	25 480	26 588	31 391	30 822	30 294
PARA EXPORTAÇÃO	9 446	7 308	4 367	2 306	1 426	1 922
Algodão	30	48	52	—	—	—
Cacau	—	—	—	—	—	—
Café	9 179	7 017	3 992	2 306	1 426	1 922
Outros	237	243	323	—	—	—
COMPOSIÇÕES	20 819	20 120	21 618	24 188	24 303	26 251
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	—	—	72	554	554	594
TOTAL	593 478	565 137	571 797	644 890	580 511	557 702

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Saldos em Cr\$ 1,000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
MERCADO INTERNO	38 854	39 746	42 142	34 919	44 451	60 813
Bovinos — engorda	8 783	9 255	10 082	6 105	5 310	4 337
Bovinos — produção de carne	4 194	4 221	3 295	2 897	2 850	3 066
Bovinos — produção de leite	268	235	366	154	171	207
Bovinos — recriação	139	159	302	12	50	67
Carne	3 432	3 583	4 137	4 914	15 697	31 745
Couros e peles	10 821	10 867	11 847	8 790	8 968	10 126
Lã	4 300	4 494	3 687	3 836	3 360	2 876
Leite	3 543	3 386	4 785	3 743	3 437	3 750
Pescado	586	551	500	860	963	904
Outros	2 788	2 995	3 141	3 608	3 645	3 735
COMPOSIÇÕES	1 435	1 314	1 384	1 690	1 643	1 627
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	—	—	30	64	63	64
TOTAL	40 289	41 060	43 556	36 673	46 157	62 504

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

Saldo em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
MERCADO INTERNO	1 460 047	1 391 507	1 367 912	1 580 778	1 453 344	1 373 140
Açúcar	375 579	279 227	215 696	395 458	298 335	193 338
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	2 649	2 664	2 460	3 884	3 127	2 833
Agave ou sisal	16	27	48	—	—	—
Algodão	11 620	10 982	11 089	8 853	6 848	4 872
Amendoim	322	757	549	28	28	—
Aparelhos eletrodomésticos	41 816	42 205	42 283	45 992	44 982	46 638
Arroz	4 583	5 396	6 030	4 278	3 574	4 980
Borracha	4 913	4 880	5 554	6 878	6 653	7 262
Carne	3 599	2 851	2 839	555	613	683
Carvão mineral	448	436	383	450	350	425
Feijão	177	174	159	34	34	34
Fumo	—	—	—	88	88	81
Juta e malva	1 961	2 706	3 080	2 294	3 519	3 723
Mandioca	47	15	36	14	47	40
Mamona	64	58	58	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	13 566	13 568	13 032	18 022	17 688	18 708
Metalúrgica	73 114	77 699	81 532	72 468	74 490	76 151
Milho	80	60	97	22	44	17
Papel e papelão	13 801	13 251	13 920	10 651	10 621	10 941
Pescado	397	389	313	682	843	632
Produtos farmacêuticos e medicinais	18 967	19 544	19 881	20 478	20 749	21 474
Sacaria	2 948	3 494	2 641	2 592	2 528	2 230
Sal marinho	935	1 020	852	903	985	718
Soja	564	447	512	129	181	574
Têxtil	71 072	69 490	69 839	41 435	39 302	36 641
Tratores agrícolas e implementos	2 636	2 524	2 574	1 685	1 657	1 728
Veículos automotores, autopeças e acessórios	240 219	248 243	262 140	301 438	301 974	307 605
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	46 035	47 008	47 224	45 684	45 806	44 999
Outros materiais elétricos e de comunicações	21 325	21 969	23 361	16 743	16 612	17 725
Outros veículos e materiais de transporte	5 655	5 012	4 766	2 481	2 946	2 865
Outros produtos alimentares	38 578	39 788	41 195	30 249	31 157	32 461
Outros produtos da indústria mecânica	44 986	47 335	50 872	52 803	52 578	54 550
Outros produtos químicos	33 540	33 929	35 398	30 213	29 347	26 800
Outros	383 835	394 359	407 501	(1) 463 274	435 638	451 424
PARA EXPORTAÇÃO	5 046	6 777	6 892	1 867	1 550	1 544
Borracha	138	69	69	—	—	—
Cacau	4 758	6 558	6 823	1 584	755	687
Outras	150	150	—	283	795	857
DE IMPORTAÇÃO	17 531	18 171	19 089	26 751	27 280	27 853
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	175	159	87	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	131	85	134	46	68	67
Papel e papelão	—	—	—	18	38	34
Produtos farmacêuticos e medicinais	369	235	353	485	241	638
Veículos automotores, autopeças e acessórios	254	258	262	282	282	305
Outros materiais elétricos e de comunicações	432	536	500	812	818	922
Outros produtos alimentares	225	188	227	169	117	146
Outros produtos da indústria mecânica	7 487	7 644	7 859	11 069	11 813	11 205
Outros produtos químicos	1 256	1 188	1 421	1 945	2 326	2 164
Outros	7 202	7 878	8 246	11 925	11 587	12 078
COMPOSIÇÕES	5 858	5 938	6 521	7 389	7 610	7 826
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	—	—	456	5 939	6 178	6 837
TOTAL	1 488 482	1 422 393	1 400 870	1 622 724	1 495 972	1 418 600

(1) Inclusive operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial**CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	51	92	103	72	82	87
Acre	—	22	16	3	3	2
Amazonas	5	6	5	—	4	2
Pará	2	10	10	8	4	5
Maranhão	15	27	30	21	35	44
Piauí	24	14	34	32	27	21
Mato Grosso	4	10	8	8	9	13
Rondônia	1	1	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	2	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	146	223	153	162	167	269
Ceará	53	75	68	106	44	101
Rio Grande do Norte	7	38	19	5	26	42
Paraíba	18	21	8	22	19	8
Pernambuco	25	26	19	5	37	47
Alagoas	1	25	7	—	—	37
Sergipe	15	6	6	7	13	14
Bahia	27	32	26	17	28	20
3.ª REGIÃO	64	84	100	61	106	102
Espírito Santo	12	3	14	12	13	9
Rio de Janeiro	23	21	26	21	41	34
Guanabara	29	60	60	28	52	59
4.ª REGIÃO	79	118	97	89	106	104
Goiás	15	12	4	15	15	15
Distrito Federal	1	1	—	—	1	—
Minas Gerais	63	105	93	74	90	89
5.ª REGIÃO	352	411	376	305	389	393
São Paulo	352	411	376	305	389	393
6.ª REGIÃO	88	133	129	125	152	155
Paraná	32	58	52	44	55	68
Santa Catarina	56	75	77	81	97	87
7.ª REGIÃO	109	167	138	126	175	154
Rio Grande do Sul	109	167	138	126	175	154
BRASIL	889	1 228	1 096	940	1 177	1 264
GRANDES REGIÕES						
NORTE	8	41	31	11	11	9
NORDESTE	185	264	217	215	229	334
SUDESTE	479	600	569	440	585	584
SUL	197	300	267	251	327	309
CENTRO-OESTE	20	23	12	23	25	28

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 587	4 373	3 599	3 825	2 597	4 260
Acre	—	749	769	115	56	22
Amazonas	1 291	626	695	—	549	50
Pará	48	291	136	529	85	109
Maranhão	93	829	1 125	2 534	1 184	2 009
Piauí	78	163	567	487	315	903
Mato Grosso	35	1 355	307	160	408	1 162
Rondônia	42	300	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	60	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	17 435	35 374	20 841	5 447	26 093	73 740
Ceará	450	619	2 452	570	732	2 081
Rio Grande do Norte	33	1 091	730	412	875	419
Paraíba	253	3 570	1 459	1 255	1 884	874
Pernambuco	14 882	8 521	6 366	209	20 205	17 578
Alagoas	30	18 318	2 383	—	—	49 109
Sergipe	115	279	1 329	1 230	947	609
Bahia	1 672	2 976	6 122	1 771	1 450	3 070
3.ª REGIÃO	11 755	19 838	49 459	21 314	15 731	36 089
Espírito Santo	249	94	389	1 674	215	692
Rio de Janeiro	3 598	3 569	2 343	3 273	5 772	21 523
Guanabara	7 908	16 175	46 727	16 367	9 744	13 874
4.ª REGIÃO	15 066	9 151	13 075	8 253	19 992	15 067
Goiás	1 941	1 484	578	921	1 147	906
Distrito Federal	30	100	—	—	5 897	—
Minas Gerais	13 095	7 567	12 497	7 332	12 948	14 161
5.ª REGIÃO	114 909	82 123	61 139	197 271	81 411	69 861
São Paulo	114 909	82 123	61 139	197 271	81 411	69 861
6.ª REGIÃO	7 498	15 129	8 302	8 307	19 158	23 850
Paraná	5 059	12 077	3 078	4 067	11 117	11 003
Santa Catarina	2 439	3 052	5 224	4 240	8 041	12 847
7.ª REGIÃO	10 462	15 360	13 216	19 672	29 539	30 667
Rio Grande do Sul	10 462	15 360	13 216	19 672	29 539	30 667
BRASIL	178 712	181 348	169 631	264 089	194 521	253 534
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 381	2 026	1 600	644	690	186
NORDESTE	17 606	36 366	22 533	8 468	27 592	76 652
SUDESTE	139 759	109 528	123 095	225 917	110 090	120 111
SUL	17 960	30 489	21 518	27 979	48 697	54 517
CENTRO-OESTE	2 006	2 939	885	1 081	7 452	2 066

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial**CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Jun-1971			Jan/Jun-1972		
	Total	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	349	251	98	438	307	131
Acre	38	6	32	37	13	24
Amazonas	27	15	12	17	12	5
Pará	36	21	15	44	23	21
Maranhão	111	104	7	161	134	27
Piauí	93	81	12	119	102	17
Matô Grosso	33	15	18	53	18	35
Rondônia	4	2	2	4	3	1
Roraima	2	2	—	1	—	1
Amapá	5	5	—	2	2	—
2.ª REGIÃO	888	779	109	966	848	118
Ceará	355	326	29	423	395	28
Rio Grande do Norte	80	76	4	92	82	10
Paraíba	73	63	10	81	69	12
Pernambuco	115	91	24	127	105	22
Alagoas	46	40	6	50	43	7
Sergipe	55	53	2	69	60	9
Bahia	164	130	34	124	94	30
3.ª REGIÃO	453	385	68	463	333	130
Espírito Santo	52	37	15	54	32	22
Rio de Janeiro	154	125	29	195	132	63
Guanabara	247	223	24	214	169	45
4.ª REGIÃO	528	375	153	536	355	181
Goiás	63	29	34	91	37	54
Distrito Federal	3	3	—	1	—	1
Minas Gerais	462	343	119	444	318	126
5.ª REGIÃO	1 938	1 741	197	1 688	1 364	324
São Paulo	1 938	1 741	197	1 688	1 364	324
6.ª REGIÃO	635	441	194	704	398	306
Paraná	215	174	41	279	162	172
Santa Catarina	420	267	153	425	236	189
7.ª REGIÃO	771	534	237	763	461	302
Rio Grande do Sul	771	534	237	763	461	302
BRASIL	5 562	4 506	1 056	5 558	4 066	1 492
GRANDES REGIÕES						
NORTE	112	51	61	105	53	52
NORDESTE	1 092	964	128	1 246	1 084	162
SUDESTE	2 853	2 469	384	2 595	2 015	580
SUL	1 406	975	431	1 467	859	608
CENTRO-OESTE	99	47	52	145	55	90

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Jun-1971			Jan/Jun-1972		
	Total	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	14 811	9 618	5 193	20 264	13 438	6 826
Acre	1 518	136	1 382	1 533	317	1 216
Amazonas	4 038	2 731	1 307	3 106	2 883	223
Pará	1 337	484	853	1 209	678	531
Maranhão	4 178	3 734	444	8 526	6 283	2 243
Plauí	1 108	587	521	2 103	1 956	147
Mato Grosso	1 987	1 437	550	3 457	1 049	2 408
Rondônia	478	342	136	232	214	18
Roraima	12	12	—	40	—	40
Amapá	155	155	—	58	58	—
2.ª REGIÃO	100 905	82 466	18 439	171 595	90 955	80 640
Ceará	10 234	6 294	3 940	7 939	6 870	1 069
Rio Grande do Norte	2 806	2 757	49	2 460	2 368	92
Paraíba	7 071	6 925	146	4 790	4 677	113
Pernambuco	39 470	34 736	4 734	69 289	36 076	33 213
Alagoas	22 105	21 407	698	75 189	31 140	44 049
Sergipe	3 914	1 911	2 003	3 657	3 514	143
Bahia	15 305	8 436	6 869	8 271	6 310	1 961
3.ª REGIÃO	134 624	100 789	33 835	122 195	91 875	30 320
Espírito Santo	3 137	2 877	260	4 821	3 983	838
Rio de Janeiro	33 518	30 450	3 068	58 790	35 648	23 142
Guanabara	97 969	67 462	30 507	58 584	52 244	6 340
4.ª REGIÃO	62 135	51 790	10 345	71 650	53 643	18 007
Goiás	7 636	6 289	1 347	8 055	3 896	4 159
Distrito Federal	180	180	—	5 897	—	5 897
Minas Gerais	54 319	45 321	8 998	57 698	49 747	7 951
5.ª REGIÃO	452 806	436 853	15 954	519 165	492 158	27 007
São Paulo	452 806	436 853	15 954	519 165	492 158	27 007
6.ª REGIÃO	54 399	42 892	11 507	75 385	58 356	19 029
Paraná	24 661	22 182	2 479	35 354	28 658	6 696
Santa Catarina	29 738	20 710	9 028	40 031	27 698	12 333
7.ª REGIÃO	80 984	68 283	12 701	128 891	99 378	29 513
Rio Grande do Sul	80 984	68 283	12 701	128 891	99 378	29 513
BRASIL	900 664	792 691	107 973	1 109 145	897 803	211 342
GRANDES REGIÕES						
NORTE	7 538	3 860	3 678	6 178	4 150	2 028
NORDESTE	106 191	86 787	19 404	182 224	99 194	83 030
SUDESTE	641 749	582 963	58 786	699 058	633 780	65 278
SUL	135 363	111 175	24 208	204 276	155 734	48 542
CENTRO-OESTE	9 803	7 906	1 897	17 409	4 945	12 464

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial

CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
CUSTEIO	750	1 012	856	4 506	677	879	988	4 066
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	7	1	9	29	5	3	5	19
Extração de produtos minerais	7	1	9	29	5	3	5	19
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	743	1 011	847	4 477	672	876	983	4 047
Minerais não metálicos	29	29	25	141	13	18	31	91
Metalúrgica	65	102	60	397	57	73	79	313
Mecânica	36	42	40	187	24	42	37	155
Material elétrico e de comunicações	26	22	28	139	14	18	33	89
Material de transporte	25	32	22	133	16	22	22	95
Madeira	41	67	46	262	38	63	55	248
Mobiliário	37	53	55	246	36	47	48	233
Papel e papelão	9	19	20	91	12	6	19	62
Borracha	6	11	9	51	5	10	9	41
Couros, peles e produtos similares	28	26	32	144	20	41	29	158
Química	18	22	23	113	14	25	27	99
Produtos farmacêuticos e medicinais	1	5	5	27	2	7	6	26
Produtos de perfumaria, sabões e velas	7	13	11	49	9	9	8	40
Produtos de matérias plásticas	12	24	23	94	15	20	22	79
Têxtil	133	149	111	730	62	100	108	479
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	99	131	110	589	169	117	158	674
Produtos alimentares	125	203	161	782	121	198	227	876
Bebidas	12	16	10	77	13	9	8	66
Fumo	4	6	1	18	3	2	2	16
Editorial e gráfica	19	19	25	107	11	27	23	87
Diversas	11	20	30	100	18	22	32	120
INVESTIMENTOS	139	216	240	1 056	263	298	276	1 492
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	3	1	3	9	2	2	4	22
Extração de produtos minerais	3	1	3	9	2	2	4	22
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	136	215	215	1 025	261	296	272	1 470
Minerais não metálicos	10	14	14	79	18	19	23	119
Metalúrgica	12	8	19	70	17	20	18	93
Mecânica	4	16	11	67	16	13	15	86
Material elétrico e de comunicações	2	3	1	9	1	3	3	15
Material de transporte	6	17	15	60	5	8	9	38
Madeira	15	29	23	111	30	37	24	167
Mobiliário	6	9	8	43	20	13	12	85
Papel e papelão	—	2	3	12	2	3	4	18
Borracha	1	5	6	19	5	12	8	20
Couros, peles e produtos similares	2	3	7	22	3	7	2	22
Química	3	1	4	14	4	1	4	19
Produtos farmacêuticos e medicinais	1	—	—	1	—	—	2	4
Produtos de perfumaria, sabões e velas	1	1	1	3	—	—	—	3
Produtos de matérias plásticas	6	3	4	18	4	4	8	22
Têxtil	7	10	13	45	5	14	12	50
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	6	9	19	54	20	21	17	104
Produtos alimentares	43	73	48	306	83	89	77	430
Bebidas	3	3	4	20	4	8	5	29
Fumo	—	—	—	—	—	1	—	3
Editorial e gráfica	1	7	8	30	13	9	13	56
Diversas	7	2	7	42	11	14	16	77
COMÉRCIO E SERVIÇO (FIRAE)	—	—	22	22	—	—	—	—
TOTAL	889	1 228	1 096	5 562	940	1 177	1 264	5 558

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
CUSTEIO	169 625	171 226	119 999	792 691	244 423	165 247	190 121	897 803
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	438	28	992	2 804	539	367	417	1 554
Extração de produtos mineais	438	28	992	2 804	539	367	417	1 554
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	169 187	171 198	119 007	789 887	243 884	164 880	189 704	896 249
Minerais não metálicos	3 557	1 282	1 826	10 907	597	554	2 495	5 655
Metalúrgica	9 518	21 706	8 257	70 061	10 858	8 183	15 937	53 398
Mecânica	6 999	6 306	4 586	31 342	5 402	4 525	6 367	22 702
Material elétrico e de comunicações	4 360	5 086	5 502	38 346	2 533	2 715	6 198	15 207
Material de transporte	4 217	7 266	5 089	27 775	1 181	3 048	3 461	16 454
Madeira	2 952	2 954	1 723	14 216	2 458	5 075	3 510	15 747
Mobiliário	1 321	4 222	2 413	14 410	1 421	2 598	3 965	14 919
Papel e papelão	919	3 971	3 031	19 848	2 054	1 576	4 450	12 290
Borracha	147	851	1 224	6 650	279	1 277	2 148	5 889
Couros, peles e produtos similares	3 414	4 939	6 791	24 940	11 708	6 233	8 678	43 466
Química	2 228	2 079	4 148	18 007	3 582	4 674	4 394	19 655
Produtos farmacêuticos e medicinais	69	755	515	2 514	312	641	450	2 237
Produtos de perfumaria, sabões e velas	400	204	673	2 181	157	293	227	1 262
Produtos de matérias plásticas	2 419	3 357	3 111	17 484	1 538	2 064	2 795	9 710
Têxtil	18 780	19 841	23 203	119 872	13 789	14 134	30 173	103 374
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	6 960	7 757	7 979	42 230	10 642	9 093	6 344	40 293
Produtos alimentares	95 206	72 074	30 510	295 823	163 896	90 587	74 882	466 051
Bebidas	309	2 367	815	5 126	444	2 626	1 949	6 737
Fumo	1 435	915	6	5 487	1 915	80	185	8 374
Editorial e gráfica	1 986	1 323	3 175	12 651	3 768	2 860	6 238	16 832
Diversas	1 991	1 943	4 430	10 017	5 350	2 044	5 058	15 937
INVESTIMENTOS	9 087	10 122	49 632	107 973	19 666	29 274	63 413	211 342
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	88	8	187	439	23	203	140	1 321
Extração de produtos minerais	88	8	187	439	23	203	140	1 321
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	8 999	10 114	23 248	81 337	19 643	29 071	63 273	210 021
Minerais não metálicos	611	217	1 272	3 636	768	884	1 878	5 598
Metalúrgica	319	199	1 464	4 028	2 155	2 164	3 472	12 138
Mecânica	101	338	449	2 009	1 279	333	1 042	4 157
Material elétrico e de comunicações	85	31	60	245	77	400	216	1 671
Material de transporte	988	615	1 159	3 825	235	334	1 055	2 938
Madeira	368	444	456	3 754	1 410	1 507	1 323	7 109
Mobiliário	38	304	122	998	689	581	537	3 245
Papel e papelão	—	414	5 137	5 919	557	536	233	3 443
Borracha	31	627	732	1 708	350	850	1 138	2 748
Couros, peles e produtos similares	32	115	135	758	268	175	26	1 063
Química	84	200	391	1 362	1 012	100	838	2 492
Produtos farmacêuticos e medicinais	40	—	—	40	—	—	58	407
Produtos de perfumaria, sabões e velas	6	50	26	82	—	—	—	38
Produtos de matérias plásticas	249	179	313	1 059	122	164	582	1 545
Têxtil	607	822	3 507	5 132	2 154	1 968	2 098	10 632
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	262	185	539	1 847	760	2 392	1 534	8 358
Produtos alimentares	3 532	3 512	4 092	27 209	3 624	14 247	45 019	129 161
Bebidas	21	60	112	1 918	596	662	397	2 393
Fumo	—	—	—	—	—	13	—	63
Editorial e gráfica	50	712	320	1 814	476	1 340	1 002	4 615
Diversas	1 575	1 090	2 965	12 994	3 111	421	885	6 214
COMÉRCIO E SERVIÇO (FIRAE)	—	—	26 197	26 197	—	—	—	—
TOTAL	178 712	181 348	169 631	900 664	264 089	194 521	253 534	1 109 145

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 793	2 074	3 573	2 706	3 471	2 728
Acre	19	58	25	9	118	41
Amazonas	40	38	69	10	221	327
Pará	57	361	648	209	952	240
Maranhão	119	179	135	220	337	221
Piauí	853	459	1 637	7 324	591	396
Mato Grosso	673	925	1 004	904	1 209	1 449
Rondônia	9	46	50	—	18	—
Roraima	21	6	1	23	19	26
Amapá	2	2	4	7	6	28
2.ª REGIÃO	18 661	12 503	7 335	17 262	16 162	5 563
Ceará	3 527	1 437	1 123	1 230	2 747	1 146
Rio Grande do Norte	2 457	1 217	644	1 268	1 549	321
Paraíba	3 956	1 260	1 061	3 900	955	471
Pernambuco	4 596	2 734	1 698	6 221	4 998	1 264
Alagoas	1 217	1 876	854	1 146	1 380	502
Sergipe	1 130	1 339	640	1 315	1 324	603
Bahia	1 778	2 640	1 315	2 182	3 209	1 256
3.ª REGIÃO	1 470	1 648	1 126	1 660	1 957	1 201
Espírito Santo	617	807	463	783	931	582
Rio de Janeiro	845	828	549	870	1 021	614
Guanabara	8	13	114	7	5	5
4.ª REGIÃO	6 126	6 770	5 696	6 727	8 642	6 655
Golás	1 681	1 620	1 830	1 742	2 553	2 185
Distrito Federal	38	31	18	25	23	19
Minas Gerais	4 407	5 119	3 848	4 960	6 066	4 451
5.ª REGIÃO	3 037	3 952	2 995	3 402	4 361	3 732
São Paulo	3 037	3 952	2 995	3 402	4 361	3 732
6.ª REGIÃO	6 748	8 766	5 673	7 682	11 500	7 648
Paraná	3 896	3 611	2 813	4 083	4 897	4 028
Santa Catarina	2 852	5 155	2 860	3 599	6 603	3 620
7.ª REGIÃO	10 312	13 166	8 729	10 583	15 278	7 251
Rio Grande do Sul	10 312	13 166	8 729	10 583	15 278	7 251
BRASIL	48 147	48 879	35 127	50 022	61 371	34 778
GRANDES REGIÕES						
NORTE	148	511	797	258	1 334	662
NORDESTE	19 633	13 141	9 107	18 806	17 090	6 180
SUDESTE	8 914	10 719	7 969	10 022	12 384	9 384
SUL	17 060	21 932	14 402	18 265	26 778	14 899
CENTRO-OESTE	2 392	2 576	2 852	2 671	3 785	3 653

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS
Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	12 650	18 742	29 704	30 650	44 892	43 828
Acre	139	655	189	472	1 339	212
Amazonas	1 771	949	2 790	657	1 524	729
Pará	757	1 329	6 729	3 029	6 492	3 805
Maranhão	845	2 279	2 314	2 520	2 609	1 932
Piauí	1 891	1 203	3 368	4 054	2 923	3 559
Mato Grosso	6 681	12 066	14 085	19 628	29 213	32 182
Rondonia	393	187	180	—	162	—
Roraima	148	65	4	234	565	658
Amapá	25	9	45	56	65	773
2.ª REGIÃO	99 505	95 710	70 069	107 728	120 174	147 390
Ceará	8 766	4 410	6 359	7 820	17 280	7 966
Rio Grande do Norte	6 374	3 386	1 667	5 988	5 786	1 588
Paraíba	13 830	9 078	8 572	13 359	5 877	4 651
Pernambuco	34 984	16 150	22 728	29 405	43 333	53 343
Alagoas	5 584	27 993	10 557	19 943	7 395	44 180
Sergipe	5 002	4 805	6 124	4 120	8 957	15 286
Bahia	24 965	29 888	14 062	27 093	31 546	20 376
3.ª REGIÃO	9 235	12 698	8 504	15 326	19 741	37 877
Espírito Santo	3 261	4 523	3 534	6 911	8 889	6 432
Rio de Janeiro	5 848	7 862	4 879	8 325	10 797	31 385
Guanabara	126	313	91	90	55	60
4.ª REGIÃO	43 542	56 165	68 388	67 541	111 085	109 572
Goiás	12 744	19 203	25 159	18 015	43 631	45 383
Distrito Federal	586	297	4 679	4 261	503	374
Minas Gerais	30 212	36 665	38 550	45 265	66 951	63 815
5.ª REGIÃO	41 526	63 602	57 069	53 025	100 907	90 259
São Paulo	41 526	63 602	57 069	53 025	100 907	90 259
6.ª REGIÃO	67 117	73 122	63 519	91 794	185 794	154 140
Paraná	56 466	51 728	48 994	75 624	147 729	130 694
Santa Catarina	10 651	21 394	14 525	16 170	38 065	23 446
7.ª REGIÃO	163 492	196 287	162 869	278 904	375 621	188 582
Rio Grande do Sul	163 492	196 287	162 869	278 904	375 621	188 582
BRASIL	437 067	516 326	460 122	644 968	958 214	771 848
GRANDES REGIÕES						
NORTE	3 233	3 194	9 937	4 448	10 148	6 175
NORDESTE	102 241	99 192	75 751	114 302	125 706	152 881
SUDESTE	80 973	112 965	104 123	113 618	187 599	191 951
SUL	230 609	269 409	226 388	370 698	561 415	342 722
CENTRO-OESTE	20 011	31 566	43 923	41 904	72 348	77 919

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA
 Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 158	1 085	2 656	1 951	1 837	1 707
Acre	14	36	21	5	82	39
Amazonas	28	23	14	5	195	190
Pará	42	77	419	144	203	148
Maranhão	53	99	63	147	198	114
Plaut	721	393	1 441	1 164	430	211
Mato Grosso	279	414	648	477	710	1 005
Rondônia	4	41	46	—	16	—
Roraima	17	1	1	4	—	—
Amapá	—	1	3	5	3	—
2.ª REGIÃO	17 232	10 532	5 771	15 205	13 739	4 089
Ceará	3 412	1 351	947	979	2 280	886
Rio Grande do Norte	2 358	1 105	520	1 224	1 490	288
Paraíba	3 781	1 075	877	3 718	802	315
Pernambuco	4 386	2 604	1 493	5 838	4 583	1 050
Alagoas	1 145	1 732	758	1 057	1 255	324
Sergipe	919	1 033	480	1 198	1 079	463
Bahia	1 231	1 632	696	1 191	2 250	763
3.ª REGIÃO	915	928	613	872	824	534
Espírito Santo	418	521	252	389	427	297
Rio de Janeiro	493	404	252	481	395	235
Guanabara	4	3	109	2	2	2
4.ª REGIÃO	1 803	1 993	1 984	2 361	3 599	3 146
Golás	561	627	1 075	890	1 637	1 580
Distrito Federal	9	6	5	2	3	3
Minas Gerais	1 233	1 360	904	1 469	1 959	1 563
5.ª REGIÃO	2 069	2 545	1 758	2 465	3 157	2 537
São Paulo	2 069	2 545	1 758	2 465	3 157	2 537
6.ª REGIÃO	5 119	6 574	4 594	5 351	8 269	6 163
Paraná	3 245	2 982	2 208	3 363	3 977	3 345
Santa Catarina	1 874	3 592	2 386	1 988	4 292	2 818
7.ª REGIÃO	8 216	10 626	7 136	8 061	12 028	5 442
Rio Grande do Sul	8 216	10 626	7 136	8 061	12 028	5 442
BRASIL	36 512	34 283	24 512	36 266	43 453	23 618
GRANDES REGIÕES						
NORTE	105	179	504	163	499	377
NORDESTE	18 006	11 024	7 275	16 516	14 367	4 414
SUDESTE	4 217	4 833	3 275	4 806	5 940	4 634
SUL	13 335	17 200	11 730	13 412	20 297	11 605
CENTRO-OESTE	849	1 047	1 728	1 369	2 350	2 588

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA
Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	5 008	8 564	18 686	17 586	22 420	25 818
Acre	33	100	46	12	511	190
Amazonas	1 511	820	2 401	569	1 320	590
Pará	433	258	4 748	1 706	1 317	1 091
Maranhão	106	1 537	1 219	1 524	531	638
Piauí	1 249	719	2 090	2 727	1 648	1 891
Mato Grosso	1 587	4 978	8 032	11 002	16 968	21 418
Rondônia	57	146	118	—	114	—
Roraima	32	5	4	17	—	—
Amapá	—	3	30	29	13	—
2.ª REGIÃO	86 198	70 942	49 558	83 079	91 138	121 603
Ceará	8 304	3 798	4 715	5 757	12 803	4 970
Rio Grande do Norte	6 088	3 204	1 531	5 544	5 226	1 163
Paraíba	9 722	4 194	3 269	11 293	4 477	2 340
Pernambuco	33 967	15 089	20 711	25 711	39 022	49 788
Alagoas	5 037	26 120	9 746	18 988	6 393	42 001
Sergipe	4 028	2 994	4 999	2 786	5 810	12 766
Bahia	19 052	15 543	4 587	13 000	17 407	8 575
3.ª REGIÃO	4 083	5 935	3 837	5 673	5 426	29 352
Espírito Santo	1 743	2 339	1 820	2 587	2 316	2 676
Rio de Janeiro	2 326	3 567	1 991	3 093	3 096	26 656
Guanabara	14	29	26	13	14	16
4.ª REGIÃO	10 997	20 076	39 345	26 415	58 521	68 005
Goiás	3 507	9 526	17 337	8 310	30 089	33 194
Distrito Federal	32	34	4 534	4 009	41	31
Minas Gerais	7 458	10 516	17 474	14 096	28 391	34 780
5.ª REGIÃO	30 148	41 379	36 255	38 016	77 573	68 382
São Paulo	30 148	41 379	36 255	38 016	77 573	68 382
6.ª REGIÃO	56 693	59 162	55 286	76 030	157 387	137 419
Paraná	50 520	44 713	42 598	66 848	134 031	118 867
Santa Catarina	6 173	14 449	12 688	9 182	23 356	18 552
7.ª REGIÃO	151 992	175 539	141 984	258 232	343 562	166 850
Rio Grande do Sul	151 992	175 539	141 984	258 232	343 562	166 850
BRASIL	345 119	381 597	344 951	505 031	758 027	617 429
GRANDES REGIÕES						
NORTE	2 066	1 332	7 345	2 333	3 274	1 871
NORDESTE	87 553	73 198	52 867	87 330	93 315	124 131
SUDESTE	41 689	57 830	57 566	57 785	111 390	132 514
SUL	208 685	234 701	197 270	334 262	500 949	304 270
CENTRO-OESTE	5 126	14 536	29 903	23 321	47 099	54 643

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Jun-1971				Jan/Jun-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	10 338	7 009	462	2 867	11 006	7 007	564	3 435
Acre	74	71	—	3	248	181	—	67
Amazonas	100	56	34	10	465	82	19	364
Pará	775	615	34	126	1 548	1 129	7	412
Maranhão	1 070	926	17	127	1 002	736	25	241
Piauí	5 767	4 011	13	1 743	4 329	3 441	20	868
Mato Grosso	2 339	1 124	364	851	3 295	1 328	489	1 478
Rondônia	156	156	—	—	79	70	4	5
Roraima	52	45	—	7	31	31	—	—
Amapá	5	5	—	—	9	9	—	—
2.ª REGIÃO	70 575	56 115	150	14 310	71 740	62 796	691	8 253
Ceará	17 857	13 896	83	3 878	15 873	13 931	164	1 778
Rio Grande do Norte	7 705	4 865	5	2 835	6 741	5 873	23	845
Paraíba	13 498	10 825	20	2 653	12 898	11 853	136	909
Pernambuco	14 701	12 469	11	2 221	17 606	15 545	209	1 852
Alagoas	4 495	3 672	6	817	5 121	4 453	47	621
Sergipe	4 921	4 230	2	689	5 973	5 068	87	818
Bahia	7 398	6 158	23	1 217	7 528	6 073	25	1 430
3.ª REGIÃO	5 877	3 577	91	2 209	6 406	4 254	185	1 967
Espírito Santo	2 826	1 553	71	1 202	3 292	2 130	119	1 043
Rio de Janeiro	2 897	1 994	20	883	3 098	2 110	66	922
Guanabara	154	30	—	124	16	14	—	2
4.ª REGIÃO	12 944	5 533	1 297	6 114	17 640	7 552	2 612	7 476
Goiás	3 249	1 084	792	1 373	5 639	1 314	1 836	2 489
Distrito Federal	36	8	7	21	16	1	5	10
Minas Gerais	9 659	4 441	498	4 720	11 985	6 237	771	4 977
5.ª REGIÃO	15 989	9 038	808	6 143	17 744	9 664	910	7 170
São Paulo	15 989	9 038	808	6 143	17 744	9 664	910	7 170
6.ª REGIÃO	26 573	16 316	1 158	9 099	36 772	22 147	1 478	13 147
Paraná	17 152	10 630	1 046	5 476	25 209	15 272	1 335	8 602
Santa Catarina	9 421	5 686	112	3 625	11 563	6 875	143	4 545
7.ª REGIÃO	37 829	19 266	473	18 090	37 753	18 029	667	19 057
Rio Grande do Sul	37 829	19 266	473	18 090	37 753	18 029	667	19 057
BRASIL	180 125	116 854	4 439	58 832	199 061	131 449	7 107	60 505
GRANDES REGIÕES								
NORTE	1 162	948	68	146	2 380	1 502	30	848
NORDESTE	77 412	61 052	180	16 180	77 071	66 973	736	9 362
SUDESTE	31 525	17 056	1 397	13 072	36 135	20 155	1 866	14 114
SUL	64 402	35 582	1 631	27 189	74 525	40 176	2 145	32 204
CENTRO-OESTE	5 624	2 216	1 163	2 245	8 950	2 643	2 330	3 977

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (-)
Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Jun-1971				Jan/Jun-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	50 938	25 783	12 894	12 321	115 269	47 711	14 878	52 679
Acre	185	165	—	20	3 897	951	—	2 946
Amazonas	5 078	432	4 483	163	3 602	791	2 837	174
Pará	12 254	8 628	1 802	1 824	19 802	14 624	9	5 169
Maranhão	4 606	1 853	1 454	1 299	4 649	1 880	493	2 276
Piauí	7 470	4 650	348	2 472	11 889	5 774	1 030	5 085
Mato Grosso	20 633	9 309	4 807	6 517	70 844	23 208	10 669	36 967
Rondônia	645	645	—	—	480	378	41	61
Roraima	91	65	—	28	59	58	—	1
Amapá	36	36	—	—	47	47	—	—
2.ª REGIÃO	327 631	280 593	12 843	34 195	492 012	356 507	14 317	121 188
Ceará	41 095	26 660	7 072	7 363	62 668	38 112	3 485	21 071
Rio Grande do Norte	19 842	13 484	595	5 763	38 666	19 812	952	17 902
Paraíba	35 323	26 942	1 396	6 985	46 420	35 895	435	10 090
Pernambuco	87 038	81 045	1 009	4 984	159 114	111 503	5 282	42 329
Alagoas	43 844	41 667	274	1 903	80 342	72 903	812	6 627
Sergipe	16 098	12 990	1 772	1 336	29 623	18 199	2 400	9 024
Bahia	84 391	77 805	725	5 861	75 179	60 083	951	14 145
3.ª REGIÃO	48 522	21 718	14 280	12 544	73 570	29 598	2 837	41 137
Espírito Santo	12 369	5 974	621	5 774	18 618	10 220	1 104	7 294
Rio de Janeiro	35 915	15 618	13 639	6 658	54 854	19 294	1 733	33 827
Guanabara	238	126	—	112	98	82	—	16
4.ª REGIÃO	119 450	29 602	39 221	50 627	219 027	52 779	73 571	92 677
Goiás	36 445	9 245	15 765	11 435	84 989	12 887	41 672	30 430
Distrito Federal	4 756	111	4 517	128	4 122	4	4 010	108
Minas Gerais	78 249	20 246	18 939	39 064	129 916	39 888	27 889	62 139
5.ª REGIÃO	231 267	95 276	66 976	69 315	330 070	136 242	77 339	116 489
São Paulo	231 267	95 276	66 976	69 015	330 070	136 242	77 339	116 489
6.ª REGIÃO	263 384	107 078	71 908	84 398	566 363	212 197	164 480	191 686
Paraná	221 740	89 547	61 428	70 767	500 768	187 570	144 470	168 728
Santa Catarina	41 644	17 531	10 482	13 631	67 595	24 627	20 010	22 958
7.ª REGIÃO	617 475	347 199	91 484	178 792	1 054 108	611 853	225 491	216 764
Rio Grande do Sul	617 475	347 199	91 484	178 792	1 054 108	611 853	225 491	216 764
BRASIL	1 658 727	907 249	309 586	441 892	2 852 419	1 446 885	572 914	832 620
GRANDES REGIÕES								
NORTE	18 289	9 971	6 285	2 033	27 887	16 849	2 687	8 351
NORDESTE	339 707	287 096	14 645	37 966	508 550	364 161	15 840	128 549
SUDESTE	358 038	137 240	100 175	120 623	533 556	205 726	108 065	219 765
SUL	880 859	454 277	163 392	263 190	1 622 471	824 050	389 971	406 450
CENTRO-OESTE	61 834	18 665	25 089	18 080	159 955	36 099	56 351	67 505

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF)

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
CUSTEIO	25 360	21 080	13 611	116 854	24 654	25 807	11 631	131 449
CUSTEIO DE ENTRESSAFRA	24 522	19 822	13 324	112 246	23 767	25 722	11 580	128 584
Algodão	8 005	2 258	1 741	28 149	6 503	4 950	973	32 563
Amendoim	62	44	27	1 611	188	53	51	1 784
Arroz	443	471	1 174	4 347	459	775	1 172	5 369
Batata-inglesa	294	190	143	2 201	196	183	115	2 252
Cacau	330	366	52	2 851	468	511	95	2 558
Café	1 228	882	555	9 298	1 360	1 052	647	14 369
Cana-de-açúcar	785	716	355	3 860	781	856	961	5 280
Feijão	2 711	2 165	1 104	11 458	3 743	1 277	145	12 021
Frutas diversas	719	733	500	3 322	542	651	312	2 822
Fumo	757	2 073	1 658	5 003	1 013	3 227	1 729	7 379
Hortaliças diversas	429	482	311	3 740	673	432	256	3 413
Mandioca	1 517	1 430	1 147	8 233	1 711	1 601	806	8 452
Milho	1 165	872	548	6 125	1 027	1 330	947	7 331
Soja	84	73	116	892	98	189	147	1 302
Trigo	5 580	6 812	3 515	19 431	4 698	7 409	2 755	17 885
Outras culturas	413	255	378	1 725	307	1 226	469	3 801
OUTRAS APLICAÇÕES	838	1 258	287	4 608	887	85	51	2 865
COMERCIALIZAÇÃO	875	1 133	1 352	4 439	987	2 217	2 095	7 107
Algodão	176	242	177	641	94	233	215	562
Amendoim	2	6	57	223	17	5	35	203
Arroz	26	241	469	758	194	1 091	1 134	2 444
Feijão	29	29	56	258	37	29	36	510
Milho	42	108	175	346	49	206	310	1 040
Soja	30	158	246	436	47	261	213	526
Outros produtos	31	129	63	272	39	38	35	164
Sacaria e/ou material de embalagem	519	187	91	1 226	484	331	112	1 551
Armazéns e similares	20	33	18	279	26	23	5	107
INVESTIMENTOS	10 277	12 070	9 549	58 832	10 625	15 429	9 892	60 505
FUNDAÇÃO DE CULTURAS PERENES	770	1 114	490	5 231	671	1 022	870	5 704
MELHORAMENTO DAS EXPLO-RAÇÕES	3 269	4 121	3 754	18 271	4 535	6 447	4 299	25 615
Armazéns e similares	242	244	325	1 187	529	772	403	2 526
Desbravamento de glebas ru-rais	304	649	608	2 067	517	828	870	3 195
Irrigação	226	313	264	1 510	209	332	244	1 427
Residências rurais	1 055	1 142	852	5 151	1 096	1 474	862	5 957
Outros	1 442	1 773	1 705	8 356	2 184	3 041	1 920	12 510
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	4 380	5 677	3 888	22 392	5 187	7 375	4 220	27 215
Implementos para preparação e cultivo do solo	527	608	540	2 805	680	942	517	3 872
Implementos para disposição da colheita	1 057	1 497	660	5 256	1 244	1 411	580	5 147
Tratores e implementos	993	1 383	1 105	5 518	1 289	2 009	1 462	7 324
Animais de serviço	1 286	1 620	364	5 446	1 359	2 156	1 060	7 444
Veículos e implementos	517	569	1 219	3 367	615	857	601	3 428
OUTRAS APLICAÇÕES	1 858	1 158	1 417	12 938	232	585	503	1 971
TOTAL	36 512	34 283	24 512	180 125	36 266	43 453	23 618	199 061

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
CUSTEIO	228 642	196 207	130 204	907 249	320 234	321 756	205 409	1 446 885
CUSTEIO DE ENTRESSAFRA	226 252	193 705	129 863	893 470	318 288	321 091	204 327	1 436 097
Algodão	15 923	5 980	5 218	56 970	19 985	12 593	3 247	88 170
Amendoim	307	100	211	5 389	1 508	246	331	8 469
Arroz	2 088	1 783	6 661	21 248	3 528	5 763	10 839	33 437
Batata-Inglêsa	1 794	1 339	1 690	10 749	2 089	1 763	2 751	15 738
Cacau	16 532	9 448	1 241	66 990	8 369	9 558	2 777	47 118
Café	10 014	5 659	3 439	91 379	14 790	9 904	5 683	163 635
Cana-de-açúcar	32 212	39 492	30 709	136 259	25 724	31 717	92 515	201 901
Feijão	6 650	3 966	2 301	28 004	8 649	4 224	842	33 506
Frutas diversas	3 137	3 078	2 324	17 084	3 527	5 023	1 880	23 276
Fumo	1 539	3 988	3 143	9 873	2 056	7 394	8 439	21 395
Hortaliças diversas	2 993	1 769	1 398	16 813	3 622	1 927	1 042	17 226
Mandioca	2 512	2 791	2 640	14 519	3 699	4 666	2 828	19 843
Milho	6 379	5 289	3 891	29 000	5 884	7 582	5 218	38 642
Soja	1 048	5 829	4 874	19 186	2 922	4 780	1 398	24 476
Trigo	121 756	101 008	57 450	356 194	207 460	208 841	58 586	665 041
Outras culturas	1 368	2 186	2 673	13 813	4 476	5 110	5 891	34 224
OUTRAS APLICAÇÕES	2 390	2 502	341	13 779	1 946	665	1 082	10 788
COMERCIALIZAÇÃO	36 811	75 503	137 421	309 586	53 745	230 456	232 604	572 914
Algodão	21 371	22 952	24 137	74 891	16 498	47 458	34 618	104 160
Amendoim	779	914	6 293	32 697	1 791	195	3 747	28 097
Arroz	720	11 378	39 031	52 756	5 360	43 154	75 782	126 382
Feijão	546	405	765	3 859	666	450	526	16 308
Milho	557	1 268	17 659	19 583	872	2 306	5 837	11 052
Soja	2 523	32 349	39 279	74 251	15 242	125 915	107 212	249 128
Outros produtos	4 792	3 163	5 233	33 843	2 590	5 583	1 424	11 923
Sacaria e/ou material de embalagem	4 964	2 911	4 930	15 932	8 453	5 325	3 428	23 655
Armazéns e similares	559	163	94	1 794	1 273	70	30	2 209
INVESTIMENTOS	79 666	109 888	77 326	441 892	131 052	203 815	179 416	832 620
FUNDAÇÃO DE CULTURAS PERENES	11 661	11 967	5 551	79 865	10 726	33 151	38 513	164 868
MELHORAMENTO DAS EXPLO- RAÇÕES	13 615	23 490	18 096	84 365	33 628	51 626	58 285	222 343
Armazéns e similares	995	5 959	2 037	10 476	3 567	9 107	2 234	28 498
Desbravamento de glebas ru- rais	1 842	3 914	3 942	13 030	5 205	8 849	8 779	30 842
Irrigação	1 708	2 965	2 163	11 723	2 299	3 068	1 848	14 407
Residências rurais	3 235	3 875	3 226	16 836	4 629	6 358	4 522	25 920
Outros	5 835	6 777	6 728	32 300	17 928	24 244	40 902	122 676
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	50 162	65 358	51 831	250 881	85 183	117 885	79 893	433 080
Implementos para preparação e cultivo do solo	9 401	10 366	9 060	42 032	14 753	20 806	12 816	73 996
Implementos para disposição da colheita	13 966	17 518	11 822	67 171	24 100	24 838	13 085	95 586
Tratores e implementos	21 041	29 788	24 631	111 008	35 880	57 142	43 793	205 988
Animais de serviço	2 201	2 718	531	9 113	3 141	4 943	2 530	17 339
Veículos e implementos	3 553	4 968	5 787	21 557	7 309	10 156	7 669	40 168
OUTRAS APLICAÇÕES	4 228	9 073	1 848	26 781	1 515	1 153	2 725	12 329
TOTAL	345 119	381 598	344 951	1 658 727	505 031	756 027	617 423	2 852 419

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	635	989	917	755	1 634	1 021
Acre	5	22	4	4	36	2
Amazonas	12	15	55	5	26	137
Pará	15	284	229	65	749	92
Maranhão	66	80	72	73	139	107
Piauí	132	66	196	160	161	185
Mato Grosso	394	511	356	427	499	444
Rondônia	5	5	4	—	2	—
Roraima	4	5	—	19	19	26
Amapá	2	1	1	2	3	28
2.ª REGIÃO	1 429	1 971	1 564	2 057	2 423	1 474
Ceará	115	86	176	251	467	260
Rio Grande do Norte	99	112	124	44	59	33
Paraíba	175	185	184	182	153	156
Pernambuco	210	130	205	383	415	214
Alagoas	72	144	96	89	125	178
Sergipe	211	306	160	117	245	140
Bahia	547	1 008	619	991	959	493
3.ª REGIÃO	555	720	513	788	1 133	667
Espírito Santo	199	286	211	394	504	285
Rio de Janeiro	352	424	297	389	626	379
Guanabara	4	10	5	5	3	3
4.ª REGIÃO	4 323	4 777	3 712	4 366	5 043	3 509
Goiás	1 120	993	755	852	916	605
Distrito Federal	29	25	13	23	20	16
Minas Gerais	3 174	3 759	2 944	3 491	4 107	2 888
5.ª REGIÃO	968	1 407	1 237	937	1 204	1 195
São Paulo	968	1 407	1 237	937	1 204	1 195
6.ª REGIÃO	1 629	2 192	1 079	2 331	3 231	1 485
Paraná	651	629	605	720	920	683
Santa Catarina	978	1 563	474	1 611	2 311	802
7.ª REGIÃO	2 096	2 540	1 593	2 522	3 250	1 809
Rio Grande do Sul	2 096	2 540	1 593	2 522	3 250	1 809
BRASIL	11 635	14 598	10 615	13 756	17 918	11 160
GRANDES REGIÕES						
NORTE	43	332	293	95	835	285
NORDESTE	1 627	2 117	1 832	2 290	2 723	1 766
SUDESTE	4 697	5 886	4 694	5 216	6 444	4 750
SUL	3 725	4 732	2 672	4 853	6 481	3 294
CENTRO-OESTE	1 543	1 529	1 124	1 302	1 435	1 065

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	7 642	10 178	11 018	13 064	22 472	18 009
Acra	106	555	143	460	828	22
Amazonas	260	129	389	88	204	140
Pará	324	1 071	1 983	1 323	5 175	2 713
Maranhão	739	742	1 095	996	2 078	1 294
Piauí	642	484	1 278	1 327	1 277	1 668
Mato Grosso	5 094	7 090	6 053	8 626	12 245	10 743
Rondônia	336	41	62	—	48	—
Roraima	116	60	—	217	565	656
Amapá	25	6	15	27	52	773
2.ª REGIÃO	13 307	24 768	20 511	24 649	29 036	25 788
Ceará	462	612	1 644	2 063	4 477	2 995
Rio Grande do Norte	286	182	136	444	560	425
Paraíba	4 108	4 884	5 303	2 066	1 400	2 311
Pernambuco	1 017	1 061	2 017	3 694	4 311	3 556
Alagoas	547	1 873	811	955	1 002	2 179
Sergipe	974	1 811	1 125	1 334	3 147	2 520
Bahia	5 913	14 345	9 475	14 093	14 139	11 802
3.ª REGIÃO	5 152	6 763	4 667	9 653	14 315	8 524
Espírito Santo	1 518	2 184	1 714	4 344	6 573	3 753
Rio de Janeiro	3 522	4 295	2 888	5 232	7 701	4 726
Guanabara	112	284	65	77	41	45
4.ª REGIÃO	32 545	36 089	29 043	41 128	52 564	41 567
Golás	9 237	9 677	7 822	9 705	13 542	12 189
Distrito Federal	554	263	145	252	462	343
Minas Gerais	22 754	26 149	21 076	31 169	38 560	29 035
5.ª REGIÃO	11 378	22 223	20 814	15 009	23 334	21 877
São Paulo	11 378	22 223	20 814	15 009	23 334	21 877
6.ª REGIÃO	10 424	13 960	8 233	15 764	28 407	18 721
Paraná	5 946	7 015	6 396	8 776	13 698	11 827
Santa Catarina	4 478	6 945	1 837	6 988	14 709	4 894
7.ª REGIÃO	11 500	20 748	20 885	20 672	32 059	21 732
Rio Grande do Sul	11 500	20 748	20 885	20 672	32 059	21 732
BRASIL	91 948	134 729	115 171	139 937	202 187	154 218
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 167	1 862	2 592	2 115	6 872	4 304
NORDESTE	14 688	25 994	22 884	26 972	32 391	28 750
SUDESTE	39 284	55 135	46 557	55 831	76 209	59 436
SUL	21 924	34 708	29 118	36 436	60 466	38 453
CENTRO-OESTE	14 885	17 030	14 020	18 583	26 249	23 275

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS Á PECUÁRIA
 Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Jun-1971				Jan/Jun-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	4 388	1 355	1	3 032	5 772	1 847	1	3 924
Acre	52	—	—	52	158	—	—	158
Amazonas	113	64	—	49	181	30	—	151
Pará	578	426	—	152	1 150	856	—	294
Maranhão	450	77	—	373	711	97	—	614
Piauí	696	72	—	624	761	149	1	611
Mato Grosso	2 418	703	1	1 714	2 688	691	—	1 997
Rondônia	34	—	—	34	10	1	—	9
Roraima	38	11	—	27	78	20	—	58
Amapá	9	2	—	7	35	3	—	32
2.ª REGIÃO	8 978	1 210	—	7 768	11 682	2 185	1	9 498
Ceará	935	53	—	882	1 481	715	1	765
Rio Grande do Norte	695	41	—	654	260	122	—	138
Paraíba	902	66	—	836	1 063	242	—	821
Pernambuco	1 338	133	—	1 205	1 921	433	—	1 488
Alagoas	495	84	—	411	732	86	—	646
Sergipe	988	384	—	604	1 346	72	—	1 274
Bahia	3 625	449	—	3 176	4 879	515	—	4 364
3.ª REGIÃO	3 142	959	—	2 183	4 524	1 066	—	3 458
Espírito Santo	1 375	309	—	1 066	2 128	370	—	1 758
Rio de Janeiro	1 732	628	—	1 104	2 374	686	—	1 688
Guanabara	35	22	—	13	22	10	—	12
4.ª REGIÃO	22 668	7 958	2	14 708	25 465	9 500	26	15 939
Goiás	5 068	1 671	—	3 397	5 536	2 062	25	3 449
Distrito Federal	116	18	—	98	107	16	—	91
Minas Gerais	17 484	6 269	2	11 213	19 822	7 422	1	12 399
5.ª REGIÃO	5 557	1 539	—	4 018	5 602	1 619	2	3 981
São Paulo	5 557	1 539	—	4 018	5 602	1 619	2	3 981
6.ª REGIÃO	8 157	1 668	1	6 488	12 290	2 994	1	9 295
Paraná	3 224	855	—	2 369	4 131	1 084	1	3 046
Santa Catarina	4 933	813	1	4 119	8 159	1 910	—	6 249
7.ª REGIÃO	11 503	2 935	13	8 555	13 814	4 152	19	9 643
Rio Grande do Sul	11 503	2 935	13	8 555	13 814	4 152	19	9 643
BRASIL	64 393	17 624	17	46 752	79 149	23 363	50	55 736
GRANDES REGIÕES								
NORTE	824	503	—	321	1 612	910	—	702
NORDESTE	10 124	1 359	—	8 765	13 154	2 431	2	10 721
SUDESTE	26 183	8 767	2	17 414	29 948	10 107	3	19 838
SUL	19 660	4 603	14	15 043	26 104	7 146	20	18 938
CENTRO-OESTE	7 602	2 392	1	5 209	8 331	2 769	25	5 537

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Jun-1971				Jan/Jun-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	46 905	10 110	30	36 785	99 642	13 093	10	86 539
Acre	1 184	—	—	1 184	7 131	—	—	7 131
Amazonas	1 296	562	—	734	978	208	—	770
Pará	3 705	1 456	—	2 249	14 030	2 911	—	11 119
Maranhão	3 860	622	—	3 238	9 023	491	—	8 532
Piauí	4 070	374	—	3 696	6 509	1 254	10	5 245
Mato Grosso	31 503	6 840	30	24 633	59 087	7 936	—	51 151
Rondonia	688	46	—	642	438	18	—	420
Roraima	504	190	—	314	1 572	241	—	1 331
Amapá	95	20	—	75	874	34	—	840
2.ª REGIÃO	83 286	12 616	—	70 670	153 187	21 777	12	131 398
Ceará	4 655	331	—	4 324	15 477	6 286	12	9 179
Rio Grande do Norte	1 699	298	—	1 401	2 338	1 132	—	1 206
Paraíba	16 711	2 622	—	14 089	12 490	2 302	—	10 188
Pernambuco	7 155	949	—	6 206	21 593	4 364	—	17 229
Alagoas	4 704	906	—	3 798	7 498	1 146	—	6 352
Sergipe	5 398	2 033	—	3 365	13 263	749	—	12 514
Bahia	42 964	5 477	—	37 487	80 528	5 798	—	74 730
3.ª REGIÃO	26 484	8 118	—	18 346	52 626	10 201	—	42 425
Espírito Santo	10 264	3 231	—	7 033	23 418	3 921	—	19 497
Rio de Janeiro	15 475	4 511	—	10 964	28 708	6 092	—	22 616
Guanabara	725	376	—	349	500	188	—	312
4.ª REGIÃO	157 935	43 553	107	114 275	236 047	56 829	296	178 922
Goiás	43 088	10 565	—	32 523	67 241	14 283	146	52 812
Distrito Federal	1 390	156	—	1 234	1 525	145	—	1 380
Minas Gerais	113 457	32 832	107	80 518	167 281	42 401	150	124 730
5.ª REGIÃO	75 835	24 511	—	51 324	95 918	25 818	105	69 995
São Paulo	75 835	24 511	—	51 324	95 918	25 818	105	69 995
6.ª REGIÃO	49 926	10 835	81	39 010	100 716	22 973	107	77 638
Paraná	30 500	6 869	—	23 631	59 885	10 819	107	48 959
Santa Catarina	19 426	3 966	81	15 379	40 831	12 154	—	28 677
7.ª REGIÃO	92 358	15 012	24 237	53 109	126 491	30 183	12 620	83 688
Rio Grande do Sul	92 358	15 012	24 237	53 109	126 491	30 183	12 620	83 688
BRASIL	532 709	124 755	24 455	383 499	864 627	180 874	13 150	670 603
GRANDES REGIÕES								
NORTE	7 472	2 274	—	5 198	25 023	3 412	—	21 611
NORDESTE	91 216	13 612	—	77 604	168 719	23 522	22	145 175
SUDESTE	215 756	65 461	107	150 188	315 825	78 420	255	237 150
SUL	142 284	25 847	24 318	92 119	227 207	53 156	12 727	161 324
CENTRO-OESTE	75 981	17 561	30	58 390	127 853	22 364	146	105 343

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jan	Abr	Mai	Jun	Jan/Jan
CUSTEIO	3 247	4 130	2 751	17 624	3 830	5 928	3 369	23 363
CUSTEIO DAS EXPLORAÇÕES	2 614	3 566	2 727	14 907	3 482	5 686	3 266	21 874
Avicultura	227	405	365	1 511	234	481	429	1 726
Bovinos — produção de leite	660	812	722	3 659	920	1 249	813	5 755
Bovinos — produção de carne	1 058	1 240	1 079	5 957	1 350	2 220	1 020	8 894
— recriação	148	183	13	711	—	—	—	—
Bovinos — produção de carne	—	—	—	—	—	—	—	—
— engorda	11	10	4	29	—	—	—	—
Ovinos	3	5	1	26	9	11	11	42
Suínos	493	885	515	2 912	961	1 657	944	5 313
Outros animais	14	26	28	102	8	68	49	144
OUTRAS APLICAÇÕES	633	564	24	2 717	348	242	103	1 489
COMERCIALIZAÇÃO	2	2	5	17	2	8	9	50
Bovinos para abate e/ou es- toque de boi em pé	1	2	2	8	1	8	8	18
Lã	—	—	—	3	—	—	—	1
Laticínios	1	—	—	2	—	—	—	3
Suínos para abate	—	—	2	2	—	—	1	1
Outros	—	—	1	2	1	—	—	27
INVESTIMENTOS	8 386	10 464	7 859	46 752	9 924	11 982	7 782	55 736
AQUISIÇÃO DE ANIMAIS	4 292	4 767	3 639	21 590	4 430	5 256	3 759	25 256
Bovinos — produção de leite	1 495	1 741	1 220	7 201	1 632	1 958	1 232	8 615
Bovinos — produção de carne	2 564	2 784	2 311	13 204	2 475	2 948	2 378	14 946
Ovinos	58	50	24	315	50	65	32	336
Suínos	162	178	50	781	217	230	71	1 019
Outros animais	13	14	34	89	56	55	46	340
MELHORAMENTO DAS EXPLO- RAÇÕES	2 342	3 515	3 329	15 326	4 233	5 184	3 032	23 631
Armazéns e similares	37	58	22	199	116	104	57	560
Desbravamento de glebas ru- rais	23	49	62	202	48	66	43	258
Granjas avícolas	75	110	61	529	80	71	86	458
Irrigação	94	154	155	686	92	137	90	619
Pastagens	451	643	434	2 569	628	751	407	3 800
Residências rurais	186	305	173	1 190	322	377	170	1 673
Outros melhoramentos	1 476	2 196	2 422	9 951	2 947	3 678	2 179	16 263
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	1 389	1 860	616	7 243	1 208	1 446	784	6 248
Implementos para preparação e cultivo do solo	51	57	57	299	49	59	35	283
Implementos para disposição da colheita	932	1 316	129	4 636	567	650	317	2 696
Tratores e implementos	65	94	77	423	155	214	126	822
Animais de serviço	120	129	13	469	166	222	86	878
Veículos e implementos	221	264	340	1 416	281	301	220	1 569
OUTRAS APLICAÇÕES	363	322	275	2 593	53	96	207	601
TOTAL	11 635	14 596	10 615	64 393	13 756	17 918	11 160	79 149

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
CUSTEIO	23 770	35 641	23 254	124 755	31 198	51 425	33 145	180 874
CUSTEIO DAS EXPLORAÇÕES	20 722	31 848	23 114	110 804	28 659	49 221	31 969	169 945
Avicultura	3 624	10 865	8 176	28 836	6 807	16 317	9 864	41 624
Bovinos — produção de leite	3 449	4 224	3 531	15 970	5 043	8 757	5 651	30 817
Bovinos — produção de carne	7 506	8 901	8 141	40 081	13 051	16 890	9 685	74 199
Bovinos — produção de carne — recriação	3 027	3 862	280	12 985	—	—	—	—
Bovinos — produção de carne — engorda	1 665	843	688	3 334	—	—	—	—
Ovinos	50	153	60	543	80	122	1 164	1 615
Suínos	1 299	2 858	2 161	8 538	3 599	6 852	5 290	20 893
Outros animais	102	142	77	517	79	283	315	797
OUTRAS APLICAÇÕES	3 048	3 793	140	13 951	2 539	2 204	1 176	10 929
COMERCIALIZAÇÃO	1 046	5 040	9 747	24 455	105	7 091	4 286	13 150
Bovinos para abate e/ou estoque de boi em pé	1 032	5 040	6 649	20 087	30	7 091	3 788	11 807
Lã	—	—	—	1 142	—	—	—	230
Laticínios	14	—	—	21	—	—	—	332
Suínos para abate	—	—	1 081	1 088	—	—	500	500
Outros	—	—	2 017	2 117	75	—	—	311
INVESTIMENTOS	67 132	94 047	82 170	383 499	108 634	143 671	116 787	670 603
AQUISIÇÃO DE ANIMAIS	36 683	45 347	40 989	189 599	53 112	67 998	54 668	314 208
Bovinos — produção de leite	9 981	13 178	10 461	50 520	15 632	20 750	15 287	86 579
Bovinos — produção de carne	25 821	31 235	29 759	134 703	35 286	44 853	38 196	216 383
Ovinos	256	345	169	1 698	375	502	205	1 993
Suínos	383	411	154	1 657	823	1 133	439	4 531
Outros animais	242	178	446	1 021	996	760	541	4 722
MELHORAMENTO DAS EXPLO- RAÇÕES	12 589	37 166	34 750	136 047	41 160	57 382	49 201	277 643
Armazéns e similares	300	425	340	1 630	1 502	907	1 132	6 306
Desbravamento de glebas ru- rais	351	1 775	2 051	5 177	1 025	1 568	1 470	7 326
Granjas avícolas	894	1 469	1 095	6 902	1 581	1 712	2 317	10 943
Irrigação	959	2 321	2 502	8 514	1 996	2 355	2 407	14 811
Pastagens	6 133	10 214	8 698	31 683	10 049	15 671	14 843	76 508
Residências rurais	969	2 111	1 490	7 525	2 448	3 161	2 016	14 344
Outros melhoramentos	2 983	18 851	20 574	74 616	22 559	32 008	25 016	147 405
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	7 874	10 727	5 781	43 064	12 811	17 694	11 560	72 851
Implementos para preparação e cultivação do solo	578	699	625	3 226	1 327	1 963	1 288	7 980
Implementos para disposição da colheita	3 169	4 623	675	15 910	2 567	3 076	2 043	12 853
Tratores e implementos	1 568	2 505	1 937	9 849	5 036	8 229	4 681	29 065
Animais de serviço	411	359	214	1 631	646	700	418	3 320
Veículos e implementos	2 148	2 541	2 330	12 448	3 235	3 774	3 130	19 633
OUTRAS APLICAÇÕES	9 986	807	650	14 789	1 551	597	1 358	5 901
TOTAL	91 948	134 728	115 171	532 709	139 937	202 187	154 218	864 627

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	96	94	107	71	195	159
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	12	7	14	5	7	4
Pará	—	2	31	—	—	—
Maranhão	—	—	9	—	—	1
Piauí	2	—	7	3	—	—
Mato Grosso	82	85	46	63	188	154
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	22	20	29	40	92	12
Ceará	13	15	13	8	12	8
Rio Grande do Norte	2	—	—	1	2	1
Paraíba	5	2	—	2	—	—
Pernambuco	2	—	5	13	70	—
Alagoas	—	—	—	1	1	—
Sergipe	—	—	—	11	—	—
Bahia	—	3	11	4	7	3
3.ª REGIÃO	8	15	56	9	58	109
Espírito Santo	8	10	47	6	42	67
Rio de Janeiro	—	5	9	3	16	42
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	334	291	291	460	857	730
Goiás	245	153	134	341	617	442
Distrito Federal	2	1	—	—	—	—
Minas Gerais	87	137	157	119	240	288
5.ª REGIÃO	140	271	237	98	306	359
São Paulo	140	271	237	98	306	359
6.ª REGIÃO	153	262	388	181	413	418
Paraná	147	229	337	168	376	362
Santa Catarina	6	33	51	13	37	56
7.ª REGIÃO	90	127	207	75	233	259
Rio Grande do Sul	90	127	207	75	233	259
BRASIL	843	1 080	1 315	934	2 154	2 046
GRANDES REGIÕES						
NORTE	12	9	45	5	7	4
NORDESTE	24	20	45	43	92	13
SUDESTE	235	423	450	226	604	756
SUL	243	389	595	256	646	677
CENTRO-OESTE	329	239	180	404	805	596

(*) Financiamentos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 633	2 598	6 828	1 388	4 490	5 686
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	1 296	707	2 401	569	1 176	535
Pará	—	3	1 795	—	—	—
Maranhão	—	—	474	—	—	100
Piauí	105	—	83	204	—	—
Mato Grosso	232	1 888	2 075	615	3 314	5 051
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	1 644	1 263	1 212	556	1 884	470
Ceará	1 194	926	787	87	903	238
Rio Grande do Norte	97	—	—	2	10	141
Paraíba	244	100	—	33	—	—
Pernambuco	109	—	11	49	405	—
Alagoas	—	—	—	87	85	—
Sergipe	—	—	—	17	—	—
Bahia	—	237	414	281	461	91
3.ª REGIÃO	35	166	683	149	634	1 406
Espírito Santo	35	59	215	16	210	246
Rio de Janeiro	—	107	468	133	424	1 160
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	2 569	9 290	11 644	5 077	29 923	31 738
Goiás	1 174	5 566	6 066	2 403	19 930	17 389
Distrito Federal	7	1	—	—	—	—
Minas Gerais	1 388	3 723	5 578	2 674	9 093	14 349
5.ª REGIÃO	9 026	13 815	20 153	3 868	27 159	28 825
São Paulo	9 026	13 815	20 153	3 868	27 159	28 825
6.ª REGIÃO	15 112	18 383	23 138	20 373	62 299	59 244
Paraná	14 776	14 669	18 842	18 452	55 603	51 033
Santa Catarina	336	3 714	4 296	1 921	6 696	8 211
7.ª REGIÃO	2 858	26 023	48 127	10 526	95 310	90 309
Rio Grande do Sul	2 858	26 023	48 127	10 526	95 310	90 309
BRASIL	32 877	71 538	111 795	41 937	220 779	217 678
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 296	710	4 196	569	1 176	535
NORDESTE	1 749	1 263	1 769	760	1 862	570
SUDESTE	10 449	17 704	26 414	6 691	36 888	44 580
SUL	17 970	44 406	71 265	30 899	157 609	149 563
CENTRO-OESTE	1 413	7 455	8 141	3 018	23 244	22 440

(*) Financiamentos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
PRODUTOS	332	790	1 213	2 771	446	1 830	1 939	5 323
Agave (Sisal)	—	—	—	3	1	—	—	1
Algodão	176	240	176	638	94	233	215	562
Amendoim	2	5	57	222	15	5	35	201
Arroz	26	238	467	753	192	1 083	1 130	2 429
Carnaúba (Cera de)	14	10	7	69	10	9	5	60
Feijão	29	27	56	256	36	29	36	504
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	12	7	40	60	5	10	4	19
Mamona	1	1	1	4	—	—	1	1
Mandioca	—	—	—	—	—	—	3	3
Milho	42	106	171	340	48	206	309	1 037
Soja	30	156	238	426	45	255	200	505
Sorgo	—	—	—	—	—	—	1	1
OUTRAS APLICAÇÕES	511	290	102	1 492	488	324	107	1 565
Sacaria	443	257	84	1 213	462	301	102	1 458
Armazéns, palóis, depósitos, galpões, tulhas, estufas e instalações congêneres	68	33	18	279	26	23	5	107
TOTAL	843	1 080	1 315	4 263	934	2 154	2 046	6 888

(*) — Exclusive aquisições (AGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun	Abr	Mai	Jun	Jan/Jun
PRODUTOS	29 025	67 213	108 206	243 144	36 322	216 582	214 332	515 792
Agave (Sisal)	—	—	—	21	30	—	—	30
Algodão	21 372	22 549	22 738	73 090	16 499	47 455	34 618	104 160
Amendoim	779	861	6 218	32 569	1 353	197	3 747	27 660
Arroz	720	11 282	38 801	52 410	6 348	42 264	75 296	124 960
Carnaúba (Cera de)	1 107	464	110	4 714	291	615	218	3 218
Feijão	546	402	764	3 855	663	448	526	16 300
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	1 296	707	4 077	6 159	569	1 533	535	2 637
Mamona	125	74	61	736	—	—	100	100
Mandioca	—	—	—	—	—	—	377	377
Milho	557	967	1 973	3 596	247	2 306	5 827	10 417
Soja	2 523	29 907	33 464	65 994	10 322	121 764	93 026	225 871
Sorgo	—	—	—	—	—	—	62	62
OUTRAS APLICAÇÕES	3 852	4 325	3 579	15 862	5 615	4 197	3 346	19 204
Sacaria	3 294	4 162	3 486	14 069	4 342	4 127	3 316	16 995
Armazéns, palóis, depósitos, galpões, tulhas, estufas e instalações congêneres	558	163	93	1 793	1 273	70	30	2 209
TOTAL	32 877	71 538	111 785	259 006	41 937	220 779	217 678	534 996

(*) — Exclusive aquisições (AGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	331 972	340 621	371 341	556 515	578 615	631 190
Acre	3 218	3 836	5 381	15 874	17 117	18 475
Amazonas	12 913	13 013	14 971	17 533	17 682	17 208
Pará	31 990	33 307	36 180	56 500	59 647	66 733
Maranhão	34 852	36 379	39 851	62 743	64 539	68 647
Piauí	49 608	51 909	56 240	85 283	87 813	93 738
Mato Grosso	184 587	187 347	202 963	303 773	316 950	348 095
Rondônia	8 377	8 407	8 970	9 018	8 802	9 255
Roraima	3 105	3 101	3 286	3 073	3 383	3 998
Amapá	3 322	3 322	3 499	2 718	2 682	5 031
2.ª REGIÃO	734 737	792 079	882 079	1 345 784	1 448 062	1 600 544
Ceará	114 999	117 608	124 818	206 241	218 321	234 056
Rio Grande do Norte	54 914	58 043	62 203	101 922	107 331	112 918
Paraíba	97 133	102 080	110 981	188 717	193 072	206 557
Pernambuco	132 042	147 761	170 759	249 770	273 266	306 892
Alagoas	71 884	84 301	100 102	110 420	130 010	172 066
Sergipe	37 373	41 704	46 840	76 778	82 948	91 477
Bahia	226 392	240 582	266 376	411 936	441 114	476 578
3.ª REGIÃO	212 592	218 243	237 379	294 691	306 166	353 405
Espírito Santo	56 163	57 918	62 748	93 703	99 818	107 724
Rio de Janeiro	116 709	120 753	132 243	161 834	167 360	204 185
Guanabara	39 720	39 572	42 388	39 094	38 988	41 496
4.ª REGIÃO	1 100 560	1 112 069	1 180 486	1 542 606	1 564 910	1 683 259
Goiás	360 602	356 083	375 748	547 572	544 389	568 741
Distrito Federal	149 199	146 777	142 617	138 548	134 374	147 699
Minas Gerais	590 759	609 209	662 121	856 486	886 147	966 819
5.ª REGIÃO	975 524	991 007	1 069 130	1 260 357	1 263 131	1 378 870
São Paulo	975 524	991 007	1 069 130	1 260 357	1 263 131	1 378 870
6.ª REGIÃO	828 700	873 375	960 775	1 134 388	1 234 703	1 390 731
Paraná	644 744	684 802	756 683	883 170	967 873	1 094 329
Santa Catarina	183 956	188 573	204 092	251 218	266 830	296 402
7.ª REGIÃO	2 010 200	2 125 937	2 303 207	3 436 146	3 576 906	3 393 786
Rio Grande do Sul	2 010 200	2 125 937	2 303 207	3 436 146	3 576 906	3 393 786
BRASIL	6 194 285	6 453 331	7 004 397	9 570 427	9 970 493	10 431 749
GRANDES REGIÕES						
NORTE	62 925	64 986	72 287	104 716	109 313	120 700
NORDESTE	819 197	880 367	978 170	1 493 810	1 598 414	1 762 929
SUDESTE	1 778 875	1 818 459	1 968 630	2 411 474	2 455 444	2 699 094
SUL	2 838 900	2 999 312	3 263 982	4 570 534	4 811 609	4 784 491
CENTRO-OESTE	694 388	690 207	721 328	989 893	995 713	1 064 535

CARTEIRA DE CÂMBIO**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	7 821	8 349	8 624	16 475	19 159	20 345
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	6 916	7 666	7 821	15 081	17 774	19 170
Pará	794	683	803	1 193	1 071	861
Maranhão	111	—	—	201	314	314
Piauí	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	18 687	20 767	24 378	40 932	43 179	39 459
Ceará	1 879	2 177	2 149	2 983	3 574	2 866
Rio Grande do Norte	346	483	573	390	540	399
Paraíba	647	795	801	1 115	1 036	1 274
Pernambuco	4 360	5 393	5 783	9 085	10 412	9 129
Alagoas	—	337	269	854	711	652
Sergipe	111	111	69	40	75	35
Bahia	11 254	11 471	14 734	26 465	26 831	25 104
3.ª REGIÃO	258 619	263 085	276 852	288 093	286 232	315 447
Espírito Santo	4 011	4 957	6 841	9 138	10 196	11 499
Rio de Janeiro	2 374	1 886	1 693	4 865	6 342	6 143
Guanabara	252 234	256 242	268 318	274 090	269 694	297 805
4.ª REGIÃO	13 832	12 005	14 712	21 816	11 710	11 086
Goiás	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	13 832	12 005	14 712	21 816	11 710	11 086
5.ª REGIÃO	203 620	231 296	241 865	340 015	337 306	358 318
São Paulo	203 620	231 296	241 865	340 015	337 306	358 318
6.ª REGIÃO	19 816	19 555	19 281	17 956	19 305	25 438
Paraná	5 013	4 202	3 570	8 004	8 537	12 184
Santa Catarina	14 803	15 353	15 711	9 952	10 768	13 254
7.ª REGIÃO	46 583	45 686	36 806	60 731	68 524	58 034
Rio Grande do Sul	46 583	45 686	36 806	60 731	68 524	58 034
BRASIL	568 978	600 743	622 518	786 018	785 415	828 127
GRANDES REGIÕES						
NORTE	7 710	8 349	8 624	16 274	18 845	20 031
NORDESTE	18 798	20 767	24 378	41 133	43 493	39 773
SUDESTE	476 071	506 386	533 429	649 924	635 248	684 851
SUL	66 399	65 241	56 087	78 687	87 829	83 472
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—

CARTEIRA DE CÂMBIO
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
AGRÍCOLA	—	—	—	—	—	96
MERCADO INTERNO	—	—	—	—	—	95
ANIMAL	204	177	62	189	382	274
MERCADO INTERNO	204	177	62	189	382	274
INDUSTRIAL	146 545	147 820	151 120	232 126	233 842	246 994
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	5	5	—	33	30	395
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	146 007	147 392	150 146	230 472	232 029	245 270
Açúcar	—	600	600	300	300	—
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	5 797	4 356	3 169	8 312	7 195	4 455
Aparelhos eletrodomésticos	5 413	5 249	5 486	3 076	4 253	6 868
Borracha	469	358	405	596	374	384
Máquinas e aparelhos para a agricultura	414	607	516	1 115	1 299	2 354
Metalúrgica	13 953	10 983	7 802	36 371	43 289	54 158
Papel e papelão	1 627	2 203	2 567	7 498	8 058	5 279
Pescado	1 662	1 651	1 256	1 143	2 416	2 677
Produtos farmacêuticos e medicinais	4 496	4 703	5 987	7 598	3 196	874
Veículos automotores, autopeças e acessórios	7 418	6 721	4 946	5 689	7 266	7 198
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4 843	3 492	4 990	8 435	9 319	12 516
Outros materiais elétricos e de comunicações	10 098	10 433	9 725	9 321	14 156	9 234
Outros veículos e materiais de transporte	260	268	526	149	187	337
Outros produtos alimentares	2 128	2 040	1 598	1 425	952	1 923
Outros produtos da indústria mecânica	4 775	5 972	7 220	14 940	14 486	11 312
Outros produtos químicos	26 185	27 074	15 698	30 189	33 010	36 988
Outros	56 469	60 622	77 655	94 315	82 273	88 713
CONSTRUÇÃO CIVIL	3	3	50	193	121	121
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	—	—	—	236	439	41
OUTROS FINS	530	420	924	1 192	1 223	1 187
TOTAL	146 749	147 997	151 182	232 315	234 224	247 343

CARTEIRA DE CÂMBIO
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO
 Saldos em Cr\$ 1,000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	955	923	881	1 108	507	70
MERCADO INTERNO	328	318	187	120	34	9
Algodão	268	268	119	9	9	—
Café	—	—	—	87	—	—
Cera de carnaúba	60	50	50	24	25	9
Outros	—	—	18	—	—	—
DE IMPORTAÇÃO	627	605	694	927	492	—
COMPOSIÇÕES	—	—	—	61	61	61
DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	270	305	298	604	394	894
MERCADO INTERNO	157	160	160	213	199	219
Carne	—	—	—	—	19	20
Couros e peles	157	160	160	213	180	199
Lã	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—
DE IMPORTAÇÃO	113	145	138	391	195	675
DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	247 148	279 986	295 671	395 002	396 004	423 556
MERCADO INTERNO	13 309	13 708	15 140	22 184	22 077	24 548
Açúcar	—	—	—	—	—	—
Adbos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	3	—	15	302	234	527
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	66	47	46	389	35	75
Metalúrgica	319	475	512	731	425	683
Produtos farmacêuticos e medicinais	238	237	318	963	911	780
Veículos automotores, autopeças e acessórios	1 419	1 381	1 502	2 291	2 964	3 651
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	70	88	108	—	28	57
Outros materiais elétricos e de comunicações	243	355	309	499	492	604
Outros veículos e materiais de transporte	22	71	59	50	92	100
Outros produtos alimentares	431	383	434	378	219	240
Outros produtos da indústria mecânica	1 000	647	704	1 206	1 404	1 441
Outros produtos químicos	4 079	4 865	5 409	6 202	6 578	6 994
Outros	5 419	5 159	5 724	9 173	8 695	9 396
DE IMPORTAÇÃO	233 839	266 278	280 531	372 713	373 822	398 898
Adbos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	595	1 029	932	1 860	1 623	1 902
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	1 296	894	912	719	840	3 810
Produtos farmacêuticos e medicinais	554	624	534	1 284	1 474	1 570
Outros materiais elétricos e de comunicações	2 909	2 606	2 545	219	370	329
Outros veículos e materiais de transporte	—	—	—	475	668	613
Outros produtos alimentares	3 494	3 145	3 477	1 224	978	995
Outros produtos da indústria mecânica	9 166	9 139	8 236	8 113	8 131	10 359
Outros produtos químicos	2 307	2 737	2 652	3 402	3 298	2 839
Outros	213 518	246 104	261 243	355 417	356 440	376 481
COMPOSIÇÕES	—	—	—	105	105	110
TOTAL	248 373	281 214	296 850	396 714	396 985	424 520

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	5 450	6 005	6 128	9 365	9 534	11 193
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	243	325	348
Pará	3 341	3 589	3 693	6 509	6 509	6 248
Maranhão	20	20	64	64	64	65
Piauí	2 089	2 096	2 065	2 520	2 615	2 511
Mato Grosso	—	—	—	29	21	21
Rondônia	—	300	306	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	19 886	19 390	20 694	23 788	24 666	25 201
Ceará	4 253	4 290	4 328	4 292	6 317	6 431
Rio Grande do Norte	1 416	1 418	1 429	1 480	1 483	1 489
Paraíba	591	591	620	416	733	751
Pernambuco	1 172	—	—	5	60	93
Alagoas	—	—	—	—	—	—
Sergipe	—	—	—	—	—	—
Bahia	12 454	13 091	14 317	17 575	16 073	16 437
3.ª REGIÃO	19 418	21 125	28 614	216 824	217 697	216 431
Espírito Santo	214	214	—	1 299	1 300	1 376
Rio de Janeiro	696	687	724	900	900	882
Guanabara	18 508	20 224	27 890	214 625	215 497	206 171
4.ª REGIÃO	388 261	326 143	287 429	453 727	408 525	297 939
Goiás	—	—	—	300	300	320
Distrito Federal	372 252	322 368	284 523	447 452	402 250	291 412
Minas Gerais	16 009	3 775	2 906	5 975	5 975	6 207
5.ª REGIÃO	106 503	111 069	119 226	184 979	209 827	244 460
São Paulo	106 503	111 069	119 226	184 979	209 827	244 460
6.ª REGIÃO	29 674	31 635	36 120	60 030	59 845	63 782
Paraná	15 877	15 740	18 373	31 574	31 350	33 044
Santa Catarina	13 797	15 895	17 747	28 456	28 495	30 736
7.ª REGIÃO	31 456	35 647	32 404	63 688	69 219	75 109
Rio Grande do Sul	31 456	35 647	32 404	63 688	69 219	75 109
BRASIL	600 648	551 014	530 615	1 012 381	999 313	928 115
GRANDES REGIÕES						
NORTE	3 341	3 889	3 999	6 752	6 834	8 596
NORDESTE	21 995	21 506	22 823	26 352	27 345	27 777
SUDESTE	141 930	135 969	150 746	407 778	433 499	461 096
SUL	61 130	67 282	68 524	123 718	129 084	136 691
CENTRO-OESTE	372 252	322 368	284 523	447 781	402 571	291 753

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Saldo em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
À PRODUÇÃO INDUSTRIAL	150 146	160 255	173 920	248 779	264 954	283 685
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	133 994	142 648	149 080	236 379	251 549	268 655
Aparelhos eletrodomésticos	1 720	1 400	1 945	2 800	2 800	2 500
Máquinas e aparelhos para a agricultura	190	180	189	180	180	365
Pescado	100	100	100	81	54	180
Veículos automotores, autopeças e acessórios	2 980	2 962	3 003	5 030	5 030	5 100
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	5 350	5 895	6 934	15 969	19 070	21 164
Outros materiais elétricos e de comunicações	3 896	3 933	4 762	11 596	11 619	12 043
Outros veículos e materiais de transporte	1 500	1 500	1 500	—	—	—
Outros produtos alimentares	14 723	16 792	18 305	26 869	25 596	23 966
Outros produtos da indústria mecânica	15 530	15 500	16 660	17 809	18 075	18 755
Outros produtos químicos	1 376	1 386	2 815	4 478	5 090	5 567
Outros	86 629	93 000	92 861	151 567	164 035	179 015
OPERAÇÕES VINCULADAS AO FINEX	16 152	17 607	24 840	12 400	13 405	15 030
AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	6 695	6 743	6 816	6 367	6 403	6 425
PARA EXPORTAÇÃO	—	—	—	—	—	—
Arroz	—	—	—	—	—	—
OPERAÇÕES VINCULADAS AO FINEX	6 695	6 743	6 816	6 367	6 403	6 425
AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	443 807	384 016	349 879	757 235	727 956	638 005
PARA EXPORTAÇÃO	343 645	290 320	249 520	442 014	396 812	285 998
Açúcar	342 787	290 020	249 216	440 994	395 792	284 953
Mel rico	878	300	304	1 020	1 020	1 045
OPERAÇÕES VINCULADAS AO FINEX	100 162	93 696	100 359	315 221	331 144	352 007
TOTAL	600 648	551 014	530 615	1 012 381	999 313	928 115

EXPORTAÇÃO

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR — EXPORTAÇÕES FINANCIADAS

US\$ 1.000 fob

PAÍSES	Jan/Jun-71		Jan/Jun-72		Variação Relativa	
	Valor Faturado	Financiado p/ CACEX	Valor Faturado	Financiado p/ CACEX	Valor Faturado	Financiado p/ CACEX
ESTADOS UNIDOS	52	43	21	8	- 59,6	- 81,4
CANADÁ — TERRA NOVA	28	19	—	—	—	—
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO — ALALC	8 922	8 336	19 410	19 296	117,6	131,5
Argentina	4 963	4 832	2 917	2 878	- 41,2	- 40,4
Bolívia	510	448	1 959	1 794	284,1	300,4
Chile	—	—	4 396	5 260	—	—
Colômbia	365	306	1 757	1 944	381,4	535,3
Equador	179	178	1 242	1 252	593,9	603,4
México	498	363	672	548	37,7	51,0
Paraguai	160	140	233	211	45,6	50,7
Peru	355	307	558	523	57,2	70,4
Uruguai	1 533	1 398	495	452	- 67,7	- 67,7
Venezuela	369	364	5 181	4 434	1 304,1	1 118,1
COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA — CEE	5	4	234	234	4 580,0	5 750,0
Alemanha Ocidental	5	4	—	—	—	—
Itália	—	—	234	234	—	—
ÁFRICA	88	68	74	58	- 15,9	- 14,7
Angola	80	59	64	51	- 20,0	- 13,6
Moçambique	—	—	10	7	—	—
União Sul-Africana	8	9	—	—	—	—
DEMAIS PAÍSES	150	136	47	37	- 68,7	- 72,8
Costa Rica	—	—	18	16	—	—
Coréia do Sul	150	136	—	—	—	—
Guatemala	—	—	15	—	—	—
Portugal	—	—	14	11	—	—
TOTAL	9 245	8 606	19 786	19 633	114,0	120,1

Obs.: Refere-se a Produtos Industrializados financiados pela CACEX

Fontes: CACEX/NUCEX.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES**CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS**

Número de Documentos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	573 658	619 853	619 319	663 983	791 121	765 649
Acre	3 313	3 434	3 447	5 536	8 817	7 704
Amazonas	61 357	68 817	72 480	74 133	88 595	84 254
Pará	106 905	115 604	111 023	114 760	137 361	128 141
Maranhão	41 734	45 822	42 656	49 252	58 114	49 920
Piauí	18 547	20 651	21 903	23 546	29 367	27 130
Mato Grosso	330 500	352 157	354 249	385 630	454 895	454 482
Rondônia	6 257	6 991	7 059	6 430	7 358	7 457
Roraima	3 030	2 980	3 231	2 221	2 893	2 230
Amapá	2 015	3 397	3 271	2 415	3 691	4 331
2.ª REGIÃO	1 941 038	2 046 859	2 033 234	2 219 464	2 632 416	2 455 369
Ceará	207 198	223 940	223 312	251 952	305 871	282 021
Rio Grande do Norte	97 939	207 582	101 833	118 327	148 710	129 454
Paraíba	71 822	74 788	73 327	85 783	104 041	96 077
Pernambuco	673 826	714 091	687 365	737 288	868 520	787 580
Alagoas	76 128	81 611	86 041	86 697	103 888	95 518
Sergipe	56 441	60 769	62 207	68 925	83 394	75 683
Bahia	757 684	784 078	799 149	870 492	1 017 932	989 036
3.ª REGIÃO	5 925 994	6 456 618	6 520 699	6 094 518	6 934 306	6 460 927
Espírito Santo	234 104	255 473	263 067	281 677	309 839	278 652
Rio de Janeiro	477 928	513 792	504 128	476 005	556 887	523 557
Guanabara	5 213 962	5 687 353	5 753 504	5 336 836	6 067 580	5 658 718
4.ª REGIÃO	3 183 271	3 482 144	3 557 329	3 625 048	4 257 220	3 973 851
Goiás	467 412	521 614	543 597	587 926	686 173	647 879
Distrito Federal	452 622	515 721	521 704	575 578	632 049	652 475
Minas Gerais	2 263 237	2 444 809	2 492 028	2 461 544	2 878 998	2 673 497
5.ª REGIÃO	13 474 853	14 319 869	14 840 928	15 551 382	17 993 313	16 661 036
São Paulo	13 474 853	14 319 869	14 840 928	15 551 382	17 993 313	16 661 036
6.ª REGIÃO	2 523 236	2 736 099	2 731 535	3 174 446	3 710 536	3 493 594
Paraná	1 980 040	2 160 074	2 146 026	2 458 742	2 873 222	2 715 033
Santa Catarina	543 196	576 025	585 509	715 704	837 314	778 561
7.ª REGIÃO	1 450 121	1 544 150	1 610 431	1 804 460	2 089 953	1 943 629
Rio Grande do Sul	1 450 121	1 544 150	1 610 431	1 804 460	2 089 953	1 943 629
BRASIL	29 072 471	31 205 592	31 913 475	33 133 301	38 408 865	35 754 055
GRANDES REGIÕES						
NORTE	182 877	201 223	200 511	205 495	248 715	234 117
NORDESTE	2 001 319	2 113 332	2 097 793	2 292 262	2 719 927	2 532 419
SUDESTE	21 664 084	23 221 296	23 853 655	24 107 444	27 806 617	25 795 460
SUL	3 973 657	4 280 249	4 341 966	4 978 906	5 800 489	5 437 223
CENTRO-OESTE	1 250 534	1 389 492	1 419 550	1 549 194	1 833 117	1 754 836

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	912 617	1 052 020	1 060 123	1 373 270	1 667 926	1 564 066
Acre	5 118	4 760	4 724	12 242	14 519	16 985
Amazonas	198 116	230 871	257 323	324 908	363 549	344 286
Pará	267 866	295 661	295 699	352 933	453 130	439 229
Maranhão	78 033	95 533	84 268	109 540	122 038	109 296
Piauí	31 605	35 623	37 545	58 708	78 665	64 766
Mato Grosso	310 505	362 295	355 940	491 437	602 270	555 017
Rondônia	14 077	17 913	14 023	15 098	21 962	20 153
Roraima	3 999	4 802	5 628	4 993	6 266	6 403
Amapá	3 298	4 562	4 967	3 411	5 527	7 951
2.ª REGIÃO	3 586 260	3 805 315	3 703 051	4 887 093	5 334 127	5 182 621
Ceará	392 981	431 737	435 490	604 643	611 206	674 960
Rio Grande do Norte	132 308	142 844	130 725	148 181	174 860	162 356
Paraíba	135 656	133 976	123 230	194 419	211 322	202 144
Pernambuco	1 393 698	1 418 883	1 337 751	1 816 330	2 067 254	1 924 757
Alagoas	159 469	159 443	147 358	182 516	226 064	237 489
Sergipe	96 435	103 588	108 623	118 552	132 704	131 736
Bahia	1 275 713	1 414 844	1 419 874	1 822 452	1 910 717	1 849 179
3.ª REGIÃO	20 243 746	23 484 683	26 110 590	36 925 805	42 094 032	44 439 478
Espírito Santo	308 593	344 780	351 939	400 148	480 874	475 485
Rio de Janeiro	497 239	524 902	550 605	621 720	724 104	693 439
Guanabara	19 437 916	22 615 001	25 208 046	35 903 937	40 889 054	43 270 554
4.ª REGIÃO	4 650 285	5 197 892	5 652 224	6 819 630	7 892 263	7 726 704
Goiás	461 638	537 841	559 754	738 236	939 857	954 047
Distrito Federal	484 080	570 469	636 819	793 661	961 272	927 057
Minas Gerais	3 704 567	4 089 582	4 455 651	5 287 673	5 991 134	5 845 600
5.ª REGIÃO	28 377 352	31 114 526	34 263 025	43 118 924	51 536 742	49 158 402
São Paulo	28 377 352	31 114 526	34 263 025	43 118 924	51 536 742	49 158 402
6.ª REGIÃO	2 875 706	3 160 718	3 104 075	4 620 726	5 386 589	5 253 600
Paraná	2 403 161	2 639 278	2 571 393	3 894 426	4 519 047	4 424 622
Santa Catarina	472 545	521 440	532 682	726 300	867 542	828 978
7.ª REGIÃO	2 752 217	3 149 878	3 346 185	4 120 546	4 911 153	4 918 874
Rio Grande do Sul	2 752 217	3 149 878	3 346 185	4 120 546	4 911 153	4 918 874
BRASIL	63 398 185	70 965 032	77 239 273	101 865 994	118 822 832	118 243 745
GRANDES REGIÕES						
NORTE	492 474	558 569	582 370	713 585	864 953	834 987
NORDESTE	3 695 898	3 936 471	3 824 864	5 055 341	5 534 830	5 356 683
SUDESTE	52 325 667	58 688 791	64 829 266	85 332 402	99 621 908	93 443 480
SUL	5 627 923	6 310 596	6 450 260	8 741 272	10 297 742	10 172 474
CENTRO-OESTE	1 256 223	1 470 605	1 552 513	2 023 394	2 503 399	2 436 121

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
São Paulo (SP)	7 707 551	8 237 854	8 856 394	9 147 157	10 689 289	9 984 408
Rio de Janeiro (GB)	5 213 962	5 687 353	5 753 504	5 336 836	6 067 580	5 658 718
Belo Horizonte (MG)	1 009 322	1 093 425	1 113 726	1 124 095	1 323 950	1 229 776
Porto Alegre (RS)	761 021	810 224	861 440	980 673	1 132 922	1 066 498
Recife (PE)	638 269	677 384	667 049	720 780	849 296	770 428
Curitiba (PR)	512 943	557 990	572 243	605 029	695 350	703 505
Salvador (BA)	566 678	585 312	602 456	707 797	829 482	815 184
Santos (SP)	399 402	425 883	437 626	416 222	485 689	447 763
Brasília (DF)	452 622	515 721	521 704	575 578	692 049	652 475
Fortaleza (CE)	193 127	208 113	207 535	237 039	288 495	266 163
Campinas (SP)	334 788	351 928	361 059	421 208	497 385	440 934
Goiânia (GO)	279 368	312 848	332 917	354 663	415 960	399 819
Londrina (PR)	249 611	270 367	266 879	314 810	360 779	343 317
Belém (PA)	106 905	115 604	111 023	114 760	134 318	125 342
Vitória (ES)	156 129	174 237	181 847	191 202	207 286	189 051
Manaus (AM)	61 357	68 817	72 480	74 133	88 595	84 254
Maringá (PR)	189 201	202 498	201 897	229 961	266 371	245 106
Ribeirão Preto (SP)	379 940	399 808	393 586	441 789	514 069	477 812
Niterói (RJ)	172 201	190 590	184 998	157 111	189 471	189 230
Florianópolis (SC)	108 748	122 641	120 031	154 209	185 761	172 024
São José do Rio Preto (SP)	206 113	218 959	204 209	233 999	274 438	253 548
Maceió (AL)	70 895	75 651	80 181	81 650	97 993	90 191
Uberlândia (MG)	111 065	113 822	125 007	136 949	155 858	145 388
Presidente Prudente (SP)	184 772	189 947	187 314	211 672	241 157	216 938
Natal (RN)	90 448	99 458	93 521	103 996	138 971	120 061
Bauru (SP)	257 802	267 437	288 775	307 327	367 757	334 660
Campo Grande (MT)	95 592	103 020	98 172	109 514	126 232	127 633
Piracicaba (SP)	151 605	165 062	152 957	187 524	219 983	204 078
Juiz de Fora (MG)	89 212	89 958	104 197	97 438	110 255	109 952
João Pessoa (PB)	46 384	48 996	47 544	56 206	66 904	62 348
Outras	8 275 438	8 824 685	8 711 204	9 295 974	10 695 220	9 827 481
BRASIL	29 072 471	31 205 592	31 913 475	33 133 301	38 408 865	35 754 055

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES**CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS**

Cr\$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1971			1972		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
São Paulo (SP)	24 550 643	26 917 641	29 965 793	38 053 251	45 689 053	43 649 470
Rio de Janeiro (GB)	19 437 916	22 615 001	25 208 046	35 903 937	40 889 054	43 270 554
Belo Horizonte (MG)	2 754 257	3 042 352	3 345 887	4 083 062	4 565 286	4 478 273
Porto Alegre (RS)	2 026 024	2 320 295	2 467 129	3 145 596	3 723 210	3 773 185
Recife (PE)	1 353 086	1 377 255	1 317 042	1 796 358	2 046 999	1 904 539
Curitiba (PE)	1 235 075	1 318 586	1 232 649	1 967 220	2 177 711	2 264 514
Salvador (BA)	1 072 504	1 198 416	1 215 626	1 641 873	1 696 019	1 649 666
Santos (SP)	952 098	1 062 659	1 085 736	1 218 679	1 444 582	1 324 556
Brasília (DF)	484 080	570 469	636 819	793 661	961 272	927 057
Fortaleza (CE)	372 264	404 351	406 741	576 223	578 071	643 711
Campinas (SP)	324 977	339 939	373 147	496 375	548 666	579 830
Goiânia (GO)	327 348	377 570	384 601	532 424	675 423	702 523
Londrina (PR)	248 853	279 495	267 235	428 000	465 324	444 905
Belém (PA)	267 866	295 661	295 699	352 933	446 530	432 705
Vitória (ES)	249 007	281 306	287 493	329 731	401 279	400 606
Manaus (AM)	198 116	230 871	257 323	324 908	363 549	344 286
Maringá (PR)	196 342	233 948	244 597	337 113	424 308	387 435
Ribeirão Preto (SP)	201 349	226 361	223 708	276 061	332 421	313 657
Niterói (RJ)	195 046	208 150	223 394	258 740	282 299	280 089
Florianópolis (SC)	121 538	143 678	135 574	169 429	219 379	221 696
São José do Rio Preto (SP)	132 304	152 349	157 837	210 961	233 652	221 283
Maceió (AL)	151 546	150 431	138 607	172 205	214 926	227 538
Uberlândia (MG)	110 859	132 596	141 895	179 735	208 531	198 981
Presidente Prudente (SP)	134 245	140 662	143 107	181 681	198 024	180 409
Natal (RN)	124 071	133 748	120 961	134 828	159 545	148 360
Bauru (SP)	130 085	136 430	140 346	168 364	190 352	179 346
Campo Grande (MT)	110 061	120 146	116 503	156 678	194 963	180 295
Piracicaba (SP)	97 996	106 562	100 596	133 361	154 948	155 754
Juiz de Fora (MG)	114 120	113 911	134 730	144 062	161 643	155 374
João Pessoa (PB)	94 944	93 792	82 795	137 977	139 990	135 748
Outras	5 629 565	6 240 401	6 387 657	7 560 568	9 029 823	8 467 399
BRASIL	63 398 185	70 965 032	77 239 273	101 865 994	118 822 832	118 243 745

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972


BOLETIM DO **BANCO DO BRASIL**

EDITADO PELA CONSULTORIA TÉCNICA

A matéria contida neste Boletim pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Pede-se permuta — On demande l'échange — **We ask for exchange**
Si richiede lo scambio — **Man bittet um Austausch** — **Pidese permuta**

Endereço — **Adresse** — **Address** — **Indirizzo** — **Adresse** — **Dirección**

 **BANCO DO BRASIL — CONSULTORIA TÉCNICA**
Rua 1º de Março, 66 — 5º andar — ZC-00
Rio de Janeiro, Guanabara — Brasil.

COMPOSTO E IMPRESSO NA CIA. EDITORA GRÁFICA BARBERO



BANCO DO BRASIL

CONTADOR GERAL

Hélio Moura Lima

GERENTE GERAL DE AGÊNCIAS NO EXTERIOR

José Fernandes de Luna

INSPETOR GERAL

Humberto M. Riella da Fonseca

GERENTES DE CARTEIRA

CÂMBIO

Operações — Edgardo Amorim Rêgo

Fiscalização e Controle — Jayme Maia

CRÉDITO GERAL E RURAL

1ª Região — Wilson Ribeiro Lopes

2ª Região — Fernando Baptista Martins

3ª Região — Pedro Guerizoli Filho

4ª Região — Antonio Barcelos

5ª Região — Arnaldo Jorge Fabregas da Costa Júnior

6ª Região — Nelson Meira de Lucena

7ª Região — Cesar Socias Shenkel

CHEFES DE DEPARTAMENTO

Assuntos Especiais (Cacex) — Euclides Parentes de Miranda

Assuntos do Pasep — André de Moraes Perillier

Bens Patrimoniais — Rubem de Almeida Serra

Cadastro — Rosemberg de Araújo Gouveia

Comercialização do Trigo Nacional — Antônio Carlos Silveira Abbott

Exportação — Fernando de Souza Oliveira

Funcionalismo — Celso Albano Costa

Importação — Francisco de Assis Martins Costa

Normas Operacionais — Roberto Hatab

Organização de Serviços e Comunicações — Décio de Oliveira Araújo

Seleção e Desenvolvimento do Pessoal — Joaquim Ferreira Amaro

Tesouraria — José Carlos Lebeis Soares





BANCO DO BRASIL

Boletim - Ano VII - 1972 - N.º 3





BANCO DO BRASIL

Boletim

Ano VII

1972

N.º 3

ÍNDICE

O SISTEMA BANCÁRIO E O MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO	3
PASEP: UM PATRIMÔNIO PARA O SERVIDOR PÚBLICO	9
LEGISLAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	17
INDICADORES ECONÔMICOS	21
ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL	
BALANCETES	34
DEPÓSITOS	36
COMPENSAÇÃO DE CHEQUES	38
EMPRÉSTIMOS	42
CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL	46
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	50
CARTEIRA DE CÂMBIO	51
CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR	54
CRÉDITOS CONCEDIDOS	
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	56
GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS	70



Desejo, preliminarmente, dar ênfase especial à harmonia que tem crescido, sempre, no sistema bancário, em decorrência do frutuoso convívio realizado nos Congressos, os quais se têm repetido com regularidade, e onde, pela participação ativa dos Diretores de entidades de classe e demais presentes, tem-se procurado minimizar naturais conflitos na concorrência ativa que se estabeleceu em nosso País entre o sistema bancário privado e o sistema bancário pertencente a entidades públicas.

Certamente, a evolução reflete-se nas teses e as que tivemos oportunidade de examinar, nas diversas Comissões, bem testemunham tal disposição. A todos, é entendimento pacífico a filosofia do Governo Brasileiro, de incentivar e prestigiar a iniciativa particular. Dentro do conceito da livre empresa é que o Poder Central tem orientado a ação do Banco do Brasil e dos demais bancos federais; da mesma forma, tem-se sentido que é esta a orientação dos governos estaduais em relação aos respectivos bancos comerciais e de desenvolvimento.

Assim, apesar de não vir disposto a antecipar nenhum debate sobre as teses que continuam sendo examinadas nas Comissões, pretendo deixar claro, mais uma vez, que o Banco do Brasil é um instrumento de ação reguladora de que dispõe a União, mas não para subtrair qualquer parte das atividades das demais empresas bancárias.

No contexto da política governamental, **temos procurado manter o quinhão de participação do Banco do Brasil nos mesmos níveis em que o colocamos há mais ou menos três anos e não tencionamos elevá-lo**, a não ser naquelas circunstâncias em que as autoridades monetárias se vejam obrigadas a socorrer a economia através de uma ação imediata nossa. A fatia que nos cabe, tanto na captação de depósitos como nas aplicações, tem-se conservado em níveis mais ou menos estáveis em relação percentual ao da rede dos demais bancos, inclusive os outros federais e os estaduais.

Já tenho dito antes, mas entendo não será demais repetir, que não dispomos, para aplicação, dos recursos dos depósitos voluntários e obrigatórios do sistema bancário. O Banco do Brasil, na sua posição *sui generis*, é apenas o caixa geral do sistema financeiro e, na hipótese de que fossem congelados no Banco Central, ou em outra qualquer instituição, os depósitos voluntários do sistema bancário, certamente as autoridades monetárias teriam de emitir a **quantia correspondente, a fim de manter a liquidez do sistema**. Assim, a utilização daqueles fundos é apenas um substitutivo que permite às autoridades monetárias uma liquidez mais apropriada, sem a necessidade de emissão de mais recursos.

Coerente com a política governamental, a nossa posição continua sendo a mesma, da mais franca colaboração com todo o sistema, onde identificamos uma plêiade de colegas empenhados no desenvolvimento brasileiro e jamais apenas concorrentes procurando eliminar um ao outro. Assim, com esta explicação prévia, eu me proponho a levantar algumas questões relativas ao desenvolvimento brasileiro e à sua sustentação financeira.

Ontem ouvimos aqui o Ministro do Planejamento dizer, com muita razão, que tem havido melhoria no atendimento do crédito, que se vem expandindo à razão

O SISTEMA BANCÁRIO E O MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Palestra do Presidente Nestor Jost, no IX Congresso Nacional de Bancos — outubro de 1972 — São Paulo.

de 20% em termos reais, nos últimos três anos, permitindo o desdobramento das atividades econômicas no ritmo de todos conhecido. Admitindo uma hipótese segura — os dados que circulam a respeito, por todo o mundo, são os mais divergentes possíveis — o País deve andar com um Produto Nacional Bruto de uns 50 bilhões de dólares, ou seja, 300 bilhões de cruzeiros. Porque estou firmemente convencido de que nosso PNB não poderá ser menor, considero falhos os números publicados ainda agora no Relatório do Banco Mundial, os quais apresentam o Brasil com uma renda *per capita* de 270 dólares, em lugar dos 500 dólares que a simples divisão aritmética de 50 bilhões de dólares por cem milhões de habitantes nos mostra, à queima-roupa.

A propósito, julgo oportuno observar que os relatórios do Banco Mundial, entra ano, sai ano, continuam a nos dar a mesma renda "per capita", sem tomar conhecimento do verdadeiro salto que a economia brasileira vem dando, sustentadamente, nos últimos anos.

Considerando um PNB de 300 bilhões de cruzeiros e levando em conta um crescimento de 10% este ano, teremos acrescido, à nossa economia, um volume de produção de 30 bilhões de cruzeiros. Como o dinheiro emitido pelas autoridades anda em torno de 10%, vê-se logo que dizer que o incremento positivo do crédito em termos reais de 20% não é, em absoluto, exagero, mesmo porque o raciocínio é muito simples: as empresas brasileiras, com raríssimas exceções, são descapitalizadas; se tiverem de aumentar a sua produção na média de 10% ao ano, hão de recorrer ao crédito na proporção total desse aumento, já que as suas disponibilidades são totalmente aplicadas.

Deste modo, o que se nota é que o crescimento do crédito não pode — nem deve — estrangular as atividades produtivas.

Neste ano de 1972, as pressões inflacionárias estão sendo muito fortes. Bastaria citar um exemplo, o do crescimento vertiginoso das reservas monetárias, realmente uma pressão que, por si só, justificaria toda aquela cautela excepcional das autoridades monetárias para não deixar o sistema expandir-se além do projetado.

O Banco do Brasil vem-se esforçando, este ano, como nos anos anteriores, por manter-se dentro dessa política e está condenado a reaplicar menos do que o crescimento dos seus depósitos. Porém assim se comporta, tendo em vista a necessidade imperiosa de diminuirmos os índices inflacionários.

Se a nossa economia vai crescendo à medida de 10% ao ano e se partíssemos de uma produção de 300 bilhões de cruzeiros em 1972, teríamos 330 bilhões, em 1973; 363 bilhões, em 1974 e cerca de 400 bilhões, em 1975. Este crescimento de 10% ao ano, segundo cálculos com base em vários pressupostos, exigirá uma participação no comércio exterior de pelo menos 12%. Os cálculos mais conservadores, em relação aos países em crescimento rápido, exigem que a taxa de aumento dos negócios internacionais seja, no mínimo, superior em 20% àquela pretendida para uma determinada economia. Assim, teríamos de fazer um grande esforço para elevar as nossas exportações em um ritmo de 12% ao ano.

Assim, haveríamos de ter, em 1975, para um Produto Nacional Bruto de 67 bilhões de dólares (Cr\$ 400 bilhões a preços de 1972) e mantido o nível de comércio exterior do Brasil ao redor de 8%, uma exportação de 5.360 milhões de dólares.

Tivemos um crescimento das exportações, desde 1967, à razão de 15%, salvo no ano de 71 e estamos seguros de atingir, neste ano de 72, uma exportação de 3,6 bilhões de dólares, no mínimo. Sobre os 2,9 bilhões de 71, temos crescimento superior a 20%. Mas, admitindo, para 73, um crescimento apenas de 15% teríamos 4.140 milhões, em 73. Com o crescimento de 10% em 74, teremos 4.550 milhões e com 10% mais, em 75, chegaríamos aos 5 bilhões de dólares. Mas o nosso desejo é de manter o ritmo de crescimento alcançado em 72. Neste caso, poderíamos chegar com 20% em 73 a 4,4 bilhões, com mais 20%, em 74, a 5.280 milhões, atingindo o comércio exterior participação superior aos 8% do Produto Nacional Bruto brasileiro.

Acabamos de regressar de uma reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e, igualmente, acompanhamos, atentamente, através da leitura dos jornais, o desenrolar da sessão anual da Organização das Nações Unidas. Nessas reuniões, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores, foram encarecidos os mesmos desejos de colaboração das nações ricas para o desenvolvimento das chamadas nações do *Terceiro Mundo*. Olhamos a evolução desse auxílio com certo ceticismo, porque, no início dos anos 60, a ONU, dando ênfase aos seus objetivos no campo da economia, criou a *Década do Desenvolvimento*, tentando fazer com que as nações ricas — com um Produto Nacional Bruto totalizando cerca de 2 trilhões de dólares — contribuíssem, no mínimo, com 1% desse PNB para auxiliar o desenvolvimento das nações periféricas.

Decorrida a década de 60, verificou-se que a contribuição dos países desenvolvidos tinha diminuído em vez de aumentar. Não obstante tais resultados, renovaram-se as esperanças e estabeleceu-se uma segunda *Década de Desenvolvimento*, a partir de 1970. Em seu discurso, o Presidente Robert McNamara, numa das

principais sessões da última reunião em Washington, declarou que mesmo a meta, já baixa, pretendida pela Comissão Pearson — 0,7% daquele PNB, em lugar do 1% proposto — está prejudicada; em 1971, tinha ficado abaixo de 0,33% e dificilmente essas nações, com todos os seus problemas de crescimento interno, teriam condições de atingir a meta de 0,7% no mínimo.

Vê-se, portanto, que o desenvolvimento não pode ficar à espera de auxílios e contribuições, mesmo se considerássemos donativos todos os recursos contabilizados pelas nações ricas, como contribuição ao desenvolvimento das nações pobres. Um reparo: estes não incluem apenas doações propriamente ditas — que algumas instituições filantrópicas fazem a congêneres dos países atrasados — mas abrangem todo o movimento de capital que se desloca dos primeiros para os segundos; se bem que representam ajuda, constituem antes de tudo um bom negócio, pois nenhuma corrente de capital, fora dos canais multilaterais, tem procurado os países subdesenvolvidos em termos de boa vontade, de ajuda ao seu desenvolvimento, mas tão somente como um negócio, que os países ricos, através de suas empresas e de seus bancos, procuram fazer.

Desta forma, verifica-se que se fosse possível canalizar aquele 1% inicialmente previsto, tal “quantum” representaria uns 20 bilhões de dólares, os quais teriam de ser rateados entre as nações necessitadas, em graus diversos.

Como esse ritmo de contribuição, de capitais, de ajuda e não-ajuda, tem abrangido apenas 1/3% do PNB total daquelas nações ricas, seu montante poderá chegar, este ano, a 6 ou 7 bilhões de dólares, quantia equivalente, ou menor ainda, ao valor que, em juros e amortizações, os países atrasados vêm pagando por dívidas anteriormente contraídas. Resumindo: existe apenas uma compensação do pagamento de principal e acessórios sobre as dívidas anteriores, nesse movimento de capitais.

Logo, o que se impõe para a nação consciente de suas responsabilidades, no momento atual, é um grande esforço para o desdobramento do seu próprio trabalho, quer no desenvolvimento interno, quer na sua projeção no mercado internacional.

E nós, o que estamos fazendo? Tentando um incremento de 10% na economia acrescentaremos, este ano, em cruzeiros de hoje, 30 bilhões de cruzeiros que, feliz e pacificamente, o Sistema vem conseguindo manter. Mas não basta produzir. Há, também, que consumir. Daí a ênfase especial que se vem dando no mundo moderno — e que não passou despercebido ao Governo Brasileiro, nas reafirmações constantes do Presidente Médici — à mais justa distribuição de rendas. Não em caráter filantrópico, mas sobretudo como garantia de alargamento do mercado e posituação do desenvolvimento auto-sustentado da economia.

Se nos temos esforçado para conseguir os altos índices que projetam o Brasil nos últimos tempos, no cenário mundial, para que esse desenvolvimento continue sustentado são necessárias certas previsões a que não está alheia a sociedade brasileira.

Nos ramos tradicionais da economia primária, estamos fazendo investimento excepcionalmente altos. Só no café, o revigoramento das plantações e a nova cultura, com uma mais moderna técnica, vão custar ao País cerca de 800 milhões de dólares, ou seja, 4,8 bilhões de cruzeiros de hoje, no triênio 1972/4. Com isso nós pretendemos manter a posição do café na política comercial do Brasil em torno de 1 bilhão de dólares, a que se deve chegar este ano. Com a maior produtividade da lavoura, alcançaremos a adequada economicidade nessa cultura.

Temos trabalhado intensamente pelo alargamento da fronteira da pecuária brasileira, entrando no interior do País através de Goiás, Mato Grosso e Pará; já a esta altura ocupando uma grande parte da Amazônia. Na segurança de que, com a escassez mundial de terras para criação de gado e encarecimento da alimentação animal, um nível de preço internacional para a carne bovina seja mantido, presentes as necessidades não só do Brasil como do resto do mundo, de proteínas nobres que somente aquele produto pode fornecer.

Voltando à agricultura, embora este ano não se prenuncie muito lisonjeiro no tocante a safras, dadas as intempéries que castigaram a Região Sul do País, responsável pela maior produção nacional, o esforço tem sido intensivo, inclusive quanto à modernização das lavouras. As perspectivas a respeito do arroz e do soja — que são as mais importantes semeaduras nesta época — são tão boas, que autorizam esperar, caso não ocorram fenômenos climáticos adversos, colheitas melhores em 1973 do que tivemos em 1972. No soja, por exemplo, o incremento da produção poderá ser de 50%.

Outros tipos de cultura estão sendo objeto de interesse, no Brasil. A modernização da lavoura de algodão é uma das que me ocorrem que possa ser bem destacada.

Não temos dúvidas de que também no campo do reflorestamento o Brasil está lançando perspectivas muito importantes para o final desta década, quando tentará a diminuir a concorrência renhida no fornecimento de derivados de madeira nos mercados mundiais. Tanto mais quando se comprova que o clima tropical e o subequatorial são muito mais propícios ao desenvolvimento de florestas do que os climas frios, onde tradicionalmente até hoje tem prosperado a atividade madeireira.

Estamos também convencidos de que a pesca, com os incentivos fiscais, está em franca evolução, do que resultará não somente a melhoria dos padrões de alimentação da população brasileira, como também a colaboração significativa no vigoroso trabalho que estamos realizando para manter um desenvolvimento equilibrado.

No campo da mineração, temos batalhado para aumentar a participação do Brasil no grande mercado de minério de ferro, manganês, nióbio e estanho. Estamos marchando para nos tornar auto-suficientes em chumbo, cobre, zinco, talvez mesmo no sentido de participar das exportações, de acordo com o desenrolar do plano de implantação da mineração e transformação.

Chegamos ao ponto mais crucial do desenvolvimento, o da industrialização, que traz em seu bojo o surto do

crescimento das cidades. Assim, ontem tivemos a satisfação de ouvir o discurso brilhante do Dr. Rubens Costa, mostrando o caminho rápido que o País vai tomando para transformar-se num verdadeiro concentrado de populações urbanas, em vez de ser um País rural. Ali nos chama a atenção um ponto importantíssimo, que nunca se poderá perder de vista em relação ao desenvolvimento harmônico, ou seja, o da distribuição de renda.

Assim como procuramos corrigir, através das forças ao alcance, os desníveis do Sul para o Norte e Nordeste do País, devemos ter presentes os corretivos indispensáveis àqueles que continuarão produzindo bens primários, a fim de que não se lhe tornem curtos os mercados e, sobretudo que haja justiça na distribuição da produção.

Se precisarmos de industrialização e se os mercados urbanos são os mais favoráveis e maiores consumidores, não podemos esquecer que 40 milhões de brasileiros continuam e continuarão por muito tempo produzindo no campo e necessitando de produtos industrializados. Não podemos esquecer que somos hoje um mercado de 100 milhões de pessoas, seremos 120 milhões no fim da década e precisamos garantir preços e condições nos mercados mundiais.

Se vamos marchando aceleradamente nas exportações, também estamos aumentando o consumo dos produtos industrializados, quer os bens duráveis, quer os de consumo imediato.

Tem havido uma certa tendência de importação maciça de bens de produção quando o que se impõe é que a indústria nacional de máquinas tenha a sua vez de produzir em escala crescente para as nossas necessidades. Verdade é que não se pode eliminar, de estalo, a importação de máquinas e fábricas de máquinas, mas se pode, com a tecnologia já conhecida, substituir uma gama bem importante das máquinas que vimos comprando. Mas, mesmo mantendo um nível de importações igual ao dos últimos três anos — que passou de 800 milhões de dólares para um bilhão e, daí, para 1,2 bilhão — em máquinas e equipamentos com a última palavra da tecnologia, estamos certos de que a indústria brasileira está servindo melhor o mercado nacional e criando condições para competir nos mercados mundiais. Desejo deter-me no exame daquele comércio para os produtos industriais, uma vez que eles formam a massa imensa dos negócios internacionais. O crescimento do comércio mundial tem sido feito nos últimos tempos, quase que à base dos industrializados, porque os primários sofrem os efeitos da tecnologia, que substitui matérias-primas, inclusive alimentos, prejudicando, por conseguinte, o crescimento do comércio dos países pobres. Este que se mantém em torno de 40 bilhões de dólares, conta com 7 a 8 bilhões de dólares, em produtos manufaturados, número ridículo em relação ao comércio de manufaturados entre os países ricos.

E o que é importante: os países ricos, na compra de manufaturados de países pobres, têm tomado atitudes defensivas que contrariam, entre outras coisas, os próprios princípios sustentados por eles no seio das Nações Unidas e no Fundo Monetário Internacional.

Até recentemente, mais de um terço das exportações de manufaturas dos países periféricos, especialmente para o Mercado Comum Europeu e para a América do Norte, eram tecidos; para o Reino Unido, cerca de um quarto. E esses países, não satisfeitos com as tarifas, estabeleceram quotas defensivas contra as ofertas dos países periféricos. Exportar produtos primários é um problema de sensibilidade. Num país de variedade de climas e de condições de trabalho rural como o nosso, é possível verificar as tendências do mercado e procurar manter os níveis de exportação dos produtos primários, mesmo aprimorá-los, com a introdução de novos itens na pauta. Outra coisa é mudar a índole das exportações, tornando-as mais nobres como foi o caso do suco de laranja, que tomou incremento espetacular nos últimos tempos.

No caso das manufaturas, temos que procurar as brechas existentes nos mercados. É de se ressaltar que mesmo os favores, as concessões deliberadamente aceitas pelos países ricos, foram estabelecidas no Mercado Comum Europeu e o extinto EFTA com uma cláusula de imediata revogação, segundo a conveniência dos países beneficentes. Isto vale dizer que, a qualquer momento, qualquer país do MCE — não digo também a América do Norte, porque ela não colocou em prática estes favores — ou o Japão podem, por iniciativa própria, revogar esses favores.

Havemos, pois, de ter uma partida do mercado nacional, que se deve tornar cada vez mais exigente, pelas modificações resultantes da própria melhoria do índice de vida do povo, e conseguir penetrar no maior número de mercados possível.

Trouxe dados que elucidam bastante o que acontece no mundo e vou tomar um, relativo ao valor médio de importação por habitante. Os países do Mercado Comum importaram, em 1970, 373 dólares por habitante; a Associação Européia de Livre Comércio, 416; a América do Norte, 224; A Austrália e a Nova Zelândia, 327; o Japão, 138; o Oriente Médio, 99; a América Central, 74; a América Latina, 43; a África, 29; e a Ásia, 16.

Vê-se, portanto, que a importação *per capita* da América Latina correspondia exatamente a uma décima parte da importação do EFTA, a uma nona parte do MCE ou a uma sexta parte da América do Norte.

Por isso, temos enfatizado em nossas discussões, nos meios próprios, que a ALALC não tem correspondido às nossas esperanças, porque o comércio dentro da América Latina é pequeno e, ainda mais, a participação da América Latina, nos anos 60, no mercado mundial, baixou de 7,6% para 5,2%. No comércio interzonal houve pequena evolução, neste mesmo interregno, de 9,5% para 11,3%.

Vê-se, daí, que os grandes mercados é que têm de ser procurados, sem prejuízo dos menores, com os quais, em muitos itens o Brasil pode competir. Temo-nos esforçado por dar a contribuição do Banco do Brasil nesse sentido, não apenas agilizando e simplificando os mecanismos internos a cargo da CACEX, como também identificando pontos de estrangulamento do nosso comércio exterior e procurando indicar rumos, certos de que não poderemos ser meramente um participante residual desse gigantesco intercâmbio.

Recente publicação dá uma participação dos Estados Unidos de 13% no comércio mundial e do MCE — contados os Dez — de 44%; ali aparece a Rússia com apenas 4%. Levando-se em conta que o mercado norte-americano representa um bolo de 1 trilhão de dólares e o bolo do novo Mercado Comum sobe a 770 bilhões de dólares, entendo que, sem desprezar o primeiro, mas até, pelo contrário, procurando recuperar o percentual que ali perdemos, devemos concentrar no segundo grande parte da nossa atenção, porque no MCE está englobada virtualmente metade do comércio mundial.

O Banco do Brasil iniciou as suas atividades no Mercado Comum com uma agência em Hamburgo; colocou a sua segunda posição dentro do EFTA, em Londres; voltou ao Mercado Comum com uma agência em Paris. Trabalha insistentemente para ver se coloca uma agência na Itália e ultimamente situou-se também em Lisboa, que era um agregado do sistema EFTA e que continua agora também agregado ao sistema do Mercado Comum. Dentro da mesma problemática, abrimos a nossa agência em Nova Iorque e, com o estabelecimento de um escritório em São Francisco, identificamos a necessidade de transferência em agência, a fim de acompanhar, de perto, a evolução do comércio brasileiro com a costa oeste norte-americana, em que só o mercado da Califórnia representa um potencial de compra correspondente ao sétimo país do mundo. Ainda para facilitar a prestação de serviços rumo ao mercado do Pacífico, estamos cogitando da instalação de uma agência no Panamá, com vistas ao porto livre ali existente, que é uma verdadeira esquina do mundo. Pretendemos, também, com ela, servir à canalização de novas mercadorias brasileiras para o Caribe. Fomos também para o Oriente, porque identificamos a existência de três grandes mercados: América do Norte, Mercado Comum e Japão.

Assim, e dentro do desejo do Brasil de diversificar suas compras e as suas vendas o mais possível, estamos presentes, já, nos três grandes pólos de desenvolvimento do comércio mundial.

Além do mais, tendo em vista o desenrolar muito rápido de um novo tipo de sociedade multinacional, também participamos de uma entidade desse caráter, para conhecer-lhe o âmago, ver como se comporta e quais os resultados que podemos dela tirar para o desenvolvimento nacional. Temos desejo de formular outro agrupamento semelhante para atingir o financiamento de mercadorias brasileiras rumo à África, que continua sendo estudado e discutido, segundo a maiores interesses do Banco do Brasil e do nosso País.

Esta, a nossa colaboração, acompanhando de crédito a venda de mercadorias manufaturadas. Por isso também estamos sentido, com o maior prazer, a entrada do Banco do Estado de São Paulo, em seguimento à antiga agência do Banco da Lavoura, hoje Banco Real, em Nova Iorque; e outros bancos estudando praças estrangeiras que apresentem condições de receber novas agências de bancos brasileiros, capazes de favorecer a expansão das nossas trocas internacionais.

Creio que as perspectivas são inúmeras e as especialidades também as mais diversas, estando o campo aberto para o estudo efetivo da conveniência de cada estabelecimento de crédito.

Não poderia deixar de salientar que o Brasil de hoje, em termos de Produto Nacional Bruto, ocupa o 10º lugar no mundo, empatado com a Índia, depois dos Estados Unidos, Rússia, Japão, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, China, Itália e Canadá. Detém, por conseguinte, posição de destaque na economia mundial, sendo interessante lembrar que a China tem um PNB de 100 bilhões de dólares para uma população de 800 milhões de habitantes e a Índia tem um PNB igual ao nosso, de 50 bilhões, para uma população de 500 milhões. Somos, também, um dos 11 países do mundo com mais de 100 milhões de habitantes.

É, portanto, uma grave responsabilidade, a nossa, de banqueiros, a de mantermo-nos atentos à evolução da nossa economia, procurando, como temos procurado fazer até hoje, e como temos certeza de que vamos conseguir, dado o aperfeiçoamento das técnicas, o melhor entrosamento, a maior discussão de políticas de crédito.

Temos certeza de poder dar suporte ao desenvolvimento nacional, nos termos em que o Governo e a sociedade brasileira o desejam.

Este Congresso, realizado ano e meio após o de Brasília, já demonstrou que nossos índices de crescimento — em mira naquela ocasião — puderam ser satisfeitos sem maiores transtornos, e que a nossa classe, de banqueiros e de bancários, está disposta a continuar cumprindo o dever de irrigar a economia brasileira com os recursos indispensáveis à evolução continuada que começou em 1967 e que fez diferir muito a curva que se estabeleceu de 51 até 71. A partir de 1967 se manteve em nível elevado e deverá manter-se em futuro próximo, senão mesmo realizar uma marca recorde em todo o mundo, já que o povo brasileiro está motivado a fazer o País crescer rapidamente, o que trará melhoria de condições de vida para todos os habitantes desta grande Nação.

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header.

Handwritten text in the upper middle section of the page.

Handwritten text in the upper right section of the page, appearing as a list or series of notes.

Handwritten text in the middle section of the page.

OBJETIVOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO PASEP - A exemplo do Programa de Integração Social - PIS, inspirou-se o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP na preocupação do Governo de alcançar o equilíbrio social, propiciando aos servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, segundo índices proporcionais ao tempo de serviço e à renumeração percebida.

Tem como objetivo corrigir distorções da renda e assegurar aos seus beneficiários a fruição de patrimônio individual progressivo, criando estímulos e hábitos de poupança, com vistas à formação de uma mentalidade nova, indispensável ao desenvolvimento econômico e social do País. Isto enfatizou o Exmo. Sr. Presidente da República na mensagem nº 370-A, de 30 de outubro de 1970, com a qual encaminhou ao Poder Legislativo o projeto de criação do PASEP, transformado na Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970.

ADMINISTRAÇÃO DO PASEP - Na forma do artigo 5º, da Lei Complementar nº 8, cabe ao Banco do Brasil administrar o PASEP, ficando a seu cargo:

- a arrecadação das contribuições dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;
- organização do cadastro dos contribuintes e dos beneficiários;
- a aplicação dos recursos;
- a distribuição das cotas aos beneficiários; e
- atendimento dos saques.

A complexidade e extensão dessas tarefas impunham imediato e eficiente planejamento. Assim, criaram-se Grupos Especiais de Trabalho, que deram início, em abril de 1971, ao cadastramento das entidades contribuintes na área da União, dos Estados, Municípios e Territórios. Na mesma ocasião, cuidou-se de estabelecer sistemática para a arrecadação, que seria iniciada em julho, bem como para a aplicação dos recursos do Programa, através da concessão de créditos às atividades dos diversos setores da economia nacional.

As diversas etapas do trabalho, todas de grande significação, dimensionamento dos encargos e conveniência de centralização, impuseram a criação do Departamento Geral dos Assuntos do PASEP.

O processamento dos milhares de informações coletadas se efetua em computadores, no maior centro eletrônico do Banco, que é o da Guanabara.

Todavia, em face da natureza das atribuições do PASEP, que envolvem problemas de pessoal, equipamento, espaço e tempo, tornou-se indispensável ainda, para a perfuração de dados, a utilização dos serviços de empresas particulares.

Às Agências compete a arrecadação, a execução das operações, o recebimento dos informes cadastrais dos servidores e o pagamento de saques, autorizados pela Direção Geral.

CADASTRAMENTO DAS ENTIDADES CONTRIBUINTE - Uma das primeiras providências adotadas, na administração do PASEP, consistiu na obtenção de dados sobre os órgãos e entidades vinculados ao Programa, para organização do cadastro de contribuintes.

Correspondência foi expedida aos Estados e Municípios, solicitando-lhes o preenchimento de formulários com informações relativas ao próprio Estado ou Município e órgãos da administração indireta: autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, além das fundações.

Pedidos de informações foram dirigidos igualmente a todos os órgãos da administração indireta da União.

PASEP:

Um Patrimônio

para o

Servidor Público

O poder de fiscalização não foi atribuído ao Banco do Brasil - o controle exercido sobre os recolhimentos se restringe a questões internas de organização dos serviços. Sem embargo, como teremos oportunidade de focalizar mais adiante, o Banco tem procurado, sempre que necessário, manter entendimentos com os contribuintes, para regularização dos recolhimentos devidos.

Muitos municípios ainda não estão contribuintes cadastrados se elevava a não ter sido votada a lei local exigida, para integração no PASEP, na forma do artigo 8º da Lei Complementar nº 8.

Em junho deste ano, o número de contribuintes cadastrados se eleva a 4.683, com a seguinte distribuição:

Administração Direta			
- União	1		
- Estados, DF e Territórios	26		
- Municípios	2.806	2.833	
Administração Indireta			
- Entidades Federais	493		
- Entidades Estaduais	577		
- Entidades Municipais	780	1.850	
TOTAL			4.683

CADASTRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS - Criado em fins de 1971, o Departamento Geral dos Assuntos do PASEP iniciou atividades em fevereiro deste ano. Àquela altura impunha-se a imediata coleta de dados para o cadastramento dos beneficiários, etapa das mais trabalhosas na implantação do Programa.

Sobre o assunto foi baixada pelo Banco, em 22.2.72, a Norma de Serviço PASEP 72/1.

São beneficiários do Programa os servidores em atividade, civis e militares, da União, Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal, e dos respectivos órgãos da administração indireta, inclusive fundações e conselhos fiscalizadores de profissões liberais, quando sujeitos a supervisão governamental.

O cadastramento dos beneficiários é da responsabilidade dos órgãos empregadores e, com as informações que eles prestam, o Banco pode fazer a distribuição dos recursos.

A primeira etapa do cadastramento consiste no preenchimento de uma ficha de inscrição para cada servidor em atividade em 1971.

Uma vez que diversos órgãos tinham o registro de seus servidores em sistema de processamento de dados, o Banco, com o propósito de facilitar o cumprimento da tarefa no prazo estabelecido, isto é, até o término do 1º semestre, instituiu regime especial de cadastramento. Consiste no fornecimento, em fita magnética ou cartões, dos dados disponíveis pelo órgão, sendo indispensáveis o nome do servidor, o sexo, a data do nascimento e o total da remuneração no ano civil anterior. Os órgãos que optassem por esse regime poderiam prestar as demais informações posteriormente, sem prejuízo da participação de seus servidores na distribuição dos recursos arrecadados no primeiro exercício financeiro.

A par da divulgação da Norma de Serviço através da imprensa, foram mantidos contatos com órgãos de grande porte, justamente os que poderiam enfrentar maiores dificuldades na execução da tarefa. Os contatos ficaram a cargo de funcionários do PASEP e se estenderam a diversas regiões do País. Por outro lado, foram as agências instruídas para prestar assistência necessária aos órgãos de menor porte.

Muitas entidades não reuniam condições para efetuar o cadastramento através de um só setor, por terem descentralizados os serviços de folha de pagamento e controle de pessoal. No caso, foi considerada fonte de informações cada uma das unidades que detinham os dados necessários à inscrição dos servidores no Programa.

Dessa forma, embora o número de órgãos contribuintes fosse da ordem de

4.700, como indicado anteriormente, o cadastramento abrangeu cerca de 7.800 fontes de informações.

No regime comum de cadastramento, o Banco distribuiu os formulários de ficha de inscrição já com o código destinado ao beneficiário. A quantidade correspondeu, em cada caso, ao número de servidores previamente indicado pelo órgão, com margem de segurança de 30% para cobrir possíveis erros no preenchimento. Foram distribuídos 2,6 milhões de formulários.

A ficha de inscrição se constitui de duas partes: uma, com maior número de dados, para devolução ao Banco; a outra, para ser destacada pelo órgão informante e entregue ao servidor, como comprovante de sua inscrição.

O comprovante de inscrição será imprescindível no relacionamento do beneficiário com o Banco para solicitação de saques.

As tarefas de distribuição e posterior recebimento das fichas foram das mais trabalhosas. Exigiram a participação, não só do Departamento, como de toda todas as agências do Banco que se desdobraram no sentido de levar a missão a bom termo. A movimentação dos formulários se fez exclusivamente através da rede de malotes do Banco. Para se ter idéia da dimensão dos trabalhos, basta dizer que, no caso das Forças Armadas, houve necessidade de enviar material de cadastramento a mais de mil unidades, muitas delas localizadas em regiões distantes.

No cadastramento sob regime especial, forneceu-se a cada órgão apenas a faixa de numeração correspondente a seus servidores, uma vez que o preenchimento de fichas só seria realizado posteriormente, mediante inserção dos dados não registrados na fita magnética ou nos cartões. Aos 65 órgãos que optaram por esse regime foram concedidos aproximadamente 1.500.000 números.

Encerrada a coleta de dados, os trabalhos de organização do cadastro dos beneficiários tiveram início.

As fichas de inscrição devolvidas pelos órgãos informantes foram colocadas em ordem numérica e, em seguida, passaram por um processo de crítica. Nessa fase os erros de preenchimento foram corrigidos, inclusive com a

eliminação de caracteres não considerados para efeito de registro em computadores. Na mesma oportunidade, foram retiradas as fichas onde se verificou omissão de dados indispensáveis à participação do servidor na distribuição dos recursos, como: nome, remuneração, data do nascimento ou ano do primeiro emprego.

Através da troca de correspondência com os órgãos empregadores, na maioria dos casos, foram apurados os dados omitidos, evitando-se prejuízo para expressivo número de servidores.

Após a crítica, as fichas foram microfilmadas e encaminhadas à perfuração, para posterior processamento em computadores. A microfilmagem, além de facilitar a consulta aos dados cadastrais, apresenta a conveniência de eliminar a necessidade de espaço para arquivo, com a conseqüente redução de custos. A título de ilustração, e para evidenciar as vantagens da microfilmagem, cabe dizer que cada rolo de filme tem capacidade para reproduzir cerca de 15 mil fichas e pode ser acondicionado em uma caixa de volume pouco superior ao de uma carteira de cigarros.

Na medida em que se efetivava o processamento, os dados cadastrais dos servidores iam sendo registrados em fita magnética. As divergências então apuradas pelo computador foram listadas, de modo a permitir a verificação visual e os necessários comandos de retificação. Esse trabalho já se encontra em fase de conclusão.

Depois de todos os acertos, o computador fornecerá a relação dos servidores cadastrados, num volume de aproximadamente 200 mil folhas de formulário contínuo.

Nos casos de cadastramento pelo regime especial, o Banco procedeu à depuração dos dados constantes das fitas magnéticas ou cartões entregues pelos órgãos informantes, emitindo relatórios de ocorrências em que se indicavam as divergências apuradas. Feitas as correções devidas, os dados foram inseridos nos registros do PASEP, considerando-se cadastrados, por essa forma, os servidores de tais entidades.

Posteriormente, o Banco emitiu as fichas de inscrição desses servidores, consignando os dados fornecidos.

Remeteu-as em seguida aos órgãos informantes, para preenchimento dos campos em branco e entrega dos Comprovaantes de Inscrição aos beneficiários. Após sua devolução, as fichas passarão pelo mesmo processo de crítica utilizado no cadastramento comum.

Já tendo assegurado a participação de seus servidores na primeira distribuição de recursos, os órgãos que optaram pelo regime especial poderão fornecer os dados complementares sem maiores preocupações quanto a prazo, o que se constitui numa das vantagens desse regime.

Foram cadastrados, ao todo, 2.700 mil servidores, com a seguinte distribuição:

Órgãos e Entidades	Quant.
- União	355.000
- Estados, DF e Territórios	800.000
- Municípios	483.000
- Entidades Federais	668.000
- Entidades Estaduais	340.000
- Entidades Municipais	54.000
TOTAL	2.700.000

ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DOS BENEFICIÁRIOS - A distribuição dos recursos arrecadados em cada exercício financeiro deverá ser feita entre os servidores que estiverem em atividade no ano civil anterior.

É indispensável, portanto, a atualização anual do cadastro de beneficiários, mediante registro dos informes sobre remuneração, inclusão e exclusão de beneficiários.

O assunto foi regulamentado na Norma de Serviço PASEP 72/3, de 25.7.72, já publicada em folheto.

A primeira atualização, prevista para o período de janeiro a março de 1973, compreenderá a informação dos rendimentos pagos em 1972 e a inclusão dos servidores admitidos a partir de 1.1.72 e daqueles que, por qualquer motivo, tenham sido omitidos no cadastramento inicial. Essa atualização servirá de base para a distribuição dos recursos que forem arrecadados no 2º exercício financeiro: julho de 1972 a junho de 1973.

ARRECADAÇÃO - Os recursos do PASEP provêm das contribuições a que estão obrigados por lei os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, no âmbito federal, estadual e municipal, incidentes sobre as respectivas receitas.

Dessa forma, os servidores não arcam com qualquer ônus, participando do Programa tão somente na qualidade de beneficiários.

De acordo com a lei, as contribuições são calculadas com base na receita apurada no 6º mês anterior àquele em que se tornaram devidas, observando-se os seguintes percentuais:

I - União

1% para as contribuições devidas de julho a dezembro de 1971;

1,5% para as devidas em 1972;

2% para as devidas no ano de 1973 e subsequentes.

II - Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios

1% para as contribuições devidas de julho a dezembro de 1971;

1,5% para as devidas em 1972;

2% para as devidas no ano de 1973 e subsequentes;

Nas transferências recebidas do Governo da União e dos Estados através do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é devida ainda a contribuição de 2%.

III - Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações e Órgãos Fiscalizadores de Profissões Liberais

0,4% para as contribuições devidas de julho a dezembro de 1971;

0,6% para as devidas em 1972;

0,8% para as devidas no ano de 1973 e subsequentes.

Verifica-se que, à exceção do percentual incidente sobre as cotas do Fundo de Participação, os demais sofreram aumento para as contribuições devidas em 1972 e serão novamente majorados para as devidas no ano de 1973 e subsequentes.

Sobre os recolhimentos feitos com atraso incidem juros de 3% ao ano e correção monetária calculada segundo os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. A cobrança desses acréscimos visa a atualizar os valores: se recolhidos na época devida, estariam sendo aplicados em benefício dos servidores.

Para efeito de recolhimento, cada órgão contribuinte ficou vinculado a uma determinada agência do Banco, o que facilita o controle da arrecadação.

As agências remetem mensalmente os extratos de conta e as segundas vias das guias de recolhimento. Os dados neles contidos são processados em computador, permitindo, a qualquer momento, saber a situação dos recolhimentos de cada órgão.

Todas as instruções sobre arrecadação constam da Norma de Serviço PASEP 72/2, de 28.4.72.

Como veremos mais adiante, em detalhes, a arrecadação no 1º exercício atingiu Cr\$ 623 milhões. A esse montante foram acrescidos Cr\$ 43,5 milhões correspondentes ao resultado líquido no período e Cr\$ 50 milhões de repasse da Caixa Econômica Federal (PIS), perfazendo, assim, um total de recursos da ordem de Cr\$ 716 milhões.

APLICAÇÕES - Sendo o PASEP um plano de poupança, que tem por finalidade assegurar ao servidor um patrimônio individual progressivo, preocupou-se o Governo em adotar sistemática para resguardar os recursos do Programa da desvalorização da moeda.

Estabelece a Lei Complementar nº 8ª que os valores atribuídos aos beneficiários devem ser corrigidos de acordo com os índices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, além de vencerem juros de 3% ao ano.

O êxito do Programa vai depender muito da aplicação dos recursos, como fonte da receita necessária à cobertura dos encargos previstos.

LINHAS DE CRÉDITO - Com base em autorização do Conselho Monetário Nacional, foram instituídas e se encontram em vigor as seguintes linhas de crédito à conta do PASEP:

1) Empréstimos a Governos Estaduais e Prefeituras, para:

- aquisição de máquinas e/ou equipamentos rodoviários nacionais destinados à conservação, recuperação e construção de estradas;
- aquisição de máquinas e/ou equipamentos rodoviários nacionais destinados à formação de *patrulhas agrícolas*;
- aquisição de aviões agrícolas de fabricação nacional, caminhões e tombadeiras;
- aquisição de aparelhagem técnica destinada a expurgo e defesa de produtos armazenados;
- construção de silos, armazéns e instalações congêneres;
- eletrificação rural ou urbana.

2) Empréstimos a empresas industriais, comerciais e de serviço, para:

- investimentos em instalação, reforma, ampliação ou modernização;
- aquisição de máquinas e equipamentos, serviços de montagem, engenharia e supervisão.
- venda ou primeira revenda de unidades novas de bens duráveis de fabricação nacional.
- pagamento de impostos federais, estaduais ou municipais, contribuição previdenciárias e outros encargos semelhantes.

3) Financiamento a empreiteiros da União, dos Estados e dos Municípios, mediante garantia de créditos adquiridos contra essas entidades e respectivas autarquias.

4) Financiamento a oficinas e revendedores autorizados da indústria automobilística nacional, para aquisição de peças e veículos junto às fábricas, inclusive as de tratores.

5) Financiamentos especiais de capital de giro a empresas industriais, comerciais e de serviços, que não disponham de duplicatas negociáveis.

Todas as operações são sujeitas a correção monetária, nas mesmas bases das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, além de juros de 8% ao ano.

Os prazos das operações com recursos do PASEP variam de acordo com a

natureza de cada operação, podendo, em alguns casos, atingir até 8 anos.

Ao término do 1º exercício, era o seguinte o quadro das aplicações dos recursos do PASEP, por títulos contábeis:

APLICAÇÕES

Discriminação	Cr\$ 1.000
- Empréstimos para Investimentos	47.381
- Empréstimos a Governos Municipais	99.960
- Empréstimos para Capital de Trabalho — Impostos e Contribuições	173.347
- Empréstimos Diversos para Capital de Trabalho	396.026
TOTAL	716.714

DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS - A distribuição das cotas do PASEP entre os servidores cadastrados e que estiveram em atividade no ano civil anterior será efetuada no mês de dezembro.

Exemplificando: a distribuição dos recursos correspondentes ao 1º exercício, que compreendeu o período de julho de 1971 a junho de 1972, será realizada em dezembro próximo e dela participarão os servidores que estiveram em atividade em 1971, incluídos no cadastramento inicial; os recursos arrecadados no 2º exercício, que vai de julho de 1972 a junho de 1973, serão distribuídos em dezembro

de 1973, abrangendo os servidores em atividade durante o ano de 1972.

O Banco tomará sempre por base as informações prestadas pelos órgãos empregadores, não lhe cabendo responder por eventuais prejuízos decorrentes de erros ou omissões.

Os recursos serão distribuídos 50% proporcionalmente ao tempo de serviço e 50% proporcionalmente à remuneração do beneficiário no ano civil anterior.

O rateio proporcional à remuneração será feito de acordo com a seguinte tabela:

Faixas de Remuneração	Peso
— Até 24 salários mínimos, inclusive	2
— De mais de 24 até 60 salários mínimos	3
— De mais de 60 salários mínimos (*)	4

(*) Acrescer uma unidade de peso para cada cento e vinte salários mínimos adicionais. O maior salário mínimo vigente no País, ao término do ano civil anterior será sempre a base de cálculo.

A aplicação dos recursos do Programa está a cargo das Diretorias e Gerências Regionais, através das agências em todo o País.

O rateio em função do tempo de serviço obedecerá ao seguinte sistema de pesos:

Nº DE QUINQUÊNIOS COMPLETOS	PESO
0	1
1	2
2	3
3	4
4	5
5	6
6 ou mais	7

Como no prazo previsto para o cadastramento inicial a maioria dos órgãos não teria condições de apurar o tempo de serviço de seus funcionários, inclusive em empregos anteriores, foi decidido, através da Resolução nº 194 do Banco Central do Brasil, de 4.11.71, que o tempo de serviço, na primeira distribuição, deverá ser contado ininterruptamente a partir do ano em que o servidor completou 18 anos de idade.

No caso de o servidor ter começado a trabalhar com menos de 18 anos, a contagem será a partir do ano do primeiro emprego, desde que declarado pelo órgão informante.

A participação de cada beneficiário será representada por cotas correspondentes a uma fração ideal dos recursos distribuídos. O valor unitário das cotas foi fixado inicialmente em Cr\$ 10,00.

CENTRALIZAÇÃO DAS CONTAS -

Dada a intensa movimentação de pessoal na área da administração pública, as contas serão centralizadas no Departamento Geral dos Assuntos do PASEP, evitando-se, com isso, problemas que resultariam da vinculação de cada servidor a uma agência.

O sistema centralizado tornará menores os custos de administração do Programa: além de dispensar qualquer controle sobre as constantes transferências dos servidores, permitirá a execução em computador de grande parte dos trabalhos.

Após cada distribuição, será fornecida às agências uma listagem de todos os servidores cadastrados no País, com as respectivas cotas e o beneficiário obterá seu saldo em qualquer das

800 agências do Banco, mediante apresentação do comprovante de inscrição.

ATUALIZAÇÃO DO VALOR DAS COTAS -

No final de cada ano, a partir de 1973, o Banco atualizará o valor unitário das cotas, mediante os seguintes acréscimos:

- correção monetária de acordo com os índices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;
- juros de 3% ao ano calculados sobre o valor corrigido;
- resultado líquido operacional, quando houver.

O resultado líquido operacional corresponde à parcela da receita das aplicações que porventura exceder a soma das despesas de juros e correção monetária, gastos administrativos e reservas.

SAQUES - Haverá dois tipos de saque: o das cotas, representativas de todos os valores atribuídos ao servidor; e o dos acréscimos decorrentes de correção monetária, juros e resultado líquido operacional.

O beneficiário terá direito ao saque total ou parcial das cotas na ocorrência de: casamento, aposentadoria, reforma, invalidez, transferência para a reserva ou aquisição de casa própria.

Para habilitar-se ao saque das cotas terá o beneficiário de comprovar a ocorrência, mediante apresentação, em cada caso, dos seguintes documentos:

Casamento:

- certidão de habilitação ao casamento ou certidão de registro do casamento do beneficiário;

Aposentadoria e invalidez:

- declaração do órgão previdenciário ou, na sua falta, declaração do setor competente do órgão empregador;

Reforma e transferência para a reserva:

- declaração do setor competente da corporação militar;

Aquisição de casa própria:

escritura pública de compra e venda, de compromisso de compra e venda, cessão ou de promessa de direitos aquisitivos, acompanhada do respectivo registro; alvará de construção e escritura pública de compra e venda, de compromisso de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão de direitos aquisitivos do terreno, devidamente registrada.

Como a primeira distribuição de recursos ocorrerá em dezembro deste ano, o saque das cotas poderá ser feito em janeiro de 1973.

Será facultada antecipadamente a solicitação de saque por motivo de casamento do beneficiário ou até 90 dias após a sua realização. Na primeira hipótese será exigida a certidão de habilitação e na segunda, a certidão de registro de casamento.

O direito de saque para compra ou construção de casa própria poderá ser exercido uma única vez, para cobertura de despesas efetuadas até 180 dias antes da data do pedido ou para atender a pagamentos previstos para os 180 dias seguintes.

Nos demais casos de retirada de cotas não haverá qualquer restrição quanto ao prazo para formalização do pedido. Dessa forma, mesmo após afastar-se do serviço ativo, poderá o beneficiário manter suas cotas no Programa, situação em que continuará fazendo jus aos acréscimos de correção monetária, juros e resultado líquido operacional.

O pedido de saque poderá ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, de livre escolha do beneficiário, mediante apresentação do *Comprovante de Inscrição* e de documento que ateste a ocorrência de uma das situações previstas para a retirada das cotas.

A agência encaminhará o pedido ao Departamento Geral dos Assuntos do PASEP, para processamento em computador. Feito o devido controle, o Departamento autorizará a agência a efetuar o pagamento. O prazo entre o pedido de saque e a autorização de pagamento não deverá ser superior a 15 dias.

Os acréscimos serão de livre retirada, nos seis meses seguintes aos respectivos créditos. Exemplificando: os acréscimos computados em dezembro de 1973 poderão ser retirados no 1º semestre de 1974; os computados em dezembro de 1974 poderão ser retirados no primeiro semestre de 1975.

Para formalização do pedido de saque dos acréscimos bastará que o beneficiário apresente o *Comprovante de Inscrição*. Quanto ao mais, será observada a mesma sistemática do saque de cotas.

Os acréscimos não retirados na época prevista serão definitivamente incorporados ao principal em nome do próprio beneficiário, não havendo qualquer prejuízo para o servidor que não utilizar o direito de saque.

Ocorrendo a morte do beneficiário suas cotas serão pagas aos dependentes devidamente credenciados por atestado do órgão previdenciário ou da entidade empregadora, no caso de servidor não vinculado à Previdência Social. Não havendo dependentes, o pagamento será feito aos sucessores, devidamente habilitados por alvará judicial.

RESULTADOS DO PRIMEIRO EXERCÍCIO - Concluída, assim, a apreciação do Programa em seus aspectos gerais, apresentamos os resultados alcançados no 1º exercício financeiro, que compreendeu o período de julho de 1971 a junho de 1972, bem como alguns esclarecimentos sobre a distribuição a ser processada em dezembro deste ano.

A arrecadação atingiu Cr\$ 622.977 mil. Desse total, Cr\$ 413.599 mil foram provenientes de entidades da administração direta e os restantes Cr\$ 209.378 mil, de órgãos da administração indireta.

A União foi a maior contribuinte, com Cr\$ 229.385 mil, equivalente a 37% do montante arrecadado. Seus órgãos de administração indireta contribuíram, em conjunto, com Cr\$ 157.542 mil, correspondente a 25%. Tem-se, assim, que Cr\$ 386.927 mil, ou seja, 62% dos recursos arrecadados, se originaram da área federal.

Os Estados e respectivos órgãos da administração indireta recolheram Cr\$ 167.705 mil, equivalentes a 27% do total. As contribuições no âmbito municipal somaram Cr\$ 68.345 mil, correspondendo a 11%.

O incremento de quase 90% no 1º semestre de 1972 deveu-se ao reajuste de 50% nas taxas de contribuição; ao interesse demonstrado pelas autoridades governamentais na integração ao PASEP de todos os órgãos ou entidades da área da administração pública às providências adotadas pelo Banco no sentido da regularização dos recolhimentos.

Em abril de 1972, o Departamento, valendo-se do controle que exerce

sobre a arrecadação, remeteu cerca de 2.000 cartas a órgãos e entidades que se encontravam em atraso, solicitando-lhes o pagamento das contribuições devidas.

Embora não caiba ao Banco a tarefa de fiscalização, os resultados de tal

providência não se fizeram tardar: em maio e junho foram efetuados diversos recolhimentos em atraso, com juros e correção monetária, atingindo a arrecadação nesses dois meses o montante de Cr\$ 182.335 mil, equivalente a quase 30% do total do exercício.

ARRECADAÇÃO

Períodos	Cr\$ 1.000	
1971 - Julho	22.936	
Agosto	42.418	
Setembro	38.381	
Outubro	27.878	
Novembro	44.037	
Dezembro	40.280	215.930
1972 - Janeiro	49.622	
Fevereiro	71.790	
Março	40.289	
Abril	63.011	
Maio	79.677	
Junho	102.658	407.047

RECEITAS E DESPESAS - A receita bruta das operações foi de Cr\$ 75.269 mil, máximo que poderia ser atingido, uma vez que os recursos do Programa estiveram integralmente aplicados durante todo o período.

Aliás, mediante convênio com a Caixa Econômica Federal, o Banco ainda aplicou Cr\$ 50 milhões de recursos do PIS.

As despesas do PASEP totalizaram Cr\$ 31.774 mil, incluídos a taxa de administração de 1,5%, e o custo dos serviços de aplicações.

O resultado líquido no exercício foi, portanto, de Cr\$ 43.495 mil

1ª DISTRIBUIÇÃO - De conformidade com o que estabelece o Regulamento do Programa, antes da distribuição será feita reserva de 5%, destinada a cobrir eventuais acertos.

Dessa forma, o líquido a distribuir estará perto dos Cr\$ 633 milhões.

Na distribuição proporcional aos rendimentos, prevalecerá a seguinte tabela de pesos, elaborada com base no salário mínimo que vigorava em 31.12.71, Cr\$ 225,60:

REMUNERAÇÃO

Classes	Pesos	
Cr\$ 1,00 a 5.414,00		2
5.415,00 a 13.536,00		3
13.537,00 a 40.607,00		4
40.608,00 a 67.679,00		5
67.680,00 a 94.751,00		6
94.752,00 a 121.823,00		7
121.824,00 a 148.895,00		8
148.896,00 a 175.967,00		9
175.968,00 a 203.039,00		10

OBS.: Acima de Cr\$ 203.039,00 será acrescida uma unidade de peso para cada Cr\$ 27.072,00 (120 salários mínimos) ou fração.

Na distribuição proporcional ao tempo de serviço, a tabela de pesos será a seguinte:

Ano do Nascimento	Pesos
Até 1923	7
1924 a 1928	6
1929 a 1933	5
1934 a 1938	4
1939 a 1943	3
1944 a 1948	2
1949 a 1957	1

OBS.: Prevalecerá a data do primeiro emprego, caso seja anterior a dos 18 anos do beneficiário.

Considerando que serão distribuídos Cr\$ 633 milhões entre os 2.700.000 servidores incluídos no cadastramento inicial, tem-se que a participação individual média será em torno de Cr\$ 230,00.

Embora ainda não tenha sido totalmente concluída a apuração dos dados que servirão de base para o rateio dos recursos, já podemos apresentar uma estimativa de quanto caberá a cada beneficiário nessa primeira distribuição:

TABELA DE COTAS

Pesos de Tempo \ Pesos de Salário	Pesos de Tempo						
	1	2	3	4	5	6	7
2	12	15	18	20	23	26	29
3	16	19	22	25	28	31	33
4	21	23	26	29	32	35	38
5	25	28	31	34	37	39	42
6	29	32	35	38	41	44	47
7	34	37	40	42	45	48	51
8	38	41	44	47	50	53	56
9	43	45	48	51	54	57	60
10	47	50	53	56	59	61	64

OBS.: — Valor da cota: Cr\$ 10,00.

— A estimativa foi feita com base em amostragem de 220.000 servidores.

— Encontra-se a quantidade das cotas na interseção das linhas relativas a tempo e salário.

É evidente que a maioria dos servidores em início de carreira terá uma participação inferior à média indicada de Cr\$ 230,00. Em contrapartida, os que contam com maior tempo de serviço, e conseqüentemente já atingiram níveis salariais mais elevados, farão jus a uma participação acima da média. De qualquer forma, segundo a estimativa feita, o servidor de menor número de cotas receberá Cr\$ 120,00.

RELEMBRANDO - Mas não é demais lembrar que o PASEP é um plano de poupança e como tal não deve ter seus resultados avaliados a curto prazo. Com o correr do tempo, a participação de cada um sofrerá gradativo aumento,

podendo todos ter certeza de que, ao se afastarem do serviço ativo, depois de alguns anos de vigência do Programa, contarão com um expressivo patrimônio.

O Banco do Brasil, um dos principais executores da política econômica e financeira do Governo, convocado para participar de empreendimento de cunho basicamente social, colocou toda a sua experiência, todo o seu instrumental administrativo a serviço do Programa, a fim de que, com rapidez, segurança e economia de gastos, sejam alcançados no mais curto prazo os resultados que o Governo almeja.

LEGISLAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

LEIS

- 5.792** 11 7 72 — Institui política de exploração de serviço de telecomunicações, autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa Telecomunicações Brasileiras S A — TELEBRÁS e dá outras providências — D O de 13 7 72
- 5.796** 21 7 72 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5 628, de 1º de dezembro de 1970, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para exercício de 1971" — D O de 26 7 72 — Republicada no D O de 27 7 72, por ter saldo com omissões
- 5.798** 31 8 72 — Acrescenta um parágrafo 4º ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 — D O de 4 9 72
- 5.799** 31 8 72 — Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional — D O de 4 9 72
- 5.801** 11 9 72 — Acrescenta um parágrafo ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 — D O de 12 9 72
-

DECRETOS-LEIS

- 1.232** 17 7 72 — Institui programa de incentivo à produção de borracha vegetal — D O de 18 7 72
- 1.234** 25 7 72 — Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto-lei nº 1.117, de 10 de agosto de 1970 (Imposto sobre produtos industrializados) — D O de 26 7 72
- 1.235** 21 8 72 — Concede isenção de taxa de armazenagem e dá outras providências — D O de 22 8 72
- 1.236** 28 8 72 — Altera o artigo 17 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 (Imposto de importação e serviços aduaneiros) — D O de 29 8 72
- 1.237** 12 9 72 — Complementa a redação do artigo 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967 que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal — D O de 13 9 72
-

DECRETOS LEGISLATIVOS

- 42 1972 — Aprova o texto do Protocolo relativo às Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento, realizadas em Genebra, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de dezembro de 1970 e agosto de 1971, bem como a lista das concessões feitas pelo Brasil, em 6 de agosto de 1971, aos demais países em desenvolvimento participantes das referidas negociações. — D.O. de 4.7.72.
- 45 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.225, de 22 de junho de 1972 — D.O. de 28.8.72.
- 48 1972 — Aprova o texto do Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília, a 1º de dezembro de 1971 — D.O. de 30.8.72.
- 49 1972 — Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, referente aos usos civis da energia atômica, celebrado em Washington, a 17 de julho de 1972, e o texto da Emenda ao Acordo entre a Agência Internacional de Energia Atômica, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, para a aplicação de salvaguardas, firmado em Viena, a 27 de julho de 1972 — D.O. de 15.9.72.
- 53 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.232, de 17 de julho de 1972, que "institui programa de incentivo à produção de borracha vegetal" — D.O. de 19.9.72.
- 54 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.228, de 3 de julho de 1972, que "dispõe sobre a isenção do imposto de renda das empresas estrangeiras de transporte terrestre" — D.O. de 19.9.72.
- 56 1972 — Aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, aprovados em reunião realizada na Cidade do México, de 17 a 28 de setembro de 1970 — D.O. de 19.9.72.
- 58 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.236, de 28 de agosto de 1972, que "altera o art. 17 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966" — D.O. de 25.9.72.
-

DECRETOS

- 70.789 4.7.72 — *Dispõe sobre a execução do Protocolo Adicional Ampliatório do Setor Industrial do Ajuste de Complementação nº 14 sobre produtos do setor de refrigeração e ar condicionado e aparelhos elétricos, mecânicos e térmicos de uso doméstico, concluído entre o Brasil e o México — D.O. de 6.7.72.*
- 70.790 4.7.72 — *Dispõe sobre a execução do Protocolo Adicional Ampliatório do Programa de Liberação do Ajuste de Complementação nº 14, sobre produtos do setor das indústrias de refrigeração e ar condicionado e aparelhos elétricos, mecânicos e térmicos de uso doméstico, concluídos entre o Brasil e o México — D.O. de 6.7.72.*

- 70.851** 19.7.72 — Cria a Secretária de Tecnologia Industrial, no Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências — D.O. de 20.7.72
- 70.852** 20.7.72 — Dispõe sobre a aplicação do Programa de Acompanhamento fixado pelo Decreto nº 68.993, de 28 de julho de 1971, aos Planos Nacionais de Desenvolvimento instituídos pelos Atos Complementares nº 43, de 29 de janeiro de 1969 e nº 76, de 21 de outubro de 1969 — D.O. de 21.7.72
- 70.861** 25.7.72 — Estabelece prioridades quanto à política de valorização do trabalhador — D.O. de 26.7.72
- 70.871** 25.7.72 — Reduz alíquotas do imposto sobre produtos industrializados — D.O. de 26.7.72
- 70.882** 27.7.72 — Dispõe sobre o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra — PIPMO e dá outras providências — D.O. de 28.7.72
- 70.885** 28.7.72 — Regulamenta a isenção do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos incidente sobre o combustível consumido por embarcações de pesca, previsto no art. 2º do Decreto-lei nº 1.118, de 10 de agosto de 1970 — D.O. de 28.7.72
- 70.913** 2.8.72 — Dispõe sobre a transformação em sociedade de economia mista da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — D.O. de 3.8.72
- 70.914** 2.8.72 — Dispõe sobre a constituição da sociedade de economia mista Telecomunicações Brasileiras S.A. e dá outras providências — D.O. de 3.8.72
- 70.915** 3.8.72 — Dispõe sobre o Protocolo Adicional Revisório do Programa de Liberação do Ajuste de Complementação nº 16, sobre produtos das indústrias químicas derivados do petróleo, concluído entre a Argentina, o Brasil, o México e a Venezuela — D.O. de 7.8.72
- 70.916** 9.8.72 — Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda e estabelece normas de proteção à poupança popular — D.O. de 10.8.72 — Retificado no D.O. de 16.8.72
- 70.951** 3.8.72 — Dispõe sobre a execução do Protocolo Adicional Ampliatório do Setor Industrial do Ajuste de Complementação nº 16, sobre produtos das indústrias químicas derivados do Petróleo, concluído entre a Argentina, o Brasil, o México e a Venezuela — D.O. de 7.8.72
- 70.954** 9.8.72 — Dispõe sobre a execução do Protocolo Adicional Ampliatório do Setor Industrial do Ajuste de Complementação nº 15, sobre produtos da indústria químico-farmacêutica, concluído entre a Argentina, o Brasil e o México — D.O. de 11.8.72
- 70.955** 9.8.72 — Dispõe sobre a execução do Protocolo Adicional Ampliatório do Programa de Liberação do Ajuste de Complementação nº 15, sobre produtos da indústria químico-farmacêutica, concluído entre a Argentina, o Brasil e o México — D.O. de 11.8.72
- 70.957** 9.8.72 — Autoriza o Ministro da Fazenda a conceder redução de alíquotas do imposto sobre produtos industrializados, constantes da tabela anexa ao Decreto nº 70.162, de 18 de fevereiro de 1972 — D.O. de 10.8.72

- 70.960** *10.8.72 — Dispõe sobre recolhimento de diferenças de preços sobre estoques de trigo e dá outras providências — D.O. de 11.8.72.*
- 70.981** *14.8.72 — Dá nova redação ao item I do artigo 4º do Decreto nº 70.913, de 2 de agosto de 1972, que dispõe sobre a transformação em sociedade de economia mista da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — D.O. de 15.8.72.*
- 70.983** *15.8.72 — Estabelece normas para os programas de fabricação da indústria automotiva e da indústria de tratores — D.O. de 16.8.72.*
- 70.999** *17.8.72 — Institui o Programa do Trópico Úmido e dá outras providências — D.O. de 18.8.72.*
- 71.026** *28.8.72 — Dispõe sobre a utilização de colaboradores para execução de atividades ligadas ao subprograma de apoio governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN — e dá outras providências — D.O. de 29.8.72.*
- 71.037** *29.8.72 — Estabelece o procedimento administrativo para concessão dos benefícios decorrentes de acidentes de trabalho, regulamenta o artigo 15 da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 893, de 26 de setembro de 1969 e dá outras providências — D.O. de 30.8.72.*
- 71.074** *11.9.72 — Dispõe sobre a execução do Ajuste de Complementação Industrial nº 18, sobre produtos da indústria fotográfica, concluído entre a Argentina, o Brasil, o México e o Uruguai — D.O. de 14.9.72 — Retificado no D.O. de 20.9.72.*
- 71.097** *14.9.72 — Altera a composição do Conselho Monetário Nacional e dá outras providências — D.O. de 14.9.72.*
- 71.133** *21.9.72 — Aprova o estatuto da empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP e dá outras providências — D.O. de 22.9.72.*

RESOLUÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

- 226** *4.7.72 — Bancos. Operações ativas. Alterações.*
- 227** *4.7.72 — Bancos. Depósitos a prazo fixo. Alterações.*
- 228** *4.7.72 — Bancos de investimento. Emissões de cédulas hipotecárias. Normas.*
- 229** *1.9.72 — Bancos. Empréstimos externos. Renovação. Condições.*
- 230** *1.9.72 — Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Regulamento. Alteração.*
- 231** *1.9.72 — Sociedades corretoras. Capital mínimo integralizado. Níveis.*
- 232** *1.9.72 — Instituições financeiras. Corretagem. Tabela. Alteração.*
- 233** *1.9.72. — Bancos de Investimento. Capital mínimo. Alteração.*
- 234** *1.9.72 — Sociedades de Crédito e Financiamento. Capital integralizado. Limites mínimos.*
-

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES

Variações Percentuais

ESPECIFICAÇÃO	Setembro sobre Dezembro do Ano Anterior				
	68/67	69/68	70/69	71/70	72/71
DISPONIBILIDADE INTERNA	20,3	15,6	15,9	16,1	12,8
Preços por Atacado (Peso 6)	19,7	14,6	15,3	17,4	12,3
Matérias-Primas	14,7	12,7	18,8	11,2	12,2
Gêneros Alimentícios	15,7	22,1	11,1	23,3	12,0
Materiais de Construção	35,2	4,9	12,5	15,6	15,5
Custo de Vida na Guanabara (Peso 3)	19,4	17,3	16,7	14,2	12,1
Alimentação	11,7	19,2	17,2	15,5	14,0
Vestuário	19,9	12,0	10,2	11,9	6,6
Habitação	24,9	16,7	14,0	12,5	4,2
Artigos de Residência	22,2	12,3	12,7	11,8	4,2
Assistência à Saúde e Higiene	22,5	11,4	21,4	17,7	10,8
Serviços Pessoais	27,1	16,1	18,3	16,1	16,7
Serviços Públicos	21,1	26,2	21,9	14,4	22,8
Custo de Construção na Guanabara (Peso 1)	27,9	10,8	16,9	11,9	18,4
OFERTA GLOBAL	20,3	15,6	16,1	15,1	14,1
Preços por Atacado (Peso 6)	19,9	16,5	15,9	16,2	13,8
Produtos Agrícolas	10,1	21,7	15,6	18,8	17,3
Produtos Industriais	30,1	12,8	16,0	14,3	12,2
Indústria Química	13,8	11,2	15,5	17,0	15,5
Metais e Produtos Metalúrgicos	27,1	14,6	27,5	11,9	12,0
Couros e Peles	20,0	16,5	35,5	15,5	42,5
Tecidos, Vestuário e Calçados	17,4	1,7	21,2	12,3	11,5
Custo de Vida na Guanabara (Peso 3)	19,4	17,3	16,7	14,2	12,1
Custo de Construção na Guanabara (Peso 1)	27,9	10,8	16,9	11,9	18,4

Fonte dos dados brutos: Fundação Getúlio Vargas.

MEIOS DE PAGAMENTO

COMPONENTES	Cr\$ milhões		Variações		Compo- sição Ago/72
	Dez/71	Ago/71	Absolutas	Percentuais	
PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	8 555	8 899	344	4,7	16,3
MOEDA ESCRITURAL	38 605	45 691	7 086	18,3	83,7
Banco do Brasil	8 903	11 598	2 695	30,2	21,2
Setor Privado	4 848	5 799	951	19,6	10,6
Setor Público	4 055	5 799	1 744	43,0	10,6
Bancos Comerciais	29 702	34 093	4 391	14,7	62,5
Setor Privado	25 953	29 970	4 017	15,4	54,9
Setor Público	3 749	4 123	374	9,9	7,6
MEIOS DE PAGAMENTOS	47 160	54 590	7 430	15,7	100,0

TESOURO NACIONAL
EXECUÇÃO FINANCEIRA
Janeiro-Setembro

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ milhões		Variação - 72/71		
	1971	1972	Absoluta	Percentual	
				Nominal	Real
RECEITA	17 555,9	26 429,9	8 874,0	50,5	27,8
TRIBUTARIA	16 988,3	24 917,0	7 928,7	46,7	24,5
Impostos	16 736,9	24 210,7	7 473,8	44,7	22,8
Renda	4 679,0	6 931,2	2 252,2	48,1	26,7
Produtos Industrializados	7 762,1	10 428,7	2 666,6	34,4	14,0
Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	2 469,3	3 163,9	694,6	28,1	8,8
Único sobre Minerais	70,6	149,4	78,8	111,6	79,6
Único sobre Energia Elétrica	422,2	704,7	282,5	66,9	41,7
Sobre Operações Financeiras (1)	—	899,4	899,4	—	—
Sobre Transporte Rodoviário de Passageiros	49,3	65,1	15,8	32,0	12,1
Sobre Importação	1 283,4	1 864,7	581,3	45,3	23,3
Atribuído à União nos Territórios (ICM)	1,0	3,6	2,6	260,0	205,6
Taxas	251,4	706,3	454,9	180,9	138,5
OUTRAS RECEITAS	567,6	1 512,9	945,3	166,5	126,3
DESPESAS	17 446,6	24 393,4	6 946,8	39,8	18,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Incluído no Orçamento a partir de 1972.

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS EM PODER DO PÚBLICO

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ milhões			
	Dez/70	Ago/71	Dez/71	Ago/72
MEIOS DE PAGAMENTO	35 919	41 769	47 160	54 590
Papel-Moeda em Poder do Público	6 719	6 557	8 555	8 899
Moeda Escritural no Sistema Bancário	29 200	35 212	38 605	45 691
Banco do Brasil	6 772	7 959	8 903	11 598
Bancos Comerciais	22 428	27 253	29 702	34 093
DEPÓSITOS A PRAZO NO SISTEMA BANCÁRIO	1 556	2 544	3 659	5 738
Banco do Brasil	124	192	406	721
Bancos Comerciais	1 432	2 352	3 253	5 017
OUTROS DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO	3 446	3 631	4 189	3 580
Banco do Brasil	716	730	857	744
Bancos Comerciais	2 730	2 901	3 332	2 836
HAVERES NO SISTEMA FINANCEIRO NÃO BANCÁRIO	14 908	21 992	27 810	37 153
Depósitos a Prazo nos Bancos de Investimento	2 808	4 346	5 755	7 631
Depósitos de Poupança	2 106	3 141	3 784	6 293
Letras Imobiliárias	1 724	2 058	2 762	3 836
Aceites Cambiais	8 270	12 447	15 509	19 393
TOTAL	55 829	69 936	82 818	101 061

Fontes: Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Habitação.

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Volume — Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	Toneladas		Variação em 1972	
	1971	1972	Toneladas	%
A) PRODUTOS BÁSICOS	23 557 209	23 920 317	363 108	1,54
1 — Açúcar demerara	746 645	1 167 511	420 866	56,37
2 — Algodão em rama	107 852	187 759	79 907	74,09
3 — Algodão, "linters"	18 834	10 144	— 8 690	— 46,14
4 — Amendoim em grão	22 613	35 653	13 040	57,67
5 — Arroz	114 263	1 898	—112 365	— 98,34
6 — Banana	114 537	75 462	— 39 075	— 34,12
7 — Cacau em amêndoas	53 324	43 401	— 9 923	— 18,61
8 — Café cru em grãos	552 827	601 055	48 228	8,72
9 — Camarão	2 591	4 821	2 230	86,07
10 — Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	53 725	108 359	54 634	101,69
11 — Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	13 469	21 212	7 743	57,49
12 — Castanha de caju	3 341	3 688	347	10,39
13 — Castanha-do-Pará	16 023	23 896	7 873	49,14
14 — Couro, exceto de gado, em bruto	810	—	—	—
15 — Couro de gado bovino, em bruto	13 713	15 662	1 949	14,21
16 — Couro de gado, exceto bovino, em bruto	4 698	3 570	— 1 128	— 24,01
17 — Erva-mate	16 338	11 131	— 5 207	— 31,87
18 — Farelo e torta de amendoim	174 060	147 118	— 26 942	— 15,48
19 — Farelo e torta de caroço de algodão	69 926	78 977	9 051	12,94
20 — Farelo e torta de soja	386 899	631 836	244 937	63,31
21 — Frutas em estado natural (exceto os itens 6, 12 e 13)	32 708	36 012	3 304	10,10
22 — Fumo em folhas	26 433	28 154	1 721	6,51
23 — Lagosta	1 510	1 688	178	11,79
24 — Milho em grão	934 151	120 956	—813 195	— 87,05
25 — Minério de ferro	17 986 631	17 957 452	— 29 179	— 0,16
26 — Minério de manganês	1 200 780	623 345	—577 435	— 48,09
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	7 291	24 507	17 216	236,14
28 — Óleo bruto de petróleo	305 018	599 721	294 703	96,62
29 — Pimenta em grão	7 987	3 622	— 4 365	— 54,65
30 — Sisal	71 314	87 826	16 512	23,15
31 — Soja em grão	114 846	630 049	515 203	448,60
32 — Outros produtos básicos	382 052	633 832	251 780	65,90
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1 583 552	2 189 154	605 602	38,24
a) Semimanufaturados	674 647	747 641	72 994	10,82
33 — Cêra de carnaúba	7 621	6 801	— 820	— 10,76
34 — Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	42 849	25 544	— 17 305	— 40,39
35 — Ferro fundido, em bruto	34 471	117 269	82 798	240,20
36 — Ferro-ligas, em bruto	4 416	9 203	4 787	108,40
37 — Madeira de pinho, serrada	40 991	32 703	— 8 288	— 20,22
38 — Madeira serrada, exceto pinho	4 949	5 761	812	16,41

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
Volume — Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	Toneladas		Variação em 1972	
	1971	1972	Toneladas	%
39 — Manteiga de cacau	11 466	16 758	5 292	46,15
40 — Óleo de amendoim, em bruto	20 571	24 140	3 569	17,35
41 — Óleo de mamona, em bruto	16 308	24 038	7 730	47,40
42 — Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 40 e 41)	1 181	1 554	373	31,58
43 — Pasta para fabricação de papel	2 846	5 008	2 162	75,97
44 — Peles e couros, preparados ou curtidos	8 003	16 619	8 616	107,66
45 — Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 34, 35 e 36)	29	4	— 25	— 86,21
46 — Outros produtos semimanufaturados	10 201	11 064	863	8,46
b) Manufaturados	289 675	461 864	172 189	59,44
47 — Borracha manufaturada	2 747	2 301	— 446	— 16,24
48 — Café industrializado	28 044	34 243	6 199	22,10
49 — Calçados	16 034	24 747	8 713	54,34
50 — Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	20 646	32 218	11 572	56,05
51 — Carne de boi industrializada	26 139	23 000	— 3 139	— 12,01
52 — Chapas laminadas a quente ou a frio, de ferro, aço ou aço-liga	3 622	13 606	9 984	275,62
53 — Fios de algodão	2 835	9 901	7 066	249,24
54 — Madeiras laminadas	16 039	18 585	2 546	15,87
55 — Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	2 702	3 852	1 150	42,56
56 — Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	1 334	989	— 345	— 25,86
57 — Máquinas e aparelhos para extração, movimentação de terra, escavação ou perfuração do solo	1 703	1 828	125	7,34
58 — Máquinas ferramentas, pertences e acessórios	1 317	1 833	516	19,18
59 — Material de transporte	7 550	18 805	11 255	149,07
60 — Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto o item 52)	40 927	91 299	50 372	123,08
61 — Melaço comestível e não comestível	233 129	320 837	87 708	37,62
62 — Mentol	1 137	1 425	288	25,33
63 — Óleos essenciais	2 947	3 319	372	12,62
64 — Sucos de frutas e hortaliças	29 925	37 041	7 116	23,78
65 — Tecidos de algodão	4 046	8 987	4 941	122,12
66 — Vidros e manufaturas de vidro	12 477	8 752	— 3 725	— 29,85
67 — Outros produtos manufaturados	481 400	752 480	271 080	56,31
C) CONSUMO DE BORDO	140 098	58 779	— 81 319	— 58,04
D) REEXPORTAÇÃO	309	10 274	9 965	3 224,92
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	19 984	5 614	— 14 370	— 71,91
TOTAL GERAL	25 301 152	26 184 138	882 986	3,49

EXPORTAÇÃO PRINCIPAIS PRODUTOS

Valor — Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	US\$ 1.000 Fob		Variação em 1972		US\$/t	
	1971	1972	Valor	%	1971	1972
A) PRODUTOS BÁSICOS	1 076 084	1 532 462	456 378	42,41	—	—
1 — Açúcar demerara	89 659	185 867	96 208	107,30	120,08	159,20
2 — Algodão em rama	61 368	131 686	70 318	114,58	569,00	701,36
3 — Algodão, "linters"	1 713	1 090	— 623	—36,37	90,95	107,45
4 — Amendoim em grão	5 449	8 551	3 102	56,93	240,97	239,84
5 — Arroz	8 774	152	— 8 622	—98,27	76,79	80,08
6 — Banana	5 896	5 994	—	1,66	51,48	79,43
7 — Cacau em amêndoas	29 356	20 849	— 8 507	—28,98	550,52	480,38
8 — Café cru em grãos	382 471	513 421	130 950	34,24	691,85	854,20
9 — Camarão	5 281	12 026	6 745	127,72	2 038,21	2 494,50
10 — Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	65 422	117 756	52 334	79,99	1 217,72	1 086,72
11 — Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	6 077	12 574	6 497	106,91	451,18	592,78
12 — Castanha de caju	3 757	4 571	814	21,67	1 174,51	1 239,43
13 — Castanha-do-Pará	7 762	10 896	3 134	40,38	484,43	455,98
14 — Couro, exceto de gado, em bruto	3 947	—	—	—	4 872,84	—
15 — Couro de gado bovino, em bruto	3 575	5 979	2 404	67,24	260,70	381,75
16 — Couro de gado, exceto bovino, em bruto	5 573	5 865	292	5,24	1 186,25	1 642,86
17 — Erva-mate	3 104	2 028	— 1 076	—34,66	189,99	182,19
18 — Farelo e torta de amendoim	14 495	12 133	— 2 362	—16,30	83,28	82,47
19 — Farelo e torta de caroço de algodão	4 631	5 282	651	14,06	66,23	66,88
20 — Farelo e torta de soja	33 498	63 338	29 840	89,08	86,58	100,24
21 — Frutas em estado natural (exceto os itens 6, 12 e 13)	2 571	2 638	67	2,61	—	—
22 — Fumo em folhas	17 054	20 611	3 557	20,86	645,18	732,08
23 — Lagosta	7 158	10 295	3 137	43,83	4 740,40	6 098,93
24 — Milho em grão	55 298	6 751	—48 547	—87,79	59,20	55,81
25 — Minério de ferro	138 968	135 838	— 3 130	— 2,25	7,73	7,56
26 — Minério de manganês	24 176	14 457	— 9 719	—40,20	20,13	23,19
27 — Minérios (exceto os itens 25 e 26)	8 482	7 527	— 955	—11,26	—	—
28 — Óleo bruto de petróleo	2 871	9 613	6 742	234,83	9,41	16,03
29 — Pimenta em grão	6 745	3 396	— 3 349	—49,65	844,50	937,60
30 — Sisal	7 249	11 270	4 021	55,47	—	—
31 — Soja em grão	12 891	77 057	64 166	497,76	112,25	122,30
32 — Outros produtos básicos	50 813	112 951	62 138	122,29	—	—
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	423 079	622 641	199 562	47,17	—	—
a) Semimanufaturados	133 404	160 777	27 373	20,52	—	—
33 — Cêra de carnaúba	6 283	6 131	— 152	— 2,42	824,43	901,49
34 — Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	4 242	2 458	— 1 784	—42,06	99,00	96,23
35 — Ferro fundido, em bruto	1 918	5 336	3 418	178,21	55,64	45,50
36 — Ferro-ligas, em bruto	12 548	24 648	12 100	96,43	—	—
37 — Madeira de pinho, serrada	333 291	245 505	—87 786	—26,34	122,99	133,21
38 — Madeira serrada, exceto pinho	52 168	69 188	17 020	32,63	94,87	83,27

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
Valor Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	US\$ 1.000 Fob		Variação em 1972		US\$/t	
	1971	1972	Valor	%	1971	1972
39 — Manteiga de cacau	9 414	15 606	6 192	65,77	1 217,97	1 073,82
40 — Óleo de amendoim, em bruto	56 018	68 941	12 923	23,07	367,22	350,15
41 — Óleo de mamona, em bruto	55 849	66 618	10 769	19,28	292,00	360,83
42 — Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 40 e 41)	5 457	8 351	2 894	53,03	—	—
43 — Pasta para fabricação de papel	19 834	55 614	35 780	180,40	143,49	90,05
44 — Peles e couros, preparados ou curtidos	2 872	4 902	2 030	70,68	—	—
45 — Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 34, 35 e 36)	238	36	— 202	—84,87	—	—
46 — Outros produtos semimanufaturados	42 017	38 618	— 3 399	— 8,09	—	—
b) Manufaturados	908 905	1 441 513	532 608	58,60	—	—
47 — Borracha manufaturada	2 719	1 781	— 938	—34,50	1 010,30	1 291,97
48 — Café industrializado	12 200	18 362	6 162	50,51	2 298,69	1 864,88
49 — Calçados	4 066	5 380	1 314	32,32	3 943,43	4 599,81
50 — Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 56, 57 e 58)	10 508	16 739	6 231	59,30	1 964,79	1 924,73
51 — Carne de boi industrializada	16 628	16 106	— 522	— 3,14	1 571,99	1 428,04
52 — Chapas laminadas a quente ou a frio, de ferro, aço ou aço-liga	23 316	103 212	79 896	342,67	155,34	131,82
53 — Fios de algodão	2 946	11 328	8 382	284,52	1 039,15	1 144,13
54 — Madeiras laminadas	9 803	12 555	2 752	28,07	611,20	675,54
55 — Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	12 274	17 196	4 922	40,10	—	—
56 — Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	14 901	14 698	— 203	— 1,36	—	—
57 — Máquinas e aparelhos para extração, movimentação de terra, escavação ou perfuração do solo	3 117	3 457	340	10,91	—	—
58 — Máquinas ferramentas, pertences e acessórios	2 164	5 472	3 308	152,87	—	—
59 — Material de transporte	10 322	40 967	30 645	296,89	—	—
60 — Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto o item 52)	8 045	14 505	6 460	80,30	—	—
61 — Melaço comestível e não comestível	3 892	6 925	3 033	77,93	16,69	21,58
62 — Mentol	12 115	14 548	2 433	20,08	10 655,23	10 209,12
63 — Óleos essenciais	6 547	7 874	1 327	20,27	2 221,58	2 372,40
64 — Sucos de frutas e hortaliças	13 092	18 357	5 265	40,22	437,49	495,59
65 — Tecidos de algodão	4 987	12 470	7 483	150,05	1 232,58	1 387,56
66 — Vidros e manufaturas de vidro	7 875	6 206	— 1 669	—21,19	631,16	709,10
67 — Outros produtos manufaturados	80 363	145 191	64 828	80,67	—	—
C) CONSUMO DE BORDO	4 436	3 473	— 963	—21,71	—	—
D) REEXPORTAÇÃO	2 673	441	— 2 232	— 83,50	—	—
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	26 962	18 483	— 8 479	—31,45	—	—
TOTAL GERAL	1 533 234	2 177 500	644 266	42,02	—	—

EXPORTAÇÃO**POR PAÍSES E ZONAS ECONÔMICAS**

Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972		Participação %	
	US\$ 1.000 Fob	t	US\$ 1.000 Fob	t	1971	1972
ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC	180 396,5	1 500 658,2	224 038,6	1 226 484,4	11,77	10,28
Argentina	106 455,8	1 265 020,0	87 255,6	686 429,7	6,95	4,01
Bolívia	5 157,3	7 157,4	12 387,1	43 395,1	0,34	0,57
Chile	13 659,5	24 872,7	30 150,9	124 838,2	0,89	1,38
Colômbia	5 251,9	15 040,3	5 784,9	4 475,6	0,34	0,27
Equador	612,2	396,0	1 797,8	10 628,4	0,04	0,08
México	10 933,4	34 091,9	17 309,7	14 503,3	0,71	0,79
Paraguai	10 897,5	20 638,2	17 451,9	53 476,0	0,71	0,80
Peru	4 302,9	3 044,8	15 621,1	22 834,8	0,28	0,72
Uruguai	16 625,7	101 892,1	20 317,6	236 910,5	1,08	0,93
Venezuela	6 503,3	28 504,8	15 962,0	28 992,8	0,43	0,73
MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO — MCCA	657,0	2 226,4	958,3	1 478,2	0,04	0,05
Costa Rica	111,6	52,1	218,1	183,0	0,01	0,01
Guatemala	149,5	41,2	326,5	133,0	0,01	0,01
Honduras	279,5	2 105,6	116,7	69,8	0,02	0,01
Nicarágua	50,4	11,4	182,7	1 051,2	0,00	0,01
Salvador	66,0	16,1	114,3	41,2	0,00	0,01
DEMAIS DA AMÉRICA LATINA	3 021,6	35 912,8	7 484,9	7 363,0	0,20	0,34
Haiti	5,4	2,8	19,2	5,5	0,00	0,00
Panamá	2 400,9	31 662,1	5 884,1	6 448,9	0,16	0,27
República Dominicana	615,3	4 247,9	1 577,6	903,6	0,04	0,07
Demais	—	—	4,0	5,0	—	—
ASSOCIAÇÃO DE LIVRE COMÉRCIO DO CARIBE — CARIFTA	782,7	23 322,5	4 283,3	62 835,4	0,05	0,20
Antígua e Dependências	—	—	22,4	17,8	—	0,00
Barbados, Ilhas	52,2	493,6	172,1	252,2	0,00	0,01
Dominica, Ilha	—	—	4,4	4,9	—	0,00
Granada, Ilha	1,3	0,9	60,6	57,1	0,00	0,00
Guiana	72,8	48,0	95,6	152,4	0,00	0,01
Jamaica	138,9	103,9	2 274,3	2 042,0	0,01	0,10
Mont Serrat	—	—	6,8	5,2	—	0,00
Santa Lucía	—	—	10,3	6,4	—	0,00
São Vicente, Ilha	8,7	8,4	15,9	13,1	0,00	0,00
Trinidad-Tobago	508,8	22 667,7	1 619,9	60 284,2	0,04	0,08
CANADÁ	20 192,0	171 762,0	26 233,6	66 413,9	1,32	1,20
ESTADOS UNIDOS	405 418,1	2 747 432,5	473 582,0	2 437 972,6	26,44	21,75
Estados Unidos	400 177,4	2 720 566,3	466 472,6	2 398 296,7	26,10	21,42
Porto Rico	5 240,7	26 866,2	7 109,4	39 675,9	0,34	0,33

EXPORTAÇÃO POR PAÍSES E ZONAS ECONÔMICAS

Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972		Participação %	
	US\$ 1.000 Fob	t	US\$ 1.000 Fob	t	1971	1972
DEMAIS DA AMERICA	4 609,6	329 209,9	9 241,5	480 183,3	0,30	0,42
Antilhas Holandesas	3 586,3	324 326,8	4 143,0	259 827,3	0,24	0,19
Bahamas, Ilhas	543,1	1 289,3	4 241,4	215 295,7	0,04	0,19
Belice	2,3	2,0	232,6	608,6	0,00	0,01
Bermudas	89,1	49,9	11,7	9,2	0,00	0,00
Guadalupe e Dependências	7,6	1,6	6,2	0,9	0,00	0,00
Guiana Francesa	66,0	281,2	35,9	96,5	0,00	0,00
Martinica	38,4	497,0	1,2	1,2	0,00	0,00
Suriname	269,7	2 761,6	548,8	4 340,9	0,02	0,03
Virgens, Ilhas Britânicas	2,1	0,0	0,2	0,4	0,00	0,00
Virgens, Ilhas Estados Unidos	5,0	0,5	20,5	2,6	0,00	0,00
EUROPA ORIENTAL	68 609,9	717 276,7	137 685,7	1 062 498,7	4,47	6,33
Alemanha Oriental	6 321,0	109 355,2	29 751,6	185 841,9	0,41	1,37
Bulgária	3 961,2	40 013,6	4 746,1	32 114,4	0,26	0,22
Hungria	4 814,2	33 230,1	9 678,8	57 507,1	0,31	0,44
Polônia	13 144,4	213 208,2	23 692,4	238 113,8	0,86	1,09
	7 540,6	94 886,3	2 838,4	19 454,2	0,49	0,13
Tchecoslováquia	5 559,3	164 660,8	7 515,8	203 552,5	0,36	0,35
U.R.S.S.	27 269,2	61 922,5	59 462,6	325 914,8	1,78	2,73
COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA — CEE	429 643,5	9 946 002,8	634 384,7	10 827 292,0	26,02	29,13
Alemanha Ocidental	132 300,2	5 095 936,0	181 549,2	5 138 712,4	8,63	8,33
Bélgica-Luxemburgo	30 404,4	845 125,0	44 394,2	837 793,2	1,98	2,04
França	48 933,6	1 426 460,1	77 857,3	1 561 700,6	3,19	3,58
Itália	120 501,5	1 586 883,5	154 671,3	1 729 625,1	7,86	7,10
Países Baixos	97 503,8	991 598,2	175 912,7	1 559 460,7	6,36	8,08
ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO — AELC	145 255,5	2 328 419,9	255 289,6	2 514 709,6	9,48	11,72
Austria	8 331,9	836 145,0	9 115,3	648 609,9	0,54	0,42
Dinamarca	15 537,8	34 423,5	26 132,9	77 938,0	1,01	1,20
Noruega	13 697,4	245 084,1	25 982,3	250 592,4	0,90	1,18
Portugal	11 177,0	113 309,8	37 608,4	133 767,5	0,73	1,73
Reino Unido	65 512,4	1 061 703,3	101 634,5	1 334 173,1	4,27	4,67
Suécia	23 488,4	31 757,2	35 202,0	50 202,8	1,54	1,62
Suiça	7 510,6	5 997,0	19 614,2	19 425,9	0,49	0,90
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	77 327,2	1 251 805,3	130 777,4	1 326 485,9	5,04	6,01
Andorra	13,4	11,7	1,0	—	0,00	0,00
Espanha	53 506,0	1 008 962,0	94 337,9	1 037 970,9	3,49	4,33
Finlândia	1 739,4	13 631,7	9 413,7	31 898,5	0,11	0,43
Gibraltar	3,0	10,3	27,4	38,2	0,00	0,00
Grécia	3 847,3	7 245,1	3 618,1	14 997,3	0,25	0,17
Irlanda	1 998,6	14 043,4	2 817,3	18 509,4	0,13	0,13
Islândia	556,1	1 242,9	772,6	898,7	0,04	0,04
Iugoslávia	12 651,9	45 604,0	13 650,6	27 709,8	0,83	0,63
Malta	112,4	490,6	591,6	983,5	0,01	0,03
Turquia	2 899,1	160 563,6	5 547,2	193 480,2	0,18	0,25

EXPORTAÇÃO

POR PAÍSES E ZONAS ECONÔMICAS

Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972		Participação %	
	US\$ 1.000 Fob	t	US\$ 1.000 Fob	t	1971	1972
CHINA CONTINENTAL	—	—	33 306,2	186 141,1	—	1,53
ÁSIA, EXCL. ORIENTE MÉDIO E CHINA CONTINENTAL	133 537,8	5 731 451,6	170 702,8	5 709 327,1	8,71	7,84
Afganistão	1,8	8,2	82,7	54,1	0,00	0,00
Camboja	—	—	2,2	9,8	—	0,00
Ceilão	771,9	9 975,0	3 863,0	24 910,4	0,05	0,18
China Taiwan	7 929,5	13 321,2	13 965,7	47 214,5	0,52	0,64
Coréia do Sul	290,8	321,4	367,7	537,5	0,02	0,02
Filipinas	513,0	285,7	1 324,3	321,3	0,03	0,06
Hong-Kong	12 757,4	24 108,4	6 223,1	6 522,6	0,83	0,29
Índia	609,1	403,9	506,9	162,5	0,04	0,02
Indonésia	201,8	145,2	244,9	25,6	0,01	0,01
Japão	93 969,1	5 523 358,8	102 706,7	5 451 067,7	6,14	4,72
Lebuan, Ilha	4,1	0,9	—	—	0,00	—
Macau	2,8	1,0	—	—	0,00	—
Malásia	3 570,6	38 590,9	2 521,7	11 859,0	0,23	0,12
Paquistão	31,7	43,4	29 695,1	120 998,8	0,00	1,36
Singapura	1 066,8	6 386,1	4 998,3	31 529,1	0,07	0,23
Tailândia	1 280,2	2 307,3	2 798,9	3 611,5	0,08	0,13
Timor Português	1,9	1,7	1,0	1,0	0,00	0,00
Vietname do Sul	10 535,3	112 192,5	1 399,6	10 501,7	0,69	0,06
ORIENTE MÉDIO	16 127,4	115 029,2	23 408,5	83 415,5	1,05	1,08
Arábia Saudita	33,7	31,5	69,3	21,9	0,00	0,00
Bahrein	2,4	1,4	1,6	0,4	0,00	0,00
Catar	—	—	1,1	1,3	—	0,00
Chipre	118,1	279,7	508,1	843,8	0,01	0,02
Coveite	7,6	12,5	110,7	356,2	0,00	0,01
Iemen	1,8	1,7	0,5	0,0	0,00	0,00
Irã	374,8	768,1	3 130,0	12 469,8	0,02	0,13
Iraque	2 554,2	26 517,4	1 871,3	12 718,2	0,17	0,09
Israel	3 178,5	11 039,2	6 321,6	9 740,2	0,21	0,28
Jordânia	53,0	87,0	2 529,1	12 600,4	0,00	0,17
Libano	5 298,7	31 689,4	1 875,6	2 413,8	0,35	0,08
Mascate e Omã	—	—	0,8	0,2	—	0,00
Omã	8,6	6,5	9,4	10,4	0,00	0,00
República Árabe Unida	1 412,0	19 344,8	4 659,1	21 661,1	0,09	0,20
Síria	3 086,0	25 250,0	2 320,3	10 577,8	0,20	0,10
ÁFRICA, EXCL. ORIENTE MÉDIO	38 980,5	251 801,2	40 117,6	127 841,5	2,54	1,84
África Espanhola do Norte	49,9	90,2	—	—	0,00	—
Alboran — Perejil	—	—	7,4	2,5	0,00	0,00
Alto Volta	0,1	0,1	6,0	13,9	0,00	0,00
Angola	330,8	187,3	1 079,6	486,9	0,02	0,05
Argélia	8 502,2	22 206,8	929,0	2 466,2	0,56	0,04
Botswana	—	—	4,1	0,1	—	0,00
Cabo Verde	0,0	—	—	—	0,00	—
Camarões	58,9	153,4	59,3	103,5	0,00	0,00
Congo Brazzaville	0,6	0,1	—	—	0,00	—
Congo, República Democrática	73,8	720,6	189,1	806,3	0,00	0,01
Costa do Marfim	1 827,5	23 926,6	32,2	54,4	0,12	0,00
Daomé	—	—	4,6	5,0	—	0,00

EXPORTAÇÃO
POR PAÍSES E ZONAS ECONÔMICAS
Janeiro-Julho

ESPECIFICAÇÃO	1971		1972		Participação %	
	US\$ 1.000 Fob	t	US\$ 1.000 Fob	t	1971	1972
Etiópia	10,8	2,1	10,5	0,5	0,00	0,00
Fezzan	2,0	0,3	—	—	0,00	—
Gabão	0,1	0,0	1,0	1,3	0,00	0,00
Gana	1 467,4	17 333,0	547,0	418,0	0,10	0,03
Guiné	4,4	2,1	—	—	0,00	—
Libéria	33,9	41,2	23,6	16,6	0,00	0,00
Libia	64,6	747,2	103,7	5 319,7	0,00	0,00
Madagascar	1 857,4	26 191,2	26,9	64,8	0,12	0,00
Malauí	4,7	5,6	0,1	0,0	0,00	0,00
Marrocos	7 197,0	71 349,8	9 583,9	48 828,0	0,47	0,45
Maurício e Dependências	2,6	0,6	12,0	2,2	0,00	0,00
Moçambique	285,7	199,5	474,2	493,4	0,02	0,02
Nigéria	58,8	72,5	312,0	104,1	0,00	0,01
Quênia	58,8	22,9	18,2	13,6	0,00	0,00
República Centro Africana	0,0	0,0	—	—	0,00	—
República Sul Africana	11 598,5	33 017,7	16 759,9	24 982,9	0,77	0,78
Reunião, Ilha	1 172,7	15 893,7	—	—	0,08	—
Ruanda	—	—	—	—	—	—
São Tomé e Príncipe	0,4	0,1	—	—	0,00	—
Senegal	2 114,1	26 726,5	664,2	4 310,9	0,14	0,03
Seicheles	—	—	3,6	2,9	—	0,00
Serra Leoa	1,8	0,4	17,3	4,1	0,00	0,00
Somália	—	—	1 585,7	7 997,0	—	0,07
Sudão	—	—	2 479,1	12 600,0	—	0,11
Tanzânia	3,8	47,8	3,8	3,5	0,00	0,00
Togo	0,4	0,0	0,9	1,3	0,00	0,00
Tunisia	1 985,5	12 679,9	4 941,3	18 561,7	0,13	0,23
Uganda	1,6	1,6	2,3	0,2	0,00	0,00
Zâmbia	209,7	180,4	225,0	167,8	0,01	0,01
Demais	—	—	10,1	8,0	—	0,00
OCEANIA	4 234,9	8 745,3	2 532,0	4 921,8	0,28	0,12
Austrália	3 920,0	8 197,9	2 221,1	4 580,5	0,26	0,11
Guam	2,7	0,4	—	—	0,00	—
Nova Caledônia	10,4	9,4	0,9	0,1	0,00	0,00
Nova Hebridás	—	—	1,9	2,6	—	0,00
Nova Guiné	3,1	9,1	—	—	0,00	—
Nova Zelândia	274,4	326,4	274,3	304,7	0,02	0,01
Pacífico, Ilhas Território dos Estados Unidos	—	—	1,5	2,1	—	0,00
Pacífico, Ilhas Possessão dos Estados Unidos	—	—	23,1	19,2	0,00	0,00
Pircairn, Ilha	22,8	200,0	—	—	0,00	—
Samoa	1,5	2,1	2,7	3,9	0,00	0,00
Território da Alta Comissão do Pacífico Ocidental	—	—	0,4	0,5	—	0,00
Tonga	—	—	0,3	0,4	—	0,00
Viti-Fidji, Ilhas	—	—	5,8	7,8	—	0,00
PROV. NAV. E AERONAVES	4 437,9	140 095,3	3 473,7	58 774,0	0,29	0,16
TOTAL GERAL	1 533 234,1	25 301 151,6	2 177 500,4	26 184 138,0	100,00	100,00

AÇÕES NEGOCIADAS EM 1972

MESES	B.V.R.J.			B.V.S.P.		
	Quantidade 1.000 unidades	Valor Cr\$ 1.000	Valor Médio por ação	Quantidades 1.000 unidades	Valor Cr\$ 1.000	Valor Médio por ação
Jan	157 953	788 842	4,99	243 624	1 000 842	4,10
Fev	153 385	744 564	4,85	243 401	1 014 252	4,16
Mar	222 806	953 747	4,28	271 583	1 021 355	3,76
Abr	172 018	734 761	4,27	229 304	777 122	3,38
Mai	206 247	780 193	3,78	315 802	937 568	2,96
Jun	165 706	626 784	3,78	253 374	781 662	3,08
Jul	157 417	481 730	3,06	231 703	609 457	2,63
Ago	259 959	866 622	3,33	534 119	1 437 920	2,69
Set	167 254	598 172	3,57	301 416	805 559	2,67

REDESCONTOS SETEMBRO DE 1972

OPERAÇÕES	Cr\$ milhões
1 — LIQUIDEZ (Resolução 168/71)	445,2
2 — CRÉDITO SELETIVO	2 022,1
Café	649,0
Manufaturados Exportáveis	824,3
Comercialização Agrícola	374,5
Çacau, Fumo, Mamona e Sisal	85,4
Outros	88,9
TOTAL	2 467,3

Fonte: Banco Central.

BANCO DO BRASIL**BALANCETES**

Saldos em Cr\$ 1.000

ATIVO	31-7-72	31-8-72	29-9-72
DISPONÍVEL — Caixa	234 217	310 937	201 906
REALIZÁVEL	58 721 897	57 446 313	58 651 771
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	14 930 849	15 416 607	15 969 906
A Produção	7 526 642	7 746 102	7 984 489
Agrícola	822 053	790 128	787 260
Animal	520 143	522 302	529 057
Industrial	5 878 335	6 107 790	6 237 347
A cooperativas de produção	306 111	325 882	370 825
Ao Comércio	2 072 235	2 185 315	2 368 419
De produtos agrícolas	579 742	607 269	710 883
De produtos de origem animal	65 643	68 188	60 263
De produtos industriais	1 426 850	1 509 853	1 597 273
Não especificados	—	—	—
A atividades não especificadas	1 857 018	1 960 976	2 092 208
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3 403 312	3 403 312	3 403 312
A governos estaduais e municipais	6 500	16 329	15 143
A autarquias	40 000	77 131	77 131
A instituições financeiras	25 142	27 442	29 204
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	10 397 185	10 504 124	10 766 168
A Produção	9 379 170	9 599 135	9 938 398
Agrícola	6 478 021	6 592 460	6 828 406
Animal	2 624 097	2 723 362	2 817 669
A cooperativas de produção	277 052	283 313	292 323
Ao Comércio	978 133	902 529	825 623
De produtos agrícolas	—	—	—
A governos estaduais	2 752	2 460	2 147
A autarquias	37 130	—	—
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	870 349	891 271	869 120
A Produção	—	—	—
Industrial	252 851	254 897	263 521
Ao Comércio	—	—	—
De produtos industriais	227 232	228 145	185 867
Operações vinculadas ao FINEX	390 266	408 229	419 732
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	852 980	889 656	937 145
A Produção	258 335	279 149	320 528
Agrícola	95	95	95
Animal	297	99	50
Industrial	257 943	278 955	320 383
Ao Comércio	441 185	459 831	468 725
De produtos agrícolas	75	106	149
De produtos de origem animal	798	770	689
De produtos industriais	440 312	458 955	467 887
A atividades não especificadas	153 460	150 676	147 832
OUTROS CRÉDITOS	30 682 153	28 747 143	29 106 991
Banco Central, recolhimento compulsório	767 865	680 977	395 326
Tesouro Nacional — responsabilidade da União	4 465 210	4 093 111	4 036 246
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	274 951	235 254	128 503
Aplicações do programa de formação do PASEP	795 714	841 593	954 487
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1 049 233	1 013 086	974 136
Créditos em liquidação	219 882	232 838	241 471
Correspondentes no País	11 953	15 082	14 249
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	10 618 178	11 392 553	11 763 835
Departamentos no País	5 020 055	2 237 827	1 526 595
Devedores por repasses de recursos externos	986 300	984 781	1 003 653
Outras contas	6 472 812	7 020 041	7 768 490
VALORES E BENS	988 381	997 512	1 002 441
IMOBILIZADO	850 471	868 548	888 808
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	232 750	463 455	716 117
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	9 573 693	12 573 619	14 179 768
TOTAL	69 613 028	71 662 872	74 638 370

BANCO DO BRASIL**BALANCETES**

Saldos em Cr\$ 1.000

PASSIVO	31-7-72	31-8-72	29-9-72
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	4 094 580	4 095 323	4 282 599
EXIGÍVEL	52 480 448	51 210 204	52 017 808
DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO	26 044 288	23 515 812	24 738 241
Do público (diversos)	5 210 479	5 361 363	5 707 138
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	261 821	271 952	231 771
Saldos credores de empréstimos	635	932	821
De bancos	4 320 686	1 501 782	1 687 686
De outras instituições financeiras	816 109	713 626	798 757
Do Tesouro Nacional	9 515 433	9 311 070	10 047 577
De governos estaduais	341 440	337 352	385 985
De governos municipais	186 817	171 889	182 274
De autarquias — Banco Central	1 405 579	1 405 586	1 405 521
De outras autarquias	2 894 798	3 199 379	3 186 413
De sociedades de economia mista	674 634	680 925	788 783
De empresas públicas	415 857	559 776	255 505
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	769 289	721 652	255 804
Do público (diversos)	769 090	721 459	725 421
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	199	193	183
OUTRAS EXIGIBILIDADES	20 290 460	21 030 049	20 231 498
Cheques e documentos a liquidar	164 846	186 251	227 554
Cobrança efetuada, em trânsito	755 734	781 091	669 794
Ordens de pagamento	258 849	226 171	254 975
Correspondentes no País	2 663	1 887	2 050
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	5 090 757	5 155 483	5 193 531
Banco Central — conta de movimento	9 264 823	9 884 844	8 881 405
Outras contas	4 752 788	4 794 322	5 002 099
OBRIGAÇÕES (Especiais)	5 376 411	5 942 891	6 322 465
Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	152	152	152
Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Dec.-lei 263/67)	300	300	300
Banco Central, refinanciamento de operações	92 209	91 575	121 778
Banco Central, aprovisionamento de recursos destinados a operações do Fundo para Investimentos Sociais	63 443	63 674	63 588
Banco Central, suprimento p/ operações sobre exportações (Lei 5.025/66)	328 822	456 403	459 875
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à indústria salineira, à agroindústria canavieira do Nordeste, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com o IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais	1 205 559	1 241 173	1 297 008
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e de pesca	92 347	92 347	92 800
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	754 113	1 008 511	722 543
Programa de formação do PASEP	755 918	830 057	574 939
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP	50 000	50 000	50 000
Depósitos obrigatórios — FGTS	118 029	132 679	126 537
Caixa Econômica Federal — PIS	10 856	13 280	14 308
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	64 151	64 151	64 151
Outras contas	1 840 512	1 888 639	2 334 686
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	3 464 307	3 783 726	4 158 195
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	9 573 693	12 573 619	14 179 768
TOTAL	89 613 028	71 662 872	74 638 370

BANCO DO BRASIL
DEPÓSITOS
 Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	627 310	647 248	644 987	876 456	867 903	847 806
Acre	22 575	23 023	23 815	27 143	32 307	30 129
Amazonas	99 017	114 098	104 836	131 104	115 559	112 169
Pará	147 987	148 921	154 208	242 179	248 385	226 059
Maranhão	76 778	78 715	84 031	109 002	104 842	111 735
Piauí	82 071	70 330	66 224	81 264	82 667	76 258
Mato Grosso	114 809	125 123	130 521	198 186	190 157	201 128
Rondônia	28 028	26 142	25 416	29 969	32 229	27 549
Roraima	31 373	31 373	31 089	29 122	28 718	25 391
Amapá	24 672	29 523	24 847	28 487	33 039	37 388
2.ª REGIÃO	1 200 860	1 249 174	1 259 735	1 589 143	1 477 265	1 409 341
Ceará	229 346	214 372	210 335	256 588	287 141	251 650
Rio Grande do Norte	55 269	59 121	59 848	73 911	89 807	85 492
Paraíba	81 974	89 982	91 793	107 389	118 615	110 035
Pernambuco	332 956	350 253	355 700	480 928	403 259	376 233
Alagoas	86 422	72 731	69 048	82 899	89 019	90 875
Sergipe	48 630	53 282	60 899	72 284	71 864	78 667
Bahia	366 263	409 433	412 112	515 144	417 560	416 389
3.ª REGIÃO	5 915 082	5 698 854	5 939 978	9 723 796	9 061 506	9 529 633
Espírito Santo	113 267	108 368	121 723	170 463	154 305	159 302
Rio de Janeiro	287 159	313 195	312 952	384 484	364 232	354 708
Guanabara	5 514 656	5 277 291	5 505 301	9 168 849	8 542 969	9 015 623
4.ª REGIÃO	6 640 981	6 860 522	6 875 183	7 948 796	7 349 863	8 053 241
Goiás	164 019	168 824	157 540	229 193	208 021	210 795
Distrito Federal	5 770 135	5 987 666	5 971 457	6 821 890	6 344 632	6 990 626
Minas Gerais	706 827	704 032	746 186	897 713	797 210	851 820
5.ª REGIÃO	3 480 518	3 661 680	3 788 193	4 605 226	3 581 541	3 709 807
São Paulo	3 480 518	3 661 680	3 788 193	4 605 226	3 581 541	3 709 807
6.ª REGIÃO	709 043	771 055	795 359	921 644	855 620	881 821
Paraná	491 242	538 017	551 300	635 795	577 774	607 715
Santa Catarina	217 801	233 038	244 059	285 849	277 846	274 106
7.ª REGIÃO	880 311	875 590	888 465	1 148 516	1 043 566	1 032 196
Rio Grande do Sul	880 311	875 590	888 465	1 148 516	1 043 566	1 032 196
BRASIL	19 454 105	19 764 123	20 191 898	26 813 577	24 237 264	25 463 845
GRANDES REGIÕES						
NORTE	353 652	373 080	364 211	488 004	490 237	458 685
NORDESTE	1 359 709	1 398 219	1 409 990	1 779 409	1 664 774	1 597 334
SUDESTE	10 102 427	10 064 566	10 474 355	15 226 735	13 440 257	14 091 260
SUL	1 589 354	1 646 645	1 683 824	2 070 160	1 899 186	1 914 017
CENTRO-OESTE	6 048 963	6 281 613	6 259 518	7 249 269	6 742 810	7 402 549

BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS

Saldos em Cr\$ 1.000 — Em 29 de setembro de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Total	Público	Instituições Financeiras	Entidades Públicas
REGIÕES ADMINISTRATIVAS				
1.ª REGIÃO	847 806	259 818	158 689	429 299
Acre	30 129	10 503	3 926	15 700
Amazonas	112 169	20 923	13 665	57 581
Pará	226 059	48 154	39 135	138 770
Maranhão	111 735	29 425	40 306	42 004
Piauí	76 258	24 941	16 771	34 546
Mato Grosso	201 128	107 973	35 189	57 966
Rondônia	27 549	9 052	4 225	14 272
Roraima	25 391	4 946	3 987	16 458
Amapá	37 388	3 901	1 485	32 002
2.ª REGIÃO	1 409 341	532 053	322 900	554 388
Ceará	251 650	75 309	73 134	103 207
Rio Grande do Norte	85 492	34 229	20 931	30 332
Paraíba	110 035	44 466	22 356	43 213
Pernambuco	376 233	122 910	75 864	177 459
Alagoas	90 875	25 016	36 957	28 902
Sergipe	78 667	28 365	17 204	33 098
Bahia	416 389	201 758	76 454	138 177
3.ª REGIÃO	9 529 633	1 974 628	830 320	6 724 685
Espírito Santo	159 302	65 174	26 219	67 909
Rio de Janeiro	354 708	178 914	48 640	127 154
Guanabara	9 015 623	1 730 540	755 461	6 529 622
4.ª REGIÃO	8 053 241	749 080	236 983	7 067 178
Goiás	210 795	136 634	31 677	42 484
Distrito Federal	6 990 626	113 785	100 078	6 776 763
Minas Gerais	851 820	498 661	105 228	247 931
5.ª REGIÃO	3 709 807	2 103 616	605 827	1 000 364
São Paulo	3 709 807	2 103 616	605 827	1 000 364
6.ª REGIÃO	881 821	509 902	151 473	220 446
Paraná	607 715	341 934	113 164	152 617
Santa Catarina	274 106	167 968	38 309	67 829
7.ª REGIÃO	1 032 196	596 236	180 261	255 699
Rio Grande do Sul	1 032 196	596 236	180 261	255 699
BRASIL	25 463 845	6 725 333	2 486 453	16 252 059
GRANDES REGIÕES				
NORTE	458 685	97 479	66 423	294 783
NORDESTE	1 597 334	586 419	379 977	630 938
SUDESTE	14 091 260	4 576 905	1 541 375	7 972 580
SUL	1 914 017	1 106 138	331 734	476 145
CENTRO-OESTE	7 402 549	358 392	166 944	6 877 213

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS
Número de Documentos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	634 373	676 620	648 298	782 043	850 225	782 150
Acre	3 472	3 342	3 026	7 811	8 850	8 718
Amazonas	75 216	79 196	72 459	87 155	92 615	82 032
Pará	118 513	124 224	118 550	119 063	137 807	121 060
Maranhão	51 597	51 945	51 045	56 530	57 518	52 022
Plauí	22 466	23 557	23 006	28 906	30 386	27 768
Mato Grosso	350 037	380 652	367 573	468 565	506 829	475 929
Rondônia	6 422	7 152	6 205	7 990	8 849	8 120
Roraima	3 601	3 160	3 843	2 596	2 830	2 853
Amapá	3 049	3 392	2 591	3 427	4 541	3 648
2.ª REGIÃO	2 155 504	2 257 331	2 162 959	2 555 191	2 746 793	2 539 904
Ceará	240 967	255 497	248 261	290 840	318 409	287 846
Rio Grande do Norte	113 129	117 250	111 761	130 005	148 983	137 991
Paraíba	86 594	81 961	79 098	96 491	106 269	100 009
Pernambuco	764 666	796 226	754 351	865 086	900 511	827 101
Alagoas	82 703	86 520	85 201	93 988	107 514	97 320
Sergipe	61 849	64 934	62 232	76 610	84 380	75 439
Bahia	805 596	854 943	822 055	1 002 171	1 080 727	1 014 198
3.ª REGIÃO	6 471 959	6 687 145	6 038 003	6 358 127	7 051 420	6 186 370
Espírito Santo	261 431	274 294	257 059	282 475	303 718	270 967
Rio de Janeiro	486 699	523 400	494 995	529 120	576 107	514 825
Guanabara	5 723 829	5 889 451	5 285 949	5 546 532	6 171 595	5 400 578
4.ª REGIÃO	3 505 417	3 771 872	3 544 206	3 871 038	4 192 615	3 895 060
Goiás	525 567	565 764	539 611	619 778	707 674	622 657
Distrito Federal	530 966	566 821	527 371	635 338	706 904	645 559
Minas Gerais	2 448 884	2 639 287	2 477 224	2 615 922	2 778 037	2 626 844
5.ª REGIÃO	14 941 706	15 735 213	15 109 515	16 592 630	18 289 093	16 555 158
São Paulo	14 941 706	15 735 213	15 109 515	16 592 630	18 289 093	16 555 158
6.ª REGIÃO	2 810 725	3 037 724	2 967 894	3 478 580	3 791 349	3 494 305
Paraná	2 201 557	2 389 091	2 333 090	2 697 188	2 936 948	2 691 802
Santa Catarina	609 168	648 633	634 804	781 392	854 401	802 503
7.ª REGIÃO	1 645 623	1 722 611	1 695 724	1 966 232	2 141 493	1 990 069
Rio Grande do Sul	1 645 623	1 722 611	1 695 724	1 966 232	2 141 493	1 990 069
BRASIL	32 165 307	33 888 516	32 166 599	35 603 841	39 062 988	35 443 016
GRANDES REGIÕES						
NORTE	210 273	220 466	206 674	228 042	255 492	226 431
NORDESTE	2 229 567	2 332 833	2 237 010	2 640 627	2 834 697	2 619 694
SUDESTE	23 862 549	25 061 645	23 624 742	25 566 679	28 118 550	25 368 372
SUL	4 456 348	4 760 335	4 663 618	5 444 812	5 932 842	5 484 374
CENTRO-OESTE	1 406 570	1 513 237	1 434 555	1 723 681	1 921 407	1 744 145

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 190 351	1 217 827	1 148 214	1 689 196	1 816 722	1 662 893
Acre	5 186	4 691	4 152	16 811	17 660	21 774
Amazonas	264 411	286 474	240 907	371 611	378 935	325 015
Pará	344 626	353 114	341 502	467 441	504 442	444 191
Maranhão	121 143	115 524	113 312	129 721	141 341	126 791
Piauí	51 342	47 663	48 800	67 759	76 824	67 370
Mato Grosso	379 431	385 138	371 730	598 529	653 165	637 356
Rondônia	14 541	14 762	15 283	24 999	25 643	22 838
Roraima	5 429	5 519	7 750	5 937	11 651	11 001
Amapá	4 242	4 942	4 778	6 388	8 061	6 563
2.ª REGIÃO	4 033 401	4 165 998	4 029 502	6 156 184	6 975 795	5 404 442
Ceará	528 597	584 842	556 780	723 415	774 169	730 015
Rio Grande do Norte	156 130	147 503	146 705	169 578	191 307	165 594
Paraíba	144 737	150 596	154 739	231 224	251 349	227 948
Pernambuco	1 532 204	1 508 642	1 505 665	2 825 886	2 296 305	1 985 340
Alagoas	152 955	156 853	156 807	224 918	240 512	218 039
Sergipe	106 913	107 211	98 830	133 040	143 793	132 897
Bahia	1 411 865	1 510 351	1 409 976	1 848 103	2 078 360	1 944 699
3.ª REGIÃO	26 469 145	26 381 478	26 772 346	46 518 269	54 503 396	45 240 827
Espírito Santo	357 513	369 211	330 165	484 897	536 700	449 111
Rio de Janeiro	546 226	579 303	558 617	714 623	784 640	715 487
Guanabara	25 565 406	25 432 964	25 883 564	45 318 749	53 182 056	44 076 029
4.ª REGIÃO	5 724 277	5 986 032	5 625 832	8 207 935	8 615 837	7 543 448
Goiás	628 678	596 666	575 051	915 114	995 827	849 483
Distrito Federal	581 549	708 102	736 583	874 212	982 795	902 131
Minas Gerais	4 514 050	4 681 264	4 314 198	6 418 609	6 637 415	5 791 834
5.ª REGIÃO	34 713 224	36 367 165	36 948 602	51 551 973	56 840 431	51 003 101
São Paulo	34 713 224	36 367 165	36 948 602	51 551 973	56 840 431	51 003 101
6.ª REGIÃO	3 397 187	3 630 735	3 845 295	5 136 409	5 651 545	5 452 196
Paraná	2 838 848	3 043 918	3 264 170	4 269 892	4 701 255	4 565 609
Santa Catarina	558 339	586 817	581 125	866 517	950 290	886 587
7.ª REGIÃO	3 678 076	3 584 209	3 471 860	5 040 046	5 204 481	4 719 515
Rio Grande do Sul	3 678 076	3 584 209	3 471 860	5 040 046	5 204 481	4 719 515
BRASIL	79 203 661	81 333 444	81 841 651	124 299 992	138 607 207	121 026 221
GRANDES REGIÕES						
NORTE	638 435	669 502	614 372	893 187	944 392	831 382
NORDESTE	4 205 886	4 329 185	4 191 614	6 353 644	6 193 960	5 596 603
SUDESTE	65 696 419	67 429 907	68 035 146	104 488 851	117 961 242	102 035 562
SUL	7 073 263	7 214 944	7 317 155	10 176 455	10 856 026	10 171 711
CENTRO-OESTE	1 589 658	1 689 906	1 683 364	2 387 855	2 631 567	2 368 970

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES**CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS**

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
São Paulo (SP)	8 740 836	9 147 473	8 846 874	9 841 725	11 094 904	9 855 522
Rio de Janeiro (GB)	5 723 829	5 889 451	5 285 949	5 546 532	6 171 595	5 400 578
Belo Horizonte (MG)	1 092 700	1 196 354	1 084 042	1 194 391	1 229 665	1 199 893
Porto Alegre (RS)	861 066	894 927	875 502	1 054 921	1 183 060	1 098 633
Recife (PE)	747 443	778 109	736 746	845 991	880 146	808 844
Curitiba (PR)	562 159	621 369	581 402	691 670	765 284	663 892
Salvador (BA)	598 615	631 371	646 253	822 867	881 982	834 485
Santos (SP)	448 225	476 000	446 401	449 184	466 331	411 074
Brasília (DF)	530 966	566 821	527 371	635 338	706 904	645 559
Fortaleza (CE)	225 104	237 401	230 041	273 511	299 295	270 298
Campinas (SP)	359 537	390 767	368 922	447 955	468 945	429 296
Goiânia (GO)	320 632	343 777	326 950	379 269	444 734	380 283
Londrina (PR)	281 984	296 503	293 777	332 684	368 070	339 332
Belém (PA)	118 513	124 224	118 550	116 173	134 795	118 405
Vitória (ES)	178 818	189 729	172 653	189 792	206 129	180 798
Manaus (AM)	75 216	79 196	72 459	87 155	92 615	82 032
Maringá (PR)	206 369	214 520	218 138	247 182	266 285	246 252
Ribeirão Preto (SP)	412 978	434 556	410 740	467 656	519 292	481 695
Niterói (RJ)	169 845	187 282	178 345	189 369	214 685	181 918
Florianópolis (SC)	132 966	138 131	135 978	171 433	191 411	173 827
São José do Rio Preto (SP)	226 089	239 267	231 071	274 502	209 969	272 639
Maceió (AL)	76 793	80 683	79 592	88 087	101 152	90 773
Uberlândia (MG)	127 613	124 416	137 441	140 974	145 796	144 995
Presidente Prudente (SP)	200 911	208 910	199 685	232 694	240 500	226 107
Natal (RN)	104 370	107 463	102 932	120 526	137 916	127 517
Bauru (SP)	274 284	299 657	289 201	325 063	357 001	325 203
Campo Grande (MT)	99 980	106 167	103 169	136 215	143 809	133 663
Piracicaba (SP)	173 833	179 825	172 306	204 346	224 928	208 955
Juiz de Fora (MG)	95 084	104 846	97 607	100 460	112 425	100 516
João Pessoa (PB)	60 377	53 765	51 590	61 148	67 691	63 515
Outras	8 938 172	9 545 556	9 144 912	9 935 028	10 654 674	9 946 517
BRASIL	32 165 307	33 888 516	32 166 599	35 603 841	39 062 988	35 443 016

(1) Selecionados com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS
 Cr\$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
São Paulo (SP)	29 950 065	31 517 599	32 104 024	45 633 863	50 114 357	45 122 843
Rio de Janeiro (GB)	25 565 406	25 432 964	25 883 584	45 318 749	53 182 056	44 076 029
Belo Horizonte (MG)	3 344 262	3 523 859	3 163 641	5 007 828	5 147 716	4 416 657
Porto Alegre (RS)	2 734 597	2 663 228	2 563 243	3 800 762	3 986 151	3 685 913
Recife (PE)	1 515 023	1 491 893	1 489 088	2 804 182	2 272 027	1 982 160
Curitiba (PR)	1 266 167	1 366 726	1 497 671	2 127 986	2 273 795	2 316 938
Salvador (BA)	1 179 824	1 259 577	1 216 564	1 629 253	1 836 782	1 727 646
Santos (SP)	1 175 142	1 209 409	1 206 521	1 442 551	1 931 098	1 386 307
Brasília (DF)	581 549	708 102	736 583	874 212	982 795	902 131
Fortaleza (CE)	502 282	549 423	519 513	687 818	731 972	685 841
Campinas (SP)	401 027	399 201	403 899	548 991	616 121	582 621
Goiânia (GO)	459 838	424 518	417 418	674 622	742 046	630 717
Londrina (PR)	324 732	335 870	376 693	422 953	493 209	474 665
Belém (PA)	344 626	353 114	341 502	459 538	494 310	435 631
Vitória (ES)	292 212	304 463	268 729	398 681	444 831	363 200
Manaus (AM)	264 411	286 474	240 907	371 611	376 935	325 015
Maringá (PR)	286 352	288 838	300 254	362 296	409 613	351 897
Ribeirão Preto (SP)	263 817	260 162	256 628	338 916	346 513	328 573
Niterói (RJ)	221 565	227 758	222 869	270 439	298 274	278 362
Florianópolis (SC)	155 536	151 766	157 546	225 217	259 002	209 890
São José do Rio Preto (SP)	180 428	175 326	170 743	277 771	276 882	259 045
Maceió (AL)	142 648	148 742	147 726	212 950	228 509	204 155
Uberlândia (MG)	161 726	145 512	158 443	202 857	198 069	192 504
Presidente Prudente (SP)	159 200	146 366	148 199	213 649	199 260	180 115
Natal (RN)	145 727	136 497	136 628	151 897	172 911	140 401
Bauru (SP)	144 483	149 995	142 424	177 126	193 426	180 542
Campo Grande (MT)	117 912	116 433	118 478	208 896	224 668	214 103
Piracicaba (SP)	121 695	127 436	121 635	158 987	169 664	155 675
Julz de Fora (MG)	136 728	135 850	136 913	150 241	161 556	148 046
João Pessoa (PB)	97 472	102 866	107 425	139 597	151 875	144 629
Outras	6 967 209	7 193 477	7 086 180	9 005 753	9 686 782	8 898 975
BRASIL	79 203 661	81 333 444	81 841 651	124 299 992	138 307 207	121 026 228

(1) Selecionados com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS
 Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	740 835	775 895	811 271	1 149 224	1 212 100	1 267 827
Acre	16 087	15 720	16 628	34 733	37 960	42 582
Amazonas	68 149	74 204	76 566	104 508	111 492	116 947
Pará	126 158	127 490	128 429	174 438	183 609	189 851
Maranhão	99 302	105 709	115 594	147 319	159 848	167 988
Piauí	101 862	110 628	116 244	149 298	153 124	156 455
Mato Grosso	294 036	306 165	321 889	498 321	528 438	556 572
Rondônia	19 814	20 675	20 831	20 129	15 561	15 316
Roraima	7 007	7 007	6 807	9 979	10 956	10 973
Amapá	8 420	8 297	8 283	10 499	11 112	11 143
2.ª REGIÃO	2 000 744	2 117 271	2 216 846	3 099 771	3 182 277	3 289 339
Ceará	290 747	315 964	334 970	437 833	456 844	487 341
Rio Grande do Norte	132 412	139 882	145 825	213 034	217 417	221 035
Paraíba	210 707	223 605	238 624	329 637	337 951	348 069
Pernambuco	495 212	514 025	524 154	780 023	810 253	816 033
Alagoas	181 784	196 372	208 859	286 835	309 202	326 871
Sergipe	88 187	91 205	97 653	150 627	157 177	168 324
Bahia	601 695	636 218	666 761	861 782	893 433	921 666
3.ª REGIÃO	2 364 876	2 553 430	2 741 259	3 370 467	3 545 200	3 751 730
Espírito Santo	180 639	187 978	202 369	276 692	287 992	292 112
Rio de Janeiro	402 603	410 715	420 392	589 491	599 556	614 958
Guanabara	1 781 634	1 954 737	2 118 498	2 504 284	2 657 652	2 844 660
4.ª REGIÃO	6 031 333	5 953 777	6 033 170	6 551 506	6 596 038	6 643 098
Goiás	530 974	530 709	546 905	801 052	800 074	815 264
Distrito Federal	4 007 349	3 903 616	3 899 084	3 850 714	3 854 563	3 805 538
Minas Gerais	1 493 010	1 519 452	1 587 181	1 899 740	1 941 401	2 022 296
5.ª REGIÃO	4 402 829	4 604 099	4 843 642	5 680 846	5 851 381	6 092 023
São Paulo	4 402 829	4 604 099	4 843 642	5 680 846	5 851 381	6 092 023
6.ª REGIÃO	1 852 433	1 964 431	2 077 714	2 691 439	2 802 657	2 948 678
Paraná	1 284 324	1 352 919	1 441 175	1 928 077	2 009 703	2 130 732
Santa Catarina	568 109	611 512	636 539	763 362	792 954	817 946
7.ª REGIÃO	3 267 555	3 232 655	3 288 693	4 548 110	4 512 005	4 549 644
Rio Grande do Sul	3 267 555	3 232 655	3 288 693	4 548 110	4 512 005	4 549 644
BRASIL	20 660 605	21 201 558	22 012 595	27 051 363	27 701 658	28 542 339
GRANDES REGIÕES						
NORTE	245 635	253 393	257 544	354 286	370 690	386 812
NORDESTE	2 201 908	2 333 608	2 448 684	3 356 388	3 495 249	3 613 782
SUDESTE	8 260 715	8 676 981	9 172 082	10 951 053	11 337 982	11 866 049
SUL	5 119 988	5 197 086	5 366 407	7 239 549	7 314 662	7 498 322
CENTRO-OESTE	4 832 359	4 740 490	4 767 878	5 150 087	5 183 075	5 177 374

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr\$ 1.000 — Em 29 de setembro de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Total	Produção	Comércio	Atividades não Especificadas	Outros
REGIÕES ADMINISTRATIVAS					
1.ª REGIÃO	1 267 827	1 003 491	162 524	91 252	10 560
Acre	42 582	36 120	4 583	1 879	—
Amazonas	116 947	64 436	49 578	2 933	—
Pará	189 851	136 674	36 412	16 576	189
Maranhão	167 988	126 234	16 771	14 901	10 082
Piauí	156 455	125 193	17 540	13 433	289
Mato Grosso	556 572	492 500	28 878	35 194	—
Rondônia	15 316	8 171	5 435	1 710	—
Roraima	10 973	5 834	1 021	3 118	—
Amapá	11 143	7 329	2 306	1 508	—
2.ª REGIÃO	3 289 339	2 768 465	323 058	196 750	1 066
Ceará	487 341	389 776	58 575	38 787	203
Rio Grande do Norte	221 035	184 906	20 473	15 511	145
Paraíba	348 069	298 738	32 697	16 376	258
Pernambuco	816 033	680 937	99 493	35 683	—
Alagoas	326 871	307 559	9 057	10 255	—
Sergipe	168 324	152 578	7 449	8 284	13
Bahia	921 666	753 971	95 314	71 934	447
3.ª REGIÃO	3 751 730	1 639 786	833 126	1 181 238	97 582
Espírito Santo	292 112	191 595	82 274	17 707	536
Rio de Janeiro	614 958	502 199	47 374	65 385	—
Guanabara	2 844 660	945 992	703 478	1 098 144	97 046
4.ª REGIÃO	6 643 098	2 427 471	599 073	210 910	3 405 844
Goiás	815 264	735 631	38 890	40 743	—
Distrito Federal	3 805 538	22 385	359 190	20 651	3 403 312
Minas Gerais	2 022 296	1 669 455	200 993	149 516	2 332
5.ª REGIÃO	6 092 023	4 758 400	1 085 029	239 305	9 289
São Paulo	6 092 023	4 758 400	1 085 029	239 305	9 289
6.ª REGIÃO	2 948 678	2 482 829	317 898	147 124	827
Paraná	2 130 732	1 802 082	243 806	84 017	827
Santa Catarina	817 946	680 747	74 092	63 107	—
7.ª REGIÃO	4 549 644	3 443 728	930 424	173 523	1 969
Rio Grande do Sul	4 549 644	3 443 728	930 424	173 523	1 969
BRASIL	28 542 339	18 524 170	4 251 132	2 240 100	3 526 937
GRANDES REGIÕES					
NORTE	386 812	259 584	99 335	27 724	189
NORDESTE	3 613 782	3 019 892	357 369	225 084	11 437
SUDESTE	11 866 049	8 067 641	2 119 148	1 570 057	109 203
SUL	7 498 322	5 926 557	1 248 322	320 647	2 796
CENTRO-OESTE	5 177 374	1 250 516	428 958	98 588	3 403 312

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO
 Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	739 579	774 500	809 920	1 148 414	1 201 404	1 257 267
Acre	16 087	15 720	16 628	34 733	37 960	42 582
Amazonas	68 149	74 204	76 566	104 508	111 492	116 947
Pará	125 972	127 304	128 247	174 248	183 420	189 662
Maranhão	98 628	104 899	114 823	147 046	149 648	157 906
Piauí	101 466	110 229	115 846	148 951	152 817	156 166
Mato Grosso	294 036	306 165	321 889	498 321	528 438	556 572
Rondônia	19 814	20 675	20 831	20 129	15 561	15 316
Roraima	7 007	7 007	6 807	9 979	10 956	10 973
Amapá	8 420	8 297	8 283	10 499	11 112	11 143
2.ª REGIÃO	1 999 977	2 116 196	2 215 646	3 058 642	3 181 174	3 288 273
Ceará	290 509	315 693	334 653	437 608	456 633	487 138
Rio Grande do Norte	132 412	139 882	145 825	212 889	217 272	220 890
Paraíba	210 707	223 330	238 302	329 361	337 687	347 811
Pernambuco	495 212	514 025	524 154	780 023	810 253	816 033
Alagoas	181 784	196 372	208 859	286 835	309 202	326 871
Sergipe	88 187	91 205	97 621	150 592	157 142	168 311
Bahia	601 166	635 689	666 232	861 334	892 985	921 219
3.ª REGIÃO	2 316 861	2 505 118	2 692 617	3 276 914	3 449 352	3 654 148
Espírito Santo	180 006	187 349	201 740	276 122	287 427	291 576
Rio de Janeiro	402 603	410 715	420 392	589 491	599 556	614 958
Guanabara	1 734 252	1 907 054	2 070 485	2 411 301	2 562 369	2 747 614
4.ª REGIÃO	2 625 599	2 548 081	2 627 525	3 145 620	3 190 270	3 237 454
Goiás	530 974	530 709	546 905	801 052	800 074	815 264
Distrito Federal	604 003	500 274	495 746	447 402	451 252	402 226
Minas Gerais	1 490 622	1 517 098	1 584 874	1 897 166	1 938 944	2 019 964
5.ª REGIÃO	4 395 262	4 596 532	4 836 076	5 671 556	5 842 091	6 082 734
São Paulo	4 395 262	4 596 532	4 836 076	5 671 556	5 842 091	6 082 734
6.ª REGIÃO	1 851 451	1 963 319	2 076 608	2 690 549	2 801 813	2 947 851
Paraná	1 283 342	1 351 807	1 440 069	1 927 187	2 008 859	2 129 905
Santa Catarina	568 109	611 512	636 539	763 362	792 954	817 946
7.ª REGIÃO	3 242 514	3 211 860	3 273 557	4 544 832	4 508 881	4 547 675
Rio Grande do Sul	3 242 514	3 211 860	3 273 557	4 544 832	4 508 881	4 547 675
BRASIL	17 171 243	17 715 606	18 531 949	23 536 527	24 174 985	25 015 402
GRANDES REGIÕES						
NORTE	245 449	253 207	257 362	354 096	370 501	386 623
NORDESTE	2 200 071	2 331 324	2 446 315	3 354 639	3 483 639	3 602 345
SUDESTE	8 202 745	8 618 748	9 113 567	10 845 636	11 230 387	11 756 846
SUL	5 093 965	5 175 179	5 350 165	7 235 381	7 310 694	7 495 526
CENTRO-OESTE	1 429 013	1 337 148	1 364 540	1 746 775	1 779 764	1 774 062

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971 (1)			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	348 368	365 476	381 682	465 462	484 147	498 632
Acre	10 425	9 910	10 384	13 745	13 606	13 094
Amazonas	43 765	46 250	46 103	66 521	68 441	70 117
Pará	84 353	83 902	83 515	98 252	102 041	104 954
Maranhão	57 463	60 556	67 488	77 223	85 470	90 820
Piauí	42 305	48 254	51 002	50 595	51 808	52 373
Mato Grosso	90 946	96 568	103 067	136 731	140 984	145 842
Rondônia	10 437	11 477	11 652	10 987	9 513	9 398
Roraima	3 712	3 712	3 629	5 945	6 281	6 052
Amapá	4 962	4 847	4 842	5 463	6 003	5 982
2.ª REGIÃO	1 009 594	1 060 093	1 094 227	1 298 115	1 322 118	1 341 492
Ceará	152 935	171 194	181 626	188 097	196 480	211 638
Rio Grande do Norte	65 277	70 093	72 996	95 031	96 154	97 515
Paraíba	91 865	96 829	100 968	116 699	119 165	125 785
Pernambuco	297 088	296 831	295 692	418 224	414 021	400 258
Alagoas	68 815	72 470	75 704	91 117	92 446	92 789
Sergipe	37 819	37 288	39 890	53 427	53 005	53 542
Bahia	295 795	315 388	327 351	335 610	350 847	359 965
3.ª REGIÃO	1 803 666	1 994 295	2 180 705	2 477 743	2 695 477	2 854 703
Espírito Santo	106 593	105 659	113 104	152 441	160 561	162 252
Rio de Janeiro	269 618	279 354	286 871	373 443	386 489	395 874
Guanabara	1 427 455	1 609 282	1 780 730	1 951 859	2 148 427	2 296 577
4.ª REGIÃO	4 602 987	4 537 806	4 545 397	4 656 011	4 699 798	4 725 737
Goiás	176 058	175 896	175 812	258 550	259 162	247 283
Distrito Federal	3 612 544	3 515 956	3 478 410	3 474 247	3 476 635	3 473 347
Minas Gerais	814 385	845 954	891 175	973 214	964 001	1 005 107
5.ª REGIÃO	2 981 755	3 219 411	3 450 844	3 688 431	3 806 986	3 987 649
São Paulo	2 981 755	3 219 411	3 450 844	3 688 431	3 806 986	3 987 649
6.ª REGIÃO	830 066	932 005	1 055 689	1 152 417	1 177 031	1 260 883
Paraná	506 836	574 139	684 035	738 914	747 156	815 708
Santa Catarina	323 230	357 866	371 654	413 503	429 875	445 175
7.ª REGIÃO	921 749	980 271	1 019 552	1 192 670	1 231 050	1 300 810
Rio Grande do Sul	921 749	980 271	1 019 552	1 192 670	1 231 050	1 300 810
BRASIL	12 498 185	13 089 357	13 728 096	14 930 849	15 416 607	15 969 906
GRANDES REGIÕES						
NORTE	157 654	160 098	160 125	200 913	205 885	209 597
NORDESTE	1 109 362	1 168 903	1 212 717	1 425 933	1 459 396	1 484 685
SUDESTE	5 599 806	6 059 660	6 522 724	7 089 388	7 466 464	7 847 459
SUL	1 751 815	1 912 276	2 075 241	2 345 087	2 408 081	2 561 693
CENTRO-OESTE	3 879 548	3 788 420	3 757 289	3 869 528	3 876 781	3 866 472

(1) Inclusive as operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
MERCADO INTERNO	823 887	867 072	934 710	1 000 074	997 288	1 033 595
Agave ou sisal	1 250	1 263	1 177	2 292	2 482	2 345
Algodão	157 671	135 093	116 899	199 610	158 208	121 736
Amendoim	8 548	8 602	6 914	7 754	7 249	5 591
Arroz	110 807	119 901	110 040	126 994	127 072	124 477
Babaçu	157	170	204	149	114	98
Cacau	12 114	11 678	11 258	8 148	8 018	7 956
Café	330 411	377 552	476 952	354 242	397 402	494 570
Cana-de-açúcar	6 560	6 925	6 952	6 906	7 410	7 589
Castanha-do-Pará	1 049	924	705	4 355	3 752	2 579
Cera de carnaúba	597	508	403	631	630	790
Erva-mate	427	575	907	524	716	942
Feijão	5 505	5 866	6 291	4 924	6 315	6 432
Fumo	3 262	2 639	2 850	3 470	3 445	3 240
Girassol	397	574	503	162	272	286
Juta e malva	5 282	4 638	3 441	11 418	9 851	8 025
Mandioca	7 830	7 971	7 811	10 208	11 253	10 704
Mamona	907	1 032	1 184	1 575	1 939	2 188
Milho	26 388	33 738	37 302	33 578	34 549	30 565
Soja	88 240	88 568	81 295	137 650	125 171	108 718
Sorgo granífero	—	—	—	137	438	417
Trigo	1 273	2 043	2 515	1 699	3 061	4 089
Outros	55 212	56 812	59 107	83 648	87 941	90 258
COMPOSIÇÕES	6 115	6 955	7 633	10 919	10 436	10 211
TOTAL	830 002	874 027	942 343	1 010 993	1 007 724	1 043 806

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
MERCADO INTERNO	375 454	379 921	383 774	552 488	550 241	557 536
Aves	5 964	6 870	6 765	10 407	11 141	11 602
Bovinos — engorda	120 303	124 008	129 564	166 516	170 444	170 897
Bovinos — produção de carne	115 448	107 768	102 078	171 919	164 317	158 509
Bovinos — produção de leite	30 238	32 878	34 037	48 310	51 398	53 685
Bovinos — recriação	24 107	25 280	26 482	37 756	38 164	41 470
Lã	5 553	5 890	6 200	9 362	4 154	3 927
Leite	7 675	8 149	9 002	14 026	13 903	14 706
Ovinos	76	26	36	6	20	20
Pescado	2 720	2 504	2 461	4 269	4 122	3 895
Suínos	11 500	12 154	10 772	16 020	18 139	21 601
Outros	51 870	54 394	56 377	73 897	74 439	77 224
COMPOSIÇÕES	1 590	1 519	1 516	1 185	1 109	1 120
TOTAL	377 044	381 440	385 290	553 673	551 350	558 656

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	54 116	53 841	54 002	81 547	82 733	82 395
Adbos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	5 510	4 812	4 678	5 147	6 708	6 587
Carvão mineral	4 191	4 153	3 407	7 243	6 785	7 967
Minério de ferro	507	511	466	1 115	1 015	1 000
Minério de manganês	134	109	84	291	276	258
Sal marinho	15 050	14 206	13 738	20 250	19 755	18 187
Outros minerais metálicos	3 592	3 775	3 597	5 425	4 836	3 210
Outros minerais não metálicos	13 097	13 235	14 268	21 282	21 075	22 330
Outros	12 035	13 040	13 754	20 794	22 303	22 848
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	4 088 352	4 239 068	4 390 843	5 720 364	5 945 519	6 143 385
Açúcar	227 263	235 408	239 198	320 078	317 923	325 733
Adbos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	46 233	49 857	53 508	51 936	60 909	68 481
Agave ou sisal	—	—	—	—	—	—
Algodão	20 964	26 600	26 403	25 104	29 591	36 086
Amendoim	5 771	6 781	6 493	7 181	7 858	6 502
Aparelhos eletrodomésticos	55 405	54 448	54 007	65 525	59 870	60 397
Arroz	21 772	23 416	28 369	34 589	51 051	64 001
Borracha	12 170	13 024	13 979	20 785	22 354	23 747
Cacau	10 552	10 549	10 380	5 818	5 606	4 693
Café	—	—	—	50 454	57 241	80 541
Carne	75 917	78 865	82 467	285 998	280 801	275 399
Couros e peles	33 129	32 666	30 934	53 861	54 812	52 772
Feijão	—	15	66	964	1 008	757
Fumo	8 438	7 485	8 384	12 617	12 345	10 412
Juta e malva	1 137	1 726	1 677	511	841	775
Leite	14 330	14 264	14 008	19 011	18 943	18 341
Mandioca	1 223	1 236	1 596	1 730	2 179	2 671
Mamona	24	—	78	363	10	394
Máquinas e aparelhos para a agricultura	22 049	23 482	23 809	35 192	37 236	39 658
Metalúrgica	626 157	644 760	681 251	858 371	870 726	893 042
Milho	1 135	1 482	1 408	1 410	1 390	1 480
Papel e papelão	83 462	88 618	90 130	121 584	120 757	124 821
Pescado	11 347	10 367	10 845	15 807	15 952	17 545
Petróleo	1 832	1 822	1 944	1 932	1 897	1 787
Produtos farmacêuticos e medicinais	44 893	45 760	45 910	54 008	56 686	56 971
Sacaria	8 644	8 691	6 595	8 006	8 112	7 464
Soja	5 903	10 107	13 234	7 804	12 818	18 562
Têxtil	624 212	635 219	659 805	763 810	776 889	813 706
Tratores agrícolas e implementos	3 895	5 984	5 900	3 836	3 568	3 881
Trigo estrangeiro	56 864	77 266	78 081	60 393	69 407	88 853
Veículos automotores, autopeças e acessórios	(1) 122 700	(1) 133 115	(1) 134 542	177 537	177 958	179 810
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	235 766	240 065	245 927	319 813	324 904	336 748
Embarcações, motores, peças e acessórios	2 038	1 862	1 697	202	191	132
Outros materiais elétricos e de comunicações	92 778	97 296	99 659	128 543	128 490	129 571
Outros veículos e materiais de transporte	15 494	15 623	15 085	20 659	21 856	21 754
Outros produtos alimentares	240 892	246 247	252 913	322 586	331 517	341 419
Outros produtos da indústria mecânica	115 511	120 130	119 622	152 069	160 564	165 633
Outros produtos químicos	110 669	111 789	114 464	163 163	163 933	171 098
Outros	(1) 1 127 783	(1) 1 163 043	(1) 1 216 475	1 547 114	1 677 728	1 697 689
CONSTRUÇÃO CIVIL	19 484	15 854	13 897	25 486	26 475	26 743
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	38 337	37 992	39 192	38 854	38 334	37 953
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	1 076	3 185	3 378	4 847	5 130	5 472
COMPOSIÇÕES	25 654	25 663	27 297	38 423	36 235	35 413
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	7 050	6 780	7 293	9 090	8 797	8 699
ARMAZENAMENTO	200	500	500	—	—	—
OUTROS FINIS	58 525	190 230	266 154	45 566	43 895	41 988
TOTAL	4 292 794	4 573 113	4 802 554	5 961 977	6 187 028	6 382 028

(1) Inclusive operações do PASEP

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
MERCADO INTERNO	564 869	614 838	729 554	550 393	577 269	679 618
Agave ou sisal	2 589	2 625	2 395	1 924	2 021	1 537
Algodão	71 912	70 936	73 620	58 887	60 304	58 231
Amendoim	3 113	3 335	3 036	2 965	2 999	2 287
Arroz	76 333	67 444	67 027	29 245	34 726	40 478
Babaçu	3 057	3 126	2 904	3 264	3 551	3 527
Cacau	1 269	1 116	1 199	938	1 060	1 129
Café	340 606	399 476	517 297	395 308	409 395	508 543
Castanha-do-Pará	1 863	2 463	2 815	940	754	626
Cera de carnaúba	701	621	556	289	363	409
Feijão	5 313	5 688	6 392	3 563	3 895	3 378
Fumo	3 620	3 464	3 241	4 138	4 133	3 594
Girassol	35	35	35	19	37	41
Juta e malva	13 359	13 774	10 757	10 713	12 129	13 002
Mandioca	325	477	437	260	343	515
Mamona	109	129	245	175	239	199
Milho	5 626	5 855	5 471	4 154	4 404	4 467
Soja	5 634	5 995	4 554	3 446	3 810	4 147
Trigo	34	40	38	46	39	54
Outros	29 371	28 239	27 535	30 119	33 067	33 454
PARA EXPORTAÇÃO	3 700	6 914	15 631	2 183	3 582	5 232
Algodão	52	49	51	—	—	—
Cacau	—	202	380	—	—	—
Café	3 526	6 632	15 200	2 183	3 582	4 226
Outros	122	31	—	—	—	1 006
COMPOSIÇÕES	21 298	20 646	20 592	26 597	25 858	25 473
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	168	214	444	569	560	560
TOTAL	590 035	642 612	766 221	579 742	607 269	710 883

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
MERCADO INTERNO	44 367	43 572	40 328	64 049	66 823	58 881
Bovinos — engorda	9 885	9 456	9 354	3 938	4 522	3 569
Bovinos — produção de carne	3 853	3 298	3 072	3 390	3 102	2 205
Bovinos — produção de leite	362	422	473	309	260	299
Bovinos — recriação	269	269	117	67	63	40
Carne	4 363	4 806	4 169	37 503	38 182	32 635
Couros e peles	12 962	11 681	12 460	9 726	10 307	10 222
Lã	4 775	3 890	3 601	2 221	1 833	1 545
Leite	4 515	4 681	2 914	2 219	3 314	3 225
Pescado	700	689	597	548	425	330
Outros	3 683	4 380	3 571	4 128	4 815	4 811
COMPOSIÇÕES	1 402	1 329	1 134	1 536	1 322	1 339
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	44	69	69	58	43	43
TOTAL	45 813	44 970	41 531	65 643	68 188	60 263

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
MERCADO INTERNO	1 379 570	1 492 937	1 682 112	1 383 593	1 465 142	1 549 148
Açúcar	196 555	236 151	346 580	192 152	224 740	269 363
Atribos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	2 641	2 412	2 247	2 940	3 679	3 836
Agave ou sisal	26	18	—	—	—	—
Algodão	11 052	10 007	10 917	5 244	4 275	4 994
Amendoim	329	290	139	—	—	—
Aparelhos eletrodomésticos	42 442	41 671	41 648	46 011	46 466	47 019
Arroz	7 535	7 681	9 979	4 388	5 635	6 796
Borracha	5 394	6 105	5 886	6 898	6 504	7 048
Carne	3 393	3 313	2 686	879	747	1 008
Carvão mineral	385	315	301	500	488	448
Feijão	159	159	257	34	—	11
Fumo	—	—	—	35	—	7
Juta e malva	3 247	3 119	3 534	4 442	3 775	4 795
Mandioca	61	139	156	42	67	50
Mamona	33	11	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	13 196	14 166	14 362	18 429	19 867	20 508
Metalúrgica	84 615	86 894	87 439	75 650	78 691	83 874
Milho	57	28	54	19	12	26
Papel e papelão	14 172	15 140	15 105	11 146	11 406	11 548
Pescado	395	470	213	383	225	365
Produtos farmacêuticos e medicinais	20 970	19 988	20 512	22 311	23 368	24 169
Sacaria	1 738	1 954	2 011	1 693	1 728	2 012
Sal marinho	970	979	1 256	545	459	516
Soja	1 048	1 554	2 288	796	724	996
Têxtil	68 509	69 434	69 266	35 280	33 692	34 373
Tratores agrícolas e implementos	2 371	2 270	2 135	1 593	1 450	1 262
Veículos automotores, autopeças e acessórios	(1)274 183	(1)327 595	(1)384 179	311 657	316 513	324 001
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	47 087	47 007	48 180	44 903	45 526	45 653
Outros materiais elétricos e de comunicações	23 841	23 643	22 830	18 098	17 736	18 548
Outros veículos e materiais de transporte	5 637	5 464	5 272	3 108	3 184	3 090
Outros produtos alimentares	40 584	39 392	40 981	33 286	35 159	33 936
Outros produtos da indústria mecânica	55 663	58 180	58 706	55 302	57 027	61 568
Outros produtos químicos	35 088	34 083	34 205	26 482	18 455	17 351
Outros	(1)416 194	(1)433 305	(1)448 788	459 347	503 544	519 975
PARA EXPORTAÇÃO	6 830	6 795	6 405	1 293	1 276	1 574
Borracha	69	69	—	—	—	—
Cacau	6 761	6 726	6 375	600	585	554
Outras	—	—	30	693	691	31 345
DE IMPORTAÇÃO	19 480	19 443	20 024	27 619	29 222	31 345
Atribos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	6	61	64	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	96	47	103	29	37	31
Papel e papelão	20	11	15	18	20	8
Produtos farmacêuticos e medicinais	388	363	330	584	497	579
Veículos automotores, autopeças e acessórios	262	268	274	296	296	305
Outros produtos elétricos e de comunicações	577	505	548	901	1 043	1 255
Outros produtos alimentares	237	257	239	119	86	119
Outros produtos da indústria mecânica	8 291	8 765	8 387	11 769	12 378	12 947
Outros produtos químicos	1 294	1 313	1 272	1 823	1 420	1 722
Outros	8 309	7 853	8 792	12 080	13 445	14 379
COMPOSIÇÕES	6 501	6 217	6 765	8 218	8 189	9 321
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	1 169	2 524	3 495	6 126	6 029	5 885
TOTAL	1 413 550	1 527 916	1 718 801	1 426 549	1 509 858	1 597 273

(1) Inclusive operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	377 156	395 480	412 281	651 527	694 279	732 921
Acre	5 662	5 810	6 244	20 988	24 354	29 488
Amazonas	15 346	18 678	19 215	16 465	18 517	19 905
Pará	37 853	40 175	41 718	68 076	74 830	78 044
Maranhão	41 775	45 089	47 286	69 912	74 166	76 955
Piauí	57 606	60 488	63 498	96 304	99 147	101 820
Mato Grosso	203 090	209 597	218 822	361 570	387 433	410 709
Rondônia	9 071	8 898	8 879	9 142	6 048	5 918
Roraima	3 295	3 295	3 178	4 034	4 675	4 921
Amapá	3 458	3 450	3 441	5 036	5 109	5 161
2.ª REGIÃO	942 741	1 006 760	1 074 417	1 698 652	1 796 148	1 880 751
Ceará	131 164	138 288	147 125	240 243	250 925	266 947
Rio Grande do Norte	65 109	67 813	70 901	115 993	119 152	121 307
Paraíba	117 204	124 522	134 986	211 292	217 029	220 413
Pernambuco	189 175	206 856	220 709	352 637	387 174	405 551
Alagoas	112 723	123 699	133 037	195 141	216 258	233 143
Sergipe	50 365	53 914	57 760	97 134	104 041	114 680
Bahia	277 001	291 668	309 899	486 212	501 569	518 704
3.ª REGIÃO	234 864	236 064	240 597	359 474	323 270	333 436
Espírito Santo	62 738	66 226	69 807	109 216	112 845	116 859
Rio de Janeiro	131 017	129 632	131 472	208 690	206 130	212 478
Guanabara	41 109	40 206	39 318	41 568	4 295	4 099
4.ª REGIÃO	1 144 729	1 130 018	1 169 813	1 645 762	1 647 639	1 711 308
Goias	354 916	354 813	371 093	542 181	540 592	567 661
Distrito Federal	139 938	134 299	135 251	145 117	145 665	142 491
Minas Gerais	650 775	640 906	663 469	958 464	961 382	1 001 156
5.ª REGIÃO	1 031 288	1 003 902	1 003 887	1 364 501	1 385 593	1 442 106
São Paulo	1 031 288	1 003 902	1 003 887	1 364 501	1 385 593	1 442 106
6.ª REGIÃO	964 601	972 835	961 603	1 451 251	1 537 494	1 595 490
Paraná	754 201	752 431	730 692	1 143 043	1 216 771	1 264 734
Santa Catarina	210 400	220 404	230 911	308 208	320 723	330 756
7.ª REGIÃO	2 265 679	2 167 775	2 165 013	3 226 018	3 119 701	3 070 156
Rio Grande do Sul	2 265 679	2 167 775	2 165 013	3 226 018	3 119 701	3 070 156
BRASIL	6 961 058	6 912 834	7 027 611	10 397 185	10 504 124	10 766 168
GRANDES REGIÕES						
NORTE	74 685	80 306	82 675	123 741	133 533	143 437
NORDESTE	1 042 122	1 112 337	1 185 201	1 864 868	1 969 461	2 059 526
SUDESTE	1 916 927	1 880 872	1 907 953	2 682 439	2 670 245	2 776 698
SUL	3 230 280	3 140 610	3 126 616	4 677 269	4 657 195	4 665 646
CENTRO-OESTE	697 044	698 709	725 166	1 048 868	1 073 690	1 120 861

CARTEIRA DE CÂMBIO EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	9 512	9 426	12 187	22 026	24 605	27 400
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	8 788	9 026	10 998	21 310	24 345	26 826
Pará	724	400	433	550	258	373
Maranhão	—	—	756	119	148	147
Piauí	—	—	—	47	54	54
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	26 406	28 808	25 757	37 770	35 946	38 531
Ceará	2 317	2 132	1 954	3 074	2 036	2 176
Rio Grande do Norte	594	525	467	517	544	642
Paraíba	1 051	1 663	2 079	992	1 150	1 184
Pernambuco	8 934	10 323	7 738	8 949	8 791	9 957
Alagoas	246	203	118	577	458	428
Sergipe	3	3	3	66	131	102
Bahia	13 261	13 959	13 398	23 595	22 796	24 042
3.ª REGIÃO	298 836	293 274	297 842	320 861	314 291	351 331
Espírito Santo	11 308	16 093	19 458	13 238	12 789	11 204
Rio de Janeiro	1 247	1 098	1 467	6 488	6 076	5 746
Guanabara	286 281	276 083	276 917	301 135	295 426	334 381
4.ª REGIÃO	25 833	30 729	32 087	11 481	9 387	9 115
Goiás	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	25 833	30 729	32 087	11 481	9 387	9 115
5.ª REGIÃO	271 338	257 238	259 447	371 167	389 038	376 812
São Paulo	271 338	257 238	259 447	371 167	389 038	376 812
6.ª REGIÃO	19 914	20 234	20 573	24 127	24 736	22 238
Paraná	4 904	6 595	8 049	12 628	12 855	12 601
Santa Catarina	15 010	13 639	12 524	11 499	11 881	9 637
7.ª REGIÃO	43 308	45 729	59 555	65 548	91 453	111 718
Rio Grande do Sul	43 308	45 729	59 555	65 548	91 453	111 718
BRASIL	695 147	685 438	707 448	852 980	889 656	937 145
GRANDES REGIÕES						
NORTE	9 512	9 426	11 431	21 860	24 603	27 199
NORDESTE	26 406	28 808	26 513	37 936	36 148	38 732
SUDESTE	596 007	581 241	589 376	703 509	712 704	737 258
SUL	63 222	65 963	80 128	89 675	118 189	133 958
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—

CARTEIRA DE CÂMBIO
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO
 Saldo em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
AGRÍCOLA	—	—	—	95	95	95
Mercado Interno	—	—	—	95	95	95
ANIMAL	62	24	63	297	99	50
Mercado Interno	62	24	63	297	99	50
INDUSTRIAL	190 730	192 951	205 308	257 943	278 955	320 383
Indústrias Extrativas	39	35	135	1	40	84
Indústrias de Transformação	189 612	191 862	204 210	256 585	277 179	318 162
Açúcar	600	—	—	—	—	—
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	3 541	6 108	8 721	3 454	8 669	15 558
Aparelhos eletrodomésticos	5 516	4 479	2 642	6 552	4 988	2 726
Borracha	544	506	474	467	575	1 124
Máquinas e aparelhos para a agricultura	430	295	262	2 352	1 638	1 024
Metalúrgica	49 515	40 974	39 376	64 877	56 787	73 921
Papel e papelão	2 465	2 762	3 109	5 325	6 392	6 244
Pescado	1 231	1 011	756	3 687	3 190	2 089
Produtos farmacêuticos e medicinais	6 539	5 319	4 311	442	555	1 770
Veículos automotores, autopeças e acessórios	6 071	6 514	3 214	5 932	5 405	4 899
Vestuário, calçados e tefatos de tecidos	6 017	5 806	8 015	20 877	9 282	15 636
Outros materiais elétricos e de comunicações	10 990	5 878	9 791	10 602	14 108	12 137
Outros veículos e materiais de transporte	497	401	215	470	348	164
Outros produtos alimentares	1 545	2 142	1 536	2 107	4 224	4 203
Outros produtos da indústria mecânica	7 837	7 595	7 407	10 448	9 515	10 563
Outros produtos químicos	17 269	29 658	38 600	41 248	56 086	67 810
Outros	69 005	72 414	75 781	87 745	95 417	98 294
Construção Civil	50	120	120	162	—	—
Serviços Industriais de Utilidade Pública	—	—	—	402	812	553
Outros Fins	1 029	943	843	793	924	1 584
TOTAL	190 792	192 975	205 371	258 335	279 149	320 528

CARTEIRA DE CÂMBIO
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO
 Saldo em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	295	973	1 325	75	106	149
Mercado Interno	169	244	244	9	9	6
Algodão	119	119	119	—	—	—
Café	—	—	—	—	—	—
Cera de carnaúba	50	125	125	9	9	0
Outros	—	—	—	—	—	—
De Importação	126	729	1 081	5	36	88
Composições	—	—	—	61	61	61
DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	635	517	396	798	770	689
Mercado Interno	232	280	285	253	225	108
Carne	—	—	—	20	—	—
Couro e peles	191	207	188	139	131	76
Lã	41	73	97	94	94	32
Outros	—	—	—	—	—	—
De Importação	403	237	111	545	545	581
DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	331 262	320 881	332 202	440 312	458 955	487 887
Mercado Interno	16 146	17 163	16 960	22 902	23 760	24 032
Açúcar	—	—	—	—	—	—
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	15	15	92	476	464	429
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	—	14	9
Máquinas e aparelhos para a agricultura	105	97	94	92	266	248
Metalúrgica	792	686	287	869	743	486
Produtos farmacêuticos e medicinais	324	389	315	681	824	1 326
Veículos automotores, autopeças e acessórios	1 218	847	676	3 024	2 098	1 732
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	82	46	37	22	14	7
Outros materiais elétricos e de comunicações	198	416	543	482	407	607
Outros veículos e materiais de transporte	22	61	43	149	71	16
Outros produtos alimentares	300	294	427	332	387	360
Outros produtos da indústria mecânica	775	707	668	1 755	1 553	1 685
Outros produtos químicos	6 079	6 238	5 742	6 080	6 199	5 320
Outros	5 236	7 365	8 036	8 940	10 720	11 807
De Importação	315 116	303 524	315 043	417 312	435 195	425 225
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	910	1 277	1 184	2 393	2 272	2 077
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	2 621	2 877	3 375	4 421	4 773	3 264
Produtos farmacêuticos e medicinais	607	742	574	1 355	1 022	891
Outros materiais elétricos e de comunicações	1 973	1 718	1 533	195	31	828
Outros veículos e materiais de transporte	—	—	—	531	139	47
Outros produtos alimentares	2 869	2 380	1 610	899	1 128	1 840
Outros produtos da indústria mecânica	7 407	6 967	6 332	12 438	13 897	16 792
Outros produtos químicos	2 992	2 642	2 485	1 880	3 129	3 114
Outros	295 737	284 921	297 950	393 200	408 804	396 372
Composições	—	194	199	58	—	19 630
TOTAL	332 192	322 371	333 923	441 185	459 331	488 725

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	5 799	5 513	5 121	10 209	8 869	8 874
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	250	250	250	212	189	99
Pará	3 228	3 013	2 763	7 560	6 480	6 480
Maranhão	64	64	64	65	64	66
Piauí	1 951	1 886	1 744	2 352	2 115	2 208
Mato Grosso	—	—	—	20	21	21
Rondônia	306	300	300	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	22 003	21 610	22 445	25 234	28 065	28 565
Ceará	4 331	4 350	4 265	6 419	7 403	6 580
Rio Grande do Norte	1 432	1 451	1 461	1 493	1 507	1 511
Paraíba	587	591	591	744	607	687
Pernambuco	15	15	15	213	267	267
Alagoas	—	—	—	—	—	505
Sergipe	—	—	—	—	—	—
Bahia	15 638	15 203	16 113	16 365	18 221	18 955
3.ª REGIÃO	27 510	29 797	22 115	212 389	212 162	212 260
Espírito Santo	—	—	—	1 797	1 797	1 797
Rio de Janeiro	721	631	582	870	861	860
Guanabara	26 789	29 166	21 533	209 722	209 504	209 603
4.ª REGIÃO	257 784	255 224	285 873	238 252	239 214	196 938
Goiás	—	—	—	321	320	320
Distrito Federal	255 767	253 361	285 423	231 350	232 263	189 700
Minas Gerais	2 017	1 863	450	6 581	6 631	6 918
5.ª REGIÃO	118 448	123 548	129 464	256 747	269 764	285 456
São Paulo	118 448	123 548	129 464	256 747	269 764	285 456
6.ª REGIÃO	37 852	39 357	39 849	63 644	63 396	70 067
Paraná	18 383	19 754	18 399	33 492	32 921	37 689
Santa Catarina	19 469	19 603	21 450	30 152	30 475	32 378
7.ª REGIÃO	36 819	38 880	44 573	63 874	69 801	66 960
Rio Grande do Sul	36 819	38 880	44 573	63 874	69 801	66 960
BRASIL						
GRANDES REGIÕES	506 215	513 929	549 440	870 349	891 271	869 120
NORTE	3 784	3 563	3 313	7 772	6 669	6 579
NORDESTE	24 018	23 560	24 253	27 651	30 244	30 839
SUDESTE	147 975	155 208	152 029	475 717	488 557	504 634
SUL	74 671	78 237	84 422	127 518	133 197	137 027
CENTRO-OESTE	255 767	253 361	285 423	231 691	232 604	190 041

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR
EMPRÉSTIMOS
 Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
A PRODUÇÃO INDUSTRIAL	178 709	186 494	187 137	268 886	272 132	280 755
Indústrias de Transformação	151 859	158 237	164 766	252 851	254 897	263 520
Aparelhos eletrodomésticos	1 940	1 940	1 940	2 400	2 400	2 400
Máquinas e aparelhos para a agricultura	176	165	180	352	350	351
Pescado	100	47	—	180	180	1 700
Veículos automotores, autopeças e acessórios	2 980	3 060	4 060	5 043	5 230	5 399
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	9 162	9 043	9 938	20 795	22 114	22 915
Outros materiais elétricos e de comunicações	4 525	5 522	5 558	10 684	6 403	7 186
Outros veículos e materiais de transporte	1 500	1 500	1 500	—	600	600
Outros produtos alimentares	19 840	20 948	21 829	24 509	25 378	24 277
Outros produtos da indústria mecânica	16 050	16 207	16 354	18 440	18 074	19 228
Outros produtos químicos	2 967	2 828	2 624	5 537	7 010	8 358
Outros	92 619	96 977	100 783	164 911	167 158	171 106
Operações Vinculadas ao FINEX	26 850	28 257	22 371	16 035	17 235	17 235
AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	6 826	6 856	6 787	6 441	6 513	5 690
Operações Vinculadas ao FINEX	6 826	6 856	6 787	6 441	6 513	5 690
AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	320 680	320 579	355 516	595 022	612 626	582 675
Para Exportação	215 160	212 246	238 318	227 232	228 145	185 867
Açúcar	214 667	211 666	237 738	224 892	225 805	183 241
Mel rico	493	580	580	2 340	2 340	2 626
Operações Vinculadas ao FINEX	105 520	108 333	117 198	367 790	384 481	394 508
TOTAL	560 215	513 929	549 440	870 349	891 271	869 120

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	5 834	6 925	8 971	5 151	9 401	9 402
Acre	39	13	127	—	—	154
Amazonas	288	814	637	196	753	834
Pará	737	449	838	462	847	2 067
Maranhão	425	627	1 500	351	1 154	851
Piauí	1 024	1 088	2 780	679	1 846	2 248
Mato Grosso	3 196	3 847	3 017	3 322	4 668	3 126
Rondônia	116	65	43	123	72	90
Roraima	9	5	11	14	34	16
Amapá	—	17	18	4	27	16
2.ª REGIÃO	8 386	11 124	13 800	6 446	11 001	10 305
Ceará	1 319	2 498	3 047	1 034	2 630	1 951
Rio Grande do Norte	313	602	752	312	487	709
Paraíba	635	808	1 403	465	998	1 052
Pernambuco	1 687	2 281	2 504	1 356	2 093	2 209
Alagoas	549	411	489	283	483	431
Sergipe	1 079	901	972	833	1 139	841
Bahia	2 804	3 623	4 633	2 163	3 171	3 112
3.ª REGIÃO	2 151	5 133	3 873	2 563	5 165	4 085
Espírito Santo	1 220	2 459	1 920	1 539	2 631	1 950
Rio de Janeiro	926	2 669	1 949	1 017	2 531	2 132
Guanabara	5	5	4	7	3	3
4.ª REGIÃO	12 926	25 133	29 184	14 720	30 083	27 454
Goiás	4 341	6 389	5 731	4 965	7 687	5 661
Distrito Federal	37	31	63	36	58	55
Minas Gerais	8 548	18 713	23 390	9 719	22 338	21 738
5.ª REGIÃO	4 510	10 075	16 088	6 817	13 307	16 580
São Paulo	4 510	10 075	16 088	6 817	13 307	16 580
6.ª REGIÃO	14 786	21 726	19 639	17 044	26 199	18 893
Paraná	8 071	12 311	11 155	10 310	15 319	10 585
Santa Catarina	6 715	9 415	8 484	6 734	10 880	8 308
7.ª REGIÃO	11 883	15 365	17 736	9 368	14 711	15 007
Rio Grande do Sul	11 883	15 365	17 736	9 368	14 711	15 007
BRASIL	60 476	95 481	109 291	62 109	109 867	101 726
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 189	1 363	1 674	799	1 733	3 177
NORDESTE	9 835	12 839	18 080	7 476	14 001	13 404
SUDESTE	15 209	33 921	43 351	19 099	40 810	42 403
SUL	26 669	37 091	37 375	26 412	40 910	33 900
CENTRO-OESTE	7 574	10 267	8 811	8 323	12 413	8 842

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	48 190	54 343	57 895	78 903	121 034	97 465
Acre	1 306	193	565	—	—	1 673
Amazonas	2 233	4 977	2 056	738	2 632	2 234
Pará	3 479	4 499	5 251	4 694	15 162	10 768
Maranhão	3 784	6 645	10 343	3 561	10 417	6 687
Piauí	6 430	6 153	11 728	4 146	8 071	7 564
Mato Grosso	30 253	31 384	27 487	64 713	83 005	67 334
Rondônia	580	292	323	625	356	620
Roraima	125	102	39	365	1 123	438
Amapá	—	98	103	61	278	149
2.ª REGIÃO	78 728	81 706	113 896	93 011	145 255	115 417
Ceará	7 391	16 072	18 798	10 845	21 766	24 917
Rio Grande do Norte	1 699	2 684	5 270	3 188	4 264	4 598
Paraíba	9 811	7 461	17 983	7 103	8 897	8 290
Pernambuco	15 044	16 716	24 523	32 188	29 927	19 557
Alagoas	14 219	6 771	5 923	4 709	28 157	11 496
Sergipe	5 925	3 479	5 883	8 270	8 436	12 056
Bahia	24 639	28 523	35 516	26 710	43 808	34 503
3.ª REGIÃO	14 071	21 867	18 457	21 837	32 438	27 541
Espírito Santo	5 883	9 067	7 613	10 262	13 725	13 366
Rio de Janeiro	8 072	12 754	10 773	11 357	18 619	14 143
Guanabara	116	46	71	218	94	32
4.ª REGIÃO	98 323	153 773	178 325	177 393	284 656	269 808
Goiás	46 992	66 192	72 492	73 174	121 716	105 436
Distrito Federal	872	357	582	551	891	1 891
Minas Gerais	50 459	87 224	105 251	103 668	162 049	162 481
5.ª REGIÃO	80 717	116 045	190 788	138 335	217 415	257 336
São Paulo	80 717	116 045	190 788	138 335	217 415	257 336
6.ª REGIÃO	91 988	111 592	111 635	208 870	237 404	189 878
Paraná	69 032	81 271	79 294	169 474	188 809	159 081
Santa Catarina	22 956	30 321	32 341	39 396	48 595	30 797
7.ª REGIÃO	211 505	139 407	199 479	177 393	204 176	243 540
Rio Grande do Sul	211 505	139 407	199 479	177 393	204 176	243 540
BRASIL	623 522	678 733	870 475	895 742	1 242 378	1 200 985
GRANDES REGIÕES						
NORTE	7 723	10 161	8 337	6 483	19 541	15 880
NORDESTE	88 942	94 504	135 967	100 718	163 743	129 668
SUDESTE	145 247	225 136	314 496	263 840	411 902	447 358
SUL	303 493	250 999	311 114	386 263	441 580	433 418
CENTRO-OESTE	78 117	97 933	100 581	138 436	205 612	174 661

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	4 459	5 742	7 673	4 204	8 111	8 446
Acre	29	9	114	—	—	102
Amazonas	156	685	586	141	738	768
Pará	387	318	762	381	739	1 940
Maranhão	326	471	1 289	271	875	731
Piauí	751	892	2 339	480	1 479	2 108
Mato Grosso	2 709	3 294	2 525	2 817	4 200	2 699
Rondônia	100	56	35	113	54	85
Roraima	1	2	6	—	2	—
Amapá	—	15	17	1	24	13
2.ª REGIÃO	5 768	7 433	9 029	4 066	6 858	6 075
Ceará	1 144	2 160	2 328	695	2 059	1 062
Rio Grande do Norte	247	344	539	259	237	444
Paraíba	285	480	989	253	408	494
Pernambuco	1 291	1 610	1 318	880	1 056	1 264
Alagoas	347	268	242	101	227	185
Sergipe	790	385	351	453	595	351
Bahia	1 664	2 186	3 262	1 425	2 276	2 275
3.ª REGIÃO	1 336	4 222	3 145	1 703	4 321	3 453
Espírito Santo	887	2 038	1 564	1 131	2 247	1 646
Rio de Janeiro	448	2 181	1 580	568	2 074	1 805
Guanabara	1	3	1	4	—	2
4.ª REGIÃO	7 982	20 998	25 383	9 951	25 141	23 647
Goiás	3 288	5 353	4 896	3 962	6 307	4 658
Distrito Federal	15	13	41	16	19	28
Minas Gerais	4 679	15 632	20 446	5 973	18 815	18 961
5.ª REGIÃO	3 107	8 928	14 914	5 479	12 043	15 692
São Paulo	3 107	8 928	14 914	5 479	12 043	15 692
6.ª REGIÃO	12 653	18 835	17 415	14 393	22 694	16 315
Paraná	7 026	11 218	10 369	9 503	14 417	9 876
Santa Catarina	5 627	7 617	7 046	4 890	8 277	6 439
7.ª REGIÃO	9 313	12 573	15 083	6 865	12 305	12 739
Rio Grande do Sul	9 313	12 573	15 083	6 865	12 305	12 739
BRASIL	44 618	78 731	92 642	46 661	91 473	86 367
GRANDES REGIÕES						
NORTE	673	1 085	1 520	636	1 557	2 908
NORDESTE	6 845	8 796	12 657	4 817	9 212	8 914
SUDESTE	9 122	28 782	38 505	13 155	35 179	38 106
SUL	21 966	31 408	32 498	21 258	34 999	29 054
CENTRO-OESTE	6 012	8 660	7 462	6 795	10 526	7 385

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	31 912	39 258	37 879	60 497	90 290	70 543
Acre	870	34	191	—	—	452
Amazonas	1 407	4 011	1 295	655	2 323	1 788
Pará	2 026	2 633	3 701	2 869	6 104	8 331
Maranhão	1 952	4 858	6 478	2 296	5 940	4 000
Piauí	3 167	3 835	7 133	2 422	5 389	5 385
Mato Grosso	22 127	23 628	18 782	51 821	70 086	50 012
Rondonia	363	181	184	428	227	466
Roraima	—	3	17	—	17	—
Amapá	—	75	98	6	204	109
2.ª REGIÃO	42 758	48 691	58 922	61 733	93 991	68 206
Ceará	5 924	13 478	13 688	7 250	16 802	16 876
Rio Grande do Norte	1 206	1 573	4 142	2 776	2 450	2 946
Paraíba	3 373	4 283	7 485	4 449	4 165	4 783
Pernambuco	10 343	11 268	12 251	27 241	21 401	10 971
Alagoas	11 126	5 564	2 219	3 004	25 783	8 829
Sergipe	3 749	1 527	3 326	3 651	2 629	7 130
Bahia	7 037	10 998	15 811	13 362	20 761	16 671
3.ª REGIÃO	7 029	14 306	11 514	10 531	21 112	18 808
Espírito Santo	3 321	6 119	4 576	5 339	9 101	9 543
Rio de Janeiro	3 697	8 170	6 933	5 156	12 011	9 256
Guanabara	11	17	5	36	—	9
4.ª REGIÃO	60 761	120 013	145 613	117 000	216 156	216 827
Golás	37 513	57 421	65 129	53 960	92 688	86 280
Distrito Federal	91	85	242	136	181	1 262
Minas Gerais	23 157	62 507	80 242	62 904	123 287	129 285
5.ª REGIÃO	54 117	97 968	174 190	113 849	195 509	241 891
São Paulo	54 117	97 968	174 190	113 849	195 509	241 891
6.ª REGIÃO	78 383	95 825	97 211	186 696	208 281	172 665
Paraná	59 120	72 083	72 398	155 706	174 502	149 385
Santa Catarina	19 263	23 742	24 813	30 990	33 779	23 280
7.ª REGIÃO	193 266	122 517	181 685	146 547	185 159	228 706
Rio Grande do Sul	193 266	122 517	181 685	146 547	185 159	228 706
BRASIL	468 226	538 578	707 014	696 853	1 010 498	1 017 646
GRANDES REGIÕES						
NORTE	4 666	6 937	5 486	3 958	8 875	11 146
NORDESTE	47 877	57 384	72 533	66 451	105 320	77 591
SUDESTE	84 303	174 781	265 946	187 284	339 908	389 984
SUL	271 649	218 342	278 896	333 243	393 440	401 371
CENTRO-OESTE	59 731	81 134	84 153	105 917	162 955	137 554

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan-Set-1971				Jan-Set-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	28 212	21 092	1 002	6 118	31 767	22 558	1 425	7 784
Acre	226	211	1	14	350	278	1	71
Amazonas	1 527	1 466	46	15	2 112	1 559	23	530
Pará	2 242	1 722	66	454	4 608	3 331	63	1 214
Maranhão	3 156	2 591	222	343	2 879	2 194	237	448
Piauí	9 749	6 055	168	3 526	8 396	5 616	277	2 503
Mato Grosso	10 867	8 621	491	1 755	13 011	9 184	818	3 003
Rondônia	347	335	8	4	331	318	6	7
Roraima	61	54	—	7	33	31	—	2
Amapá	37	37	—	—	47	47	—	—
2.ª REGIÃO	92 805	67 268	780	24 757	88 739	72 021	1 100	15 618
Ceará	23 489	14 882	442	8 165	19 689	15 617	290	3 782
Rio Grande do Norte	8 835	5 035	70	3 730	7 681	6 118	37	1 526
Paraíba	15 252	11 125	80	4 047	14 053	12 088	242	1 723
Pernambuco	18 920	14 646	117	4 157	20 806	16 444	331	4 031
Alagoas	5 352	3 998	17	1 337	5 634	4 688	60	886
Sergipe	6 447	5 327	6	1 114	7 372	5 947	90	1 335
Bahia	14 510	12 255	48	2 207	13 504	11 119	50	2 335
3.ª REGIÃO	14 580	10 779	277	3 524	15 883	11 462	711	3 710
Espírito Santo	7 315	5 279	169	1 867	8 316	5 739	390	2 187
Rio de Janeiro	7 106	5 467	108	1 531	7 545	5 704	321	1 520
Guanabara	159	33	—	126	22	19	—	3
4.ª REGIÃO	67 307	51 955	4 310	11 042	76 379	53 343	6 515	16 521
Goiás	16 786	12 114	1 227	3 445	20 566	12 184	2 973	5 409
Distrito Federal	105	65	7	33	79	42	7	30
Minas Gerais	50 416	39 776	3 076	7 564	55 734	41 117	3 535	11 082
5.ª REGIÃO	42 938	30 687	1 631	10 620	50 958	32 974	2 143	15 841
São Paulo	42 938	30 687	1 631	10 620	50 958	32 974	2 143	15 841
6.ª REGIÃO	75 476	56 684	1 861	16 931	90 174	62 873	2 450	24 851
Paraná	45 765	34 898	1 674	9 193	59 005	40 599	2 128	16 278
Santa Catarina	29 711	21 786	787	7 738	31 169	22 274	322	8 573
7.ª REGIÃO	74 798	41 095	1 114	32 589	69 662	37 482	1 322	30 858
Rio Grande do Sul	74 798	41 095	1 114	32 589	69 662	37 482	1 322	30 858
BRASIL	396 116	279 560	10 975	105 581	423 562	292 713	15 666	115 183
GRANDES REGIÕES								
NORTE	4 440	3 825	121	494	7 481	5 564	93	1 824
NORDESTE	105 710	75 914	1 170	28 626	100 014	79 831	1 614	18 569
SUDESTE	107 934	81 242	4 984	21 708	122 575	85 553	6 389	30 633
SUL	150 274	97 779	2 975	49 520	159 836	100 335	3 772	55 709
CENTRO-OESTE	27 758	20 800	1 725	5 233	33 656	21 410	3 798	8 448

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (E.G.F.).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan-Set-1971				Jan-Set-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	160 047	96 802	29 792	33 453	336 599	149 828	36 530	150 241
Acre	1 280	397	—	883	4 349	1 250	23	3 076
Amazonas	11 791	4 467	7 115	209	8 368	4 667	3 219	482
Pará	20 614	13 742	3 304	3 568	37 106	26 107	2 351	8 648
Maranhão	17 894	6 188	8 971	2 735	16 885	5 906	7 462	3 517
Piauí	21 605	9 596	2 129	9 880	25 085	10 201	2 896	11 988
Mato Grosso	85 170	60 882	8 198	16 090	242 763	99 886	20 444	122 433
Rondônia	1 373	1 237	75	61	1 601	1 387	135	79
Roraima	111	84	—	27	76	58	—	18
Amapá	209	203	—	—	366	366	—	—
2.ª REGIÃO	478 002	357 673	19 498	100 831	715 942	462 553	47 720	205 669
Ceará	74 185	30 846	10 019	33 320	103 596	47 549	14 788	41 259
Rio Grande do Norte	26 763	14 073	1 141	11 549	46 838	22 832	1 997	22 009
Paraíba	50 464	28 782	3 147	18 535	59 817	39 270	2 647	17 900
Pernambuco	120 900	100 982	1 279	18 639	218 727	140 130	16 558	62 039
Alagoas	62 753	59 293	327	3 133	117 958	100 225	1 242	16 491
Sergipe	24 700	19 189	2 028	3 483	43 033	23 970	2 466	16 597
Bahia	118 237	104 508	1 557	12 172	125 973	88 577	8 022	29 374
3.ª REGIÃO	81 371	43 856	16 997	20 518	124 021	59 269	7 200	57 552
Espírito Santo	26 385	15 848	2 248	8 289	42 601	22 464	2 737	17 400
Rio de Janeiro	54 715	27 866	14 749	12 100	81 277	36 689	4 463	40 125
Guanabara	271	142	—	129	143	116	—	27
4.ª REGIÃO	445 837	280 678	75 719	89 440	769 010	374 402	147 414	247 194
Goiás	196 508	133 779	29 724	33 005	317 917	163 778	79 013	75 126
Distrito Federal	5 174	453	4 517	204	5 701	414	4 021	1 266
Minas Gerais	244 155	146 446	41 478	56 231	445 392	210 210	64 380	170 802
5.ª REGIÃO	557 542	323 494	111 831	122 217	881 319	439 361	160 215	281 743
São Paulo	557 542	323 494	111 831	122 217	881 319	439 361	160 215	281 743
6.ª REGIÃO	534 803	278 747	109 159	146 897	1 136 005	482 903	261 787	391 315
Goiás	425 341	219 802	90 778	114 761	980 361	412 994	224 815	342 552
Distrito Federal	109 464	58 945	18 381	32 136	155 644	69 909	36 972	48 763
7.ª REGIÃO	1 114 943	576 905	247 205	290 833	1 614 520	906 745	379 214	328 561
Rio Grande do Sul	1 114 943	576 905	247 205	290 833	1 614 520	906 745	379 214	328 561
BRASIL	3 372 545	1 958 155	610 201	804 189	5 577 416	2 875 061	1 040 080	1 662 275
GRANDES REGIÕES								
NORTE	35 378	20 136	10 494	4 748	51 866	33 835	5 728	12 303
NORDESTE	517 501	373 457	30 598	113 446	757 912	478 660	58 078	221 174
SUDESTE	883 068	513 796	170 306	198 996	1 450 732	708 840	231 795	510 097
SUL	1 649 746	855 652	356 364	437 730	2 750 525	1 389 648	641 001	719 876
CENTRO-OESTE	286 852	195 114	42 439	49 299	566 381	264 078	103 478	198 825

(*) Inclusive operações de financiamento para Garantia de Preços Mínimos (E.G.F.).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jul	Ago	Set	Jan/Set	Jul	Ago	Set	Jan/Set
CUSTEIO	29 535	60 273	72 891	279 553	28 105	68 050	65 109	292 713
Custeio de Entressafra	28 519	58 926	72 453	272 144	28 010	67 882	64 897	289 373
Algodão	2 512	6 962	10 214	47 837	2 115	7 654	7 527	49 862
Amendoim	555	2 171	2 587	6 924	629	1 350	933	4 696
Arroz	5 292	12 381	15 058	37 078	5 686	14 993	15 407	41 455
Batata-inglês	511	455	418	3 585	490	548	375	3 665
Cacau	72	369	690	3 982	83	136	238	3 015
Café	395	416	1 115	11 224	1 484	1 882	3 399	21 134
Cana-de-açúcar	301	469	430	5 060	357	372	324	6 333
Feijão	1 126	1 718	2 037	16 339	804	1 803	1 830	16 458
Frutas	851	985	1 381	6 539	257	750	580	4 409
Fumo	2 266	1 439	866	9 574	1 765	1 272	558	10 974
Hortaliças	1 286	496	1 105	6 627	513	1 332	517	5 775
Mandioca	2 550	3 704	3 437	17 924	2 063	4 366	3 180	18 061
Milho	8 081	23 480	27 556	65 242	8 069	24 747	22 488	62 635
Soja	491	2 113	3 868	7 364	866	2 490	3 833	8 291
Trigo	1 867	313	164	21 775	1 102	287	114	19 388
Outras culturas	363	1 455	1 527	5 070	1 927	3 900	3 594	13 222
Outras Aplicações	1 016	1 347	438	7 409	95	168	212	3 340
COMERCIALIZAÇÃO	2 433	2 570	1 540	10 982	3 500	3 579	1 480	15 666
Algodão	218	107	93	1 059	319	237	188	1 306
Amendoim	38	5	1	267	37	13	5	258
Arroz	956	776	272	2 762	1 696	1 463	459	6 062
Feijão	207	262	165	892	217	192	52	971
Milho	656	1 268	909	3 179	975	1 498	691	4 204
Soja	203	68	40	747	151	53	16	746
Outros produtos	37	29	27	365	65	67	46	342
Sacaria e/ou material de embalagem	96	38	19	1 379	35	46	23	1 655
Armazéns e similares	22	17	14	332	5	10	—	122
INVESTIMENTOS	12 650	15 888	18 211	105 581	15 056	19 844	19 778	115 183
Formação de Culturas Perenes	711	1 545	1 928	9 415	1 708	2 547	2 759	12 718
Melhoramento das Explorações	5 961	7 706	8 724	40 662	6 334	8 285	8 091	48 325
Armazéns e similares	493	420	357	2 457	538	579	479	4 122
Desbravamento de glebas rurais	1 117	1 469	1 679	6 332	1 312	1 588	2 080	8 175
Irrigação	444	685	908	3 547	511	642	728	3 308
Residências rurais	1 321	1 355	1 469	9 296	1 324	1 656	1 406	10 343
Outros	2 586	3 777	4 311	19 030	2 649	3 820	3 398	22 377
Máquinas, Equipamentos e Veículos	5 294	6 037	6 837	40 560	6 478	8 493	8 293	50 479
Implementos para preparação e cultivo do solo	742	886	1 388	5 821	1 265	2 076	2 541	9 754
Implementos para disposição da colheita	709	649	552	7 166	594	537	487	6 765
Tratores e implementos	1 593	1 505	1 905	10 521	1 936	2 187	2 011	13 458
Animais de serviço	1 544	2 284	2 243	12 283	1 841	2 728	2 468	14 481
Veículos e implementos	706	713	749	4 769	842	965	786	6 021
Outras Aplicações	684	600	722	14 944	536	519	635	3 661
TOTAL	44 618	78 731	92 642	396 116	46 661	91 473	86 367	423 562

(*) Inclusive Preços Mínimos.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (*)

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jul	Ago	Set	Jan/Set	Jul	Ago	Set	Jan/Set
CUSTEIO	183 254	342 803	524 061	1 957 367	231 502	529 311	667 363	2 875 061
Custeio de Entressafra	181 136	339 008	523 024	1 944 330	229 570	528 145	665 727	2 859 539
Algodão	24 835	80 890	137 693	300 388	25 767	96 792	140 911	351 640
Amendoim	2 813	11 691	14 579	34 472	4 824	9 437	8 185	30 915
Arroz	29 233	102 656	142 333	295 470	40 166	152 688	198 449	424 740
Batata-inglês	1 539	2 434	2 859	17 581	2 468	4 989	3 171	26 366
Cacau	544	2 727	5 365	75 626	1 334	920	2 121	51 493
Café	2 177	2 420	7 707	103 683	17 364	18 795	31 988	231 782
Cana-de-açúcar	18 754	10 612	10 744	176 369	29 564	31 408	10 635	273 508
Feijão	4 965	10 931	13 997	57 897	4 731	14 824	14 509	67 570
Frutas	3 904	4 534	7 241	32 763	2 405	6 649	4 819	37 149
Fumo	5 316	2 797	1 553	19 539	3 869	2 659	1 080	29 003
Hortaliças	5 741	3 595	2 125	31 274	1 711	3 719	2 195	24 851
Mandioca	5 889	8 150	7 446	36 004	6 622	11 476	9 289	47 230
Milho	25 100	73 620	109 612	237 332	36 715	100 917	109 343	285 617
Soja	7 487	13 834	56 468	96 975	7 042	47 747	109 073	188 338
Trigo	40 693	4 689	2 089	403 665	32 720	7 815	3 420	708 996
Outras culturas	2 146	3 428	1 213	25 292	12 268	17 310	16 539	80 341
Outras Aplicações	2 118	3 795	1 037	13 037	1 932	1 166	1 636	15 522
COMERCIALIZAÇÃO	181 198	19 884	40 709	611 377	225 664	178 059	63 443	1 040 080
Algodão	24 510	12 250	7 649	119 300	54 214	56 115	28 153	242 642
Amendoim	3 769	171	1	36 638	3 927	1 551	1 166	34 741
Arroz	80 256	31 986	9 639	174 617	86 738	67 277	15 065	295 462
Feijão	2 203	2 426	1 285	9 773	3 248	1 900	479	21 955
Milho	11 134	11 522	7 383	49 622	19 892	19 454	221	56 619
Soja	48 685	12 693	8 902	144 531	51 885	21 072	6 283	328 368
Outros produtos	3 986	4 785	2 510	45 124	4 964	8 469	2 621	27 977
Sacaria e/ou material de embalagem	2 929	694	1 497	21 052	772	1 908	1 435	27 770
Armazéns e similares	3 726	3 357	1 843	10 720	24	313	—	2 546
INVESTIMENTOS	103 774	115 891	142 244	803 801	239 687	303 128	286 840	1 662 275
Formação de Culturas Perenes	5 999	9 389	11 676	106 929	82 346	109 104	105 308	461 626
Melhoramento das Explorações	28 155	39 621	48 377	207 798	51 076	14 189	52 847	400 455
Armazéns e similares	1 514	2 351	12 340	26 681	7 196	17 854	3 947	57 495
Desbravamento de glebas rurais	6 890	9 557	9 166	38 643	13 350	18 328	14 074	76 594
Irrigação	3 974	6 085	6 916	28 698	4 350	5 826	5 934	30 517
Residências rurais	4 748	4 983	5 432	31 999	6 316	7 933	6 965	47 134
Outros	11 029	16 645	24 523	81 777	19 864	24 248	21 927	188 715
Máquinas, Equipamentos e Veículos	68 034	65 515	80 304	462 906	101 593	116 440	126 135	777 248
Implementos para preparação e cultivo do solo	11 867	12 015	17 731	83 645	20 171	26 682	32 077	152 929
Implementos para disposição da colheita	10 747	8 157	11 183	97 258	10 141	9 282	10 068	125 077
Tratores e implementos	35 162	34 349	40 337	220 856	53 554	61 372	65 256	386 170
Animais de serviço	3 996	4 725	4 942	23 269	4 908	7 196	7 049	36 492
Veículos e implementos	6 262	6 269	6 111	37 878	12 819	11 908	11 685	76 580
Outras Aplicações	1 586	1 366	1 887	26 168	4 672	3 395	2 550	22 946
	468 226	538 578	707 014	3 372 545	696 853	1 010 498	1 017 646	5 577 416

(*) Inclusive Preços Mínimos.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 375	1 183	1 298	947	1 290	956
Acre	10	4	13	—	—	52
Amazonas	132	129	51	55	15	66
Pará	350	131	78	81	108	127
Maranhão	99	156	211	80	279	120
Piauí	273	196	441	199	367	140
Mato Grosso	487	553	492	505	468	427
Rondônia	16	9	8	10	18	5
Roraima	8	3	5	14	32	16
Amapá	—	2	1	3	3	3
2.ª REGIÃO	2 618	3 691	4 771	2 380	4 143	4 230
Ceará	175	338	719	339	571	889
Rio Grande do Norte	66	258	213	53	250	265
Paraíba	350	328	414	212	590	558
Pernambuco	396	671	1 186	476	1 037	945
Alagoas	202	143	247	182	256	246
Sergipe	289	516	621	380	544	490
Bahia	1 140	1 437	1 371	738	895	837
3.ª REGIÃO	815	911	728	860	844	632
Espírito Santo	333	421	356	408	384	304
Rio de Janeiro	478	488	369	449	457	327
Guanabara	4	2	3	3	3	1
4.ª REGIÃO	4 944	4 135	3 801	4 769	4 942	3 807
Goiás	4 053	1 036	835	1 003	1 380	1 003
Distrito Federal	22	18	22	20	39	27
Minas Gerais	3 869	3 081	2 944	3 746	3 523	2 777
5.ª REGIÃO	1 403	1 147	1 174	1 338	1 264	888
São Paulo	1 403	1 147	1 174	1 338	1 264	888
6.ª REGIÃO	2 133	2 891	2 224	2 651	3 505	2 578
Paraná	1 045	1 093	786	807	902	709
Santa Catarina	1 088	1 798	1 438	1 844	2 603	1 869
7.ª REGIÃO	2 570	2 792	2 653	2 503	2 406	2 268
Rio Grande do Sul	2 570	2 792	2 653	2 503	2 406	2 268
BRASIL	15 858	16 750	16 649	15 448	18 394	15 359
GRANDES REGIÕES						
NORTE	516	278	154	163	176	269
NORDESTE	2 990	4 043	5 423	2 659	4 789	4 490
SUDESTE	6 087	5 139	4 846	5 944	5 631	4 297
SUL	4 703	5 683	4 877	5 154	5 911	4 846
CENTRO-OESTE	1 562	1 607	1 349	1 528	1 887	1 457

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS Á PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	16 278	15 085	20 016	18 407	30 744	26 922
Acre	436	159	374	—	—	1 221
Amazonas	826	966	761	82	309	446
Pará	1 453	1 866	1 550	1 826	9 048	2 435
Maranhão	1 832	1 787	3 865	1 265	4 477	2 687
Piauí	3 263	2 318	4 595	1 724	2 682	2 179
Mato Grosso	8 126	7 756	8 705	12 892	12 919	17 322
Rondônia	217	111	139	197	129	154
Roraima	125	99	22	366	1 106	438
Amapá	—	23	5	55	74	40
2.ª REGIÃO	35 970	33 015	54 974	31 277	51 264	47 211
Ceará	1 467	2 594	5 110	3 596	4 964	8 041
Rio Grande do Norte	493	1 111	1 128	410	1 814	1 652
Paraíba	6 438	3 178	10 498	2 654	4 732	3 507
Pernambuco	4 701	5 448	12 272	4 946	8 526	5 586
Alagoas	3 093	1 207	3 704	1 705	2 374	2 667
Sergipe	2 176	1 952	2 557	4 619	5 807	4 926
Bahia	17 602	17 525	19 705	13 347	23 047	17 832
3.ª REGIÃO	7 042	7 561	6 943	11 307	11 326	8 733
Espírito Santo	2 562	2 948	3 037	4 924	4 624	3 823
Rio de Janeiro	4 375	4 584	3 840	6 202	6 608	4 887
Guanabara	105	29	66	181	94	23
4.ª REGIÃO	37 562	33 760	32 712	60 393	68 500	52 981
Goiás	9 479	8 771	7 363	19 214	29 028	19 156
Distrito Federal	781	272	340	415	710	629
Minas Gerais	27 302	24 717	25 009	40 764	38 762	33 196
5.ª REGIÃO	26 600	18 077	16 598	24 486	21 906	15 445
São Paulo	26 600	18 077	16 598	24 486	21 906	15 445
6.ª REGIÃO	13 605	15 767	14 424	22 174	29 123	17 213
Paraná	9 912	9 188	6 896	13 768	14 307	9 696
Santa Catarina	3 693	6 579	7 528	8 406	14 816	7 517
7.ª REGIÃO	18 239	16 890	17 794	30 846	19 017	14 834
Rio Grande do Sul	18 239	16 890	17 794	30 846	19 017	14 834
BRASIL	155 296	140 155	163 461	198 890	231 880	183 939
GRANDES REGIÕES						
NORTE	3 057	3 224	2 851	2 526	10 666	4 734
NORDESTE	41 065	37 120	63 434	34 266	58 423	52 077
SUDESTE	60 944	50 355	48 550	76 557	71 994	57 374
SUL	31 844	32 657	32 218	53 020	48 140	32 047
CENTRO-OESTE	18 386	16 799	16 408	32 521	42 657	37 107

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan-Set-1971				Jan-Set-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	8 244	2 302	1	5 941	8 965	2 422	2	6 541
Acre	79	—	—	79	210	1	—	209
Amazonas	425	260	—	165	317	56	1	260
Pará	1 135	776	—	359	1 466	935	—	531
Maranhão	916	85	—	831	1 190	136	—	1 054
Piauí	1 606	121	—	1 485	1 467	294	1	1 172
Mato Grosso	3 950	1 036	1	2 913	4 088	958	—	3 130
Rondônia	67	2	—	65	43	8	—	35
Roraima	54	17	—	37	140	31	—	109
Amapá	12	5	—	7	44	3	—	41
2.ª REGIÃO	20 058	1 648	—	18 410	22 435	3 717	6	18 712
Ceará	2 167	110	—	2 057	3 280	1 131	2	2 147
Rio Grande do Norte	1 232	135	—	1 097	828	354	—	474
Paraíba	1 994	99	—	1 895	2 423	505	2	1 916
Pernambuco	3 591	190	—	3 401	4 379	636	—	3 743
Alagoas	1 087	99	—	988	1 416	254	—	1 162
Sergipe	2 414	423	—	1 991	2 760	150	—	2 610
Bahia	7 573	592	—	6 981	7 349	687	2	6 660
3.ª REGIÃO	5 596	1 475	—	4 121	6 860	1 486	1	5 373
Espírito Santo	2 485	503	—	1 982	3 224	505	1	2 718
Rio de Janeiro	3 067	944	—	2 123	3 607	967	—	2 640
Guanabara	44	28	—	16	29	14	—	15
4.ª REGIÃO	35 548	10 664	1	24 883	38 983	12 577	27	26 379
Goiás	7 992	2 187	—	5 805	8 922	2 574	25	6 323
Distrito Federal	178	21	—	157	193	22	—	171
Minas Gerais	27 378	8 456	1	18 921	29 868	9 981	2	19 885
5.ª REGIÃO	9 281	2 516	1	6 764	9 092	2 876	2	6 214
São Paulo	9 281	2 516	1	6 764	9 092	2 876	2	6 214
6.ª REGIÃO	15 405	4 596	1	10 808	21 024	6 700	1	14 323
Paraná	6 148	2 171	—	3 977	6 549	1 897	1	4 651
Santa Catarina	9 257	2 425	1	6 831	14 475	4 803	—	9 672
7.ª REGIÃO	19 518	5 723	21	13 774	20 991	7 000	35	13 956
Rio Grande do Sul	19 518	5 723	21	13 774	20 991	7 000	35	13 956
BRASIL	113 650	28 924	25	84 701	128 350	36 778	74	91 498
GRANDES REGIÕES								
NORTE	1 772	1 060	—	712	2 220	1 034	1	1 185
NORDESTE	22 580	1 854	—	20 726	25 072	4 147	7	20 938
SUDESTE	42 255	12 447	2	29 806	45 820	14 343	5	31 472
SUL	34 923	10 319	22	24 582	42 015	13 700	36	28 279
CENTRO-OESTE	12 120	3 244	1	8 875	13 203	3 554	25	9 624

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan-Set-1971				Jan-Set-1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	98 284	16 502	30	81 752	175 715	19 694	40	155 981
Acre	2 153	—	—	2 153	8 352	32	—	8 320
Amazonas	3 849	1 525	—	2 324	1 815	525	30	1 260
Pará	8 574	2 492	—	6 082	27 339	3 512	—	23 827
Maranhão	11 344	688	—	10 656	17 452	750	—	16 702
Piauí	14 246	579	—	13 667	13 094	2 074	10	11 010
Mato Grosso	56 090	10 850	30	45 210	102 220	12 296	—	89 924
Rondônia	1 155	106	—	1 049	918	96	—	822
Roraima	750	213	—	537	3 482	375	—	3 107
Amapá	123	49	—	74	1 043	34	—	1 009
2.ª REGIÃO	207 245	18 215	1	189 029	288 939	35 630	233	247 076
Ceará	13 826	1 188	1	12 637	32 078	10 250	24	21 804
Rio Grande do Norte	4 431	790	—	3 641	6 214	2 489	—	3 725
Paraíba	36 825	3 304	—	33 521	23 383	3 949	57	19 377
Pernambuco	29 576	1 946	—	27 630	43 651	5 649	—	37 002
Alagoas	12 708	1 048	—	11 660	14 244	1 864	—	12 380
Sergipe	12 083	2 485	—	9 598	28 615	1 951	—	26 664
Bahia	97 796	7 454	—	90 342	134 754	8 478	152	126 124
3.ª REGIÃO	48 010	12 096	—	35 914	83 992	15 896	88	68 008
Espírito Santo	18 811	4 559	—	14 252	36 789	5 623	88	31 078
Rio de Janeiro	28 274	7 012	—	21 262	46 405	9 901	—	36 504
Guanabara	925	525	—	400	798	372	—	426
4.ª REGIÃO	261 969	62 257	115	199 597	417 921	85 514	304	332 103
Goiás	68 701	14 099	15	54 587	134 639	19 980	146	114 513
Distrito Federal	2 783	681	—	2 102	3 279	232	—	3 047
Minas Gerais	190 485	47 477	100	142 908	280 003	65 302	158	214 543
5.ª REGIÃO	137 110	42 387	528	94 195	157 755	47 697	105	109 953
São Paulo	137 110	42 387	528	94 195	157 755	47 697	105	109 953
6.ª REGIÃO	93 722	25 432	81	68 209	169 226	48 256	107	120 803
Paraná	56 496	14 161	—	42 335	97 656	22 974	107	74 575
Santa Catarina	37 226	11 271	81	25 874	71 570	25 282	—	46 288
7.ª REGIÃO	145 281	29 715	27 582	87 984	191 188	51 401	22 384	117 403
Rio Grande do Sul	145 281	29 715	27 582	87 984	191 188	51 401	22 384	117 403
BRASIL	991 621	206 604	28 337	756 680	1 478 736	304 088	23 261	1 151 387
GRANDES REGIÕES								
NORTE	16 604	4 385	—	12 219	42 949	4 574	30	38 345
NORDESTE	232 835	19 482	1	213 352	313 485	38 454	243	274 788
SUDESTE	375 605	101 960	628	273 017	521 750	128 895	351	392 504
SUL	239 003	55 147	27 663	156 193	360 414	99 657	22 441	238 266
CENTRO-OESTE	127 574	25 630	45	101 899	240 138	32 508	146	207 484

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jul	Ago	Set	Jan/Set	Jul	Ago	Set	Jan/Set
CUSTEIO	4 855	4 234	3 229	27 914	4 775	5 071	3 569	36 778
Custeio das Explorações	4 767	4 115	3 120	26 909	4 645	4 961	3 487	34 967
Avicultura	414	452	354	2 731	617	476	306	3 125
Bovinos — produção de leite	811	500	253	5 223	880	752	504	7 891
Bovinos — produção de carne	1 299	994	777	9 027	1 179	1 270	1 052	12 395
Bovinos — recriação	419	200	234	1 564	—	—	—	—
Bovinos — engorda	67	34	68	198	—	—	—	—
Ovinos	3	4	1	34	23	22	9	96
Suínos	1 593	1 896	1 306	7 707	1 848	2 331	1 578	11 070
Outros animais	161	35	127	425	98	110	38	390
Outras Aplicações	88	119	109	1 005	130	110	82	1 811
COFECIALIZAÇÃO	11	13	12	51	15	4	5	74
Bovinos — Carnes	9	8	11	36	14	4	4	40
Lã	1	—	—	4	—	—	—	1
Laticínios	—	—	—	2	—	—	—	3
Suínos	1	—	—	3	—	—	—	1
Outros	—	5	1	6	1	—	1	29
INVESTIMENTOS	10 992	12 503	13 408	85 685	10 658	13 319	11 785	91 498
Aquisição de Animais	4 600	4 983	5 424	36 597	4 612	6 122	5 704	41 694
Bovinos — produção de leite	1 596	1 732	1 902	12 431	1 647	1 915	1 728	13 905
Bovinos — produção de carne	2 805	3 026	3 251	22 286	2 734	3 965	3 706	25 351
Ovinos	28	17	30	390	39	33	34	442
Suínos	111	143	176	1 211	123	160	173	1 475
Outros animais	60	65	65	279	69	49	63	521
Melhoramento das Explorações	5 276	6 071	6 512	35 295	4 737	5 655	4 729	38 752
Armazéns e similares	34	41	43	317	76	78	64	778
Desbravamento de glebas ru- rais	64	62	106	434	53	57	66	434
Granjas avícolas	120	103	112	864	60	70	67	655
Irrigação	175	179	274	1 314	147	181	140	1 087
Pastagens	3 235	1 162	1 350	8 396	682	811	615	5 908
Residências rurais	216	282	265	1 953	287	341	267	2 568
Outros	1 432	4 242	4 362	22 017	3 432	4 117	3 510	27 322
Máquinas, Equipamentos e Veí- culos	958	1 163	1 074	10 358	1 141	1 395	1 142	9 926
Implementos para preparação e cultivo do solo	40	59	62	380	57	66	46	452
Implementos para disposição da colheita	211	115	144	5 106	463	603	481	4 243
Tratores e implementos	104	91	149	767	168	170	131	1 291
Animais de serviço	542	664	516	2 191	148	216	203	1 445
Veículos e implementos	61	234	203	1 914	305	340	281	2 495
Outras Aplicações	158	286	398	3 435	168	147	210	1 126
TOTAL	15 858	16 750	16 649	113 650	15 448	18 394	15 359	128 350

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA
 Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Jul	Ago	Set	Jan/Set	Jul	Ago	Set	Jan/Set
CUSTEIO	46 504	29 078	29 595	220 374	47 053	48 079	28 082	304 088
Custeio das Explorações	46 169	28 399	29 127	214 499	45 779	46 999	26 873	289 596
Avicultura	11 398	7 888	6 403	54 525	14 650	10 476	6 319	73 069
Bovinos — produção de leite	4 372	2 787	1 748	24 877	6 477	4 792	3 390	45 476
Bovinos — produção de carne	11 991	7 901	7 694	67 667	14 160	16 011	11 082	115 452
Bovinos — recriação	8 946	3 168	4 825	29 924	—	—	—	—
Bovinos — engorda	3 379	1 249	2 174	10 136	—	—	—	—
Ovinos	359	37	21	960	384	659	83	2 741
Suínos	5 349	5 164	6 015	25 066	9 522	14 600	5 742	50 757
Outros animais	375	205	247	1 344	586	461	257	2 101
Outras Aplicações	335	679	468	5 875	1 274	1 080	1 209	14 492
COFECIALIZAÇÃO	10 829	1 416	2 229	36 922	9 780	57	274	23 261
Bovinos — Carnes	10 114	87	2 228	32 516	8 880	57	186	20 930
Lã	200	—	—	1 342	—	—	—	200
Laticínios	15	—	—	36	—	—	—	332
Suínos	500	—	—	1 588	—	—	—	500
Outros	—	1 329	1	1 440	900	—	88	1 299
INVESTIMENTOS	97 963	109 662	131 636	734 325	142 057	183 744	154 983	1 151 387
Aquisição de Animais	42 988	44 262	44 810	321 659	63 038	82 311	76 720	536 277
Bovinos — produção de leite	13 259	11 779	12 614	88 172	17 511	20 461	17 722	142 273
Bovinos — produção de carne	28 377	30 841	30 325	224 246	43 316	59 852	56 357	375 908
Ovinos	315	111	227	2 351	592	273	394	3 252
Suínos	315	509	479	2 960	713	1 089	790	7 123
Outros animais	722	1 022	1 165	3 930	906	636	1 457	7 721
Melhoramento das Explorações	46 911	55 508	75 649	334 811	63 173	82 427	52 885	486 128
Armazéns e similares	389	493	628	3 140	781	1 212	943	9 242
Desbravamento de glebas ru- rais	1 625	1 296	2 064	10 162	1 480	3 375	1 778	13 959
Granjas avícolas	1 931	1 516	1 775	12 124	1 176	1 562	1 797	15 478
Irrigação	3 718	3 321	5 650	21 203	3 230	3 931	2 679	24 651
Pastagens	20 218	15 341	23 787	100 160	19 836	25 241	15 562	137 147
Residências rurais	1 704	2 066	2 306	13 601	3 061	3 968	3 432	24 805
Outros	17 326	31 475	39 439	174 421	33 609	43 138	36 694	260 846
Máquinas, Equipamentos e Veí- culos	7 450	9 368	9 682	69 564	14 982	18 063	13 641	119 537
Implementos para preparação e cultivo do solo	330	965	1 172	5 693	1 578	1 834	1 416	12 808
Implementos para disposição da colheita	878	839	692	18 419	2 208	2 825	2 207	20 093
Tratores e implementos	2 498	3 432	4 140	19 919	5 462	7 386	5 221	48 134
Animais de serviço	1 606	1 630	1 396	6 263	644	859	846	5 669
Veículos e implementos	2 138	2 402	2 282	19 270	4 090	5 159	3 951	32 833
Outras Aplicações	614	524	1 495	8 291	864	943	1 737	9 445
TOTAL	155 296	140 156	163 460	991 621	198 890	231 880	183 339	1 478 736

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS — GARANTIAS DE PREÇOS MÍNIMOS**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	179	173	145	209	357	262
Acre	—	—	—	—	—	1
Amazonas	7	4	—	2	1	1
Pará	7	7	18	5	10	41
Maranhão	42	85	76	19	101	73
Piauí	68	28	30	45	106	96
Mato Grosso	55	49	21	137	139	50
Rondônia	—	—	—	1	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	65	183	372	36	174	192
Ceará	33	126	194	5	51	69
Rio Grande do Norte	6	22	37	1	3	10
Paraíba	—	2	55	—	68	33
Pernambuco	14	26	66	20	48	54
Alagoas	—	2	9	1	—	12
Sergipe	1	—	2	—	—	3
Bahia	11	5	9	9	4	6
3.ª REGIÃO	95	82	9	275	207	43
Espírito Santo	56	36	5	149	89	32
Rio de Janeiro	39	46	4	126	118	11
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	973	1 425	592	1 511	1 808	567
Goiás	219	153	53	622	445	68
Distrito Federal	—	—	—	—	2	—
Minas Gerais	754	1 272	539	889	1 361	499
5.ª REGIÃO	323	287	200	577	438	206
São Paulo	323	287	200	577	438	206
6.ª REGIÃO	328	227	133	484	333	130
Paraná	292	201	120	418	265	96
Santa Catarina	36	26	13	66	68	34
7.ª REGIÃO	418	166	37	341	215	53
Rio Grande do Sul	418	166	37	341	215	53
BRASIL	2 381	2 543	1 488	3 433	3 532	1 453
GRANDES REGIÕES						
NORTE	14	11	18	8	11	43
NORDESTE	175	296	478	100	381	361
SUDESTE	1 172	1 641	748	1 741	2 006	748
SUL	746	393	170	825	548	183
CENTRO-OESTE	274	202	74	759	586	118

(*) Financiamentos (E.G.F.)

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS – GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (*)
 Cr\$ 1.000

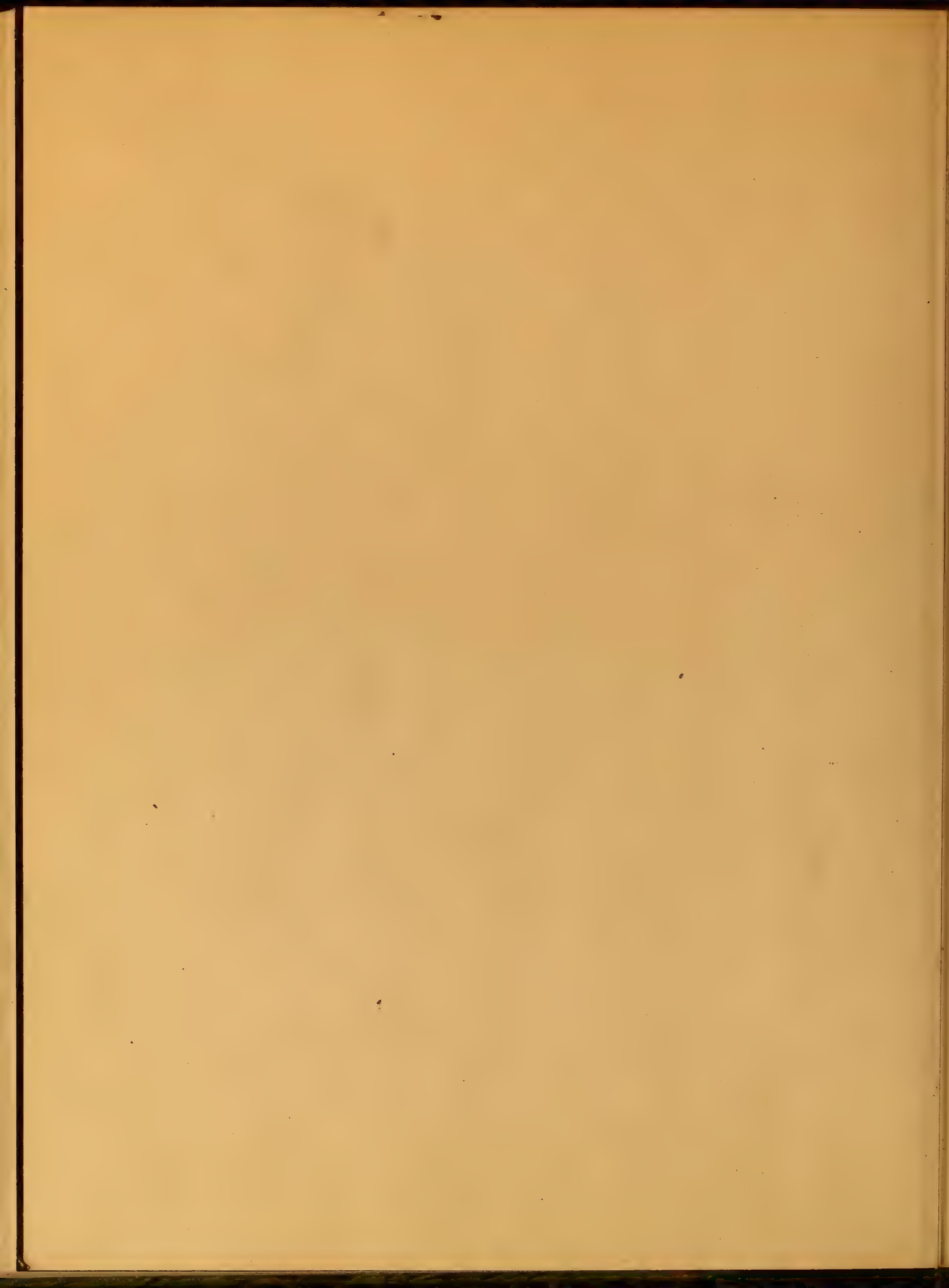
REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	3 817	7 521	4 718	8 633	8 880	4 775
Acre	—	—	—	—	—	23
Amazonas	702	1 919	—	297	107	178
Pará	322	543	637	593	1 003	746
Maranhão	1 110	3 610	2 795	1 508	3 532	1 899
Piauí	244	291	751	413	746	666
Mato Grosso	1 439	1 158	535	3 786	3 492	1 263
Rondônia	—	—	—	36	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	950	1 143	3 788	1 292	15 069	11 019
Ceará	314	605	1 720	192	3 595	7 514
Rio Grande do Norte	27	281	238	14	302	729
Paraíba	—	1	1 338	—	845	1 367
Pernambuco	48	42	180	186	10 110	980
Alagoas	—	3	50	299	—	130
Sergipe	200	—	2	1	—	66
Bahia	361	211	260	600	217	233
3.ª REGIÃO	957	813	206	2 162	1 588	609
Espírito Santo	345	510	11	734	408	487
Rio de Janeiro	612	303	195	1 428	1 180	122
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	14 466	13 795	5 774	28 788	28 865	10 768
Goiás	6 005	4 466	1 997	14 374	14 091	3 438
Distrito Federal	—	—	—	—	11	—
Minas Gerais	8 461	9 329	3 777	14 414	14 563	7 330
5.ª REGIÃO	17 432	14 897	7 808	35 646	33 203	12 709
São Paulo	17 432	14 897	7 808	35 646	33 203	12 709
6.ª REGIÃO	21 532	9 094	5 136	43 424	34 508	7 864
Paraná	18 002	6 510	3 351	35 446	30 033	4 987
Santa Catarina	3 530	2 584	1 785	7 978	4 475	2 877
7.ª REGIÃO	105 839	29 970	10 509	84 239	45 123	8 902
Rio Grande do Sul	105 839	29 970	10 509	84 239	45 123	8 902
BRASIL	164 993	77 233	37 939	202 184	187 036	66 646
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 024	2 462	637	926	1 110	947
NORDESTE	2 304	5 044	7 334	3 213	19 347	13 584
SUDESTE	26 850	25 039	11 791	52 222	49 354	20 648
SUL	127 371	39 064	15 645	127 663	79 631	16 766
CENTRO-OESTE	7 444	5 624	2 532	18 160	17 594	4 701

(*) Financiamentos (E.G.F.)











BANCO DO BRASIL

Boletim

Ano VII

1972

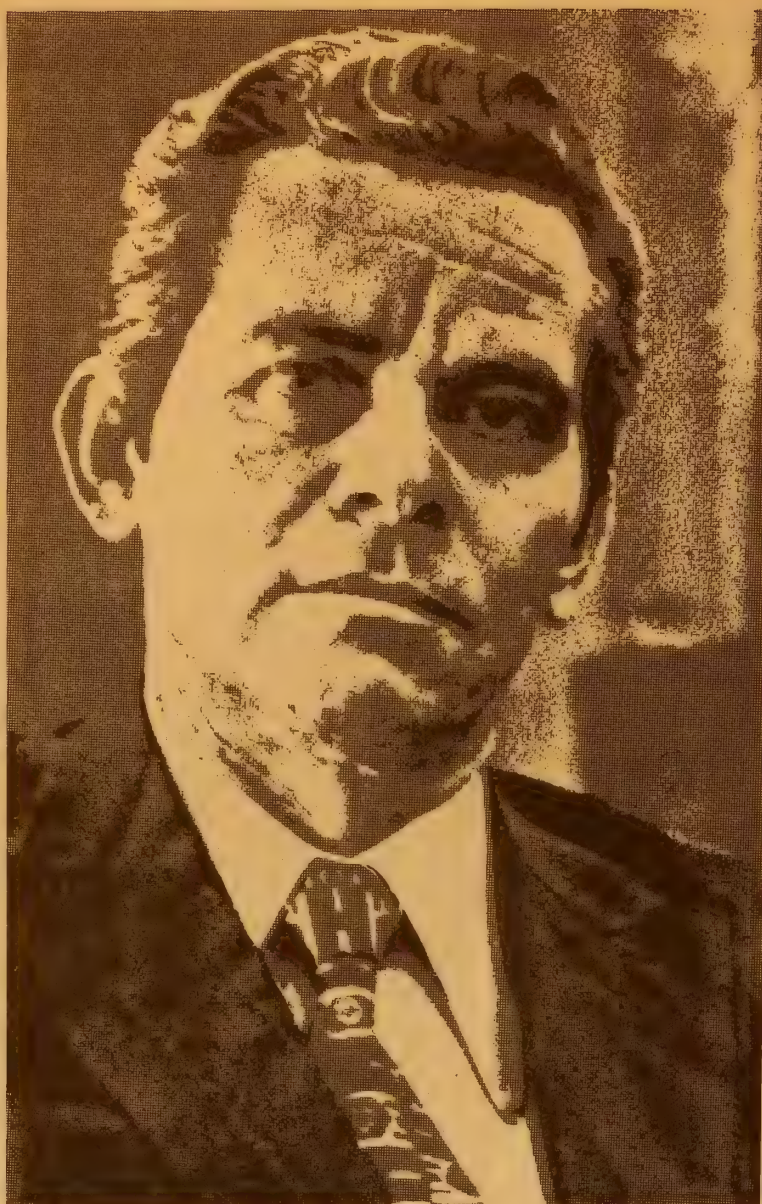
N.º 4

ÍNDICE

ASPECTOS DA ECONOMIA AMAZÔNICA — PRESENÇA DO BANCO DO BRASIL	3
LEGISLAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	31
ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL	
BALANCETES E BALANÇOS	40
DEPÓSITOS	42
COMPENSAÇÃO DE CHEQUES	44
EMPRÉSTIMOS	48
CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL	51
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	56
CARTEIRA DE CÂMBIO	57
CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR	60
CRÉDITOS CONCEDIDOS	
CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL	62
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	70
GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS	84

CAPA: VITÓRIA RÉGIA — Planta aquática amazônica que chega a atingir 2m de diâmetro. Suas flores — brancas e de muitas pétalas — emergem entre as folhas. As sementes, parecidas com grãos de ervilha, são comidas torradas e, por isso, chamadas de *milho-d'água*.

COMPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: Guacyr Paulo Moraes Aranha.



OZIEL RODRIGUES CARNEIRO, goiano de Tocantinópolis, tem a seu cargo as operações de crédito geral e crédito rural, no vastíssimo território da 1.ª Região do Banco do Brasil, que engloba os Estados de Mato Grosso, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí e os Territórios Federais de Roraima, Amapá e Rondônia. Técnico em Contabilidade, Médico e Jornalista Profissional, exerceu funções de Oficial-de-Gabinete do Prefeito de São Luiz, MA, antes de se voltar para a iniciativa privada, onde participou da implantação da Fábrica de Cimento Capanema, primeira indústria de base instalada na Amazônia e foi Presidente do Banco Comercial do Estado do Pará S.A.

Nesse entretanto, foi Membro do Conselho Fiscal do Centro de Indústrias do Estado do Pará, Presidente da Câmara Júnior de Belém e Vice-Presidente das Câmaras Júnior do Brasil; foi também Vice-Presidente do Conselho Nacional de Propaganda, seção do Pará.

Diretor do Banco do Brasil, desde fins de 1969, é o Representante do Banco do Brasil no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.

ASPECTOS DA ECONOMIA AMAZÔNICA

PRESENÇA DO BANCO DO BRASIL

Objetivando compatibilizar sua atuação ao esforço de desenvolvimento nacional, tem procurado o Banco, na sua precípua função de agente financeiro, oferecer os financiamentos necessários ao sucesso das atividades econômicas que são praticadas na grande região amazônica.

Das sete Diretorias Operacionais, a da Primeira Região — DIRAM — tem sua base física de ação coincidente com a área de maior concentração de execução de estratégias especiais definidas pelo Governo Federal como necessariamente prioritárias à integração nacional (1).

Abrangendo 63,30% do território brasileiro, compreendendo o Meio-Norte (Maranhão e Piauí), um pouco de Centro-Oeste (Mato Grosso) e ainda a denominada Amazônia Legal, nos termos da Lei nº 5 173, de 27.10.66, a DIRAM tinha, em outubro/72, uma aplicação global de Cr\$ 1 391 011 mil, aí incluídas as operações do PASEP, que comparada à de 31.12.71 — Cr\$ 932 978 mil — representa um crescimento de 49,09%.

AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL NA 1ª REGIÃO



ESTADOS:

ACRE: 1-Cruzeiro do Sul; 2-Rio Branco.

AMAZONAS: 1-Itacoatiara; 2-Manaus; 3-Parintins; 4-Tabatinga; 5-Tefé.

MARANHÃO: 1-Bacabal; 2-Barra do Corda; 3-Brejo; 4-Carolina; 5-Caxias; 6-Codó; 7-Grajaú; 8-Imperatriz; 9-Itapecuru-Mirim; 10-Pedreiras; 11-Pinheiro; 12-Santa Inês; 13-São João dos Patos; 14-São Luís.

MATO GROSSO: 1-Alto Araguaia; 2-Amambá; 3-Aparecida do Taboado; 4-Aquidauana; 5-Barra do Garças; 6-Bela Vista; 7-Cáceres; 8-Campo Grande; 9-Corumbá; 10-Coxim; 11-Cuiabá; 12-Diamantino; 13-Dourados; 14-Glória de Dourados; 15-Guaia Lopes da Laguna; 16-Guratinga; 17-Maracaju; 18-Miranda; 19-Nova Andradina; 20-Paranaíba; 21-Poconé; 22-Ponta Porã; 23-Porto Murtinho; 24-Poxoréo; 25-Rio Brilhante; 26-Rio Verde de Mato Grosso; 27-Rondonópolis; 28-Rosário Oeste; 29-Três Lagoas.

PARÁ: 1-Alenquer; 2-Altamira; 3-Belém; 4-Bragança; 5-Breves; 6-Cametá; 7-Castanhal; 8-Itaituba; 9-Marábá; 10-Óbidos; 11-Santarém; 12-Metr. São Brás.

PIAUI: 1-Bom Jesus; 2-Campo Maior; 3-Corrente; 4-Elesbão Veloso; 5-Floriano; 6-Luzilândia; 7-Parnaíba; 8-Picos; 9-Piracuruca; 10-Piripiri; 11-São João do Piauí; 12-Teresina; 13-União; 14-Urucui.

TERRITÓRIOS:

AMAPÁ: 1-Macapá.

RONDÔNIA: 1-Guajará-Mirim; 2-Porto Velho.

RORAIMA: 1-Boa Vista.

(1) - Proterra — Rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém Perimetral-Norte.

O presente trabalho propõe-se a examinar o comportamento do Banco na área de competência da 1ª Região — DIRAM — e, com destaque, na Amazônia da SUDAM (2), de conformidade com os dados disponíveis. É uma tentativa que se faz no sentido de, desenvolvendo estatísticas, estabelecendo comparações e mostrando dificuldades operacionais, evidenciar o comportamento do crédito proporcionado pelo estabelecimento à mais variada gama de atividades econômicas desenvolvidas na região

AMAZÔNIA LEGAL



Definida pelo Colegiado, em dezembro de 1969, a área geográfica de cada Diretoria Operacional, preocupou-se a DIRAM, de imediato, em proceder a um completo levantamento da condições em que atuava o Banco na Região, concluindo pela premência de serem adotadas medidas capazes de adequar os financiamentos nos custos, nos prazos e nas garantias, à rentabilidade e ao patrimônio dos negócios que seriam beneficiados com o crédito.

Exaustivamente, ao longo do último triênio, têm sido realizadas reuniões com gerentes, empresários e autoridades da Amazônia, com o objetivo de, corrigindo deficiências, criar condições ao Banco de melhor desempenhar sua função supletiva de agente creditício do Governo na mais cobiçada região brasileira.

Sem arranhar os princípios da boa técnica bancária, mas prevalecendo o bom senso, as exigências para obtenção de empréstimos têm sido modificadas no sentido de melhor atender a economia subdesenvolvida como a da Amazônia.

Tratando-se da região brasileira mais atrasada, o Banco, face à nova estratégia, tem oferecido às atividades produtoras e econômicas que nela se desenvolvem as mesmas oportunidades propiciadas às demais regiões, e considerando, naturalmente, as sérias dificuldades infra-estruturais existentes na Amazônia, tem procurado estabelecer condições excepcionais, ora elevando a percentagem dos financiamentos com base na garantia oferecida, ora adotando princípios mais liberais que os previamente fixados, com a finalidade de sempre procurar prestar auxílio financeiro aos empreendimentos inspirados no interesse da região ou do País.

Convênios têm sido firmados com as filiadas da ABCAR, CEPLAC, Governos Estaduais, INCRA, etc., sempre na tentativa de cada vez mais aperfeiçoar os métodos de trabalho e tornar mais eficiente a cooperação do Banco ao processo estabelecido pelo Governo visando a integrar econômica e socialmente aquelas populações à sociedade brasileira, já que os amazônidas, ideologicamente, sempre estiveram integrados à unidade nacional.

A par dessas providências de modificar a legislação creditícia e do estreitamento das relações com autoridades e clientes, foram introduzidos outros mecanismos operacionais como o crédito móvel, linhas de crédito especiais de assistência a programas específicos (3), o sistema de caixa executivo com atendimento direto, troca permanente de informações com outras agências financeiras oficiais ou privadas atuantes na área, evitando a duplicidade de crédito para o mesmo cliente e com a mesma finalidade etc.

(2) - SUDAM — Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Mato Grosso (a norte do paralelo de 16°), Goiás (a norte do paralelo de 13°) e Maranhão (a oeste do meridiano de 44°).

(3) - Erradiação de pimentais contaminados; orizicultura de várzea; comercialização de cassiteria e de ouro; crédito de emergência em face das enchentes do Rio Amazonas e seus afluentes, etc.

ASSISTÊNCIA CREDITÍCIA

Beneficiários de todas as linhas de financiamento existentes no Banco, exceção naturalmente para as de café e trigo que atingem apenas o Estado de Mato Grosso, os clientes da Amazônia dispõe ainda mais das específicas a seguir relacionadas:

Setor Comercial: — Operações de desconto de duplicatas relativas a produtos regionais (juta, malva, uacima, babaçu, etc.) sob condições particularmente favoráveis (limites mais elásticos, dispensa de repouso cadastral, etc.);

— operações de empréstimo em conta-corrente, em favor de exportadores de produtos regionais, garantida pela caução de contratos, e de promissórias emitidas por produtores, "aviadores" ou comerciantes ambulantes, também em condições favoráveis;

— operações de empréstimo em favor de comerciantes do interior e "regatões", objetivando o incremento da produção de juta e malva, com garantia da caução de promissórias emitidas por produtores rurais, e de contratos firmados entre estes e aqueles;

— operações de desconto de duplicatas, sob condições favoráveis quanto a limite e dispensa de repouso cadastral, em favor de comerciantes e industriais, relativas a venda de borracha vegetal e sacadas contra indústrias de pneumáticos, câmaras e artefatos em geral;

— incremento extra de 15% sobre os limites de crédito vigentes para descontos, além dos normais e periódicos reajustes admitidos pelo Banco.

Setor Rural: — Operações de investimento, de prazo de até um ano, para aquisição de bovinos e bubalinos para engorda em regime de pastoreio rotativo, em favor de pecuaristas (pessoas físicas e jurídicas), localizadas na Amazônia Legal, que se dediquem à invernagem, com comprovada experiência da atividade ou que desfrutem assistência técnica de profissional ou entidade competente;

financiamentos para importação de motores propulsores de embarcações, sem similar de fabricação nacional e destinados a embarcações de capacidade inferior a 200 toneladas, mediante prévia autorização da SUFRAMA ou da SUDAM, conforme o caso.

Programa Especial com base na Resolução nº 195, do Banco Central: — Composições de débitos, realizáveis até 30.12.72, em favor de agricultores e criadores domiciliados na faixa da Amazônia Legal, que tiveram suas explorações afetadas por enchentes e outras adversidades climáticas, ao prazo de 8 anos e juros de 5% a.a. (12% a.a. com subsídio de 7% por conta do FUNDAG).

Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste —

PROTERRA: — Financiamentos rurais — Financiamentos para investimentos rurais, de prazos até 12 anos (em razão da destinação do empréstimo), em favor de produtores rurais, cooperativas de produtores rurais e pessoas físicas ou jurídicas que, não conceituadas como "produtor rural", se dediquem à pesquisa e produção de sementes e mudas melhoradas, à prestação de serviços mecanizados de natureza agrícola, e à atividade de captura e transformação do pescado. Os financiamentos objetivam a organização e modernização de propriedades rurais ou de empreendimentos agropecuários, inclusive de pesca, mediante a introdução de benfeitorias, instalações, técnicas e insumos modernos, capazes de contribuir para a elevação da produtividade e para o melhor aproveitamento das potencialidades regionais, compreendendo: melhoramento das explorações rurais; fundação de culturas permanentes e de longa duração; aquisição de máquinas e implementos de fabricação nacional; aquisição de animais destinados à criação (reprodutores e matrizes) e para serviço; aquisição de insumos modernos. Os juros são de 7% a.a. ou nulos no caso de aquisição de insumos (12% a.a. com subsídio de 5%, ou total).

Financiamentos fundiários — Financiamentos fundiários e de projetos de colonização particular, de prazo até 12 anos e juros de 12% a.a., em favor de rurícolas não proprietários, rurícolas proprietários que necessitem de complementação em sua área, pessoas tecnicamente habilitadas na forma da legislação em vigor, herdeiros e legatários do domínio da fração de imóvel rural insuscetível de ser dividido, e empresas particulares de colonização. São financiáveis: a aquisição de pequenas propriedades rurais ("propriedades familiares"); a aquisição de áreas próximas à do imóvel do proponente; a implantação de projetos de colonização particular aprovados e registrados no INCRA; o custeio de despesas complementares com medição, demarcação e formalização e registro de escrituras.

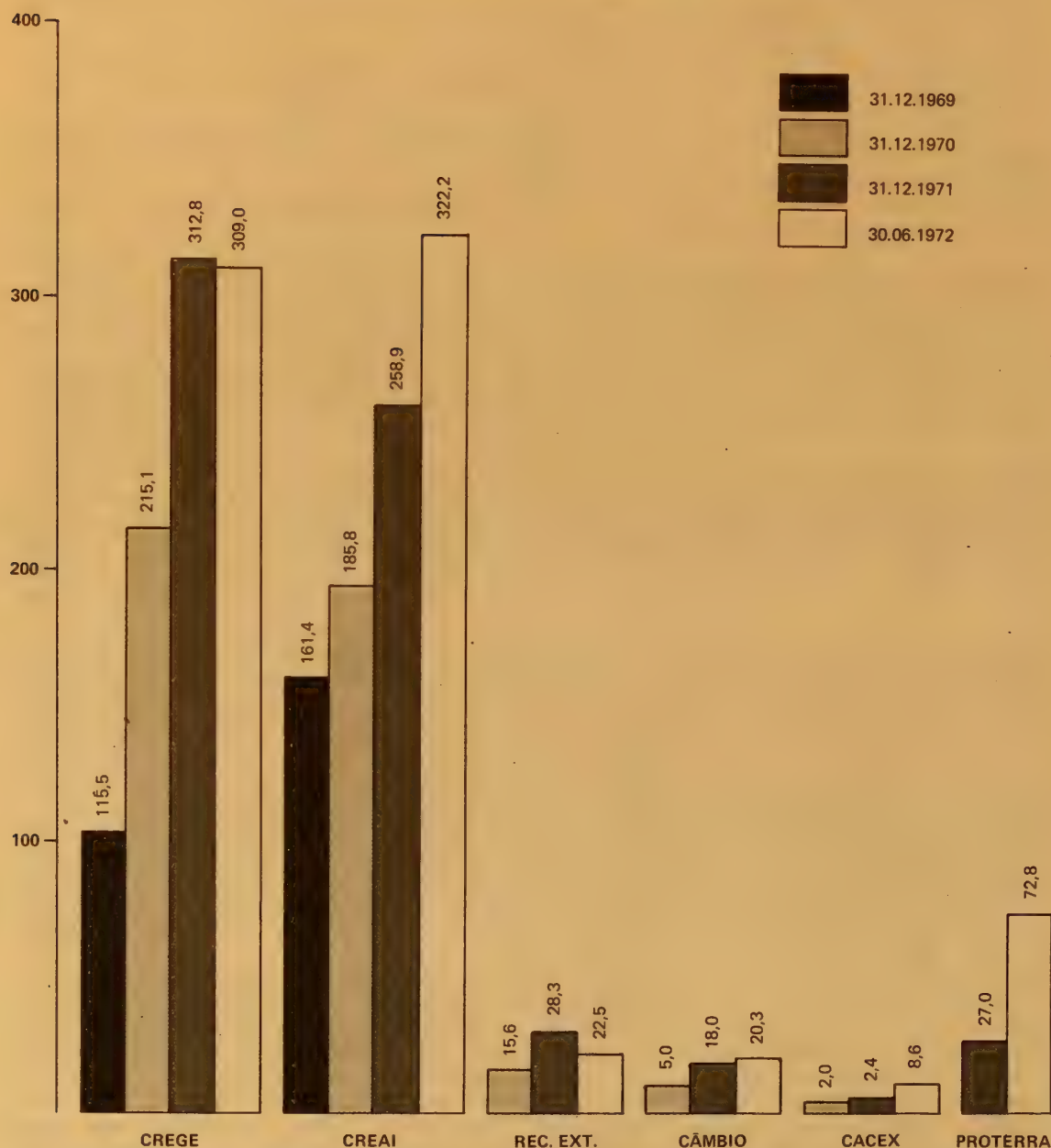
Financiamentos Industriais — Empréstimos, de prazo até 12 anos e juros de 17% a.a., em favor de indústrias de máquinas, tratores e implementos agropecuários; de indústrias de insumos agropecuários; e de agro-indústrias, localizadas na área da Amazônia Legal, destinados ao financiamento de inversões fixas relativas a implantação, ampliação e/ou modernização de unidades industriais, compreendendo obras de construção civil; máquinas e implementos; encargos financeiros dos projetos; terreno, assistência técnica, veículos e móveis e utensílios, quando fizerem parte de projeto integrado, etc.

APRECIACÃO ESTATÍSTICA

Objetivando proporcionar uma visão geral da atuação do Banco na área da Diretoria da 1ª Região e em particular na Amazônia Legal, oferecemos a seguir uma apreciação estatística compreendendo dados dos anos de 1969, 1970 e 1º semestre de 1972 e em casos até outubro de 72.

O gráfico apresenta a evolução das aplicações do Banco na Amazônia Legal, distribuídas pelas suas origens, não computadas no total em 30.6.72 as operações do PASEP, que atingiram cerca de Cr\$ 14 milhões. Comparados entre si os períodos indicados, verificaram-se os seguintes incrementos nas aplicações totais: 31.12.70 sobre 31.12.69 = 47,23%; 31.12.71 sobre 31.12.70 = 28,75%; 30.6.72 sobre 31.12.71 = 10,53%. Em relação a 1969, os incrementos em 31.12.71 e 30.6.72 foram de 113,74% e 138,25%, respectivamente.

APLICAÇÕES NA AMAZÔNIA LEGAL, SEGUNDO AS ORIGENS



OBS.: AS APLICAÇÕES DO PROTERRA E RECURSOS EXTERNOS ESTÃO COMPUTADOS NOS DA CREGE E CREA
A POSIÇÃO EM 30.06.1972 NÃO INCLUI OPERAÇÕES DO PASEP

FONTE: BALANCETES

O quadro seguinte contém os dados da espécie, com relação a toda área da 1ª Região. Os incrementos verificados nos intervalos acima indicados foram respectivamente, de 39,19%, 54,47%, 23,42%, 115,01% e 165,38%.

APLICAÇÕES NA 1.ª REGIÃO, SEGUNDO AS ORIGENS

Cr\$ 1.000

ORIGENS	31-12-69	31-12-70	31-12-71	30-6-72
CREGE	171 034	261 725	376 585	417 403
CREAI	262 639	312 251	422 282	512 872
PROTERRA	—	—	51 266	109 646
RECURSOS EXTERNOS	—	21 500	37 528	51 703
PASEP	—	—	22 764	28 364
CÂMBIO	231	5 090	18 070	20 345
CACEX	—	3 401	4 483	11 193
TOTAL	433 904	603 967	932 978	1 151 526

Fonte: Balancetes do Banco.

É oportuno aqui registrar operações realizadas em favor de empresas e Estados da Região, no 1º semestre de 1972, relativas a empréstimos através do EUROBRAZ — ao qual é associado o Banco do Brasil — em valores que superaram, no total, a casa dos Cr\$ 100 milhões e não incluídos no quadro referido.

O quadro e o gráfico a seguir expostos mostram a correlação entre as aplicações do Banco e os Depósitos do Público na área da Amazônia Legal, no total e discriminadamente pelas unidades componentes. Verifica-se ali que para cada *cruzeiro* de depósitos do público o Banco aplicou na região Cr\$ 4,61 em 31.12.70, Cr\$ 4,43 em 31.12.71 e Cr\$ 4,40 em 30.6.72. Mesmo considerando-se isoladamente cada Unidade Federada, as aplicações superaram os depósitos, inclusive, em alguns casos, em proporção bem acima da média da região, como ocorreu com Goiás, ressalvado, todavia, que os dados de depósitos em 31.12.70 referentes àquele Estado (parte pertencente à Amazônia Legal) estão sujeitos a confirmação, o que pode ter determinado distorção no respectivo resultado.

Essa posição demonstra que o Banco vem efetivamente injetando substanciais recursos na área, através, principalmente, da execução dos Programas Especiais destinados à Amazônia Legal.

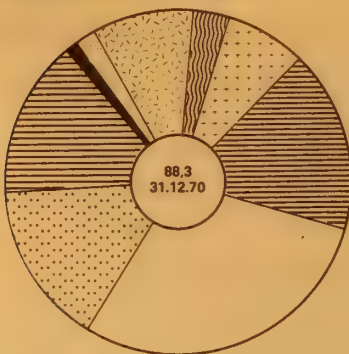
O decréscimo verificado na relação aplicações/depósitos no Amapá foi causado, principalmente, pela ocorrência de problemas de liquidez, enquanto que a acentuada elevação do nível dos depósitos em Roraima deve-se ao fato de o Banco encarregar-se do pagamento dos componentes das Guarnições Federais ali sediadas e de outros órgãos do Governo Federal, daí resultando a existência de grande número de contas.

APLICAÇÕES E DEPÓSITOS DO PÚBLICO, NA AMAZÔNIA LEGAL

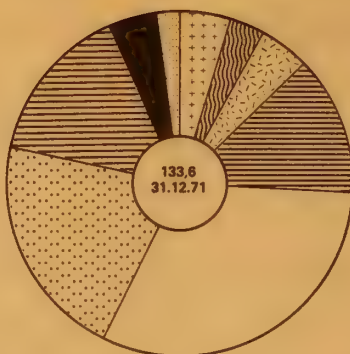
UNIDADES FEDERATIVAS	31-12-70			31-12-71			30-6-72		
	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Depósitos do Público Cr\$ 1.000	Cr\$-Aplica- ções/ Cr\$ de Depósitos	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Depósitos do Público Cr\$ 1.000	Cr\$-Aplica- ções/ Cr\$ de Depósitos	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Depósitos do Público Cr\$ 1.000	Cr\$-Aplica- ções/ Cr\$ de Depósitos
Acre	8 219	6 507	1,26	19 481	6 359	3,06	32 140	6 867	4,68
Amazonas	47 348	15 373	3,07	90 926	17 473	5,20	103 973	18 547	5,60
Pará	100 211	25 832	3,87	131 839	41 682	3,16	170 781	41 654	4,09
Maranhão (parte)	78 396	13 540	5,78	138 648	27 989	4,95	127 278	29 234	4,35
Mato Grosso (parte)	85 469	13 017	6,56	107 383	20 274	5,29	130 724	26 923	4,85
Goiás (parte)	56 827	1 037	54,79	66 207	6 053	10,93	54 719	9 430	5,80
Amapá	8 182	1 754	4,66	8 716	2 893	3,01	10 188	3 511	2,90
Rondônia	17 652	8 342	2,11	21 813	6 434	3,39	20 721	7 313	2,83
Roraima	5 763	2 965	1,94	7 326	4 518	1,62	9 741	6 326	1,53
TOTAL	408 067	88 387	4,61	592 339	133 675	4,43	660 265	149 805	4,40

Fonte: Balancetes do Banco

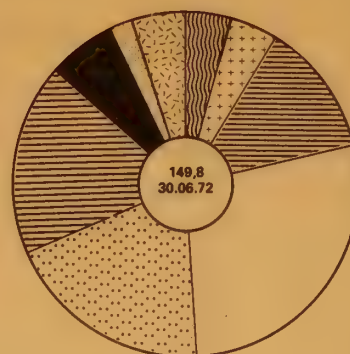
AMAZÔNIA LEGAL
DEPÓSITOS DO PÚBLICO - Cr\$ milhões



ACRE	- 6,5
AMAPÁ	- 1,7
AMAZONAS	- 15,4
GOIÁS	- 1,0
MARANHÃO	- 13,6
MATO GROSSO	- 13,0
PARÁ	- 25,9
RONDÔNIA	- 8,3
RORAIMA	- 2,9

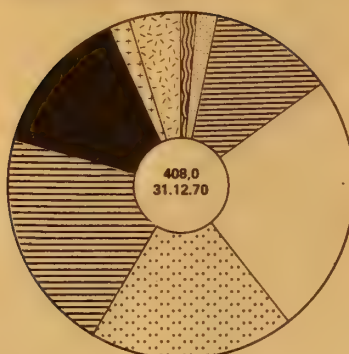


ACRE	- 6,3
AMAPÁ	- 2,8
AMAZONAS	- 17,5
GOIÁS	- 6,0
MARANHÃO	- 28,0
MATO GROSSO	- 20,3
PARÁ	- 41,7
RONDÔNIA	- 6,5
RORAIMA	- 4,5

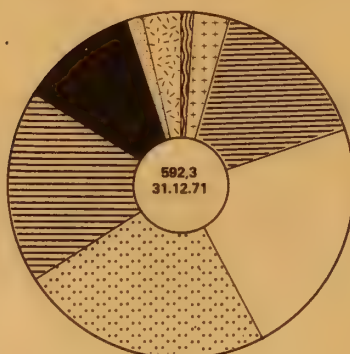


ACRE	- 6,8
AMAPÁ	- 3,5
AMAZONAS	- 18,5
GOIÁS	- 9,4
MARANHÃO	- 29,3
MATO GROSSO	- 27,0
PARÁ	- 41,7
RONDÔNIA	- 7,3
RORAIMA	- 6,3

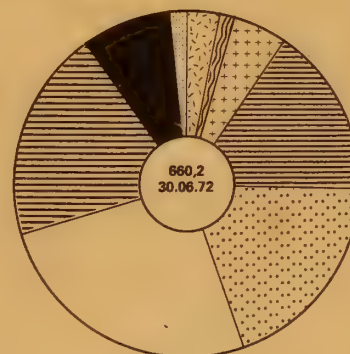
AMAZÔNIA LEGAL
APLICAÇÕES - Cr\$ milhões



ACRE	- 8,2
AMAPÁ	- 8,1
AMAZONAS	- 47,3
GOIÁS	- 56,9
MARANHÃO	- 78,4
MATO GROSSO	- 85,5
PARÁ	- 100,3
RONDÔNIA	- 17,6
RORAIMA	- 5,7



ACRE	- 19,4
AMAPÁ	- 8,7
AMAZONAS	- 90,9
GOIÁS	- 66,2
MARANHÃO	- 138,7
MATO GROSSO	- 107,4
PARÁ	- 131,9
RONDÔNIA	- 21,8
RORAIMA	- 7,3



ACRE	- 32,1
AMAPÁ	- 10,1
AMAZONAS	- 104,0
GOIÁS	- 54,7
MARANHÃO	- 127,3
MATO GROSSO	- 130,8
PARÁ	- 170,8
RONDÔNIA	- 20,7
RORAIMA	- 9,7

Posição idêntica, agora referente a toda área da DIRAM, apresenta o quadro a seguir, em que se comparam as aplicações do Banco e os depósitos do público, por Unidades da Federação e pelo total, em 31.12.70, 31.12.71 e 30.6.72. Nessas datas, a relação Cr\$ 1,00 de aplicações/depósitos revelou-se a seguinte, respectivamente: Cr\$ 4,40, Cr\$ 4,66 e Cr\$ 5,02.

BANCO DO BRASIL

1.ª Região — APLICAÇÕES E DEPÓSITOS DO PÚBLICO

UNIDADES FEDERATIVAS	31-12-70			31-12-71			30-6-72		
	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Depósitos do Público Cr\$ 1.000	Cr\$-Appli- cações/ Cr\$ de Depósitos	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Depósitos do Público Cr\$ 1.000	Cr\$-Appli- cações/ Cr\$ de Depósitos	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Depósitos do Público Cr\$ 1.000	Cr\$-Appli- cações/ Cr\$ de Depósitos
Acre	8 219	6 507	1,26	19 481	6 359	3,06	32 470	6 867	4,68
Amazonas	47 348	15 373	3,07	90 926	17 473	5,20	106 327	18 547	5,60
Pará	100 211	25 832	3,87	131 839	41 682	3,16	173 829	41 654	4,09
Maranhão	86 226	14 634	5,89	140 771	29 409	4,78	151 599	31 572	4,80
Piauí	84 665	15 755	5,37	135 638	22 796	5,95	154 053	21 928	7,02
Mato Grosso	245 701	45 910	5,35	376 468	68 504	5,49	492 521	91 622	5,37
Amapá	8 182	1 754	4,66	8 716	2 893	3,01	10 229	3 511	2,90
Rondônia	17 652	8 342	2,11	21 813	6 434	3,39	20 757	7 313	2,83
Roraima	5 763	2 965	1,94	7 326	4 518	1,62	9 741	6 326	1,53
TOTAL	603 967	137 072	4,40	932 978	200 068	4,66	1 151 526	229 340	5,02

Fonte: Balancetes do Banco.

Em complemento aos dados estatísticos relativos a depósitos, segue-se quadro dos saldos dos depósitos das datas consideradas, discriminadamente segundo suas origens, no total e por Unidade Federada da jurisdição da 1.ª Região.

BANCO DO BRASIL

1.ª REGIÃO DE DEPÓSITOS

Cr\$ 1.000

UNIDADES FEDERATIVAS	31-12-70				31-12-71				30-6-72			
	Do Pú- blico	De Ins- titui- ções Finan- ceiras	De Enti- dades Pú- blicas	Total	Do Pú- blico	De Ins- titui- ções Finan- ceiras	De Enti- dades Pú- blicas	Total	Do Pú- blico	De Ins- titui- ções Finan- ceiras	De Enti- dades Pú- blicas	Total
Acre	6 507	3 669	9 138	19 314	6 359	5 998	7 820	20 177	6 867	5 615	12 246	24 728
Amazonas	15 373	21 667	33 679	70 719	17 473	35 151	55 033	107 657	18 547	20 136	77 674	116 357
Pará	25 832	54 954	42 614	123 400	41 682	38 684	75 172	155 538	41 654	57 040	118 862	217 556
Maranhão	14 634	16 654	11 097	42 385	29 409	35 664	23 212	88 285	31 572	32 233	29 174	92 979
Piauí	15 755	10 741	9 174	35 670	22 796	21 204	13 762	57 762	21 928	16 994	30 061	68 983
Mato Grosso	45 910	19 235	22 919	88 064	68 504	19 979	29 757	118 240	91 622	39 230	69 446	200 298
Amapá	1 754	1 136	15 666	18 556	2 893	2 043	19 410	24 346	3 511	2 001	16 949	22 461
Rondônia	8 342	4 167	7 948	20 457	6 434	5 764	11 051	23 249	7 313	6 276	15 125	28 714
Roraima	2 965	1 723	14 786	19 474	4 518	4 032	15 401	23 951	6 326	2 690	17 686	26 702
TOTAL	137 072	133 946	167 021	438 039	200 068	168 519	250 616	619 205	229 340	182 215	387 223	798 778

Fonte: Balancetes do Banco.

No carreamento de recursos para a Região Amazônica, pontificam o Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Brasil S.A., na sua condição de Agentes Financeiros oficiais, aos quais cabe a execução dos Programas Específicos estabelecidos pelo Governo Federal em benefício da área da Amazônia Legal. Visando a apresentar dados comparativos das aplicações dos dois estabelecimentos, preparamos o quadro seguinte pelo

qual se vê que nos dois últimos períodos considerados a assistência financeira do Banco do Brasil superou a do BASA, nos percentuais de 48% (31.12.71.) e 28% (30.6.72). Em 31.12.69 e 31.12.70 as aplicações do Banco foram inferiores às do BASA em 2% e 6%, respectivamente.

As aplicações computadas efetivaram-se através das 61 Agências do BASA e das 45 do Banco do Brasil, que operam na região.

APLICAÇÕES DO BANCO DA AMAZÔNIA E DO BANCO DO BRASIL, NA AMAZÔNIA LEGAL

UNIDADES FEDERATIVAS	31-2-69			31-12-70			31-12-71			30-6-72		
	BASA A	B. Brasil B	% B/A	BASA A	B. Brasil B	% B/A	BASA A	B. Brasil B	% B/A	BASA A	B. Brasil B	% B/A
Acre	6 117	4 675	—23	28 573	8 219	—71	27 271	19 481	—28	41 352	32 140	—22
Amazonas	48 703	21 530	—55	53 978	47 348	—12	46 981	90 926	93	73 868	103 973	40
Pará	123 717	65 246	—47	196 000	100 211	—48	193 259	131 839	—31	240 756	170 781	—29
Maranhão (parte)	64 161	64 168	0	73 878	78 396	6	57 956	138 648	139	59 783	127 278	112
Mato Grosso (parte)	30 421	62 740	106	25 248	85 469	238	38 316	107 383	180	36 946	130 724	253
Goiás (parte)	10 864	36 798	238	25 847	56 827	119	6 247	66 207	959	29 461	54 719	85
Amapá	—	4 345	—	6 418	8 182	27	3 215	8 716	171	5 656	10 188	80
Rondônia	—	14 394	—	22 188	17 652	—20	24 545	21 813	—11	22 575	20 721	—8
Roraima	—	3 275	—	2 903	5 763	98	2 276	7 326	221	2 963	9 741	228
TOTAL	283 983	277 171	—2	435 033	408 067	—6	400 066	592 339	48	513 360	660 265	28

Obs. — Aplicações do BASA compreendem operações conduzidas pelas Agências de Codó e Caxias (MA), não incluídas na Amazônia Legal, e Coroatá (MA), apenas parcialmente incluída.

— Aplicações do Banco do Brasil no Maranhão compreendem operações conduzidas pelas Agências de Uruçuí (PI), Codó e São João dos Patos (MA), relativas a municípios de sua jurisdição pertencentes à Amazônia Legal.

— Aplicações do Banco do Brasil em Goiás compreendem operações conduzidas pela Agência de Barreiras (BA), relativas a municípios de sua jurisdição pertencentes à Amazônia Legal.

— Aplicações do Banco do Brasil em 30-6-72 não incluem operações do PASEP, no total de cerca de Cr\$ 14 milhões.

Fontes: Balancetes do Banco do Brasil.
Informações do Banco Central e do BASA.

O gráfico que apresentamos a seguir, no qual procuramos estabelecer um comparativo entre as despesas orçamentárias dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Maranhão (no global e especificamente as de capital) e as aplicações totais do Banco naquelas Unidades Federativas, no seu todo incluídas na área da Amazônia Legal (Maranhão, parcialmente), tem por finalidade mostrar a evidência de que os recursos injetados na assistência creditícia aos setores econômicos, mormente à iniciativa privada, superam, em alguns casos, as despesas de capital dos orçamentos estaduais.

O comparativo nos leva à conclusão de que os recursos aplicados nos créditos concedidos pelo Banco do Brasil, no período sob exame, não só vêm acompanhando a evolução orçamentária das Unidades beneficiadas, e até mesmo superando-a, como se verifica nos dados relativos a 1971, tendência que se acentua a julgar pela posição referente a 1972, na qual as aplicações do Banco, embora refiram-se apenas ao saldo do 1º semestre, equivalem-se e são até superiores, como no caso do Estado do Pará.

Ocorre acrescentar que, para o financiamento das respectivas despesas orçamentárias de capital, alguns Estados vêm recorrendo inclusive a "transferências" e operações de crédito, o que demonstra a insuficiência de sua receita de capital efetiva e a conhecida pobreza do estágio atual de suas economias, embora seja sobejamente reconhecido o grande potencial econômico de seus recursos naturais, presentemente objeto de esforço do Governo Federal e da iniciativa privada, interessados em, através de correta, racional e econômica exploração, transformá-los em fator dinâmico do enriquecimento nacional.

APLICAÇÕES DO BANCO - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL E TOTAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL
 APLICAÇÕES GLOBAIS DO BANCO
 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS GLOBAIS

Aplicações em 31.12. 1972 em 30.06
 Maranhão: Apenas área da Amazônia Legal
 Despesas orçamentárias 1972: estimativa



FONTE "Aspectos do Planejamento e Orçamento dos Estados"
 "Plano de Governo do Estado do Maranhão - 1971/74"
 Balancetes do Banco

O índice que procuramos estabelecer no quadro que vem a seguir se examinado sob o aspecto de interesse da análise que se realiza sobre os critérios tradicionais da aferição de estatísticas, talvez nada significasse. Ocorreu-nos, todavia, desejosos de fazer reflexões próprias e oferecer novos ângulos da problemática da grande região Amazônica para aqueles que se debruçam em busca de soluções para os seus intrincados problemas de desenvolvimento, estabelecer comparações sobre a relação aplicações/habitante, no período 69/72.

Verifica-se que a cada indivíduo — admitindo-se, para aquele fim, como sendo todos economicamente ativos e usuários de nossa assistência — tocaram Cr\$ 42,05, Cr\$ 61,91, Cr\$ 89,86 e Cr\$ 100,17 ao final dos exercícios de 1969, 1970, 1971 e em 30.6.72, respectivamente. Aqueles valores equivalem-se aos encontrados para a 1ª Região, respectivamente Cr\$ 43,91, Cr\$ 61,12, Cr\$ 94,41 e Cr\$ 113,66, nos referidos períodos. Em relação ao total do Brasil, cujos valores correspondentes são Cr\$ 14,72, Cr\$ 19,77, Cr\$ 27,10 e Cr\$ 28,17, há uma posição favorável a Amazônia, o que certamente encontra explicação pela inclusão das áreas de maior concentração populacional, enquanto que a da Amazônia Legal caracteriza-se pela baixa densidade demográfica.

As comparações podem nos levar a conclusões falhas, mas, com absoluta certeza, servem para evidenciar a enorme contribuição do Banco para um melhor e mais racional aproveitamento das potencialidades econômicas regionais, e conseqüentemente, em concordância com os objetivos do Governo em tornar efetiva uma melhor distribuição da renda pela população.

BANCO DO BRASIL

APLICAÇÕES/HABITANTE NA AMAZÔNIA LEGAL

ESTADOS E TERRITÓRIOS	N.º de Habi- tantes	31-12-69		31-12-70		31-12-71		30-6-72	
		Aplica- ções Cr\$ 1.000	Cr\$-Apl./ Habi- tante	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Cr\$-Apl./ Habi- tante	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Cr\$-Apl./ Habi- tante	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Cr\$-Apl./ Habi- tante
Acre	216 200	4 675	21,62	8 219	38,01	19 481	90,10	32 140	148,65
Amazonas	955 394	21 530	22,53	47 348	49,55	90 926	95,17	103 973	108,82
Pará	2 161 316	65 246	30,18	100 211	46,36	131 839	60,99	170 781	79,01
Maranhão (parte)	2 057 246	64 168	31,19	78 396	38,10	138 648	67,39	127 278	61,86
Mato Grosso (parte)	589 960	62 740	106,34	85 469	144,87	107 383	182,01	130 724	221,58
Goiás (parte)	341 775	36 798	107,66	56 827	166,27	66 207	193,71	54 719	160,10
Amapá	114 687	4 345	37,88	8 182	71,34	8 716	75,99	10 188	88,83
Rondônia	113 659	14 394	126,74	17 652	155,30	21 813	191,91	20 721	182,30
Roraima	40 915	3 275	80,04	5 763	140,85	7 326	179,05	9 741	238,07
TOTAL	6 591 152	277 171	42,05	408 067	61,91	592 339	89,86	660 265	100,17

Obs. — Aplicações relativas ao Maranhão e Goiás incluem operações conduzidas pelas Agências de Uruçuí (PI) e Barreiras (BA), respectivamente.

— Aplicações em 30-6-72 não incluem operações do PASEP, no total de cerca de Cr\$ 14 milhões.

Fontes: Balancetes do Banco do Brasil.
Anuário Estatístico do IBGE — 1971.

Todavia, se, em vez de estabelecermos relação com o número de habitantes, o fizermos considerando a área em que são aplicados os financiamentos, ou seja, a relação Aplicações/Km², verificaremos que a situação se modifica inteiramente, ficando então demonstrado não só as dificuldades para que o nosso crédito seja posto ao alcance das atividades dele carentes — em face das grandes distâncias que em geral separam as sedes de nossas Filiais do domicílio dos clientes — como também a evidência do risco e dos elevados custos operacionais enfrentados pelo Banco na aplicação de recursos na região, especialmente na esfera do crédito rural, servindo ainda para explicar a preocupação permanente da Diretoria em criar mecanismos especiais capazes de levar o crédito aos setores produtivos que postulem nossos financiamentos nas mais longínquas paragens amazônicas. De qualquer modo, verifica-se que a relação aplicações/Km² também é crescente no período considerado.

BANCO DO BRASIL**APLICAÇÕES/Km² NA AMAZÔNIA LEGAL**

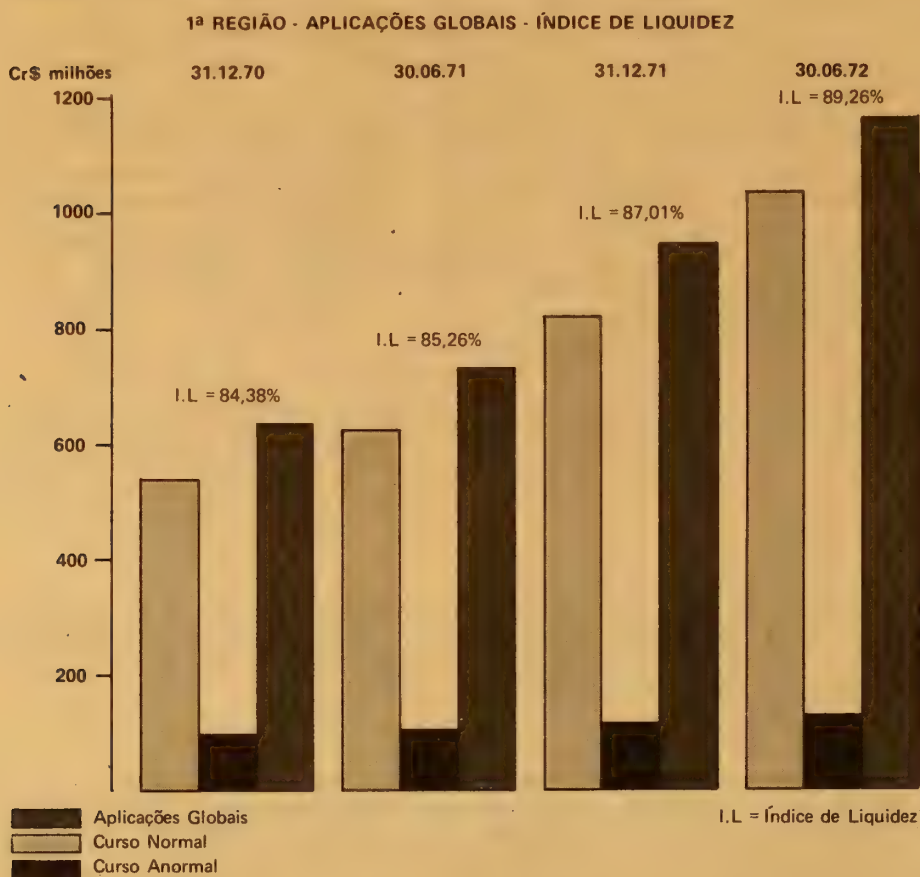
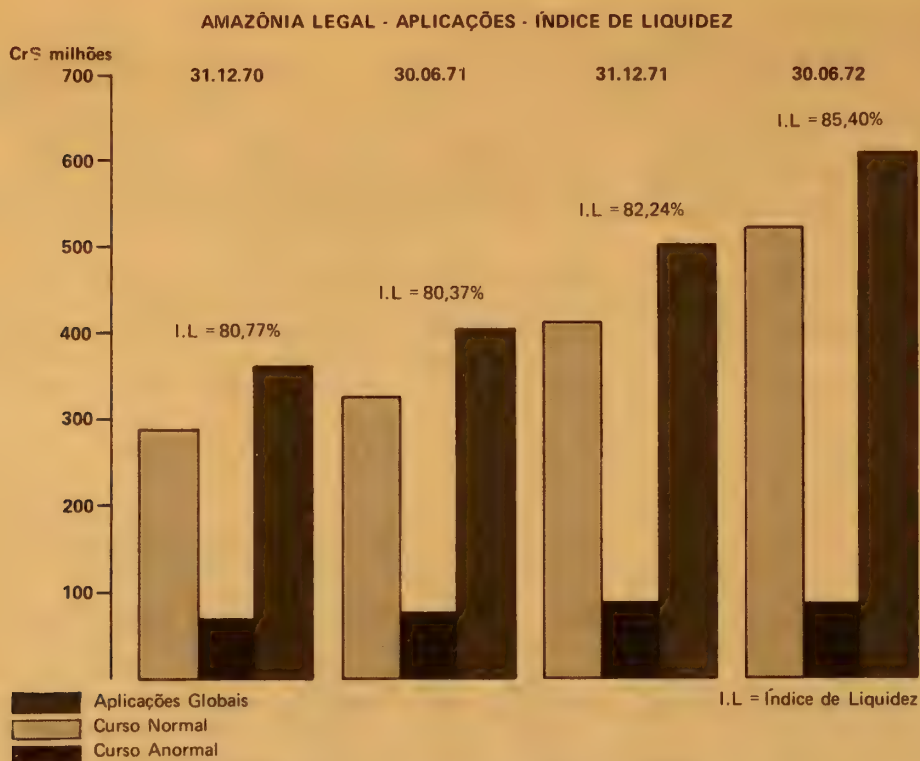
ESTADOS E TERRITÓRIOS	Área Km ²	31-12-69		31-12-70		31-12-71		30-6-72	
		Aplica- ções Cr\$ 1.000	Aplica- ções Km ²	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Aplica- ções Km ²	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Aplica- ções Km ²	Aplica- ções Cr\$ 1.000	Aplica- ções Km ²
Acre	152 589	4 675	30,63	8 219	53,86	19 481	127,66	32 140	210,63
Amazonas	1 558 987	21 530	13,81	47 348	30,37	90 926	58,32	103 973	66,89
Pará	1 227 530	65 246	53,15	100 211	81,63	131 839	107,40	170 781	139,12
Maranhão (parte)	257 451	64 168	249,24	78 396	304,50	138 648	538,54	127 278	494,37
Mato Grosso (parte)	776 921	62 700	80,75	85 469	110,00	107 383	138,21	130 724	168,25
Goiás (parte)	258 793	36 798	128,75	56 827	198,83	66 207	231,66	54 719	191,46
Amapá	139 068	4 345	31,24	8 182	58,83	8 716	62,67	10 188	73,25
Rondônia	243 044	14 394	59,22	17 652	72,62	21 813	89,74	20 721	85,25
Roraima	230 104	3 275	14,23	5 763	25,04	7 326	31,83	9 741	42,33
TOTAL	4 871 487	277 171	56,89	408 067	83,76	592 339	121,59	660 265	135,53
BRASIL	8 456 508	13 725 867	1 623,10	18 433 574	2 179,80	25 262 697	2 987,30	26 883 516	3 179,00

Obs. — Aplicações relativas ao Maranhão e Goiás incluem operações conduzidas pelas Agências de Uruçuí (PI) e Barreiras (BA), respectivamente.

Fontes: Balancetes do Banco do Brasil.
Anuário Estatístico do Brasil — 1971.

A partir do 2º semestre de 1971, houve acentuada melhoria da liquidez na 1ª Região, globalmente, ao passo que na área da Amazônia Legal, especificamente, embora tenha melhorado, ela ocorreu em grau menor. Os créditos anormais, embora ainda em valores absolutos crescentes, apresentam, todavia, nítida tendência a queda, como indicam os gráficos a seguir.

Assim, os índices de liquidez alcançados podem ser reputados bons, levando-se em conta o fato de que, devido às dificuldades de deslocamento em face das grandes distâncias e precariedade dos meios de transportes, nem sempre os clientes, especialmente os agricultores, têm condições de liquidar seus compromissos nas datas apazadas. Outros fatores que influíram preponderantemente na liquidez foram as enchentes ocorridas na Amazônia nos primeiros meses de 1971 e 1972 que motivaram medidas especiais visando a amparar clientes atingidos e assim impossibilitados de solver seus compromissos. Tudo indica, porém, que o comportamento da liquidez continuará melhorando na 1ª Região, considerando-se a rentabilidade e o estágio já atingidos pelos negócios no sul do Mato Grosso, bem como as excelentes possibilidades oferecidas presentemente no norte daquele Estado, no Pará, Maranhão, Rondônia e na cidade de Manaus (Zona Franca).



Por último, apresentamos alguns dados referentes ao crédito rural na área desta Diretoria. O quadro a seguir mostra a variação, entre os períodos jan/set-71 a jan/set-72, dos créditos da espécie concedidos a produtores e cooperativas, onde se verifica ter havido aumento de 11,7% no número de contratos e de 98,4% no valor dos empréstimos.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS

Diretoria da 1ª Região — DIRAM

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE CONTRATOS			VALOR — Cr\$ 1.000		
	Jan/Set 71	Jan/Set 72	Variação %	Jan/Set 71	Jan/Set 72	Variação %
Acre	307	560	+ 82,4	3 516	12 701	+ 261,2
Amazonas	1 956	2 431	+ 24,3	15 900	10 343	— 35,0
Pará	3 377	6 074	+ 79,9	29 188	64 445	+ 120,8
Maranhão	4 073	4 070	— 0,1	29 247	34 367	+ 17,5
Piauí	11 355	9 863	— 13,1	35 851	38 179	+ 6,5
Mato Grosso	14 817	17 099	+ 15,4	141 260	344 983	+ 144,2
Amapá	49	91	+ 85,7	332	1 409	+ 324,4
Rondônia	414	374	— 9,7	2 528	2 519	— 0,4
Roraima	115	173	+ 50,4	861	3 558	+ 313,2
TOTAL	36 463	40 735	+ 11,7	258 683	512 504	+ 98,4

Fonte: DESEC-ESCAI.

A participação do Banco do Brasil, em relação a todos os estabelecimentos bancários, nos créditos rurais concedidos na área de atuação da DIRAM, nos anos de 1969, 1970 e 1971, está indicada no quadro a seguir, discriminadamente pelas Unidades Federativas

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

PARTICIPAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NOS CRÉDITOS RURAIS

Área da Diretoria da 1ª Região — DIRAM — Em 1969, 1970 e 1971

ANOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE CONTRATOS			VALOR — Cr\$ 1.000		
		Geral	Banco do Brasil	% do Banco do Brasil	Geral	Banco do Brasil	% do Banco do Brasil
1969	Acre	272	140	51,5	4 267	410	9,6
	Amazonas	3 144	1 874	59,6	20 810	9 686	46,5
	Pará	4 871	1 966	40,4	51 634	18 645	36,1
	Maranhão	6 837	5 997	87,7	31 614	24 457	77,4
	Piauí	13 547	10 135	74,8	32 519	20 125	61,9
	Mato Grosso	23 666	17 602	74,4	163 364	97 808	59,9
	Amapá	264	161	61,1	2 323	2 083	89,9
	Rondônia	619	535	86,4	5 693	2 169	38,1
	Roraima	358	222	62,1	1 858	1 092	58,8
TOTAL		53 578	38 632	72,1	314 082	176 475	56,2
1970	Acre	333	172	51,7	2 083	1 299	62,4
	Amazonas	3 387	2 560	75,6	28 424	16 243	57,1
	Pará	3 285	2 241	68,2	57 388	20 479	35,7
	Maranhão	7 405	6 960	94,0	35 323	27 405	77,6
	Piauí	11 675	10 365	88,8	27 598	20 857	75,6
	Mato Grosso	23 637	18 896	79,9	237 954	132 107	55,5
	Amapá	173	146	84,4	1 773	1 352	76,3
	Rondônia	386	379	98,2	1 735	1 670	96,3
	Roraima	254	213	83,9	2 004	1 167	58,2
TOTAL		50 535	41 932	83,0	394 282	222 579	56,5
1971	Acre	513	496	96,7	7 630	7 304	95,7
	Amazonas	3 764	2 259	60,0	35 960	18 714	52,0
	Pará	6 085	4 708	77,4	91 105	41 483	45,5
	Maranhão	10 114	8 982	88,8	70 250	54 002	76,9
	Piauí	18 736	17 856	95,3	63 668	56 790	89,2
	Mato Grosso	24 601	18 794	76,4	346 683	196 818	56,8
	Amapá	86	80	93,0	719	697	96,9
	Rondônia	461	458	99,3	3 365	3 092	91,9
	Roraima	181	178	98,3	1 262	1 251	99,1
TOTAL		64 541	53 811	83,4	620 642	380 149	61,3

Fonte: DESEC-ESCAI

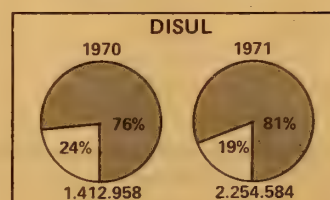
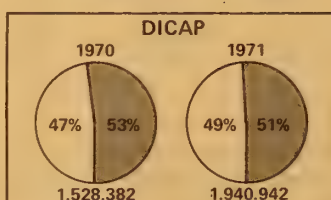
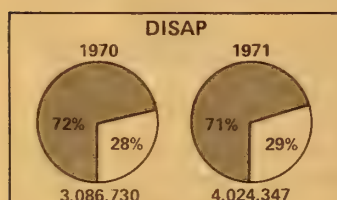
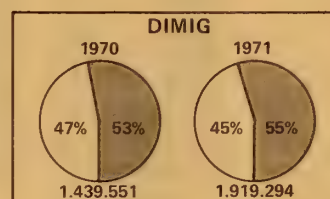
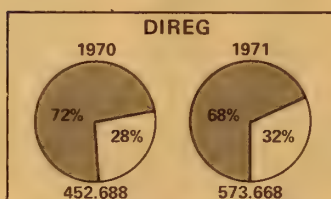
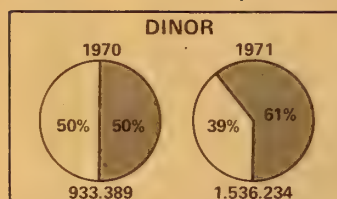
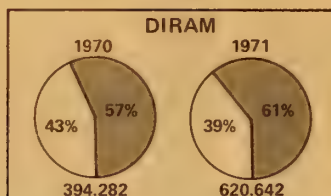
Comparando-se com as demais Diretorias Operacionais, a participação do Banco na área da 1ª. Região ocupa o terceiro lugar em 1969, e o segundo em 1970 e 1971, neste ano juntamente com a DINOR. A seguir, o gráfico relativo aos anos de 1970 e 1971, confirma essa posição.

CRÉDITO RURAL - 1970-1971

TODOS OS ESTABELECIMENTOS

Participação do Banco do Brasil, segundo as Diretorias Operacionais

Valores em Cr\$ 1.000



ASSISTÊNCIA AOS PRINCIPAIS PRODUTOS

A seguir destacamos aspectos da assistência creditícia prestada aos principais produtos da Região, e comentários sobre os problemas relativos às atividades a eles correlatas.

Juta e Malva — É comum na Amazônia a afirmação de que nossa produção de juta não aumenta e torna-se insuficiente à demanda do parque manufatureiro nacional face a três fatores: 1) — crédito insuficiente; 2) — publicação fora de época do Decreto fixando os preços mínimos e que esses, por sua vez, não correspondem à expectativa dos agricultores; 3) — campos de produção de sementes localizados no Estado do Pará e não no Estado do Amazonas.

Ressalva-se, todavia, o aspecto da localização das sementeiras que, também, não chega a ser fator totalmente impeditivo ao aumento de produção, haja vista o ocorrido em 1971, quando o Ministério da Agricultura ofertou para o juteicultor, entregando no próprio local de semeio (o Governo do Estado do Amazonas encarregou-se da distribuição) sementes de qualidade, na época certa e na quantidade suficiente, sem que essas providências tivessem possibilitado o desejado aumento da produção. Pelo contrário, a safra foi menor e o governo, repetindo o que já fizera anteriormente, autorizou nova importação.

Do nosso ponto de vista, o estrangulamento impeditivo do aumento de produção no presente, resume-se capitalmente em dois pontos: a) as enchentes do rio Amazonas e seus afluentes, limitantes por si da área cultivada; b) — a insuficiência de mão-de-obra para colheita das safras no curto período que vai da época do corte à invasão dos juteais pelas águas.

Tratando-se de produto básico para a economia regional, especialmente para o Estado do Amazonas (15% da receita tributária), embora convencido daquelas dificuldades, o Banco assiste o produto em várias modalidades de crédito, dirigidas ao produtor, ao intermediário ou regatão, ao preneiro ou à indústria que tranforma a produção em tela ou saco de aniagem.

De 1965 a 1971 foi o seguinte comportamento da Juta e da Malva:

(TONELADAS)	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
PRODUÇÃO	77.286	61.658	54.212	66.455	63.000	73.000	63.000
EXPORTAÇÃO	7.091	3.131	6.670	15.251	10.889	2.926	2.200 +
IMPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	9.500	-
CONSUMO APARENTE	70.195	58.527	47.542	51.204	52.111	79.574	60.800

+ até agosto

Atuação da C. F. P. — BB

AQUISIÇÕES - Cr\$ - mil				222			
FINANCIADOS - Cr\$ - mil	7.714	21.106	17.506	16.907	10.957	12.424	6.672 +
MÍNIMA - Cr\$	0,18	0,33		0,38	0,52	0,62	0,69
COTAÇÃO MENSAL							
MÁXIMA - Cr\$	0,29	0,70		0,54	0,71	0,89	0,98
VARIAÇÃO %	61	112		42	37	44	42

+ somente Amazonas

Produção em 1971, por regiões

TONELADAS

JUTA

ALTO AMAZONAS

(Codajás, Coari, Beruri e Iefé)

3 000

MÉDIO AMAZONAS

(Manacapuru, Manaus, Itacoatiara e Parintins)

26 000

BAIXO AMAZONAS

(Santarém, Alenquer, Obidos e Monte Alegre)

10.000

MALVA

24 000

Total

63 000

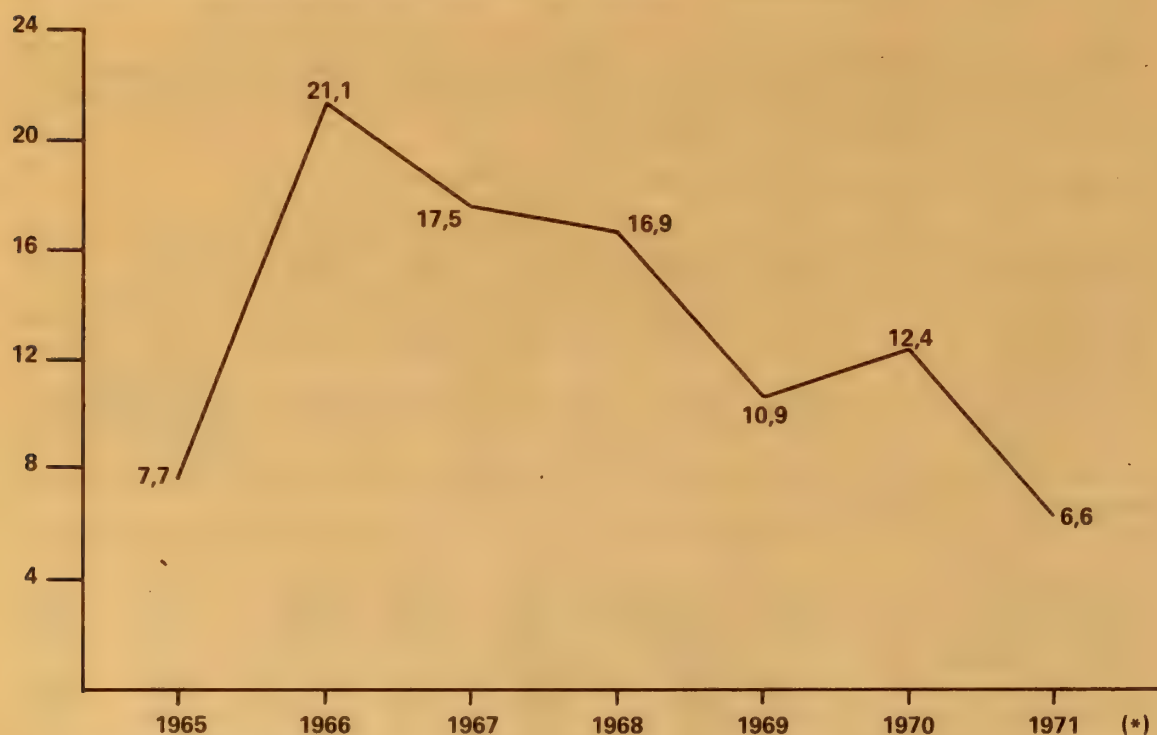
Malva — Entendendo as dificuldades para atingir o objetivo de aumento da produção sem o plantio da juta em área de terra firme, as indústrias amazonenses, e a exemplo do que já vem ocorrendo no Pará, iniciaram um trabalho de distribuição de sementes de Malva, menos exigente quanto à fertilidade do solo onde é plantada, por isso mesmo cultivada em terra firme livre das enchentes, como incentivo possibilitador de produzir fibra de Malva em quantidade suficiente para suprir o déficit originado pela diminuição das safras de juta.

Quanto ao aspecto creditício e da política de preços mínimos quer o Banco do Brasil, quer a Comissão de Financiamento da Produção, oferecem à Malva o mesmo tratamento que é dispensado à juta, permitindo inclusive, por decisão recente, a armazenagem do produto apenas embonecado e classificado, sem ser prensado, e dispensando nas operações de financiamento a retenção do ICM, o que, queremos crer, por tornar menos oneroso o empréstimo e mais consentâneo com a economia da Juta e Malva, deverá inverter a tendência da curva de aplicação dos recursos da C.F.P. na assistência aos dois produtos, como se pode observar no gráfico.

BANCO DO BRASIL

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO — PREÇOS MÍNIMOS

Financiamentos Concedidos para Juta e Malva — Cr\$ milhões



(*) apenas no Amazonas

Fonte: Ministério da Agricultura

Em setembro de 1972, nossa assistência ao custeio da produção de Juta e Malva, para a safra 72/73 expressava-se pelos seguintes números:

Produtos	Nº de Contratos	Nº de Financiamentos	Valores Cr\$-mil	Área Cultivada
Juta	2.440	2.479	6.846	11.481 ha.
Malva	346	512	1.821	5.249 ha.

Pimenta-do-reino — De relativa importância, examinada isoladamente, na formação da renda amazônica, a cultura da pimenta-do-reino, praticada intensivamente no Estado do Pará e presentemente tendo plantio estendido a outros Estados (Amazonas, Mato Grosso e Maranhão), talvez represente a primeira iniciativa totalmente vitoriosa da política racional e altamente sofisticada de agricultura na grande região norte.

Introduzida no País por imigrantes japoneses, possibilitou ao Brasil mudar a sua posição de nação importadora em exportadora do produto, colocando-nos no 3.º lugar no que diz respeito à produção mundial da piperácea, segundo estimativa para a safra 1971/72, contida em documento fornecido pela CACEX, como segue.

1º - Índia	— 30.000 toneladas
2º - Sarawah	— 22.000 toneladas
3º - Brasil	— 12.000 toneladas
4º - Indonésia	— 11.000 toneladas

A produção nacional é destinada em cerca de 25% ao consumo interno e 75% ao mercado externo, sendo que no período 69/71 o comportamento de nossas exportações foi o seguinte.

Anos	-Ton.	US\$ 1.000
1969	14.502	9.102
1970	9.020	8.190
1971	17.000	14.941

A curva ascendente da produção brasileira da pimenta, segundo observações de técnicos do Ministério da Agricultura no Pará, estava ameaçada de inversão, em face não só de as plantações estarem atingindo idade superior à estabelecida como compatível com uma produção econômica, mas, em especial, pela contaminação dos pimentais de Tomé-Açu (responsável por 60% da produção paraense) por duas doenças: o "fusarium" e o vírus do "mosaico do pepino". O primeiro, um fungo, dominável pelos modernos fungicidas, e o segundo, um vírus resistente a toda sorte de tratamento, sendo controlado, segundo os fitossanitaristas, apenas pela total erradicação das plantas contaminadas.

Diante da gravidade do problema, o Conselho Monetário Nacional aprovou proposição do Banco do Brasil, secundada pelo Ministério da Agricultura, destacando a verba de Cr\$ 300 mil, destinada a indenizar pelo valor de Cr\$ 4,50 cada pimenteira erradicada.

Os objetivos das autoridades governamentais, orientavam-se no sentido de substituir as áreas erradicadas por outras culturas permanentes (cacau, por exemplo), e plantio de novos pimentais em áreas eleitas pelas recomendações agrônômicas como imunes ao vírus do "mosaico do pepino".

Até outubro de 1972, a campanha de erradicação ofereceu os seguintes dados: 5.328.362 pimenteiras vistoriadas; 62.383 pimenteiras erradicadas pelos agricultores; 69.236 pimenteiras erradicadas pelo Ministério da Agricultura e 12.045 mudas incineradas.

Concomitantemente, o Banco realizou contratação de financiamentos no valor de Cr\$ 8.908 mil destinados ao plantio de 1.010.000 novas pimenteiras, além de um custeio de entressafra para 4.083.614 pimenteiras, no valor de Cr\$ 13.529 mil, totalizando nossa assistência à cultura em Cr\$ 22.437 mil, o que possibilitará uma previsão de aumento da produção em 3 mil toneladas nos próximos dois anos, e que colocará nossa produção anual em torno de 18 mil toneladas. Para cada pimenteira erradicada, ou muda incinerada, os financiamentos de nossa CREAL permitiram o plantio de 7 mudas.

O êxito da cultura da pimenta-do-reino, perfeitamente adaptada às condições ecológicas locais, indica a conveniência de sua expansão, limitada, porém, à situação de mercado, onde ainda se verifica um déficit palpável da ordem de 13.000 toneladas, e desde que não sejam computados novos mercados, como é o caso do Canadá.

Cacau — Como já produziu café, a Amazônia também produz Cacau, e é nas suas plantações silvestres que a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica da Lavoura Cacaueira) colhe o material necessário às pesquisas possibilitadoras da formação de novos cultivares, e às informações para o combate às moléstias próprias da cacaucultura.

A exemplo de muitas outras atividades agrícolas praticadas na região, a do cacau também é feita em terreno de várzea, e, não fugindo da regra geral, de modo tão empírico que podemos, no estágio atual em que se encontra, considerá-la mais uma atividade extrativa entre as muitas ali praticadas.

No Pará ou no Amazonas, os tratos culturais limitam-se a: 1) colheita dos frutos sem nenhum cuidado especial para evitar que a árvore se torne vulnerável a doenças, nos pontos dilacerados pela prática de colheita como a que consiste no uso de laço preso à extremidade de uma vara; às vezes, limpa de ervas

invasoras. O podão é desconhecido pelos cacauicultores da região, as pragas não são combatidas, não é feito controle de doenças, não é usado qualquer tipo de adubação, nem existe preocupação com uma melhor qualidade para o produto comercializado.

A média do cacau seco colhido por hectare é da ordem de 250 quilos. A produção atual da região Norte (embora o Estado do Pará seja o 3º produtor nacional), participa com apenas 1,57% da produção do País, cabendo ao Estado da Bahia 95% e ao Espírito Santo 3,5%.

Face às conclusões e recomendações dos órgãos de pesquisas agrônômicas e baseado na assistência técnica disponível, têm sido oferecidos pelo Banco os financiamentos capazes de possibilitar sejam atingidas as seguintes metas:

- 1) — modernizar a cacauicultura regional existente, através do aumento de produtividade da cultura e melhoria final da qualidade do produto;
- 2) — aumentar a produção de cacau através do aumento da área plantada, com introdução de sementes melhoradas e tecnologias modernas.

Nesse sentido, sob a supervisão da CEPLAC, em convênio com a Secretaria de Agricultura do Pará e participação da ABCAR, foi lançado um programa, com respaldo creditício do PROTERRA, objetivando a formação de 45 campos de produção de sementes híbridas e a implantação de 8 milhões de árvores, projetando-se a mobilização de recursos em financiamento aos produtores de aproximadamente Cr\$ 7 milhões, no decurso dos três primeiros anos.

No Estado do Amazonas também estão sendo desenvolvidos esforços no mesmo sentido, tendo o Banco, em função do Convênio CEPAC/ABCAR, instruído todas as suas agências naquele Estado a oferecerem os financiamentos necessários à consecução do programa que, também, dependendo das conclusões dos órgãos de assistência técnica, será ampliado ao Território Federal de Rondônia.

Arroz — Não obstante as condições ecológicas excepcionalmente favoráveis e no que pese o louvável esforço até aqui desenvolvido pelas Secretarias de Agricultura, DEMA e ABCAR, a lavoura de arroz em nossa Região ainda não apresentou evolução digna de registro.

No Maranhão, por exemplo — Estado que lidera a produção de nossa área e se coloca em 5º lugar em termos nacionais, com uma produção superior a 11 milhões de sacas — face às distorções de sua estrutura fundiária, tem-se tornado sobremaneira difícil a penetração do crédito rural e da assistência técnica ao lavrador. As tentativas feitas nesse sentido, principalmente através do crédito rural orientado, embora louváveis, ainda não lograram os resultados esperados.

É que a figura do agricultor, via de regra, ainda não emergiu do seu primarismo colonial. Trabalha, geralmente, em terras de terceiros, com denominação de "agregado", "morador", "colono" ou simplesmente "meeiro", sob um regime dos mais condenáveis de espoliação do homem pelo homem, muito embora possua o Estado cerca de 100.000 km² de terras devolutas.

Em regra geral, o aumento da produção, longe de resultar do emprego de tecnologia moderna, representa, quase sempre, a conquista de novas fronteiras agrícolas, as mais das vezes de forma lamentavelmente predatória, tanto em relação às nossas reservas florestais como à própria estrutura orgânica da terra. O insumo básico e único é a semente, nem sempre selecionada ou melhorada, predominando em quase toda a região a lavoura consorciada com milho, mandioca, feijão e algodão, onde o arroz representa, em média, 70% da produção que vai ao mercado.

O segundo produtor da Região e o sexto do Brasil é o Estado de Mato Grosso, com uma produção de arroz superior a 10 milhões de sacas. As condições ecológicas oferecidas pelo seu vasto território são altamente favoráveis e propiciam safras rentáveis em quase toda a sua extensão.

Com as correntes migratórias procedentes de regiões mais evoluídas, já se observa, principalmente na região sul do Estado, uma assimilação mais intensiva da metodologia moderna, não apenas quanto ao emprego de insumos como no que tange à mecanização das lavouras. Demais disso, o agricultor mato-grossense é geralmente o próprio dono da terra, de sorte que não prevalece o regime de espoliação vigente em outros Estados e a assistência técnica e bancária vem encontrando maiores facilidades de acesso ao produtor rural.

De outro lado, ao contrário do que ocorre no Maranhão — onde a economia rural ainda depende, em muito, do binômio arroz/babaçu — o agricultor de Mato Grosso dispõe de outras opções economicamente até mais rentáveis para o adequado uso da terra, sendo de se ressaltar, todavia, que os órgãos oficiais de Agricultura do Estado do Maranhão estão, presentemente, empenhados em estimular, também, o plantio de outras culturas como mamona, amendoim, soja e algodão, além do esforço na legalização da propriedade da terra.

No Estado do Pará, embora a produção de arroz venha-se mantendo, apenas, em nível de consumo interno, há perspectivas animadoras com vistas à introdução de uma cultura mais sofisticada, mediante o racional aproveitamento das terras de várzeas altas e baixas, favorecidas que são pela irrigação natural proporcionada pelo fluxo das enchentes.

Embora ainda em fase experimental, o Projeto Arroz do Jari, iniciado em 1969 às margens do rio Jari, no Baixo Amazonas, já evidenciou possibilidade de obtenção de pelo menos duas colheitas anuais, nos meses de janeiro e setembro. Apesar do elevado custo das obras de infra-estrutura, principalmente as necessárias à drenagem e à irrigação, a produtividade vem demonstrando ser compensadora, com média de 60 sacos por hectare em cada safra, segundo informações dos técnicos responsáveis pelo projeto.

Comporta assinalar, também, as experimentações feitas pela Colônia Agrícola do Guamá, às margens do rio Guamá, no Estado do Pará, que chegaram a quebrar recordes de produtividade mundial, consoante publicações do IDESP, com 24. 000 quilos por hectare/ano, em três colheitas anuais. Apesar disso, a situação da Colônia, no momento, é decadente em virtude da carência de recursos para preparação de novos diques, necessidade urgente de titulação das glebas e falta de espírito comunitário.

De qualquer sorte, parece ter sido dado o primeiro passo para o aproveitamento adequado dos solos "Glei Pouco Húmico" predominantes na bacia do Amazonas e seus afluentes. Dos resultados obtidos pelas pesquisas já realizadas, um novo plano de grande envergadura surgiu, visando ao aproveitamento dessas várzeas. Trata-se do Projeto de Arroz da Amazônia, para o qual o Conselho Monetário Nacional, em decisão de 1.9.72, acolhendo proposta do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil, destinou recursos do FUNDAG no montante de Cr\$ 3.520.000,00, sem juros para o mutuário final, objetivando o financiamento do estudo e viabilidade do projeto.

Localizado em área equidistante de Belém e Santarém, visa o projeto à implantação de 50 mil hectares de arroz de alta qualidade e prevê, dentro do plano global, alocação de recursos da ordem de Cr\$ 335 milhões, contemplando, inclusive, a criação de uma Cooperativa Central, cuja produção é estimada em 7.500 toneladas de arroz no 1º ano e 438. 000 toneladas no 16º ano.

Com o significativo incentivo ao incremento da produção de arroz em Mato Grosso, aliado às pesquisas que estão sendo realizadas em várzeas do Pará, bem assim à implantação de núcleos coloniais nos vales úmidos do Maranhão e ao longo das grandes rodovias da Amazônia Legal, é de se acreditar que a orizicultura em nossa região, dentro em breve, estará participando com maior destaque na formação da renda nacional.

O comportamento da produção e da produtividade de arroz na região, no período de 1969/70, está retratado no quadro a seguir, sendo de se ressaltar que os declínios de produção referentes aos Estados do Piauí e Maranhão decorreram da estiagem que se estendeu em 1970 por todo Nordeste Brasileiro, inclusive Piauí e parte do Maranhão:

ESTADOS	Produção em toneladas		Índice em rel. a 1969	Produtividade média- 1970
	1969	1970		
MARANHÃO	697.634	675.553	96,83	1.219 kg/ha
MATO GROSSO	389.666	616.991	158,33	1.920 kg/ha
PARÁ	63.810	73.055	114,48	980 kg/ha
PIAUI	97.520	52.005	53,32	686 kg/ha
RONDÔNIA	18.894	18.947	100,28	909 kg/ha
ACRE	4.343	4.506	103,75	1.236 kg/ha
AMAZONAS	2.056	2.456	119,45	1.514 kg/ha
RORAIMA	1.337	2.273	170,00	1.700 kg/ha
AMAPÁ	452	373	82,52	773 kg/ha
REGIÃO	1.257.712	1.446.159	113,36	1.215 kg/ha
BRASIL	6.394.712	7.553.083	118,11	1.516 kg/ha
% / REGIÃO / BRASIL	20%	19%		

FONTE: IBGE

A assistência prestada pelo Banco do Brasil, no período de janeiro/setembro de 1972, em operações de custeio de entressafra e financiamentos de garantia de preços mínimos expressa-se na conformidade do quadro a seguir:

CUSTEIO	Nº finan.	Valor- Cr\$	Área cultivada - Ha
Arroz irrigado	276	1.217.496	2.799
Arroz n/irrigado	13.361	65.954.900	228.253
PREÇOS MÍNIMOS			Quantidade (t)
Produtor	759	16.125.184	276.899
Cooperativas	1	19.712	70
Beneficiadores	61	5.535.401	16.342
Exportadores	2	76.880	238

INDÚSTRIA EXTRATIVA

O extrativismo constituiu durante muitos anos, a principal fonte de renda da Amazônia, chegando mesmo a proporcionar, como no caso da borracha em fins do século passado e início do atual, período de grandeza e de fausto. Embora para muitas Unidades Federativas, como o Estado do Acre, essa atividade ainda se caracterize como pilar base da formação de sua renda, a verdade é que o extrativismo vem, pouco a pouco, cedendo posição a atividades econômicas mais rentáveis e melhor ajustadas às condições sociais de uma população interessada em descobrir definitivamente a sua vocação econômica.

O sucesso já palpável das grandes fazendas agropecuárias que se implantam na área, o vitorioso programa de colonização efetiva, racional e prática (Altamira) que o Governo Federal está, ousada e patrioticamente, realizando na grande região, conduzem-nos à conclusão de que o extrativismo depredatório e irracional, que ali é praticado desde a época do descobrimento, cederá brevemente ao desejo de um melhor aproveitamento econômico dos imensos recursos naturais existentes na região.

Sem nos referirmos às imensuráveis possibilidades na incorporação à riqueza nacional dos recursos minerais, em cujo setor o Banco financia a comercialização da cassiterita e do ouro de aluvião, através de linhas de crédito especiais, e sem nos determos em considerações sobre o projeto de minério de ferro do sudoeste do Pará (serra do Carajá) ou a exploração industrial do minério de manganês do Amapá, desejamos emitir alguns comentários sobre três produtos vegetais, que ainda significam grande parte na formação da renda amazônica, e em especial pelo aspecto de interesse social que representam para a sobrevivência de grande parte da população rural da região, e a cuja exploração, beneficiamento e comercialização, o Banco oferece assistência financeira. Trata-se da Borracha, Castanha-do-Pará e Babaçu.

Borracha — A hévea é encontrada em toda a Amazônia Legal, com exclusão do Maranhão e de Goiás. Sua maior concentração está no Estado do Acre que, com apenas 3,1% da área amazônica, contribui com mais de 30% da produção nacional da borracha nativa. A exceção do Estado do Acre, onde ainda constitui importante contribuinte na formação de seu PIB e representa enorme problema social, em função das condições sub-humanas em que trabalham os seringueiros (mais de 90% da população que se dedica ao extrativismo no Acre vive dessa atividade), a borracha nativa vai perdendo sua importância econômica na Amazônia, impossibilitada de reduzir os seus custos para ter condições de competir nos preços e de aumentar a sua produção.

Em recente publicação — “Incentivo à Produção e ao Beneficiamento da Borracha Natural — Programa de Ação — Fundamentos e Objetivos” — a Superintendência da Borracha assim se pronuncia sobre o problema da produção nacional de borracha nativa:

“As razões dessa debilidade são várias, destacando-se a baixa produtividade do setor, e ausência de uma estrutura adequada de comercialização e escoamento do produto, as dificuldades de assistência técnica e financeira aos produtores, razões essas que, em conjunto, levam a um alto custo de produção e comercialização do produto. No momento, a conjugação desses fatores negativos começa a gerar um movimento de abandono dos seringais, com o gradativo esvaziamento de áreas que, tradicionalmente vinham encontrando no seringal nativo a única forma de ocupação efetiva de extensas zonas de fronteiras da Amazônia Ocidental. Esse processo poderia resultar, a curto prazo, em queda sensível do volume da produção, já insuficiente para o consumo do País. Enquanto isso, no Estado da Bahia, onde teve início há 20 anos, por iniciativa particular, a introdução de seringais de cultivo em moldes racionais, com o plantio de seringueiras cujo número excede o total de 11 milhões de árvores, as perspectivas não são melhores. Em consequência de pragas e doenças que acometeram os seringais formados, houve menos interesse por parte dos heveicultores. Interrompeu-se dessa forma um esforço pioneiro que, em condições outras, poderia ter servido de base à expansão não só na Bahia como na própria Amazônia, de uma heveicultura produtiva”.

O Banco é agente financeiro, para os Estados de Mato Grosso e Bahia (2ª. Região), do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, instituído pelo Decreto-lei nº 1.232, de 17 de julho de 1972, e que compreende 5 subprogramas distintos, assim identificados:

- I — Recuperação de seringais nativos;
- II — instalação de usinas de beneficiamento junto às áreas de produção;
- III — recuperação de seringais em formação;
- IV — formação de seringais de cultivo;
- V — assistência técnica e formação de pessoal.

Com a quebra do monopólio da borracha, antes exercido pelo Banco da Amazônia, o Banco do Brasil vem financiando o setor para a aquisição de matérias primas pelas usinas de lavagem e crepagem (até nov/72 foram concedidos créditos no total de Cr\$ 4.800 mil) e para a comercialização (Cr\$ 7.016 mil, em 31.10.72).

(4) - “Incentivo à Produção e ao Beneficiamento de Borracha Natural — Programa de Ação — Fundamentos e Objetivos”.

Como amazônidas, estamos convencidos de que o plantio racional da seringueira, a exemplo do ocorrido na Malásia, representará o grande salto no aumento de nossa produção, o que ocorrerá a partir de 1983, quando os novos seringais atingirão sua idade de produção econômica. Quanto à recuperação dos seringais silvestres e ao aumento da produção da borracha nativa, permitimo-nos vaticinar que somente será possível através de um plano de colonização, nos moldes do que o Ministério da Agricultura (INCRA) realiza ao longo da rodovia Transamazônica, pelo qual fosse possível: a) facilitar as vias de acesso aos seringais e conseqüentemente o escoamento; b) aumentar a densidade populacional dos seringais pela colocação de novos rurícolas; c) tornar o seringueiro proprietário da área onde for colocado, a exemplo do que ocorre em Altamira, sendo-lhe oferecidos os recursos financeiros e técnicos necessários para que ele produza pelo menos o imprescindível à sua subsistência e independa do comércio de aviação, que superleva os preços dos gêneros de primeira necessidade, e quase sempre nega o preço justo na aquisição da borracha produzida. Sem essas providências entendemos inexequível qualquer tentativa de aumento da produção econômica de borracha nativa na Amazônia, e conseqüentemente a solução do problema social do seringueiro.

Castanha-do-Pará—A castanha-do-pará ("Brazil nuts") contribuiu preponderantemente para o aumento de exportação da região. No período 69/71 gerou receita cambial da ordem de US\$ 39 700 mil, e no período janeiro/agosto de 1972 já proporcionou com sua exportação US\$ 14 476 mil. É inexpressivo o seu consumo interno e mais de 95% da produção é voltada para o mercado internacional, sendo exportada "in natura", desidratada e descascada. Os preços oscilam em função de safras maiores ou menores, uma vez que sendo o produto altamente perecível tem que ser comercializado em poucos meses, o que coloca o importador em posição privilegiada no arbítrio dos preços a serem oferecidos. O Banco assiste largamente o produto, através do financiamento de custeio (Cr\$ 2 580 mil, em 31.10.72), para comercialização no mercado interno (Cr\$ 3 230 mil, em 31.10.72), pela CACEX, na preparação do produto para exportação, e pela Carteira de Câmbio.

Entendemos que, de imediato, deverão ser procurados novos mercados para o produto, e inclusive criar-se no brasileiro o hábito de comer castanha, já que as novas rodovias federais em construção na região (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, etc.) incorporarão à economia do produto densos castanhais até hoje inexplorados, face não apenas às dificuldades de escoamento, como até mesmo pelo que parecia, até então, impossível: a presença do homem nos mais afastados sítios da exuberante selva amazônica. As informações nos conduzem a admitir que a produção nacional de "Brazil nuts" poderá até duplicar nos próximos anos, o que exige dos órgãos oficiais e dos empresários ligados ao setor a conquista imediata de novos mercados.

Babaçu — Os babaçuais estão presentes em vários Estados da Amazônia brasileira, e em alguns do Nordeste como Piauí, e, em menor escala, no Ceará. Com finalidade econômica é largamente explorado no Estado do Maranhão, seu principal produtor, e em pequena escala nos Estados do Piauí, Goiás e Mato Grosso.

Embora constitua, ao lado da orizicultura, o principal produto da economia maranhense, é explorado de maneira empírica pelo processo de "quebra à boca do machado". Todas as tentativas de descoberta de equipamentos capazes de solucionar o problema da extração do babaçu têm resultado em fracasso. Vários processos de industrialização da extração da amêndoa do babaçu estão em marcha, todos, até o momento, com remotas possibilidades de sucesso.

Em que pesem as dificuldades da extração da amêndoa, em 1970 o babaçu produziu 14.919 toneladas de óleo e 47 mil toneladas de torta, e contribuiu com Cr\$ 28.875 mil para a economia dos Estados que se dedicam à sua exploração. Ao contrário da castanha-do-pará, o grosso de sua produção de óleo é voltado para o consumo interno. Mesmo assim, no período janeiro/agosto de 1972, já tinha gerado divisas da ordem de US\$ 519 mil, correspondentes à exportação de 1.617 toneladas de óleo. A torta, que é o principal subproduto de exportação no aproveitamento do babaçu, é toda vendida no exterior (em 1970 produziu US\$ 2.477 mil de divisas), e em 1972 teve acentuada procura e sua cotação, que em média era da ordem de US\$ 45,00 por tonelada, em novembro/72 alcançava US\$ 100,00/Ton.

Ao babaçu o Banco oferece financiamentos também desde a extração nos babaçuais, à industrialização e à sua comercialização no mercado nacional e internacional. Em 31.10.72 os saldos dos financiamentos para extração (custeio) atingiram Cr\$ 903 mil, e os destinados à comercialização para o mercado interno Cr\$ 3 911 mil, aí não incluída a comercialização do óleo, que não pudemos destacar por achar-se englobada em verba não específica de nossos balancetes.

PECUÁRIA

Na área de jurisdição da 1ª Região existia, em 1970, um rebanho bovino de 16 505 mil animais, representando 16,86% do rebanho nacional, estimado em 97 864 mil cabeças naquele ano. Em 1971, as mesmas fontes indicavam um efetivo bovino para o País de 84 824 mil cabeças, ficando as Unidades Federativas abrangidas pela DIRAM com um rebanho de 13.715 mil animais, equivalendo a 16,16% do rebanho bovino brasileiro.

Efetivo do rebanho bovino, segundo as Unidades Federativas abrangidas pela DIRAM, e total do Brasil — 1970/71.

UNIDADES FEDERATIVAS	1970		1971	
	(1.000 cab.)	% / Brasil	(1.000 cab.)	% / Brasil
ACRE	90	0,09	92	0,11
AMAZONAS	343	0,35	220	0,26
PARÁ	1.434	1,47	1.257	1,48
MARANHÃO	2.334	2,38	2.249	2,65
PIAUI	1.755	1,75	1.386	1,63
MATO GROSSO	10.176	10,40	8.133	9,59
AMAPÁ	68	0,07	94	0,11
RONDÔNIA	20	0,02	32	0,04
RORAIMA	285	0,29	252	0,30
DIRAM	16.505	16,86	13.715	16,16
BRASIL	97.864	100,00	84.824	100,00

Os dados estatísticos mencionados — os referentes a 1970, oriundos de avaliação do Escritório de Estatística (EAGRI, ex-SEP) do Ministério da Agricultura e os de 1971, resultantes de pesquisa direta realizada pela Coordenadoria (CEPEN) do Convênio MA/CONDEPE — são aqui incluídos apenas como ponto de referência à importância econômica do rebanho que povoa os campos dessa área brasileira. A pecuária, tem naturalmente na Amazônia, pelas terras baratas disponíveis, pela política de incentivos fiscais da SUDAM e, agora pelos créditos altamente subsidiados oferecidos pelo PROTERRA, amplas possibilidades de contribuir largamente para tornar o Brasil o maior produtor mundial de proteína animal.

Os projetos aprovados pela SUDAM (dados de 25.10.71), indicavam que deveriam ser incorporados aos efetivos bovinos da Amazônia Legal 1.366.988 matrizes mestiças, 43.287 matrizes registradas, 48.547 reprodutores mestiços e 2.351 reprodutores registrados, indicações que por si sós são suficientes para evidenciar o grande impulso que sofrerá a pecuária na área de atuação daquela Superintendência.

Em Mato Grosso, Pará, Maranhão e, de modo ainda incipiente, no Estado do Acre, desenvolvem-se fazendas com pastagens cultivadas e de acordo com os mais modernos métodos de manejo do rebanho. Com o advento do PROTERRA e suas excepcionais condições de financiamento — juros de 7% a.a., carência de até 6 anos e prazo de pagamento de até 12 anos — fazendeiros tradicionais de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, etc., têm apresentado projetos para instalação de fazendas na Amazônia, à conta dos recursos daquele Programa, tendo o Banco, no período janeiro/outubro de 1972, deferido financiamentos de investimento à pecuária bovina da ordem de Cr\$ 87 milhões (Protterra) e Cr\$ 97 milhões (outros recursos, inclusive próprios do Banco), estimando-se que as solicitações de crédito até o final de 1972 venham a superar a casa dos Cr\$ 200 milhões.

Os financiamentos à bovinocultura, para custeio, investimento e aquisição de animais com recursos próprios do Banco, assim se expressavam (saldo nas datas, em Cr\$ 1.000):

DATA	CUSTEIO	INVESTIMENTO	AQUISIÇÃO DE ANIMAIS
30- 6-72	20.764	91.949	89.362
31-10-72	20.465	97.946	89.469

Objetivando povoar as pastagens de cultura ociosas na região, criou o Banco do Brasil linha de crédito especial para engorda de bovinos e bubalinos em regime de campo, exigindo apenas que fossem as invernadas dotadas de divisões próprias, cochos cobertos para mineralização do gado e de água suficiente para os animais.

Os programas que se efetivam no sentido de fazer desenvolver a pecuária em todo o Estado de Mato Grosso e da Amazônia da SUDAM, não se podem realizar, como vem ocorrendo, divorciados de um melhor aproveitamento das excelentes condições de criatório das regiões do Pantanal (MT), Ilha de Marajó (PA), região do Médio e Baixo Amazonas (PA e AM), Zona da Baixada (MA), e campos naturais dos Territórios de Roraima e Amapá, onde infelizmente o sucesso do fazendeiro (as exceções são raríssimas)

continua dependendo mais da dívida da natureza do que do esforço do homem em melhorar a infra-estrutura de suas propriedades, para obter um melhor rendimento na exploração de suas fazendas. Todas essas regiões, com pequena melhoria na infra-estrutura das propriedades, com um regime de manejo mais racional e adequado às condições ecológicas locais proporcionarão, sem dúvida alguma, substancial aumento no desfrute e na rentabilidade da pecuária nacional.

Não encontramos justificativas para a mortandade de animais, principalmente bezerros, que ocorre nas referidas regiões, em elevados percentuais, já que são possuidoras de todas as condições para se transformarem nos maiores centros fornecedores de animais para recria e engorda, destinados a ocupar as grandes áreas de campos de cultura, que se formam em substituição à exuberante floresta que é derrubada com essa finalidade.

Fazendo ligeiras reflexões sobre o problema do abastecimento de carne em algumas cidades amazônicas, como é o caso de Manaus, não chegamos a entender o transporte de animais gordos de Mato Grosso para a capital do Amazonas, por caminhão até Porto Velho (RO), e daí por via fluvial, com demora no percurso de às vezes, mais de 15 dias, chegando os animais quase sem condições para abate. O mesmo ocorre com o boi adquirido em Boa Vista (RR), centro abastecedor de Manaus. Apesar desse desperdício (estima-se em 30% a quebra de peso no percurso Boa Vista/Manaus), da política dos incentivos fiscais, das excelentes condições de financiamento oferecidas pelo PROTERRA, não recebemos na Agência de Manaus ou adjacentes, nenhuma proposta de financiamento voltada para a formação de pastagens, e engorda de animais em locais próximos do ponto de abate.

INDÚSTRIA

Dentro dos objetivos nacionais de desenvolvimento e integração da Amazônia, a industrialização regional vem recebendo dos órgãos competentes o apoio compatível com as suas reais possibilidades e necessidades.

Assim é que os projetos industriais aprovados pela SUDAM, até setembro de 1972, somavam inversões totais da ordem de Cr\$ 2.403 milhões, ocupando posição de absoluta liderança nesse quadro o Estado do Pará, para onde deverão ser carreados mais de 50% daqueles recursos, seguido do Amazonas com cerca de 24%.

À falta de dados estatísticos mais atualizados, capazes de dimensionar com maior fidelidade o desenvolvimento do setor industrial da região, ocorre-nos oferecer, como sintoma do crescimento do setor, a evolução das parcelas liberadas pela SUDAM, decorrentes do sistema de incentivos fiscais, a partir de 1968:

Liberações de incentivos

Em Cr\$ 1 000

	1968	1969	1970	1971
Inversões	36.145	66.393	122.184	138.991
Índice	100	183	338	384

O Banco do Brasil, dentro de sua habitual participação nas estratégias governamentais na área da DIRAM, vem dispensando à indústria da região, quer através de suas tradicionais linhas de crédito como por intermédio de normas específicas, toda a atenção de que o setor necessita, conforme se pode observar pelo crescimento satisfatório dos saldos acumulados de suas aplicações referentes ao período 1970/72, a saber:

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS — em CR\$ 1.000

Salos acumulados no último dia do semestre ou do mês

1º/1970	2º/1970	1º/1971	2º/1971	1º/1972	out/1972
24.342	36.841	48.037	70.443	71.963	90.255
100	151	197	289	295	370

No que toca ao comportamento das aplicações do setor industrial no correr de 1972, até o mês de novembro, cumpre registrar que foram deferidas 54 propostas destinadas à aquisição de matéria prima, no valor de Cr\$ 22.167.100,00 e 33 operações de investimentos, inclusive Prodoeste, Fundece, Firex e FDI, na quantia de Cr\$ 20.628.100,00, totalizando mais de Cr\$ 42 milhões.

PRODOESTE

Criado pelo Decreto-lei 1.192, de 8.11.71, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) tem o seu campo de ação no sul dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal. Além da implantação, em escala prioritária, de uma rede rodoviária básica, conjugada com um sistema de estradas vicinais, objetiva o Programa, por intermédio de financiamentos do Banco do Brasil, a construção de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos na região, como fim de melhor aproveitar o rico potencial econômico dessa vasta área.

Dentro dos planos estabelecidos, vem o Banco do Brasil, na qualidade de Agente Financeiro do Programa, dando prioridade ao atendimento dos projetos que lhe estão sendo submetidos, procurando, através de sua vasta rede de agências, impulsionar o desenvolvimento da região, que é, sem dúvida, uma das mais promissoras deste País. Basta ressaltar que até outubro de 1972 foram deferidas operações em montante aproximado de Cr\$ 18 milhões, isso sem falar das propostas em fase de estudo, que somavam mais de Cr\$ 37 milhões.

TURISMO

Não existe nenhuma dúvida de que a Amazônia, desde que criada a infra-estrutura suficiente ao atendimento das conhecidas exigências daqueles que fazem turismo, deverá transformar-se no maior polo de atração turística do Hemisfério Sul. Nesse importante setor do desenvolvimento regional, o Banco também vem emprestando sua colaboração financeira através de recursos de suas agências no exterior, e internamente com os fundos do PASEP, além dos incentivos fiscais que deduz anualmente do Imposto de Renda para aplicação na região. Nossos empréstimos internos ao setor, somavam em outubro/72, Cr\$ 17 milhões (PASEP). Não estão incluídos pequenos financiamentos feitos para instalações de modestos hotéis em cidades do "hinterland" amazônico, objetivando melhor acomodar aqueles que viajam a serviço pela grande região, do que mesmo as correntes turísticas internas ou externas, que comecem a crescer no desejo de fazer compras na Zona Franca de Manaus ou de se deslumbrar com a beleza exuberante da fauna e da flora daquela região.

PROTERRA

Instituído pelo Decreto-lei 1.179, de 6.7.71, figura o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste, ao lado do Plano de Integração Nacional, como uma das mais importantes realizações do Governo Federal no âmbito da ocupação e da integração das regiões Norte/Nordeste no contexto econômico do País.

Além de promover o fácil acesso do homem à terra, sobretudo com o aproveitamento dos excedentes humanos de outras áreas, propõe-se o PROTERRA a fomentar a agro-indústria, estimular e modernizar os empreendimentos rurais, especialmente através da conjugação da assistência técnica e financeira e, bem assim, dos subsídios especiais concedidos ao uso de insumos modernos.

Os financiamentos proporcionados pelo Programa, dentro da orientação contida na Resolução nº 224, de 8.6.72, do Banco Central do Brasil, objetivam, entre outros fins, criar uma infra-estrutura nas propriedades rurais, de molde a aumentar a produção e a elevar a produtividade em termos altamente competitivos. Para tanto, podem os prazos estender-se até 12 anos, com até 6 anos de carência, e os juros a cargo do mutuário final não vão além de 7% ao ano nos empreendimentos agropecuários, sendo que, no caso de financiamentos destinados a incrementar o uso de fatores técnicos de produtividade, há total isenção de juros para os financiados e nos empréstimos industriais os juros estão fixados em 17%.

A participação do Banco do Brasil nesse programa, tem sido de alta significação no alcance dos objetivos colimados, inclusive com reflexos na mudança da mentalidade empresarial da região.

Embora a quase totalidade dos financiamentos deferidos ainda se encontre em fase de utilização, já foram liberados recursos à conta do PROTERRA, até 31.10.72, no expressivo montante de Cr\$ 103 milhões na área de jurisdição desta Diretoria, fato que demonstra a presteza e a eficiência com que as nossas agências vêm atuando nesse particular, conscientizadas que estão dos elevados objetivos do Programa.

INCENTIVOS FISCAIS

Utilizando recursos provenientes das deduções de parcelas do seu imposto de renda, vem o Banco do Brasil procurando, como empresário-investidor, emprestar também a sua contribuição no esforço comum de fortalecimento da economia regional.

Dentro desses propósitos, investiu o Banco em indústrias cujas propostas foram aprovadas pela SUDAM no exercício de 1971, a quantia de Cr\$ 3.945 mil

No exercício de 1972 havia uma disponibilidade acumulada de Cr\$ 5 milhões de recursos de incentivos fiscais que serão aplicados em indústrias consideradas essenciais ao desenvolvimento da Amazônia.

CAFÉ

A produção de café em coco, em nossa Região, tem o seu principal destaque no Estado de Mato Grosso, onde as condições ecológicas, principalmente no sul do Estado, são consideradas altamente favoráveis. Embora em confronto com a produção nacional as safras colhidas em Mato Grosso se apresentem percentualmente modestas, a produtividade de café, por hectare cultivado, é bem superior às médias brasileiras e paulistas, igualando-se, no particular, à produtividade do Estado do Paraná.

Mas, ao contrário do que possa parecer, a cultura cafeeira em Mato Grosso não é lavoura recente. Em 1963 a sua produção atingiu o montante de 70 mil toneladas em números redondos, e equivalente a 2,09% da produção do País. Mas foi no ano seguinte 1964, que a sua participação se apresentou mais significativa em termos nacionais, com 2,76% sobre a produção global do Brasil. A partir desse período, por falta de estímulos especiais ao incremento das lavouras, a produção começou a declinar de forma substancial, caindo em 1965 para 1,66% sobre a produção nacional, 0,81% em 1967; 0,59% em 1968, 0,48% em 1969 e 0,86% em 1970.

Com a implantação do Programa de Renovação e Revigoramento de Cafezais, e considerando as condições ecológicas do sul do Estado de Mato Grosso, é de se esperar que aquela Unidade Federativa, dentro em breve, esteja novamente figurando em posição de relevo no cenário cafeeiro nacional, inclusive superando os coeficientes apresentados no biênio 1963/4. Nesse particular, vem o Banco do Brasil, como agente financeiro do IBC, oferecendo financiamentos para formação de novas lavouras, mediante deferimento de créditos aos planos agrônômicos devidamente analisados e aprovados pelo IBC, apresentando os empréstimos contratados até 30.11.72, a seguinte posição:

RENOVAÇÃO DA CULTURA DE CAFÉ, MATO GROSSO

Finalidade	nº contr.	Valor em Cr\$	Saldo em Cr\$
Fertilizantes	41	235.567,26	90.291,28
Defensivos	21	21.046,40	12.230,00
Eq. Fitossanitários	14	32.950,00	27.650,00
Formação de lav.	575	79.391.300,00	31.189.624,63
Recepa	1	15.000,00	7.500,00
Viveiros	15	1.800.000,00	1.337.619,96
Totais	667	81.495.863,66	32.664.915,87

Fonte: DENOP.

Essas cifras melhor evidenciam o comportamento do Programa se comparadas com posição em 31.12.71, ocasião em que o número de contratos destinados à lavoura de café, em todo o Estado, somava 318 financiamentos no valor de Cr\$ 2.471.000,00

NOVAS AGÊNCIAS

Objetivando interiorizar cada vez mais a sua assistência creditícia, o Banco no período 1970/72, criou 15 novas dependências na região jurisdicionada à DIRAM, sendo 13 na Amazônia Legal com a seguinte distribuição: Pará 6, Amazonas 5, Maranhão 1 e Mato Grosso 1. É a evidência do esforço do Banco na tarefa governamental de integrar a grande região.



LEGISLAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

LEIS COMPLEMENTARES

- 13** 1972 — 11-10-72 — Autoriza a instituição de empréstimo compulsório em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS e dá outras Providências — D.O. de 13-10-72.
-

LEIS

- 5.809** 10-10-72 — Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar a serviço da União no exterior e dá outras providências — D.O. de 19-10-72.
- 5.823** 14-11-72 — Dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas e dá outras providências — D.O. de 17-11-72.
- 5.824** 14-11-72 — Dispõe sobre empréstimo compulsório em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS — D.O. de 17-11-72. Retificado no D.O. de 21-11-72.
- 5.827** 23-11-72 — Dá nova redação ao artigo 693 do Código Civil — D.O. de 27-11-72.
- 5.829** 30-11-72 — Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências — D.O. de 1-12-72.
- 5.834** 5-12-72 — Institui incentivos para realização de trabalhos de geologia e engenharia de minas e jazidas de minerais carentes e dá outras providências — D.O. de 6-12-72.
- 5.841** 6-12-72 — Dispõe sobre a taxa rodoviária única devida por carros de passeio, camionetas e utilitários — D.O. de 7-12-72. (Suplemento).
- 5.847** 6-12-72 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1973 — D.O. de 7-12-72. (Suplemento).
- 5.848** 7-12-72 — Altera os arts. 24, 36 e 37 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, que "cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, prorroga por 6 (seis) meses dispositivos da legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências — D.O. de 7-12-72 — Retificado no D.O. de 15-12-72.

- 5.851** 7-12-72 — Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA — e dá outras providências — D.O. de 7-12-72 — Retificado no D.O. de 15-12-72.
- 5.855** 7-12-72 — Dá nova redação ao artigo 10 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional — D.O. de 12-12-72.
- 5.857** 7-12-72 — Altera o artigo 407, do Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal), modificando pelas Leis nºs. 5.573, de 1º de dezembro de 1969, 5.597, de 31 de julho de 1970 e 5.749, de 1º de dezembro de 1971 — D.O. de 12-12-72.
- 5.858** 11-12-72 — Dá nova redação ao artigo 6º do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculados aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A. e dá outras providências — D.O. de 12-12-72.
- 5.859** 11-12-72 — Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências — D.O. de 12-12-72.
- 5.862** 12-12-72 — Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO — e dá outras providências — D.O. de 13-12-72.
- 5.864** 12-12-72 — Dá nova redação ao artigo 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que altera a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular e dá outras providências — D.O. de 13-12-72. — Retificado no D.O. de 20-12-72.
-

DECRETOS-LEIS

- 1.239** 2-10-72 — Acrescenta parágrafo ao artigo 5º do Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967 (Imposto de Renda. Loterias) e dispõe sobre financiamento à exportação — D.O. de 3-10-72 — Retificado no D.O. de 5-10-72.
- 1.240** 11-10-72 — Dispõe sobre os incentivos fiscais à exportação de minerais abundantes no País — D.O. de 16-10-72.
- 1.242** 30-10-72 — Altera o Decreto-lei nº 999, de 21-10-69, que criou a taxa rodoviária única e dá outras providências — D.O. de 31-10-72.
- 1.243** 30-10-72 — Eleva a dotação do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 e dá outras providências — D.O. de 31-10-72.

- 1.244** 31-10-72 — Dispõe sobre o regime fiscal dos estabelecimentos constituídos por conjuntos industriais completos importados com base no Decreto-lei número 1.236, de 28 de agosto de 1972 e dá outras providências — D.O. de 1-11-72. Retificado no D.O. de 6-11-72.
- 1.245** 6-11-72 — Dispõe sobre o pagamento de títulos do Tesouro Nacional, vinculados a créditos contratados no exterior com base nas Leis nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, nº 4.457, de 6 de novembro de 1964 e nº 5.000, de 24 de maio de 1966, e dá outras providências — D.O. de 7-11-72.
- 1.246** 14-11-72 — Modifica a legislação do imposto de renda devido pelas pessoas físicas — D.O. de 16-11-72.
- 1.247** 24-11-72 — Autoriza o Tesouro Nacional a subscrever o aumento de capital do Banco do Brasil S.A e dá outras providências — D.O. de 24-11-72.
- 1.248** 29-11-72 — Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de compra de mercadorias no mercado interno, para o fim específico de exportação e dá outras providências — D.O. de 30-11-72.
- 1.250** 21-12-72 — Altera o Decreto-lei nº 1.171, de 2 de junho de 1971 (Estímulo fiscal. Máquinas e equipamentos nacionais) — D.O. de 21-12-72.
- 1.253** 29-12-72 — Prorroga até 31 de dezembro de 1973 o regime especial de que trata o Decreto-lei nº 1.182, de 16 de julho de 1971, e dá outras providências (Imposto de renda. Fusão ou incorporação de empresas. Estímulos). D.O. de 29-12-72.
- 1.254** 29-12-72 — Altera, para o exercício de 1973, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos — D.O. de 29-12-72.
- 1.255** 29-12-72 — Amplia o prazo de vigência do artigo 2º do Decreto-lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. — (Incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental). D.O. de 29-12-72.
-

DECRETOS LEGISLATIVOS

- 61** 1972 — Aprova o texto do Convênio Constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil, em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá a 4 de abril de 1972 — D.O. de 6-10-72.
- 62** 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.235, de 21 de agosto de 1972, que concede isenção de taxa de armazenagem e dá outras providências — D.O. de 6-10-72.
- 65** 1972 — Aprova o texto do Acordo de Cooperação Sanitária entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Região Amazônica, firmado em Bogotá a 10 de março de 1972 — D.O. de 1-11-72.

- 67 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.239, de 2 de outubro de 1972 que "acrescenta parágrafo ao artigo 5º do Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dispõe sobre financiamento à exportação" — D.O. de 24-11-72.
- 68 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.240, de 11 de outubro de 1972, que "dispõe sobre incentivos fiscais à exportação de minerais abundantes no País" — D.O. de 24-11-72.
- 71 1972 — Aprova o texto da Convenção sobre medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais, aprovada pela XVI sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, de 12 de outubro a 14 de novembro de 1970 — D.O. de 29-11-72.
- 75 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.244, de 31 de outubro de 1972 que "dispõe sobre o regime fiscal dos estabelecimentos constituídos por conjuntos industriais completos importados com base no Decreto-lei nº 1.236, de 28 de agosto de 1972, e dá outras providências — D.O. de 30-11-72.
- 76 1972 — Aprova o texto da Convenção para evitar dupla tributação e regular outras questões em matéria de impostos sobre a renda, firmada entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, em Brasília, a 23 de junho de 1972 — D.O. de 4-12-72.
- 77 1972 — Aprova o texto da Convenção sobre responsabilidade internacional por danos causados por objetivos espaciais, assinada pelo Brasil, em Londres, Moscou e Washington, a 13 de julho de 1972 — D.O. de 4-12-72.
- 78 1972 — Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Sanitária, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, em Brasília, a 8 de junho de 1972 — D.O. de 4-12-72.
- 81 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.245, de 6 de novembro de 1972, que "dispõe sobre o pagamento de títulos do Tesouro Nacional vinculados a créditos contratados no exterior com base nas leis nºs. 1.518, de 24 de dezembro de 1951, 4.457, de 6 de novembro de 1964 e 5.000 de 24 de maio de 1966, e dá outras providências — D.O. de 6-12-72.
- 82 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, que "eleva a dotação do Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e dá outras providências — D.O. de 6-12-72.
- 83 1972 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.246, de 14 de novembro de 1972, que "modifica a legislação do imposto de renda devido pelas pessoas físicas" — D.O. de 6-12-72.
- 84 1972 — Aprova o texto do Regulamento Geral da União Postal Universal, assinado em Tóquio, a 14 de novembro de 1969, por ocasião da realização do XVI Congresso Postal Universal — D.O. de 6-12-72.
- 85 1972 — Aprova o texto das emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1960, adotadas em Londres, a 12 de outubro de 1971 — D.O. de 6-12-72.

- 86 1972 — Aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, firmada entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia, em Helsinque, a 16 de fevereiro de 1972 — D.O. de 6-12-72.
- 87 1972 — Aprova o texto do Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite INTELSAT e do Acordo Operacional relativo à INTELSAT, assinados em Washington, a 20 de agosto de 1971 — D.O. de 6-12-72.
- 88 1972 — Aprova o texto do protocolo de emendas à Convenção Única de Entorpecentes, de 1961, firmado pelo Brasil e por outros países, em Genebra, a 25 de março de 1972, como resultado da Conferência de Plenipotenciários convocada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas — D.O. de 6-12-72.
-

DECRETOS

- 71.205 4-10-72 — *Consolida as disposições aos Decretos n.ºs. 68.806, de 25 de junho de 1971 e 69.451, de 1 de novembro de 1971, referentes a Central de Medicamentos e dá outras providências — D.O. de 5-10-72.*
- 71.207 5-10-72 — *Promulga o Acordo de Cooperação Relativo aos Usos Cíveis da Energia Atômica entre o Brasil e os Estados Unidos da América e a Emenda ao Acordo entre a Agência Internacional de Energia Atômica, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Aplicação de Salvaguardas — D.O. de 9-10-72.*
- 71.212 5-10-72 — *Reduz alíquota do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências — D.O. de 6-10-72.*
- 71.236 11-10-72 — *Dispõe sobre o Grupo-Serviços Auxiliares, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 e dá outras providências — D.O. de 13-10-72.*
- 71.237 11-10-72 — *Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de algodão em pluma, amendoim, arroz, farinha e fécula de mandioca, feijão, girassol, milho, soja e sorgo, da safra de 1972/73, produzidos nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, no Distrito Federal e no Território de Rondônia — D.O. de 16-10-72.*
- 71.238 11-10-72 — *Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de mamona, da safra de 1972/73, produzida em todo o território nacional — D.O. de 16-10-72. Retificado no D.O. de 24-10-72.*
- 71.248 13-10-72 — *Institui incentivos à indústria de mineração e à transformação primária de minerais carentes — D.O. de 24-10-72.*
- 71.273 30-10-72 — *Cria o Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES — D.O. de 31-10-72.*

- 71.276** 31-10-72 — Dispõe sobre a execução do Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação número 12 sobre produtos da indústria eletrônica e de comunicações elétricas, concluído entre o Brasil e o México — D.O. de 3-11-72.
- 71.277** 31-10-72 — Regulamenta o Decreto-lei nº 1.236, de 28 de agosto de 1972, dispõe sobre a aplicação de medidas previstas no Decreto-lei nº 1.244, de 31 de outubro de 1972 (Importação. Conjunto industrial completo. Regime fiscal) — D.O. de 1-11-72.
- 71.278** 31-10-72 — Regulamenta o Decreto-lei nº 1.219, de 15 de maio de 1972 (Exportação. Produtos manufaturados. Estímulos) — D.O. de 1-11-72.
- 71.316** 6-11-72 — Aprova a alteração dos artigos 6º e 29 dos Estatutos da EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — D.O. de 7-11-72.
- 71.327** 7-11-72 — Fixa os preços mínimos básicos para financiamento ou aquisição de cera de carnaúba da safra 1972/73, produzida nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe — D.O. de 8-11-72.
- 71.391** 16-11-72 — Regulamenta os artigos 58 e 59 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõem sobre normas especiais de controle aduaneiro de mercadorias abandonadas — D.O. de 17-11-72.
- 71.408** 20-11-72 — Dispõe sobre a execução do Ajuste de Complementação nº 19 sobre produtos da indústria eletrônica e de comunicações elétricas concluído entre a Argentina, o Brasil, o México e o Uruguai — D.O. de 22-11-72. Retificado no D.O. de 28-11-72.
- 71.412** 21-11-72 — Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição da juta e malva da safra de 1972/73, produzidos nos Estados do Amazonas e do Pará — D.O. de 22-11-72 — Retificado no D.O. de 27-11-72.
- 71.467** 1º-12-72 — Regulamenta o item II do artigo 6º da Lei nº 5.754, de 3 de dezembro de 1971, e dá outras providências — (Administração Pública. Orçamento de 1972) — D.O. de 1º-12-72.
- 71.523** 11-12-72 — Prorroga o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos regulados pelo Decreto-lei nº 1.000, de 21 de outubro de 1969 — D.O. de 12-12-72.
- 71.534** 12-12-72 — Dispõe sobre a estrutura, funcionamento e competência do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências — D.O. de 13-12-72.
- 71.600** 22-12-72 — Estabelece normas para execução orçamentária, define a programação financeira do Tesouro Nacional no exercício de 1973 e dá outras providências — D.O. de 29-12-72.
- 71.622** 29-12-72 — Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 213 do Regulamento do Imposto de Renda — D.O. de 29-12-72.
- 71.624** 29-12-72 — Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, gergelim, girassol, milho, soja e sorgo da safra de 1973, produzidos nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e nos Territórios do Amapá e Roraima — D.O. de 29-12-72.

- 71.635** 29-12-72 — *Dispõe sobre o recolhimento das parcelas deduzidas do imposto de renda pelas pessoas jurídicas, a título de incentivos fiscais ou como contribuições para Programas Especiais e dá outras providências — D.O. de 29-12-72.*
- 71.636** 29-12-72 — *Altera o Regulamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aprovado pelo Decreto nº 59.820, de 20 de dezembro de 1966 — D.O. de 29-12-72.*
-

RESOLUÇÕES DO SENADO FEDERAL

- 52** 1972 — Prorroga, pelo prazo de dois anos, a vigência da Resolução n.º 58, de 1968, e dá outras providências (Dispõe sobre emissão e lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos Estados e Municípios) — D.O. de 6-11-72.
-

RESOLUÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

- 235** 14-9-72 — Instituição financeiras. Captação de recursos, empréstimos e financiamentos. Correção monetária. Normas.
- 236** 19-10-72 — Empréstimos externos. Depósito. Obrigatoriamente.
- 237** 19-10-72 — Remessas destinadas ao pagamento do principal, juros e comissões. Cobertura cambial. Revogação.
- 238** 24-11-72 — Agentes autônomos de investimento. Credenciamento.
- 239** 24-11-72 — Indústria e comércio varejista de cigarros. Cálculo e recolhimento de contribuições. Prazo.
-

BANCO DO BRASIL
BALANCETES E BALANÇO

Saldos em Cr\$ 1.000

ATIVO	31-10-72	30-11-72	29-12-72
DISPONÍVEL — Caixa	223 795	243 636	268 819
REALIZÁVEL	59 762 267	60 985 205	58 340 547
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	16 334 466	16 881 134	17 347 167
À Produção	8 186 324	8 448 183	8 933 198
Agrícola	819 164	859 650	876 309
Animal	558 240	587 435	621 484
Industrial	6 412 312	6 549 325	6 949 763
A cooperativas de produção	396 608	451 773	485 642
Ao Comércio	2 490 621	2 637 192	2 834 963
De produtos agrícolas	814 814	932 004	988 767
De produtos de origem animal	56 497	52 343	48 899
De produtos industriais	1 619 310	1 652 845	1 797 297
A atividades não especificadas	2 144 033	2 183 041	2 053 482
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3 403 312	3 403 312	3 403 312
A governos estaduais e municipais	4 956	4 525	14 285
A autarquias	77 130	177 341	79 424
A instituições financeiras	28 090	27 540	28 503
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	11 117 519	11 465 279	12 503 456
À Produção	10 347 045	10 687 784	11 549 225
Agrícola	7 132 085	7 383 837	7 956 150
Animal	2 921 641	3 004 744	3 251 823
A cooperativas de produção	293 319	299 203	341 252
Ao Comércio			
De produtos agrícolas	768 533	775 692	947 852
A Autarquias			4 542
A governos estaduais	1 941	1 803	1 837
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	813 982	908 784	976 396
À Produção			
Industrial	261 738	275 885	289 820
Ao Comércio			
De produtos industriais	177 195	140 243	162 645
Operações vinculadas ao FINEX	375 049	492 656	523 931
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	916 770	910 753	928 782
À Produção	314 667	315 182	336 414
Agrícola	314	313	353
Animal	121	147	313
Industrial	314 232	314 722	335 748
Ao Comércio	456 995	453 247	448 342
De produtos agrícolas	663	932	906
De produtos de origem animal	886	473	550
De produtos industriais	455 446	451 842	446 886
A atividades não especificadas	145 108	142 324	144 026
OUTROS CRÉDITOS	29 564 531	29 747 257	25 411 709
Banco Central, recolhimento compulsório	752 836	811 634	861 664
Tesouro Nacional — responsabilidade da União	3 749 588	2 659 212	2 369 593
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	210 545	297 640	223 378
Aplicações do programa de formação do PASEP	1 032 148	1 125 577	1 273 957
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	947 568	964 123	976 845
Créditos em liquidação	245 926	253 422	263 594
Correspondentes no País	17 443	19 139	25 374
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	12 369 686	13 115 783	13 785 559
Departamentos no País	1 671 964	1 456 796	1 322 752
Devedores por repasses de recursos externos	1 054 357	1 070 343	1 102 741
Outras contas	7 512 470	7 973 588	3 206 252
VALORES E BENS	1 014 999	1 071 998	1 173 036
IMOBILIZADO	908 356	931 064	961 270
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	982 233	1 264 974	54
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	15 963 593	17 364 996	14 622 615
TOTAL	77 840 244	80 789 875	74 193 304

BANCO DO BRASIL

BALANCETES E BALANÇO

Saldos em Cr\$ 1.000

PASSIVO	31-10-72	30-11-72	29-12-72
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	4 283 048	4 281 568	5 166 959
EXIGÍVEL	53 101 870	54 295 728	50 859 210
DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO	25 144 070	24 392 978	22 742 702
Do público (diversos)	5 645 660	6 082 049	5 894 803
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	319 939	383 017	791 878
Saldo credores de empréstimos	657	804	710
De bancos	1 805 102	1 847 343	2 299 792
De outras instituições financeiras	829 247	626 777	613 383
Do Tesouro Nacional	10 165 961	9 149 866	7 078 101
De governos estaduais	373 768	309 559	302 112
De governos municipais	170 287	203 120	167 494
De autarquias — Banco Central	1 405 521	1 405 521	1 405 522
De outras autarquias	3 130 091	3 217 263	3 166 803
De sociedades de economia mista	760 818	768 392	805 611
De empresas públicas	537 019	393 268	216 493
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	777 628	533 110	535 454
Do público (diversos)	777 432	532 905	535 285
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	196	205	169
OUTRAS EXIGIBILIDADES	20 838 085	22 737 338	21 224 649
Cheques e documentos a liquidar	199 504	206 779	171 768
Cobrança efetuada, em trânsito	878 239	847 935	954 114
Ordens de pagamento	269 295	296 843	320 516
Correspondentes no País	20 081	34 217	31 859
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	5 154 842	5 636 236	5 489 310
Banco Central — conta de movimento	9 411 342	10 019 410	13 173 427
Outras contas	4 904 782	5 695 918	1 083 655
OBRIGAÇÕES (Especiais)	6 342 087	6 632 302	6 356 405
Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	152	152	152
Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Dec.-lei 263/67)	300	—	—
Banco Central, refinanciamento de operações	122 060	122 656	124 680
Banco Central, aprovisionamento de recursos destinados a operações do Fundo para Investimentos Sociais	63 566	63 573	63 532
Banco Central, suprimento p/operações sobre exportações (Lei 5.025/67)	—	—	—
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à indústria salineira, à agroindústria canavieira do Nordeste, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com o IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais	426 590	482 729	501 051
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e de pesca	1 353 219	1 368 026	1 193 681
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	92 661	92 760	89 562
Programa de formação do PASEP	846 085	972 051	417 855
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP	1 056 341	1 132 781	1 303 608
Depósitos obrigatórios — FGTS	50 000	50 000	50 000
Caixa Econômica Federal — PIS	132 443	138 127	145 790
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	13 220	13 604	12 429
Outras contas	64 151	65 478	64 175
	2 121 299	2 130 365	2 389 860
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	4 491 733	4 847 583	3 544 520
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	15 963 593	17 364 996	14 622 615
TOTAL	77 840 244	80 789 875	74 193 304

BANCO DO BRASIL**DEPÓSITOS**

Salos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	697 395	711 629	619 205	913 043	906 684	821 612
Acre	21 113	20 991	20 177	28 644	30 167	31 179
Amazonas	113 056	125 533	107 657	111 478	127 100	94 977
Pará	182 579	187 398	155 538	245 280	218 492	228 525
Maranhão	75 315	77 854	88 285	132 218	142 525	92 643
Piauí	77 193	69 852	57 762	79 620	70 916	73 717
Mato Grosso	139 531	140 125	118 240	211 972	206 146	204 680
Rondônia	26 151	27 028	23 249	35 011	34 869	33 623
Roraima	33 847	31 607	23 951	22 744	22 628	19 983
Amapá	28 610	31 241	24 346	46 076	53 841	42 285
2.ª REGIÃO	1 264 220	1 433 921	1 381 115	1 558 360	1 591 283	1 719 144
Ceará	213 759	266 074	214 889	302 552	288 311	279 666
Rio Grande do Norte	66 281	66 959	66 189	80 173	92 986	92 492
Paraíba	85 801	103 417	99 766	125 263	125 429	186 223
Pernambuco	329 910	407 388	405 158	427 781	422 651	489 880
Alagoas	70 549	79 927	98 290	104 387	119 841	113 863
Sergipe	59 601	66 219	57 527	78 327	87 538	84 916
Bahia	438 319	443 937	439 296	439 877	454 527	472 104
3.ª REGIÃO	6 358 207	6 484 578	5 749 618	9 297 843	8 104 205	7 176 126
Espírito Santo	125 299	131 999	122 210	155 306	178 671	175 297
Rio de Janeiro	310 715	336 715	328 488	346 614	374 472	371 411
Guanabara	5 922 193	6 015 864	5 298 920	8 795 923	7 551 062	6 629 418
4.ª REGIÃO	7 313 354	7 314 874	7 308 972	8 360 699	8 057 159	7 572 680
Goiás	162 848	163 878	155 331	227 071	218 172	218 211
Distrito Federal	6 434 913	6 284 694	6 391 832	7 199 542	6 891 333	6 374 494
Minas Gerais	715 593	866 302	761 809	934 086	947 654	979 975
5.ª REGIÃO	3 708 779	3 827 206	4 088 670	3 794 837	4 144 211	4 720 095
São Paulo	3 708 779	3 827 206	4 088 670	3 794 837	4 144 211	4 720 095
6.ª REGIÃO	860 806	851 012	822 703	906 027	995 765	992 381
Paraná	633 123	598 730	559 354	634 547	718 374	703 029
Santa Catarina	227 683	252 282	263 349	271 480	277 391	289 352
7.ª REGIÃO	1 041 526	1 434 903	1 365 726	1 090 889	1 126 781	1 298 431
Rio Grande do Sul	1 041 526	1 434 903	1 365 726	1 090 889	1 126 781	1 298 431
BRASIL	21 244 287	22 058 123	21 336 009	25 921 698	24 926 088	23 278 156
GRANDES REGIÕES						
NORTE	405 356	423 798	354 918	489 233	487 097	450 572
NORDESTE	1 416 728	1 581 627	1 527 162	1 770 198	1 804 724	1 885 504
SUDESTE	10 782 579	11 178 086	10 600 097	14 026 766	13 196 070	12 876 196
SUL	1 902 332	2 285 915	2 188 429	1 996 916	2 122 546	2 290 812
CENTRO-OESTE	6 737 292	6 588 697	6 665 403	7 638 586	7 315 651	6 797 385
						*(1 022 313)

(*) Cheques em trânsito, de Bancos.

BANCO DO BRASIL**DEPÓSITOS**

Saldos em Cr\$ 1.000 — Em 29 de dezembro de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Total	Público	Instituições Financeiras	Entidades Públicas
REGIÕES ADMINISTRATIVAS				
1.ª REGIÃO	821 612	290 433	213 019	318 160
Acre	31 179	12 369	8 163	10 647
Amazonas	94 977	24 868	15 942	54 167
Pará	228 525	54 075	66 351	108 099
Maranhão	92 643	33 597	38 042	21 004
Piauí	73 717	27 118	32 716	13 883
Mato Grosso	204 680	115 438	33 843	55 399
Rondônia	33 623	10 895	10 534	12 194
Roraima	19 983	6 753	6 270	6 960
Amapá	42 285	5 320	1 158	35 807
2.ª REGIÃO	1 719 144	643 266	604 840	471 030
Ceará	279 666	88 117	118 588	72 961
Rio Grande do Norte	92 492	42 783	23 549	26 160
Paraíba	186 223	56 600	85 056	44 567
Pernambuco	489 880	165 788	169 402	154 690
Alagoas	113 863	33 411	45 240	35 212
Sergipe	84 916	32 900	20 780	31 236
Bahia	472 104	223 667	142 233	106 204
3.ª REGIÃO	7 176 126	1 768 565	727 970	4 679 591
Espírito Santo	175 297	79 942	31 906	63 449
Rio de Janeiro	371 411	190 511	61 031	119 869
Guanabara	6 629 418	1 498 112	635 033	4 496 273
4.ª REGIÃO	7 572 680	824 260	425 226	6 323 194
Goiás	218 211	139 705	47 864	30 642
Distrito Federal	6 374 494	132 145	137 901	6 104 448
Minas Gerais	979 975	552 410	239 461	188 104
5.ª REGIÃO	4 720 095	2 347 623	1 452 214	920 258
São Paulo	4 720 095	2 347 623	1 452 214	920 258
6.ª REGIÃO	992 381	553 899	236 212	202 270
Paraná	703 029	381 751	171 344	149 934
Santa Catarina	289 352	172 148	64 868	52 336
7.ª REGIÃO	1 296 431	794 800	275 998	227 633
Rio Grande do Sul	1 296 431 *(1 022 313)	794 800	275 998 *(1 022 313)	227 633
BRASIL	23 278 156	7 222 846	2 913 174	13 142 136
GRANDES REGIÕES				
NORTE	450 572	114 280	108 418	227 874
NORDESTE	1 885 504	703 981	675 606	505 917
SUDESTE	12 876 196	4 668 598	2 419 645	5 787 953
SUL	2 290 812	1 348 699	512 210	429 903
CENTRO-OESTE	6 797 385 *(1 022 313)	387 288	219 608 *(1 022 313)	6 190 489

* Cheques em trânsito, de Bancos.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Número de Documentos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	653 423	709 650	766 657	906 198	851 746	921 235
Acre	3 219	3 357	5 383	10 917	10 070	13 594
Amazonas	73 154	79 730	86 863	97 319	91 610	94 162
Pará	119 100	124 110	142 041	141 467	132 481	138 334
Maranhão	51 359	57 009	65 196	50 867	47 806	63 106
Piauí	24 302	26 424	30 937	32 223	28 576	30 522
Mato Grosso	369 813	405 971	420 426	556 456	525 006	562 628
Rondônia	6 660	6 727	8 145	9 561	9 323	11 068
Roraima	2 849	2 594	2 745	3 266	3 457	3 651
Amapá	2 967	3 728	4 921	4 122	3 417	4 170
2.ª REGIÃO	2 172 863	2 290 579	2 661 637	2 788 236	2 723 657	2 939 115
Ceará	259 203	277 506	307 184	317 230	292 890	324 975
Rio Grande do Norte	114 123	126 376	138 456	157 087	145 858	161 056
Paraíba	80 612	87 754	99 525	115 986	109 144	115 811
Pernambuco	764 830	824 328	889 836	861 936	875 870	939 420
Alagoas	84 348	90 442	109 760	111 352	108 821	119 830
Sergipe	64 067	68 789	80 540	86 571	82 221	88 563
Bahia	805 680	815 384	1 036 336	1 138 074	1 108 853	1 189 460
3.ª REGIÃO	6 241 898	6 368 660	7 480 963	7 055 803	6 626 529	7 274 294
Espírito Santo	260 707	281 758	322 820	313 144	288 861	320 245
Rio de Janeiro	504 574	528 818	581 504	571 897	550 175	563 682
Guanabara	5 476 617	5 558 084	6 576 639	6 170 762	5 787 493	6 390 367
4.ª REGIÃO	3 592 611	3 794 092	4 148 188	4 565 580	4 189 686	4 419 592
Goiás	546 618	589 972	684 853	701 649	675 245	710 966
Distrito Federal	532 566	582 755	652 640	748 843	706 407	742 190
Minas Gerais	2 513 427	2 621 365	2 810 695	3 115 088	2 808 034	2 966 436
5.ª REGIÃO	15 496 723	16 178 910	18 840 898	18 718 668	17 607 793	19 437 572
São Paulo	15 496 723	16 178 910	18 840 898	18 718 668	17 607 793	19 437 572
6.ª REGIÃO	3 051 429	3 247 662	3 586 738	4 022 758	3 798 718	4 111 674
Paraná	2 405 831	2 534 808	2 760 964	3 101 601	2 915 886	3 126 325
Santa Catarina	645 598	712 854	825 774	921 157	882 832	985 349
7.ª REGIÃO	1 737 310	1 837 553	2 147 898	2 279 508	2 161 450	2 417 807
Rio Grande do Sul	1 737 310	1 837 553	2 147 898	2 279 508	2 161 450	2 417 807
BRASIL	32 946 257	34 427 106	39 632 979	40 336 751	37 959 579	41 521 289
GRANDES REGIÕES						
NORTE	207 949	220 246	250 098	266 652	250 358	264 979
NORDESTE	2 248 524	2 374 012	2 757 770	2 871 326	2 800 039	3 032 743
SUDESTE	24 252 048	25 168 935	29 132 556	28 889 559	27 042 356	29 678 302
SUL	4 788 739	5 085 215	5 734 636	6 302 266	5 960 168	6 529 481
CENTRO-OESTE	1 448 997	1 578 698	1 757 919	2 006 948	1 906 658	2 015 784

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 162 243	1 311 663	1 491 194	1 935 165	1 834 378	2 091 897
Acre	6 398	5 423	6 463	26 685	21 525	31 822
Amazonas	253 004	275 229	367 705	386 020	361 115	438 487
Pará	339 056	387 560	404 043	544 811	511 317	578 598
Maranhão	116 971	134 150	145 963	140 102	179 693	158 379
Piauí	48 654	67 630	94 852	80 215	71 418	90 441
Mato Grosso	373 927	414 135	438 028	713 604	647 589	737 050
Rondônia	15 024	17 514	19 984	23 086	24 415	34 192
Roraima	5 201	5 080	5 381	12 685	9 137	12 230
Amapá	4 008	4 942	8 775	7 957	8 169	10 698
2.ª REGIÃO	4 099 110	4 470 084	5 440 399	6 135 400	6 271 224	6 964 696
Ceará	569 951	601 754	716 497	949 532	888 126	965 534
Rio Grande do Norte	182 324	178 123	214 543	190 990	201 409	240 765
Paraíba	154 555	174 433	215 733	260 297	266 268	278 343
Pernambuco	1 605 382	1 824 861	2 145 919	2 168 126	2 302 912	2 593 141
Alagoas	152 808	189 224	233 631	257 203	262 173	324 055
Sergipe	91 571	97 345	120 232	147 238	162 656	166 340
Bahia	1 342 519	1 404 344	1 793 844	2 162 014	2 187 680	2 396 518
3.ª REGIÃO	28 178 930	29 381 105	38 517 174	55 371 312	57 157 131	63 936 970
Espírito Santo	355 200	367 253	420 700	546 234	532 780	582 208
Rio de Janeiro	569 064	594 909	697 258	800 498	823 196	843 736
Guanabara	27 254 666	28 418 943	37 399 216	54 024 580	55 801 155	62 511 026
4.ª REGIÃO	5 477 199	5 841 763	6 511 337	8 470 451	8 122 922	9 674 378
Goiás	583 700	626 090	704 387	922 753	882 157	939 037
Distrito Federal	636 837	757 190	896 894	1 001 938	991 095	1 265 830
Minas Gerais	4 256 662	4 458 483	4 910 056	6 545 760	6 249 670	7 469 511
5.ª REGIÃO	38 007 298	38 296 222	48 723 558	56 008 556	56 767 342	60 341 987
São Paulo	38 007 298	38 296 222	48 723 558	56 008 556	56 767 342	60 341 987
6.ª REGIÃO	4 060 731	4 230 679	4 551 665	6 378 568	6 104 786	6 344 959
Paraná	3 458 194	3 581 702	3 744 657	5 298 398	5 094 221	5 221 762
Santa Catarina	602 537	648 977	807 008	1 080 170	1 010 565	1 123 197
7.ª REGIÃO	3 629 650	3 919 573	4 459 699	5 351 570	5 037 267	6 085 661
Rio Grande do Sul	3 629 650	3 919 573	4 459 699	5 351 570	5 037 267	6 085 661
BRASIL	84 615 161	87 451 089	109 695 026	139 651 022	141 295 050	155 440 548
GRANDES REGIÕES						
NORTE	622 691	695 748	812 351	1 001 244	935 678	1 106 027
NORDESTE	4 264 735	4 671 864	5 681 214	6 355 717	6 522 335	7 213 516
SUDESTE	70 442 890	72 135 810	92 150 788	117 925 628	120 174 143	131 748 468
SUL	7 690 381	8 150 252	9 011 364	11 730 138	11 142 053	12 430 620
CENTRO-OESTE	1 594 464	1 797 415	2 039 309	2 638 295	2 520 841	2 941 917

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
São Paulo (SP)	9 095 057	9 327 935	11 297 799	11 071 847	10 407 708	11 545 974
Rio de Janeiro (GB)	5 476 617	5 558 084	6 576 639	6 170 762	5 787 493	6 390 367
Belo Horizonte (MG)	1 134 166	1 156 986	1 260 847	1 468 096	1 282 619	1 369 287
Porto Alegre (RS)	900 601	931 265	1 120 476	1 259 738	1 183 454	1 371 117
Recife (PE)	747 587	806 472	869 928	840 079	855 118	917 776
Curitiba (PR)	621 717	622 802	720 473	773 362	719 235	786 101
Salvador (BA)	637 226	641 237	839 921	933 567	909 282	980 542
Santos (SP)	446 323	438 736	484 593	482 245	446 969	497 610
Brasília (DF)	532 566	582 755	652 640	748 843	706 407	742 190
Fortaleza (CE)	241 715	259 150	288 312	296 160	272 659	303 736
Campinas (SP)	402 486	433 526	497 387	497 045	481 753	529 080
Goiânia (GO)	333 377	357 732	429 146	422 473	412 671	437 966
Londrina (PR)	298 165	325 166	359 806	393 003	377 062	417 978
Belém (PA)	119 100	124 110	142 041	138 417	129 569	134 695
Vitória (ES)	177 983	192 267	224 341	210 227	193 686	218 908
Manaus (AM)	73 154	79 730	86 863	97 319	91 610	94 162
Maringá (PR)	215 887	229 639	263 046	282 437	268 586	289 395
Ribeirão Preto (SP)	416 553	445 414	509 502	543 550	508 478	577 059
Niterói (RJ)	182 174	184 479	203 709	189 434	192 126	194 196
Florianópolis (SC)	136 755	150 886	177 933	199 954	194 867	219 068
São José do Rio Preto (SP)	233 813	253 681	269 115	278 596	246 434	267 114
Maceió (AL)	78 642	84 793	104 194	103 934	101 230	112 583
Uberlândia (MG)	130 034	138 820	155 800	166 095	154 922	163 133
Presidente Prudente (SP)	201 957	217 512	240 420	246 224	237 777	263 895
Natal (RN)	104 676	116 223	128 383	145 143	134 807	149 155
Bauru (SP)	291 237	325 404	362 166	379 144	370 324	415 863
Campo Grande (MT)	102 382	114 374	116 750	157 602	149 140	155 118
Piracicaba (SP)	178 295	193 055	220 687	226 209	224 060	246 271
Juiz de Fora (MG)	100 094	105 283	118 940	116 849	107 100	113 594
João Pessoa (PB)	52 342	56 591	64 655	73 481	68 541	73 431
Outras	9 283 576	9 972 999	10 846 467	11 424 916	10 743 892	11 543 925
BRASIL	32 946 257	34 427 106	39 632 979	40 336 751	37 959 579	41 521 289

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Cr\$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
São Paulo (SP)	33 069 431	33 251 965	42 962 856	49 117 663	50 311 378	53 280 201
Rio de Janeiro (GB)	27 254 666	28 418 943	37 399 216	54 024 580	55 801 155	62 511 026
Belo Horizonte (MG)	3 121 118	3 283 012	3 652 420	4 958 056	4 746 666	5 886 006
Porto Alegre (RS)	2 713 564	2 907 062	3 260 770	4 184 775	3 936 018	4 888 922
Recife (PE)	1 586 881	1 805 320	2 123 331	2 138 400	2 275 721	2 561 102
Curitiba (PR)	1 555 734	1 623 371	1 792 519	2 591 814	2 466 369	2 456 382
Salvador (BA)	1 163 415	1 235 127	1 590 713	1 905 688	1 925 779	2 123 758
Santos (SP)	1 181 824	1 186 856	1 514 639	1 754 557	1 559 228	1 740 843
Brasília (DF)	636 837	757 190	896 894	1 001 938	991 095	1 265 830
Fortaleza (CE)	533 177	562 399	675 553	899 083	842 483	916 158
Campinas (SP)	427 794	429 672	536 827	642 651	628 335	708 999
Goiânia (GO)	422 004	455 523	523 648	678 123	653 498	708 612
Londrina (PR)	410 173	417 115	432 201	563 987	590 205	645 328
Belém (PA)	339 056	387 560	404 043	534 562	502 811	567 356
Vitória (ES)	288 673	298 481	347 682	450 019	444 219	487 450
Manaus (AM)	253 004	275 229	367 705	386 020	361 115	438 487
Maringá (PR)	312 433	330 730	322 986	452 974	447 319	461 087
Ribeirão Preto (SP)	270 084	262 811	312 631	374 856	368 229	413 053
Niterói (RJ)	231 980	229 464	277 229	315 129	344 680	345 802
Florianópolis (SC)	158 861	155 984	228 832	292 596	278 313	323 326
São José do Rio Preto (SP)	183 460	200 902	198 407	277 860	263 773	287 643
Maceió (AL)	143 454	178 764	222 798	241 432	246 665	309 109
Uberlândia (MG)	154 289	166 374	187 155	207 527	203 142	219 794
Presidente Prudente (SP)	151 954	160 613	174 751	205 405	189 570	196 670
Natal (RN)	169 967	164 760	200 766	171 916	184 586	220 356
Bauru (SP)	151 955	158 320	176 329	206 018	197 512	226 756
Campo Grande (MT)	120 994	129 971	136 215	250 346	228 296	239 216
Piracicaba (SP)	129 874	133 440	150 667	181 488	176 247	199 683
Juiz de Fora (MG)	135 312	146 152	158 225	174 266	171 403	176 393
João Pessoa (PB)	102 255	114 413	148 675	159 044	167 665	181 594
Outras	7 240 938	7 623 566	8 318 343	10 308 249	9 791 975	10 453 606
BRASIL	84 615 161	87 451 089	109 695 026	139 651 002	141 295 050	155 440 548

(1) Seleccionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1972.

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	842 742	865 975	932 978	1 327 223	1 373 826	1 474 629
Acre	17 706	17 920	19 481	47 548	52 131	59 168
Amazonas	79 806	83 470	90 926	120 742	126 027	133 165
Pará	133 823	126 257	131 839	193 956	198 665	211 885
Maranhão	120 106	128 644	140 771	165 747	167 069	179 844
Piauí	121 577	126 690	135 638	159 820	162 470	170 415
Mato Grosso	333 562	346 470	376 468	601 655	628 080	679 068
Rondônia	20 597	20 970	21 813	14 916	16 398	17 515
Roraima	6 989	7 047	7 326	11 521	11 479	11 913
Amapá	8 576	8 507	8 716	11 318	11 507	11 656
2.ª REGIÃO	2 332 860	2 439 690	2 606 831	3 370 246	3 418 709	3 619 039
Ceará	368 442	386 176	413 037	526 987	550 188	586 260
Rio Grande do Norte	154 560	163 573	178 926	230 497	235 002	254 296
Paraíba	251 662	269 695	290 456	363 824	371 413	390 350
Pernambuco	550 359	581 228	628 055	809 526	811 451	858 916
Alagoas	213 380	213 984	219 695	321 330	309 817	319 950
Sergipe	102 937	108 789	117 129	174 189	178 712	196 172
Bahia	691 520	716 245	759 533	943 893	962 126	1 013 095
3.ª REGIÃO	2 881 232	2 913 083	3 005 212	3 788 200	3 961 073	3 890 044
Espírito Santo	213 993	209 985	223 216	294 314	299 953	315 897
Rio de Janeiro	428 922	434 320	453 947	622 181	622 484	657 017
Guanabara	2 238 317	2 268 778	2 328 049	2 871 705	3 038 636	2 917 130
4.ª REGIÃO	6 136 760	6 267 980	6 487 507	6 751 208	6 795 640	7 015 926
Goiás	582 010	611 466	651 783	853 201	876 612	930 789
Distrito Federal	3 945 339	4 025 012	4 099 111	3 792 239	3 747 310	3 769 647
Minas Gerais	1 609 411	1 631 502	1 736 613	2 105 768	2 171 718	2 315 490
5.ª REGIÃO	4 997 608	5 090 467	5 318 780	6 253 517	6 614 831	7 016 717
São Paulo	4 997 608	5 090 467	5 318 780	6 253 517	6 614 831	7 016 717
6.ª REGIÃO	2 170 927	2 252 317	2 391 622	3 103 577	3 268 207	3 542 518
Paraná	1 513 176	1 586 185	1 685 264	2 262 446	2 411 428	2 640 578
Santa Catarina	657 751	666 132	706 358	841 131	856 779	901 940
7.ª REGIÃO	3 466 023	3 962 501	4 519 767	4 588 767	4 733 664	5 196 928
Rio Grande do Sul	3 466 023	3 962 501	4 519 767	4 588 767	4 733 664	5 196 928
BRASIL	22 828 152	23 792 013	25 262 697	29 182 738	30 165 950	31 755 801
GRANDES REGIÕES						
NORTE	267 497	264 171	280 101	400 001	416 207	445 302
NORDESTE	2 574 543	2 695 024	2 883 240	3 695 813	3 748 248	3 969 298
SUDESTE	9 488 251	9 635 052	10 060 605	12 147 485	12 747 622	13 222 251
SUL	5 636 950	6 214 818	6 911 389	7 692 344	8 001 871	8 739 446
CENTRO-OESTE	4 860 911	4 982 948	5 127 362	5 247 095	5 252 002	5 379 504

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr\$ 1.000 — Em 29 de dezembro de 1972

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Total	Produção	Comércio	Atividades não Especificadas	Outros
REGIÕES ADMINISTRATIVAS					
1.ª REGIÃO	1 474 629	1 207 925	171 134	95 105	465
Acre	59 168	52 639	4 318	2 211	—
Amazonas	133 165	76 246	53 894	3 025	—
Pará	211 885	155 019	39 171	17 501	194
Maranhão	179 844	148 954	16 137	14 743	—
Piauí	170 415	137 944	18 398	13 802	271
Mato Grosso	679 068	610 634	31 190	37 244	—
Rondônia	17 515	10 828	5 086	1 601	—
Roraima	11 913	7 796	889	3 228	—
Amapá	11 656	7 855	2 051	1 750	—
2.ª REGIÃO	3 619 039	3 077 738	332 037	208 309	955
Ceará	586 260	473 298	72 806	39 997	159
Rio Grande do Norte	254 296	216 347	21 741	16 081	127
Paraíba	390 350	332 902	39 285	17 896	267
Pernambuco	858 916	733 154	88 347	37 415	—
Alagoas	319 950	300 306	8 457	11 187	—
Sergipe	196 172	180 410	6 769	8 993	—
Bahia	1 013 095	841 321	94 632	76 740	402
3.ª REGIÃO	3 890 044	1 779 297	991 571	1 020 055	99 121
Espírito Santo	315 897	218 793	76 729	19 891	484
Rio de Janeiro	657 017	533 415	49 228	74 374	—
Guanabara	2 917 130	1 027 089	865 614	925 790	98 637
4.ª REGIÃO	7 015 926	2 810 104	559 048	241 404	3 405 370
Goiás	930 789	848 260	35 531	46 998	—
Distrito Federal	3 769 647	25 321	311 437	29 577	3 403 312
Minas Gerais	2 315 490	1 936 523	212 080	164 829	2 058
5.ª REGIÃO	7 016 717	5 476 362	1 277 037	254 028	9 290
São Paulo	7 016 717	5 476 362	1 277 037	254 028	9 290
6.ª REGIÃO	3 542 518	2 889 761	483 260	158 990	10 507
Paraná	2 640 578	2 131 998	406 315	91 758	10 507
Santa Catarina	901 940	757 763	76 945	67 232	—
7.ª REGIÃO	5 196 928	3 882 580	1 088 536	224 158	1 654
Rio Grande do Sul	5 196 928	3 882 580	1 088 536	224 158	1 654
BRASIL	31 755 801	21 123 767	4 902 623	2 202 049	3 527 362
GRANDES REGIÕES					
NORTE	445 302	310 383	105 409	29 316	194
NORDESTE	3 969 298	3 364 646	366 572	236 854	1 226
SUDESTE	13 222 251	9 192 182	2 480 688	1 438 912	110 469
SUL	8 739 446	6 772 341	1 571 796	383 148	12 161
CENTRO-OESTE	5 379 504	1 484 215	378 158	113 819	3 403 312

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	841 136	864 086	930 423	1 326 752	1 373 367	1 474 164
Acre	17 706	17 920	19 481	47 548	52 131	59 168
Amazonas	79 806	83 470	90 926	120 742	126 027	133 165
Pará	133 641	126 075	131 651	193 766	198 476	211 691
Maranhão	119 383	127 999	140 109	165 747	167 069	179 844
Piauí	121 183	126 295	135 232	159 539	162 200	170 144
Mato Grosso	333 255	345 803	375 169	601 655	628 080	679 068
Rondônia	20 597	20 970	21 813	14 916	16 398	17 515
Roraima	6 989	7 047	7 326	11 521	11 479	11 913
Amapá	8 576	8 507	8 716	11 318	11 507	11 656
2.ª REGIÃO	2 331 674	2 437 928	2 604 565	3 369 236	3 417 728	3 618 084
Ceará	368 140	385 441	412 064	526 832	550 036	586 101
Rio Grande do Norte	154 560	163 428	178 643	230 352	234 884	254 169
Paraíba	251 340	269 373	290 119	363 573	371 162	390 083
Pernambuco	550 359	581 228	628 027	809 526	811 451	858 916
Alagoas	213 380	213 984	219 661	321 330	309 817	319 950
Sergipe	102 905	108 758	117 097	174 177	178 699	196 172
Bahia	690 990	715 716	758 954	943 446	961 679	1 012 693
3.ª REGIÃO	2 822 903	2 855 207	2 947 763	3 691 748	3 764 976	3 790 923
Espírito Santo	213 365	209 214	222 213	293 793	299 447	315 413
Rio de Janeiro	428 803	434 097	453 717	622 181	622 484	657 017
Guanabara	2 180 735	2 211 896	2 271 833	2 775 774	2 843 045	2 818 493
4.ª REGIÃO	2 731 124	2 862 016	3 081 272	3 345 624	3 390 316	3 610 556
Goiás	582 010	611 176	651 337	853 201	876 612	930 789
Distrito Federal	542 004	621 681	695 784	388 927	343 998	366 335
Minas Gerais	1 607 110	1 629 159	1 734 151	2 103 496	2 169 706	2 313 432
5.ª REGIÃO	4 990 042	5 081 239	5 308 447	6 244 227	6 605 541	7 007 427
São Paulo	4 990 042	5 081 239	5 308 447	6 244 227	6 605 541	7 007 427
6.ª REGIÃO	2 169 551	2 249 171	2 387 457	3 102 767	3 267 492	3 532 011
Paraná	1 511 982	1 583 794	1 682 068	2 261 636	2 410 713	2 630 071
Santa Catarina	657 569	665 377	705 389	841 131	856 779	901 940
Rio Grande do Sul	3 455 888	3 951 055	4 508 716	4 586 955	4 732 010	5 195 274
7.ª REGIÃO	3 455 888	3 951 055	4 508 716	4 586 955	4 732 010	5 195 274
BRASIL	19 342 318	20 300 702	21 768 643	25 667 309	26 551 430	28 228 439
GRANDES REGIÕES						
NORTE	267 315	263 989	279 913	399 811	416 018	445 708
NORDESTE	2 572 240	2 692 222	2 879 906	3 694 522	3 746 997	3 968 072
SUDESTE	9 420 055	9 565 605	9 990 361	12 039 471	12 540 223	13 111 782
SUL	5 625 439	6 200 226	6 896 173	7 689 722	7 999 502	8 727 285
CENTRO-OESTE	1 457 269	1 578 660	1 722 290	1 843 783	1 848 690	1 976 192

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÃO E UNIDADES FEDERADAS	1971(1)			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	396 483	409 663	432 654	503 155	506 871	533 295
Acre	10 703	10 998	11 120	13 180	12 571	13 881
Amazonas	49 136	52 017	55 935	70 729	69 634	73 403
Pará	88 657	85 383	86 655	106 186	106 435	113 857
Maranhão	69 961	77 265	86 166	84 677	82 885	89 439
Piauí	52 991	54 979	57 230	53 222	53 452	54 761
Mato Grosso	104 756	108 475	114 872	153 927	159 596	165 626
Rondônia	11 263	11 515	11 688	8 708	9 872	10 255
Roraima	3 917	3 991	4 038	6 333	6 123	5 961
Amapá	5 099	5 040	4 950	6 193	6 303	6 106
2.ª REGIÃO	1 142 607	1 212 182	1 299 743	1 362 891	1 380 095	1 474 056
Ceará	205 827	221 415	239 013	236 720	256 694	281 398
Rio Grande do Norte	79 626	84 790	94 809	104 102	106 707	118 544
Paraíba	101 620	110 803	118 790	132 418	137 718	149 349
Pernambuco	311 516	336 976	369 967	381 706	379 058	407 702
Alagoas	77 278	78 243	82 226	82 588	75 034	82 697
Sergipe	41 675	44 479	47 065	53 081	53 771	56 357
Bahia	325 065	335 476	347 873	372 276	371 113	378 009
3.ª REGIÃO	2 292 840	2 337 718	2 408 719	2 891 542	3 060 135	2 952 787
Espírito Santo	121 033	117 936	124 334	160 951	164 793	170 877
Rio de Janeiro	293 579	296 023	303 350	398 583	396 446	418 507
Guanabara	1 878 228	1 923 759	1 981 035	2 332 008	2 498 896	2 363 403
4.ª REGIÃO	4 519 591	4 515 141	4 550 593	4 757 468	4 776 124	4 828 811
Goiás	175 365	169 970	164 272	239 089	228 334	233 149
Distrito Federal	3 451 549	3 446 920	3 441 752	3 470 127	3 471 963	3 464 901
Minas Gerais	892 677	898 251	944 569	1 048 252	1 075 827	1 130 761
5.ª REGIÃO	3 576 113	3 617 618	3 701 905	4 135 794	4 318 452	4 520 668
São Paulo	3 576 113	3 617 618	3 701 905	4 135 794	4 318 452	4 520 668
6.ª REGIÃO	1 192 310	1 298 303	1 356 443	1 401 675	1 571 261	1 704 742
Paraná	806 324	904 055	938 996	950 791	1 112 155	1 225 364
Santa Catarina	385 986	394 248	417 447	450 884	459 106	479 368
7.ª REGIÃO	1 037 855	1 036 365	1 084 217	1 281 941	1 268 196	1 332 808
Rio Grande do Sul	1 037 855	1 036 365	1 084 217	1 281 941	1 268 196	1 332 808
BRASIL	14 157 799	14 426 990	14 834 274	16 334 466	16 881 134	17 347 167
GRANDES REGIÕES						
NORTE	168 775	168 944	174 386	211 329	210 938	223 469
NORDESTE	1 265 559	1 344 426	1 443 139	1 500 790	1 516 432	1 618 256
SUDESTE	6 761 630	6 853 587	7 055 193	8 075 588	8 454 414	8 604 216
SUL	2 230 165	2 334 668	2 440 660	2 683 616	2 839 457	3 037 550
CENTRO-OESTE	3 731 670	3 725 365	3 720 896	3 863 143	3 859 893	3 863 676

(1) Inclusive as operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
MERCADO INTERNO	956 276	965 601	960 946	1 103 205	1 200 741	1 232 666
Agave ou sisal	1 104	994	1 074	1 914	1 519	1 472
Algodão	101 458	89 451	82 660	95 862	85 047	86 371
Amendoim	3 963	3 652	3 938	3 640	2 890	2 819
Arroz	96 348	79 706	68 722	112 146	84 856	78 753
Babaçu	201	233	225	163	168	147
Cacau	11 034	12 003	14 733	7 639	8 654	7 383
Café	556 866	616 089	646 207	641 105	813 514	871 497
Cana-de-açúcar	6 762	6 508	6 465	8 281	8 367	7 890
Castanha-do-Pará	611	713	1 932	2 557	2 885	2 955
Cera de carnaúba	316	321	372	829	973	968
Erva-mate	1 011	954	768	1 076	874	705
Feijão	5 235	3 744	2 813	5 287	3 308	2 778
Fumo	3 290	3 366	3 499	3 355	3 633	4 299
Girassol	294	105	80	198	113	41
Juta e malva	2 270	1 811	1 811	6 750	5 867	4 905
Mandioca	6 836	6 198	5 782	8 559	7 425	6 251
Mamona	1 215	1 309	1 097	1 908	1 730	1 609
Milho	34 036	26 612	19 035	30 263	27 627	28 565
Soja	59 392	45 252	35 090	75 556	47 672	28 286
Sorgo granífero	—	—	—	272	582	271
Trigo	2 646	2 439	1 680	4 769	4 540	3 822
Outros	61 388	64 141	62 963	91 076	88 497	90 879
COMPOSIÇÕES	9 374	9 636	10 409	10 203	9 995	11 009
TOTAL	965 650	975 237	971 355	1 113 408	1 210 736	1 243 675

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
MERCADO INTERNO	390 360	399 718	419 705	586 976	615 067	651 932
Aves	6 802	6 940	7 119	11 740	13 153	13 609
Bovinos — engorda	131 368	132 824	138 662	184 322	191 366	203 907
Bovinos — produção de carne	102 471	105 520	114 058	165 610	178 691	187 528
Bovinos — produção de leite	34 596	33 857	36 053	56 382	58 255	62 460
Bovinos — recriação	28 003	29 312	30 656	44 273	45 775	47 311
Lã	6 920	5 994	5 896	3 267	6 927	11 823
Leite	9 702	10 790	11 002	15 649	16 056	17 366
Ovinos	12	63	190	54	81	78
Pescado	2 866	2 852	4 019	3 541	2 951	4 253
Suínos	12 674	14 168	13 660	22 296	21 733	19 296
Outros	54 946	57 398	58 390	79 842	80 079	84 301
COMPOSIÇÕES	1 309	1 380	1 462	640	546	536
TOTAL	391 669	401 098	421 167	587 616	615 613	652 468

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL

SalDOS em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	58 690	64 328	69 457	84 122	83 202	86 574
Azubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	4 706	3 955	4 104	6 408	5 675	4 267
Carvão mineral	4 182	5 777	5 355	6 909	6 644	7 500
Minério de ferro	608	585	560	814	542	628
Minério de manganês	152	251	315	307	488	517
Sal marinho	16 002	17 819	20 107	21 205	20 268	21 833
Outros minerais metálicos	3 165	3 243	3 683	4 641	4 432	5 067
Outros minerais não metálicos	14 764	15 438	18 206	22 333	22 272	24 397
Outros	15 111	17 260	17 127	21 505	22 881	24 365
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	4 481 683	4.830 233	4 970 431	6 246 818	6 385 270	6 789 433
Açúcar	226 468	211 796	218 847	299 911	282 885	283 732
Azubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	55 041	52 919	47 578	71 350	64 377	65 125
Agave ou sisal	—	—	—	—	—	—
Algodão	31 946	35 736	36 933	45 020	50 763	55 718
Amendoim	5 177	4 042	1 160	4 246	2 853	2 211
Aparelhos eletrodomésticos	58 466	63 023	64 010	64 795	67 658	67 420
Arroz	32 302	29 210	26 647	63 598	59 284	56 206
Borracha	16 316	16 485	17 419	25 028	24 170	26 233
Cacau	9 458	8 934	8 780	4 409	4 139	3 973
Café	—	1 171	3 709	105 415	139 983	156 000
Carne	79 273	82 989	89 758	228 767	181 352	170 130
Couro e peles	29 235	26 365	27 158	49 442	43 974	47 150
Feijão	77	32	412	352	346	156
Fumo	8 069	8 533	5 851	11 205	10 131	10 269
Juta e malva	2 593	3 574	4 277	879	822	1 110
Leite	13 624	14 076	15 716	17 632	17 997	19 781
Mandioca	2 026	2 062	2 021	3 026	2 758	3 153
Mamona	73	59	912	414	1 427	988
Máquinas e aparelhos para a agricultura	25 740	28 697	28 900	40 914	40 844	45 795
Metalúrgica	679 640	701 337	771 461	900 422	920 736	985 090
Milho	1 571	1 599	1 904	1 347	1 553	1 423
Papel e papelão	88 366	99 409	110 824	124 664	131 039	139 626
Pescado	11 241	11 238	12 307	17 813	18 653	21 925
Petróleo	2 020	1 990	2 207	1 799	1 720	1 801
Produtos farmacêuticos e medicinais	49 131	48 374	54 492	58 613	61 703	63 211
Sacaria	9 800	10 515	10 605	7 957	8 464	9 261
Soja	14 954	13 652	14 732	20 274	18 553	21 062
Têxtil	686 761	710 234	770 073	849 862	901 979	981 858
Tratores agrícolas e implementos	5 818	5 772	6 029	3 859	3 807	4 119
Trigo estrangeiro	77 951	79 593	74 511	100 822	101 740	104 811
Veículos automotores, autopeças e acessórios	(1) 138 318	(1) 140 659	(1) 147 374	184 007	190 236	205 576
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	264 107	278 988	298 669	359 584	377 069	395 635
Embarcações, motores, peças e acessórios	1 524	1 351	1 349	221	224	237
Outros materiais elétricos e de comunicações	102 293	108 547	111 332	137 227	136 109	145 095
Outros veículos e materiais de transporte	15 257	15 327	19 217	24 047	23 596	24 813
Outros produtos alimentares	256 093	270 940	299 836	356 363	376 137	413 884
Outros produtos da indústria mecânica	120 606	124 164	137 197	170 161	178 760	197 232
Outros produtos químicos	123 191	127 206	137 988	194 560	209 457	213 107
Outros	(1) 1 237 157	(1) 291 635	(1) 388 236	1 696 813	1 727 972	1 844 463
CONSTRUÇÃO CIVIL	18 324	20 120	21 270	28 106	28 972	26 824
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	38 732	39 285	43 284	37 398	36 851	40 499
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	3 557	3 552	4 658	4 655	4 598	3 423
COMPOSIÇÕES	27 873	26 675	28 016	34 029	33 010	34 576
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	7 501	7 564	8 642	8 937	8 985	10 220
ARMAZENAMENTO	500	500	543	236	486	499
OUTROS FINS	(1) 311 954	(1) 322 493	(1) 353 669	40 999	40 460	43 007
CONVÊNIO COM O IBC-GERCA	—	—	—	—	—	—
TOTAL	4 948 814	5 114 750	5 499 970	6 485 300	6 621 834	7 037 055

(1) Inclusive operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
MERCADO INTERNO	837 024	874 143	852 450	785 834	908 000	962 894
Agave ou sisal	2 397	2 316	1 607	1 890	1 820	1 982
Algodão	81 621	84 416	85 755	66 020	67 601	69 132
Amendoim	1 742	1 517	1 150	2 236	1 520	1 455
Arroz	60 140	48 679	39 639	40 625	36 437	35 696
Babaçu	2 813	3 047	4 085	3 749	3 908	4 339
Cacau	1 015	900	918	1 107	1 145	983
Café	626 980	678 006	667 366	609 344	737 505	792 488
Castanha-do-Pará	2 908	489	989	984	1 403	1 109
Cera de carnaúba	551	434	430	386	594	785
Feijão	5 960	5 489	4 401	3 464	2 989	3 658
Fumo	3 178	3 191	2 912	3 493	3 548	3 646
Girassol	40	38	—	18	7	—
Juta e malva	10 597	8 272	5 849	10 385	9 506	8 473
Mandioca	404	464	306	6 83	707	517
Mamona	272	372	378	202	86	84
Milho	4 877	4 820	4 742	4 801	4 432	4 165
Soja	3 111	3 014	2 885	3 489	2 034	1 634
Trigo	55	63	55	60	35	30
Outros	28 363	28 616	28 983	32 898	32 723	32 718
PARA EXPORTAÇÃO	15 365	14 897	4 711	6 079	6 854	7 509
Algodão	48	48	49	—	—	—
Cacau	380	380	404	—	—	—
Café	14 937	14 469	4 258	5 079	5 854	6 455
Outros	—	—	—	1 000	1 000	1 054
COMPOSIÇÕES	20 792	20 544	22 685	22 368	16 625	17 795
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	473	505	533	533	525	569
TOTAL	873 654	910 089	880 379	814 814	932 004	988 767

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
MERCADO INTERNO	40 037	33 203	31 453	54 844	50 840	47 411
Bovinos — engorda	8 030	6 048	4 696	4 586	4 196	4 283
Bovinos — produção de carne	3 087	2 956	2 971	2 119	2 608	2 196
Bovinos — produção de leite	468	566	193	201	186	159
Bovinos — recriação	75	52	59	28	21	21
Carne	4 405	3 916	4 187	28 395	21 172	15 125
Couros e peles	12 143	9 288	8 334	10 473	11 343	12 581
Lã	3 351	2 461	2 844	1 163	2 155	2 735
Leite	4 250	3 614	4 075	2 294	3 805	4 372
Pescado	751	760	656	395	513	728
Outros	3 477	3 542	3 438	5 190	4 841	5 211
COMPOSIÇÕES	1 870	1 810	1 756	1 613	1 463	1 446
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	69	69	73	40	40	42
TOTAL	41 976	35 082	33 282	56 497	52 343	48 899

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL**EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
MERCADO INTERNO	1 766 010	1 778 726	1 783 340	1 568 930	1 603 902	1.744 989
Açúcar	374 221	412 045	447 916	294 055	306 331	392 861
Atribos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	2 155	2 430	2 490	4 048	3 475	3 608
Agave ou sisal	—	—	—	—	—	—
Algodão	10 770	9 548	7 935	5 702	5 915	6 385
Amendoim	378	161	135	—	—	—
Aparelhos eletrodomésticos	43 017	41 938	42 322	47 247	48 878	51 991
Arroz	11 209	9 938	4 768	5 734	5 717	5 757
Borracha	6 101	5 960	5 788	7 110	6 445	6 286
Carne	3 497	2 665	1 234	1 067	972	1 150
Carvão mineral	261	245	231	325	474	520
Feijão	350	301	96	—	—	—
Fumo	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	2 773	2 391	2 239	4 725	4 845	5 772
Mandioca	83	36	45	97	30	7
Mamona	—	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	15 253	14 904	13 857	21 973	20 754	22 567
Metalúrgica	84 050	81 952	71 971	81 072	79 855	86 962
Milho	135	96	49	10	34	90
Papel e papelão	14 815	11 657	10 111	12 081	12 319	12 504
Pescado	383	374	538	386	466	422
Produtos farmacêuticos e medicinais	20 549	20 702	18 232	24 551	24 926	27 097
Sacaria	2 071	2 057	2 082	2 283	1 818	1 974
Sal marinho	942	821	581	566	760	743
Soja	2 246	1 162	628	1 208	1 152	1 029
Têxtil	72 762	64 947	52 558	36 700	40 363	43 567
Tratores agrícolas e implementos	2 008	1 896	2 041	1 101	1 048	986
Veículos automotores, autopeças e acessórios	(1)427 615	(1)443 582	(1)475 694	316 456	322 129	330 369
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	49 077	45 779	41 976	46 558	48 055	46 358
Outros materiais elétricos e de comunicações	23 037	20 443	16 645	19 366	20 071	21 318
Outros veículos e materiais de transporte	6 253	5 438	2 734	3 240	3 426	3 941
Outros produtos alimentares	40 996	39 245	34 997	36 021	37 270	37 850
Outros produtos da indústria mecânica	59 726	56 855	54 725	60 113	61 842	70 035
Outros produtos químicos	33 029	34 383	34 416	18 019	18 625	18 662
Outros	(1)456 248	(1)444 775	(1)434 306	517 116	525 907	544 178
PARA EXPORTAÇÃO	4 300	3 179	2 636	1 691	1 478	1 449
Borracha	—	—	—	—	—	—
Cacau	4 270	3 149	2 580	546	333	293
Outros	30	30	56	1 145	1 145	1 156
DE IMPORTAÇÃO	23 495	22 600	23 562	34 091	33 037	35 437
Atribos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	60	148	32	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	65	80	69	47	41	18
Papel e papelão	15	2	19	19	16	32
Produtos farmacêuticos e medicinais	531	406	437	342	483	654
Veículos automotores, autopeças e acessórios	273	274	291	296	296	320
Outros materiais elétricos e de comunicações	582	603	620	1 093	1 061	1 163
Outros veículos e materiais de transporte	—	—	—	39	36	23
Outros produtos alimentares	222	185	305	110	131	120
Outros produtos da indústria mecânica	9 337	8 917	9 293	14 551	14 091	14 872
Outros produtos químicos	1 750	1 806	1 736	2 461	1 991	2 428
Outros	10 660	10 179	10 760	15 133	14 891	15 807
COMPOSIÇÕES	6 621	6 536	6 964	8 977	8 884	9 548
PARA INVESTIMENTOS — FIRAE	4 381	4 968	5 790	5 621	5 544	5 874
TOTAL	1 804 807	1 816 009	1 822 292	1 619 310	1 652 845	1 797 297

(1) Inclusive operações do PASEP.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	429 250	437 932	477 771	785 880	821 942	895 594
Acre	7 003	6 922	8 361	34 368	39 560	45 287
Amazonas	19 292	18 434	17 821	20 891	22 054	23 946
Pará	42 765	38 809	43 306	81 097	84 261	90 863
Maranhão	48 967	50 202	53 428	80 955	84 037	90 041
Piauí	66 863	69 920	76 430	104 334	106 752	113 573
Mato Grosso	228 777	237 967	261 568	447 714	468 192	513 122
Rondônia	9 034	9 155	9 803	6 208	6 526	7 260
Roraima	3 072	3 056	3 288	5 188	5 356	5 952
Amapá	3 477	3 467	3 766	5 125	5 204	5 550
2.ª REGIÃO	1 130 784	1 167 491	1 245 771	1 947 990	1 975 138	2 073 311
Ceará	157 104	159 443	168 767	281 348	285 247	295 326
Rio Grande do Norte	73 137	76 955	82 204	124 299	125 975	133 617
Pernambuco	147 079	155 983	168 748	229 580	232 283	239 195
Alagoas	228 932	232 058	245 640	417 195	421 636	440 987
Sergipe	136 017	135 715	136 769	237 446	233 694	236 355
Bahia	61 262	64 310	70 064	120 987	124 914	139 783
Bahia	327 253	343 027	373 579	537 135	551 389	588 048
3.ª REGIÃO	245 258	247 034	267 337	344 342	349 742	372 638
Espírito Santo	73 297	75 291	81 745	122 144	126 032	135 984
Rio de Janeiro	132 829	134 387	146 289	217 978	219 504	232 208
Guanabara	39 132	37 356	39 303	4 220	4 206	4 446
4.ª REGIÃO	1 231 443	1 293 955	1 419 311	1 796 998	1 859 761	2 001 487
Goiás	406 645	441 496	487 511	613 792	647 958	697 290
Distrito Federal	137 271	140 169	152 942	142 810	133 162	136 194
Minas Gerais	687 527	712 290	778 858	1 040 396	1 078 641	1 168 003
5.ª REGIÃO	1 015 129	1 055 602	1 167 235	1 514 023	1 593 239	1 774 706
São Paulo	1 015 129	1 055 602	1 167 235	1 514 023	1 593 239	1 774 706
6.ª REGIÃO	916 244	890 084	968 831	1 607 041	1 600 190	1 733 295
Paraná	678 320	649 899	716 251	1 263 213	1 249 299	1 363 742
Santa Catarina	237 924	240 185	252 580	343 828	350 891	369 553
7.ª REGIÃO	2 307 323	2 801 282	3 330 996	3 121 246	3 265 267	3 652 425
Rio Grande do Sul	2 307 323	2 801 282	3 330 996	3 121 246	3 265 267	3 652 425
BRASIL	7 275 431	7 893 380	8 877 252	11 117 520	11 465 279	12 503 456
GRANDES REGIÕES						
NORTE	84 643	79 843	86 345	152 877	162 961	178 858
NORDESTE	1 246 614	1 287 613	1 375 629	2 133 279	2 165 927	2 276 925
SUDESTE	1 947 914	2 014 926	2 213 430	2 898 761	3 021 622	3 315 347
SUL	3 223 567	3 691 366	4 299 827	4 728 287	4 865 457	5 385 720
CENTRO-OESTE	772 693	819 632	902 021	1 204 316	1 249 312	1 346 606

CARTEIRA DE CÂMBIO**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	12 409	14 112	18 070	29 917	35 256	36 269
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	11 128	12 769	16 755	29 023	34 040	35 203
Pará	167	230	202	791	1 116	769
Maranhão	1 114	1 113	1 113	49	81	297
Piauí	—	—	—	54	19	—
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	35 303	35 460	37 950	33 216	34 496	41 303
Ceará	1 817	1 601	1 493	2 175	1 557	1 981
Rio Grande do Norte	333	360	441	571	790	601
Paraíba	2 236	2 176	2 266	1 227	813	937
Pernambuco	9 896	12 179	12 432	10 346	10 226	9 258
Alagoas	85	26	700	791	589	575
Sergipe	—	—	—	121	27	32
Bahia	20 936	19 118	20 618	17 985	20 494	27 919
3.ª REGIÃO	321 398	325 809	326 494	331 326	322 939	338 912
Espírito Santo	19 663	16 758	17 137	9 422	7 331	7 097
Rio de Janeiro	1 864	3 110	3 479	4 795	5 709	5 457
Guanabara	299 871	305 941	305 878	317 109	309 899	326 358
4.ª REGIÃO	28 751	18 435	10 612	10 203	9 294	8 240
Golás	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	28 751	18 435	10 612	10 203	9 294	8 240
5.ª REGIÃO	272 027	274 979	296 487	364 444	361 039	349 221
São Paulo	272 027	274 979	296 487	364 444	361 039	349 221
6.ª REGIÃO	22 339	19 312	17 034	26 405	26 009	26 378
Paraná	9 642	8 423	5 864	12 449	11 914	9 252
Santa Catarina	12 697	10 889	11 170	13 956	14 095	17 126
7.ª REGIÃO	78 571	79 411	59 579	121 259	121 720	128 459
Rio Grande do Sul	78 571	79 411	59 579	121 259	121 720	128 459
BRASIL	770 798	767 518	766 226	916 770	910 753	928 782
GRANDES REGIÕES						
NORTE	11 295	12 999	16 957	29 814	35 156	35 972
NORDESTE	36 417	36 573	39 063	33 319	34 596	41 600
SUDESTE	622 176	619 223	633 593	705 973	693 272	696 373
SUL	100 910	98 723	76 613	147 664	147 729	154 837
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—

CARTEIRA DE CÂMBIO

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
AGRÍCOLA	—	—	—	314	313	353
Mercado Interno	—	—	—	314	313	353
Arroz	—	—	—	—	—	40
Outros	—	—	—	314	313	313
ANIMAL	44	30	182	121	147	313
Mercado Interno	44	30	182	121	147	313
INDUSTRIAL	260 453	267 752	240 248	314 232	314 722	335 748
Indústrias Extrativas	64	87	27	148	99	112
Indústrias de Transformação	260 011	267 248	239 638	311 606	312 784	333 995
Açúcar	—	—	—	—	—	—
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	12 862	14 932	10 857	20 931	21 197	12 439
Aparelhos eletrodomésticos	3 421	3 358	4 787	5 793	7 265	9 856
Borracha	533	804	636	1 106	737	631
Máquinas e aparelhos para a agricultura	240	396	1 474	1 681	860	1 142
Metalúrgica	59 003	65 259	46 921	67 945	62 034	75 894
Papel e papelão	3 413	6 250	6 167	6 149	7 572	8 076
Pescado	580	622	677	2 596	2 084	2 065
Produtos farmacêuticos e medicinais	3 417	7 881	10 958	1 069	632	698
Veículos automotores, autopeças e acessórios	3 025	6 968	7 783	4 069	5 793	6 408
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8 130	9 003	9 647	15 637	17 058	14 775
Outros materiais elétricos e de comunicações	8 375	7 226	11 852	16 249	10 075	12 616
Outros veículos e materiais de transporte	383	386	331	82	65	361
Outros produtos alimentares	3 627	5 964	5 702	3 636	3 473	5 149
Outros produtos da indústria mecânica	9 370	8 815	7 992	11 872	12 486	14 706
Outros produtos químicos	55 261	54 240	33 755	57 788	62 876	66 915
Outros	88 371	75 144	80 099	95 003	98 577	102 264
Construção Civil	116	37	—	450	444	444
Serviços Industriais de Utilidade Pública	—	97	97	621	567	334
Outros Fins	262	283	486	1 407	828	863
TOTAL	260 497	267 782	240 430	314 667	315 182	336 414

CARTEIRA DE CÂMBIO

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	1 078	939	795	662	932	906
Mercado Interno	114	114	285	0	270	244
Algodão	9	9	9	—	—	—
Arroz	—	—	—	—	235	209
Café	—	—	186	—	—	—
Cera de carnaúba	105	105	90	0	0	0
Outros	—	—	—	—	35	35
De Importação	964	825	510	601	601	601
Composições	—	—	—	61	61	61
DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	325	483	747	887	473	550
Mercado Interno	252	273	341	132	146	259
Carne	—	—	—	—	—	—
Couros e peles	197	209	277	132	146	259
Lã	55	64	64	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—
De Importação	73	210	406	755	327	291
DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	342 683	334 037	356 800	455 446	451 842	446 886
Mercado Interno	17 504	18 275	18 079	22 272	21 658	25 140
Açúcar	—	—	—	—	—	—
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	90	90	90	418	28	23
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	5	1	1
Máquinas e aparelhos para a agricultura	113	37	26	202	207	198
Metalúrgica	260	427	466	436	626	1 102
Produtos farmacêuticos e medicinais	214	232	280	1 246	1 066	1 640
Veículos automotores, autopeças e acessórios	969	973	2 053	1 345	1 132	1 579
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	—	—	—	5	3	—
Outros materiais elétricos e de comunicações	360	437	425	696	561	625
Outros veículos e materiais de transporte	8	127	95	1	127	108
Outros produtos alimentares	1 240	1 623	1 884	599	594	1 003
Outros produtos da indústria mecânica	615	787	950	1 535	1 530	1 478
Outros produtos químicos	5 248	5 324	5 872	4 349	4 906	6 129
Outros	8 387	8 208	5 938	11 435	10 877	11 254
De Importação	324 993	315 579	338 541	414 544	411 554	404 257
Adubos, corretivos, fertilizantes e suplementos minerais	1 169	1 501	1 775	2 259	1 819	1 486
Aparelhos eletrodomésticos	—	—	—	—	—	—
Máquinas e aparelhos para a agricultura	2 688	1 006	576	2 765	2 308	930
Produtos farmacêuticos e medicinais	596	701	877	1 453	1 637	1 408
Outros materiais elétricos e de comunicações	783	113	97	889	822	764
Outros veículos e materiais de transporte	—	—	68	107	167	145
Outros produtos alimentares	1 701	1 243	1 379	2 047	2 508	2 804
Outros produtos da indústria mecânica	6 903	8 316	8 727	17 395	16 256	20 241
Outros produtos químicos	3 155	2 750	2 291	2 923	3 595	4 858
Outros	307 998	299 949	322 751	384 706	382 442	371 621
Composições	—	—	—	18 630	18 630	17 489
TOTAL	344 086	335 459	358 342	456 995	453 247	448 342

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Salos em Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	4 600	4 268	4 483	8 271	9 757	9 471
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	250	250	415	99	299	607
Pará	2 234	1 835	1 676	5 882	6 853	6 396
Maranhão	64	64	64	66	66	67
Piauí	1 723	1 791	1 978	2 210	2 247	2 081
Mato Grosso	29	28	28	14	292	320
Rondônia	300	300	322	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	24 166	24 557	23 367	26 119	28 980	30 369
Ceará	3 694	3 717	3 764	6 744	6 690	7 555
Rio Grande do Norte	1 464	1 468	1 472	1 525	1 530	1 534
Paraíba	727	733	652	599	599	869
Pernambuco	15	15	16	279	531	969
Alagoas	—	—	—	505	500	323
Sergipe	—	—	—	—	—	—
Bahia	18 266	18 624	17 463	16 497	19 130	19 119
3.ª REGIÃO	21 736	2 522	2 662	220 990	228 257	225 707
Espírito Santo	—	—	—	1 797	1 797	1 939
Rio de Janeiro	650	800	829	825	825	845
Guanabara	21 086	1 722	1 833	218 368	225 635	222 923
4.ª REGIÃO	356 975	440 449	506 991	186 539	150 461	177 388
Goiás	—	—	—	320	320	350
Distrito Federal	356 519	437 923	504 417	179 302	142 185	168 552
Minas Gerais	456	2 526	2 574	6 917	7 956	8 486
5.ª REGIÃO	134 339	142 268	153 153	239 256	342 101	372 122
São Paulo	134 339	142 268	153 153	239 256	342 101	372 122
6.ª REGIÃO	40 034	44 618	49 314	68 456	70 747	78 103
Paraná	18 890	23 808	24 153	35 993	38 060	42 200
Santa Catarina	21 144	20 810	25 161	32 463	32 687	35 903
7.ª REGIÃO	42 274	45 443	44 975	64 321	78 481	83 236
Rio Grande do Sul	42 274	45 443	44 975	64 321	78 481	83 236
BRASIL	624 124	704 125	784 945	813 982	908 784	976 396
GRANDES REGIÕES						
NORTE	2 784	2 385	2 413	5 981	7 152	7 003
NORDESTE	25 953	26 412	25 409	28 425	31 293	32 517
SUDESTE	156 531	147 316	158 389	467 163	578 314	606 315
SUL	82 308	90 061	94 289	132 777	149 228	161 339
CENTRO-OESTE	356 548	437 951	504 445	179 636	142 797	169 222

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**EMPRÉSTIMOS**

Saldos em Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
A PRODUÇÃO INDUS- TRIAL	189 914	182 676	190 889	279 772	293 409	304 929
Indústrias de Transfor- mação	167 542	178 154	186 243	261 738	275 885	289 820
Aparelhos eletrodomés- ticos	1 940	2 400	2 436	2 400	2 400	2 422
Máquinas e aparelhos para a agricultura	180	163	180	350	350	395
Pescado	—	100	102	1 680	1 680	1 978
Veículos automotores, autopeças e acessó- rios	4 060	4 060	4 248	5 203	5 154	5 241
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	10 846	11 786	14 042	23 901	26 708	31 574
Outros materiais elétri- cos e de comunica- ções	11 525	11 426	11 903	5 569	5 552	5 643
Outros veículos e ma- teriais de transporte	1 500	1 500	1 500	600	600	628
Outros produtos alimen- tares	21 956	22 366	21 442	25 606	27 083	29 405
Outros produtos da in- dústria mecânica	15 452	15 005	16 385	18 595	19 405	19 291
Outros produtos quími- cos	2 580	2 526	2 433	7 371	7 060	9 058
Outros	97 503	106 822	111 572	170 463	179 893	184 185
Operações Vinculadas ao FINEX	22 372	4 522	4 646	18 034	17 524	15 109
AO COMÉRCIO DE PRO- DUTOS AGRÍCOLAS	6 231	6 268	6 304	5 830	5 816	5 911
Operações Vinculadas ao FINEX	6 231	6 268	6 304	5 830	5 816	5 911
AO COMÉRCIO DE PRO- DUTOS INDUSTRIAIS	427 979	515 181	587 752	528 380	609 559	665 556
Para Exportação	299 566	373 288	415 568	177 195	140 243	162 645
Açúcar	298 986	372 685	414 824	173 195	136 243	162 645
Mel rico	580	603	744	4 000	4 000	—
Operações Vinculadas ao FINEX	128 413	141 893	172 184	351 185	469 316	502 911
TOTAL	624 124	704 125	784 945	813 982	908 784	976 396

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Números de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	97	94	102	131	116	60
Acre	—	4	15	4	1	3
Amazonas	6	5	3	2	1	3
Pará	2	4	9	11	10	6
Maranhão	52	31	33	49	46	16
Piauí	32	41	31	58	38	28
Mato Grosso	2	9	11	4	18	2
Rondônia	2	—	—	1	1	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	1	—	—	2	1	2
2.ª REGIÃO	194	234	254	265	245	144
Ceará	115	98	130	149	137	43
Rio Grande do Norte	17	23	21	23	9	11
Paraíba	13	24	15	16	23	17
Pernambuco	22	38	37	27	29	26
Alagoas	6	6	9	7	7	7
Sergipe	8	14	10	25	14	16
Bahia	13	31	32	18	26	24
3.ª REGIÃO	101	99	87	96	112	88
Espírito Santo	6	15	16	10	16	15
Rio de Janeiro	39	44	30	33	38	48
Guanabara	56	40	41	53	58	25
4.ª REGIÃO	98	90	85	98	113	111
Goiás	10	10	12	10	17	13
Distrito Federal	—	2	—	—	—	—
Minas Gerais	88	78	73	88	96	98
5.ª REGIÃO	366	301	236	442	505	332
São Paulo	366	301	236	442	505	332
6.ª REGIÃO	163	174	137	222	234	181
Paraná	76	89	62	119	127	83
Santa Catarina	87	85	75	103	107	98
7.ª REGIÃO	164	195	172	154	163	126
Rio Grande do Sul	164	195	172	154	163	126
BRASIL	1 183	1 187	1 073	1 408	1 488	1 042
GRANDES REGIÕES						
NORTE	11	13	27	20	14	14
NORDESTE	278	306	318	372	329	188
SUDESTE	555	478	396	626	713	518
SUL	327	369	309	376	397	307
CENTRO-OESTE	12	21	23	14	35	15

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	4 635	5 718	7 449	6 020	10 577	1 434
Acre	—	231	688	104	11	89
Amazonas	482	1 932	2 648	498	200	36
Pará	59	177	987	1 378	2 170	275
Maranhão	2 619	1 652	1 198	1 817	3 378	321
Piauí	1 106	1 345	1 404	1 785	1 046	464
Mato Grosso	273	381	524	206	3 662	128
Rondônia	61	—	—	168	10	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	35	—	—	64	100	121
2.ª REGIÃO	15 214	31 182	35 738	58 831	49 855	35 602
Ceará	8 951	7 598	14 147	18 538	15 799	7 010
Rio Grande do Norte	59	2 260	1 236	2 797	405	1 402
Paraíba	776	3 367	3 294	1 373	2 794	3 690
Pernambuco	3 574	12 029	8 406	7 820	26 231	21 092
Alagoas	578	4 044	4 581	25 336	249	603
Sergipe	308	681	1 351	378	140	745
Bahia	968	1 203	2 723	2 589	4 237	1 060
3.ª REGIÃO	20 176	13 124	12 727	13 516	19 449	10 474
Espírito Santo	54	1 019	666	2 476	1 083	509
Rio de Janeiro	4 922	3 530	2 953	1 987	6 123	2 977
Guanabara	15 200	8 575	9 108	9 053	12 243	6 988
4.ª REGIÃO	8 929	7 403	7 559	10 853	7 367	17 861
Goiás	119	266	623	1 970	1 474	1 073
Distrito Federal	—	148	—	—	—	—
Minas Gerais	8 810	6 989	6 936	8 883	5 893	16 788
5.ª REGIÃO	74 182	51 758	51 649	67 835	91 100	56 670
São Paulo	74 182	51 758	51 649	67 835	91 100	56 670
6.ª REGIÃO	16 067	13 401	11 452	25 821	23 757	21 595
Paraná	6 915	5 493	4 294	13 166	14 225	8 261
Santa Catarina	9 152	7 908	7 158	12 655	9.532	13 334
7.ª REGIÃO	17 679	19 086	13 571	26 974	19 614	14 856
Rio Grande do Sul	17 679	19 086	13 571	26 974	19 614	14 856
BRASIL	156 882	141 672	140 145	209 850	221 719	158 492
GRANDES REGIÕES						
NORTE	637	2 340	4 323	2 212	2 491	521
NORDESTE	18 939	34 179	38 340	62 433	54 279	36387
SUDESTE	103 168	71 871	71 312	90 234	116 442	83 932
SUL	33 746	32 487	25 023	52 795	43 371	36 451
CENTRO-OESTE	392	795	1 147	2 176	5 136	1 201

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	67	49	45	70	43	43
Acre	5	13	8	3	—	—
Amazonas	6	5	7	5	4	1
Pará	5	2	6	6	4	8
Maranhão	16	6	11	9	10	10
Piauí	27	19	7	30	13	12
Mato Grosso	6	3	6	12	7	12
Rondônia	—	—	—	—	2	—
Roraima	—	—	—	1	—	—
Amapá	2	1	—	4	3	—
2.ª REGIÃO	152	133	103	300	179	125
Ceará	77	42	35	157	86	65
Rio Grande do Norte	8	11	6	23	11	4
Paraíba	13	20	5	25	13	12
Pernambuco	24	18	23	36	24	24
Alagoas	3	10	5	4	7	7
Sergipe	9	16	14	24	19	2
Bahia	18	16	15	31	19	11
3.ª REGIÃO	92	72	60	118	99	83
Espírito Santo	12	10	9	13	11	11
Rio de Janeiro	29	30	21	46	46	31
Guanabara	51	32	30	59	42	41
4.ª REGIÃO	77	78	145	104	108	62
Goiás	10	12	9	15	14	11
Distrito Federal	—	—	—	—	—	1
Minas Gerais	67	66	136	89	94	50
5.ª REGIÃO	225	195	246	361	372	313
São Paulo	225	195	246	361	372	313
6.ª REGIÃO	128	103	113	170	137	140
Paraná	79	48	56	78	60	70
Santa Catarina	49	55	57	92	77	70
7.ª REGIÃO	121	116	125	138	137	133
Rio Grande do Sul	121	116	125	138	137	133
BRASIL	862	746	837	1 261	1 075	899
GRANDES REGIÕES						
NORTE	18	31	21	19	13	9
NORDESTE	195	148	121	339	202	147
SUDESTE	384	333	442	568	565	446
SUL	249	219	238	308	274	273
CENTRO-OESTE	16	15	15	27	21	24

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial**CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA**

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	2 959	3 042	3 931	3 581	5 522	5 603
Acre	209	592	512	55	—	—
Amazonas	274	1 699	1 983	1 466	2 335	23
Pará	1 267	8	384	246	40	164
Maranhão	532	92	775	489	490	4 520
Piauí	398	512	112	734	175	476
Mato Grosso	189	119	165	396	726	420
Rondônia	—	—	—	—	1 599	—
Roraima	—	—	—	40	—	—
Amapá	90	20	—	155	157	—
2.ª REGIÃO	32 987	28 262	15 841	72 406	19 367	97 699
Ceará	7 639	4 815	2 510	15 412	7 667	5 434
Rio Grande do Norte	6 898	1 814	323	9 605	1 464	942
Paraíba	1 717	2 136	3 007	4 798	3 289	2 323
Pernambuco	12 154	17 218	7 574	35 850	2 412	86 171
Alagoas	168	1 510	291	42	3 551	1 499
Sergipe	45	170	418	332	130	14
Bahia	4 366	599	1 718	8 367	854	1 316
3.ª REGIÃO	20 208	8 681	6 579	16 036	16 480	15 506
Espírito Santo	514	248	376	459	2 308	468
Rio de Janeiro	1 993	1 697	1 013	3 367	5 297	3 043
Guanabara	17 701	6 736	5 190	12 210	8 875	11 995
4.ª REGIÃO	4 813	6 582	16 754	12 175	14 001	12 421
Goiás	288	2 007	243	953	1 462	450
Distrito Federal	—	—	—	—	—	90
Minas Gerais	4 525	4 575	16 511	11 222	12 539	11 881
5.ª REGIÃO	24 457	24 266	35 809	60 091	89 931	81 827
São Paulo	24 457	24 266	35 809	60 091	89 931	81 827
6.ª REGIÃO	7 342	12 030	10 160	16 545	23 701	22 927
Paraná	5 332	5 047	5 324	7 663	7 961	15 627
Santa Catarina	2 010	6 983	4 836	8 882	15 740	7 300
7.ª REGIÃO	16 442	27 832	29 597	18 473	26 278	23 802
Rio Grande do Sul	16 442	27 832	29 597	18 473	26 278	23 802
BRASIL	109 208	110 695	118 671	199 307	195 280	259 785
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 840	2 319	2 879	1 962	4 131	187
NORDESTE	33 917	28 866	16 728	73 629	20 032	102 695
SUDESTE	49 190	37 522	58 899	87 349	118 950	109 214
SUL	23 784	39 862	39 757	35 018	49 979	46 729
CENTRO-OESTE	477	2 126	408	1 349	2 188	960

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial

CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Dez 1971			Jan/Dez 1972		
	Total	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	803	579	224	910	688	222
Acre	83	13	70	48	19	29
Amazonas	59	35	24	32	22	10
Pará	64	41	23	92	57	35
Maranhão	260	244	16	302	267	35
Piauí	250	203	47	301	258	43
Mato Grosso	70	31	39	111	45	66
Rondônia	6	2	4	8	6	2
Roraima	2	2	—	2	1	1
Amapá	9	8	1	14	13	1
2.ª REGIÃO	1 958	1 706	252	2 229	1 975	254
Ceará	852	796	56	1 064	1 014	50
Rio Grande do Norte	166	144	22	173	154	19
Paraíba	163	142	21	196	170	26
Pernambuco	277	226	51	292	226	66
Alagoas	85	73	12	89	78	11
Sergipe	126	113	13	164	144	20
Bahia	289	212	77	251	189	62
3.ª REGIÃO	964	757	207	1 040	754	286
Espírito Santo	120	85	35	125	81	44
Rio de Janeiro	347	259	88	432	292	140
Guanabara	497	413	84	483	381	102
4.ª REGIÃO	1 101	795	306	1 117	744	373
Goiás	126	59	67	172	72	100
Distrito Federal	5	4	1	2	1	1
Minas Gerais	970	732	238	943	671	272
5.ª REGIÃO	3 507	2 944	563	3 686	2 972	714
São Paulo	3 507	2 944	563	3 686	2 972	714
6.ª REGIÃO	1 453	915	538	1 770	1 053	717
Paraná	625	444	181	805	520	285
Santa Catarina	828	471	357	965	533	432
7.ª REGIÃO	1 664	954	710	1 576	1 018	558
Rio Grande do Sul	1 664	954	710	1 576	1 018	558
BRASIL	11 450	8 650	2 800	12 328	9 204	3 124
GRANDES REGIÕES						
NORTE	223	101	122	196	118	78
NORDESTE	2 468	2 153	315	2 832	2 500	332
SUDESTE	5 441	4 433	1 008	5 669	4 397	1 272
SUL	3 117	1 869	1 248	3 346	2 071	1 275
CENTRO-OESTE	201	94	107	285	118	167

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Dez 1971			Jan/Dez 1972		
	Total	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	42 545	29 192	13 353	52 585	42 045	10 540
Acre	3 750	292	3 458	1 792	474	1 318
Amazonas	13 056	9 313	3 743	7 274	6 440	834
Pará	4 219	1 863	2 356	5 615	4 548	1 067
Maranhão	11 046	10 302	744	19 563	17 497	2 066
Piauí	5 985	4 380	1 605	6 800	6 238	562
Mato Grosso	3 638	2 398	1 240	8 737	4 310	4 427
Rondônia	539	342	197	2 009	1 900	109
Roraima	12	12	—	80	40	40
Amapá	300	290	10	655	598	57
2.ª REGIÃO	260 129	218 050	42 079	503 255	270 771	232 484
Ceará	55 894	51 648	4 246	78 038	73 169	4 869
Rio Grande do Norte	15 396	14 125	1 271	19 075	18 491	584
Paraíba	21 368	21 119	249	24 975	24 138	777
Pernambuco	100 425	83 535	16 890	247 334	90 847	156 487
Alagoas	33 277	25 510	7 767	104 004	37 962	66 042
Sergipe	6 887	4 275	2 612	5 307	4 937	370
Bahia	26 882	17 838	9 044	24 522	21 167	3 355
3.ª REGIÃO	216 119	162 778	53 341	205 209	158 800	46 409
Espírito Santo	6 014	5 242	772	11 838	9 805	2 033
Rio de Janeiro	49 626	42 778	6 848	80 319	48 694	31 625
Guanabara	160 479	114 758	45 721	113 052	100 301	12 751
4.ª REGIÃO	114 175	96 333	17 842	144 249	109 511	34 738
Goiás	11 182	8 963	2 219	15 461	8 183	7 278
Distrito Federal	328	260	68	5 987	90	5 897
Minas Gerais	102 665	87 110	15 555	122 801	101 238	21 563
5.ª REGIÃO	714 927	661 420	53 507	879 901	816 816	63 085
São Paulo	714 927	661 420	53 507	879 901	816 816	63 085
6.ª REGIÃO	124 851	91 414	33 437	208 139	160 901	47 238
Paraná	57 066	45 154	11 912	101 329	81 085	20 244
Santa Catarina	67 785	46 260	21 525	106 810	79 816	26 994
7.ª REGIÃO	205 191	124 634	80 557	247 258	204 508	42 750
Rio Grande do Sul	205 191	124 634	80 557	247 258	204 508	42 750
BRASIL	1 677 937	1 383 821	294 116	2 240 596	1 763 352	477 244
GRANDES REGIÕES						
NORTE	21 876	12 112	9 804	17 425	14 000	3 425
NORDESTE	277 160	232 732	44 428	529 618	294 506	235 112
SUDESTE	1 033 711	911 308	122 403	1 207 911	1 076 854	131 057
SUL	330 042	216 048	113 994	455 397	365 409	89 988
CENTRO-OESTE	15 148	11 621	3 527	30 245	12 583	17 662

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial

CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
CUSTEIO	578	497	574	8 650	977	802	677	9 204
Indústrias Extrativas	13	8	8	78	17	6	4	76
Extração de produtos minerais	13	8	8	78	17	6	4	76
Indústrias de Transformação	565	489	566	8 572	960	796	673	9 128
Minerais não metálicos	21	18	17	285	34	29	22	280
Metalúrgica	51	33	55	724	70	72	50	681
Mecânica	17	14	17	316	38	34	43	360
Material elétrico e de comunicações	13	9	12	239	20	21	23	219
Material de transporte	9	13	8	207	19	23	21	218
Madeira	52	43	61	612	56	57	44	595
Mobiliário	38	35	24	495	75	49	41	536
Papel e papelão	10	9	20	168	11	14	13	154
Borracha	6	6	6	104	14	11	9	101
Couros, peles e produtos similares	26	15	15	265	22	9	22	267
Química	12	19	17	234	15	21	28	223
Produtos farmacêuticos e medicinais	5	4	6	57	6	3	5	47
Produtos de perfumaria, sabões e velas	3	6	3	85	9	6	4	101
Produtos de matérias plásticas	11	3	8	157	25	15	15	181
Têxtil	105	62	98	1 418	110	87	60	1 006
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	67	64	78	1 089	98	87	70	1 171
Produtos alimentares	93	99	80	1 563	137	126	92	1 876
Bebidas	7	6	2	124	11	6	4	107
Fumo	—	—	—	22	2	—	—	24
Editorial e gráfica	10	16	15	202	21	19	22	197
Serviços	—	—	—	—	129	80	59	527
Diversas	9	15	24	206	38	27	26	257
INVESTIMENTO	284	249	263	2 800	284	273	222	3 124
Indústrias Extrativas	6	5	5	38	10	4	3	57
Extração de produtos minerais	6	5	5	38	10	4	3	57
Indústrias de Transformação	249	230	252	2 495	274	269	219	3 067
Minerais não metálicos	22	18	14	179	20	16	19	245
Metalúrgica	22	9	14	161	12	19	11	190
Mecânica	21	18	20	193	26	20	14	216
Material elétrico e de comunicações	2	7	4	27	2	4	3	36
Material de transporte	14	14	10	135	9	11	6	90
Madeira	31	25	26	274	40	27	27	363
Mobiliário	10	16	14	130	22	13	12	186
Papel e papelão	5	3	5	41	4	4	4	42
Borracha	6	4	2	44	6	3	4	50
Couros, peles e produtos similares	3	8	2	56	1	2	2	45
Química	3	7	3	39	3	4	5	46
Produtos farmacêuticos e medicinais	1	2	1	7	—	—	—	7
Produtos de perfumaria, sabões e velas	2	1	2	10	2	1	—	7
Produtos de matérias plásticas	6	4	11	53	12	5	3	59
Têxtil	10	14	10	106	10	11	9	112
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	22	19	4	157	14	21	8	211
Produtos alimentares	43	45	52	610	54	68	57	748
Bebidas	5	2	8	50	5	6	3	55
Fumo	—	—	—	—	—	—	—	3
Editorial e gráfica	8	8	12	86	13	10	15	137
Serviços	—	—	—	—	9	12	5	130
Diversas	13	6	38	137	10	12	12	89
Comércio e Serviços — FIRAE	29	14	6	267	—	—	—	—
TOTAL	862	746	837	11 450	1 261	1 075	899	12 328

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — Setor Industrial
CRÉDITOS CONCEDIDOS À INDÚSTRIA

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
CUSTEIO	82 368	73 261	87 248	1 383 821	149 051	172 738	163 709	1 763 352
Indústrias Extrativas	7 274	1 764	299	13 428	8 982	208	166	12 231
Extração de produtos minerais	7 274	1 764	299	13 428	8 982	208	166	12 231
Indústrias de Transformação	75 094	71 497	86 949	1 370 393	140 069	172 530	163 543	1 751 121
Minerais não metálicos	1 508	748	1 829	22 660	2 531	2 906	6 335	26 973
Metalúrgica	12 338	5 761	14 567	141 442	8 301	15 278	12 778	117 157
Mecânica	2 342	2 046	1 390	50 870	4 625	10 370	11 282	60 407
Material elétrico e de comunicações	1 807	2 310	2 507	54 876	2 632	5 611	5 051	39 289
Material de transporte	906	1 873	1 372	41 015	3 963	9 311	8 788	43 817
Madeira	3 166	1 986	3 647	38 288	4 004	6 002	3 449	42 662
Mobiliário	1 722	756	2 360	25 930	4 776	4 099	4 563	38 648
Papel e papelão	1 912	3 528	3 949	37 985	1 208	5 865	6 611	33 994
Borracha	212	1 152	2 130	14 479	1 954	3 441	1 509	17 736
Couros, peles e produtos similares	1 557	560	1 237	31 904	2 034	2 044	6 063	56 936
Química	3 179	2 310	3 383	43 268	7 340	6 602	7 010	53 249
Produtos farmacêuticos e medicinais	369	670	868	6 466	990	587	1 091	6 768
Produtos de perfumaria, sabões e velas	185	380	76	5 382	964	158	450	9 017
Produtos de matérias plásticas	2 128	180	852	26 996	3 266	5 256	4 445	29 386
Têxtil	28 053	16 792	27 848	278 008	40 674	38 968	31 302	321 523
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	2 390	3 205	4 643	72 036	9 199	14 720	10 572	88 024
Produtos alimentares	10 010	24 455	12 501	422 080	31 698	33 597	32 727	683 331
Bebidas	321	145	210	9 376	1 414	501	135	11 357
Fumo	—	—	—	6 199	1 089	—	—	9 888
Editorial e gráfica	474	1 374	1 348	22 489	2 987	2 405	3 344	26 922
Serviços	—	—	—	—	630	881	982	5 564
Diversas	515	1 266	232	18 644	3 790	3 930	5 056	28 475
INVESTIMENTO	26 840	37 434	31 423	294 116	50 256	22 542	96 076	477 244
Indústrias Extrativas	377	214	211	4 171	1 300	356	107	4 513
Extração de produtos minerais	377	214	211	4 171	1 300	356	107	4 513
Indústrias de Transformação	25 150	36 576	30 384	248 142	48 956	22 186	95 969	472 731
Minerais não metálicos	839	567	1 659	8 382	831	880	1 083	12 548
Metalúrgica	11 358	19 319	12 845	60 574	1 175	1 516	4 459	22 916
Mecânica	778	885	1 172	6 734	1 578	1 759	730	14 373
Material elétrico e de comunicações	75	728	94	1 577	538	166	217	3 547
Material de transporte	436	576	554	8 456	878	1 184	1 416	8 282
Madeira	1 315	1 772	971	10 782	1 540	2 205	1 683	17 501
Mobiliário	202	1 581	556	4 740	571	1 142	645	8 612
Papel e papelão	816	841	160	13 037	919	89	314	7 037
Borracha	1 170	181	97	4 200	325	314	295	3 417
Couros, peles e produtos similares	81	457	85	2 966	30	79	19	2 616
Química	187	441	231	4 171	203	312	319	5 016
Produtos farmacêuticos e medicinais	115	61	150	1 183	—	—	—	498
Produtos de perfumaria, sabões e velas	114	24	55	1 825	174	280	—	524
Produtos de matérias plásticas	476	236	591	3 228	1 247	395	184	5 670
Têxtil	436	2 021	991	15 127	1 039	915	2 494	20 121
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1 762	627	539	8 582	1 104	1 369	831	15 145
Produtos alimentares	3 163	5 722	3 393	58 652	33 975	7 171	77 390	288 020
Bebidas	543	98	767	6 683	522	122	204	4 054
Fumo	—	—	—	—	—	—	—	380
Editorial e gráfica	211	240	712	6 011	543	1 403	2 446	12 293
Serviços	—	—	—	—	684	361	323	14 027
Diversas	1 073	199	4 762	21 232	1 080	524	917	6 134
Comércio e Serviços — FIRAE	1 313	644	828	41 803	—	—	—	—
TOTAL	109 208	110 695	118 671	1 677 937	199 307	195 280	259 785	2 240 596

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	7 611	5 274	4 460	11 171	8 656	4 179
Acre	76	75	36	773	174	—
Amazonas	192	62	48	853	60	33
Pará	721	340	270	802	373	885
Maranhão	1 864	1 311	1 734	3 257	3 591	751
Piauí	2 667	2 135	1 699	2 766	2 672	1 687
Mato Grosso	2 040	1 307	630	2 686	1 748	759
Rondônia	22	21	1	17	26	14
Roraima	5	21	37	11	—	50
Amapá	24	2	5	6	12	—
2.ª REGIÃO	10 741	10 243	6 201	11 487	8 824	4 776
Ceará	2 188	2 642	1 379	3 051	2 089	1 368
Rio Grande do Norte	751	966	781	1 071	728	555
Paraíba	1 386	1 134	768	1 031	1 130	589
Pernambuco	1 626	1 903	904	1 796	2 135	807
Alagoas	335	323	277	301	297	233
Sergipe	891	844	726	1 189	720	360
Bahia	3 564	2 431	1 366	3 048	1 725	864
3.ª REGIÃO	2 867	2 246	1 776	3 308	2 246	1 383
Espírito Santo	1 587	1 139	886	1 900	1 317	790
Rio de Janeiro	1 277	1 101	881	1 403	924	590
Guanabara	3	6	9	5	5	3
4.ª REGIÃO	21 797	12 222	6 479	24 104	12 175	6 052
Goiás	5 433	2 881	1 249	6 346	3 112	1 018
Distrito Federal	46	37	39	52	35	17
Minas Gerais	16 318	9 304	5 191	17 706	9 028	5 017
5.ª REGIÃO	13 965	11 964	6 536	17 534	14 429	9 235
São Paulo	13 965	11 964	6 536	17 534	14 429	9 235
6.ª REGIÃO	12 881	11 612	7 700	15 788	13 677	8 998
Paraná	7 562	8 493	6 505	9 097	10 166	7 919
Santa Catarina	5 319	3 119	1 195	6 691	3 511	1 079
7.ª REGIÃO	17 889	11 737	4 774	16 226	12 933	5 543
Rio Grande do Sul	17 889	11 737	4 774	16 226	12 933	5 543
BRASIL	87 751	65 298	37 926	99 618	72 940	40 166
GRANDES REGIÕES						
NORTE	1 040	521	397	2 462	645	982
NORDESTE	15 272	13 689	9 634	17 510	15 087	7 214
SUDESTE	33 150	23 514	13 503	38 548	25 703	15 635
SUL	30 770	23 349	12 474	32 014	26 610	14 541
CENTRO-OESTE	7 519	4 225	1 918	9 084	4 895	1 794

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	44 990	34 235	42 076	122 689	91 087	53 985
Acre	877	889	1 898	7 592	1 147	—
Amazonas	1 283	637	853	6 990	1 367	1 534
Pará	3 814	3 718	4 763	11 204	9 917	8 138
Maranhão	7 256	5 565	11 934	14 882	17 188	5 715
Piauí	7 804	5 728	7 407	9 334	7 559	5 390
Mato Grosso	23 484	17 260	14 812	72 172	53 284	31 746
Rondônia	16	77	297	130	—	887
Roraima	16	77	297	130	—	887
Amapá	207	50	108	76	86	—
2.ª REGIÃO	92 891	89 442	66 546	123 734	93 302	103 077
Ceará	15 810	18 661	13 009	26 482	19 558	13 837
Rio Grande do Norte	10 015	7 399	6 275	7 134	6 931	9 922
Paraíba	17 105	15 349	10 580	13 255	12 612	6 905
Pernambuco	13 534	16 054	12 026	26 184	17 363	9 726
Alagoas	2 902	3 324	2 161	4 729	5 297	2 456
Sergipe	4 570	4 617	3 710	8 849	5 639	39 337
Bahia	28 955	24 038	18 785	37 101	25 902	20 901
3.ª REGIÃO	16 882	14 585	13 949	26 158	22 964	15 782
Espírito Santo	9 023	6 814	6 415	14 397	13 145	7 799
Rio de Janeiro	7 833	7 641	7 314	11 483	9 742	7 961
Guanabara	26	130	220	278	77	22
4.ª REGIÃO	165 344	110 511	74 561	261 637	167 974	91 063
Goiás	75 130	41 213	18 328	111 870	55 398	22 231
Distrito Federal	314	622	2 461	919	935	360
Minas Gerais	89 900	68 676	53 772	148 848	111 641	68 472
5.ª REGIÃO	216 404	155 648	98 969	318 316	282 356	193 693
São Paulo	216 404	155 648	98 969	318 316	282 356	193 693
6.ª REGIÃO	101 511	130 049	125 095	183 246	203 059	169 924
Paraná	85 174	117 592	119 477	152 620	183 648	161 726
Santa Catarina	16 337	12 457	5 618	30 626	19 411	8 198
7.ª REGIÃO	255 120	215 212	77 954	311 758	277 334	113 130
Rio Grande do Sul	255 120	215 212	77 954	311 758	277 334	113 130
BRASIL	893 142	749 682	499 150	1 347 538	1 138 076	740 654
GRANDES REGIÕES						
NORTE	6 446	5 682	7 923	26 301	13 056	11 134
NORDESTE	107 951	100 735	85 887	147 950	118 049	114 182
SUDESTE	323 186	238 909	166 690	493 322	416 961	277 947
SUL	356 631	345 261	203 049	495 004	480 393	283 054
CENTRO-OESTE	98 928	59 095	35 601	184 961	109 617	54 337

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (1)

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	6 726	4 475	3 802	10 030	7 758	3 516
Acre	68	60	16	737	146	—
Amazonas	168	47	38	772	32	22
Pará	653	276	219	670	299	786
Maranhão	1 728	1 105	1 591	3 094	3 444	594
Piauí	2 558	2 083	1 616	2 616	2 578	1 633
Mato Grosso	1 513	878	310	2 121	1 237	445
Rondônia	14	13	—	15	14	10
Roraima	1	11	10	—	—	26
Amapá	23	2	2	5	8	—
2.ª REGIÃO	7 498	7 242	4 069	7 692	5 828	3 069
Ceará	1 737	2 319	1 273	2 495	1 664	1 188
Rio Grande do Norte	583	877	702	776	547	436
Paraíba	1 145	942	521	472	587	307
Pernambuco	1 053	1 313	543	981	1 515	387
Alagoas	142	131	119	142	114	126
Sergipe	363	331	304	686	360	190
Bahia	2 475	1 329	607	2 140	1 041	435
3.ª REGIÃO	2 129	1 645	1 291	2 601	1 601	859
Espírito Santo	1 189	843	668	1 526	991	492
Rio de Janeiro	938	798	620	1 074	608	364
Guanabara	2	4	3	1	2	3
4.ª REGIÃO	18 163	8 920	4 024	20 262	9 848	4 358
Goiás	4 523	1 986	648	5 173	2 421	694
Distrito Federal	28	10	9	29	15	4
Minas Gerais	13 612	6 924	3 367	15 060	7 412	3 660
5.ª REGIÃO	12 879	11 026	5 733	16 608	13 548	8 444
São Paulo	12 879	11 026	5 733	16 608	13 548	8 444
6.ª REGIÃO	10 985	9 721	6 572	13 099	11 743	7 834
Paraná	6 819	7 789	5 977	8 317	9 545	7 388
Santa Catarina	4 166	1 932	595	4 782	2 198	446
7.ª REGIÃO	14 912	9 100	3 340	13 317	10 012	4 030
Rio Grande do Sul	14 912	9 100	3 340	13 317	10 012	4 030
BRASIL	73 292	52 129	28 831	83 609	60 338	32 110
GRANDES REGIÕES						
NORTE	927	409	285	2 199	499	844
NORDESTE	11 784	10 430	2 276	13 402	11 850	5 296
SUDESTE	28 620	19 595	10 391	34 269	22 561	12 963
SUL	25 897	18 821	9 912	26 416	21 755	11 864
CENTRO-OESTE	6 064	2 874	967	7 323	3 673	1 143

(1) Inclusive Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (1)

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	30 609	21 933	25 611	88 280	66 884	36 090
Acre	570	227	473	5 439	636	—
Amazonas	804	426	480	5 271	958	1 287
Pará	2 454	2 875	3 628	6 907	7 144	5 549
Maranhão	4 955	3 244	9 912	11 554	13 854	2 926
Piauí	6 669	5 219	5 265	7 422	6 354	4 829
Mato Grosso	14 787	9 632	5 832	51 334	37 490	20 991
Rondônia	188	238	—	302	400	449
Roraima	1	22	17	—	—	139
Amapá	181	50	4	51	48	—
2.ª REGIÃO	55 212	53 939	37 893	74 463	51 884	72 877
Ceará	11 872	15 393	11 179	20 216	14 828	10 722
Rio Grande do Norte	8 968	6 811	5 586	5 491	5 582	7 799
Paraíba	12 343	11 198	7 748	9 091	7 415	3 724
Pernambuco	8 117	10 656	7 336	17 474	9 483	4 841
Alagoas	747	834	830	2 855	2 214	937
Sergipe	1 074	1 502	837	3 669	1 294	36 661
Bahia	12 091	7 545	4 377	15 667	11 068	8 193
3.ª REGIÃO	9 471	8 392	9 145	16 514	13 975	7 855
Espírito Santo	5 222	4 235	4 734	10 285	9 144	3 615
Rio de Janeiro	4 231	4 141	4 338	6 224	4 818	4 218
Guanabara	18	16	73	5	13	22
4.ª REGIÃO	131 830	79 762	47 536	210 281	122 631	61 140
Goiás	66 087	31 654	11 446	91 730	33 672	13 609
Distrito Federal	166	354	2 149	607	238	165
Minas Gerais	65 577	47 754	33 941	117 944	88 721	47 366
5.ª REGIÃO	201 506	140 837	86 064	301 453	264 389	178 557
São Paulo	201 506	140 837	86 064	301 453	264 389	178 557
6.ª REGIÃO	92 181	118 632	113 872	164 347	186 382	155 546
Paraná	79 450	110 678	111 149	143 415	173 680	151 588
Santa Catarina	12 731	7 954	2 723	20 932	12 682	3 958
7.ª REGIÃO	224 590	161 277	59 754	291 142	208 691	79 036
Rio Grande do Sul	224 590	161 277	59 754	291 142	208 691	79 036
BRASIL	745 399	584 772	379 875	1 146 480	914 816	591 091
GRANDES REGIÕES						
NORTE	4 198	3 838	4 602	17 970	9 186	7 434
NORDESTE	66 836	62 402	53 070	93 439	72 092	80 532
SUDESTE	276 554	196 983	129 150	435 911	367 085	233 778
SUL	316 771	279 909	173 626	455 489	395 053	234 582
CENTRO-OESTE	81 040	41 640	19 427	143 671	71 400	34 765

(1) Inclusive Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (1)

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Dez - 1971				Jan/Dez - 1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	43 215	33 748	1 123	8 344	53 071	40 853	1 658	10 560
Acre	370	328	1	41	1 233	1 123	1	109
Amazonas	1 780	1 711	47	22	2 938	2 365	25	548
Pará	3 390	2 693	72	625	6 363	4 599	73	1 691
Maranhão	7 580	6 837	277	466	10 011	9 049	321	641
Piauí	16 006	10 987	215	4 804	15 223	11 412	407	3 404
Mato Grosso	13 568	10 690	501	2 377	16 814	11 839	825	4 150
Rondônia	374	364	10	—	370	350	6	14
Roraima	83	76	—	7	59	57	—	2
Amapá	64	62	—	2	60	59	—	1
2.ª REGIÃO	111 614	74 052	1 954	35 608	105 328	80 380	1 767	23 181
Ceará	28 818	16 694	801	11 323	25 036	18 322	451	6 263
Rio Grande do Norte	10 997	5 151	123	5 723	9 440	6 199	118	3 123
Paraíba	17 860	11 377	342	6 141	15 419	12 295	379	2 745
Pernambuco	21 829	15 084	506	6 239	23 689	18 038	523	5 128
Alagoas	5 744	4 073	34	1 637	6 016	4 799	89	1 128
Sergipe	7 445	5 865	73	1 507	8 608	6 739	143	1 726
Bahia	18 921	15 808	75	3 038	17 120	13 988	64	3 068
3.ª REGIÃO	19 645	14 746	286	4 613	20 944	15 081	735	5 128
Espírito Santo	10 015	7 386	173	2 456	11 325	7 778	401	3 146
Rio de Janeiro	9 462	7 319	113	2 030	9 591	7 278	334	1 979
Guanabara	168	41	—	127	28	25	—	3
4.ª REGIÃO	98 414	78 832	4 495	15 087	110 847	80 734	6 735	23 378
Goiás	23 943	18 059	1 244	4 640	28 854	18 976	3 002	6 876
Distrito Federal	152	105	8	39	127	79	7	41
Minas Gerais	74 319	60 668	3 243	10 408	81 866	61 679	3 726	16 461
5.ª REGIÃO	72 576	55 964	1 732	14 880	89 558	61 682	2 350	25 526
São Paulo	72 576	55 964	1 732	14 880	89 558	61 682	2 350	25 526
6.ª REGIÃO	102 754	78 461	1 937	22 356	122 850	87 148	2 509	33 193
Paraná	66 350	51 725	1 732	12 893	84 255	59 205	2 158	22 892
Santa Catarina	36 404	26 736	205	9 463	38 595	27 943	351	10 301
7.ª REGIÃO	102 150	56 208	1 148	44 794	97 021	55 108	1 355	40 558
Rio Grande do Sul	102 150	56 208	1 148	44 794	97 021	55 108	1 355	40 558
BRASIL	550 368	392 011	12 675	145 682	599 619	420 986	17 109	161 524
GRANDES REGIÕES								
NORTE	6 061	5 234	130	697	11 023	8 553	105	2 365
NORDESTE	135 200	91 876	2 446	40 878	130 562	100 841	2 495	27 226
SUDESTE	166 540	131 378	5 261	29 901	192 368	138 442	6 811	47 115
SUL	204 904	134 669	3 085	67 150	219 871	142 256	3 864	73 751
CENTRO-OESTE	37 663	28 854	1 753	7 056	45 795	30 894	3 834	11 067

(1) Inclusive Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (1)

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Dez - 1971				Jan/Dez - 1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	238 200	145 936	33 277	58 987	527 843	255 304	44 983	227 558
Acre	2 550	768	—	1 782	10 424	6 719	23	3 682
Amazonas	13 501	5 911	7 275	315	15 894	11 099	3 995	800
Pará	29 571	19 876	3 774	5 921	56 706	37 211	3 370	16 125
Maranhão	36 005	16 482	10 548	8 975	45 119	29 690	10 663	4 766
Piauí	38 758	19 770	2 861	16 127	43 690	22 156	4 730	16 804
Mato Grosso	115 421	80 903	8 725	25 787	352 578	145 639	22 067	184 872
Rondônia	1 799	1 705	94	—	2 752	2 141	135	476
Roraima	151	122	—	29	215	197	—	18
Amapá	444	393	—	51	465	452	—	13
2.ª REGIÃO	625 046	384 855	45 638	194 553	915 166	504 852	89 201	321 113
Ceará	112 629	36 263	21 333	55 033	149 362	56 556	32 618	60 189
Rio Grande do Norte	48 128	14 608	2 217	31 303	65 710	23 126	10 812	31 772
Paraíba	81 753	30 276	9 005	42 472	80 047	40 380	13 786	25 881
Pernambuco	147 009	103 843	7 581	35 585	250 525	149 854	18 854	81 817
Alagoas	65 164	59 645	536	4 983	123 964	101 602	1 876	20 486
Sergipe	28 113	20 511	2 339	5 263	84 657	27 256	2 798	54 603
Bahia	142 250	119 709	2 627	19 914	160 901	106 078	8 457	46 366
3.ª REGIÃO	108 379	60 790	17 177	30 412	162 365	78 621	7 569	76 175
Espírito Santo	40 576	24 263	2 391	13 922	65 645	34 270	2 817	28 558
Rio de Janeiro	67 425	36 333	14 786	16 306	96 537	44 195	4 752	47 590
Guanabara	378	194	—	184	183	156	—	27
4.ª REGIÃO	704 965	492 712	79 905	132 348	1 163 062	637 992	154 858	370 212
Golás	305 695	228 103	30 176	47 416	456 928	280 259	80 451	96 218
Distrito Federal	7 843	1 084	6 517	242	6 711	1 124	4 021	1 566
Minas Gerais	391 427	263 525	43 212	84 690	699 423	356 609	70 386	272 428
5.ª REGIÃO	985 949	699 586	115 729	170 634	1 625 718	989 288	178 692	457 738
São Paulo	985 949	699 586	115 729	170 634	1 625 718	989 288	178 692	457 738
6.ª REGIÃO	859 488	515 622	115 502	228 364	1 642 260	821 881	268 230	552 149
Paraná	726 618	442 319	95 491	188 208	1 449 044	730 240	228 154	490 650
Santa Catarina	132 870	72 703	20 011	40 156	193 216	91 641	40 076	61 499
7.ª REGIÃO	1 560 564	846 268	259 556	454 740	2 193 389	1 368 547	389 355	435 487
Rio Grande do Sul	1 560 564	846 268	259 556	454 740	2 193 389	1 368 547	389 355	435 487
BRASIL	5 082 591	3 145 769	666 784	1 270 038	8 229 803	4 656 485	1 132 888	2 446 430
GRANDES REGIÕES								
NORTE	48 016	28 775	11 143	8 098	86 456	57 819	7 523	21 114
NORDESTE	699 809	421 107	59 047	219 655	1 003 975	556 698	104 594	342 683
SUDESTE	1 485 755	1 023 901	176 118	285 736	2 487 506	1 424 518	256 647	896 341
SUL	2 420 052	1 361 890	375 058	683 104	3 835 649	2 190 428	657 585	987 636
CENTRO-OESTE	428 959	310 096	45 418	73 445	816 217	427 022	106 539	282 656

(1) Inclusive Garantia de Preços Mínimos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (1)

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
CUSTEIO	55 602	37 101	19 755	392 011	62 262	43 875	22 136	420 986
Custeio de Entressafra	54 798	36 454	19 400	382 796	61 875	43 705	22 051	417 004
Algodão	5 948	2 707	1 369	57 861	4 752	2 800	1 175	58 589
Amendoim	851	226	58	8 059	624	160	35	5 515
Arroz	12 196	6 004	3 049	58 327	16 470	9 713	2 789	70 427
Batata-inglês	220	67	65	3 937	205	72	59	4 001
Cacau	484	263	140	4 869	287	200	81	3 583
Café	6 137	12 726	8 694	38 781	8 316	13 599	10 292	53 341
Cana-de-açúcar	410	677	743	6 890	705	488	382	7 908
Feijão	1 121	848	488	18 796	1 071	948	532	19 009
Frutas	1 175	1 143	204	9 061	604	489	293	5 795
Fumo	382	116	53	10 125	380	127	72	11 553
Hortaliças	543	443	301	7 914	440	416	247	6 878
Mandioca	2 130	1 385	575	22 014	3 456	1 486	404	23 407
Milho	16 286	6 006	1 840	89 374	15 046	5 001	1 881	85 563
Soja	5 469	3 640	1 201	17 674	5 563	5 569	2 330	21 753
Trigo	70	24	12	21 881	26	14	9	19 437
Outras culturas	1 376	179	608	1 233	3 930	1 623	1 470	20 245
Outras Aplicações	804	647	355	9 215	387	170	85	3 982
COMERCIALIZAÇÃO	698	537	458	12 675	753	449	241	17 109
Algodão	80	62	34	1 235	227	135	64	1 732
Amendoim	1	1	—	269	—	—	1	259
Arroz	76	21	16	2 875	131	60	14	6 267
Feijão	52	12	17	973	33	6	8	1 018
Milho	432	401	363	4 375	297	221	120	4 842
Soja	16	6	10	779	15	—	1	762
Outros produtos	24	21	3	413	36	10	24	412
Sacaria e/ou material de embalagem	9	8	9	1 405	13	13	7	1 688
Armazéns e similares	8	5	6	351	1	4	2	129
INVESTIMENTOS	16 992	14 491	8 618	145 682	20 594	16 014	9 733	161 524
Formação de Culturas Perenes	1 761	2 691	1 773	15 640	3 171	2 415	1 464	19 768
Melhoramento das Explorações	7 309	5 707	3 479	57 157	7 630	5 592	3 247	64 794
Armazéns e similares	399	213	106	3 175	411	305	147	4 985
Desbravamento de glebas rurais	1 450	913	477	9 172	1 538	1 014	670	11 397
Irrigação	699	863	434	5 543	620	636	347	4 911
Residências rurais	1 216	849	508	11 869	1 478	1 047	538	13 406
Outros	3 545	2 869	1 954	27 398	3 583	2 590	1 545	30 095
Máquinas, Equipamentos e Veículos	7 642	5 828	3 092	57 122	9 253	7 620	4 741	72 093
Implementos para preparação e cultivo do solo	1 742	1 362	727	9 652	3 412	3 001	2 205	18 372
Implementos para disposição da colheita	1 645	547	509	9 867	682	668	387	8 502
Tratores e implementos	1 337	2 106	1 067	15 031	2 189	1 824	1 159	18 630
Animais de serviço	2 251	1 250	467	16 251	2 049	1 347	495	18 372
Veículos e implementos	667	563	322	6 321	921	780	495	8 217
Outras Aplicações	280	265	274	15 763	540	387	281	4 869
TOTAL	73 292	52 129	28 831	550 368	83 609	60 338	32 110	599 619

(1) Inclusive Preços Mínimos.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL
CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA (1)

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
CUSTEIO	551 813	396 587	240 002	3 145 769	784 497	631 321	365 606	4 656 485
Custeio de Entressafrá	550 435	395 012	238 980	3 128 757	779 314	627 514	362 062	4 628 429
Algodão	119 986	42 626	18 383	481 383	114 732	36 025	15 392	517 789
Amendoim	8 246	2 432	620	45 770	8 367	2 874	490	42 646
Arroz	119 777	59 358	23 191	497 796	206 484	107 996	33 150	772 370
Batata-inglês	1 833	1 460	2 318	23 192	1 237	712	4 271	32 586
Cacau	3 576	1 480	762	81 444	1 990	1 677	1 137	56 297
Café	61 250	152 470	131 985	449 388	96 271	213 738	192 949	734 740
Cana-de-açúcar	4 276	5 770	7 601	194 016	10 527	9 769	8 364	302 168
Feijão	7 020	3 302	1 562	69 781	10 257	4 569	2 123	84 519
Frutas	7 175	11 372	4 553	50 863	6 383	6 219	6 398	56 149
Fumo	628	189	613	20 969	877	279	231	30 390
Hortaliças	1 273	4 458	3 094	40 099	2 216	1 858	1 569	30 494
Mandioca	5 387	2 879	1 555	45 825	9 654	3 748	1 539	62 171
Milho	81 359	33 702	14 552	366 945	96 463	44 505	16 149	442 734
Soja	120 533	73 329	24 545	315 382	184 385	176 728	62 248	611 699
Trigo	944	1 180	498	406 287	4 041	167	367	713 571
Outras culturas	7 172	4 005	3 148	39 617	25 430	16 650	15 685	138 106
Outras Aplicações	1 378	1 575	1 022	17 012	5 183	3 807	3 544	28 056
COMERCIALIZAÇÃO	21 113	21 836	12 458	666 784	47 966	26 620	18 222	1 132 888
Algodão	8 317	8 723	5 212	141 552	27 433	18 160	825	289 060
Amendoim	5	1	—	36 644	—	—	66	34 807
Arroz	2 467	897	153	178 134	9 046	5 237	962	310 707
Feijão	838	156	38	10 805	228	14	5	22 202
Milho	2 827	3 170	1 659	57 278	3 586	1 400	1 875	65 480
Soja	4 731	1 715	2 311	153 288	5 854	—	1 458	335 680
Outros produtos	1 392	2 654	477	49 647	1 391	637	12 497	42 502
Sacaria e/ou material de embalagem	483	492	2 560	24 587	425	1 138	520	29 853
Armazéns e similares	53	4 028	48	14 849	3	34	14	2 597
INVESTIMENTOS	172 473	166 349	127 415	1 270 038	314 017	256 875	207 263	2 440 430
Formação de Culturas Perenes	25 931	26 846	30 424	190 130	102 915	83 212	60 778	708 531
Melhoramento das Explorações	48 231	41 617	40 115	337 761	59 586	47 405	65 222	572 668
Armazéns e similares	6 609	2 891	5 378	41 559	3 091	7 146	2 823	70 555
Desbravamento de glebas rurais	8 705	5 210	3 581	57 139	14 468	10 170	7 428	108 660
Irrigação	8 274	6 865	5 333	49 170	5 394	5 915	3 247	45 073
Residências rurais	4 803	3 780	2 587	43 169	7 497	6 079	3 414	64 124
Outros	19 840	21 871	23 236	146 724	29 136	18 095	48 310	284 256
Máquinas, Equipamentos e Veículos	19 759	95 801	55 638	711 104	149 169	124 492	78 394	1 129 303
Implementos para preparação e cultivo do solo	17 655	20 218	11 466	132 964	39 303	32 637	22 998	241 867
Implementos para disposição da colheita	30 539	18 931	11 681	158 409	21 322	19 108	10 388	175 895
Tratores e implementos	36 851	46 304	26 300	330 311	68 663	58 014	35 798	548 645
Animais de serviço	4 971	2 999	1 378	32 617	6 028	3 654	1 448	47 622
Veículos e implementos	6 743	7 349	4 813	56 783	13 853	11 079	7 762	109 274
Outras Aplicações	1 552	2 085	1 238	31 043	2 347	1 766	2 869	29 928
TOTAL	745 399	584 772	379 875	5 082 591	1 146 480	914 816	591 091	8 229 803

(1) Inclusive Preços Mínimos.

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	885	799	658	1 141	898	663
Acre	8	15	20	36	28	—
Amazonas	24	15	10	81	28	11
Pará	68	64	51	132	74	99
Maranhão	136	206	143	163	147	157
Piauí	109	52	83	150	94	54
Mato Grosso	527	429	320	565	511	314
Rondônia	8	8	1	2	12	4
Roraima	4	10	27	11	—	24
Amapá	1	—	3	1	4	—
2.ª REGIÃO	3 243	3 001	2 132	3 795	2 996	1 707
Ceará	451	323	106	556	425	180
Rio Grande do Norte	168	89	79	295	181	119
Paraíba	241	192	247	559	543	282
Pernambuco	573	590	361	815	620	420
Alagoas	193	192	158	159	183	107
Sergipe	528	513	422	503	360	170
Bahia	1 089	1 102	759	908	684	429
3.ª REGIÃO	738	601	485	707	645	524
Espírito Santo	398	296	218	374	326	298
Rio de Janeiro	339	303	261	329	316	226
Guanabara	1	2	6	4	3	—
4.ª REGIÃO	3 634	3 302	2 455	3 842	2 327	1 694
Goiás	910	895	601	1 173	691	324
Distrito Federal	18	27	30	23	20	13
Minas Gerais	2 706	2 380	1 824	2 646	1 616	1 357
5.ª REGIÃO	1 086	938	803	926	881	791
São Paulo	1 086	938	803	926	881	791
6.ª REGIÃO	1 896	1 891	1 128	2 689	1 934	1 164
Paraná	743	704	528	780	621	531
Santa Catarina	1 153	1 187	600	1 909	1 313	633
7.ª REGIÃO	2 977	2 637	1 434	2 909	2 921	1 513
Rio Grande do Sul	2 977	2 637	1 434	2 909	2 921	1 513
BRASIL	14 459	13 169	9 095	16 009	12 602	8 056
GRANDES REGIÕES						
NORTE	113	112	112	263	146	138
NORDESTE	3 488	3 259	2 358	4 108	3 237	1 918
SUDESTE	4 530	3 919	3 112	4 279	3 142	2 672
SUL	4 873	4 528	2 562	5 598	4 855	2 677
CENTRO-OESTE	1 455	1 351	951	1 761	1 222	651

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS Á PECUÁRIA

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	14 381	12 302	16 465	34 409	24 203	17 905
Acre	307	662	1 425	2 153	511	—
Amazonas	479	211	373	1 719	409	237
Pará	1 360	843	1 135	4 297	2 773	2 589
Maranhão	2 301	2 321	2 022	3 328	3 334	2 889
Piauí	1 135	509	2 142	1 912	1 205	661
Mato Grosso	8 697	7 628	8 980	20 838	15 794	10 755
Rondônia	61	73	4	7	139	126
Roraima	15	55	280	130	—	748
Amapá	26	—	104	25	38	—
2.ª REGIÃO	37 679	35 503	28 653	49 271	41 418	30 200
Ceará	3 938	3 268	1 830	5 266	4 730	3 115
Rio Grande do Norte	1 047	588	689	1 643	1 349	2 123
Paraíba	4 762	4 151	2 832	4 164	5 197	3 181
Pernambuco	5 417	5 398	4 690	8 710	7 880	4 885
Alagoas	2 155	2 490	1 331	1 874	3 083	1 519
Sergipe	3 496	3 115	2 873	5 180	4 345	2 669
Bahia	16 864	16 493	14 408	21 434	14 834	12 708
3.ª REGIÃO	7 411	6 193	4 804	9 644	8 989	7 927
Espírito Santo	3 801	2 579	1 681	4 112	4 001	4 184
Rio de Janeiro	3 602	3 500	2 976	5 259	4 924	3 743
Guanabara	8	114	147	273	64	—
4.ª REGIÃO	33 514	30 749	27 025	51 356	45 343	29 923
Goiás	9 043	9 559	6 882	20 140	21 726	8 622
Distrito Federal	148	268	312	312	697	195
Minas Gerais	24 323	20 922	19 831	30 904	22 920	21 106
5.ª REGIÃO	14 898	14 811	12 905	16 863	17 967	15 136
São Paulo	14 898	14 811	12 905	16 863	17 967	15 136
6.ª REGIÃO	9 330	11 417	11 223	18 899	16 697	14 378
Paraná	5 724	6 914	11 328	9 205	9 968	10 138
Santa Catarina	3 606	4 503	2 895	9 694	6 729	4 240
7.ª REGIÃO	30 530	53 935	18 200	20 616	68 643	34 094
Rio Grande do Sul	30 530	53 935	18 200	20 616	68 643	34 094
BRASIL	147 743	164 910	119 275	201 058	223 260	149 563
GRANDES REGIÕES						
NORTE	2 248	1 844	3 321	8 331	3 870	3 700
NORDESTE	41 115	38 333	32 817	54 511	45 957	33 650
SUDESTE	46 632	41 926	37 540	57 411	49 876	44 169
SUL	39 860	65 352	29 423	39 515	85 340	48 472
CENTRO-OESTE	17 888	17 455	16 174	41 290	38 217	19 572

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Dez 1971				Jan/Dez 1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	10 586	2 642	9	7 935	11 667	2 873	2	8 792
Acre	122	—	—	122	274	1	—	273
Amazonas	474	253	—	221	437	81	1	355
Pará	1 318	812	—	506	1 771	966	—	805
Maranhão	1 401	115	1	1 285	1 657	166	—	1 491
Piauí	1 850	139	7	1 704	1 765	374	1	1 390
Mato Grosso	5 226	1 278	1	3 947	5 478	1 223	—	4 249
Rondônia	84	5	—	79	61	8	—	53
Roraima	95	33	—	62	175	44	—	131
Amapá	16	7	—	9	49	4	—	45
2.ª REGIÃO	28 434	2 331	4	26 099	30 933	5 487	7	25 439
Ceará	3 047	285	1	2 761	4 441	1 540	2	2 899
Rio Grande do Norte	1 568	266	1	1 301	1 423	640	—	783
Paraíba	2 674	170	1	2 503	3 807	820	2	2 985
Pernambuco	5 115	323	—	4 792	6 234	1 109	1	5 124
Alagoas	1 630	134	—	1 496	1 865	331	—	1 534
Sergipe	3 877	440	—	3 437	3 793	211	—	3 582
Bahia	10 523	713	1	9 809	9 370	836	2	8 532
3.ª REGIÃO	7 420	2 147	2	5 271	8 736	1 801	1	6 934
Espírito Santo	3 397	791	1	2 605	4 222	694	1	3 527
Rio de Janeiro	3 970	1 323	1	2 646	4 478	1 087	—	3 391
Guanabara	53	33	—	20	36	20	—	16
4.ª REGIÃO	44 939	11 043	5	33 891	46 846	13 804	28	33 014
Goiás	10 398	2 264	—	8 134	11 110	2 841	25	8 244
Distrito Federal	253	29	—	224	249	26	—	223
Minas Gerais	34 288	8 750	5	25 533	35 487	10 937	3	24 547
5.ª REGIÃO	12 108	3 437	3	8 668	11 690	3 605	2	8 083
São Paulo	12 108	3 437	3	8 668	11 690	3 605	2	8 083
6.ª REGIÃO	20 320	5 645	2	14 673	26 811	8 430	3	18 378
Paraná	8 123	2 660	1	5 462	8 481	2 417	3	6 061
Santa Catarina	12 197	2 985	1	9 211	18 330	6 013	—	12 317
7.ª REGIÃO	26 566	7 382	55	19 129	28 334	9 023	55	19 256
Rio Grande do Sul	26 566	7 382	55	19 129	28 334	9 023	55	19 256
BRASIL	150 373	34 627	80	115 666	165 017	45 023	98	119 896
GRANDES REGIÕES								
NORTE	2 109	1 110	—	999	2 767	1 104	1	1 662
NORDESTE	31 685	2 585	12	29 088	34 355	6 027	8	28 320
SUDESTE	53 816	14 334	10	39 472	55 913	16 343	6	39 564
SUL	46 886	13 027	57	33 802	55 145	17 453	58	37 634
CENTRO-OESTE	15 877	3 571	1	12 305	16 837	4 096	25	12 716

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	Jan/Dez 1971				Jan/Dez 1972			
	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos	Total	Custeio	Comercia- lização	Investi- mentos
REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
1.ª REGIÃO	141 432	24 622	77	116 733	252 232	25 640	40	226 552
Acre	4 547	4	—	4 543	11 016	32	—	10 984
Amazonas	4 912	1 459	—	3 453	4 180	950	30	3 200
Pará	11 912	3 956	—	7 956	36 998	4 250	—	32 748
Maranhão	17 988	1 262	31	16 695	27 003	977	—	26 026
Piauí	18 032	711	16	17 305	16 772	2 503	10	14 259
Mato Grosso	81 395	16 645	30	64 720	149 607	16 323	—	133 284
Rondônia	1 293	154	—	1 139	1 190	96	—	1 094
Roraima	1 100	352	—	748	4 360	463	—	3 891
Amapá	253	79	—	174	1 106	40	—	1 066
2.ª REGIÃO	309 080	25 790	44	283 246	403 828	48 301	246	355 281
Ceará	22 862	3 016	20	19 826	46 189	13 635	24	32 530
Rio Grande do Norte	6 755	1 334	1	5 420	11 329	3 645	—	7 684
Paraíba	48 570	3 372	17	45 181	35 925	5 817	60	30 048
Pernambuco	45 081	3 724	—	41 357	65 126	9 737	10	55 379
Alagoas	18 684	1 637	—	17 047	20 720	2 448	—	18 272
Sergipe	21 567	3 372	—	18 195	40 809	2 301	—	38 508
Bahia	145 561	9 335	6	136 220	183 730	10 718	152	172 860
3.ª REGIÃO	66 418	19 798	59	46 561	110 552	19 932	88	90 532
Espírito Santo	26 872	7 850	45	18 977	49 086	7 783	88	41 215
Rio de Janeiro	38 352	11 313	14	27 025	60 331	11 613	—	48 718
Guanabara	1 194	635	—	559	1 135	536	—	599
4.ª REGIÃO	353 257	80 490	758	272 009	544 543	99 676	463	444 404
Goiás	94 185	18 526	15	75 644	185 127	23 533	146	161 448
Distrito Federal	3 511	772	—	2 739	4 483	273	—	4 210
Minas Gerais	255 561	61 192	743	193 626	354 933	75 870	317	278 746
5.ª REGIÃO	179 724	59 514	589	119 621	207 721	59 104	105	148 512
São Paulo	179 724	59 514	589	119 621	207 721	59 104	105	148 512
6.ª REGIÃO	125 632	31 750	435	93 507	219 200	57 104	277	161 819
Paraná	77 462	18 765	300	58 397	126 967	26 646	277	100 044
Santa Catarina	48 230	12 985	135	35 110	92 233	30 458	—	61 775
7.ª REGIÃO	247 946	50 305	76 384	121 257	314 541	62 468	84 118	167 955
Rio Grande do Sul	247 946	50 305	76 384	121 257	314 541	62 468	84 118	167 955
BRASIL	1 423 549	292 269	78 346	1 052 934	2 052 617	372 225	85 337	1 595 055
GRANDES REGIÕES								
NORTE	24 017	6 004	—	18 013	58 850	5 837	30	52 983
NORDESTE	345 100	27 763	91	317 246	447 603	51 781	256	395 566
SUDESTE	501 703	140 504	1 391	359 808	673 206	154 906	510	517 790
SUL	373 638	82 055	76 819	214 764	533 741	119 572	84 395	329 774
CENTRO-OESTE	179 091	35 943	45	143 103	339 217	40 129	146	298 942

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
CUSTEIO	2 802	2 396	1 515	34 627	3 888	2 631	1 726	45 023
Custeio das Explorações	2 659	2 272	1 415	33 255	3 803	2 560	1 662	42 992
Avicultura	320	224	191	3 466	278	173	108	3 684
Bovinos — produção de leite	323	298	224	6 168	508	453	370	9 222
Bovinos — produção de carne	777	685	434	10 923	1 161	841	638	15 035
Bovinos — recriação	303	324	270	2 461	—	—	—	—
Bovinos — engorda	15	15	34	262	—	—	—	—
Ovinos	7	7	3	51	6	7	5	114
Suínos	909	701	244	9 561	1 777	1 053	511	14 411
Outros animais	5	18	15	363	73	33	30	526
Outras Aplicações	143	124	100	1 372	85	71	64	2 031
COMERCIALIZAÇÃO	7	14	8	80	3	11	10	98
Bovinos — Carnes	—	2	2	40	2	1	—	43
Lã	3	11	2	20	—	10	6	17
Laticínios	3	—	1	6	1	—	1	5
Suínos	—	—	—	3	—	—	—	1
Outros	1	1	3	11	—	—	3	32
INVESTIMENTOS	11 650	10 759	7 572	115 666	12 118	9 960	6 320	119 896
Aquisição de Animais	5 264	5 017	3 382	50 260	6 074	5 215	3 222	56 205
Bovinos — produção de leite	1 531	1 413	1 072	16 447	1 558	1 336	919	17 718
Bovinos — produção de carne	3 337	3 279	2 116	31 018	4 083	3 396	2 088	34 928
Ovinos	171	146	72	779	174	261	115	992
Suínos	181	136	85	1 613	184	170	53	1 882
Outros animais	44	43	37	403	75	52	47	695
Melhoramento das Explorações	5 613	4 946	3 607	49 461	4 845	3 721	2 321	49 639
Armazéns e similares	62	70	28	477	92	63	43	976
Desbravamento de glebas ru- rais	54	58	47	593	61	51	52	598
Granjas avícolas	79	110	83	1 136	72	58	36	821
Irrigação	162	177	140	1 793	145	165	118	1 515
Pastagens	990	979	811	11 176	696	502	311	7 417
Residências rurais	260	236	152	2 601	292	265	136	3 261
Outros	4 006	3 316	2 346	31 685	3 487	2 617	1 625	35 051
Máquinas, Equipamentos e Veí- culos	605	637	448	12 048	1 084	943	702	12 655
Implementos para preparação e cultivo do solo	62	47	38	527	78	57	58	645
Implementos para disposição da colheita	23	27	24	5 180	378	307	187	5 115
Tratores e implementos	48	95	155	1 065	153	159	138	1 751
Animais de serviço	194	260	126	2 771	187	127	59	1 808
Veículos e implementos	278	208	105	2 505	288	293	260	3 336
Outras Aplicações	168	159	135	3 897	115	81	75	1 397
TOTAL	14 459	13 169	9 095	150 373	16 009	12 602	8 056	165 017

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

CRÉDITOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
CUSTEIO	23 733	29 802	18 360	292 269	29 291	21 674	17 172	372 225
Custeio das Explorações	22 979	28 861	17 537	283 876	26 229	20 717	16 138	354 680
Avicultura	4 722	3 253	2 631	65 131	5 768	4 467	2 665	85 969
Bovinos — produção de leite	1 708	1 894	1 449	29 928	3 232	3 305	2 695	54 708
Bovinos — produção de carne	7 551	7 144	5 736	88 098	12 039	8 816	8 373	144 680
Bovinos — recriação	6 266	5 872	5 291	47 353	—	—	—	—
Bovinos — engorda	495	584	1 205	12 420	—	—	—	—
Ovinos	74	8 036	27	9 097	115	112	390	3 358
Suínos	2 149	2 032	826	30 073	6 723	3 830	1 827	63 137
Outros animais	14	46	372	1 776	352	187	188	2 828
Outras Aplicações	754	941	823	8 393	1 062	957	1 034	17 545
COMERCIALIZAÇÃO	10 436	27 181	3 807	78 346	200	41 293	20 583	85 337
Bovinos — Carnes	—	39	14	32 569	50	13	9	21 002
Lã	9 720	26 994	3 520	41 576	—	41 280	18 929	60 409
Laticínios	682	—	54	772	150	—	150	632
Suínos	—	—	—	1 588	—	—	—	500
Outros	34	148	219	1 841	—	—	1 495	2 794
INVESTIMENTOS	113 574	107 927	97 108	1 052 934	171 567	160 293	111 808	1 595 055
Aquisição de Animais	47 717	45 267	37 685	452 328	82 546	82 478	59 026	860 327
Bovinos — produção de leite	12 193	10 492	9 709	120 566	17 769	16 238	13 233	189 513
Bovinos — produção de carne	33 819	33 401	26 182	317 648	61 465	62 769	43 634	543 776
Ovinos	552	517	312	3 732	809	1 296	697	6 054
Suínos	513	462	386	4 321	1 273	911	618	9 925
Outros animais	640	395	1 096	6 061	1 230	1 264	844	11 059
Melhoramento das Explorações	58 288	55 062	50 006	498 167	70 107	60 688	38 593	655 516
Armazéns e similares	795	743	586	5 264	1 661	1 283	968	13 154
Desbravamento de glebas ru- rais	1 235	1 099	1 590	14 086	1 250	1 761	1 049	18 019
Granjas avícolas	1 203	2 338	2 158	17 823	1 772	1 518	638	19 406
Irrigação	3 517	4 075	3 733	32 528	3 233	3 928	2 977	34 789
Pastagens	17 625	16 169	15 625	149 579	22 020	17 941	8 927	186 035
Residências rurais	1 898	1 999	1 652	19 150	3 129	3 158	1 837	32 929
Outros	32 015	28 639	24 662	259 737	37 042	31 099	22 197	351 184
Máquinas, Equipamentos e Veí- culos	7 173	7 172	7 366	91 275	16 521	15 429	13 322	164 809
Implementos para preparação e cultivo do solo	851	813	1 174	8 531	2 234	1 716	1 588	18 346
Implementos para disposição da colheita	208	280	166	19 073	1 917	2 065	1 196	25 271
Tratores e implementos	2 793	3 231	3 375	29 318	7 284	8 671	5 947	68 036
Animais de serviço	945	687	410	8 305	826	669	396	7 560
Veículos e implementos	2 376	2 161	2 241	26 048	4 260	4 308	4 195	45 596
Outras Aplicações	396	426	2 051	11 164	2 393	1 698	867	14 403
TOTAL	147 743	164 910	119 275	1 423 549	201 058	223 260	149 563	2 052 617

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS — GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (1)**

Número de Contratos

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	51	24	31	115	93	22
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	1	—	—	1	—	1
Pará	2	4	—	6	3	1
Maranhão	23	8	22	42	37	5
Piauí	18	12	6	60	53	15
Mato Grosso	7	—	3	6	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	356	414	396	252	237	174
Ceará	164	115	75	78	58	24
Rio Grande do Norte	26	19	7	23	26	30
Paraíba	57	91	113	45	55	37
Pernambuco	65	161	163	70	67	55
Alagoas	4	5	8	16	6	7
Sergipe	22	18	27	14	21	18
Bahia	18	5	3	6	4	3
3.ª REGIÃO	4	3	—	18	3	1
Espírito Santo	2	2	—	9	1	1
Rio de Janeiro	2	1	—	9	2	—
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	132	30	7	159	37	8
Goiás	14	2	1	22	4	3
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	118	28	6	137	33	5
5.ª REGIÃO	71	20	4	131	50	9
São Paulo	71	20	4	131	50	9
6.ª REGIÃO	49	12	12	32	13	8
Paraná	34	10	11	11	12	5
Santa Catarina	15	2	1	21	1	3
7.ª REGIÃO	10	9	4	21	3	2
Rio Grande do Sul	10	9	4	21	3	2
BRASIL	673	512	454	728	436	224
GRANDES REGIÕES						
NORTE	3	4	—	7	3	2
NORDESTE	397	434	424	354	327	194
SUDESTE	193	51	10	286	86	15
SUL	59	21	16	53	16	10
CENTRO-OESTE	21	2	4	28	4	3

(1) Financiamentos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS — GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (1)**

Cr\$ 1.000

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	1971			1972		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez
REGIÕES ADMINISTRATIVAS						
1.ª REGIÃO	1 595	904	944	4 001	1 476	1 486
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	160	—	—	300	—	476
Pará	234	236	—	628	294	98
Maranhão	754	514	302	1 936	840	423
Piauí	247	154	315	969	342	489
Mato Grosso	200	—	327	168	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
2.ª REGIÃO	7 862	11 121	6 513	16 899	14 125	9 784
Ceará	3 249	5 175	2 874	7 639	7 096	2 635
Rio Grande do Norte	295	273	363	2 193	1 995	4 417
Paraíba	2 525	1 919	946	5 862	3 846	1 431
Pernambuco	912	3 246	2 144	650	698	948
Alagoas	19	122	68	252	275	108
Sergipe	29	251	31	60	124	148
Bahia	833	135	87	243	91	97
3.ª REGIÃO	93	85	—	242	76	20
Espírito Santo	59	84	—	28	30	20
Rio de Janeiro	34	1	—	214	46	—
Guanabara	—	—	—	—	—	—
4.ª REGIÃO	1 204	493	114	4 520	1 270	301
Goiás	294	26	11	1 166	82	68
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	910	467	103	3 354	1 188	233
5.ª REGIÃO	1 800	1 687	320	10 484	4 750	2 214
São Paulo	1 800	1 687	320	10 484	4 750	2 214
6.ª REGIÃO	3 935	1 175	1 178	3 337	757	1 818
Paraná	2 498	985	1 175	761	693	1 547
Santa Catarina	1 437	190	3	2 576	64	271
7.ª REGIÃO	2 164	5 475	1 348	4 817	3 094	236
Rio Grande do Sul	2 164	5 475	1 348	4 817	3 094	236
BRASIL	18 653	20 940	10 417	44 300	25 548	15 859
GRANDES REGIÕES						
NORTE	394	236	—	928	294	574
NORDESTE	8 863	11 789	7 130	19 804	15 307	10 696
SUDESTE	2 803	2 239	423	14 080	6 014	2 467
SUL	6 099	6 650	2 526	8 154	3 851	2 054
CENTRO-OESTE	494	26	338	1 334	82	68

(1) Financiamentos (EGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS — GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (1)**

Número de Contratos

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
PRODUTOS	656	503	440	10 601	719	426	220	14 980
Agave (Sisal)	—	—	—	3	—	—	—	1
Algodão	80	61	34	1 230	226	135	67	1 732
Amendoim	1	1	—	266	—	—	1	256
Arroz	73	18	16	2 841	128	60	14	6 211
Carnaúba (Cera-de)	—	—	—	73	2	—	2	72
Feijão	52	12	17	971	33	6	8	1 012
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	5	4	—	97	6	3	2	55
Mamona	8	5	—	38	—	1	—	10
Mandioca	—	—	1	11	20	1	5	100
Milho	426	396	362	4 331	292	220	119	4 809
Soja	11	6	10	740	12	—	1	716
Sorgo	—	—	—	—	—	—	1	6
OUTRAS APLICAÇÕES	17	9	14	1 713	9	10	4	1 714
Sacaria	9	4	8	1 362	8	6	2	1 585
Armazéns, palóis, depósitos galpões, tulhas, estufas e instalações congêneres	8	5	6	351	1	4	2	129
TOTAL	673	512	454	12 314	728	436	224	16 694

(1) Exclusive aquisições (AGF).

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL**CRÉDITOS CONCEDIDOS — GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (1)**

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1971				1972			
	Out	Nov	Dez	Jan/Dez	Out	Nov	Dez	Jan/Dez
PRODUTOS	18 224	16 603	9 821	555 989	44 200	25 243	15 803	1 022 038
Agave (Sisal)	—	—	—	21	—	—	—	30
Algodão	8 317	8 493	5 636	139 884	27 198	18 160	10 688	289 060
Amendoim	5	2	—	36 415	—	—	66	33 827
Arroz	2 464	874	154	176 429	7 954	5 237	961	301 932
Carnaúba (Cera-de)	—	—	—	4 792	37	—	168	3 804
Feijão	837	31	38	10 601	228	14	5	22 161
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—
Juta e malva	531	236	—	10 809	846	294	574	7 232
Mamona	764	2 191	—	6 957	—	162	—	1 420
Mandioca	—	—	23	523	190	1	58	2 572
Milho	2 767	3 061	1 659	35 329	3 019	1 375	1 810	62 865
Soja	2 539	1 715	2 311	134 229	4 728	—	1 458	296 809
Sorgo	—	—	—	—	—	—	15	326
OUTRAS APLICAÇÕES	429	4 337	596	33 192	100	305	56	24 531
Sacaria	376	308	549	18 343	97	271	42	21 934
Armazéns, palóis, depósitos galpões, tulhas, estufas e instalações congêneres	53	4 029	47	14 849	3	34	14	2 597
TOTAL	18 653	20 940	10 417	589 181	44 300	25 548	15 859	1 046 569

(1) Exclusive aquisições (AGF).



BANCO DO BRASIL - Boletim - Ano VII - 1972 - N.º 4

EDITADO PELA CONSULTORIA TÉCNICA

Setor Bancário Sul

Edifício Sede do Banco do Brasil, 21.º andar

Brasília (D.F.) — 70.000

A matéria contida neste Boletim pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

COMPOSTO E IMPRESSO NA CIA. EDITORA GRÁFICA BARBERO



M. FAZENDA
D.A. - NRA - GB
49930

COM. INVENTARIO
PORT. 114/73

Biblioteca do Ministério da Fazenda

1019/73 332.110981/B688/t

AUTOR
Banco do Brasil S/A., Rio de Ja

neiro
Boletim trimestral. 1972-1-4

Devolver em

NOME DO LEITOR

1019/73

332.110981

B688

t

Banco do Brasil S.A., Rio de Janeiro.

Boletim trimestral ...

1972 - ns. 1-4

